



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS**  
**HUMANAS**

Pedro António dos Santos

Independência e reconstrução da Guiné-Bissau: um registro de memórias em processo

Florianópolis

2024

Pedro António dos Santos

Independência e reconstrução da Guiné-Bissau: um registro de memórias em processo

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em “Condição Humana e Saúde na Modernidade” e linha de pesquisa “Modernidade e Globalização”.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz

Coorientador: Prof. Dr. João Eduardo Pinto Basto Lupi

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
Através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitaria da UFSC.

António dos Santos, Pedro

Independência e reconstrução da Guiné-Bissau: um registro de memórias em processo / Pedro António dos Santos  
; orientador, Alexandre Fernandez Vaz, coorientador, João Eduardo Pinto Basto Lupi, 2024.  
468 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Luta de Libertação. 3. Reconstrução Guiné-Bissau. 4. Cooperação Brasil e Guiné Bissau. 5. Cooperação Sul-Sul. I. Fernandez Vaz, Alexandre.  
II. Pinto Basto Lupi, João Eduardo. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Pedro António dos Santos

Independência e reconstrução da Guiné-Bissau: um registro de memórias em processo.

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 30 de novembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Professora Vera Fátima Gasparetto, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Professor Jaci Rocha Gonçalves, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina/Instituto Homo Serviens (UNISUL/IHS)

Professor Paulo Roberto Sandrini, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, aposentado)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em “Condição Humana e Saúde na Modernidade” e linha de pesquisa “Modernidade e Globalização” atribuído pelo Programa de Pós-Graduação.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

---

Prof. Alexandre Fernandez Vaz, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2024.

## **DEDICATÓRIA**

À minha esposa Tomazia e filha Catarina e aos filhos Braima e Miguel pela paciência da espera e solidariedade desde quando voltei à discência em 2019.

À minha mãe, que foi a minha primeira professora para a vida.

Ao povo da Guiné-Bissau que consegue manter viva a esperança num futuro de paz e de prosperidade, apesar de longos anos de instabilidade política desde a guerra civil de 1998-1999.

## AGRADECIMENTOS

Como qualquer trabalho acadêmico, esta tese foi feita a várias cabeças e mãos, pois, muita gente contribuiu direta ou indiretamente na sua elaboração, desde a concepção até a conclusão. Por exemplo, todos os meus professores e professoras de disciplinas que não estiveram diretamente envolvidos na orientação contribuíram com as abordagens tratadas nas suas aulas e as leituras propostas: Carmen Silvia Rial, Luiz Fernando Scheibe e Teresa Kleba Lisboa (Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas); Javier Ignacio Vernal e Julia Silvia Guivant (Teoria da Sociedade, da Política e da Natureza); Marcia Grisotti e Marcus de Souza Correa (Teorias da História, da Cultura e do Indivíduo); Eunice Sueli Nodari (Seminário de Tese); Henrique Espada Lima (África e suas Diásporas, disciplina lecionada com a professora Ilka Boaventura Leite, minha orientadora no início desta caminhada acadêmica. Ela voltaria a ser minha professora em Tópicos Especiais em Antropologia II, disciplina que contou com a participação do professor Adriano Castorino); Joana Maria Pedro (História Global e Estudos de Gênero: Feminismos e Democracia); Mónica Salomón González (Gênero e Relações Internacionais. Ela participou na banca de qualificação); Cristina Scheibe Wolff, Simone Pereira Schmidt e Vera Fátima Gasparetto (Tópicos Especiais em Assuntos Interdisciplinares – Feminismos ao Sul: África e América Latina); e Sérgio Luís Boeira (Abordagens da Complexidade e das Representações Sociais). Meus agradecimentos são extensivos aos docentes e especialistas convidados que palestraram em todas as disciplinas. Às servidoras da Coordenação do Programa pela disponibilidade.

No entanto, algumas pessoas merecem especiais agradecimentos pela sua contribuição direta no processo de elaboração deste trabalho.

Começo com o professor João Lupi, meu coorientador e presidente da banca, que conheci em 2011 por indicação de uma vizinha de condomínio que também o tinha conhecido quando ele exercia a função de cônsul honorário de Portugal em Florianópolis. Na época, eu estava interessado em fazer uma disciplina para desenferujar a minha mente, e ela sugeriu que eu falasse com ele na UFSC. Fui muito bem recebido na minha primeira conversa com ele no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). Matriculei-me na disciplina Colóquios, que era ministrada pela professora Carmen Rial, mas, por causa de compromisso profissional na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), tive de interromper essa experiência discente e retrair da UFSC. Apesar disso, mantive o contato com o professor Lupi, principalmente porque percebi que ele poderia ser uma das vozes de consciência crítica num

projeto que eu estava a iniciar sobre a Guiné-Bissau. Por sugestão dele, transformei a referida iniciativa em projeto para o Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Também foi ele que me convenceu a persistir, quando fiquei desconfortável com algumas situações durante a entrevista para o ingresso no Programa. Não fosse ele, eu teria continuado a minha pesquisa sem necessidade de voltar à discência. Valeu a pena dar ouvido às suas sugestões e voltar a vestir o uniforme discente. Ênfase dois motivos: De um lado, as aulas, as leituras e a participação em eventos acadêmicos, além de rejuvenescerem a minha mente, desafiaram as minhas certezas e, o que mais importava, ampliaram os meus horizontes de conhecimento e deram um lastro conceitual e teórico ao tema que me propus pesquisar. Por outro lado, voltar a ser aluno aos 60 anos de idade, com mais de 20 anos de experiência na docência universitária, foi um exercício de humildade baseado no princípio de que por mais que eu soubesse, teria sempre muito mais a aprender. Ademais, a participação do senhor Lupi na minha orientação foi fundamental na elaboração deste trabalho.

À professora Ilka Boaventura Leite (que já mencionei), minha querida primeira orientadora de quem tive de apartar os caminhos por causa de incompatibilidades conceituais e metodológicas. Apesar disso, muitas leituras sugeridas por ela foram aproveitadas neste trabalho. Admiro a sua maneira generosa de lidar com as pessoas e guardo no coração a sua atenção intelectual para comigo desde que nos conhecemos em pessoa no dia da sabatina para o ingresso no Programa.

À professora Mónica Salomón (que também já mencionei), com quem aprendi bastante na disciplina de Gênero e Relações Internacionais e na banca de qualificação do plano de tese. Os comentários dela na referida banca foram levados em consideração.

Aos servidores da Secretaria de Relações Internacionais (SINTER) da UFSC, em particular à Elisa Schemes, do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que me forneceu links para diversas fontes, dentre as quais trabalhos acadêmicos de estudantes guineenses formados na UFSC e sobre o PEC.

À Camila Raposo, da Coordenadoria de Divulgação e Jornalismo Científico da Agência de Comunicação (AGECOM) da UFSC. Ela disponibilizou acesso aos arquivos do Jornal Universitário.

À Sidélia Suzan Ladevig Garcia, minha colega na orientação com o professor Alexandre Fernandez Vaz. Eu a conheci num encontro de orientação no qual cada um dos quatro estudantes participantes (ela, Eduarda Moro, Stamberg Júnior e eu) sintetizou a sua tese para os colegas, o orientador e o professor Marcos Taborda de Oliveira. Ao final das apresentações, o docente convidado comentou, com ponderações, indagações e sugestões,

cada apresentação, seguido dos comentários dos outros estudantes e do professor Fernandez Vaz. Dias depois desse encontro, ela compartilhou comigo uma dissertação de Mestrado em Sociologia da Unicamp sobre Primo Levi. Tratava-se de uma pesquisa de análise à autobiografia do pensador italiano que, entre várias obras, escreveu sobre o Holocausto, tendo como pano de fundo a sua horrorosa experiência de prisioneiro em Auschwitz-Birkenau na Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, o Stamberg Júnior ajudou-me no manejo dos equipamentos eletrônicos para a apresentação oral da tese. Meu muito obrigado a ela e a ele.

À senhora Aureluce Pimenta e Ana Paula de Souza Santos, respectivamente, secretária e estagiária do Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (CEA/FFLCH/USP) pela sua atenção, quando lá estive. Deixaram-me à vontade para selecionar obras e fazer anotação de centenas de páginas de 21 obras, e passaram horas dos seus intervalos a digitalizar o material selecionado. A Ana Paula Santos conseguiu para mim um exemplar do livro *Unidade e Luta* que foi escrito por Amílcar Cabral.

À doutora Angela Biz Antunes, diretora pedagógica do Instituto Paulo Freire, pela acolhida, disponibilização de dados sobre a atuação do educador brasileiro e sua equipe na década de 1970 na Guiné-Bissau e sobre o seu centenário do nascimento. Na visita ao Centro de Referência Paulo Freire, em novembro de 2022, em São Paulo, ela presenteou-me com o livro *Paulo Freire e Amílcar Cabral – A descolonização das mentes*, de autoria de José Eustáquio Romão e Moacir Gadotti.

À Bruna Guedes Vasques, estagiária da biblioteca do Instituto Rio Branco (IRBr) do Itamaraty. Por indicação do diplomata Sergio Simão, da secretaria executiva do IRBr, ela abriu as portas do lugar para que eu mapeasse fontes, particularmente sobre as relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a cooperação Brasil e África. Como as obras que eu selecionei não podiam ser retiradas da biblioteca, ela, gentilmente, digitalizou-as para mim. Presenteou-me também com um livro: *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*, do sociólogo guineense Carlos Lopes. Esse livro acabou se tornando uma das minhas principais referências neste trabalho junto com as obras de Amílcar Cabral (*Unidade e Luta*), do PAIGC (*História – A Guiné e as ilhas de Cabo Verde*), de Paulo Freire (*Cartas a Guiné-Bissau – registro de uma experiência em processo*), de Celso Amorim (*Conversas com jovens diplomatas*) e o já citado *Paulo Freire e Amílcar Cabral – A descolonização das mentes* de José Eustáquio Romão e Moacir Gadotti. A querida Bruna Vasques providenciou-me contato com a Divisão de Cooperação Educacional, para solicitar documentos sobre o Programa de Estudante-Convênio (PEC).



Ao senhor Pedro Américo Pinheiro Câmara, chefe do Serviço de Pesquisa e Atendimento ao Usuário da Coordenação do Arquivo da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do Senado Federal. Tal como a senhora Aureluce Pimenta e Ana Paula de Souza Santos, do CEA/USP, e a Bruna Vasques, da biblioteca do IRBr, ele acolheu-me e, mesmo sem um agendamento prévio, disponibilizou um computador e orientou-me sobre como oficializar a solicitação de acesso aos dados do Arquivo do Senado Federal (vide Protocolo nº 20001530992 do Sistema de Informação ao Cidadão SIC@senado.leg.br qui., 1 de dez. de 2022, 07:09). No mesmo dia e nos dias subsequentes, recebi muito material do meu interesse. Aproveitei também para agradecer à Leticia Amancio de Cerqueira, estagiária da mesma Coordenação, pela disponibilidade durante a minha estada no Senado Federal.

À Embaixada da Guiné-Bissau no Brasil pela notória impossibilidade de fornecer-me dados. Estive lá pessoalmente em novembro de 2022, mas fui informado que o responsável pelo setor estava ausente. Fui orientado a enviar uma solicitação (genérica) à Embaixada. Enviei-a, mas não recebi resposta. Telefonei, pelo menos duas vezes, mas não fui atendido. Em meados de março deste ano, conversei com uma funcionária da Embaixada que estava em Florianópolis para atendimento consular aos guineenses residentes no Sul do Brasil. Ela reiterou a orientação anterior de enviar mensagem com uma lista de dados que eu gostaria de acessar. De novo, fiquei sem resposta. A situação que eu descrevi, longe de ser uma crítica à atuação da Embaixada guineense no Brasil, serviu para ilustrar o ambiente de dificuldade em que operam as representações diplomáticas da Guiné-Bissau no mundo. Como repórter da Rádio Nacional e com familiares e amigos diplomatas, tive a oportunidade de conhecer por dentro algumas dificuldades que representantes das Embaixadas e missões diplomáticas guineenses enfrentam no exterior. Por isso, no lugar da crítica, elogio os esforços dos funcionários da Embaixada em Brasília em atender a comunidade guineense no Brasil.

Ao meu filho caçula Miguel Duarte dos Santos, pela ajuda nos momentos em que tive de operar mecanismos tecnológicos, como digitalizar e fazer download de dados e converter textos em PDF. Através dele, agradeço a toda a minha família pelo apoio psicológico ao longo desse período de discência.

À minha irmã Diolinda António dos Santos e ao meu irmão José António dos Santos, que, na Guiné-Bissau, forneceram-me dados sobre Bula e sobre o apoio clandestino do nosso pai ao movimento de libertação.

À minha prima Brígida Nancassa, uma egressa da UFSC, que forneceu informações e me colocou em contato com um funcionário da Embaixada do Brasil em Bissau. Ao filósofo guineense Huco Monteiro, que, como os supracitados guineenses, esclareceu-me algumas

questões pontuais e deu-me informações pertinentes sobre o nosso país. Ao meu querido e sempre solícito compatriota Genésio de Carvalho pela indicação que deu sobre uma diplomata brasileira que poderia orientar-me na busca de dados no Itamaraty

Ao professor Jaci Gonçalves, que foi meu colega no Núcleo de Pesquisa Revitalizando Culturas na UNISUL. Foi a primeira pessoa que me deu guarida psicológica quando cheguei para lecionar na referida universidade. Durante 20 anos de convivência, ele desafiou-me a participar em atividades acadêmicas e eventos sociais e culturais que, provavelmente, passariam despercebidas da minha rotina naquela instituição acadêmica. Por exemplo, aprendi com ele sobre vários aspectos do ethos social brasileiro e sobre a cultura indígena e da periferia em Santa Catarina. Ele acompanhou todos os passos da elaboração desta tese e os seus comentários na banca de qualificação, com sugestão de fontes, revisão de conteúdo etc., foram muito bem aproveitados.

Termino agradecendo especialmente ao professor Alexandre Fernandez Vaz, meu orientador. Eu o conheci na disciplina de Estética, Política e História em Walter Benjamin. Ele tornou-se meu orientador por causa da sua disponibilidade de compartilhar seu conhecimento sobre o pensador alemão e, principalmente, por trabalhar com áreas que me interessaram nesta pesquisa: sociologia da história, diários, memória e tempo, identidade, narração como relato de experiência etc. As aulas foram tão proveitosas que trabalhei com ele, no semestre seguinte, na disciplina de Cidades, Modernidades e Sensibilidades, apesar de toda ela ter sido ministrada de forma remota por causa da pandemia da Covid-19. Por impossibilidade, não pude me envolver como gostaria nas outras disciplinas que ele ministrou depois.

Aos integrantes da banca que ainda não mencionei: Rosemeri Laurindo, Dilma Juliano e Paulo Sandrini pela disponibilidade. A Rosemeri, ou simplesmente Rose, foi minha colega de turma no Curso de Comunicação Social da UFSC. Desde então, nós nos tornamos amigos para a vida. A professora Dilma Juliano foi minha colega de docência na UNISUL e, sempre que precisei, ela se disponibilizou para ajudar. Por exemplo, ela revisou um livro meu ainda não publicado sobre Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, o primeiro bispo católico da Guiné-Bissau. O professor Paulo Sandrini, marido da Dilma Juliano, foi meu chefe no curso de Psicologia da Unisul. Convidei os três e o professor Jaci Gonçalves para a banca porque eu sabia que, além de serem estudiosos de assuntos abordados na tese, eles contribuiriam de forma crítica e construtiva para o seu enriquecimento.

Muito obrigado a todas e a todos. Sorte minha tê-los encontrado nesse meu retorno à discência.

## HOMENAGEM PÓSTUMA

Minha homenagem e meu agradecimento póstumos ao Paulo Krischke, professor aposentado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), que faleceu no dia 5 de julho de 2021, aos 83 anos. Eu o conheci na reunião de recepção da (minha) Turma de 2019. Depois do evento, eu o saudei e conversamos sobre a minha proposição de pesquisa. Ele disse que parecia interessante e que gostaria de lê-la. Depois do *feedback* com importantes comentários, ele mesmo tratou de enviar uma mensagem para Carlos Afonso, um dos brasileiros que trabalharam com Paulo Freire em vários países africanos, sobre a possibilidade de ele e outros colegas, como Maria Nakano e Claudius Ceccon, fornecerem-me dados sobre o trabalho que realizaram com o educador brasileiro em Genebra e no continente africano.

O professor Krischke sugeriu que esse pessoal teria muito a contribuir com o meu plano de tese, com seus olhares de brasileiros que conheciam bem a realidade africana, e que a sua *expertise* não presumida e não enviesada poderia ser um grande diferencial incomum no Brasil. Desde então, ele tornou-se um dos meus orientadores informais. Quando nos encontrávamos em pessoa, como numa aula que ele ministrou com o professor João Lupi na disciplina de Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, conversávamos sobre o assunto. Sempre que podia enviava e-mail não só para saber sobre a evolução do meu trabalho, como também enviava sugestões. O seu falecimento ceifou-me de uma voz de consciência crítica que, com certeza, teria enriquecido bastante a minha tese.

“O erro não anula o valor do esforço desenvolvido.”  
(Provérbio da etnia fula citado por Carlos Lopes, 1982)

## PRÓLOGO

Fazer um trabalho motivado pela própria experiência não é algo preso ao passado, como podem parecer as “Confissões” de Santo Agostinho e Jean-Jacques Rousseau, não é uma crítica social com fundamentos de filosofia e sociologia, como os diários de Walter Benjamin, ou biografia/autobiografia, como as obras de outros autores que eu citei na Introdução e algures neste trabalho. Escrever sobre as próprias vivências pode ser encontrado, por exemplo, na “escrevivência”, um jeito literário que está consagrado nas obras da brasileira Conceição Evaristo.

Fazer um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de natureza memorialística, como é o caso desta tese, também não é novidade. Como exemplos, citei dois trabalhos: o do meu amigo e ex-colega de docência na UNISUL, o professor Luiz Alberto Marques, e o do meu compatriota Mamadú Djaló. O professor Marques fez a sua dissertação e tese de doutorado com base na própria experiência de vida social e acadêmica. Djaló (2014, p. 12), que tal como eu estudei na UFSC, justificou da seguinte forma o problema da sua tese de doutorado: “O ponto de partida das justificativas é o relato da experiência e trajetória pessoal deste pesquisador, desde a Guiné-Bissau até sua chegada ao Brasil como estudante universitário, revelando trajetórias comuns aos de muitos estudantes guineenses”.

Citando uma frase do muralista pernambucano Cícero Dias (“Eu vi o mundo, ele começa no Recife”), Celso Amorim (2011, p. 278) afirmou, com relação às suas vivências de uma longa carreira diplomática: “Eu vi o mundo, ele começa no Brasil”. Eu ousaria tomar emprestadas essas palavras e adequá-las às minhas próprias vivências: “Eu vi o mundo, ele começou em Bula, floresceu em Bissau e continua a universalizar-se em Florianópolis”. Um pedaço dessas vivências baliza este trabalho interdisciplinar.

A escolha do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pareceu-me acertada, pois, é um espaço acadêmico adequado para uma reflexão memorialística multidimensional como esta. Em cada disciplina da grade curricular obrigatória e optativa, ficou algo para a minha vida e para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Mas, sem desmerecimento a todas outras disciplinas, destacaria o *input* de uma disciplina obrigatória: “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências

Humanas” onde encontrei Allen Repko. No capítulo “Defining Interdisciplinary Studies”, do seu livro “Interdisciplinary Research: Process and Theory” (2008), ele afirmou que os estudos interdisciplinares são processos de busca de respostas para variadas questões ou encaminhamento de tópicos tão abrangentes que não poderiam ser adequadamente estudados por uma única área do conhecimento ou disciplina acadêmica. Esta percepção e as contribuições de outras disciplinas validaram a minha opção pela interdisciplinaridade para esta pesquisa, uma vez que o tema transborda as áreas da comunicação social (minha graduação) e sociologia geral (meu mestrado) para outras áreas das ciências humanas e sociais.

Para ilustrar a noção de interdisciplinaridade, Repko (2008) recorreu à metáfora de salada de frutas e *smoothie*. A salada de frutas seria um amontoado de diferentes frutas cortadas que ganham liga com *smoothie*. Por equivalência, as frutas seriam um amontoado de disciplinas e *smoothie*, a interdisciplinaridade, que dá liga e tempero à salada do conhecimento.

Nesse trabalho de Repko, aprendi que a interdisciplinaridade utiliza várias teorias e métodos, de acordo com as especificidades do tema em estudo, tentando integrar o que existe disponível em diferentes áreas do conhecimento. O que significa que uma pesquisa interdisciplinar não se confina a determinada disciplina acadêmica ou certas abordagens teóricas. Porém, como ponderou Suzan Mann (2002, p. 1), ao responder à pergunta “What is Interdisciplinarity?” (O que é interdisciplinaridade?), esse múltiplo campo de saberes não é um empreendimento pacificado, pois, a sua aplicação “varia dentro e entre as universidades e em todos os continentes. Tal prática não a torna perfeita [...] Até mesmo a promessa da interdisciplinaridade pode causar vertigem: alargar horizontes, desafiar as disciplinas, unificar o conhecimento, resolver um problema, mudar o mundo”.

Reconhecendo esses desafios e reverenciando as oportunidades proporcionadas pela interdisciplinaridade, fiz uma salada com *smoothie* das minhas áreas de formação com acréscimo de elementos das relações internacionais, da história, das ciências políticas e da economia. E, à luz dessas misturas, refleti memorialisticamente sobre o processo da libertação e da reconstrução nacional da Guiné-Bissau. Descrevi as características do mosaico social, cultural e político que compunha a Guiné-Bissau na década de 1950, quando o PAIGC foi criado, e como essas características foram potencializadas para a formação da consciência da unidade nacional na luta contra o colonialismo português. Enveredei-me no campo das relações internacionais, para falar do papel desempenhado, de um lado, pelo bloco social-comunista durante a luta armada e diplomática de libertação nacional no contexto da Guerra

Fria e, do outro lado, o papel que o Brasil tem desempenhado na construção do Estado da Guiné-Bissau.

Apesar de ter encontrado nicho na pesquisa interdisciplinar para o desenvolvimento da minha pesquisa, sempre estive ciente de que a interdisciplinaridade por si só não seria suficiente para eu fazer um estudo memorialístico com tantas nuances sobre os desafios da reconstrução nacional no meu país natal. Até porque um estudo memorialístico nem sempre é encarado como um trabalho qualificado para os padrões cartesianos e positivistas (visão hipotético-dedutiva da produção do conhecimento e dos métodos científicos) que predominam na academia.

Estou também ciente de que as soluções práticas para a construção do Estado da Guiné-Bissau demandam o trilhamento dos corredores políticos e diplomáticos, pois, a sua estabilização depende, em última instância, da vontade política de nós guineenses (sociedade civil, políticos e governantes) e das articulações diplomáticas com países e instituições multilaterais interessadas. No entanto, sou da opinião de que a pesquisa acadêmica, mesmo que limitada no escopo, pode ser uma importante ferramenta de identificação, problematização e análise dos problemas que afetam o meu país e uma contribuição singela ao debate entre os guineenses e seus amigos na comunidade internacional para o seu encaminhamento.

Fecho o Prólogo com duas notas explicativas: uma sobre as fontes e outra sobre algumas nuances na redação.

Fontes – Embora tenha citado dezenas de fontes, cinco predominaram em todo o trabalho: “Unidade e Luta” de Amílcar Cabral; “História – A Guiné e as ilhas de Cabo Verde” do PAIGC; “Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau” de Carlos Lopes; “Cartas à Guiné-Bissau – registro de uma experiência em processo” de Paulo Freire; e “Conversas com jovens diplomatas” de Celso Amorim. Elas foram as mais citadas porque, de um lado, são mais qualificadas para as abordagens desenvolvidas neste trabalho e, do outro lado, são escassas as obras consistentes sobre a Guiné-Bissau. Por agora, não existem obras mais adequadas para se saber sobre o processo da luta de libertação nacional do que as de Amílcar Cabral (vide Unidade e Luta) e a do PAIGC, e, sobre o processo da reconstrução nacional, o livro do sociólogo guineense Carlos Lopes e o do educador brasileiro Paulo Freire. A obra de Freire aborda com detalhes o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos e o plano do PAIGC de fazer da educação um dos carros-chefes da formação do “Homem Novo” para a reconstrução nacional.

Redação – As palavras em citações diretas com grafia anterior à ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foram adequadas à nova ortografia, sem prejuízo ao conteúdo da referida citação. Porém, a grafia de expressões idiomáticas regionais e/ou típicas guineenses foram mantidas. Nesses casos, elas foram explicadas em notas entre parênteses ou em rodapé. Por exemplo, “mesinho” (leia-se “mecinho”) é uma palavra em língua crioula guineense para remédio, medicamento ou amuleto.

## RESUMO

Este trabalho é uma reflexão memorialística de natureza exploratória, qualitativa e narrativa sobre o processo da independência e da reconstrução da Guiné-Bissau. Recorri à memória porque a situação e a realidade sobre as quais eu refleti moldaram a história da minha geração e a dos meus pais. Fiz a reflexão sobre quatro abordagens: as particularidades da luta armada e diplomática de libertação conduzida pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em dois territórios geograficamente apartados, as implicações do engajamento do bloco social-comunista na luta armada e diplomática do PAIGC no contexto da Guerra Fria, os desafios da reconstrução nacional e o papel do Brasil na construção do Estado da Guiné-Bissau. O meu objetivo foi, através dessas abordagens, identificar os acertos e os desacertos do Partido no processo da luta de libertação nacional e da reconstrução nacional; as lições que podem ser aproveitadas dos sucessos da luta de libertação. Essa é uma das formas que eu encontrei para contribuir no debate sobre a instabilidade política que assola o país desde a guerra civil de 1998-99. Concluí que o PAIGC, quando assumiu o controle de todo o território guineense, não manteve os fatores que o particularizaram de outros movimentos de libertação: o diálogo democrático com o envolvimento efetivo do povo e o espírito de mobilização da população como fez nas Zonas Libertadas. Negligenciou a noção de que a luta de reconstrução nacional era também um fato cultural e um fator de cultura e abandonou quase por completo as tabancas onde funcionaram as suas estruturas operacionais e administrativas durante a luta de libertação. Em Bissau, os dirigentes civis e militares do Partido renunciaram o suicídio de classe e aderiram aos encantos do poder com o luxo proporcionado pelo poder (casa com criados, carro Volvo com motorista, salários relativamente altos, divisas) e foram engolfados pela burocracia e pela classe média remanescente da administração portuguesa. As altas patentes das forças armadas, achando-se preteridas da sua função de militantes armados, frequentemente abandonam os quartéis para cobrar protagonismo na administração pública civil. O ativismo dos militares agravou as disputas entre os partidos políticos e, em consequência, desestabilizou a política do país. Todavia, a Guiné-Bissau, independentemente do governo em função, mantém a política externa não alinhada e autônoma. Mais do que uma tradição do PAIGC, essa política é também por necessidade de ajuda externa para o custeio do seu programa de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Luta de Libertação; Reconstrução Guiné-Bissau; Brasil; Cooperação Sul-Sul.



## ABSTRACT

This work is a memorialistic reflection of an exploratory, qualitative and narrative nature on the process of independence and reconstruction of Guinea-Bissau. I turned to memory because the situation and reality I reflected on shaped the history of my generation and that of my parents. I reflected on four approaches: the particularities of the armed and diplomatic liberation struggle conducted by the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) in two geographically separated territories, the implications of the engagement of the social-communist bloc in the armed and diplomatic struggle of the PAIGC in the context of the Cold War, the challenges of national reconstruction and the role of Brazil in the construction of the State of Guinea-Bissau. My aim was, through these approaches, to identify the Party's successes and failures in the process of national liberation struggle and national reconstruction; the lessons that can be drawn from the successes of the liberation struggle. This is one of the ways I have found to contribute to the debate about the political instability that has plagued the country since the 1998-99 civil war. I concluded that the PAIGC, when it took control of the entire Guinean territory, did not maintain the factors that particularized it from other liberation movements: democratic dialogue with the effective involvement of the people and the spirit of mobilization of the population as it did in the Liberated Zones. It neglected the notion that the struggle for national reconstruction was also a cultural fact and a factor of culture and almost completely abandoned the *tabancas* where its operational and administrative structures functioned during the liberation struggle. In Bissau, the Party's civilian and military leaders renounced class suicide and embraced the charms of power with the luxury it affords, and were engulfed by the bureaucracy and the remaining middle class of the Portuguese administration. The high ranks of the armed forces, finding themselves deprecated from their function as armed militants, often leave the barracks to demand protagonism in the civil public administration. The military's activism has aggravated disputes between political parties and, as a result, destabilized the country's politics. However, Guinea-Bissau, regardless of the government in office, maintains a non-aligned and autonomous foreign policy. But, more than a tradition of the PAIGC, this policy is also due to the need for foreign aid to fund its development program.

Keywords: Liberation Struggle; Reconstruction of Guinea-Bissau; Brazil; South-South Cooperation.

## RÉSUMÉ

Cet ouvrage est une réflexion mémorialiste de nature exploratoire, qualitative et narrative sur le processus d'indépendance et de reconstruction de la Guinée-Bissau. Je me suis tourné vers la mémoire parce que la situation et la réalité sur lesquelles j'ai réfléchi ont façonné l'histoire de ma génération et celle de mes parents. J'ai réfléchi sur quatre approches: les particularités de la lutte de libération armée et diplomatique menée par le Parti Africain pour l'Indépendance de la Guinée et du Cap-Vert (PAIGC) dans deux territoires géographiquement séparés, les implications de l'engagement du bloc social-communiste dans la lutte armée et diplomatique du PAIGC dans le contexte de la Guerre Froide, les défis de la reconstruction nationale et le rôle du Brésil dans la construction de l'État de Guinée-Bissau. Mon but était, à travers ces approches, d'identifier les succès et les échecs du Parti dans le processus de lutte de libération nationale et de reconstruction nationale; les leçons que l'on peut tirer des succès de la lutte de libération. C'est l'un des moyens que j'ai trouvés pour contribuer au débat sur l'instabilité politique qui sévit dans le pays depuis la guerre civile de 1998-99. J'en ai conclu que le PAIGC, lorsqu'il a pris le contrôle de l'ensemble du territoire guinéen, n'a pas maintenu les facteurs qui le distinguaient des autres mouvements de libération: le dialogue démocratique avec l'implication effective du peuple et l'esprit de mobilisation de la population comme il l'a fait dans les zones libérées. Il a négligé l'idée que la lutte pour la reconstruction nationale était aussi un fait culturel et un facteur de culture et a presque complètement abandonné les *tabancas* où ses structures opérationnelles et administratives fonctionnaient pendant la lutte de libération. À Bissau, les dirigeants civils et militaires du Parti ont renoncé au suicide de classe et ont adhéré aux charmes du pouvoir avec le luxe offert par le pouvoir, et ont été engloutis par la bureaucratie et la classe moyenne restante de l'administration portugaise. Les hauts gradés des forces armées, se trouvant dépréciés de leur fonction de militants armés, quittent souvent les casernes pour exiger le protagonisme dans l'administration publique civile. L'activisme de l'armée a aggravé les conflits entre les partis politiques et, par conséquent, déstabilisé la politique du pays. Cependant, la Guinée-Bissau, quel que soit le gouvernement en place, maintient une politique étrangère non alignée et autonome. Plus qu'une tradition du PAIGC, cette politique est aussi due au besoin d'aide étrangère pour financer son programme de développement.

**Mots-clés:** Lutte de libération; Reconstruction de Guinée-Bissau; Brésil; Coopération Sud-Sud.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Vista parcial de uma praça e mercado popular de Bula.....	60
Foto 2 – Saída Sul de Bula para Bissau.....	60
Foto 3 – Mesa Diretiva da Primeira Assembleia Nacional Popular .....	92
Foto 4 – Vista da entrada Sul da Fortaleza de Amura .....	100
Foto 5 – Amílcar Cabral .....	165
Foto 6 – Vista parcial do Centro de Bissau .....	239
Foto 7 – Vista da região portuária de Bissau .....	239
Foto 8 – Praça dos Heróis Nacionais (antiga Praça do Império) .....	241
Foto 9 – Palácio do governador da província (atual da Presidência da República) .....	242
Fotos 10 e 11 – Duas vistas da Bissau Velha .....	242
Foto 12 – Ilustração da desaffricanização de nativos operada pelos colonialistas brancos ...	255
Foto 13 – Paulo Freire, Mário Cabral e Claudius Ceccon .....	258
Fotos 14 a 17 – Cenas do Centro de Formação de Professores em Có .....	263
Fotos 18 a 22 – Atividades nos Círculos de Cultura em Cacheu e Ingoré .....	264
Fotos 23 e 24 – Uma jovem senhora e um rapaz alfabetizando .....	265
Foto 25 – Polícia Federal brasileira em capacitação de oficiais da Guiné-Bissau .....	370
Fotos 26 e 27 – Cerimônia de Graduação da turma de 2023 .....	372
Foto 28 – Guineense morto em Cuiabá .....	381
Foto 29 – Ponte Hercílio Luz .....	386
Foto 30 – Antiga Alfândega .....	387

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Compra de escravos no sertão no fim do século XVIII .....	102
Quadro 2 – Investimentos por setores (Ano de 1979) .....	288
Quadro 3 – Configuração das patentes militares na Guiné-Bissau .....	300
Quadro 4 – Tentativas de reforma no setor da defesa e segurança na Guiné-Bissau .....	302
Quadro 5 – Grandes crises político-militares .....	303
Quadro 6 – Lista de países africanos qualificados para HIPC (em março de 2019) .....	321
Quadro 7 – PEC-G – Selecionados África 2000-2019 .....	367
Quadro 8 – Nº de guineenses nos cursos de graduação na UFSC por ano e situação .....	373
Quadro 9 – Nº de guineenses nos cursos de pós-graduação na UFSC por ano e situação .....	374

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Geografia Político-Administrativa da Guiné-Bissau .....	59
Mapa 2 – Zonas Libertadas pelo PAIGC .....	79
Mapa 3 – Comércio Triangular .....	98
Mapa 4 – Partilha e ocupação do continente africano .....	109
Mapa 5 – Infográfico da área central de Bissau .....	238

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>2.</b>	<b>MARCO REFERENCIAL DE MEMÓRIA .....</b>	<b>45</b>
<b>3.</b>	<b>DA RESISTÊNCIA À INDEPENDÊNCIA NACIONAL .....</b>	<b>59</b>
3.1	PARTICULARIDADES DA LUTA NA PROVÍNCIA DA GUINÉ .....	70
3.2	COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E COMÉRCIO TRIANGULAR .....	95
3.3	IMPERIALISMO E PARTILHA DA ÁFRICA .....	108
<b>3.3.1</b>	<b>Resistência e Campanhas de Pacificação da Guiné Portuguesa .....</b>	<b>112</b>
3.4	RESISTÊNCIA ORGANIZADA NO SÉCULO XX .....	117
<b>4.</b>	<b>FATORES DE SUCESSO NA LUTA DE LIBERTAÇÃO .....</b>	<b>124</b>
4.1	CULTURA COMO FATOR DE MOBILIZAÇÃO E UNIDADE NACIONAL .....	124
4.2	AMÍLCAR CABRAL .....	164
4.3	LUTA DE LIBERTAÇÃO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA .....	200
<b>5.</b>	<b>PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DA GUINÉ-BISSAU .....</b>	<b>230</b>
5.1	EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO “HOMEM NOVO” .....	253
5.2	“MOVIMENTO REAJUSTADOR” .....	278
5.3	DEMOCRACIA NA INSTABILIDADE POLÍTICA .....	293
<b>5.3.1</b>	<b>Ativismo Militar .....</b>	<b>297</b>
<b>6.</b>	<b>PAPEL DO BRASIL NA CONSTRUÇÃO DA GUINÉ-BISSAU.....</b>	<b>307</b>
6.1	RELAÇÕES BRASIL E GUINÉ-BISSAU.....	307
6.2	COOPERAÇÃO SUL-SUL .....	355
<b>6.2.1</b>	<b>Programa Estudante-Convênio .....</b>	<b>363</b>
<b>6.2.2</b>	<b>Encontro e Desencontro dos Estudantes-Convênio .....</b>	<b>369</b>
<b>6.2.3</b>	<b>Florianópolis: Meu Território Biográfico na Diáspora .....</b>	<b>373</b>
6.3	FUGA DE CÉREBROS .....	400
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>405</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>438</b>
	<b>REFERÊNCIAS DE FOTOGRAFIAS .....</b>	<b>450</b>
	<b>APÊNDICE A – ARTIGO SOBRE O PERIGO DO TRIBALISMO .....</b>	<b>452</b>
	<b>APÊNDICE B – CARTA A MALAM BACAI SANHÁ .....</b>	<b>455</b>
	<b>APÊNDICE C – CARTA A KUMBA YALÁ .....</b>	<b>457</b>
	<b>APÊNDICE D – CARTA AO PRESIDENTE DO BRASIL .....</b>	<b>459</b>
	<b>APÊNDICE E – CARTA (FAX) AO PRESIDENTE DE PORTUGAL .</b>	<b>462</b>

<b>APÊNDICE F – CARTA DA PRESIDÊNCIA DA FRANÇA .....</b>	<b>464</b>
<b>APÊNDICE G – ARTIGO SOBRE A GUERRA CIVIL .....</b>	<b>466</b>
<b>ANEXO – DECLARAÇÃO DE BOLSISTA DO PEC .....</b>	<b>469</b>

“O passado traz consigo um índice secreto que o impele à redenção.”

Benjamin, Walter, In *Infância Berlinense*, 1929.

## 1. INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1950 e 1970, o PAIGC conduziu uma luta armada e diplomática muito bem sucedida contra o colonialismo português na então Guiné Portuguesa e em Cabo Verde, culminando com a libertação dos dois países em 1974 e 1975, respectivamente. A capacidade que o Partido<sup>1</sup> teve na mobilização do povo à causa da independência e a liderança de Amílcar Cabral<sup>2</sup> são apontadas como os principais fatores internos para esse sucesso. O Partido conseguiu, assim, um feito único na história dos movimentos de libertação nacional na África: de um lado, unir 30 etnias guineenses e, do outro lado, guineenses e cabo verdianos em torno do objetivo dessa luta. Mapeou as características particulares de cada etnia e do povo cabo verdiano e investiu na eliminação das clivagens étnicas, religiosas, de classe e de nacionalidade. “Este aspecto da política do PAIGC constitui sem sombra de dúvida e em si mesmo uma das grandes vitórias do movimento de luta pela independência na Guiné-Bissau” (LOPES, 1982, p. 48).

Todavia, a capacidade mobilizadora apenas não seria suficiente para conduzir o Partido à vitória contra o colonialismo português. Consta que a Guerra Fria foi, provavelmente, o fator mais determinante para essa vitória tanto na frente militar, quanto nos

---

<sup>1</sup> Partido – Amílcar Cabral explicou a razão de se chamar o PAIGC de “Partido”, não movimento: “Se vocês repararem bem, nós somos os únicos que criamos um Partido, uma organização com o nome de Partido. Houve talvez outros, mas nós somos um Partido, apesar de antes nunca ter havido um Partido na nossa terra. [...] É que, para nós, na nossa concepção, Partido é uma organização muito mais definida, muito mais clara. Partido é todo aquele que toma parte numa dada ideia, numa dada coisa, num dado caminho. Movimento é uma coisa muito vaga. O nosso Partido, talvez seja hoje, ainda, na realidade, um movimento, mas o nosso trabalho tem que ser transformá-lo em Partido cada dia mais. E desde o começo nós demos-lhe o nome de Partido para que todos entendam que temos ideias bem claras sobre o caminho que estamos a seguir, sobre aquilo que queremos, ao serviço da nossa terra e do nosso povo, na Guiné e Cabo Verde, ao serviço da África e da humanidade, na medida em que possamos dar alguma contribuição. Partido, porque nós entendemos que para dirigir um povo para a libertação e para o progresso é fundamentalmente preciso uma vanguarda, gente que mostra de fato que é a melhor e que é capaz de provar isso na prática” (AMILCAR CABRAL, 1974, p. 105).

<sup>2</sup> Cabral – Três personalidades guineenses com sobrenome Cabral foram citadas dezenas de vezes ao longo do trabalho: Amílcar Cabral, Luís Cabral e Mário Cabral. Amílcar foi o líder-fundador do PAIGC. Ele foi citado, ora como autor, ora como sujeito de ação ou objeto de análise. Luís era irmão de Amílcar e foi primeiro presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau. Mário foi o primeiro comissário de Estado da Educação Nacional. Citei também Vasco Cabral, que foi outro dirigente histórico do Partido e, junto com Amílcar Cabral, morou na “Casa do Estudante do Império” em Lisboa. Para facilitar a identificação de cada um deles, citei-os pelos seus nomes e sobrenomes.



campos político e diplomático. A Guerra Fria, ao mesmo tempo em que polarizava o mundo em dois blocos geopolíticos, beneficiava aos movimentos independentistas e anticolonialistas no mundo inteiro, dentre os quais o PAIGC. O bloco social-comunista,<sup>3</sup> liderado pela então União Soviética, serviu de referência ideológica a esses movimentos, no âmbito da sua estratégia de ocupação de espaços geográficos e de influência política contra o liberalismo capitalista capitaneado pelos Estados Unidos de América (EUA).

Nesse contexto de polarização, enquanto o governo português tinha o apoio dos EUA e de seus aliados ocidentais, o Partido recebia ajudas logística, bélica e diplomática do bloco social-comunista. Sem esse apoio, não teria tido condições financeiras para adquirir armamentos modernos, treinar os seus militantes no manejo desses equipamentos, implantar estruturas político-administrativas (escolas, hospitais, estabelecimentos comerciais etc.) nas Zonas Libertadas, na República da Guiné, no Senegal e até em Cuba<sup>4</sup> e formar quadros para a administração dessas estruturas, enquanto ainda guerreava pela libertação dos territórios guineense e cabo verdiano. Mesmo na hipótese de que tivesse conseguido recursos financeiros através, por exemplo, da venda clandestina de *commodities*, o Partido não teria facilidades para comprar armamentos dos países capitalistas aliados do regime português. Naquela época, o fluxo transversal do comércio internacional sofria fortes restrições por causa das disputas entre os dois blocos geopolíticos.

Entretanto, já no processo<sup>5</sup> da reconstrução nacional<sup>6</sup> e embora emulasse certos princípios ideológicos desse bloco, como o monopartidarismo, a estatização do ensino e da mídia e o controle da expressão, o Partido não oficializou o marxismo-leninismo, ao contrário do que fizeram o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a FRELIMO

---

<sup>3</sup> Social-comunismo – Adotei essa nomenclatura porque nesse bloco ideológico todos os países estavam ainda na fase socialista (implantação da ditadura do proletariado e da transformação do modo de produção) da revolução, apesar de serem liderados por partidos comunistas.

<sup>4</sup> O PAIGC, em convênio com o governo cubano, implantou um Internato na ilha da Juventude, para estudantes da pré-escola e dos níveis primário e secundário.

<sup>5</sup> Processo – Por que “processo”? Além de perceber esse conceito como uma dinâmica social, tomei emprestados os entendimentos de Amílcar Cabral (1974) e Paulo Freire (1978) sobre a dinâmica das coisas e da realidade humana. Tanto Amílcar Cabral, quanto Freire entendeu que o mundo não é estático, ‘está sendo’. Logo, tudo que existe (o ‘ser’) não é uma estrutura, mas um processo, e, no caso do ‘ser’ humano, o processo é mais claro, na medida em que homens e mulheres constituem uma permanente tensão entre o ‘ser’ e o querer ‘ser mais’.

<sup>6</sup> Reconstrução Nacional – Para o Partido, a reconstrução nacional é a continuação da luta de libertação. Gadotti (2012, p. 92) afirmou que “[o] objetivo da luta revolucionária não se limitava à conquista do poder e à libertação política do colonizador”. A luta de libertação e a de reconstrução são processos contínuos, pois a “libertação política não elimina a presença do colonizador. Ele continua na cultura imposta e introjetada no colonizado [...] Assim como é necessária a luta social para a descolonização política, também é necessária a luta por uma outra educação, libertada dos traumas coloniais e que consiga descolonizar as mentes” (GADOTTI, 2012, p. 101).

(Frente de Libertação de Moçambique). Também não aderiu a outras ideologias derivadas do marxismo-leninismo como, por exemplo, o maoísmo na República Popular da China, o kimismo da família Kim na Coreia do Norte e o castrismo dos irmãos Fidel e Raul Castro em Cuba.

O PAIGC adotou uma política externa pragmática e de não alinhamento pleno ao bloco social-comunista. Na verdade, essa postura já constava da sua visão estratégica do mundo e das relações internacionais. Amílcar Cabral insistia que, dadas às condições estruturais e socioeconômicas da Guiné<sup>7</sup> e Cabo Verde, o Partido não podia se dar ao luxo de recorrer apoios para a luta de libertação. Essa relativa autonomia nas relações internacionais foi continuada após a luta armada. O pragmatismo e o não alinhamento diplomáticos foram também por imperativos socioeconômicos.

Lopes (1982, p. 117) afirmou que, por causa das receitas baixas e, portanto, insuficientes para cobrir as despesas ordinárias e fazer investimentos, a “Guiné-Bissau<sup>8</sup> é dependente em grande parte da ajuda externa, o que está implícito na sua abertura política, no plano diplomático”. Ele explicitou que essa ajuda é, sobretudo, bilateral (78,2%), mas provém igualmente de organismos multilaterais como a Comunidade Econômica Europeia (CEE, atual União Europeia), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo das Nações para a Agricultura e Alimentação (FAO). Exemplificou que, no período de 1976 a 1978, a União Soviética e a República Democrática da Alemanha (RDA) forneceram a maior parte da ajuda bilateral, com, respectivamente, 15,2%, e 11%. A Suécia, com 13,2%, foi a maior provedora no Ocidente e segunda na relação geral de fornecedores de ajuda externa. Em 1979, a Holanda aumentou a sua ajuda cobrindo o déficit da balança de pagamentos da Guiné-Bissau. Em 1978, de acordo com o levantamento feito pelo sociólogo guineense, a ajuda externa

---

<sup>7</sup> Guiné – Etimologicamente, Guiné deriva da nomenclatura dada por navegadores europeus, provavelmente lusitanos, à região da costa atlântica que se estende entre o deserto do Saara e as savanas ao Sul. Para distingui-la de outras Guinés na região (República da Guiné e Guiné Equatorial) e na Oceania (Papua Nova Guiné), o território foi nominado “Guiné Portuguesa” por Portugal, mas passou a chamar-se Guiné-Bissau, quando o Partido proclamou a independência em setembro de 1973. Supõe-se que o apelativo Bissau venha do nome da ilha onde a cidade-capital está localizada e referia-se à etnia que habitava originalmente a região. Existe uma versão que sustenta que o nome Bissau tenha derivado, por corruptela, do termo “bas-sau” (plural de “nas-sau”) que algumas etnias (a mancanhe ou bahúla, por exemplo) utilizam para nominar os habitantes originários da antiga ilha. Observe-se que, em crioulo, os “bas-saus” são referidos como “pepels”. Esta grafia é apenas uma aproximação à fonética da língua pepel. Os portugueses chamaram essa etnia de pepel.

<sup>8</sup> Guiné-Bissau – Quando falo da Guiné-Bissau, refiro-me ao país proclamado independente em 1973, com o reconhecimento *de jure* por Portugal em 1974. Ao me referir ao país no período anterior à sua independência, citei-o como “provincia da Guiné”, “Guiné Portuguesa” ou simplesmente “Guiné”, como é comum os guineenses referirem-se ao seu país-natal.

ultrapassou, em volume, os dois componentes do orçamento do Estado: funcionamento da administração (1.200 milhões de Pesos guineenses; R\$31.252.780,80 no câmbio de junho de 2023) e investimentos (1.500 milhões; R\$39.065.976,00). A ajuda externa foi de 2.100 milhões de Pesos guineenses (R\$54.692.366,40). Embora os dados citados por Lopes fossem das décadas de 1970 e 1980, a Guiné-Bissau permaneceu muito dependente da ajuda externa nas décadas subsequentes.

A diplomacia pragmática e não alinhada do PAIGC abriu caminho à cooperação com dezenas de países dos dois blocos geopolíticos, inclusive com Portugal que tinha saído da “Revolução dos Cravos” de 25 de Abril de 1974; com os EUA, o centro nevrálgico do sistema liberal-capitalista contemporâneo; e com o Brasil, o gigante da América Latina e do Hemisfério Sul, que, durante a “guerra colonial”, apoiou quase o tempo todo o regime colonialista português em fóruns internacionais contra as investidas políticas e diplomáticas dos movimentos de libertação na África.

No caso do Brasil, a postura do Partido veio a calhar com a mudança de posição de sucessivos governos brasileiros com relação aos interesses do regime português nessas colônias. Em 1974, o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) reconheceu a independência da Guiné-Bissau e no ano seguinte a de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola. O Brasil foi o primeiro país capitalista a reconhecer a independência desses países.

O presidente João Figueiredo (1980-1985), o último presidente do regime militar e sucessor de Geisel na chefia do Estado brasileiro, visitou a África, inclusive a Guiné-Bissau. A política externa do presidente José Sarney (1985-1989) para a Guiné-Bissau foi assentada principalmente no fortalecimento das relações entre os países de língua portuguesa. No seu governo, foi criado o Instituto de Língua Portuguesa e foram lançadas as bases para a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a aprovação do Novo Acordo Ortográfico. Embora com tempo muito limitado na Presidência da República, os governos dos presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) mantiveram a política externa para a África dos seus antecessores. A atuação da diplomacia brasileira, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), em articulação com a CPLP, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), União Africana (UA), União Europeia (EU) e Nações Unidas, foi determinante para o fim da guerra civil na Guiné-Bissau entre 1998 e 1999.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), aprofundaram a política externa brasileira para a

CPLP e expandiram as relações com os países africanos. O foco na África do presidente Lula da Silva fazia parte da estratégia do seu governo de dinamizar a Cooperação Sul-Sul (CSS). A sua atenção à CPLP e ao Sul Global<sup>9</sup> acabou transformando o Brasil num dos principais parceiros da construção do Estado da Guiné-Bissau, principalmente na formação de quadros superiores e técnicos guineenses.

Os governos dos presidentes Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2023), mesmo dando prioridade às relações com o Norte Global, também mantiveram acordos e até assinaram novos acordos com os países africanos e também com a Guiné-Bissau.

No geral, o Brasil transformou-se no principal fiador da estabilidade política da Guiné-Bissau, seja por iniciativa bilateral, seja no âmbito do sistema das Nações Unidas e em coordenação com a CPLP, a CEDEAO, a UA, a UE. e outros fóruns multilaterais.

Recorri à memória para refletir sobre o processo da independência e da reconstrução da Guiné-Bissau, por perceber que a situação e a realidade desse país objeto da minha reflexão são, afinal, um encontro com a minha própria história, a história da minha geração e a dos meus pais. As duas gerações vivenciaram os grandes acontecimentos que moldaram o que é hoje a Guiné-Bissau: a fundação do PAIGC, em 1956, em plena Guerra Fria; o massacre de Pidjiguiti, em 1959, no qual as forças portuguesas mataram a tiros dezenas de estivadores guineenses que reivindicavam melhores condições de trabalho no então principal cais portuário de Bissau; a guerra de libertação que durou de 1963 a 1974 e culminou com a proclamação unilateral da independência em 24 de setembro de 1973 na localidade de Madina de Boé no Leste do país; o golpe de Estado de 25 de Abril (a “Revolução dos Cravos”) de 1974 que acabou tanto com a ditadura do Estado Novo, quanto com o Império Português na África; e o reconhecimento *de jure* da independência da Guiné-Bissau por Portugal em agosto de 1974. Festejamos a retirada total das forças administrativas e militares portuguesas do solo guineense em setembro e outubro de 1974. Participamos em graus variados no poder monocrático do PAIGC que durou até 1991, quando a Constituição da República foi reformada, tornando possível a legalização de partidos da oposição e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994. E vivenciamos a instabilidade política com perseguições e até fuzilamento de “reacionários” e “traidores da pátria”, golpes de Estado, guerra civil que envolveu interesses geopolíticos de França.

---

<sup>9</sup> Referência aos países em desenvolvimento cuja maioria se localiza no Hemisfério Sul, em oposição ao Norte Global onde se concentram quase todos os países desenvolvidos e centrais na geopolítica mundial.

A opção pela reflexão memorialística para a abordagem deste tema originou-se principalmente do meu encontro com os diários de Walter Benjamin nas aulas com o professor Alexandre Fernandez Vaz no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.<sup>10</sup> Atraíram-me os expedientes metodológicos adotados pelo pensador alemão para os seus diários sobre várias cidades que marcaram a sua vida pessoal e pública, particularmente Berlim (Alemanha), Moscou (Rússia; União Soviética) e Paris (França): reflexões filosóficas em forma de registros descritivos e narrativos em primeira pessoa. Ao carregar as suas memórias destas cidades, ele apresentou-nos uma bem elaborada reflexão sobre o cenário sociopolítico e cultural europeu e, por tabela, a situação geopolítica da sua época.

A Berlim, que foi descrita por Walter Benjamin em “Rua de Mão Única – Infância Berlinese: 1900”, aparece envolta numa coletânea de aforismos com sonhos pessoais do autor alemão. A obra, que foi publicada em 1928, em plena República de Weimar, está recheada de cartazes, monumentos, praças, galerias e outras representações filosóficas dele sobre Berlim e sobre o mundo. De acordo com Freitas (2013), ao transformar as suas memórias de infância em objeto de análise histórico-social, Benjamin procurou “ênfatizar duas coisas que não são típicas em livros de memórias: o quadro político da memória (em que ‘eu’ são ‘muitos’) e a construção das lembranças *a posteriori* (é o ato de lembrar que dá sentido ao passado, e não o contrário)”. Em suma, “[s]em abandonar nenhum dos seus temas anteriores (mito, linguagem, alegoria), Benjamin passou a encará-los pela perspectiva das grandes cidades modernas, dando início ao ambicioso projeto de elaborar uma filosofia da história centrada na crítica dos fetiches e mitos específicos da cultura capitalista (‘progresso’, ‘novidade’, ‘mercadoria’ etc.)”.

Os aforismos de Benjamin sobre a Berlim da sua infância inspiraram-me a resgatar as memórias da minha infância e adolescência em Bula como um dos espelhos da multietnicidade e multiculturalidade da Guiné-Bissau. Além disso, a cidade de Berlim foi o marco-zero do expansionismo nazifascista de Adolf Hitler que levou o mundo à Segunda Guerra e foi o fulcro da Guerra Fria. Acabou que, como já citei anteriormente, o PAIGC e outros movimentos nacionalistas, independentistas e anti-imperialistas beneficiaram-se da polarização entre o Ocidente liberal-capitalista e o Leste social-comunista. Durante a Guerra

---

<sup>10</sup> O professor Alexandre F. Vaz falava do pensador alemão no contexto da Modernidade na periferia do capitalismo, numa aula da disciplina “Cidades, Modernidades e Sensibilidades”, no dia 12 de março de 2021. Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, 2021.

Fria, a parte Leste de Berlim foi a capital da República Democrática da Alemanha (RDA), talvez, a maior referência do internacionalismo proletário na Europa, depois da bicontinental União Soviética.

Se a Berlim, que foi descrita e pensada por Benjamin em “Infância Berlinense...” espelha as memórias da minha infância e foi o fulcro da Guerra Fria, Moscou foi o centro do social-comunismo, do internacionalismo proletário e um dos pratos da balança dessa confrontação ideológica entre os dois blocos. Sobre Moscou, Benjamin produziu um diário que, na realidade, é uma coleção de cartas para Gershom Scholem e Jula Radt, nas quais refletiu de forma fragmentada sobre o que tinha percebido nos dois meses em que esteve na capital russa, de seis de dezembro de 1926 ao início de fevereiro de 1927. No Prefácio do Diário (BENJAMIN, 1989, p. 11), Gershom Scholem disse que se tratava de um documento absolutamente mais pessoal, total e impiedosamente mais franco que se tinha sobre um período importante da vida de Benjamin. Catani (2022, p. 15) citou que o pensador alemão registrou da seguinte forma a sua chegada à capital russa no dia seis de dezembro: “No trem, memorizei o nome e o endereço de um hotel para o caso de ninguém estar me esperando na estação. [...] Na fronteira, fizeram com que eu pagasse a diferença de preço e viajasse na primeira classe, sob a alegação de que não havia mais lugar na segunda. Fiquei aliviado por ninguém me ter visto descer do vagão-leito [...]”.

Benjamin foi à Moscou movido, de um lado, pela paixão intelectual e erótica à letã Asja Lacis e, do outro lado, pela simpatia que nutria à Revolução Russa (Bolchevique). No entanto, ele foi recepcionado por várias decepções, principalmente com a vida de Lacis e com a capital da Rússia. Com relação à Asja Lacis, a sua expectativa foi prejudicada pelo estado de saúde dela. Scholem escreveu no Prefácio que “Desde a chegada de Benjamin à Moscou até pouco antes da sua partida, Asja encontra-se doente e hospitalizada num sanatório, mas não nos é dado saber sobre a natureza da sua doença” (BENJAMIN, 1989, p. 15). Lacis era uma letã (da Letônia, uma das 15 repúblicas da extinta União Soviética) com quem Benjamin morou durante quase dois meses, no período em que ela residiu em Berlim de 1928 a 1930.

Como ficou claro nesse diário e em outras obras de Benjamin, o relacionamento com a intelectual e militante letã marcou a vida dos dois, que se conheceram, em 1924, na cidade italiana de Capri e, desde então, as suas vidas ficaram entrelaçadas; fizeram referências mútuas nas respectivas obras. Em 1928, ele fez dedicatória a ela em a *Infância Berlinense*. Scholem citou que Lacis também fez dedicatória ao amigo, em “*Revolutionär um Beruf*” (Revolucionária Profissional), e que este se referia a ela como “uma letã bolchevista de Riga” ou como “uma revolucionária russa de Riga, uma das mulheres marcantes que já conheci”

(BENJAMIN, 1989, p. 14-15). A decepção com a capital russa foi de caráter estético, ideológico e literário. Ele queria conhecer a “fisionomia” da cidade e a situação da Rússia com mais profundidade, “para estabelecer vínculos com aquele país e, eventualmente, filiar-se ao Partido Comunista Alemão”.<sup>11</sup> Entretanto, pelo que consta no Diário e nas cartas sobre esse assunto, depois de visitar Moscou, ele desistiu da ideia de filiar-se ao Partido Comunista da Alemanha por causa dos limites éticos e políticos que ele não queria ultrapassar.

Ele viajara com altas expectativas sobre o meio literário moscovita, mas voltou amargurado. Essa amargura foi externada na carta dele publicada na revista “Die Kreatur”, em fevereiro de 1927:

Minha colocação guardará distância de toda e qualquer teoria. Espero conseguir, assim, deixar falar a criatura [Das Kreatürliche], até onde pude perceber e assimilar esta língua muito nova, que causa estranheza e ressoa alto, atravessando a máscara sonora de um meio ambiente que foi totalmente modificado. Quero, neste momento, apresentar a cidade de Moscou de tal forma que ‘todo o factual já seja teoria’, e, assim, me abster de qualquer abstração dedutiva, de qualquer prognóstico, e até, dentro de certos limites, de qualquer julgamento. É minha convicção inabalável que, neste caso, que tudo isto não pode, de modo algum, ser formulado com base em ‘dados especulativos’, mas somente com base em fatos econômicos – dos quais, até mesmo na Rússia, são poucos os que têm uma visão de conjunto bastante ampla. Moscou, como se apresenta neste momento, permite entrever, sob a forma esquemática, todas as possibilidades – sobretudo as relativas ao fracasso ou êxito da Revolução. Em qualquer dos casos, porém, resultará algo imprevisível, cuja configuração será bem distinta de toda previsão programática, e isto se delinea hoje sólida e nitidamente nos homens e no seu meio (BENJAMIN, 1989, p. 13).

Catani (2020), citando o Prefácio de Scholem ao Diário e os registros do próprio Benjamin, detalhou os motivos da frustração deste com Moscou: uma cidade com aparência de uma fortaleza e uma situação política ditatorial; o clima rigoroso com temperaturas extremamente baixas; o desconhecimento da língua russa; a presença de Reich, seu amigo e companheiro de andanças no inverno moscovita, com quem havia escrito, em 1925, um artigo sobre o teatro; o estilo pequeno-burguês das decorações; as conversas improdutivas com intelectuais de Moscou; os burocratas da era NEP (Nova Política Econômica). Na mesma obra, Catani acrescentou que até coisas comuns numa cidade moderna e que poderiam fazer parte da rotina de um intelectual europeu entraram no cardápio de decepções de Benjamin: as “inúmeras idas aos teatros, cinemas, museus e exposições”; os “restaurantes, cafés, confeitarias e cervejarias”; “os mascates e os vendedores ambulantes; os livros infantis e os antigos cartões postais; suas inúmeras compras de brinquedos de madeira, casinhas e bichos de papel etc.”.

---

<sup>11</sup> Benjamin, 1989, p. 12.

Como pontuei anteriormente, o PAIGC, mesmo não tendo oficializado o alinhamento ao social-comunismo, ainda orbitava sob a esfera desse bloco geopolítico e geoeconômico até a queda do Muro de Berlim em 1989 que marcou simbolicamente o fim da Guerra Fria. Até então, a Guiné-Bissau recebeu apoio técnico e logístico maciço do bloco e centenas de especialistas soviéticos, alemães (da então República Democrática da Alemanha, RDA), iugoslavos, checoslovacos, húngaros, búlgaros, cubanos envolveram-se no processo da construção do Estado da Guiné-Bissau.

Eles estavam no país não só para trabalhar pelo desenvolvimento do novo Estado africano, como também para participar na catequização dos guineenses ao modelo social-comunista de sociedade. Um exemplo dessa catequização foi o ensino da língua russa. Reporto-me a uma professora de russo que trabalhou na segunda metade dos anos 1970 no Liceu Nacional Kwame Nkrumah em Bissau. A jovem, alta, encorpada, de cabelo ruivo e curto,<sup>12</sup> sempre de óculos de aros arredondados e um leque por perto, contava maravilhas sobre a capital soviética e sobre o sistema bolchevique. Orgulhava-se com a Praça Vermelha, o Kremlin, a Leningrado (São Petersburgo), o cosmonauta Yuri Gagarin, o Sputnik, o heroísmo do Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial etc. Ela estava convicta de que os “Americanos” não possuíam poderio militar e capacidade tecnológica perto do que a União Soviética tinha. Para ela, se não fosse o Exército Vermelho, Adolf Hitler teria ganhado a Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, dominado o mundo. Emocionava-se de saudades da Yakutsk, sua cidade natal na Sibéria. No entanto, evitava negatividades sobre o seu imenso país. Por exemplo, não falava de Gulag e das luxuosas *datchas* (casas de veraneio) na Crimeia<sup>13</sup> onde a elite do Politburo do Partido Comunista soviético veraneava. Talvez ela nem soubesse da existência delas e de outras mordomias desses “Camaradas”. Mesmo se ela soubesse, seria demais querer que uma militante da juventude soviética mencionasse o campo de concentração para onde os “inimigos” da Revolução eram desterrados, ou que denunciasse os privilégios dos “Grandes Líderes”. Havia outro problema: se ela falasse de coisas ruins do seu país, havia alta probabilidade de que fosse denunciada por algum aluno-informante à reitoria do liceu ou à Embaixada soviética em Bissau.

A disciplina de russo, apesar de ser facultativa, fazia parte da política internacionalista da União Soviética e da ampliação da sua influência cultural no mundo.

---

<sup>12</sup> Ela cortou o cabelo “para refrescar a cabeça do calor tropical”.

<sup>13</sup> A península da Crimeia faz parte da Ucrânia, uma das 15 repúblicas da extinta União Soviética. Mas, a Rússia anexou-a em 2014, e desde então a Ucrânia reivindica a sua reintegração ao seu território.



Quase todos os alunos inscritos estavam lá porque queriam estudar russo em antecipação a um possível recebimento de bolsa de estudo para o país euro-asiático ou por identificação ideológica com o social-comunismo. Eu me matriculei movido mais pela curiosidade de conhecer mais uma língua<sup>14</sup> não neolatina, pois, tinha expectativa de conseguir bolsa de estudo para um país ocidental.

Com relação à Paris, Benjamin reuniu as suas reflexões sobre a capital francesa no “Diário Parisiense e outros escritos”, um conjunto de 15 textos redigidos entre os anos 1926 e 1936 (CATANI, 2020). Nesses registros, reconheço Benjamin como um crítico literário e analista de questões filosóficas, históricas e políticas no âmbito da *intelligentsia* francesa, sobretudo no período entre as duas guerras mundiais. Não fiz uma crítica literária, nem criei um “triângulo equilátero da nova literatura francesa” integrado por Marcel Proust, André Gide e Paul Valéry, como Benjamin fez no Diário Parisiense. Também não analisei a representação que ele fez da relação entre fotografia e pintura. Interessaram-me, particularmente, dois aspectos dessa obra: os recortes sociais, culturais e políticos da França, sintetizados na cidade de Paris.

Paris também tem a ver com um sentimento conflitante que eu tenho sobre a capital francesa. De um lado, não tem como eu negligenciar os encantos da “Cidade Luz”. Encantos que estão hiperbolizados, por exemplo, nas telas do cinema (vide “Os sonhadores”, 2003; “Paris, eu te amo”, 2006; “Meia noite em Paris”, 2011) e na literatura (vide “Paris é uma festa”, 1964, de Ernest Hemingway; “Almoço em Paris”, 2012, de Elizabeth Bard). Paris é, de fato, a terra das luzes, de muitos patrimônios históricos e culturais de renome mundial; de cafés onde foram gerenciados muitos tratados filosóficos; de estruturas urbanísticas fantásticas; das revoluções como as de 1789 e “Maio de 1968”; lugar de Maria Antonieta, mas também de Marie Olympe de Gouges (nome de guerra da dramaturga e feminista Marie de Gouze), da literata e feminista Simone de Beauvoir e da Coco Chanel, uma das grandes figuras da alta costura mundial.

A própria Paris é uma cidade contraditória. Ao mesmo tempo em que é lugar de glamour e onde germinaram muitos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, sob outra perspectiva, é uma urbe de exclusão socioeconômica e política de negros e magrebinos

---

<sup>14</sup> Além de uhúla (“mancanha”, na denominação dada pelos portugueses quando se encontraram com essa etnia nos primórdios da colonização da Guiné), a minha língua materna, e o português, eu entendia bem as línguas balanta, pepel e manjaca. Estas duas últimas têm parentesco que lembra o do português com o espanhol e o italiano.

oriundos majoritariamente das colônias francesas na África e nas Américas. Esse contingente de excluídos mora nos *quartiers* mais pobres dessa Cidade Iluminista e Iluminada.

No entanto e reportando ao que eu citei no Prólogo, a inspiração para a minha reflexão memorialística não se restringiu a Walter Benjamin, pois, ele não foi a primeira, nem a única pessoa a “analisar ou expor objetivamente o mundo a partir da própria subjetividade”,<sup>15</sup> a refletir sobre as circunstâncias sociais com base nas próprias memórias ou a recorrer à memória como método de trabalho intelectual. Ao longo da história, vários trabalhos memorialísticos foram produzidos em forma de narrativas literárias, reflexões autobiográficas, biografias sociais e trabalhos acadêmicos.

No campo literário, além da Conceição Evaristo (“Becos da memória”, 2017), que já mencionei, existem muitos outros trabalhos memorialísticos. Em ordem cronológica, citaria cinco romances: “Memórias de um Sargento de Milícias” publicado em 1855 pelo brasileiro Manuel Antônio de Almeida; “Memórias Póstumas de Brás Cubas” do também brasileiro Machado de Assis publicado em 1881; “Memórias Sentimentais de João Miramar” lançado em 1924 por outro brasileiro Oswald de Andrade; “Memories d’Hadrien”, 1951, da francesa Marguerite Yourcenar; e “Memorial do Convento” do português José Saramago publicado em 1982.

No campo das reflexões autobiográficas e/ou biografias sociais, duas “Confissões” saltam à vista: as de Santo Agostinho (354-430) e as de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

A obra de Santo Agostinho de Hipona é um clássico da literatura autobiográfica mundial. O autor revelou-se e misturou a sua vida particular (relação com sua mãe e agitação pecaminosa na juventude) com a fé (adesão ao maniqueísmo, conversão ao cristianismo e louvor despudorado a Deus) e a filosofia platônica (adequação do idealismo à sua visão cristã do mundo e da fé). Nessa obra, de treze livros e que foi escrita nos anos 397-98, Santo Agostinho falou sobre a criação divina, o tempo e a noção psicológica e memorialística que ele tinha do tempo; retratou a história medieval, o fim da dominância da cultura greco-romana e o surgimento do classicismo. Furtado (1997) constatou que, através das Confissões de Santo Agostinho, foi possível perceber alguns aspectos da vida no século IV no que diz respeito à cristandade, astrologia, ao maniqueísmo, aos platônicos, à alegorese, à geografia, às

---

<sup>15</sup> Observação feita pelo professor João Lupi, meu coorientador neste trabalho e presidente da banca examinadora. Foi ele que me lembrou sobre Santo Agostinho e Jean-Jacques Rousseau e as suas Confissões e sobre o Estudo do Meio, do professor e nosso amigo em comum Luiz Alberto S. Marques.

influências literárias etc. Ele acrescentou que a obra de Santo Agostinho é uma autobiografia paradigmática para escritores, que também escreveram suas memórias confessionais.

Nos nove livros iniciais, Santo Agostinho apresentou recortes autobiográficos que vão desde sua infância até a morte de sua mãe, Mônica, em Óstia. Nos quatro restantes, ele buscou a verdade divina na Escritura e, com base no livro de Gênesis, argumentou sobre a memória, os sentidos, as tentações, a temporalidade e a criação do Universo (FURTADO, 1997). Nesse conjunto de livros, dois chamaram a minha atenção: o décimo e o décimo primeiro. Aquele, por versar sobre a memória, e este, por refletir sobre o conceito de tempo, noções sobre as quais falarei no capítulo dois.

No livro X, após falar do seu passado e ao entrar na parte mais filosófica das suas Confissões, Santo Agostinho versou sobre a memória, as sensações e as tentações. Ele fez uma ampla investigação sobre a memória, destacando as seguintes características, citadas por Furtado (1997): memória como abrigo das imagens da percepção e como ambiente onde estavam inseridas todas as ideias introduzidas por meio dos sentidos. Porém, ele observou que a memória independe dos sentidos para resgatar sensações; estas podem ser resgatadas no grande palácio da memória sem precisar passar pelos cinco sentidos; é por meio da memória que o ser humano se fala e confronta as realidades, e, para se comunicar, precisa de informações registradas na memória. Exemplificando, o pesquisador citou que, quando uma pessoa pensa sobre os números, não precisa dos sentidos porque as noções numéricas são extrassensoriais e já se encontram grafadas na memória.

No Livro XI, Santo Agostinho falou do conceito de tempo em forma de comentários ao primeiro versículo do livro de Gênesis que fala da Criação. Ao responder aos críticos sobre o tempo de Deus – “O que Deus fazia antes de criar o Universo” –, ele afirmou que o grande problema do ser humano é interpretar o eterno à luz do tempo. De acordo com Furtado (1997), Santo Agostinho argumentou ser impossível definir e mensurar o tempo por causa da relação de continuidade entre passado, presente e futuro; o tempo só pode ser situado no presente, pois, é uma eternidade e, para existir, precisa de materialidade e de sucessão de eventos. Diante dessa sucessão de eventos o que existe hoje, não existirá mais amanhã, isto é, nenhum objeto existe no ontem, nem no amanhã. Ao falar da memória-tempo, o bispo de Hipona afirmou estar claro que o futuro e o passado não existem, por isso, não seria correto falar dos tempos passado, presente e futuro. Defendeu, entretanto, ser apropriado dizer que os tempos são três fatos do presente que se encontram na mente humana: o presente dos fatos passados, que é a memória; o presente dos fatos presentes, a visão; e o presente dos fatos futuros, a espera (FURTADO, 1997).

Tal como as Confissões de Santo Agostinho, as de Jean-Jacques Rousseau são reflexões filosóficas com forte carga subjetiva e intimista. Porém, ao contrário do bispo de Hipona, as reflexões feitas pelo iluminista suíço não têm o componente religioso. De acordo com Marques (2002), essas Confissões são uma excelente introdução à vida e à obra do próprio Rousseau, e destacou que, com base na própria experiência de vida, o pensador iluminista trouxe à baila todos os seus temas clássicos. Incluem-se nesses temas a perda da inocência original, a dificuldade de haver transparência nas relações humanas civilizadas, a inevitabilidade da injustiça, os perigos da imaginação descontrolada e da imitação que podem levar à alienação do eu pela fixação nas opiniões de outros.

Uma obra mais recente – não confessional como as de Santo Agostinho e Rousseau – é o “Estudo do Meio” do já citado Luiz Alberto S. Marques. Nessa obra, publicada em 2009, a partir dos seus trabalhos de mestrado e de doutorado, ele explicou “[...] como aprendeu ciências, e aprendeu a conhecer o mundo a partir das suas experiências de brincadeiras de infância no meio rural, e ao proceder dessa forma, ele indica que a sua experiência de vida e ciência são neste caso inseparáveis” (Marques, 2009, p. 11).<sup>16</sup> A construção acadêmica da sua tese não foi aleatória ou um desejo de deixar marcas na passagem pela universidade. Marques<sup>17</sup> ressaltou que a sua tese foi “[...] num somatório de ideias, leituras, revisões teóricas, discussões, trabalho de campo e, sobretudo, numa constante e consistente atividade prática. [...] é principalmente produto de uma caminhada”. O professor Marques enfatizou que fez esse trabalho como uma contribuição ao debate sobre o papel da história e da geografia no ensino fundamental. Ele percebera a angústia na nova geração de professores sobre como fazer, descobrir e revelar espaços, tempos e saberes. Ante essa situação, a nova geração de professores angustiada procurava alternativas sobre como participar “de encontros, seminários, fóruns e oficinas de educação”. Para, assim, buscar “[...] informações e direções com relação ao ensino de história e geografia nas séries iniciais, mesmo que nesses espaços educacionais as prioridades e/ou preocupações ainda sejam majoritariamente dadas aos estudos da língua portuguesa, matemática, ciências biológicas, artes, entre outros”.<sup>18</sup>

Com base nas suas constatações e vivências (“longa caminhada”) tanto no Rio Grande do Sul, especificamente na sua nativa cidade de Osório, quanto nas suas adotivas Araranguá, Tubarão, Florianópolis, no estado de Santa Catarina, e na Amazônia onde ele e a

---

<sup>16</sup> Apontamento do professor João Lupi, ao comentar o plano de tese deste trabalho.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 12.

sua querida esposa, Tânia Marques, trabalharam com colonos gaúchos que abriam novas fronteiras agropecuárias, Marques enveredou-se no estudo do meio, partindo do “pressuposto de que, se o ensino tem de se adequar à ‘realidade’, quem melhor se instrumentaliza para pensar e lidar com essa realidade são efetivamente a história, a geografia, se contextualizadas e colocadas no seu devido lugar, como a ‘espinha dorsal’ do currículo, que abre espaços e aponta direções para um ensino interdisciplinar”.<sup>19</sup> Nesse sentido, a interdisciplinaridade foi percebida pelo autor “como uma presença mediadora entre o educando e o mundo que o circunda” o que “permite a diversidade de leituras e de olhares sobre a realidade social”.<sup>20</sup>

Além do interesse que eu tenho pela construção interdisciplinar dessa obra de Luiz Alberto Marques, ative-me ao capítulo um e do quinto ao oitavo capítulos. No capítulo um, gostei da exposição que ele fez sobre a construção de suas ideias por meio de um processo ou “caminhada” que abrangeu desde as suas vivências como “guri de campo” no interior do Rio Grande do Sul onde construiu suas “referências espaciais de forma lúdica, e o encontro inspirador com autores”, como Paulo Freire e Célestin Freinet. Em comum, ele e eu identificamo-nos com a visão e a prática pedagógicas do educador brasileiro que, como citarei mais adiante, principalmente no capítulo sobre a reconstrução nacional, trabalhou na Guiné-Bissau, especificamente na formulação e aplicação do Programa Nacional de Alfabetização de Adultos do comissariado de Estado da Educação. Do quinto ao oitavo capítulos, Marques relatou o resultado do estudo do meio e dividiu-o em cinco áreas: meio natural, economia, política, sociedade e cultura, “devidamente subdivididos em temas geradores e seus respectivos temas”. Ele enfocou “as relações espaciais (iniciação à geografia) e temporais (iniciação ao ensino de história), tendo como elemento mediador as relações sociais e, como identidade política e cultural do grupo, a cultura” (MARQUES, 2009, p. 14).

Entretanto, inspirado nas reflexões de Benjamin sobre as cidades de Berlim, Moscou e Paris, eu escolhi as cidades de Bula, Bissau e Florianópolis, para a minha reflexão memorialística. Porém, mesmo se não tivesse encontrado inspiração em Benjamin, eu teria territorializado as minhas memórias, pois, não consigo conceber uma reflexão memorialística feita num vazio geográfico. Para mim, a memória faz-se num território biográfico. Ative-me também ao fato de que um território biográfico carrega em si memórias sociais, culturais,

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 13.

políticas. Logo, nada mais adequado do que fazer a reflexão sobre o meu país a partir desses territórios onde se assentam as minhas memórias biográficas e sociais.

A escolha de Bula, Bissau e Florianópolis também é simbólica.<sup>21</sup> As três cidades formam a base estruturante e unitiva da minha memória histórica sobre o processo de independência e da reconstrução da Guiné-Bissau. Por isso e para o meu propósito neste trabalho, elas são o fio condutor de toda a minha reflexão.

Reitero que foi em Bula, a minha terra natal, da minha infância e adolescência, que vivenciei a luta armada de libertação na década de 1960 e os seus estertores na primeira metade dos anos 1970. Com base nesse meu território biográfico, eu trouxe recortes históricos e socioculturais da população guineense, e, a partir deles, refleti sobre o processo da luta armada e diplomática de libertação nacional.

Em Bissau, para onde me mudei em 1972, para estudar no Liceu Nacional Kwame Nkrumah, participei na festa da retirada das forças portuguesas do território guineense e da entrada triunfal da cúpula do PAIGC na cidade-capital em 1974; testemunhei o início da implantação do Programa de Reconstrução Nacional em todo o território guineense e a vigência da ditadura de partido único nos governos dos presidentes Luís Cabral (1973-1980) e João Bernardo Vieira Nino (1980-1994). Além de ter sido a capital da província da Guiné Portuguesa e de ter se tornado a do novo Estado, Bissau sintetizava, como tal e como a maior cidade do país, todos os problemas herdados da administração colonialista e os desafios postos ao país africano. Tomando por base esse meu segundo território biográfico – o microcosmo político, sociocultural e socioeconômico da sociedade guineense –, eu refleti sobre o processo da construção do Estado da Guiné-Bissau.

Florianópolis tornou-se o meu território biográfico na diáspora. Desde que cheguei à cidade, em abril de 1988, para a graduação em Comunicação Social na UFSC, tenho vivido mais na capital catarinense do que em qualquer outro lugar no mundo. A minha saída de Bissau para Florianópolis era um dos imperativos da política de formação de quadros para a construção do Estado da Guiné-Bissau. Tal como saí de Bula, em 1972, para estudar em Bissau no único liceu (colégio) existente na época em toda a Guiné Portuguesa, pela mesma razão, tive de sair para o exterior porque não existiam instituições de ensino superior em todo o território guineense. A partir de 1974, todos os anos centenas de guineenses deixavam o

---

<sup>21</sup> Etimologicamente, a palavra símbolo deriva dos termos gregos *sin+bolein* (o que une, o simbólico), em oposição, por exemplo, ao *diá+bolein* (o que divide, daí, diabo, diabólico). Nesse sentido, o simbólico representa, dá sentido a algo que vai além do significado manifesto (Observação de Jaci Gonçalves, com base em informações do site <https://administradores.com.br/artigos/o-lugar-do-significado-simbolico-em-nossa-vida>).

país, como bolsistas, para a qualificação em níveis superior e técnico no exterior, sobretudo nos países do bloco social-comunista que fora durante a luta de libertação o maior sustentáculo político, diplomático e militar dos movimentos independentistas na África.

Porém, no plano geral da territorialidade biográfica, o nome da cidade *per si* menos importa, pois, eu poderia ter sido alocado noutra cidade brasileira e ela teria se tornado o meu território biográfico no Brasil. Mas, por ter se tornado o meu território biográfico na diáspora e, em consequência, carregar várias dimensões do meu “eu social”, Florianópolis serve de referência para a minha reflexão memorialística sobre o papel do Brasil na construção do Estado da Guiné-Bissau. Estudar no Brasil resultou da cooperação entre a Guiné-Bissau e o Brasil no âmbito do Programa de Estudante-Convênio Graduação (PEC-G).

O Brasil instituiu o PEC-G pelo Decreto Presidencial nº. 7.948, e a Guiné-Bissau começou a participar dele em 1977. Transversalmente, o fato de eu estar a viver em Florianópolis, uma cidade no exterior, denuncia um dos problemas que afetam principalmente os países menos desenvolvidos e frágeis como a Guiné-Bissau: a fuga de cérebros.

Metodologicamente, o caráter peculiar de uma reflexão memorialística demanda cuidados redobrados porque, em geral, é trabalhada de forma qualitativa e com forte carga subjetiva. Uma pesquisa memorialística baseia-se em lembranças e vivências do próprio ser humano que, no caso deste trabalho, é o pesquisador-narrador.

Com relação à subjetividade, Dores (2017, p. 113-114) chamou a atenção para a afetação da neutralidade na relação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa:

[...] apesar de o pesquisador buscar dados reais e objetivos, os seus sentidos, sentimentos, valores, a sua situação de classe, de gênero, de raça/etnia e idade entram em franca interação com as do investigado, influenciando no seu comportamento e discurso. Cabendo ao pesquisador observar e analisar essa interferência que deve ser relevada durante todo o processo de pesquisa, como: na situação de entrevista, na análise das falas ou ao ler os documentos.

Para recompor de forma objetiva as imagens borradas das minhas memórias reconhecidamente carregadas de subjetividades, fiz uma pesquisa exploratória e descritiva, delineamento qualitativo e narrativo, com coleta documental e bibliográfica de material.

A pesquisa exploratória é um procedimento focado “principalmente na revisão de literatura, na observação sistemática do sujeito de estudo ou no aprimoramento de ideias” (SANTOS; KIENEN; CASTIÑEIRA, 2015, p. 99). Outro motivo que me levou a este tipo de pesquisa foi a falta de acervo memorialístico sobre o processo da independência e, sobretudo, da reconstrução da Guiné-Bissau. Vale citar que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) tem trabalhado na recomposição do acervo histórico e contemporâneo que fora

destruído durante a guerra civil de 1998-1999 e na produção de novos trabalhos. As instituições acadêmicas, como a Universidade Amílcar Cabral (UAC) e Universidade Colinas de Boé (UCB), trabalham também na criação de seus acervos. Nessa situação, a pesquisa exploratória surge como minha contribuição para o enriquecimento do acervo intelectual e acadêmico já produzido no meu país.

A descrição me possibilitou fazer a coleta e análise de conteúdo documental e bibliográfico sobre as características da população da Guiné-Bissau, assim como das minhas cidades biográficas. Santos e outras (2015, p. 99) apontaram que, na pesquisa descritiva, “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles”. O delineamento qualitativo respaldou a minha reflexão memorialística, por focar-se “nas qualidades objetivas e subjetivas do sujeito ou objeto de pesquisa” e por lidar “[...] com valores, crenças, tendências, opiniões, atitudes e representações”.<sup>22</sup>

Com relação à noção de registro narrativo de memória, Benjamin (1987, p. 198-199) afirmou que a “experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas por inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras”. Assim, destacou o autor, a “figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos”. Exemplificou com a figura de viajante (vide marinheiro comerciante) e de “camponês sedentário” que nunca saiu da sua aldeia: “A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. ‘Quem viaja tem muito que contar’, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do país e conhece suas histórias e tradições”.

Benjamin (1987, p. 200) destacou que o senso prático é uma das características de muitos narradores natos, e acrescentou que tudo

isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes, de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se ‘dar conselhos’ parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências deixaram de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário, primeiro, saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação). O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: a

---

<sup>22</sup> Ibidem, 2015, p. 105.



sabedoria. A arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção.

Considerando a necessidade de saber narrar, o que não é, provavelmente, o meu forte, tentei a âncora de pessoas que podiam enriquecer a minha narrativa com suas vivências e estudos documentados em livros, jornais, sites, audiovisuais etc. Emulando a caracterização que Benjamin (1987, p. 205) fez da narrativa como um processo de comunicação, imprimir, na medida do razoável, as marcas das minhas experiências, como a mão do oleiro faz na argila para moldar o vaso.

Ao referirem-se ao papel fundamental desempenhado pelas narrativas do passado na definição das identidades nacionais e nas perspectivas sobre o futuro das relações internacionais e dos diversos grupos étnicos e sociais num país, Cabecinhas e Nhaga (2008, p. 112-113) citaram Liu e Hilton (2005, p. 537):

A história fornece-nos narrativas que nos dizem quem somos, de onde viemos e para onde deveríamos ir. Ela define uma trajetória que ajuda a construir a essência da identidade de um grupo, como ela se relaciona com outros grupos e assegura as opções para enfrentar os desafios atuais. A representação de um grupo de sua história condicionará seu sentido do que era, é, pode e deve ser, e, portanto, é central para as construções de sua identidade, normas e valores. Representações da história ajudam a definir a identidade social dos povos, especialmente na forma como se relacionam com outros povos e com questões atuais da política internacional e da diversidade interna.

No estudo das narrativas nacionais concernentes à teoria da identidade, Cabecinhas e Nhaga (2008, p. 113) articularam níveis de análise e abordagens teóricas, dentre os quais a teoria da identidade social. Assim, a “teoria da identidade social constitui um contributo fundamental para a compreensão das consequências psicológicas da pertença a um dado grupo, consequências essas que estão diretamente ligadas à inserção desse grupo numa determinada estrutura de relações intergrupais, já que os grupos, tal como os indivíduos, não existem num *vacuum* social”. Henri Tajfel (1981), citado pelas autoras, afirmou que “a identidade social de um indivíduo resulta do reconhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e ao significado emocional atribuído a essas pertenças”. Nesse sentido, a rememoração da vivência nas minhas cidades situa-se na minha identidade social étnica, nacional e global.

Em princípio, a pesquisa documental e/ou bibliográfica surge como uma possibilidade não só de acesso a registros oficiais e privados, como também a documentos ainda não de domínio público. De acordo com Dores (2017, p. 123), citando Alberti (1990, p. 46), ao conhecer “[...] amplamente o tema, o pesquisador pode otimizar seu desempenho e imprimir à produção dos documentos de história oral um alto grau de qualidade”.

Mesmo sendo uma pesquisa que não envolveu entrevistas, tive em vista o que Dores (2017, p. 114) disse sobre a relação que se deve estabelecer com os respondentes num estudo memorialístico. Ela lembrou-se de que, de acordo com Thompson (1992, p. 198), “a psicanálise é o instrumento pelo qual podemos desvendar os mistérios da memória”, não como psicanalistas profissionais, “mas enquanto ‘historiadores’ [cientistas sociais – inclusão nossa] aprendendo muitas coisas com ela, a respeito de seu próprio ofício [...]”. Assim, algumas lições sobre a importância da psicanálise no estudo da memória social ou coletiva.

Como não houve participação de respondentes neste trabalho, o que me interessou na chamada de atenção feita por Dores (2017, p. 212) foi o cuidado com os documentos pesquisados; a afirmação dela de que [...] “a memória, como método de pesquisa, não é muito fácil de ser trabalhada, requer sensibilidade e paciência por parte do pesquisador no tratamento dos fatos e documentos, [...] além de estar atento para o próprio discurso, em que se entrelaçam presente e passado, bem como juízos de valor”.

Reiterando o que já disse, a coleta de material foi realizada em livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas, audiovisuais (filmes, documentários) e também através de contatos pessoais em Florianópolis, São Paulo, Brasília e na Guiné-Bissau.

Em Florianópolis, coletei dados em arquivos eletrônicos da Secretaria das Relações Internacionais (SINTER) e da biblioteca central da UFSC sobre os guineenses que estudaram ou ainda estudam nesta instituição acadêmica, e na biblioteca do estado de Santa Catarina, para informações concernentes ao estado de Santa Catarina e à capital catarinense. Esses dados serviram de base para eu rememorar as minhas vivências na cidade e na universidade e falar do Programa de Estudante-Convênio.

Em São Paulo, no Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA/USP), coletei dados sobre a CPLP, as relações Brasil e África e, especificamente, a cooperação Brasil e Guiné-Bissau. No Instituto Paulo Freire, documentos e ilustrações sobre a participação do educador brasileiro no Programa de Alfabetização de Adultos, e, sobretudo, o seu livro “Cartas à Guiné-Bissau – Registro de uma experiência em processo”.

Em Brasília, no Congresso Nacional e no Itamaraty, consegui dados sobre as relações Brasil e Guiné-Bissau e programas da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na Guiné-Bissau e do Programa de Estudante-Convênio (PEC) que concede bolsas de estudo para candidatos estrangeiros oriundos majoritariamente dos países em desenvolvimento da África, América Latina e Ásia. Apesar de ter solicitado em pessoa e através de correspondência, não tive oportunidade de acessar dados da Embaixada da Guiné-Bissau no Brasil. Acredito que o pessoal da Embaixada ainda não tenha tido tempo suficiente para

montar e disponibilizar arquivos para a consulta do público interessado. Como observei no Prólogo, essa falta de acesso a dados talvez tenha também a ver com as dificuldades enfrentadas pelas representações diplomáticas guineenses no exterior.

A coleta de dados na Guiné-Bissau foi feita de forma eletrônica e por intermédio do filósofo guineense Huco Monteiro; da Brígida Nancassa, uma sobrinha de terceiro grau por parte da minha mãe; e dos meus irmãos Diolinda e José António dos Santos. O senhor Monteiro disponibilizou-me um texto de sua autoria que ele apresentou na celebração do centenário do nascimento de Paulo Freire. A senhora Brígida Nancassa intermediou contatos com a Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, para acesso a dados sobre as relações entre os dois países, em particular, sobre o PEC-G e PEC-PG e as ações desenvolvidas no país pela ABC. Os meus irmãos deram-me informações sobre Bula e sobre o apoio clandestino do nosso pai ao PAIGC como o fornecimento de mosquiteiros e gêneros alimentícios aos combatentes. Assim, mesmo não tendo viajado para fazer a coleta de dados em pessoa em Bissau e Bula, consegui informações sobre o processo da independência e reconstrução da Guiné-Bissau; material historiográfico, cultural e político sobre as etnias que habitam o território guineense.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, adotei o método de análise de conteúdo, com a determinação das unidades temáticas categorizadas nas quatro abordagens específicas. Assim, através do método memorialístico, articulei as minhas reflexões nas referidas abordagens: as particularidades da luta de libertação conduzida pelo PAIGC em dois territórios geograficamente apartados, as implicações do engajamento do bloco social-comunista na luta armada e diplomática do PAIGC no processo da independência da Guiné-Bissau no contexto da Guerra Fria, os desafios da reconstrução nacional e o papel do Brasil na construção do Estado da Guiné-Bissau.

O meu objetivo foi, através dessas abordagens, refletir sobre os acertos e os desacertos do Partido no processo da luta de libertação nacional e da reconstrução nacional; as lições que podem ser aproveitadas desse processo, e, desta forma, contribuir no debate sobre a instabilidade política que tem assolado o país desde a guerra civil de 1998-99. Em suma, fiz como diz um provérbio africano, “Em caso de dúvida sobre o futuro, consulte o passado”.

Estruturalmente, dividi o trabalho em cinco capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais, Referências Bibliográficas, Anexos e Apêndices.

No capítulo Marco Referencial da Memória, destaquei registros conceituais e teóricos da memória, referenciando para tal duas produções cinematográficas: “Como se fosse a primeira vez” (2004) e “As duas faces da guerra” (2007).

No capítulo Da Resistência à Independência Nacional, falei das particularidades da luta conduzida pelo PAIGC em dois territórios geograficamente apartados. Para situar historicamente a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde, citei quatro aspectos desse processo: a colonização da África; o comércio triangular (Europa-África-América) que teve o tráfico de escravos do continente africano para o americano como uma das principais marcas; o imperialismo e a partilha da África no bojo das revoluções tecnológica e política que ocorreram no Ocidente, sobretudo nos séculos XVIII e XIX; a resistência das etnias guineenses e as campanhas de pacificação conduzidas pelas forças portuguesas com o objetivo de ocupar terras do interior do território; e a resistência organizada no século XX que foi impulsionada pela consciência revolucionária que ganhou força durante a Guerra Fria.

No capítulo Fatores de Sucesso na Luta de Libertação, refleti sobre dois fatores internos e um externo que foram determinantes para o sucesso do PAIGC na frente militar e no campo diplomático. Os fatores internos são, de forma concomitante, a capacidade de mobilização da população sobre a necessidade de unidade nacional como um dos imperativos para a luta contra o colonialismo português e a habilidade de Amílcar Cabral nos campos político e diplomático para conscientizar guineenses e cabo verdianos em torno desse objetivo. Externamente, enfatizei a Guerra Fria como o fator determinante para o sucesso militar e diplomático do PAIGC, pois, sem o apoio bélico, logístico e diplomático do bloco social-comunista as suas conquistas não teriam sido tão contundentes e a luta podia se arrastar por muito mais tempo.

No capítulo Processo da Reconstrução da Guiné-Bissau, falei do Programa de Reconstrução como continuação da luta de libertação nacional, e da educação como seu alicerce para a formação do “Homem Novo”, um cidadão imbuído da consciência revolucionária e com a mente libertada das amarras colonialistas. Dediquei parte do capítulo às reflexões de Paulo Freire sobre a sua experiência pedagógica e de vida na Guiné-Bissau. Convidado pelo governo guineense, o educador brasileiro participou na elaboração e execução do Programa Nacional de Alfabetização de Adultos porque a sua pedagogia coincidia com os objetivos de formação do Homem Novo definidos pelo PAIGC. Porém, a colaboração com Freire foi descontinuada por causa do impasse com o governo sobre a utilização do crioulo (a língua nacional) e as línguas étnicas na alfabetização, em detrimento do português. Mesmo assim, as ideias pedagógicas do educador brasileiro remanesceram no

sistema de educação da Guiné-Bissau. Refleti sobre os acertos e desacertos do PAIGC e da classe política no processo da reconstrução nacional. Os desacertos foram agravados por disputas internas no Partido (vide o golpe de Estado de 1980 e a guerra civil de 1998-1999) e entre dezenas de agremiações políticas no país, pelo ativismo militar e tráfico de entorpecentes.

E, no capítulo Papel do Brasil na Construção da Guiné-Bissau, abordei sobre as suas relações que começaram oficialmente desde que Brasília reconheceu a independência do país africano em 1974. Assim, o Brasil tornou-se, desde o fim da Guerra Fria, um dos principais parceiros da Guiné-Bissau no processo da construção do Estado de Direito Democrático e um fiador confiável da estabilização do país que vive uma crônica instabilidade política. As relações entre os dois países ganharam ênfase na multilateralidade, no âmbito das Nações Unidas, da Cooperação Sul-Sul, do entorno do Atlântico e da CPLP. Nessas relações, o Brasil participa na formação de quadros superiores e técnicos guineenses, principalmente através do Programa Estudante-Convênio.

## 2. MARCO REFERENCIAL DE MEMÓRIA

Fazer este trabalho, que mistura memória afetiva com componentes políticos sobre a Guiné-Bissau, remeteu-me a duas produções cinematográficas: o filme estadunidense “Como se fosse a primeira vez” ([2004] ADPM, 2015), dirigido por Peter Segal, e o documentário luso-guineense “As duas faces da guerra” ([2007] CINEPT, 2012) dos cineastas Flora Gomes (Guiné-Bissau) e Diana Andringa (Portugal). O primeiro por abordar questões neuropsicológicas e, principalmente, sociais da memória e o segundo por versar sobre aspectos históricos e políticos da memória.

No filme, Lucy Whitmore (personagem vivida pela atriz Drew Barrymore) sofre de amnésia retrógrada neuropsicológica, uma sequela permanente que faz com que o cérebro de uma pessoa não consiga criar novas memórias, de acordo com a explanação dada pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (APDM, 2015). Em consequência de um acidente de carro, a senhorita Whitmore não conseguia mais se lembrar dos acontecimentos do dia anterior. Nesse filme, além da amnésia neuropsicológica da professora Whitmore que abordei adiante na conceituação da memória, destaquei dois aspectos percebidos também pela APDM (2015). De um lado, os esforços dos familiares e amigos dela para “manter eternamente” as circunstâncias anteriores ao acidente. Por exemplo, todos os dias, o pai Marlin Whitmore (Blake Clarke) e o irmão Doug Whitmore (Sean Astin) disponibilizavam exemplares da mesma edição do jornal da cidade; comemoravam o aniversário do pai (que dirigia o carro acidentado), com ele e Doug a fazerem de conta que comiam com ela a mesma torta e assistiam à fita da mesma partida de futebol americano; e repintavam a mesma parede para deixá-la pronta para ela pintar, de novo. No restaurante da vila, Sue (Amy Hill), amiga de longa data da família, particularmente da falecida mãe da Lucy Whitmore, cuidava para ela sentar-se no mesmo lugar para tomar café da manhã, enquanto tentava montar uma casa feita de panqueca.

O segundo aspecto no filme é o envolvimento amoroso do biólogo marinho Henry Roth (Adam Sandler). De repente, o descompromissado paquerador de turistas no Havaí, enamora-se pela Lucy Whitmore e se envolve nos esforços de perpetuação das circunstâncias anteriores ao acidente, como também e, principalmente, em “conquistá-la todos os dias”. De um mulherengo desinteressado em criar laços afetivos para além do prazer sexual, Roth faz questão de criar memórias e registrá-las justamente com uma pessoa que sofria de amnésia retrógrada neuropsicológica.

De acordo com a APDM (2015), esse tipo de amnésia não é um problema ficcional, pois, embora raro, acomete pessoas da vida real; citou um caso ocorrido no dia 15 de outubro de 2014 com a inglesa Nikki Pegram, que “deixava o hospital após uma consulta médica quando caiu por causa de um problema no joelho e bateu a cabeça numa barra de ferro. Desde então, passa pelo mesmo drama da personagem de Drew Barrymore”. Neste caso concreto, a paciente conta com a ajuda do seu marido Chris Johnston, que também “passa dia após dia conquistando sua esposa. Assim como no filme [de Peter Segal], o diário de Nikki é a ferramenta que a apresenta a si mesma todas as manhãs. Ela leva o filho na escola todos os dias, embora não saiba nem em que sala ele estuda, nem quem é sua professora”.<sup>23</sup>

Na verdade, a personagem Lucy Whitmore (Drew Barrymore) foi baseada na história real de outra inglesa, Michelle Philpots, da cidade de Spalding Lincolnshire (CATRACA LIVRE, 2021). O site disse que ela sofreu um grave acidente de carro em 1990 e, a partir de 1994, a situação dela agravou-se com o desenvolvimento da síndrome de memória de curto prazo, outro nome para a amnésia retrógrada neuropsicológica. Segundo o site, a “[...] Michelle se levanta da cama acreditando estar em 1994”. Tal como o personagem Henry Roth (Adam Sandler), Ian, o marido dela, “assumiu um papel indispensável na rotina do casal: fazer um ‘resumão’ diário de quase três décadas na vida da esposa. Além disso, Michelle organizou pequenas notas mentais em *post-its* e uma série de fotografias que a ajudam a se situar no tempo”.

O documentário “As duas faces da guerra” ([2007] CINEPT, 2012) abordou aspectos históricos e sociais da memória da luta armada entre o regime colonialista português e o PAIGC. Para tal, os cineastas colheram depoimentos e entrevistaram alguns guineenses, cabo verdianos e portugueses que participaram na luta armada. Como o próprio nome sugere, o documentário resgatou a percepção memorialística que as duas partes tinham da guerra. Para a parte guineense e cabo verdiana, tratava-se de uma justificada guerra de libertação da opressão estrangeira. Mas, para o lado português, ela era percebida como a “guerra colonial”.

Nas duas películas está presente a “interface entre o mundo físico [social] e o mundo digital” que Muller, Fialho e Freire (2016, p. 91) chamaram de memórias auxiliares. Por exemplo, no filme “Como se fosse a primeira vez”, Henry Roth registrou em fita VHS alguns momentos importantes para a memória da Lucy Whitmore. A tecnologia estava presente nos esforços de familiares e amigos na preservação das circunstâncias da vida dela. No documentário “As duas faces da guerra”, a tecnologia, obviamente mais avançada no lapso de

---

<sup>23</sup> Ibidem, 2015.

tempo entre a produção das duas películas, é também o principal recurso utilizado por Flora Gomes e Diana Andringa para registrar as representações memorialísticas da “guerra da libertação” ou “guerra colonial”.

Como se pode perceber, a memória é o ponto convergente nos dois longas-metragens. Em “Como se fosse a primeira vez”, tanto os familiares e amigos, quanto o enamorado Henry Roth unem forças com o objetivo de manter viva a memória da jovem professora de artes Lucy Whitmore. Através de atos e gestos repetidos todos os dias, eles conseguem “criar memórias” dela e com ela. Henry Roth, em particular, assenta-se de estripulias amorosas e cria memórias com ela, como, por exemplo, a “Read Me”, uma obra com registros da vida dela e dos dois; a fita de vídeo gravada com síntese da vida pregressa dela desde o acidente. Nessa síntese, estão incluídos os familiares, os amigos e o Henry Roth, inclusive o casamento e a filha do casal. O casamento significava o selo do compromisso para uma construção coletiva da memória porque, afinal, ela constrói-se no fazer social. A filha representava a futuração da memória do casal e, por coletivação, a memória social.

Conceitualmente, a memória é uma faculdade mental que possibilita a retenção de informações decorrentes de estímulos pregressos ausentes no presente (HOFFMANN, 2010 apud MULLER; FIALHO; FREIRE, 2016, p. 80). Ela pode referir-se a um conteúdo armazenado, ao conteúdo do sistema de armazenamento em vez do próprio sistema (O’HARA et al., 2006 apud MULLER; FIALHO; FREIRE, 2016, p. 80). De acordo com Muller, Fialho e Freire<sup>24</sup>, o fato de a memória poder também ser entendida como local que conserva um conteúdo armazenado indica que, da mesma forma que uma história pode ser armazenada, se for escrita ou registrada, o conteúdo dos estados mentais pode ser armazenado na memória.

Ecléa Bosi (1993) destacou que a memória humana é abordada principalmente pelas áreas de neurociência e psicologia cognitiva; e acrescentou que, além da interface neuropsicológica, percebe-se a necessidade de se promover diálogo com outros paradigmas disciplinares para o aprofundamento da compreensão da memória humana e os seus mecanismos de funcionamento subjacentes. Segundo a autora, a perspectiva interdisciplinar nos estudos sobre memória, permite-nos compreender as possibilidades dessa capacidade humana.

Muller, Fialho e Freire (2016, p. 81) apontaram dois níveis de análise da memória: individual e coletivo. O nível individual é investigado pela neurologia, psicologia e áreas interdisciplinares como a neuropsicologia. Já o nível coletivo é abordado por campos como

---

<sup>24</sup> Ibidem, 2006, p. 80.



administração, aprendizagem, engenharia e gestão do conhecimento – Áreas de pesquisa que têm contribuído para o desenvolvimento teórico-empírico da memória organizacional. Citando O'Hara et al. (2006), os autores defenderam a não existência de um sistema único de memória na mente, ou seja, nenhum dispositivo capaz de fazer todo o trabalho da memória, pois, tanto os seres humanos, quanto os animais dispõem de sistemas e subsistemas de memória; sistemas distintos para o processamento, armazenamento e a recuperação de informações de diferentes tipos que interagem e dão, assim, a ilusão de uma única faculdade.

De acordo com Muller, Fialho e Freire (2016) e Bosi (1993), os campos de estudo da memória são amplos. Por exemplo, a memória humana é estudada pela neurociência e pela psicologia cognitiva. A “memória humana é composta por sistemas inteligentes que trabalham de forma independente; é uma função cognitiva fundamental que está diretamente relacionada com a percepção e aprendizagem” (MULLER; FIALHO; FREIRE, 2016, p. 79). Os três autores alertaram sobre a diversidade do sistema de memória, pontuando que a capacidade humana foi documentada pela primeira vez pelo psicólogo Ebbinghaus (1885) e que, em 1890, William James (1890) propôs uma divisão entre memória primária (disponível na consciência) e memória secundária ou as memórias mais duradouras. Bosi (1993), citando Bergson, distinguiu a memória em pura e hábito (habitudinal). A primeira traz à consciência momentos únicos, singulares, irreversíveis da vida, e a segunda repete o mesmo esforço, o adestramento cultural, no processo de socialização.

Parafraseando Eustache e Desgranges (2008), Atkinson e Shiffrin (1968), Muller, Fialho e Freire (2016, p. 81) tipificaram a memória em dois, considerando a capacidade e a persistência: memória de curto prazo ou memória de trabalho, como o caso retratado no filme “Como se fosse a primeira vez”, e memória de longo prazo abordado, por exemplo, no documentário “As duas faces da guerra”. A memória de curto prazo é definida como um sistema ativo com “capacidade limitada e persistente, de alta fidelidade, servindo como um espaço de trabalho central para reunir e transformar informações de outros sistemas de memória”; serve para a execução de trabalhos imediatos. Neste modelo, de acordo com os autores (citando MIYAKE; SHAH, 1999; BORELLA et al., 2013), a memória é responsável pelo processamento e armazenamento temporário de informações necessárias para a realização de atividades diversas, como compreensão, aprendizagem e raciocínio; e permite o gerenciamento do “aqui e agora”, das atividades da vida cotidiana, uma vez que “processa e retém informações por pouco tempo, as quais são importantes para o raciocínio imediato e resolução de problemas”, como a personagem Lucy Whitmore, no filme, e as britânicas Michelle Philpots e Nikki Pegram, na vida real.

Muller, Fialho e Freire (2016, p. 86-87) destacaram que sem esse tipo de memória seria difícil compreender a linguagem falada, pois esta ocorre de forma sequencial, ler um texto ou resolver uma equação sem lembrar a parte inicial ou o enunciado. Ponderaram, todavia, que ela foi necessária para compreender a mensagem escrita ou falada e que, adicionalmente, a memória de curto prazo é uma capacidade cognitiva que integra os componentes da inteligência fluída. Reforçaram que a “função principal da memória de trabalho é manter informações adquiridas através do sistema sensorial, ou seja, a partir da percepção do ambiente, por um breve período, de modo que a informação possa ser usada para um comportamento dirigido a uma meta [...]”. Assim, a característica fundamental da memória de trabalho é sua capacidade limitada que normalmente inclui cerca de sete itens – às vezes, um pouco mais ou um pouco menos. Mas, geralmente, a variação ocorre de cinco a nove itens.

Citando trabalhos de Sander, Werkle-Bergner e Lindenberger, 2011; Keefover, 1998; e Rajah e D’Esposito, 2005, Muller, Fialho e Freire (2016, p. 87) falaram de outra vertente da memória de trabalho, ao constatarem que ela “[...] aumenta gradualmente durante a infância e segue tendo uma diminuição na idade adulta até a velhice. Por isso, as queixas de memória são muito comuns entre os idosos saudáveis [...], pois uma das regiões cerebrais mais sensíveis ao envelhecimento do organismo é o córtex pré-frontal, área dedicada à memória de trabalho”.

Com base num modelo de memória de trabalho criado por Baddeley e Hitch (1974), Muller, Fialho e Freire (2016, p. 85-86) citaram o *loop* fonológico e o *buffer* visuoespacial, como dois sistemas escravos, responsáveis pela manutenção temporária da informação. O *loop* fonológico encarrega-se do processamento do material linguístico e é responsável por armazenar e atualizar informação; “compreende dois subsistemas: um armazém fonológico passivo com capacidade limitada e um sistema de ensaio subvocal que ajuda a atualizar as informações e converter um estímulo verbal em um código fonológico [...]”. O *buffer* visuoespacial envolve-se na “manutenção da informação espacial e visual e na formação e manipulação de imagens mentais”. E acrescentaram que o *buffer* “possui um armazém visual temporário, que está sujeito ao enfraquecimento e à interferência de novas informações recebidas, e um armazém espacial temporário, que pode ser usado para planejar o movimento e também para exercitar o conteúdo do armazém visual [...]”.

A memória de longo prazo, entretanto, é um sistema passivo que “serve como repositório final, principalmente passivo, com vasta quantidade de informações e habilidades

proposicionais” (MULLER; FIALHO; FREIRE, 2016, p. 88). A memória de longo prazo é subdividida em três tipos: memória semântica, memória procedural e memória episódica.

A memória semântica é associada à consciência da existência do mundo e objetos, eventos e outros elementos dentro dele, independentemente da subjetividade envolvida como acontece na memória episódica; e à “compreensão e ao uso da linguagem (palavras e conceitos) e à memória de ‘fatos gerais do mundo’”. Essa natureza da memória semântica “permite uma atitude introspectiva em relação ao mundo, sem que, necessariamente, o objeto que deu origem ao pensamento esteja presente, e sem o sentimento subjetivo da experiência que caracteriza a memória episódica [...]” (p. 88).

A memória procedural foi definida pelos três autores (p. 89) como “uma forma automática de memória” ativada durante a execução de “atividades constantes e repetitivas, caracterizadas por invariância do material e instruções”, e cujos “conteúdos não podem ser facilmente acessados pela consciência”. Eles acrescentaram que a “aprendizagem procedural requer a cooperação de vários sistemas cognitivos, entre eles os sistemas de memória de trabalho e de memória episódica, e o sujeito é parcialmente consciente dos processos envolvidos.” A memória procedural permite uma gradual aquisição, armazenamento e construção de competências através da formação (no decurso de inúmeras tentativas), sem necessidade de remeter-se a experiências anteriores. “Ela é expressa nas atividades do indivíduo e seus conteúdos são difíceis de verbalizar”. Na classificação dos subsistemas de memória de longo prazo, Muller, Fialho e Freire (2016, p. 90) descreveram duas tarefas de memória: implícita e explícita. A memória implícita pode ser propositiva e “é posta em jogo quando as experiências anteriores modificam o desempenho em uma tarefa que não exige a lembrança consciente dessas experiências”. A memória explícita, por sua vez, refere-se “a situações em que um sujeito lembra conscientemente das informações armazenadas na memória” e pode ser avaliada através de testes clássicos de memória “por meio de recordação livre, recordação com pistas e reconhecimento [...]”.

A episódica é “a memória de acontecimentos e experiências pessoais, situada no tempo-espaço da sua aquisição” que “permite a lembrança consciente de uma experiência anterior, o evento em si (o que), e também onde e quando ocorreu”. Nesse tipo de memória, a “ênfase é colocada não só na precisão da recordação do evento, mas também na experiência subjetiva”. Ao contrário da memória semântica e da procedural, a “memória episódica é a única forma de memória que, no momento de recordação, está voltada para o passado [...]” e “engloba tanto a precisão do fato quanto [a] experiência subjetiva”.

O documentário “As duas faces da guerra” ([2007] CINEPT, 2012) envolve elementos de memórias episódica e semântica de longo prazo. Ao voltar ao passado, para recuperar eventos e situações vividas durante a luta armada na Guiné Portuguesa, o documentário trabalhou com a memória episódica. Muller, Fialho e Freire (2016, p. 88) afirmaram que essa perspectiva caracteriza a memória episódica e “indica que a pessoa é consciente de sua própria identidade e existência”, o que se torna inviável quando uma pessoa está “profundamente amnésica [...] incapaz de se projetar tanto para o passado quanto para o presente e futuro”. Ademais, a memória semântica transparece na dimensão multinacional do documentário: foi realizado por cineastas guineense e português que registraram as memórias de guineenses, cabo-verdianos e portugueses sobre a guerra.

À parte a concepção neuropsicológica, interessaram-me os estudos interdisciplinares da memória, em particular os aspectos das memórias episódica (memória individual mergulhada nas vivências sociais) e semântica (registros de fatos de dimensão multinacional ou global), quais sejam o processo da independência e da reconstrução da Guiné-Bissau. Tal como apontado por Muller, Fialho e Freire (2016, p. 91), e como o professor Luiz Alberto Marques constatou em o “Estudo do Meio” (2009), a pesquisa sobre a memória é, por natureza, interdisciplinar, pois, num “espaço de discussão sobre a memória, a interdisciplinaridade é fundamental”. Os três autores acentuaram que o “estudo sobre memória envolve aspectos sobre os mecanismos do cérebro (neurociência), da mente humana (psicologia, sobretudo a psicologia cognitiva), o comportamento social (sociologia – como nossas concepções de memória evoluem, várias questões sociais tornam-se relevantes), tecnologia da informação e gestão do conhecimento [...]” (MULLER; FIALHO; FREIRE, 2016, p. 91).

Trabalhei no campo da memória-trabalho, que Bosi (1993) chamou de “evocação disciplinada”, diferenciando-a da “livre rememoração”. Como eu já disse, concordo com a autora de que a memória individual é uma construção social, pois, o conjunto das lembranças individuais é também uma construção social do grupo no qual a pessoa se insere e onde coexistem elementos de escolha e rejeição em relação ao que se lembra. Levei em alta consideração a ponderação que Dores (2017, p. 116) fez com relação à memória. Para ela, “a memória parece ser, *a priori* [...] um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio das pessoas, que conservam em seu espírito, o passado, que aflora na consciência em forma de imagens-lembrança e nos sonhos e devaneios em forma pura”. Na realidade, de acordo com a autora, citando Maurice Halbwachs (1990) e Pollak (1992, p. 201), “[...] a memória não

é um fenômeno estritamente individual, mas um fenômeno coletivo, que influencia as lembranças dos indivíduos”. Em outras palavras, a memória é “‘construída coletivamente e submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes’ [...] não devendo, portanto, ser avaliada isoladamente, mas posta em relação com toda a experiência social do grupo em que o sujeito está inserido”. Conclui-se, nas palavras de Bosi, que “a memória dos indivíduos não depende só de sua subjetividade, de seu espírito, mas do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a Igreja, com a profissão, o que inclusive, o estimula, o força, o põe a lembrar” (1993).

Entretanto, com relação à importância do eu individual no eu social, Dores (2017, p. 116) citou Bosi (1994, p. 411), para ressaltar que, por “muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador das camadas do passado a que tem acesso, pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”. A autora acrescentou que, de acordo com Halbwachs (1990), “o ato de lembrar [...] não é esse caráter de lembrança, de sonho, de reviver um momento passado, mas de refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”.

Nesse contexto, ao refletir memorialisticamente sobre o processo da independência e da reconstrução da Guiné-Bissau com base nos meus territórios biográficos, resgatei, na medida do possível, os momentos marcantes da história recente desse pequeno país africano, cobrindo o período que vai da segunda metade da década de 1950 até as duas primeiras décadas do século XXI. Nessa reflexão, destaquei questões concernentes à luta de libertação nacional, a administração monopartidária do PAIGC, a adoção do multipartidarismo, a guerra civil de 1998-99, decorrente de disputas internas no seio do próprio Partido, e a instabilidade política que se agravou desde a guerra civil.

Ao falar do papel da memória em situação de guerra, Cabecinhas e Nhaga (2008, p. 110) afirmaram que “frequentemente as memórias de conflitos passados constituem um entrave ao diálogo entre grupos e comprometem as suas relações futuras”. As duas autoras enfatizaram que “a boa gestão das memórias coletivas constitui um elemento crucial para o sucesso dos processos de reconciliação e para a possibilidade de um efetivo diálogo com o ‘outro’”. E, nesse contexto, trabalharam em três direções: a) discutiram “o papel das memórias do passado colonial na estruturação das narrativas identitárias pós-coloniais a partir dos resultados preliminares de uma investigação empírica sobre identidade [...]”; b) examinaram “as representações de guineenses e portugueses sobre o período colonial e as emoções associadas a essas representações”; e c) analisaram “o papel da identidade social na

ancoragem das representações do passado e o seu impacto na forma como são perspectivadas as futuras relações entre as ex-potências coloniais europeias e as ex-colónias africanas”.

De acordo com Bosi (1993, p. 453 apud DORES, 2017, p. 120), “a reconstituição da memória política, através do relato oral, suscita sempre um sabor de convenção”, isto é, “a leitura social do passado com os olhos do presente, torna o teor ideológico mais visível... os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ele quer julgar, marcando bem de que lado estava naquela altura da história”.

Outro aspecto levantado por Dores (2017, p. 119) é a “violência simbólica” que a memória coletiva pode encarnar, em nome, por exemplo, da coesão nacional, da afirmação da identidade nacional. Ela percebeu que a violência simbólica está, muitas vezes, presente na construção da memória coletiva e é, geralmente, enquadrada, por especialistas, “como historiadores [...] ou profissionais de diferentes organizações, que interpretam e constroem a história, a memória de uma sociedade ou de um grupo social específico, seguindo as orientações ideológicas de quem está no poder”. Concluiu que se tratava de “[u]ma memória, com a qual as pessoas devem se identificar, ter como referencial na construção do sentido de história e de identidade de um povo, de um grupo social ou de uma pessoa. [...] reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”. Na mesma obra, a autora alertou sobre a oficialização da memória que, na verdade, é um processo de dominação ideológica no qual o passado aparece como uma organização que segue as diretrizes de quem está no poder. Quem domina a memória determina o que deve ser lembrado, o teor ideológico das lembranças e, assim, institui uma memória oficial com o objetivo de perpetuar uma determinada estrutura social.

Dores (2017, p. 119), citando Pollak, pontuou que,

para o enquadramento de uma memória, é preciso que se organize um quadro de referências: discursos, homenagens, acontecimentos, lugares específicos, personagens etc. que reforcem e expliquem a memória social. Fato, que requer um encadeamento lógico, coerente e aceitável dessa reconstrução, já que ao mesmo tempo se está construindo a própria identidade de um povo ou de um grupo social. O que exige uma unidade física, uma continuidade temporal e um sentimento de coerência. A fim de superar, ressalta Pollak (1989, p. 9): ‘a simples *montagem* ideológica, por definição precária e frágil’.

Ainda citando Pollak, Dores (2017, p. 120) afirmou que, na construção da memória política e “nas organizações mais formais (partidos políticos e outras organizações formais) em que há uma disputa de memórias, o que está em jogo é o próprio sentido de identidade de um grupo e do próprio indivíduo [...]”. Para impor a memória oficial, os grupos no poder abafam ou tentam abafar “[...] os discursos das memórias subterrâneas, na esperança de que

com o tempo sejam esquecidas”. Quando a memória coletiva política e/ou oficial prevalece, impondo-se sobre o restante do discurso social, emerge a memória subterrânea. Ela constatou que, longe de cair no esquecimento, a memória subterrânea sobrevive às investidas do discurso oficial; preserva-se e é “transmitida oralmente de uma geração para outra, de pai para filho, amigos e parentes”, pois, “apesar de estar no silêncio”, a memória subterrânea espera o momento certo para ser dita, lembrada, algumas vezes “como uma forma de resistência, diante de um momento não propício de trazer à tona toda a verdade”, que “poderia abalar a coesão social e, principalmente, questionar a memória oficial e reivindicar a verdadeira história”.

Com certeza, a passagem do tempo, citada por Freitas (2002), nubla as minhas lembranças. Todavia, como disse Proust (1927 apud YUNES, 2017, p. 197), “as lembranças de coisas do passado não são necessariamente lembranças de como elas foram’, e sim de algo que marcou significativamente a experiência vivida”. Tenho em mente que os fatos recontados são também um mergulho na minha vida e na de outras pessoas. Por isso, para manter a integridade dos fragmentos das minhas memórias, ative-me aos fatos comprováveis. Apenas aos fatos, mas cuidando de não comprometer desnecessariamente pessoas físicas.

Concordo com a tese de Pollak (1992, p. 205 apud DORES, 2017, p. 118) de que, ao contrário da visão harmoniosa defendida por Halbwachs, o ato de lembrar é conflitivo, sobretudo quando se vai recuperar a memória política, a memória de um grupo social. Isso ocorre porque há uma disputa de memórias, uma disputa por uma determinada versão do fato, o que implica ter certo posicionamento político diante deles e do momento atual, sedimentando, assim, a própria identidade do grupo e dos indivíduos. Mas, os conflitos sociais e intergrupais que se opõem a grupos políticos diversos tornam difícil a resolução dessa situação, pois cada grupo luta para preservar determinadas datas, personagens e acontecimentos. No sentido inverso, outros grupos tentam impugnar, resistem em se identificar com essas narrativas e se reconhecerem como parte dessa história, dessa memória do grupo oposto.

Ao pensar a identidade, a reconstrução da identidade do passado, reporte-me à DORES (2017, p. 118), para quem a “construção da identidade é um fenômeno que se produz, em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros”. E, de novo, citando Pollak, a autora afirmou que, ao reconstruirmos o passado, fazemo-lo a partir da imagem que temos de nós, para nós e para os outros; quando recordamos, elaboramos uma representação

de nós mesmos e para aqueles que nos rodeiam, o que requer um sentido de coerência, de unicidade e de continuidade de uma pessoa ou de um grupo social, na reconstrução de si.

Dores (2017, p. 117) enfatizou a importância da memória na construção da identidade e pontuou que a organização da memória ocorre

[...] em função das preocupações pessoais e políticas do momento... o que a memória individual grava, recalca, exclui, lembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização... do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela (a memória) é também um fator extremamente importante de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si que consiste na valorização e hierarquização das datas, das personagens e dos acontecimentos (POLLAK, 1992, p. 204-5). Esse é um ponto fundamental no estudo da memória. Um ponto em que Pollak verifica que ‘há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade’ (1992, p. 204). Diz ele: ao reconstruir acontecimentos pretéritos, ao mesmo tempo, construímos a nossa própria identidade e do grupo em que estamos inseridos.

Cabecinhas e Nhaga (2008, p. 114) afirmaram que “a memória social corresponde a um conjunto de representações sociais sobre o passado, que são partilhadas no seio de determinado grupo”. Nesse sentido, recordar algo, muito mais do que simplesmente reproduzir fatos, é “um processo de reconstrução seletivo e parcial que depende das pertencas e redes sociais dos indivíduos” e um caráter não uniforme da memória, “uma vez que cada indivíduo recorda fatos diferentes em função das suas trajetórias e vivências pessoais”. Elas salientaram que “a memória social não é terreno neutro nem anódino”, pois, as “imagens do passado tanto podem servir para legitimar uma dada ordem social, reforçando o *status quo*, como para contestar ativamente essa ordem”. As autoras concluíram que “a memória social pode ser entendida como um ‘campo de disputa’ entre grupos [...]. Tal é particularmente visível quando nos debruçamos sobre as representações da história de cada nação. A forma como dentro de cada nação se representa a história é fundamental na construção das identidades nacionais”.

Concordo com a chamada de atenção feita por Dores (2017, p. 117) sobre a dúvida que se deve ter com relação à “sobrevivência do passado, ‘tal como foi’ e que se daria no inconsciente de cada sujeito”. Se “[a] lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual... e que, às vezes, [é] estilizada pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado” (BOSI, 1993, p. 55), pode-se concluir que “[r]elebrar não é recuperar o passado na sua inteireza, na sua pureza e totalidade [...]”; é refazer as vivências do passado “a partir de ideias e valores de hoje, parte desse passado, pois a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado ou registrado. Fica o que significa, o que representa



(POLLAK, 1992, p. 203 apud BOSI, 1993, p. 55), mas levando em consideração as experiências adquiridas pelas pessoas, passados alguns anos”. Assim, condicionadas pela passagem biopsicológica do tempo, as nossas lembranças mudam, porque crescemos, envelhecemos e, por conseguinte, altera-se a nossa percepção da realidade.

Entretanto, por razões já externadas, a minha inspiração central para este trabalho são os diários de Walter Benjamin. Porém, ao contrário do pensador alemão, que fez os seus registros no calor dos acontecimentos, os meus não são diários na acepção original do termo. Süsskind (1990, p. 143) afirmou que o diário é o que “se deve escrever obrigatoriamente no calor da hora, que deve guardar as marcas do que se acabou de ver, do que se acabou de experimentar” e que essa “escrita em trânsito é responsável pela maior exatidão das descrições e observações relatadas”.

Trabalhei com lembranças reconhecidamente dispersas pelo tempo longínquo e recente da ocorrência dos fatos nas minhas três cidades. Refiro-me, particularmente, à memória no sentido definido por Freitas (2002, p. 74), citando a escritora Nélida Piñon:

‘A memória não tem simetria e é fragmentada, múltipla, confusa, um turbilhão que se apossa do seu ser, da sua integridade’. Em outras palavras: A memória não tem uma compreensão profunda da passagem do tempo. Ela embaralha tudo, mistura. Daí seu poder de viajar para qualquer época. Enquanto nós envelhecemos, nossa memória não compreende com exatidão a passagem do tempo. Ela funde, costura os tempos. Somos todos narradores. Ainda que não escrevamos, nossa memória está sempre narrando os fatos que vivemos, ou que pensamos ter vivido.

A noção de tempo em Benjamin é um aspecto, em particular, que chamou a minha atenção em *Infância Berlimense*. Peter Szondi (2009, p. 20) citou que “[...] Benjamin não quer se libertar da temporalidade, não é sua intenção contemplar a coisa em sua essência anistórica”. Pelo contrário, “ele aspira ao conhecimento e à experiência histórica”, pois, “o passado ao qual ele se volta não é fechado, mas aberto e guarda junto a si a promessa do futuro”. O que significa que o “tempo verbal de Benjamin não é o pretérito perfeito, mas o futuro do pretérito em todo o seu paradoxo: ele é futuro e, mesmo assim, passado”.

Esse paradoxo consciente de Benjamin sobre o tempo, manifestado de forma literal e expressiva da palavra, aparece em destaque num trecho da obra, conforme a citação de Szondi (2009, p. 19):

Já foi descrito muitas vezes o *déjà vu*. Será tal expressão realmente feliz? Não se deveria antes falar de acontecimentos que nos atingem na forma de um eco, cuja ressonância que o provocou parece ter sido emitida em um momento qualquer na escuridão da vida passada? Além disso, acontece que o choque com que um instante penetra em nossa consciência, como algo já vivido, nos atinge, o mais das vezes, na forma de um som. É uma palavra, um rumor ou um palpitar, aos quais se confere o poder de nos convocar desprevenidos ao frio jazigo do passado, de cuja abóbada o

presente parece ressoar apenas como um eco. Estranho que ainda não se tenha buscado o duplê desse êxtase: o choque com que uma palavra nos deixa perplexos tal qual um regalo esquecido em nosso quarto. Do mesmo modo que esse achado nos faz conjecturar sobre a desconhecida que lá esteve, existem palavras ou pausas que nos fazem pensar na estranha invisível, ou seja, no futuro que ela esqueceu junto de nós.

Ainda com relação ao tempo, Szondi (2009, p. 19-20) diferenciou Benjamin de Proust sobre a busca do tempo perdido citado pelo próprio Benjamin em *Infância Berlinense*. Enquanto “Proust busca o passado para, na sua coincidência com o presente – uma coincidência acompanhada pelas respectivas experiências de cada momento – escapar do tempo [...], escapar do futuro, de seus perigos e ameaças que, em último caso, são a própria morte”, e escuta as ressonâncias do passado, Benjamin segue a perspectiva inversa, busca o futuro no passado, ou seja, os lugares para os quais a rememoração dele busca encontrar o caminho carregam os traços do futuro, “os prenúncios de um futuro que desde então tornou-se ele mesmo passado” (SZONDI, 2009, p. 20). Com toda a vênia a Proust, eu tentei escutar as ressonâncias do passado (eventos ocorridos na história da Guiné-Bissau), para, como Benjamin, perceber os prenúncios do futuro do meu país. Mas, diferentemente de Benjamin, que, para ilustrar a recordação da sua infância em Berlim recorreu à figura de vidente, que prevê o futuro, trabalhei apenas com fatos e fontes que poderiam ajudar-me a refletir sobre o processo da independência e da reconstrução da Guiné-Bissau.

Bosi (1993) associou a memória a um trabalho sobre o tempo, especificamente, sobre “o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. Ela lembrou-nos, ao falar da delimitação do tempo de memória, que a “estrutura do comportamento é uma relação entre a consciência e o mundo, jamais cortada por pontos finais. [...] A duração (*durée*) é o tempo vivido, o tempo do espírito anterior às divisões da percepção. A divisibilidade é uma operação da percepção utilitária sobre a matéria contínua”. A autora falou do tempo na ótica da psicologia social clássica e da noção de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva durkheimiana, destacando, assim, que o tempo não flui de maneira uniforme, pois, à sua maneira, cada sociedade humanizou-o ao seu *modus operandi*. Da mesma forma, cada classe e cada pessoa vivem o tempo do seu jeito. Ela exemplificou que existe “a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido”. A autora constatou que só “os artistas podem remontar a trajetória e recompor o contorno borrado das imagens, devolvendo-nos sua nitidez”.

Não sou artista, nem tenho a pretensão de ter apreendido plenamente os eventos no tempo em que ocorreram. Por isso, busquei recompor as imagens borradas das minhas memórias através da composição com fatos e situações documentados e com outras que

viveram no mesmo período as experiências que eu tive em Bula, Bissau (Guiné-Bissau) e Florianópolis (Brasil).

Benjamin (1987, p. 210) ensinou que “[...] é difícil caracterizar inequivocamente o curso das coisas”, pois, só “[...] se sabe que, enquanto tal, o curso das coisas escapa a qualquer categoria verdadeiramente histórica”. De acordo com o autor, já tinha passado o tempo em que “o homem podia sentir-se em harmonia com a natureza” das coisas. Ele afirmou que a “memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado, com o desaparecimento dessas coisas, com o poder da morte”.

Por seu turno e corroborando o adágio africano que citei na Introdução, Yunes (2017, p. 78) mostrou-nos que, “para os africanos, o passado dá sentido ao presente”, uma vez que a “tradição é passada de geração a geração” e, em tal processo, “a tradição contamina e se deixa igualmente contaminar por ambientes que lhe são estranhos. Por outro lado, ao longo dos tempos, as histórias ganham alguns novos personagens e perdem outros tantos.” A autora acrescentou que o tempo reconstrói e vivifica as memórias, “[...] ao mesmo tempo em que são modificadas as memórias/histórias, estilos de vida são destruídos e transformados em algo novo” (YUNES, 2017, p. 78-79).

O tempo passou, já são quase setenta anos desde a fundação do PAIGC e 50 do fim da luta armada e da proclamação da independência, eu envelheci e muitos fatos que eu rememorei e citei neste trabalho ocorreram há décadas, focalmente nos anos 1960 e 1970 em Bula; 1970-80-90 em Bissau; e 1980-90-2000 em Florianópolis. Claramente, há repetições e até transposição de eventos. Isso se explica, em parte, porque morei repetida e alternadamente nas três cidades. Por exemplo, vivi em Bissau nas décadas de 1970 e 1980, mas passei o ano de 1978 em Bula e no Senegal. Moro em Florianópolis desde 1988, mas, nesse período, voltei a morar por dois anos (outubro de 1994 a agosto de 1996) em Bissau e quase quatro anos (agosto de 1996 a maio de 2000) em Carbondale, cidade no Sul do estado de Illinois, nos EUA, para estudar inglês e fazer mestrado e doutorado (interrompido), em sociologia.

### 3. DA RESISTÊNCIA À INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Mapa 1 – Geografia político-administrativa da Guiné-Bissau.



Fonte: Nations Online Project/Google Maps, 2023.

Numa manhã de maio de 1974, Bula entrou em polvorosa, por causa da chegada inesperada de dois veículos militares desconhecidos na cidade. Eles atravessaram a cidade de Leste a Oeste e foram estacionar embaixo de um pomar de mangueiras, ao lado do cemitério municipal. Os moradores ficaram espantados, pois nunca tinham visto algo parecido. Movidos pela curiosidade, muitos que moravam nos bairros por onde os veículos passaram, saíram, numa espécie de maratona ou marcha atlética, até ao local.

Como se pode vislumbrar nas fotos um e dois, Bula é uma cidade interiorana africana, localizada no Centro-Norte da Guiné-Bissau, 36 quilômetros a Norte de Bissau. Era uma cidade de uma única rua asfaltada. Na verdade, a referida rua era uma junção de rodovias que, numa espécie de pontos cardeais, ligavam Bula a Bissau (a Sul), Ingoré (a Norte), Binar



e Bissorã (a Leste) e Canchungo e Cacheu (a Oeste). Todas essas rodovias asfaltadas convergiam na referida rua, que atravessava a cidade de ponta a ponta, em forma de letra “S” aberta, passando pela praça central (onde funcionavam os serviços administrativos) e outra praça, na parte Norte. A segunda praça era ladeada de lojas, mercado municipal e residências de famílias relativamente mais abastadas oriundas principalmente de Portugal, do Líbano e da Síria.

Foto 1 – Vista parcial de uma praça e mercado popular de Bula.



Fonte: Carlos Silva, 2009.

Foto 2 – Saída Sul de Bula para Bissau.



Fonte: Carlos Silva, 2009.

Existem versões inconclusivas sobre a origem de Bula. Uma diz que ela surgiu de um povoado criado por um jovem casal Braima (Mbraima ou Ibhraima) e Bhoula (Mbhoula). Braima seria um príncipe da etnia fula, e Bhoula, uma princesa da etnia mandinga. Os dois teriam fugido das cortes reais dos respectivos pais que não toleravam o seu namoro. Decididos a juntar seus destinos, Braima e Bhoula teriam rumado da região das colinas de Fouta Djallon, no Leste, onde se localizavam os reinos dos seus pais, rumo ao desconhecido Oeste.<sup>25</sup> Entretanto, durante a fuga, eles acabariam se encantando por um pedaço de terra fértil nutrida pelos rios Mansoa (a Sul) e Cacheu (a Norte). Por causa da fertilidade do solo dessa terra, da abundância da caça e da pesca, o casal teria decidido se assentar no lugar, que Braima batizaria de Mbhoula, em homenagem à noiva.

De acordo com essa versão, os colonizadores lusitanos teriam corrompido a grafia original Mbhoula para Bula, quando chegaram à localidade. Do casal teriam nascido muitos filhos e um deles, Mandjam, teria se enveredado mais a Oeste e, assentando-se também numa terra fértil a alguns quilômetros do Atlântico e entre a foz dos dois rios, deu origem à etnia mandjaca. Existem outras versões sobre o parentesco entre os mancanhes e mandjacos e também os pepels que abordarei no próximo capítulo.

Verdadeira ou não essa versão, o fato é que Bula existe há centenas de anos e é considerada berço da etnia bahúla ou mancanhe.<sup>26</sup> Mais do que berço e centro da cultura mancanhe, a cidade nasceu multiétnica e tornou-se multicultural onde as pessoas de fenoitipias, etnias e culturas variadas celebravam a sua comunalidade; onde estilos de vida islâmicos e ocidental-cristãos misturavam-se às culturas e tradições africanas. Se os estilos de vida ocidental-cristãos foram levados ao território guineense nos longínquos tempos das Grandes Navegações e chegaram à Bula com a efetivação da colonização no início do século XX, os estilos de vida islâmicos foram levados por árabes que partiram da península arábica e foram penetrando as profundezas do mundo africano. Pastores nômades e homens em caravanas tinham o hábito de circular no deserto e comerciar com os povos da região. Navegadores árabes sulcaram pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico e criaram portos na costa da África Oriental onde comerciavam produtos, inclusive escravos. No século VII, caravanas de árabes atravessaram o Saara e chegaram ao Sudão Ocidental e estabeleceram relações comerciais com os reinos locais e impérios do Ghana, Mali e Songhai. Junto com o

---

<sup>25</sup> Essa narrativa de Braima e Bhoula é uma espécie de Romeu e Julieta que não acabou em morte do casal. É, provavelmente, uma narrativa anterior à tragédia escrita em 1597 por William Shakespeare.

<sup>26</sup> A denominação “mancanha” foi dada por navegadores portugueses que teriam confundido o nome do rei com o da etnia.

comércio, os árabes levaram o islamismo para o continente africano e converteram milhões de africanos no Maghreb, na África Ocidental e Oriental (PAIGC, 1974, p. 26).

Em Bula, todo mundo misturava-se nas brincadeiras, nas ‘peladas’ de futebol, nas escolas, nas feiras, nos mercados públicos, em festas populares, ritos religiosos e culturais. Os moradores negros eram majoritariamente das etnias mancanhe, balanta, mandjaca, pepel<sup>27</sup>, fula e mandinga. As etnias conviviam pacificamente entre si e também com centenas de brancos europeus (portugueses) e de origem berbere, árabe, libanesa e síria. Os mestiços eram quase sempre filhos de brancos com mulheres negras, pois era raro uma mulher branca ter filho com homem negro. Os mestiços viviam numa espécie de limbo social. Ao contrário do que já acontecia, por exemplo, nos Estados Unidos, onde os mestiços eram classificados ou classificavam-se como “Black” ou “African-American” por causa do “One Drop Rule”, os mestiços de Bula não eram brancos, mas também não eram negros. Socialmente, o seu status era inferior ao dos brancos, mas superior ao dos negros.

Na verdade, em todo o país, a mestiçagem era incomum entre pessoas brancas e negras. Essa realidade já tinha sido atestada por Amílcar Cabral (1974, p. 10), quando, ao caracterizar os moradores das cidades guineenses na época colonial, afirmou que as senhoras brancas eram muito recatadas, reservadas, por imposição do contexto sociopatriarcal<sup>28</sup>. Disse ele: “[...] no grupo dos tugas [apelido pejorativo que os guineenses deram aos brancos portugueses], por exemplo, as famílias do governador, do diretor do banco, do diretor da Fazenda etc., não vemos aí nunca a mulher do tuga operário ou de qualquer um que é batedor de chapas [operário que manuseia chapas metálicas]”. A exceção, Amílcar Cabral acrescentou, “[s]ó se ele tiver alguma filha muito linda, que toda a gente admira, e que de vez em quando vai dançar com a gente da alta [sociedade]. Mas a mãe que não sabe ler nem escrever, não vai. Acompanha a filha à porta e sai”.

Também a mestiçagem interétnica não era muito disseminada, apesar da convivência cultural pacífica e das afetividades entre pessoas de diferentes etnias. No Interior, o casamento era mais intraétnico e menos interétnico, pois, em poucas ocasiões, pessoas de etnias diferentes casavam-se, habitando ou não os mesmos espaços geográficos. Em certa medida, e por duas razões, o mesmo costume também existia nas cidades. De um lado, as pessoas

---

<sup>27</sup> Pepel – Adotei a grafia “Pepel” para a etnia que habitava originalmente Bissau e arredores. É assim que ela é nominada em crioulo. Amílcar Cabral referiu-se assim a essa etnia, por exemplo, no seu livro “Unidade e Luta”. No entanto, a grafia consagrada pelos colonizadores é “papel” e muitos autores guineenses mantiveram-na.

moravam, preferencialmente, com ou perto dos seus consanguíneos familiares e da mesma etnia. Isso acontecia mais com migrantes que chegavam às cidades onde eram acolhidos pelos seus familiares e acabavam fixando residência e refazendo a vida perto deles. Por outro lado, tradicionalmente, os casamentos eram quase sempre arranjados por uma comissão de “casamenteiros” que era formada por parentes dos noivos. E a busca por uma noiva era feita, de preferência, dentro do próprio espaço étnico urbano ou nas suas aldeias de origem.

Bula era um reduto de excelência escolar, não por algum mérito dos seus habitantes, mas pelo privilégio de ter acolhido uma das primeiras escolas no território guineense: Escola Missionária. A referida escola católica contribuiu para fazer de Bula uma das urbes guineenses com um número relativamente baixo de analfabetos no país. Era mais fácil encontrar agulha num palheiro do que conhecer um jovem bulense (morador do centro de Bula), de ambos os sexos, que não tivesse sido alfabetizado. Mesmo a tradição de casamentos precoces não impedia as meninas de frequentarem as aulas. Nas mesmas instalações onde funcionava a Escola Missionária, havia um internato que recebia rapazes de Bula e de outras regiões da província da Guiné.

Nos anos 1960 e primeira metade dos 1970, parecia que a economia funcionava bem na província, pois dava para comprar muito com pouco dinheiro. Alguns “Pesos”<sup>29</sup> bastavam para comprar um litro de aguardente de cana ou vinho tinto para as celebrações sazonais que iam de dezembro a abril, e abrangiam a “Quadra Festiva de Natal”, o Ano Novo, o Carnaval e a Páscoa. Durante esse período, que coincidia com a estiagem sazonal, eram realizadas cerimônias de iniciação de rapazes e de raparigas, casamentos, “tchur” (rito de passagem das almas de familiares falecidos para o mundo dos espíritos); colheitas agrícolas, festas de invocação de “irans” (espíritos intermediários dos humanos com os deuses) e viagens para visitar parentes e/ou fazer comércio em outras aldeias, cidades e até nos países vizinhos.

Para uma pessoa pobre, \$1.000,00 Pesos valiam uma pequena fortuna, pois, davam para comprar um vestido, um bonito lenço de cabeça e um par de sandálias, um fato (terno) de gala, um par de calçados e de meias e um chapéu ou boné. Em suma, dava para “vestir-se como uma pessoa branca”. Porém, a colheita de um agricultor familiar, somando amendoim, arroz, inhame, hortaliças etc., quase nunca chegava a esse montante, quando era vendida apenas no mercado oficial. O governo português estipulava os preços das *commodities* sempre muito abaixo dos valores praticados na Metrópole e nos países vizinhos. Alternativamente, os

---

<sup>29</sup> Oficialmente era o Escudo português que os guineenses preferiam chamar de “Peso” ou “Pês”.



pequenos agricultores recorriam ao mercado informal.<sup>30</sup> Outros, para buscarem mercados mais atrativos, açambarcavam as suas colheitas através das porosas fronteiras com o Senegal e a Guiné Conakry.

Em Bula, havia fartura, com o mercado transbordado de produtos agropecuários e industrializados importados, sobretudo de Portugal. Consumíamos principalmente arroz, *fundo* (sorgo), variedade de milhos, feijões, batatas; carnes bovina, suína, caprina, aviária; peixe, *cakri* (siri), caranguejo, ostra, mariscos; hortifrutigranjeiros (tomates, couves, alfaces, repolhos, cebolas; laranjas, papaias, mangas, tangerinas, goiabas, limões etc.) e óleos de dendê e de amendoim.

No entanto, naquela manhã de maio de 1974, a nossa expectativa era de que o Partido traria mais fartura e, finalmente, nos libertaria da opressão colonialista. Poderíamos gozar da liberdade de falar sem medo de sermos detidos e seviciados pelas autoridades portuguesas. Na época, eu tinha quase 17 anos de idade. Com muita energia nas pernas, eu e os meus colegas conseguimos acompanhar a velocidade moderada dos veículos até ao ponto de parada. Todos os ocupantes dos referidos veículos estavam com uniformes militares de gala. Não me lembro do número exato, mas, com certeza, eram entre cinco e 10 pessoas. Quem eram aqueles homens negros, alguns jovens e outros adultos de meia idade, todos aprumados como se estivessem participando numa parada militar?! Que veículos eram aqueles, tão diferentes?! O maior parecia um “Unimog”, mas não o era. A sua cor era de um misto de verde e cinza. O menor lembrava vagamente um “Jeep” de cor bege amarelada.

Definitivamente, os referidos militares não eram da tropa regular das Forças Armadas Portuguesas estacionadas em Bula. Também não eram da Milícia,<sup>31</sup> nem aparentavam ser dos “Comandos Africanos”, a companhia de operações de alto risco que era formado por jovens negros, cuja base central se localizava em Bula. A marca visual dos Comandos Africanos era uniforme preto da boina às botas e a sisudez no trato com a população. Sangreman e outros (2006, p. 11) explicaram que essa companhia foi criada para reforçar as ações das Forças Armadas Portuguesas, pois,

[...] à medida que o conflito se intensificava, foram também, e de uma forma crescente, utilizando um maior número de africanos nas suas fileiras, aproveitando o seu conhecimento do terreno, dos hábitos, das línguas e até da adaptação ao meio. A

---

<sup>30</sup> Não vou dizer “mercado negro” porque essa expressão tem carga histórica escravocrata e racista.

<sup>31</sup> Milícia era uma companhia paramilitar constituída por negros guineenses precariamente treinados, mas, mesmo assim, colocados nos *fronts* de combate, muitas vezes, como buchas de canhão. Existiam companhias de milícias em toda a Guiné Portuguesa.

criação e o emprego de militares africanos na Guiné, nomeadamente comandos africanos, começou por ser um processo, no início da guerra, que apenas integrava um pequeno núcleo de militares africanos, de milícias e de tropas de segunda linha, que já colaboravam com as unidades metropolitanas.

Aqueles militares seriam parte de um novo batalhão português a instalar-se na cidade? Afinal, além de um contingente do exército e da base central dos Comandos Africanos, Bula recebera uma companhia mecanizada, quando a guerra se intensificou, com os combatentes do Partido a atacarem cada vez mais as cidades vizinhas à Capital. Por causa da sua localização, perto de Bissau, Bula<sup>32</sup> tinha-se tornado durante a guerra colonial um ponto estratégico de proteção da Capital contra o avanço de combatentes do PAIGC e uma cidade de trânsito para o extremo Norte, assim como para o Senegal.

Um dos homens que chegaram à Bula naquela manhã de maio de 1974 desceu do veículo menor, ajeitou a sua calça e a boina, caminhou em direção da ‘plateia’ que se formava, curiosa, e parou. Os outros soldados também desceram e alinharam-se atrás dele, mas não muito longe dos dois veículos. Não notamos as patentes. Mas, logo, logo, deu para percebermos que ele era o líder do grupo. Os subordinados referiam-se a ele como “Comandante”. E ele a eles de “Camaradas”. Homem de poucas palavras, o Comandante Dik da Ringue apresentou-se e apresentou os seus camaradas. Descobrimos que estávamos diante de “Combatentes da Liberdade da Pátria”.

Até àquele dia, eu tinha tido contatos esporádicos com os combatentes, algumas vezes na “ponta” (sítio) do meu irmão Armindo António dos Santos. Eles chegavam, conversavam com os adultos (com certeza, informantes deles), pegavam encomendas (mercadorias, por exemplo) e sumiam no mato. Sabia-se que os combatentes recebiam ajuda clandestina da população, inclusive de reis étnicos e chefes de aldeias.

Amílcar Cabral (1974, p. 113) afirmou que

[...] alguns grandes de Bissau, ou alguns régulos – lembro-me de que vários régulos [soberanos] eram membros do Partido – mas nunca lhes dissemos que, eles é que vinham mandar. Houve régulos do chão dos Manjacos, por exemplo, ou do chão dos Mancanhas, que foram chamar outros, por causa da bandeira do Partido, houve chefes na área de Mansoa e outras áreas que foram presos por causa da bandeira do Partido, mas nunca lhes dissemos que, como eram chefes da nossa população, também eram chefes do Partido.

O único encontro assustador que tive com militantes do Partido aconteceu numa manhã de 1970 na estrada de terra batida que liga o centro de Bula às suas aldeias do Norte, a

---

<sup>32</sup> Um dos heróis da “Revolução dos Cravos” de 25 de abril de 1974, o capitão Fernando José Salgueiro Maia (1944-1992) serviu em Bula, entre 1971 e 1973.

caminho do rio Cacheu. Eu e quatro “irmãos”<sup>33</sup> fomos carregar capim que seria utilizado na renovação da cobertura das habitações das nossas famílias. Na volta para a casa, fomos abordados por um pelotão de combatentes. Não sei exatamente o que eles conversaram com os meus irmãos mais velhos. Na tradição étnica guineense, gente grande conversava com seus equivalentes etários; as crianças ficavam de fora de conversas sérias, sobretudo, quando eram secretivas. Aconteceu que, logo depois que os combatentes nos deixaram seguir o caminho de casa, apareceu uma patrulha do exército português. Fomos parados e interrogados – Aqui, sim, todos nós fomos abordados – sobre se tínhamos tido contato com os “turras” (nomenclatura pejorativa que os portugueses davam aos combatentes do PAIGC). Respondemos que não. Mentimos porque achávamos que era mais conveniente e, assim, poderíamos nos livrar de qualquer represália dos combatentes na próxima vez que nos encontrassem. Mesmo com a nossa simulada inocência, os soldados portugueses detiveram-nos, com alguns deles colocados de vigia, até quando todo o pelotão completou a ronda. Ficamos sabendo, alguns dias depois, que os combatentes estavam camuflados no mato à espreita da ação daquele pelotão.

Em todos os encontros anteriores, antes daquele dia de maio de 1974, os combatentes apareciam, obviamente, com uniformes de combate e até à paisana nas vezes em que passaram pela ponta do senhor Armindo ou quando se infiltravam na área urbana de Bula. Desta vez, eles estavam paramentados a rigor de gala.

O discurso do Comandante foi de pouco conteúdo, mas com forte carga emocional: anunciou que a guerra tinha acabado, pois o inimigo estava derrotado e que, em consequência, tinha sido proclamada a “República da Guiné-Bissau”. Espanto geral para nós. Ele tinha acabado de revelar uma novidade histórica e política: o nascimento da Guiné-Bissau?! Seria o fim definitivo do provincialado da Guiné Portuguesa?! Provavelmente, os mais velhos estavam atentos a essa novidade, pois acompanhavam com mais interesse do que nós a luta de libertação através dos contatos com os combatentes e da “Rádio Libertação” que transmitia notícias e propaganda do Partido a partir da Guiné Conacri. Ao final do discurso, ele gritou “Viva ao PAIGC!”, “...à Pátria Amada!”, “...a Abel Djassi!”<sup>34</sup> e “Abaixo ao colonialismo!”.

---

<sup>33</sup> Na etnia bahúla ou mancanhe, irmão não é necessariamente biológico; primos também podem ser considerados irmãos.

<sup>34</sup> Nome de guerra de Amílcar Cabral, líder-fundador do movimento de libertação.

“...ao imperialismo!” e “...aos lacaios!” Nós também gritamos, em coro, acompanhando os seus camaradas.

Gritar “Vivas” e “Abaixos”, não era novidade para nós. Já tínhamos assistido a comícios organizados pela representação da “Ação Nacional Popular” em Bula. Neste caso, todavia, os nossos gritos de vivas eram para Portugal e os abaixos, para os “turras” (apelido depreciativo dado pelos portugueses aos guerrilheiros do Partido). A diferença, naquele dia de maio de 1974, foi que Portugal e o imperialismo estavam na berlinda. Essa era a grande novidade: presenciar alguém falar, em praça pública, coisas negativas contra Portugal. Até àquele dia, tudo era feito às escondidas ou escutado, em segredo, na Rádio Libertação. Quem ousasse externar publicamente negatividades contra o regime português, era detido e encarcerado.

Durante a luta armada de libertação nacional, tínhamos informações residuais sobre os slogans proferidos pelo Comandante Dik da Ringue. O “Imperialismo Americano” (!?) soou estranho. Sabíamos, pelas aulas de Geografia e de História, que “América” era um país muito grande, extremamente rico, epicentro do capitalismo e muito poderoso. Imperialista, não. Para nós, “The American Way of Life” significava igualdade de oportunidades para todos que gostassem de trabalhar. Afinal, “Time is Money”. Gostávamos da “América”, por causa de filmes *Westerns* que assistíamos no cinema a céu aberto no quartel central do exército e na sala de eventos de “Nuno Tristão”, o único clube “profissional” de futebol que existia na cidade. Deliciávamos com a brutalidade de *cowboys*, como Chuck Norris, Charles Bronson e Clint Eastwood, assim como, com a delicadeza de *cowgirls*.

Vivíamos a violência da guerra de libertação que resvalava para brigas entre soldados portugueses e jovens da cidade, principalmente nas tardes de futebol. E, anestesiados pelas nossas próprias experiências de vida, ficávamos extasiados com as várias formas de violência (bombardeios aéreos, tiros de fuzil, facadas, esfacelamentos de corpos causados pelas minas terrestres etc.) que os filmes nos proporcionavam. Colecionávamos figurinhas de grandes atores do banguê-banguê, dentre os quais Buffalo Bill, John Wayne, Kirk Douglas, Henry Fonda, Gregory Peck e James Stewart e, obviamente, dos brutamontes Norris, Bronson e Eastwood, e também Zorro, o mítico “*Omi di ropa preto*” (Homem de roupa preta). Gostávamos também de assistir a filmes sobre as duas grandes guerras e sobre a Guerra do Vietnã. Numa análise elementar, tendíamos a achar que, na Guerra do Vietnã, os americanos tinham empreendido uma luta justa contra os indolentes “Vietcongues”.

Estávamos encantados com as palavras do Comandante, com a farda dele e dos seus camaradas, com as armas Kalashnikov que eles portavam e com a beleza dos veículos. Tudo

parecia bonito, mas, a nossa atenção estava voltada para a carga no veículo maior, pois, o Comandante tinha anunciado que levaram arroz e açúcar para presentear à população. Após o discurso, dois camaradas subiram na carroçaria do veículo maior e satisfizeram a nossa curiosidade. Um dos camaradas abriu um saco; outro, um saco de tonalidade bege. Nunca tínhamos visto arroz e açúcar daquele tipo. Os grãos de arroz eram muito grandes (!) e o açúcar tinha tonalidade marrom. Enquanto distribuíam os produtos para as pessoas enfileiradas, os outros pareciam monitorar a nossa tímida aproximação do Comandante e dos veículos. Improvisamos receptáculos para os dois produtos. Lenços de cabeça e de bolso, panos e até camisas serviram para acolher os presentes, que pareciam ser o prenúncio de mais fartura e felicidade que estavam para chegar dentro em breve. A alegria maior naquele dia era que a felicidade seria trazida por guineenses como nós e num ambiente de liberdade. Ribeiro-de-Sousa (2021, p. 63) associou a felicidade ao conceito do pertencimento elaborado pelo psicólogo Abraham Harold Maslow (1908-1970) na obra *Motivation and personality* que foi publicada em 1954. Nessa obra, Maslow apresentou “[...] sua teoria da hierarquia das necessidades humanas – a chamada Pirâmide de Maslow –, mostrando que, sem o sentimento de ‘pertencimento’, o ser humano não consegue construir autoestima, o que leva ao desenvolvimento de neuroses e ao não alcance [...] da realização pessoal [...]”. Nessas condições, sem o sentimento de pertencimento, a pessoa não consegue alcançar a felicidade.

Foi uma festa receber, de graça, porções daquele arroz e açúcar. Mal comparando, o momento lembrava a animação que tomava conta da comunidade católica, quando o Prefeito Apostólico, líder máximo da Igreja Católica na Guiné Portuguesa, distribuía brindes na festa de Natal e de Ano Novo (Réveillon). O prelado voava de Bissau, para presidir as festas religiosas. Depois da missa, ele fazia distribuir guloseimas, pratos, copos, talheres etc. para os participantes, inclusive para não católicos (muçulmanos e praticantes de religiões étnicas) que prestigiavam o evento. Em Bula e, claro, em toda a província da Guiné existia a convivência pacífica entre os praticantes das diversas religiões no país. Era esse espírito de respeito e de boa convivência que movia os não católicos a participarem na festa católica.

Naquela manhã de maio, na volta para a casa, comemos alguns grãos de arroz e lambemos porção daquele açúcar colorido. Sim, comíamos arroz cru, um hábito que alguns portugueses e até guineenses “assimilados” achavam que era coisa de “nharo”.<sup>35</sup> O gosto do açúcar era relativamente amargo; não tão agradável. Um sabichão começou a bazofiar que bastava um bocado – diga-se, meio quilo – de arroz para satisfazer o apetite de umas quatro

---

<sup>35</sup> Na concepção portuguesa na Guiné, “Nharo” era um apelido depreciativo para pessoas negras. Entretanto, desconheço alguma relação com os povos “Nharo” ou Naron no Botswana.

peessoas. E que um punhado de mão daquele açúcar matava a fome de uma pessoa por um dia inteiro. Nós acreditamos nele, afinal, tinha vivido no Senegal e, de acordo com a sua narrativa, já tinha consumido aqueles produtos. Ele sabia muita coisa do mundo que nós não conhecíamos. Em Bula, o acesso à informação era muito limitado. O grosso das informações vinha do boca a boca e, de forma limitada, da Emissora Regional da Guiné (ERG) e da Rádio Libertação.

A ERG, que funcionava por algumas horas do dia e emitia programas de entretenimento e noticiosos de interesse da administração portuguesa, era o único meio de comunicação de massa na província, e era um importante instrumento de propaganda da administração portuguesa contra o Partido. O governo português tentou evitar a entrada de ideias independentistas e anticolonialistas que cresceram em toda a África e resultou na independência de praticamente todas as colônias europeias no continente, na década de 1960, exceto as de Portugal e da Espanha. A estratégia do governo português foi a sonegação de informações concernentes ao movimento de libertação nacional e evitar contatos dos guineenses com ele. As autoridades portuguesas acreditavam que a propaganda patriótica, somada ao isolamento e à repressão, preservaria a ocupação das suas colônias africanas. Essa estratégia não deu certo, pois, mesmo com certa dificuldade, as informações circulavam, seja pela Rádio Libertação, seja pelo boca a boca e também pelas ondas curtas de rádios estrangeiras que alguns guineenses conseguiam sintonizar. Essa Rádio Libertação tornou-se uma crescente fonte alternativa de informação que algumas pessoas conseguiam sintonizar às escondidas das autoridades de segurança portuguesas. Os impressos, que eram poucos em circulação na província, limitavam-se à Bissau e às cidades do Interior, e o seu conteúdo também era controlado pelas autoridades de segurança colonialistas. Ademais, naquela época, 95% de guineenses não sabiam ler. Logo, por causa da circulação limitada e do elevado percentual de analfabetos, a mídia impressa fazia pouca diferença. Num ambiente assim, quem tinha acesso à informação era admirado e não poucas vezes tirava vantagem dessa condição de “pessoa bem informada”. O nosso sabichão era uma delas.

Terminada a distribuição do arroz e açúcar, o Comandante e os camaradas entraram nos dois veículos e voltaram para uma base do Partido localizada entre Bula e a vila de Binar. Saímos desse primeiro comício político, amando a anunciada “Pátria”, cativados pelo porte altivo do Comandante e animados com as promessas que ele fizera sobre um futuro de prosperidade para a “Guiné-Bissau”.

Eu saberia, muitos anos depois, que as promessas feitas pelo Comandante Dik da Ringue não eram bravatas dele; faziam parte das expectativas do Partido para a Guiné-Bissau

independente. Sangreman e outros (2006, p. 8-9), ao falarem do desenvolvimento como a razão da luta de libertação empreendida pelo Partido, lembraram que as “promessas de alcance de níveis de vida melhores foram uma constante nos textos de Amílcar Cabral, bem como nos discursos de todos os níveis de poder depois da independência”.

### 3.1 PARTICULARIDADES DA LUTA NA PROVÍNCIA DA GUINÉ

A população tinha motivo de sobra para se entusiasmar com o futuro que se desenhava para a nascente República da Guiné-Bissau. Afinal, o Partido tinha conduzido uma luta armada heróica contra o regime colonialista português, e foi o único movimento de libertação na história recente da África a levar dois países à independência: a Guiné-Bissau e a República de Cabo Verde.

No contexto das colônias portuguesas na África, a primeira resistência armada de grande impacto psicológico aconteceu em Angola no dia 15 de março de 1961. Nessa data, nacionalistas angolanos, muitos deles membros da União dos Povos Angolanos (UPA), organizaram ataques coordenados e simultâneos a dezenas de fazendas de café no Norte do país, culminando com um saldo de 800 portugueses e angolanos mortos (LIRA, 2021). O autor reportou que os acontecimentos nesse dia causaram pânico geral entre os colonos portugueses, tanto que, “[n]o espaço de uma semana, mais de 3 mil colonos foram evacuados desta região para Luanda”, capital da província.

Lira (2021) acrescentou que muitos colonos “pensavam em partir para a Metrópole ou em transferir as suas divisas para lá. Nas zonas sublevadas, os colonos que ficaram procuraram defender-se como puderam dos ataques da UPA, organizando-se em corpos de voluntários milicianos até à chegada dos primeiros contingentes militares vindos da Metrópole no início de maio”.

Esse evento e outros levantes ocorridos em Angola, como também em Moçambique, São Tomé e Príncipe e na própria Guiné Portuguesa e em Cabo Verde, fizeram com que o regime português percebesse que a revolta dos “nativos” nas suas colônias na África não tinha mais volta, pois os nacionalistas estavam dispostos a pegar em armas para conquistarem a independência dos respectivos países.

Na verdade, o regime português já havia percebido, ainda em meados dos anos 1950, que a luta armada tinha se tornado inevitável nas províncias, tanto que começou a preparar-se para ela. Como prova, Lira (2021) citou “[...] o ‘estágio’, no ano de 1959, de seis oficiais portugueses com o exército francês, na Argélia, onde se vivia uma guerra para a

independência da colônia francesa, que se concretizou em 1962, após um conflito de oito anos. Durante um mês e meio, os oficiais portugueses observaram a estratégia de contraguerrilha do exército francês no terreno”. Destacou que, “[n]o relatório que elaboraram para as chefias militares em Portugal, os oficiais não tiveram dúvidas em afirmar que o exército português se devia preparar, com urgência, para uma guerra subversiva” nas províncias ultramarinas na África.

Porém, o cenário na província da Guiné preocupava muito a Metrópole. Lira (2021) afirmou que a “situação militar mais problemática encontrava-se, sem dúvida, na Guiné-Bissau”. Sangreman e outros (2006, citando PÉLISSIER, 2001; NÓBREGA, 2003) destacaram que a “Guiné-Bissau é um pequeno Estado africano que contrariamente à sua dimensão sempre foi dos territórios coloniais dos que maior resistência apresentou ao poder colonial português, conforme documentaram diversos autores”. Lopes (1982, p. 26) confirmou que a luta armada na Guiné era a mais avançada dentre todas que estavam a ser travadas nas colônias portuguesas na África.

Três aspectos – que detalharei no próximo capítulo – diferenciaram a luta armada na província da Guiné: capacidade de mobilização da população junto com a proeminência política e intelectual de Amílcar Cabral, a ausência de exclusivismos territoriais e a falta de concorrência entre o Partido e outras formações nacionalistas guineenses.

Primeiro, ao contrário do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Partido conseguiu mobilizar em torno de si a população guineense de todas as fenotípias e etnias à causa da libertação do território. E um dos seus grandes trunfos nessa mobilização foram a grandeza intelectual e a sagacidade política de Amílcar Cabral.

O segundo aspecto diferencial da luta armada na província da Guiné foi a inexistência de exclusivismos territoriais entre as etnias que habitam seu espaço geográfico, nem alinhamentos, por razões étnicas, com as principais organizações nacionalistas guineenses.

Mesmo habitando territórios histórica e culturalmente delineados, mas, não fronteirizados, as etnias guineenses não possuem exclusividade nesses territórios a ponto de rejeitarem a coabitação com etnias exógenas. Por exemplo, Bula é o território biográfico e histórico da etnia mancanhe, mas não era sua exclusividade territorial; pertencia também aos habitantes locais das etnias balanta, mandjaca, pepel, fula, mandinga etc.; às pessoas negras, brancas, mestiças; aos praticantes de religiões étnicas, muçulmana, cristã. A convivência



multiétnica e multicultural em Bula era comum em toda a Guiné. As cerca de 30 etnias conviviam em paz, quando o PAIGC se preparava para a luta de libertação.

E o terceiro diferencial: o Partido não tinha movimentos nacionalistas concorrentes tão expressivos política e diplomaticamente quanto ele. Os outros movimentos, como a União Popular/dos Povos da Guiné (UPG, fundada em 1958), a União Democrática Cabo Verdiana (UDC, fundada em 1959), o Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (MLGCV, fundado em 1959), o Movimento de Libertação da Guiné (MLG, fundado em 1961), a União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP, fundada em 1962) e a Frente de Libertação para a Independência da Guiné (FLING, fundada em 1962), acabaram se desestruturando ou aderindo ao PAIGC, à medida que ele avançava na luta armada e tornava-se cada vez mais dominante.

Registro que, em 1961, Amílcar Cabral até tentou agregar as várias formações nacionalistas existentes na época na província da Guiné, para poderem unir forças na luta contra a ocupação portuguesa. Ele propôs, por exemplo, a união do PAIGC com a UPG, liderada por Henry Labery, e o MLG, de François Mendy Kankoila. Sangreman e outros (2006, p. 11) afirmaram que “[...] estes três movimentos entregaram-se a renhidas e duras batalhas verbais, principalmente sobre o tema das relações entre a Guiné e Cabo Verde. Por um lado, havia pequenos grupos que não queriam nada com Cabo Verde; por outro, o PAIGC insistia na tônica da unidade dos dois povos e territórios”.

Apesar da divergência com essas organizações, o Partido conseguiu agregar, de um lado, guineenses de todas as etnias e de variadas fenotípias e, do outro lado, envolver os guineenses e cabo verdianos no projeto da independência da Guiné e Cabo Verde.

Em Angola, no entanto, transparecia uma divisão profunda dentro dos e entre os diferentes movimentos nacionalistas. Lira (2021) reportou que o MPLA e FNLA

[...] encontravam-se profundamente divididos por quzílias [disputas] pessoais, ideológicas e étnicas. O MPLA viu-se a braços, a partir de dezembro de 1972, com a chamada ‘Revolta do Leste’, provocada pelo descontentamento de alguns dos seus membros liderados por Daniel Chipenda com o acordo assinado em Kinshasa com a FNLA. Esta revolta levaria a uma profunda cisão no MPLA e ao abandono de muitos dos seus efetivos militares no Leste, cortando assim as ligações entre as várias frentes de combate no território angolano. No início de 1974 seria a vez de Mário Pinto de Andrade [Ele acabaria se juntando ao PAIGC e se tornando uma das figuras de destaque na política da Guiné-Bissau nos anos 1970 e 1980. Acréscimo meu.], um dos fundadores do MPLA, romper com a liderança de Agostinho Neto (que considerava autoritária), originando a chamada ‘Revolta Ativa’. Por fim, a FNLA, também confrontada por dissidências internas, via-se confinada a um teatro de operações muito reduzido, junto à fronteira com o Congo.

Também em Angola, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) nasceu da cisão de Jonas Savimbi, seu líder histórico, com a UPA/FNLA. A própria UNITA protagonizou a guerra civil contra o MPLA pelo controle do país independente.

Lira (2021) apontou que, em Angola, mesmo com os três movimentos (MPLA, FNLA e UNITA) em ação, as forças portuguesas não perderam o controle da situação; aproveitaram-se da rivalidade étnica e ideológica entre esses movimentos, para aliciar Savimbi, em diversas ocasiões a partir de 1971, a colaborar com elas. Na guerra civil, Savimbi teve respaldo do Ocidente, enquanto o MPLA estava alinhado com o bloco social-comunista.

Em Moçambique, a FRELIMO protagonizou a luta de libertação contra o colonialismo português. Durante esse período, os problemas internos não foram tão evidentes quanto em Angola. Porém, em 1975, ano da independência, Afonso Dhlakama fundou a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e partiu para uma guerra civil de 17 anos. Dhlakama tinha se afastado dos seus companheiros da luta por discordar da opção marxista-leninista da FRELIMO sob a administração de Samora Machel.

Entretanto, na província da Guiné, o massacre de Pidjiguiti fez o Partido mudar de estratégia.

O PAIGC soube tirar uma lição deste doloroso acontecimento. No decurso de uma reunião histórica, que teve lugar a 19 de setembro de 1959, na análise que o Partido fez dos 3 anos passados de luta concluiu que o único caminho capaz de levar à conquista da independência nacional era a luta armada; decidiu a mobilização e a organização das massas camponesas, a principal força física da luta de libertação nacional, a mobilização dos emigrados residentes nos países vizinhos, dar início a uma política de preparação de quadros, tanto no exterior, como no interior e, por uma necessidade de segurança para alguns dirigentes, para garantir os apoios políticos e obter os meios precisos para o progresso da luta, transferir para o exterior o Secretariado Geral do Partido.

Passava-se, assim, a uma nova fase da luta. A gente do mato foi mobilizada e levada a cabo a preparação acelerada de quadros políticos e militares. Por toda a parte o Partido lança palavras de ordem justas de mobilização e de organização e explica a verdadeira natureza do colonialismo português. O Partido desenvolve também uma intensa campanha no sentido de neutralizar os colonos portugueses (PAIGC, 1974, p. 148-149).

O Partido tentou, sem sucesso, estabelecer um diálogo construtivo com o governo colonial português, isso porque a luta armada não foi a sua primeira opção para a libertação da Guiné e Cabo Verde. Amílcar Cabral repetia que o Partido, antes de pegar em armas, esgotou todos os meios pacíficos ao seu alcance para levar os colonialistas portugueses a uma modificação radical da sua política no sentido da libertação e do progresso do povo guineense e cabo verdiano.

Era comum pensar-se que o massacre Pidjiguiti, ocorrido no dia 3 de agosto de 1959, foi o principal evento de reviravolta do Partido da tentativa do diálogo para a decisão pela luta armada. Entretanto, o próprio PAIGC (1974, p. 149) atestou que

depois da repressão colonial à ação dos nacionalistas angolanos em 4 de fevereiro de 1961, o PAIGC decide-se a elevar o nível da luta, passando-a a uma fase nova. É assim que, a partir de 3 de agosto de 1961, se passa na Guiné à ação direta (sabotagens, cortes de vias de comunicação, destruição de instalações etc.). Tal fato marca a passagem da fase da luta política à da insurreição nacional, à ação direta contra as forças colonialistas. O período que decorre de 1961 até 1963 é como que um prelúdio ao próprio desencadeamento da luta armada, na verdadeira acepção do termo.

Policarpo (2021, p. 607) citou que existia convicção entre os estudiosos desse período que Amílcar Cabral planejava à distância, com o presidente Sekou Touré da Guiné Conacri, a greve dos trabalhadores portuários de Pidjiguiti em Bissau. De acordo com o pesquisador guineense, a administração da Companhia União Fabril (CUF), a empresa a qual os trabalhadores estavam vinculados, tinha autorizado o aumento dos salários, mas o administrador em Bissau decidiu reservar para si a competência de processar os aumentos, quando entendesse mais oportuno. “Os grevistas não cederam e mantiveram-se em greve e o administrador chamou a polícia, composta essencialmente por efetivos africanos, crendo que assim os trabalhadores seriam mais facilmente convencidos a voltarem ao trabalho”.

No entanto, fracassada a tentativa de diálogo com as autoridades portuguesas, o Partido começou a luta armada de libertação nacional. Assim, exatamente, no dia 23 de janeiro de 1963, sete anos depois da sua fundação, os seus combatentes atacaram a guarnição portuguesa na cidade de Tite, no Sul do país. Lopes (1982, p. 25) citou que, nesse primeiro ataque, os combatentes dispunham de apenas meia dúzia de pistolas e outras armas de fogo e catanas (facões). Os combatentes ludibriaram as forças portuguesas que tinham se concentrado no Norte, esperando que as ações militares do Partido começassem a partir da fronteira com o Senegal. O raciocínio do governo português tinha alguma lógica, pois, era a partir desse país que a FLING empreendia ações reivindicatórias pela independência. Afirmou que “[o] exército português tentava isolar os guerrilheiros nas zonas fronteiriças, desprezando a capacidade de mobilidade das pequenas unidades de guerrilha. Estas começam então a atacar a partir do centro do país” (LOPES, 1982, p. 26).

Depois desse primeiro ataque armado, os combatentes conseguiram ganhos expressivos. “Após 6 meses de luta armada, todas as regiões do Sul do rio Geba e do rio Corubal estavam libertadas” (PAIGC, 1974, p. 149). Nesse mesmo ano, o Partido desencadeou novas frentes ao Norte do rio Geba e na região Noroeste do país, especificamente na zona de Bula-Binar.

O alargamento da luta criava uma situação de permanente insegurança para as autoridades portuguesas. Essa situação de insegurança levou-as a cercarem a cidade de Bissau com arame farpado e eletrificado. Mas, o Partido, ao mesmo tempo em que impulsionava a luta no território guineense, analisava a situação em Cabo Verde. Por exemplo, na Conferência de Quadros, realizada em julho de 1963, tomou medidas para intensificar a luta no arquipélago ‘a fim de fazer passar da fase política à de ação direta, que poderá revestir a forma de luta armada’ (PAIGC, 1974, p. 151).

No segundo semestre de 1963, de acordo com Policarpo (2021, p. 608), os combatentes capturaram diversas embarcações militares portuguesas (vide “A Mirandela”, o “Arouca”, o “Bandim” e o “Bissau”) e incorporaram-nas à frota de transporte de armas e munições, pessoas e comida etc. de Conacri para a Frente Sul, através dos rios Corubal, Cachine e Cumbijã. No mesmo ano, o Partido instalou bases avançadas de Kadigné, nas Ilhas Tristão; Kandiafara, na entrada do “Corredor de Guilege”; e de Sansalé, a partir da qual os combatentes desencadeavam ações na região de Cadique.

No dia 18 de julho de 1963, “o ministro da Defesa Nacional, general Manuel Gomes de Araújo declarou que os guerrilheiros do PAIGC haviam conseguido penetrar em quinze por cento do território guineense” (LIRA, 2021). O PAIGC (1974, p. 151) afirmou que, em 1964, o mesmo ministério apresentou um relatório secreto no qual atestava que todo o Sul e o Centro-Sul estavam praticamente nas mãos dos nacionalistas. Conseqüentemente, “[n]ão podemos mais ir à Bafatá e à região Oriental pela via normal (por Mansoa ou Mansabá). O Estado-Maior local e eu mesmo [ministro Manuel Gomes Araújo], somos de opinião que se a estrada de Farim nos fosse cortada, tudo estaria perdido”.

De fato, os combatentes conseguiram cortar o tráfego no rio Geba, dificultando a ligação entre a Capital e o Sul da província. Rapidamente, abriram novas bases militares no Norte e, nos anos seguintes, no Leste. Foi de uma dessas bases, nos arredores de Bula, que o Comandante Dik da Ringue e seus camaradas entraram triunfalmente na minha cidade natal, em maio de 1974, para anunciar o fim da guerra e a independência da Guiné-Bissau.

O exército português não conseguia conter o alastramento da guerra pelo território guineense. De acordo com Policarpo (2021, p. 608), o comandante militar, o brigadeiro Louro de Sousa, informou ao governo central em Lisboa sobre enormes dificuldades que sentia em conter esse alastramento, por ter à sua disposição meios militares insuficientes. O autor pontuou que, alarmado, o governo providenciou o reforço de equipamentos militares e do número de efetivos militares na província da Guiné. Por exemplo, dois mil soldados e oficiais

de elite foram transferidos de Angola para as frentes de combate no território guineense. Estabeleceu como prioridade operacional a reconquista da ilha do Como.

Para a administração portuguesa, a localidade era ‘uma plataforma estratégica indispensável’ para a reconquista e o controle efetivo do Sul da província. Reconquistá-la, cortaria a circulação dos combatentes do Partido entre a região Sul e o arquipélago dos Bijagós. O governo enviou à Bissau o ministro da Defesa, para assistir no lançamento da contraofensiva que foi denominada “Operação Tridente”, mas ficou no imaginário popular como a “Batalha da ilha do Como” ou simplesmente “Batalha de Como”. Mas, depois de 75 dias de combate, as forças portuguesas foram derrotadas. Lopes (1982, p. 25) citou que, nessa batalha de quase três meses, o saldo foi de 650 pessoas mortas e que foi a maior derrota militar imposta pelo Partido no início da guerra de libertação nacional. Policarpo (2021, p. 609) pontuou que essa operação de “grande envergadura” foi um fracasso, pois as tropas portuguesas, além de terem sofrido imensas perdas, não conseguiram desalojar os combatentes do Partido, nem reconquistar a ilha do Como.

A batalha do Como cimentou, entre as forças portuguesas, a lenda de “ressurreição dos turras”. Na verdade, para enganar as tropas portuguesas, os combatentes do Partido empregavam várias táticas de guerrilha, como montar espantalhos fixos e móveis, fazer camuflagens e ataques em pequenos grupos que ficavam em constante deslocamento. Por exemplo, um espantalho recolocado no lugar de outro destruído dava a percepção de que um “turra” tinha se ressuscitado. Assim, mesmo enfrentando um contingente pequeno de militantes, os inimigos ficaram com a impressão de terem pela frente um batalhão de “turras” que morriam e, logo, ressuscitavam.

Policarpo (2021, p. 609) destacou a participação na operação do Batalhão de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Fernando Cavaleiro, e do Destacamento de Fuzileiros n.º 8, comandado pelo 1.º Tenente FZE, Alpoim Galvão. Acrescentou que, com as informações recolhidas durante essa operação, as forças portuguesas planejaram a “Operação Hitler”, com o objetivo de fazer emboscadas de grande envergadura na confluência dos rios e capturar ou destruir as embarcações de abastecimento dos combatentes do Partido. A intenção do governo português era afirmar a sua superioridade aérea e aniquilar a movimentação dos “terroristas”. Ponderou que “a operação Hitler acabou por ser abortada durante o seu decurso, por razões políticas, pois o cumprimento completo do plano da operação obrigaria a penetrar em território da Guiné Conacri”.

O pesquisador observou que aquela foi a última operação conduzida pelas forças portuguesas na região Sul, até à transferência do Brigadeiro António Spínola, em 1968, de

Angola para a província da Guiné. Em consequência, “[s]em a presença militar portuguesa no Sul, o PAIGC pôde reforçar e abastecer as suas bases sem restrições e navegar em toda a rede fluvial. Permitiu-se ainda manter uma presença permanente junto das populações e exercer a sua ação psicológica com tranquilidade”.

Mas, as forças portuguesas, particularmente a Marinha, continuavam a ter especial preocupação com a guerra na Guiné Portuguesa, uma vez que o território é cortado por dezenas de rios e riachos que os combatentes conheciam, de vivência, melhor que o inimigo. Para contrapor-se a essas ações e impedir o transporte de suplementos dos “turras”, a Marinha Portuguesa deslocou quatro destacamentos para intensificar o patrulhamento da rede fluvial das bacias hidrográficas, dando particular atenção à proteção “da navegação de cabotagem com o transporte de tropas e mantimentos pelos rios da Guiné” (LIRA, 2021).

Entretanto, o Partido sentia-se tão à vontade que, de 13 a 17 de fevereiro de 1964, realizou o seu Primeiro Congresso em Cassacá, localidade que fica perto da cidade de Cacine, na fronteira com a República da Guiné, e a 15 quilômetros da ilha do Como. De acordo com Lopes (1982, p. 25), o Congresso foi convocado por Amílcar Cabral porque, em algumas localidades das Zonas Libertadas do Sul do país, certos dirigentes não atuavam de acordo com os princípios do Partido. “Comportavam-se como tiranos, obrigando a população a sujeitar-se à sua tutela, explorando os camponeses, mantendo haréns de mulheres e de servidores à sua disposição. A utilização da força armada era empregada contra e não a favor do povo”. Consequentemente, o sociólogo guineense pontuou, a imagem do Partido ficou completamente degradada nessas tabancas e devia, portanto, ser reabilitada, para mostrar que aqueles dirigentes eram traidores. Os infratores foram severamente punidos.

Como gostava de fazer, Amílcar Cabral (1974, p. 46) usou uma metáfora, para explicar a decisão tomada no Congresso de Cassacá: “a nossa luta é como o balaio que separa o arroz limpo do farelo, como uma peneira que peneira a farinha pilada, para separar a farinha fina da farinha de grão grosso ou de outras coisas”. Ele afirmou que o fato de o Partido ter estabelecido como princípio que a luta tinha de ser feita por toda a gente, seja quem fosse, fez com que muita gente se afastasse dele (p. 43). Essa consistência de princípios, de acordo com Amílcar Cabral, acabou por si só depurando do Partido pessoas que não queriam engajar-se, de verdade, na luta armada de libertação nacional. Algumas delas passaram a combater o Partido a partir de Dakar.

Ao final do Congresso, o PAIGC reorganizou as suas estruturas, criou o Conselho Supremo da Guerra, órgão responsável pela condução da luta armada; ampliou as frentes de luta; investiu na formação de quadros de nível técnico e superior; e decidiu pela implantação

de órgãos da administração civil. Assim, paulatinamente, começou a implantar tribunais, postos administrativos, escolas, colégios, postos sanitários, hospitais, “Armazéns do Povo” nas Zonas Libertadas. Criou também as “Forças Armadas Revolucionárias do Povo” (FARP) e a “Milícia Popular” (PAIGC, 1974, p. 151). Enquanto as FARP eram um exército regular, a Milícia Popular tinha a função defensiva e de apoio às forças armadas regulares (LOPES, 1982, p. 25-26; SANGREMANN et al., 2006, p. 11-12). Os integrantes da milícia do Partido eram jovens, entre 15 e 30 anos de idade, selecionados nas tabancas. Eles tinham a função de reforçar a segurança contra ladrões e o trabalho de autodefesa nas Zonas Libertadas.

No dia a dia, cada militante da Milícia Popular ocupava-se dos seus afazeres particulares, mas, sempre que convocado, juntava-se aos outros militantes para a realização das ações do Partido.

Além da Milícia Popular, o Partido conseguiu armar a população civil nas regiões sob seu controle e infiltrar ou recrutar agentes nas áreas que estavam ainda sob a dominação portuguesa, como, por exemplo, os reis e as pessoas comuns de Bula que colaboravam secretamente com os combatentes.

Citando o trabalho da jornalista sul-africana Stephanie Urdang, que passou dois meses nas Zonas Libertadas da Guiné, Shryock (2022) corroborou o envolvimento da população com a luta de libertação nacional:

As pessoas nas aldeias sabiam o que os portugueses estavam fazendo com eles. Sabiam por causa das dificuldades para vender seus grãos a um preço justo. Sabiam que estavam sendo usados para realizar trabalhos forçados [...] o PAIGC veio e iríamos nos livrar dos opressores, e então vimos escolas sendo construídas, centros de saúde surgindo e campanhas de alfabetização [sendo realizadas], muitos serviços que não estavam disponíveis anteriormente. Havia uma mobilização séria.

Sangreman e outros (2006, p. 11-12) afirmaram que “[o] Congresso de Cassacá foi ainda marcado pelo conflito entre os que concebiam o Partido como um projeto sério, um instrumento de libertação do povo guineense, e os que estavam predispostos a servir-se [dele] para a realização de desejos pessoais”.

Internamente, o Partido trabalhou para evitar a criação de ilhas de comandantes ou frentes políticas isoladas umas das outras; queria fazer os militantes perceberem que a articulação era fundamental para o sucesso da luta de libertação nacional.

Amílcar Cabral (1974, p. 25) exemplificou que, “[...] o trabalho de um comissário político pode ser muito bom, suponhamos em Sara. Mas, se no Oio, em Biambi, ou na área de Bafatá, o trabalho político não é bom, o trabalho em Sara não avança tanto”.

Em 1965, o Partido já controlava amplas áreas do território (Mapa 2) – muito mais do que os 15% citados dois anos antes pelo ministro da Defesa Nacional, general Manuel





Em Cabo Verde, a agitação política intensificou-se com revoltas e greves. Por exemplo, a revolta dos camponeses de Santo Antão, as greves dos estudantes colegiais em São Vicente e dos doqueiros de Porto Grande na mesma ilha; choques frequentes entre a população e as autoridades coloniais; a prisão e julgamento de cabo verdianos, como Carlos Lineu Miranda e seus companheiros que foram condenados por um tribunal militar sob a acusação de pertencerem ao Partido.

Acuadas, as forças portuguesas concentraram-se em fortificações ainda sob o seu controle e obrigaram moradores das tabancas a mudarem-se para novos aldeamentos ao redor dessas fortificações. Sem se importarem com o desenraizamento territorial das comunidades, as autoridades colonialistas transformaram-nas em escudos humanos contra ataques dos combatentes. Colocaram milhares de minas terrestres perto dessas tabancas transplantadas e ao redor das próprias guarnições militares, para inibir a aproximação dos combatentes (LIRA, 2021; LOPES, 1982, p. 27). Lopes (1982, p. 27) afirmou que a política de aldeamentos estratégicos foi lançada pelo governador geral da província Arnaldo Schulz. Todo o nativo que se recusasse a instalar-se neles era imediatamente suspeito de ter laços com os “turras”.

Além de transformar a população nativa em escudos, as forças portuguesas emularam a estratégia de combate da “América” no Vietnã, ao despejarem milhares de bombas de *napalm* nas supostas bases dos “turras” e nas tabancas (aldeias, na língua crioula falada da Guiné-Bissau) que, para eles, davam apoio ao PAIGC. As táticas de bombardeamento maciço que as tropas estadunidenses utilizavam contra os vietcongues, e que inebriavam a nossa adolescência nos cinemas em Bula, eram, de certa forma, repetidas por Portugal nas Zonas Libertadas. Lira (2021) citou que os ataques com bombas *napalm* foram denunciados pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP)<sup>36</sup> em fóruns internacionais.

Mais uma vez, o regime português aumentou o seu efetivo e o comando das suas forças militares na província da Guiné. Por exemplo, em 1966, quando o PAIGC controlava 1/5 do território, os efetivos militares foram aumentados para 25 mil homens, 25 vezes maior que o número original, e mudou seis vezes a chefia do Estado Maior. Cada vez mais isolado, com as cercas de arame farpado eletrificadas por todos os lados, e atacadas sem descanso, as forças portuguesas foram obrigadas a abastecer alguns dos seus campos entrincheirados pela via fluvial e aérea. Nesse período, a única capacidade militar das forças portuguesas era feita com ataques aéreos a tabancas, inclusive nas Zonas Libertadas (PAIGC, 1974, p. 152).

---

<sup>36</sup> A CONCP foi criada em 1961 na cidade de Casablanca, no Marrocos. A Conferência foi substituída, em 1979, pela Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na África.

Mesmo assim, o seu contra-ataque não foi capaz de reverter, nem travar as conquistas dos combatentes da liberdade da pátria no campo da batalha.

O PAIGC (1974, p. 152) atestou que, no fim de 1966, 60% do território da Guiné encontravam-se libertados, com 50% da população guineense habitando nas Zonas Libertadas. Os combatentes já estavam equipados com armamentos mais sofisticados, como metralhadoras (vide as Kalashnikov que o Comandante Dik da Ringue e seus camaradas portavam na entrada em Bula em maio de 1974), morteiros, bazucas, canhões e mísseis terra-ar fornecidos pela União Soviética e a maioria dos países social-comunistas.

Para travar as investidas cada vez mais arrojadas do Partido, o governo português aumentou ainda mais o contingente militar e deslocou efetivos da Força Aérea e equipamentos para a província da Guiné. Em 1968, o regime tomou, talvez, a maior de todas as decisões político-militares na guerra colonial, ao transferir de Angola para a província da Guiné o reconhecido estrategista militar, o brigadeiro António Ribeiro Spínola. Promovido a general e acumulando os cargos de governador-geral da província e de comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, Spínola elaborou planos e estratégias para enfraquecer o Partido nas frentes política, militar e diplomática. Na frente política, o general Spínola tentou mobilizar a população guineense contra o Partido. Para tal, organizou campanhas de ação psicológica de lavagem cerebral; a africanização fenotípica das tropas, com a criação do contingente dos Comandos Africanos e de Milícias; e a incorporação no exército e nas forças policiais portuguesas de dissidentes voluntários ou cooptados do Partido (LIRA, 2021).

O próprio governador Spínola reunia-se com líderes de etnias e com personalidades guineenses, na tentativa de conquistar seu apoio na guerra contra os “turras” e, assim, preservar a integridade territorial da “Grande Pátria Portuguesa”. Instituiu a Ação Nacional Popular ou ‘Assembleia Popular’ que era integrada por representantes guineenses que eram escolhidos em eleições, mascaradamente, ‘formais’ (PAIGC, 1974, p. 117), para passar a impressão de que o povo guineense estava representado no Estado Novo. Em Bula, presenciei os supostos legisladores reunidos com a população perto do estádio de futebol e a gritarem o slogan “*Djiné di Ahós, Djiné Mindjor*” (“Guiné de Hoje, Guiné Melhor”), além de “vivas” a Portugal e “abaixos” aos “turras”.

No quadro da Ação Psicológica, uma das estratégias foi também a prestação de assistência religiosa, com a adaptação da catequese à realidade local e desenvolvimento de relações com a religião, nomeadamente com os dignitários muçulmanos. O PAIGC (1974, p. 153) pontuou que, no plano social, o governador Spínola construiu escolas e postos de saúde públicos e até mesquitas; concedeu bolsas de estudo para autóctones guineenses se formarem

em colégios e universidades em Lisboa, Porto e Coimbra; facilitou a peregrinação – até com custeio – de muçulmanos à Cidade Santa de Meca. Djaló (2014, p. 8) citou uma análise de Brito (2005, p. 270) sobre a estratégia do general António Spínola para atrair a população guineense contra o Partido:

‘A política Por Uma Guiné Melhor surgia, segundo argumentos de Spínola, em reação ao processo que a antecedeu, de europeização das estruturas administrativas e da decapitação das estruturas tradicionais. Por isso, a política assentava fortemente no princípio da Africanização das Estruturas da Guiné, segundo a qual a Guiné devia ser ministrada pelos seus naturais (Guinéus) no quadro de uma comunidade portuguesa. As linhas fortes dessa política foram definidas com muita prudência e assentavam em componentes muito sensíveis, se atender à situação que se vivia na Guiné nos anos setenta, com a intensificação da luta armada’.

Lopes (1982) listou três fases do plano do regime português contra o Partido:

Na primeira fase, vários guineenses deixariam Bissau e as cidades do Interior para integrarem as fileiras do Partido, mas como agentes de Portugal. Esses agentes, alguns deles antigos membros do Partido, estudariam as suas fraquezas internas e tentariam provocar uma cisão de índole racista, tribalista e religiosa, opondo principalmente muçulmanos contra não muçulmanos.

A segunda fase seria articulada em cinco etapas: criação de uma rede clandestina, para infiltrar as estruturas civis e militares do Partido; criação de uma direção paralela, se possível, integrada por um ou dois ex-dirigentes dissidentes do Partido; desacreditação de Amílcar Cabral, para, assim, preparar a sua exclusão do Partido ou, se necessário, o seu assassinato; preparação de uma nova ‘direção’ fantoche do Partido; e, paralelamente, lançamento de uma ofensiva para aterrorizar a população das Zonas Libertadas.

A terceira fase, que seria uma forma de confirmação das duas fases anteriores, seria dividida também em cinco etapas: preparação para o assassinato do líder do Partido, em caso de insucesso nas fases precedentes; formação de uma nova direção baseada no racismo, tribalismo e na oposição entre guineenses e cabo verdianos; impedimento da luta no interior do país e eliminação dos que se mantivessem fiéis aos princípios do Partido; simulação de falsas negociações e autonomia interna, para a criação de um Estado fantoche que se chamaria ‘Estado da Guiné’ e faria parte da comunidade portuguesa; e, promessa de postos importantes na administração a todos os que executassem o plano (LOPES, 1982, p. 29).

Lopes (1982, p. 27) afirmou que o regime português despejou milhares de panfletos com a promessa de apoio a todos os combatentes do PAIGC que depusessem as armas e fugissem das Zonas Libertadas; reforçou a emissão de programas de rádio em crioulo e línguas étnicas, para disseminar a propaganda contra o Partido; retomou a propaganda de um Portugal intercontinental (Europa, África e Ásia) e multirracial; promoveu alguns traidores,

para passar a percepção da não existência do racismo na Grande Pátria Portuguesa; e infiltrou informantes da Polícia Internacional da Defesa do Estado/Direção Geral da Segurança (PIDE/DGS) nas Zonas Libertadas, para atrair às suas hostes possíveis dissidentes do Partido, com a promessa “de lugares de relevo num futuro Estado associado [...]”.

Lopes (1982, p. 27) acrescentou que a estratégia maior do governo português, para aniquilar o Partido, foi, de um lado, a repetição de uma ação que já tinha feito em Angola: dividir para continuar a dominar. A divisão interna de cunho étnico e entre guineenses e cabo verdianos poderia enfraquecer a coesão do Partido e a sua ligação com o povo. Em outra frente, atacar Conacri, a capital da República da Guiné, para derrubar o presidente Ahmed Sékou Touré e acabar com a base central do Partido nessa cidade. O regime português estava convencido de que “[...] o aprisionamento ou a morte do principal dirigente do PAIGC significaria o fim do Partido e da luta. Ou seja, destruir o Partido a partir do seu interior” (LOPES, 1982, p. 28-29).

No dia a dia, no entanto, agentes das Forças Armadas Portuguesas, chefes de postos administrativos (equivalentes a prefeitos) e cipaicos (milícias administrativas, com status de guardas) endureceram ainda mais as ações de repressão da população. Por exemplo, forçavam jovens e adultos a trabalharem em obras públicas sem remuneração, usurpavam terras e confiscavam bens da população pobre. As ações da PIDE/DGS deixaram as piores memórias do terrorismo do Estado português na província da Guiné. Os seus agentes aterrorizavam os guineenses de tal forma que muitos jovens preferiram juntar-se ao Partido nas Zonas Libertadas ou migrar para os países vizinhos, para evitarem o assédio político. Nenhum guineense estava seguro, principalmente os jovens e adultos, pois, agentes de segurança podiam chegar a qualquer momento do dia, sobretudo à noite, deter alguém e levá-lo para interrogatório.

Como já apontei, alguns detidos foram mortos, outros foram parar numa prisão política na ilha das Galinhas, no arquipélago dos Bijagós, ou mesmo no campo de detenção de Tarrafal, em Cabo Verde. Os Comandos Africanos também aterrorizavam a população. Esse batalhão especial, liderado por um guineense chamado Marcelino da Mata<sup>37</sup>, fazia o sangue congelar nas veias pelo medo que causava nas pessoas. Sobravam histórias de horrores praticados por ele e pelos seus comandados. Dizia-se que “O Homem” (apelido dado a ele em Bula) bebia sangue humano. Eu não saberia separar a realidade da ficção nessa história. O

---

<sup>37</sup> Diabólico ou não, ele casou-se por alguns anos com uma sobrinha minha. Não conheci parente meu que gostasse desse casamento. Também não vi ninguém com coragem para contestar a sua autoridade.

fato é que o terrorismo do Estado colonial era insuportável, inclusive a praticada por guineenses contra outros guineenses.

Juntando a frente política com a militar, o governador Spínola levou adiante a “Operação Mar Verde”, no dia 22 de novembro de 1970, com o objetivo de destruir o Comando Central do PAIGC e assassinar Amílcar Cabral na vizinha República da Guiné. Lira (2021) descreveu a operação da seguinte forma:

Esta ambiciosa manobra militar secreta, concebida e executada pelo capitão-tenente Guilherme de Alpoim Calvão, visava uma série de objetivos na cidade de Conacri, na República da Guiné, onde os guerrilheiros do PAIGC tinham uma importante base de apoio e o próprio líder do movimento Amílcar Cabral se encontrava radicado. Estes objetivos contemplavam: A destruição das instalações do PAIGC e de alguns caças soviéticos utilizados pela República da Guiné estacionados na cidade; A libertação de 26 militares portugueses [que tinham sido capturados pelos combatentes]; A captura de Cabral pelas forças portuguesas; O derrube e assassinato do presidente [Ahmed] Sékou Touré por um grupo de opositoristas guineenses auxiliados pelas tropas portuguesas. O sucesso da operação foi relativo: embora os militares portugueses tenham sido libertados e as instalações do PAIGC destruídas, nem Cabral nem os caças visados se encontravam nos locais indicados; além disso, o golpe de Estado contra Sékou Touré fracassou completamente, tendo os opositoristas guineenses sido capturados e executados. O governo português negaria o seu envolvimento na operação, apesar da condenação da comunidade internacional e do próprio Conselho de Segurança da ONU.

A Operação Mar Verde fracassou, mas o governo português conseguiu assassinar Amílcar Cabral, no dia 20 de janeiro de 1973, nos arredores de Conacri, pelos tiros de Inocêncio Cani, um comandante naval do Partido. Desta vez, a operação para assassinar o líder do PAIGC foi conduzida por guineenses cooptados dentro das suas próprias fileiras.

Os autores do assassinato de Amílcar Cabral tentaram fugir por mar, levando como reféns Aristides Pereira e outros dirigentes do Partido que se encontravam no lugar no momento do assassinato do seu líder. A fuga foi abortada pela Marinha da República da Guiné com efetivo apoio de contingente militar soviético. Os reféns foram libertados e os autores do assassinato foram fuzilados em julho do mesmo ano. Embora todas as evidências apontassem para a PIDE/DGS como a autora intelectual do assassinato do líder do Partido, o governador Spínola jurou nenhuma responsabilidade nas duas operações (LIRA, 2021). Citando o jornalista português José Pedro Castanheira (“Quem mandou matar Amílcar Cabral?”, 1995, p. 167), Sangreman e outros (2006, p. 12) levantaram algumas hipóteses sobre as várias versões para tentar explicar o assassinato de Amílcar Cabral:

Rivalidades entre guineenses e cabo verdianos, inteligentemente aproveitadas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), podem ter estado na origem do assassinato. No entanto, continua a ser um mistério sobre quem o mandou matar, quem, nos bastidores, preparou e organizou o crime e tentou um golpe de Estado no partido. Terá sido uma facção guineense e negra, que não aceitava a liderança dos cabo verdianos e mestiços? Qual o papel do Presidente da República da Guiné, Sékou Touré, que não lidava bem com a crescente projeção internacional de Cabral

e a sua ligação à cultura portuguesa? E da PIDE, que se infiltrara na direção do PAIGC e que tudo fizera para eliminar o principal inimigo do regime? E, qual o papel dos militares portugueses, que anos antes tinham invadido Conakry [Conacri]?

Não tendo conseguido derrotar o Partido nas frentes política e militar, o governador Spínola apostou na estratégia diplomática. Em 1972, reuniu-se com o presidente senegalês Léopold Sédar Senghor, para esboçar um plano que previa a descolonização da província da Guiné sob a égide da ONU. Aconteceu que, apesar de ter dado anuência ao encontro entre o governador Spínola e o presidente Senghor, o presidente Marcello Caetano, presidente do Conselho de Ministros, rejeitou a proposta e optou pela continuação da guerra.

Na prática, no entanto, as estratégias do regime português, através do governador António Spínola, não mudaram os rumos da guerra. Àquela altura, no início de 1973, as conquistas do Partido no terreno e na diplomacia já tinham tornado insustentável a situação de Portugal na colônia.

Lopes (1982, p. 26) enfatizou que “[...] o PAIGC consolidava-se, instalando nas [Zonas Libertadas] toda uma organização, até aí inexistente, que se baseava nos princípios tradicionais africanos de vida comunitária e de um Estado moderno. Tendo em conta a ideologia revolucionária que animava a luta, as populações sentiram-se implicadas na história e elas próprias participaram na construção de uma nova vida”.

A educação, particularmente a alfabetização e a formação de quadros, foi prioritário para o Partido, pensando principalmente no processo da reconstrução do país após a luta armada de libertação nacional. O Partido concentrou as suas atividades educacionais em duas instituições: o Instituto de Amizade e a Escola-Piloto que foi implantada em Conacri (capital da República da Guiné) e Teranga, no Senegal. A Escola acolhia alunos e alunas com as melhores notas. “No ano passado, por exemplo, só ficaram na Escola-Piloto aqueles que tiveram pelo menos [nota] suficiente. Este ano só ficarão aqueles que tiverem bom, porque a nossa Escola-Piloto é para a elite dos nossos alunos, quer dizer, para os melhores de todos os nossos alunos” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 67). Apenas uma exceção era colocada para as raparigas: exigia-se delas

[...] um bocado menos que aos rapazes para entrarem na Escola-Piloto, sobretudo na questão de idade e na questão de avanço nos estudos. Os rapazes só com a quarta classe. As raparigas, considerando, sobretudo, que, quando uma rapariga chega à quarta classe, já está formada e o pai em geral já anda a procura de maneira de a casar, temos que fazer o possível, se ela tem cabeça, por pegar nela e pô-la logo na Escola-Piloto. Portanto, admiti-las com a terceira classe e mesmo que tenham quinze ou dezesseis anos, devemos recebê-las, porque nós queremos fazer a promoção, o avanço das nossas mulheres e o melhor avanço, um dos principais avanços, é ensinar-lhes a ler e a escrever como deve ser (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 68).

Muitos alunos e alunas egressos da Escola-Piloto foram enviados para a formação profissional e superior no exterior. Citando dados fornecidos por Mário de Andrade no livro “Amílcar Cabral” (1980, p. 170), Lopes (1982, p. 49) apontou que, no ano letivo 1971-72, quase 10 anos desde o início da luta armada de libertação nacional, havia 14.531 estudantes matriculados, 258 professores/instrutores e 164 escolas. Nesse período, 422 guineenses estavam em formação no exterior.

No setor da saúde, o Partido investiu cedo no atendimento à população nas Zonas Libertadas. Já, em 1966, implantou 80 postos de saúde e dois hospitais de campanha no Norte e cinco no Sul, mais dois de retaguarda (um na República da Guiné e outro no Senegal). A partir dos anos 1970, de acordo com Lopes (1982, p. 49), o Partido introduziu programas de prevenção sanitária. Amílcar Cabral (1974, p. 68) lembrou-se que, para surpresa dos dirigentes do Partido, o povo começou a dizer que não queria mais doutores e ‘mesinho de branco’; preferia médicos, enfermeiras e “mesinhos” do Partido. O povo “mostrou tanto interesse, amizade e estima pelos médicos, que o nosso povo começou a dar aos seus filhos os nomes dos médicos, os nomes daqueles médicos estrangeiros que vieram ajudar-nos. Essa foi uma grande revelação para aqueles camaradas que pensavam que o nosso povo quer atraso em vez de progresso. Não, o nosso povo quer é avanço, como todo e qualquer povo do mundo”.

A justiça era praticada, em nível das tabancas, pelos Tribunais Populares. Existia também a jurisdição militar que se regia pela ‘Lei da Justiça Militar’. Nos Tribunais Populares, compostos de 3 juízes, devia estar presente uma mulher, como regra.

O Partido desenvolveu um sistema de “justiça popular” que era exercida através das estruturas administrativas de base. “O desenvolvimento da luta armada e a consolidação de novas estruturas sociais onde a exploração do homem pelo homem já não tinha lugar representavam as condições essenciais à criação da nova consciência emergente do processo revolucionário” (LOPES, 1982, p. 49).

A outra preocupação fundamental do Partido foi destruir a estrutura econômica colonialista, para poder criar novas bases econômicas capazes de conduzir ao aumento da produção e ao abastecimento da população em artigos de primeira necessidade. Essa política econômica levou à gradual melhoria do nível de vida da população nas Zonas Libertadas. Foi estabelecido um sistema de direção e de controle com o objetivo de proporcionar uma boa distribuição dos produtos para a satisfação das necessidades de consumo cada vez melhor e de forma mais justa (PAIGC, 1974, p. 156). Por esta razão, o Partido deu grande importância à reestruturação da agricultura, para, assim, criar as condições básicas indispensáveis para o desenvolvimento da economia nacional, através do aumento da produtividade e da

racionalização do trabalho. Para tal, enviou técnicos agrícolas para familiarizem as populações locais com modernas técnicas agrícolas; distribuiu sementes aos centros de produção e à população.

O PAIGC (1974, p. 156-157) afirmou que, graças às medidas tomadas após o primeiro congresso, a economia nas Zonas Libertadas melhorou bastante. A partir de 1964, a produção de arroz aumentou cerca de 20% na região ao Sul do rio Geba. O rendimento por hectare variou de 5% a 15% e até a 30% em algumas regiões. O Partido incentivou o abastecimento de arroz para outras regiões, como a dos beafadas, fulas e oincas onde predominavam outros tipos de culturas; encorajou a população a diversificar a agricultura, além do arroz e amendoim, incluindo a produção de frutas e hortaliças. A partir de 1966, os camponeses nas Zonas Libertadas começaram a criar reservas alimentares, principalmente de arroz, enquanto, nas regiões ainda sob a administração portuguesa, a população dependia cada vez mais de produtos da primeira necessidade importados.

As FARP não se ativeram ao campo da batalha, trabalhavam também na socioeconomia junto com a população civil. Amílcar Cabral afirmou que “[e]m geral, noutras terras, as Forças Armadas têm gente do Partido e gente que não é do Partido. Nós aceitamos que todos os camaradas das Forças Armadas sejam do Partido [...]” (PAIGC, 1974, p. 57). Amílcar Cabral (1974, p. 219-220, citado por FREIRE, 1978, p. 188) esclareceu que “[s]omos militantes armados e não militares”. Por isso, ele insistia na “necessidade de se fazer ‘um trabalho político eficaz no seio das forças armadas’, para acabar com ‘certa mania militarista’”. Para ele, a tendência militarista “deve ser combatida e liquidada com urgência no seio das FARP”.

Como abordei no capítulo um, os combatentes ou militantes armados participaram, por exemplo, na agricultura e na alfabetização. A empresa comercial e generalista Armazéns do Povo, que foi implantada por decisão do Partido no Congresso de Cassacá, para suprir as necessidades alimentares e domésticas da população nas Zonas Libertadas, importava e vendia produtos da primeira necessidade, como açúcar, sabão, óleo de cozinha, calçados, equipamentos agrícolas, e, em troca, comprava produtos agrícolas (arroz, amendoim, coconote, óleo de palma, borracha, cola) e pecuários (peles, cera) que eram exportados. O Partido incentivou avanços na agricultura, a criação de animais domésticos, a produção do artesanato (panos, esteiras e balaios, potes, moringas etc.) e a fabricação de produtos de higiene e limpeza, como sabão. Implantou a “emulação construtiva”, para incentivar a concorrência. “Por exemplo, [...] quem produzir mais arroz este ano, tem um prémio ou uma medalha do Partido e, além disso, o Partido vai convidá-lo para ir para o estrangeiro, conhecer



outras terras' [...]. Quem produzir mais batatas, a mesma coisa, mais mandioca, a mesma coisa" (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 69).

Em 1964, havia seis estabelecimentos ("Depósitos dos Armazéns do Povo"), cinco anos depois, em 1969, 16 já funcionavam em todas as frentes de luta (PAIGC, 1974, p. 158). Além das medidas econômicas de incentivo à diversificação e racionalização da produção e da implantação de Armazéns do Povo, o Partido aboliu o Escudo, a moeda portuguesa que circulava na província.

Lopes (1982, p. 49) citou Vasco Cabral, um dos líderes históricos do PAIGC, sobre a estratégia para quebrar o ciclo colonial da cultura do amendoim que esgotava o solo de forma irreversível por causa de sucessivos anos de cultivo. No lugar da monocultura de amendoim, o Partido relançou outros cultivos e procurou diversificá-los e introduziu novos métodos de trabalho. "Ao mesmo tempo desenvolvemos as trocas, substituindo-nos aos portugueses no fornecimento dos artigos de primeira necessidade. Os 'armazéns do povo' libertaram assim o camponês de todas as limitações da economia colonial, permitindo-lhe abastecer-se e colocar os seus produtos".

Em outra frente, o Partido intensificou ações de sabotagem às estruturas financeiras e comerciais do governo colonial. A partir de 1965, a "Casa Gouveia", a filial da CUF, foi forçada a fechar muitas lojas no Interior. De forma mais drástica, a "Sociedade Comercial Ultramarina" fechou as suas lojas, demitiu os empregados e liquidou os seus bens. As pressões do Partido afetaram a economia nas áreas ainda sob a ocupação do regime português. O PAIGC (1974, p. 158-159) afirmou que a monocultura de amendoim foi afetada e a sua exportação baixou para 1/3. Mas, aumentou a importação de arroz e escassearam os produtos da primeira necessidade, sobretudo o leite, açúcar, óleos, para a população civil, uma vez que as autoridades portuguesas priorizavam as forças militares e administrativas portuguesas.

Policarpo (2021, p. 611) citou que, como não havia produção agrícola local, as unidades militares portuguesas "[...] permaneciam na total dependência alimentar da cadeia de abastecimentos, operada a partir de Bissau". Assim, as tropas que serviam na província da Guiné foram as mais castigadas com a carência de alimentos, cuja base era composta, majoritariamente, por produtos enlatados. Por causa da situação dramática no campo militar e do abastecimento, rapidamente a guerra ganhou o epíteto de "Vietnã Português".

De fato, junto com a intensificação da guerra, no início da década de 1970, pouco antes da independência, começaram a escassear os produtos da primeira necessidade. Não havia mais a abundância de mercadorias importadas da Metrópole. Em Bula, marcas alternativas, vindas, sobretudo do Senegal, começaram a circular nos mercados informais e

através de “djilas” ou “nars”. As lojas começaram a vender um tipo de arroz importado de grãos rachados, fragmentados em pedaços minúsculos. Uma das piadas que se ouvia era que o governador “Bittencur”<sup>38</sup> queria matar as pessoas (negros guineenses) de fome. Por isso, importava arroz que ninguém gostaria de consumir.

Em Bula, no círculo dos meus parentes e famílias amigas, só se comprava esse arroz, quando não se tinha mais os grãos cultivados nos banhados (bolanhas) locais ou açambarcados do Senegal e da Gâmbia. O arroz “ruim” do governador ajuda a explicar o entusiasmo que tomou conta de pessoas, que, como eu, receberam o arroz grande que foi presenteado pelo Comandante Dik da Ringue e seus camaradas naquela manhã de maio de 1974.

Em 1973, quando proclamou a independência, o Estado da Guiné-Bissau já existia de *factu* nas Zonas Libertadas. O PAIGC (1974, p. 159) atestou que assegurou o controle e a gestão de toda a vida nas Zonas Libertadas, criando instituições políticas, sociais e econômicas. Havia “[...] uma situação concreta e específica que é a existência de um Partido-Estado”; um Estado em construção, onde o povo detém o poder, organiza-se e, através do Partido, exerce efetivamente esse poder.

Politicamente, de acordo com o PAIGC (1974, p. 159-160), os comitês do Partido administravam as populações e os territórios, responsabilizavam-se pela educação, saúde e pelo estado civil; julgavam, reprimiam e garantiam eficazmente, com meios de defesa apropriados, a segurança e a liberdade conquistadas. Em cada localidade existia um ‘Comitê de Tabanca’ que se encarregava da administração e do controle de todas as atividades políticas e civis da população. O Partido decidiu que, em princípio, em cada Comitê de Tabanca deviam participar duas mulheres ou, quando impossível, uma mulher, observado o número dos seus componentes. A organização político-administrativa nas Zonas Libertadas compreendia as regiões, as zonas e as tabancas, e a sua administração estava confiada ao ‘Comitê Nacional’ cujo órgão executivo – a “Comissão Permanente” – decidia sobre todos os problemas, em todas as ocasiões necessárias. O responsável nacional da Justiça trabalhava em estreita ligação com a Comissão Permanente do Comitê Nacional.

Lopes (1982, p. 69) citou que, em 1971, cerca de 70 pessoas integravam o Conselho Superior da Luta ou Comitê Central do Partido, dos quais um terço fazia parte do Conselho Executivo da Luta ou Bureau Político; e sete constituíam o Conselho de Guerra ou Secretariado-Geral dirigido por uma Comissão Permanente. Depois do assassinato de Amílcar

---

<sup>38</sup> O governador José Manuel Bettencourt Rodrigues foi sucessor do general António Spínola na administração da província da Guiné.

Cabral, a Comissão Permanente foi substituída por um Secretariado Permanente de quatro membros (Aristides Pereira, Luís Cabral, Francisco Mendes e João Bernardo Vieira). Os quatro assumiriam posições de liderança na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Aristides Pereira, além de suceder Amílcar Cabral como secretário-geral do PAIGC, foi o primeiro presidente de Cabo Verde. Luís Cabral foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau, Francisco Mendes foi Comissário Principal (o equivalente a primeiro-ministro ou chefe de governo) e João Bernardo Vieira foi comissário de Estado da Defesa, antes de se tornar Comissário Principal e presidente da República em consequência do golpe de Estado de 1980.

Entre um Congresso e outro, as decisões eram tomadas pelo Conselho Superior da Luta (CSL) e, no intervalo entre as reuniões do CSL, o Comitê Executivo da Luta (CEL) que dava encaminhamento às decisões do Partido em todas as suas esferas políticas. A ‘Comissão Permanente’ do CEL dirigia a luta ao mais alto nível e em todos os planos de atividades. Para ativar o trabalho político, o Partido criou as ‘Brigadas de Ação Política’, cuja atividade era orientada pelo responsável político da Comissão Permanente do Comitê Nacional das Regiões Libertadas.

O território de Cabo Verde estava dividido em duas regiões: Barlavento e Sotavento. Nessas regiões, os militantes executavam as atividades clandestinas do Partido.

O sociólogo guineense acrescentou que, nas Zonas Libertadas, a consciência política movia o engajamento da população nas ações do PAIGC:

As escolas floresciam no mato: a imagem do professor combatente e dos alunos a deslocarem-se quilômetros para aprender a ler e escrever está ligada à luta. Não havia cadernos para todos, uma folha para cada um devia chegar, as cadeiras eram troços de madeira e o meio ambiente era o mato. Os hospitais de campanha recolhiam os doentes, não só os guerrilheiros feridos, mas também os velhos, as mulheres e as crianças vítimas dos bombardeamentos mortais dos colonialistas. Os enfermeiros instalavam-se um dia numa aldeia para voltar a partir na manhã seguinte ir prestar assistência a outros que dela necessitavam. Todos colaboravam estreitamente com a guerrilha, fosse no transporte de alimentos, armas e medicamentos a partir da fronteira, fosse cultivando arroz, preparando refeições etc. A consciência ideológica guiava os militantes do PAIGC, ‘superação’ era a palavra de ordem; os militantes, infatigáveis no seu trabalho de preparação política permanente, mostravam a capacidade de formação autônoma que um povo pode ter. Isto permite compreender as sucessivas vitórias dos guerrilheiros na região de Boé e os ataques às fortificações mais importantes que eram as das cidades de Bafatá e Bissau. Já em 1968 (LOPES, 1982, p. 26-27).

No cenário internacional, a situação de Portugal piorou, quando a ONU tomou duas decisões em seu desfavor. Primeiro, o Conselho de Segurança recebeu os representantes dos movimentos de independência das colônias portuguesas. Depois, autorizou o envio, em abril de 1972, de uma Missão *Ad Hoc* às Zonas Libertadas da Guiné. O papa Paulo VI já tinha recebido, em julho de 1970, no Vaticano, Agostinho Neto do MPLA, Amílcar Cabral do

PAIGC e Marcelino dos Santos da FRELIMO, no âmbito da “Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colônias Portuguesas” que decorreu em Roma. De nada adiantou o protesto do governo português e o apoio dos seus aliados no Ocidente.

O PAIGC (1974, p. 153-154) reportou que, no plano internacional, enquanto Portugal ficava cada vez mais isolado e era condenado por países e organizações multilaterais e anticolonialistas, crescia o apoio aos movimentos de libertação nacional. Por exemplo, esses movimentos foram aplaudidos na supracitada “Conferência de Solidariedade aos Povos das Colônias Portuguesas” realizada em janeiro de 1969, em Khartum, no Sudão, e na Conferência de Roma, em junho de 1970. Dezenas de profissionais, dentre os quais fotógrafos, jornalistas, cineastas, escritores, estudantes universitários, parlamentares, militares, ativistas anticolonialistas e anti-imperialistas visitaram as Zonas Libertadas. Os visitantes chegaram tanto de países social-comunistas, quanto de capitalistas da África, Europa e das Américas. Uma delegação militar da OUA e uma parlamentar sueca visitaram as Zonas Libertadas. Camaradas de outros movimentos de libertação também as visitaram para compartilharem experiências da luta com o PAIGC.

Lopes (1982, p. 28) afirmou que, quando a Missão Especial da ONU visitou as Zonas Libertadas, Portugal esforçou-se para demonstrar que controlava o território guineense. Mas, na prática, esse controle limitava-se à Capital, a algumas cidades e às aldeias no Interior e às ilhas onde as difíceis condições de locomoção não permitiam o desenvolvimento da luta armada. De acordo com o pesquisador guineense, as conclusões apresentadas no relatório da Missão da ONU – a primeira do tipo na história dos movimentos de libertação – atestaram a eficácia do Partido na manutenção das estruturas de apoio às populações, confirmando, como o exigem ‘os princípios internacionais’, a realidade do controle do território guineense. Com base nesse relatório, a Assembleia Geral da ONU, numa resolução aprovada em novembro de 1972, reconheceu a legitimidade da luta dos movimentos de libertação em Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Com os ganhos territoriais e diplomáticos consolidados, o Partido estabeleceu as bases para a criação da Assembleia Nacional Popular (ANP) e, conseqüentemente, a proclamação da independência da República da Guiné-Bissau e, num futuro próximo, a de Cabo Verde. O assassinato de Amílcar Cabral, em janeiro de 1973, só veio a acelerar o processo, pois, a decisão de criar a ANP já estava em andamento nos anos anteriores, tanto que os delegados já tinham sido eleitos em 1972, como foi destacado por Lopes (1982, p. 28-29).

Assim, ainda em plena luta armada, o Partido reuniu-se em Congresso (o segundo da sua história): elegeu Aristides Pereira sucessor de Amílcar Cabral na secretaria-geral do Partido, criou a ANP, aprovou a Constituição do novo Estado e proclamou a independência da República da Guiné-Bissau no dia 24 de setembro, na tabanca de Lugadjol, em Madina de Boé, na frente Leste do país (foto 3).

Foto 3 – Mesa Diretiva da Primeira Assembleia Nacional Popular



Fonte: Bruna Amico/Gamma, Paris/PAIGC, 1973.

Lopes (1982, p. 28) afirmou que “[s]e um Estado é reconhecido por outros Estados demonstra, como é exigido pelos princípios que regem a ONU, que controla o seu território e a maioria da população, o ocupante está automaticamente numa situação ilegal do ponto de vista jurídico”. Foi esse cenário que a Missão Especial da ONU constatou, quando visitou as Zonas Libertadas alguns meses antes da iniciativa do PAIGC de proclamar a existência do Estado da Guiné-Bissau. O sociólogo guineense destacou que, com esse ato jurídico, o PAIGC pôs “em causa a legitimidade da presença portuguesa em nível internacional. Gesto corajoso e sem precedentes na história moderna [...]”. No dia 2 de novembro de 1973, a Assembleia Geral da ONU saudou a proclamação da independência numa votação que teve 93 países a favor, 30 abstenções e apenas sete contra: Portugal, Brasil, Espanha, África do Sul, EUA, Grã-Bretanha e Grécia (DW, 2020).

A partir desse reconhecimento, a ONU passou a considerar Portugal uma força estrangeira de ocupação ilegal do país africano. Enquanto o regime português insistia em negar os fatos no campo militar e na frente diplomática, considerando uma fantasia e um ato de propaganda a proclamação da República (LIRA, 2021), os combatentes ganhavam supremacia militar com a utilização de mísseis terra-ar do tipo SAM-7 (também conhecidos como Strella) para derrubar aviões inimigos. Essa supremacia militar enfraqueceu a força aérea e a proteção de soldados portugueses no território guineense (DW, 2020). A partir de 1973 até o fim da guerra no ano seguinte, as aeronaves portuguesas tornaram-se quase inúteis no teatro da guerra. A Marinha Portuguesa também tinha perdido a mobilidade nas águas fluviais da província por causa de constantes ataques e das minas submarinas plantadas pelos combatentes. Nesse período, os combatentes começaram a utilizar foguetes para atacar fortificações e outros pontos de interesse das forças portuguesas.

Em Bula, nessa fase final da guerra, os bombardeios aumentaram e aconteciam quase sempre no período da tarde. Com o tempo, começamos a prestar particular atenção à movimentação e ao latido de cães e cadelas. Toda vez que, de repente, esses animais disparavam em fuga, em busca de proteção, ou começavam a latir desenfreadamente, quase sempre, as bombas chegavam. Era o momento em que buscávamos proteção em abrigos (buracos de três a cinco metros de profundidade, cobertos com troncos de palmeiras, grossas chapas de metal e camadas de terra), que as famílias construíaam perto de suas casas.

Enfim, o regime português perdeu nas frentes política, militar e diplomática. O grande estrategista Spínola não conseguiu desarticular o Partido, efetivar a política de *divide et impera*, muito menos retirar o apoio da República da Guiné e das organizações internacionais anticolonialistas à luta de libertação nacional. Claro, ele conseguiu assassinar Amílcar Cabral e persuadir o presidente Senghor a coibir o trânsito livre de equipamentos bélicos do Partido no território senegalês. No conjunto e tirando os seus tradicionais aliados no Ocidente, Portugal estava cada vez mais isolado. Despejou força e desperdiçou vidas numa guerra sem perspectiva de vitória. O historiador e politólogo António Costa Pinto (2001, 48-49 apud LIRA, 2021) constatou que, no total dos anos da guerra (1961-1974) nas colônias, “Portugal mobilizou cerca de 1% da sua população total, uma percentagem só excedida por Israel e muito superior à mobilização americana para o Vietnã”.

O PAIGC (1974, p. 152) constatou que “[a] guerra da Guiné torna-se um espectro ameaçador para a juventude portuguesa que pensa que pode ter um valor maior para o futuro do seu país do que o de simples carne de canhão. Apesar das dificuldades e do grande risco

que correm, vários soldados e alguns oficiais desertam das fileiras do Exército português na [província da] Guiné” e se aliaram ao Partido ou fugiram pela fronteira com o Senegal e buscaram exílio em outros países europeus.

Estava cada vez mais evidente que a derrota de Portugal era questão de tempo. “Cabral dizia que: ‘[...] se não afirmarmos que Portugal se arrisca a uma derrota militar na nossa terra, é simplesmente porque ele nunca teve qualquer possibilidade de sair vitorioso. E só podem sofrer derrotas aqueles que tiverem pelo menos uma possibilidade de saírem vitoriosos” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 240 apud LOPES, 1982, p. 28) tanto na Guiné e em Cabo Verde, quanto nas outras colônias portuguesas. O PAIGC (1974, p. 137) afirmou que, no fim da década de 1970, quase 10 anos após o início da luta armada de libertação nacional, os movimentos fizeram conquistas significativas.

Em Angola, o MPLA já combatia às portas de Luanda, nas largas planícies do Moxico e da Lunda, nas florestas do Cuando-Cubango, nos Dembos e Nambuangongo, em Cabinda, e no Centro do país, no Bié e em Malange. O MPLA controlava 1/3 da superfície do país e instalou “Comitês de Ação” do poder popular, centros de instrução revolucionária (CIR), escolas e serviços de assistência médica, através dos quais implantou novas estruturas político-administrativas.

Em Moçambique, a FRELIMO libertou largas regiões nas províncias do Cabo Delgado e Niassa, no Norte do país. Essas regiões abarcaram uma extensão de cerca de 200.000 Km<sup>2</sup>, o que correspondia a mais ou menos 1/4 do território moçambicano e 1/7 (800 mil) da população total em 1971. Tal como o PAIGC e o MPLA, a FRELIMO implantou estruturas político-administrativas para a rotina dos habitantes das áreas libertadas e para o futuro Estado moçambicano. A implantação dessas estruturas era uma iniciativa comum aos movimentos de libertação nas colônias portuguesas.

Em São Tomé e Príncipe, embora não tenha havido guerra armada como na Guiné, em Angola e Moçambique, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) desenvolveu ações de resistência dentro do país e trabalhou diplomaticamente contra o colonialismo português.

Com o fracasso das suas estratégias para aniquilar o Partido e os movimentos independentistas nas outras colônias, o general António Spínola regressou para Lisboa e recusou um novo mandato de governador e de comandante-chefe das forças militares na província da Guiné (LIRA, 2021). A situação catastrófica foi uma das principais causas do golpe de Estado de 25 de abril de 1974. Além de Spínola e do já citado Capitão Maia, alguns proeminentes protagonistas da “Revolução dos Cravos” experienciaram as agruras da guerra

colonial na província da Guiné. Cito, por exemplo, os irmãos Durão: o major Ricardo Durão<sup>39</sup> e seu irmão coronel paraquedista Rafael Ferreira Durão<sup>40</sup>.

Yunes (2017, p. 68) observou que a Revolução dos Cravos facilitou as negociações que levaram ao reconhecimento oficial pelo governo português da independência da Guiné-Bissau no dia 26 de agosto de 1974, no “Acordo de Argel” (capital da Argélia). No dia 10 de dezembro do mesmo ano, em Lisboa, Portugal reconheceu *de jure* o Estado da Guiné-Bissau. As negociações duraram pouco tempo, pois, “Portugal, através da Lei n.º 7/7414, reconheceu o PAIGC como único e legítimo representante do povo da Guiné-Bissau e, nessa qualidade, iniciou negociações com vista à celebração de um acordo que formalizasse a independência do território”.

Portugal reconheceria, no ano seguinte, a independência de Cabo Verde. De acordo com Sangreman e outros (2006, p. 12), a Lei Constitucional n.º 7/74, promulgada em 27 de julho, foi estendida às províncias ultramarinas, pela Portaria n.º 790/74, de 8 de agosto. Foi através dessa portaria que o novo governo português reconheceu que a solução das guerras no Ultramar era política, não militar. E, observando a Carta das Nações Unidas, reconheceu o direito dos povos à autodeterminação. Assim, finalmente, estava oficializado o fim da ocupação da província da Guiné por Portugal, uma história que durou 528 anos.

### 3.2 COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E COMÉRCIO TRIANGULAR

Registros históricos atestam que os navegadores portugueses aportaram na costa do que é hoje a Guiné-Bissau em 1446. O PAIGC (1974, p. 73-74) afirmou que, até depois da Conferência de Berlim no século XIX, os portugueses estabeleceram-se, preferencialmente, na costa, como tinham feito no Marrocos, quando perseguiram os mouros que foram expulsos da ocupação da península Ibérica onde se localizam Portugal e Espanha.

Impulsionados pelo príncipe Henrique, o Navegador, os expedicionários lusitanos avançaram pela costa ocidental do continente africano. No litoral guineense, criaram um

---

<sup>39</sup> Ricardo Durão foi comandante de Companhia de Cavalaria 122 em Angola (1961/63), antes de ser transferido para a província da Guiné onde, de 1965 a 1970, foi Oficial de Operações do Batalhão de Cavalaria 757, 2.º comandante do Batalhão de Cavalaria 705, chefe da Seção de Contra-Inteligência/Repartição de Informações do Quartel General (QG) do Comando Territorial Independente (1965/67) e chefe da Repartição de Operações do QG do Comando-Chefe (1968/70). Serviu também como comandante Militar de São Tomé e Príncipe (1971/74) e, após a Revolução dos Cravos, foi delegado da Junta de Salvação Nacional no ministério do Trabalho e delegado da Assembleia do Movimento das Forças Armadas na Região Militar de Tomar (1974-1975).

<sup>40</sup> O coronel paraquedista Rafael Ferreira Durão, comandante do CAOP 1, em Teixeira Pinto e Mansoa, 71/73. Em 1964 toma posse como comandante do recém-criado BCP31 sediado na Beira (Moçambique), e onde fica até 1966. Em dezembro de 1967 assume o comando do BCP 21 em Angola, até junho de 1970 (Castanheira, 2019).



entreposto comercial em Cacheu, localidade situada no Noroeste do território guineense. Em meados do século seguinte, esse entreposto, que tinha sido transformado em capitania e no principal ponto de apoio das possessões portuguesas no continente, comportava três portos no rio homônimo.

Nessa época, a localidade contava com uns 300 habitantes, quase todos mestiços (filhos de marinheiros lusitanos com mulheres nativas da região), mais o governador, um padre e quatro frades de um convento. Mais a Leste, também no rio Cacheu, implantaram um posto em Farim, uma localidade relativamente menos povoada.

O entreposto de Cacheu articulava-se com outras localidades ocupadas por Portugal e com Cabo Verde, arquipélago que navegadores portugueses aportaram em 1444. Por exemplo, o governador de Cacheu era representado por um capitão delegado em Ziguinchor (no atual Senegal) e em Geba, na região Centro-Leste da Guiné (PAIGC, 1974, p. 69). Uma vez por ano, um padre deslocava-se da ilha de Santiago, em Cabo Verde, para a localidade de Trancrowal, na Gâmbia, para realizar sacramentos, sobretudo de batismo e matrimônio, aos “portugueses” que, na verdade, eram negros convertidos ao cristianismo.

O PAIGC (1974, p. 72) citou que, no início do século XV, navegadores lusitanos conseguiram chegar ao arquipélago, localizado a cerca de 500 quilômetros na costa do Senegal, graças aos aperfeiçoamentos na navegação que os permitiram subir em direção do Norte contra os ventos alísios e voltar ao ponto de partida. Pontuou que, durante o longo período do tráfico de escravos, o arquipélago serviu como ponto obrigatório de cobrança de impostos fiscais e do comércio ‘oficial’ com a colônia da Guiné.

Uma parcela dos escravos, que eram expatriados do território guineense, ficava nas ilhas de Cabo Verde onde trabalhavam nas plantações tropicais. Assim, de acordo com o PAIGC (1974, p. 77), a população de Cabo Verde era essencialmente de origem guineense.

Além de Cabo Verde, Guiné (Portuguesa), Senegal e Gâmbia, os navegadores lusitanos estabeleceram entrepostos em Arguim, na Mauritânia; e, ao Sul, na Serra Leoa, Costa do Ouro (atual Gana), Benim e Congo. Progressivamente, estabeleceram mais entrepostos comerciais ao longo de toda a costa africana do Atlântico.

Dobrando o Cabo da Boa Esperança, em 1488, com Bartolomeu Dias, alcançaram o Índico e navegaram pela costa da Ásia e exploraram muitas ilhas do Pacífico. A partir dos seus entrepostos, os navegadores lusitanos comerciavam produtos europeus por riquezas africanas, como, por exemplo, o ouro de Bambuk na Gâmbia, de Buré nos estuários da Guiné e das regiões Sul de Elmina; o marfim e a pimenta malagueta do Golfo da Guiné. Os

entrepósitos serviram também como portos de escala para os navios que, nos finais do século XV, buscavam plantas aromáticas na Índia.

Nesses trajetos, os portugueses foram inicialmente bem acolhidos na costa da África. Para conquistar a confiança de soberanos locais, Portugal aliou-se com alguns reis africanos. Por exemplo, o rei João II (1481-1495) enviou uma delegação ao Mansa do Mali, Mahmoudou I, que estava em guerra contra o rei fula Temala ou Tenguela (PAIGC, 1974, p. 65).

Por seu lado, os Mansa do Mali tentaram obter apoio dos portugueses na luta contra os seus adversários regionais. Em 1484, sob o reinado do Mansa Mahmoudou I, e depois, em 1534, no do Mansa Mahmoudou II, o Mali negociou apoio de Portugal contra seus adversários regionais. Os reis do Congo converteram-se ao cristianismo e um deles, Afonso, viajou a Portugal.

O exemplo de Portugal foi seguido por outros países europeus com alguma capacidade em navegação, como a Espanha, Holanda, Inglaterra e Bélgica. Nessa empreitada, navegadores portugueses e de outras potências navais europeias da época usaram a seu favor muitos artefatos tecnológicos, como a imprensa, a pólvora, o leme e a bússola, que foram inventados ou adaptados a novas utilidades ao longo do século XV na Europa. A imprensa e a pólvora foram inventadas na China, mas ganharam novas dimensões no Ocidente.

A “imprensa foi melhorada, permitindo a massificação gradual da informação e a difusão do conhecimento em escala nunca vista até então” (PAIGC, 1974, p. 68). Com base na pólvora, os europeus inventaram canhões, espingardas e novas armas de fogo.

A posse dos artefatos bélicos deu superioridade militar aos europeus em embates com outros povos. O uso do leme, que fora inventado no século XIII, e da bússola, que foi levada à Europa por árabes, tornou mais céleres e seguras as viagens dos navegadores europeus ao Além-Mar.

Em 1498, Cristóvão Colombo, navegador italiano a serviço do rei da Espanha, aportou no continente americano, quando um dos principais objetivos iniciais na Europa era contornar a África e chegar à Índia. Naquela época, a Índia era um país reputado pela produção de metais preciosos e plantas aromáticas.

Por isso, despertava cobiça na Europa. Mas o acesso terrestre ao país asiático era negado pelos árabes. Só quando, em 1497, o navegador lusitano Vasco da Gama passou pelo Cabo da Boa Esperança e chegou à Ásia, os europeus expandiram essa rota alternativa para a costa Leste do continente africano e para a Ásia.

Entretanto, a descoberta da América ampliou um tipo de transação que não era muito comum no Oceano Atlântico, mas que duraria mais de 400 anos: o comércio de escravos (Mapa 3).

Mapa 3 – Rotas do Comércio Trinagular.



Fonte: PAIGC, 1974.

As linhas contínuas indicam as principais rotas do “Comércio Triangular” e os tracejados, as localidades onde a esmagadora maioria dos escravos foi descarregada. Lopes (1982, p. 39-40) afirmou que o tráfico de escravos, praticado principalmente por portugueses, franceses, ingleses e holandeses, subverteu completamente a organização socioeconômica da África. Ele citou que a propósito da Guiné, uma nota portuguesa sobre as ‘potencialidades’ do mercado de escravos no ‘assentamento’ (concessão de exploração) dizia que a Companhia Portuguesa na colônia, comprometeu-se a fornecer ‘dez mil toneladas de negros’ para um determinado período.

O sociólogo guineense (1982, p. 40) lamentou que as trocas resultantes do comércio triangular fossem muito desfavoráveis à África, pois, os “homens eram trocados por produtos sem qualquer valor monetário real. Tratava-se habitualmente de vestuário e armas de fogo [...] usados ou deteriorados”.

No chamado “Novo Mundo”, os europeus precisavam de mão de obra para a extração de minérios (ouro e prata) e produção de tabaco, índigo, cana-de-açúcar e algodão. Da segunda metade do século XVI aos fins do século XVIII, o comércio transatlântico de escravos seguiu um itinerário que lembrava um triângulo. Por isso, foi denominado de “comércio triangular”.

Os navios negreiros levavam para a África mercadorias de pouco valor, ‘pacotilhas’, como pérolas de vidro colorido, quinquilharias, tecidos, aguardente de cana, pólvora e armas de fogo. Na África, ‘recebiam’, em troca, escravos, que eram levados para as Américas para trabalharem nas plantações de produtos tropicais e em atividades domésticas. Nas Américas, trocavam os escravos, que conseguiram sobreviver às rudezas naturais e humanas da travessia do Atlântico, com produtos que levavam para a Europa.

O PAIGC (1974, p. 75-76) pontuou que, para compensar os prejuízos (naufrágios, pirataria, rebeliões de escravos etc.) que eram comuns no comércio triangular, governos e comerciantes formaram companhias e os seus membros auferiam lucros proporcionais aos capitais investidos.

Algumas companhias recebiam dos reis ‘carta de garantia’ com privilégios e monopólios do comércio numa determinada zona da costa. Só os comerciantes de um determinado país recebiam autorização para comerciar com as colônias desse país.

Assim, excluía-se comerciantes estrangeiros. Esse arranjo legal era conhecido como ‘pacto colonial’. O sistema do pacto colonial tinha características particulares nos territórios colonizados por Portugal na África. Isto porque, sendo um país sem indústria, a coroa portuguesa tinha pouco para enviar para as suas colônias no continente africano. Por isso, em muitas ocasiões, algumas colônias estabeleceram relações diretas com o Brasil.

Ademais, comerciantes brasileiros transitavam entre o Brasil e a África, sem necessariamente passar por Portugal, e traficantes individuais levavam para o continente africano açúcar, “*tafia*” (rum), tabaco e quinquilharias que trocavam por escravos.

Durante 26 anos, de 1676 a 1702, Portugal tentou garantir o monopólio da “Companhia de Cacheu e Cabo Verde” sobre esse comércio. No século XVIII, fracassou também com relação à “Companhia de Grão Pará e Maranhão”, no Brasil.

De acordo com o PAIGC (1974, p. 76), foi a Companhia de Grão Pará e Maranhão que construiu, de 1753 a 1775, a fortaleza de Bissau (foto 4), após a instalação temporária de um entreposto comercial francês na Ilha, de 1703 a 1736.

Foto 4 – Vista da entrada Sul da Fortaleza de Amura.



Fonte: Manuel Coelho, 2023.

A coroa portuguesa pretendia ter o monopólio do comércio com a África, de ser ela a autoridade concessionária de “licenças” de exploração de riquezas africanas. Lopes (1982, p. 56) observou, citando Boxer (1977), que “o império português fora sempre uma talassocracia dependente do comércio” de especiarias com o Oriente, escravos com a África e açúcar, ouro, tabaco e madeira do Brasil. “Durante séculos as colônias foram conhecidas como ‘as conquistas’ sem precisão suplementar quanto aos meios de conquista”. Em 1501, o rei de Portugal, Dom Manuel I, dava-se o título de ‘senhor da conquista, da navegação e do comércio com a Etiópia, a Índia, a Arábia e a Pérsia’.

Apesar de ainda não ter conquistado todos estes territórios, tinha pelo menos o direito de posse formalmente reconhecido pelo Papa. Pois, naquela época, tratava-se de uma competência da Igreja Católica; era, em todo o caso, a tese defendida desde o século XVI pelos membros da Igreja como o canonista João de Barros.

No entanto, da mesma forma que não conseguia impedir transações diretas de comerciantes brasileiros com a África, Portugal não dispunha de forças política e militar para fazer respeitar o monopólio sobre a concessão de licenças de exploração de riquezas africanas. Alguns concessionários preferiam negociar com os espanhóis que iam ao continente



africano comprar escravos para as suas possessões na América. As outras potências comerciais e escravistas europeias também não reconheciam o referido monopólio. A fragilidade econômica de Portugal não o permitiu manter as suas posições no continente contra as investidas de outras potências colonialistas, principalmente a Holanda, a França e a Inglaterra.

Quando Portugal esteve sob a dominação da Coroa Espanhola, de 1580 a 1640, a Holanda, que também foi súdita da Espanha e lutava contra esse status, aproveitou-se da situação para apoderar-se de um grande número de entrepostos portugueses tanto na África, quanto na Índia e na América. Por exemplo, ocupou o forte de Bezeguiche, no Senegal, em 1617, e mudou o seu nome para Gorée; ocupou também os fortes de Elmina, no Benim, em 1637; de Arguim, em São Tomé, em 1638; de Luanda, em Angola, em 1614; e parte do Nordeste do Brasil.

Quando, em 1640, reconquistou a independência da Espanha, Portugal só conseguiu recuperar os fortes de São Tomé e de Angola e o controle total do Brasil. Enfatizo, todavia, que a Guiné foi a única colônia portuguesa que conseguiu resistir e repelir as investidas dos invasores. Assim, os fortes de Cacheu, Farim e Bissau permaneceram sob a administração de Portugal (PAIGC, 1974, p. 74).

Lopes (1982, p. 58) reconheceu que a escravatura já existia na África antes da chegada dos europeus, mas pontuou que os escravos provinham de prisioneiros de guerra e de castas ou classes desfavorecidas, e o seu status não se comparava com o sistema escravocrata praticado pelas potências ocidentais.

Enquanto os escravos pré-coloniais africanos “formavam de fato uma categoria social a serviço de um clã ou de uma família alargada”, o comércio europeu de escravos tomou “uma dimensão totalmente diferente” e deixou “consequências extremamente graves para todo o continente africano” (LOPES, 1982, p. 58). O sociólogo guineense acrescentou um detalhe importante: a maioria dos traficantes portugueses de escravos tinha fugido da Inquisição na Metrópole.

Alguns traficantes de escravos eram judeus que foram engrossar as fileiras da burguesia mercantilista das feitorias. Tratava-se de pessoas perseguidas em razão da sua condição social e religiosa, mas que se tornaram vendedoras de outros seres humanos. Lopes (1982, p. 59) observou que, “[m]esmo em Portugal, o papel desta parcela da burguesia continuará a ser determinante até à época de Salazar, dada a quase inexistência da burguesia industrial”.

Lopes (1982, p. 59), ao falar de trocas de produtos por escravos nos entrepostos de Bissau e Geba ocorridos no fim do século XVIII, citou um exemplo (Quadro 1) de compra de escravos do sertão: “Os escravos comprados no sertão de terra firme de ordinário costumam custar este valor, se bem que muitas vezes fica um escravo por muito menos valor, em razão de aqueles que o vendem pedirem certas fazendas que razão dos seus valores fica o comprador quase por metade do exemplo supra”. E, “[s]e o escravo não chega a quatro palmos, ou se tem qualquer defeito por mínimo que seja, e o tal sinal seja adquirido, ou de nascença, se não paga por mais de vinte mil réis: preço de sertão.

Quadro 1 – Compra de escravos no sertão no fim do século XVIII.

	Preços das fazendas em Lisboa (réis)	Preços em Bissau (réis)	Preços em Geba (réis)
1 Arma ordinária	1\$200	4\$000	8\$000
2 Traçados [facões] ordinários	1\$000	3\$000	8\$000
2 Barras de ferro	2\$400	4\$000	8\$000
Frasqueira de aguardente de 12 frascos de 5 quartilhos <sup>41</sup> cada	3\$600	12\$000	24\$000
1 barril de pólvora de dez arrobas	5\$760	15\$000	30\$000
2 maços de missanga	\$400	2\$000	4\$000
100 pederneiras	\$300	1\$000	1\$500
100 balas	\$300	1\$000	1\$500
2 panos de agulha de Cabo Verde	3\$000	4\$000	8\$000
1 chapéu ordinário	\$200	2\$000	
1 garrafa de aguardente	\$220	\$500	1\$000
Somas	18\$380	48\$500	96\$000

Fonte: Bernardino A. A Andrade. Códice 190 da Biblioteca Pública Municipal do Porto/Lopes, 1982.

Na virada do século XVIII para o seguinte, o sistema capitalista triunfou na Europa, principalmente na Inglaterra onde se dera a Revolução Industrial. A Inglaterra, cuja indústria e marinha eram as mais poderosas do mundo, dominava a economia mundial. Assim, o monopólio colonial ou “pacto colonial” foi, progressivamente, abolido. O aparecimento da

<sup>41</sup> Antiga medida de líquidos. Cada quartilho equivale a cerca de meio litro.

grande indústria moderna, baseada no emprego das máquinas, qualificou e quantificou a produção de excedentes (PAIGC, 1974, p. 87).

Inversamente, o tráfico de escravos e o sistema colonial tradicional declinaram na medida em que a tecnologia e o capitalismo liberal avançavam. O novo sistema caracterizava-se pela concentração das riquezas oriundas, crescentemente, da produção mecanizada e cada vez menos da produção manual. Sob o manto da livre iniciativa e livre-concorrência, cada burguês, detentor dos meios de produção e do capital, tinha a liberdade de produzir e de comerciar seus produtos da forma que achasse conveniente. Em contrapartida, deixava os trabalhadores (classe operária, que não possuía os meios de produção) na dependência da venda da sua força de trabalho para sobreviver.

Fazendo valer a sua força na geopolítica mundial da época, a Inglaterra proibiu, em 1815, o comércio transatlântico de escravos. Não foi porque o governo inglês, de repente, compadeceu-se com os sofrimentos das pessoas escravizadas. Uma das razões era outra: a incompatibilidade do sistema escravocrata com o consumo, um dos principais pressupostos do capitalismo. O escravo, embora produzisse, não era um consumidor, um comprador. Alimentava-se porque o seu senhor precisava dele vivo para continuar a produzir riquezas. No capitalismo, pelo contrário, o operário é também um consumidor ou, pelo menos, é visto como um consumidor em potencial; o empregador precisa da participação da grande massa trabalhadora no consumo, para que a roda do lucro se complete a pleno. Foi nesse contexto que, em 1833, a escravidão foi oficialmente abolida nas colônias inglesas; em 1848, nas colônias francesas; em 1865, nos Estados Unidos; em 1888, no Brasil, e quase em todo o mundo no século XX.

Apesar disso, o tráfico de escravos continuou através de comerciantes autônomos com a cumplicidade de alguns países na Europa e na América. Por exemplo, os antigos colonos franceses que tinham sido derrotados na “Revolta de São Domingos” que resultou na abolição da escravatura e na independência do Haiti, tentaram restabelecer o sistema escravocrata.

Lopes (1982, p. 56), ao falar sobre a posição da Inglaterra contra o sistema escravocrata, afirmou que, “[...] em 1832, após várias controvérsias quanto à legalidade da escravatura, a comissão ultramarina de Portugal assinala que não existe nenhuma ordem do rei proibindo o comércio de escravos ao sul do equador, o que vem provar que pelo menos do ponto de vista jurídico a situação na Guiné-Bissau se alterou”. Assim, a Comissão decidiu que “[o] governo de cada província passa a ser assistido por um ‘auditor-geral’ (posto de



vigilância ao serviço da Metrópole), encarregado do contato direto com o Conselho Ultramarino que depende do rei”.

O pesquisador guineense pontuou que a situação “[...] muda a partir do momento em que a Inglaterra saída da Revolução Industrial entra na corrida pela partilha da África. A tecnologia e os meios de que os britânicos dispunham não permitiam à burguesia portuguesa manter a concorrência, tanto mais que o poderio marítimo inglês não tinha equivalência. Muito rapidamente, Portugal vai ter de dobrar a espinha acumulando concessões de toda a espécie”. Consequentemente, a “nova burguesia britânica consolidada pela Revolução Industrial, quer o estabelecimento de relações diferentes nas colônias. Os territórios ultramarinos são considerados já não como meros reservatórios de mão-de-obra, mas como mercados potenciais. Esta política é, bem entendido, incompatível com o sistema da escravatura” (LOPES, 1982, p. 60-61). Ante essa nova realidade geopolítica, Lopes (1982, p. 61) enfatizou, a burguesia portuguesa obrigou-se a adaptar-se às demandas da Inglaterra. Assim, em 1822, a Comissão Ultramarina qualificou o comércio de escravos em Angola como uma prática injusta, tirânica e que ultrajava os princípios da religião, da humanidade e da política. A Comissão decidiu que, doravante, trataria de promover a dignidade humana dos povos indígenas.

Reitero que, até a decisão da Comissão Ultramarina de condenar a escravatura, o Brasil desempenhou papel relevante no sistema escravista no Império Português. Além de participar diretamente no tráfico transatlântico de escravos africanos, “[...] fornecia a Portugal o essencial do capital necessário à *previous accumulation*” (LOPES, 1982, p. 61). O Brasil foi também palco da ratificação do Tratado de Aliança e Paz entre Inglaterra e Portugal, documento que foi assinado no Rio de Janeiro, em 1810, pelo príncipe regente de Portugal que tinha se mudado para o Brasil.

Lopes (1982, p. 61) citou o capítulo X do referido documento, ilustrando a nova ideologia antiescravagista:

[...] o Príncipe Regente de Portugal, estando plenamente convencido da injustiça e má política do comércio de escravos e da grande desvantagem que nasce da necessidade de introduzir e continuamente renovar uma estranha e factícia população para entreter o trabalho e indústria nos seus domínios do Sul da América, tem resolvido de cooperar com S. M. Britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos seus domínios a gradual abolição do comércio de escravos. E movidos por este princípio, S.A.R. [Sua Alteza Real] o Príncipe Regente de Portugal obriga-se a que não se permitirá aos seus vassallos continuar o comércio de escravos em qualquer parte da Costa de África que não pertença atualmente aos domínios da Sua Alteza Real, nos quais este comércio foi já descontinuado e abandonado pelas Potências e Estados da Europa que antigamente ali comerciavam, reservando, contudo para os seus próprios vassallos o direito de comprar e de negociar escravos nos domínios da coroa de Portugal.

Entretanto, o Brasil chegou à independência em 1822 e, obviamente, passou a trilhar o caminho livre das pretensões de Portugal. Esse fato, de acordo com Lopes (1982, p. 61), “provoca grandes mudanças na política colonial portuguesa”, uma vez que “o comércio vai orientar-se muito mais para as possessões africanas”.

Lopes (1982, p. 61-62) citou outro acordo assinado no dia sete de abril de 1827 entre o Brasil (independente) e a Inglaterra que previa o fim do comércio de escravos no prazo de três anos. Mas, para compensar a perda de receitas, o governo central brasileiro pediu às províncias que promovessem a agricultura, o comércio, a indústria e a navegação. Na prática, no entanto, o tráfico de escravos continuou até meados de 1860. De acordo com Lopes (1982, p. 62), um relatório do Conselho Ultramarino, de 1930, constatou que o tráfico de escravos persistia. “O fim deste comércio situa-se na década de 1860. O último vestígio de que se dispõe é o aprisionamento de um barco com escravos guineenses no porto de Havana em 1861”.

Por causa do fim oficial do tráfico de escravos, “[a]s relações entre Portugal e as suas colônias estão, pois, em plena mutação. A burguesia introduziu o modo de produção capitalista e prepara uma cumulação muito mais eficaz”. Para estancar a fuga de capitais e compensar as perdas financeiras da classe dominante portuguesa, a coroa criou, em 1864, o Banco Nacional Ultramarino, com um capital estatutário de quatro mil contos. Um montante que, conforme enfatizado por Lopes (1982, p. 62), cobria apenas 1/8 dessa soma. As leis protecionistas, implantadas em 1892, designavam expressamente os colonos na África como comerciantes. O governo central em Lisboa instituiu duas medidas benéficas a ela mesma e à burguesia portuguesa: o trabalho forçado e a coleta de impostos (“imposto de palhota”; “imposto de tabanca”). “O imposto de palhota é concebido como um instrumento fundamental de passagem à economia monetária. Os indígenas, forçados a pagar regularmente este imposto, são obrigados a procurar os fundos necessários, começando assim a aparecer uma mão-de-obra assalariada” (LOPES, 1982, p. 63-64). Porém, no dia 03 de novembro de 1856, Sá da Bandeira decretou o fim do trabalho forçado, mas abriu exceção para casos de “trabalhos de utilidade pública”. A cobrança de impostos não prosperou muito nos bairros periféricos e no interior das províncias por causa do alcance limitado da administração portuguesa nessas regiões. “É por isso que Portugal recorre ao sistema da melhor oferta: quem mais oferecer obtém o direito a receber o imposto”.

Todavia, a guerra quase ininterrupta na Europa, entre os fins do século XVIII e a primeira metade do século seguinte, deu um sério golpe ao comércio colonial tradicional, inclusive o comércio de escravos, e reduziu o interesse das potências europeias na África. Por

exemplo, enfraqueceram-se as atividades nos entrepostos comerciais estabelecidos na costa africana.

No antigo sistema colonial, as potências europeias concentraram as suas atenções na costa africana e pouca penetração pelo interior do continente. Duas exceções de destaque: a Holanda e a Inglaterra no Sul e a França, na região do Senegal. Os holandeses e os ingleses, guerreando entre si, adentraram o interior de toda a região Austral do continente onde estabeleceram colônias no que são hoje a África do Sul, Lesoto, Eswantini, Zimbábue, Botsuana, Namíbia, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. Na região Ocidental, o general francês Faidherbe fez as primeiras campanhas militares na guerra da conquista da Argélia, de 1830 a 1848, e também ocupou o território entre Saint Louis e Gorée, inclusive Dakar, em 1857.

Porém, o acelerado progresso da indústria no Ocidente, a partir de meados do século XIX, renovou o interesse de outras potências europeias pelos produtos africanos, sobretudo pelo amendoim, óleo de palma, coconote e marfim. Por causa disso, muitos antigos entrepostos foram reativados, por exemplo, no Senegal, na Serra Leoa, no Gana (Costa do Ouro) e no Benim. O PAIGC (1974, p. 87-88) observou que a intermediação com o interior da África, que era feita mais por comerciantes árabes e turcos, a partir do Norte, e na costa do Atlântico e do Índico por aliados africanos, foi substituída pela troca direta com os habitantes dessas regiões. Para tal, aumentaram as expedições pelo interior do continente.

Exemplificando, o PAIGC (1974, p. 88) afirmou que exploradores ingleses e de outras nacionalidades a serviço da coroa britânica desempenharam papel fundamental nessas expedições. Por exemplo, na África ocidental, o inglês Clapperton, saindo de Tripoli, atingiu o Chade, em 1823, depois o Níger, em 1825-1827. Outro inglês, Richard Lander, percorreu o rio Níger da localidade de Boussa até ao Atlântico. Nessa expedição, Lander confirmou que o Níger não se comunicava com o lago Chade.

Operando a mando da Inglaterra, o explorador alemão Barth percorreu, de 1850 a 1855, o Sudão, de Macina até ao lago Chade. Os seus estudos sobre as línguas locais, a história, a geografia e o comércio tornaram-se, na época, uma fonte essencial de conhecimento sobre essa parte da África. Na África oriental, Richard Francis Burton e John Hanning Speke, entre 1857 e 1863, e Samuel White Baker, entre 1863 e 1867, chegaram às nascentes do rio Nilo. O missionário David Livingstone explorou, principalmente entre 1850 e 1873, a bacia do rio Zambeze e a região dos lagos. Entre 1874 e 1877, o jornalista americano Henry Morton Stanley reconheceu a bacia do rio Congo, a parte da África que os exploradores europeus não tinham ainda chegado. O francês René Caillé atingiu Tombuctu,

em 1828, dois anos depois do inglês Alexander Gordon Laing, que foi morto quando regressava da viagem.

Por causa da demanda crescente por matérias-primas e por mercados de consumo, as potências industriais entraram em disputas pelo controle de territórios onde poderiam vender os seus produtos, investir capitais excedentários e encontrar matéria-prima ou *commodities* indispensáveis para o funcionamento das suas indústrias. Em 1884, desencadeia-se um conflito entre o reino da Bélgica, a França e Portugal (que contou com o apoio da Inglaterra) pela posse da foz do rio Congo.

O rei belga Leopoldo II tinha decidido estabelecer uma colônia no Congo, com acesso para o Atlântico. Essa pretensão belga contrariava os interesses da França, que já ocupava a margem direita do rio Congo e queria também ter controle da foz desse rio. Portugal, que tinha chegado à região muito antes dos outros pretendentes, invocou os seus ‘direitos’ históricos e proclamou todo o litoral da foz do rio Congo como sua possessão. A Alemanha, que se apressara a ocupar as regiões costeiras ainda disponíveis na região do Togo, Camarões, Namíbia (Sudoeste Africano) e Tanzânia (Leste Africano), propôs acolher em Berlim uma conferência para o assentamento das diferentes pretensões colonialistas.

Assim, as potências concorrentes da Europa ocidental reuniram-se em Conferência na capital alemã, de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, para estabelecerem as grandes linhas da partilha do continente africano, considerando os tratados de protetorado como direito, de fato, de posse, na medida em que esse fosse seguido de uma ocupação por uma força militar. As potências mais influentes, como a Inglaterra, a França e a Alemanha, conseguiram garantir o controle de grandes pedaços de territórios. A Conferência de Berlim estabeleceu o estatuto da bacia do rio Congo, concedeu ao rei Leopoldo II o seu brinquedo territorial pessoal: ‘Estado Independente do Congo’. Em 1908, o soberano legou o território ao governo da Bélgica que passou a denominá-lo ‘Congo Belga’.<sup>42</sup>

Por causa da correlação desfavorável de forças, Portugal conseguiu negociar apenas o controle de cinco territórios relativamente menores: Cabo Verde, Guiné Portuguesa, na África Ocidental; São Tomé e Príncipe, no Golfo da Guiné; Angola, na costa austral do Atlântico; e Moçambique, na costa do Índico (PAIGC, 1974, p. 95; LOPES, 1982, 21). Para piorar, em 1891, cedeu à pressão da Inglaterra e renunciou ao controle da bacia do rio Zambeze.

---

<sup>42</sup> O país foi rebatizado “Zaire” pelo presidente Mobutu Sese Seko, e “República Democrática do Congo” pelo presidente Laurent Kabila.

### 3.3 IMPERIALISMO E PARTILHA DA ÁFRICA

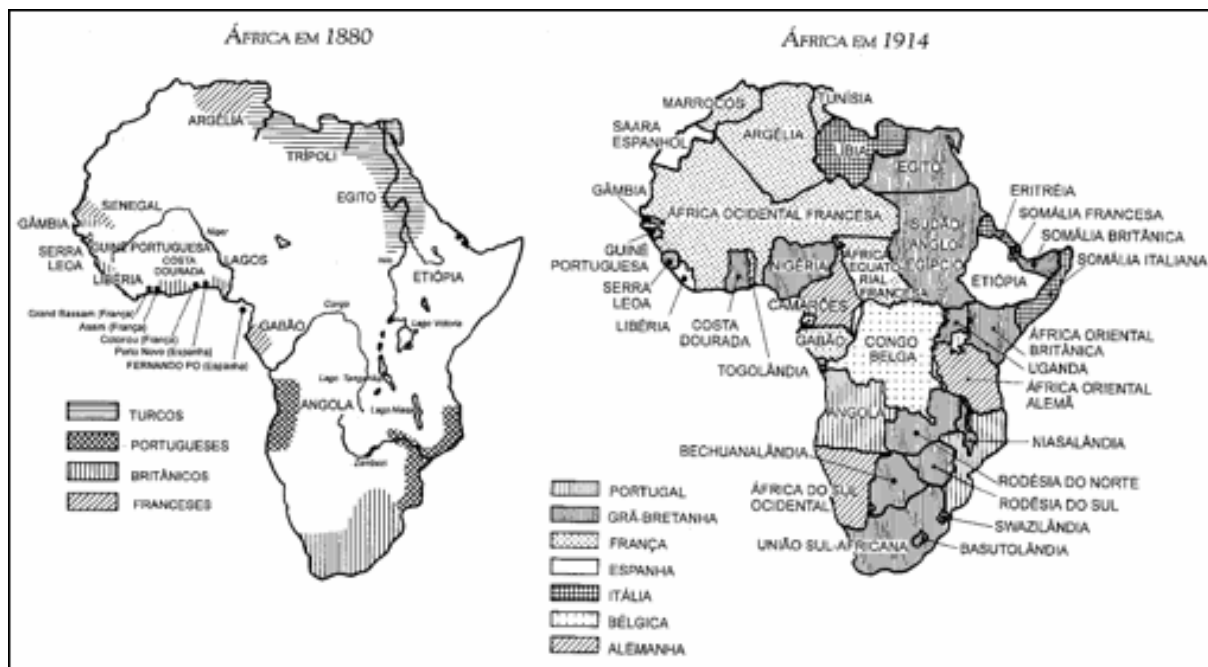
Assim, apesar de ter sido um dos principais protagonistas das Grandes Navegações e uma das principais nações europeias a navegar e fixar entrepostos comerciais ao longo das costas Ocidental e Oriental da África, Portugal não conseguiu garantir o controle de mais territórios. Salvo a Inglaterra e a França, os outros países participantes saíram também de alguma forma com as suas pretensões frustradas. Por exemplo, a Espanha ficou com o Sahara Ocidental, a República da Guiné Equatorial e algumas possessões no Mediterrâneo africano. A Itália conseguiu possessões na Líbia e no Corno da África. Mas, em 1896, fracassou na guerra pelo controle da Etiópia contra as forças etíopes lideradas pelo imperador Ménélik e pela “imperatriz da Abissínia”, Taytu Betul (PAIGC, 1974, p. 95). A Etiópia manteve-se, assim, como o único Estado africano jamais, efetivamente, colonizado por uma potência europeia, considerando que a Libéria foi criada, em 1847, pelos Estados Unidos para receber negros norte-americanos. A própria anfitriã da Conferência, a Alemanha, ressentiu-se da quantidade de possessões a ela alocadas.

Em consequência da Conferência de Berlim, de acordo com PAIGC (1974, p. 94), as potências coloniais lançaram-se na efetivação da ocupação da África. A partir do Senegal, forças francesas iniciaram o avanço até à cidade de Tombuctu (ou Timbuctu), através do rio Níger. Tombuctu era considerada o centro comercial mais rico do interior da África Ocidental no Império do Mali. As forças francesas atacaram reinos locais, como Ségou, de Almami Samori, e Daomé ou Béhanzin. Em 1900, três colunas francesas, vindas do Senegal, da Argélia e do Congo, juntaram-se perto do lago Chade e ocuparam a região do Sudão. Entre 1876 e 1883, a França já tinha construído fortes, estradas, teleféricos, e concluído a primeira ferrovia na região, ligando Dakar à Saint Louis. Ocupou também a Tunísia, em 1883, e, no Índico, pôs, em 1885, a ilha de Madagascar sob seu protetorado.

A Inglaterra, por seu lado, já tinha ocupado o Egito, em 1882, para poder controlar o canal de Suez que fora inaugurado em 1869 para facilitar e encurtar a navegação entre os Mares Mediterrâneo e Vermelho e o Oceano Índico. Na África ocidental, ocupou o reino Ashanti, no atual Gana, e o Império de Sokoto. Na África austral, forças britânicas disputaram territórios com os bôers, colonos de origem holandesa que se tinham instalado nos planaltos interiores da África do Sul; e expandiram as suas conquistas a praticamente toda região sul do continente africano. A Inglaterra havia ganhado a disputa contra a França pelo controle do alto Nilo, na região do atual Sudão. Djaló (2014, p. 38) trouxe dois mapas (Mapa 4)

ilustrativos dos momentos importantes da divisão da África. O primeiro mapa ilustra o continente partilhado no século XIX e, o segundo, a ocupação quase completa do continente.

Mapa 4 – Partilha e ocupação do continente africano.



Fonte: [www.encyclopedia.com.pt/Djaló](http://www.encyclopedia.com.pt/Djaló), 2014, p. 38.

No início do século XX, o mundo estava dividido entre as potências imperialistas, os países semicoloniais e as colônias.

As potências imperialistas englobavam os países centrais da Europa ocidental, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão. Esses países, a maioria de pequena a média extensão territorial, concentravam a produção industrial, os circuitos do comércio e as riquezas mundiais. O PAIGC (1974, p. 89) enfatizou que os progressos tecnológicos levaram à concentração mais acentuada de propriedades e meios de produção nas mãos de um pequeno número de capitalistas. Alguns, individualmente ou em grupos, tornaram-se donos de grandes conglomerados industriais (aço, eletricidade etc.), minerais (carvão, petróleo etc.), comerciais, de transportes (companhias rodoviárias, ferroviárias, de navegação etc.) num mesmo país. A indústria moderna, que era baseada no emprego das máquinas e da energia mecânica gerada do vapor, trouxe progressos consideráveis à economia. A modernização do sistema de transportes alavancou o fluxo de produtos e de pessoas, assim como o consumo. Graças a esses avanços e ao sistema de dominação colonialista, alguns conglomerados ou monopólios nacionais internacionalizaram-se. Porém, as grandes transformações tecnológicas

beneficiaram muito mais as potências imperialistas que, por dominarem as primeiras grandes tecnologias industriais e o circuito comercial, passaram do capitalismo de livre-concorrência para o monopolista.

Os países semicoloniais eram de pujança econômica intermediária e influência política localizada ou regional. Geograficamente, localizavam-se, sobretudo, na América Latina, na Ásia, no Pacífico e na Europa do Leste. A Rússia, antes de 1917, tinha colônias no Cáucaso e na Ásia Central, mas estava sob a influência política e financeira tanto da Inglaterra, quanto da França e da Bélgica. Porém, a Rússia abriu espaço na geopolítica e tornou-se uma superpotência mundial, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Enquanto isso, Portugal ocupava uma posição peculiar nesse grupo: era uma potência colonial semicolonizada ou semiperiférica. Os governantes portugueses não foram capazes de exercer poder relevante na geopolítica internacional, apesar das glórias nos tempos das Grandes Navegações e do “Comércio Triangular”. Internamente, o país vivia essencialmente da agricultura, da pesca, do artesanato e da manufatura. O PAIGC (1974, p. 90) lembrou-nos que, em 1702, pelo Tratado de Methuen, Portugal tornou-se um Estado satélite da Inglaterra.

Finalmente, as colônias ou países colonizados eram territórios sob a dominação de potências externas; economicamente muito pouco desenvolvidos, com o setor primário (agricultura, pecuária etc.) como sua base de sustentação. Politicamente, as colônias eram privadas dos direitos e das liberdades e eram administradas por representantes nomeados pelas Metrôpoles.

O PAIGC (1974, p. 110-111) criticou que, enquanto exploravam as riquezas no continente, os países imperialistas criavam obstáculos ao surgimento, nas colônias, de indústrias de transformação suscetíveis de concorrer com as que operavam nas Metrôpoles, notadamente as mais dominantes na época: metalúrgica, de transportes, de tecidos e alimentos. Permitiam apenas a implantação de fábricas modernas em territórios africanos onde fosse necessário acelerar a produção de matérias-primas e produtos agrícolas. Por exemplo, as colônias na África Ocidental, que eram grandes produtores de amendoim e de coconote, tinham de consumir mercadorias (vide óleo de cozinha, sabão) industrializadas na Europa a partir das matérias-primas produzidas em solo africano. Nessa região e em todo o continente, a exploração econômica era feita predominantemente pelo comércio. As sociedades comerciais europeias continuaram a vender na África produtos de baixo valor agregado, como tecidos de algodão, bugigangas, bebidas alcoólicas e tabaco. Mas, em troca, compravam *commodities*, como amendoim, coconote, borracha, algodão, café e cacau. Em

suma, as potências coloniais e imperialistas transformaram as suas colônias na África em fornecedoras de *commodities* e mercados consumidores de seus produtos industrializados.

No século XIX, o comércio formal na África estava sob o monopólio de poucas empresas, como as Sociedades de Bordeaux, no Senegal e no Sudão; as Sociedades de Marselha, nos territórios franceses da Guiné; as Sociedades de Liverpool-Manchester, nos territórios britânicos. Na primeira metade do século XX, apenas três sociedades controlavam o comércio na África ocidental francesa e britânica: a Companhia Francesa da África Ocidental (CFAO) de Marselha; a Sociedade Comercial do Oeste Africano (SCOA) com capitais franco-suíços; e a UNILEVER, um trust anglo-holandês que dominava (e ainda é uma das maiores empresas) o mercado mundial dos óleos vegetais, do sabão e da margarina. Esse conglomerado era representado pelas suas filiais United Africa C<sup>o</sup>, John Holt, nos territórios britânicos; e NOSOCO e Companhia do Níger Francês, no Senegal e na Guiné.

Entretanto, Portugal ainda tinha pouco controle dos seus entrepostos comerciais no território da Guiné na primeira metade do século XIX. O PAIGC (1974, p. 96) constatou outra explicação para essa situação, além das disputas por territórios com outras potências europeias: a independência do Brasil. De um lado, como o Brasil era o maior fornecedor de produtos tropicais (cana-de-açúcar, café etc.) e de impostos, à Metrópole não via necessidade de empenhar-se na ocupação efetiva do território guineense. Mas, com a independência do Brasil, a coroa portuguesa ficou sem uma grande fonte de renda. Do outro lado, para compensar a sua fragilidade financeira e logística e manter a ocupação do território, pelo menos os seus entrepostos na costa africana, Portugal decidiu instituir a figura de “grumetes” (negros assimilados, cristianizados e alfabetizados que podiam se comunicar em português com as autoridades oficiais). Honório Barreto foi um deles e chegou a exercer a função de governador do território da Guiné.

Ainda no plano da ocupação do território guineense, em 1832, Portugal reorganizou a sua estrutura administrativa. Um dos atos foi a supressão da distinção entre a Metrópole e as “Colônias”. Dois anos depois, juntou as colônias de Cabo Verde e da Guiné numa única prefeitura. Na verdade, a colônia da Guiné tornou-se uma circunscrição da prefeitura de Cabo Verde, tanto que era administrada por um subprefeito. Em 1836, de acordo com o PAIGC (1974, p. 96-97), Lisboa instituiu o Governo Geral das ilhas de Cabo Verde e transformou a Guiné num distrito. Em 1869, dividiu o território da Guiné em quatro ‘comunas’ [Sem relação ideológica com as Comunas de Paris]: Cacheu, Bissau, Bolama e Buba. Mas, o governador do distrito residia na cidade de Geba, no Leste do país.



Entretanto, essa estratégia não funcionou bem, pois a baixa presença portuguesa no território da Guiné atçou a cobiça das outras potências coloniais europeias. Por exemplo, reivindicando a posse da ilha de Bolama e do arquipélago dos Bijagós, a Inglaterra instalou, em 1858, um posto nessa ilha e, em 1860, decretou a sua incorporação à Serra Leoa, uma possessão que a coroa britânica estabelecera para habitar ex-escravos. Portugal só conseguiria recuperar o controle da ilha, em 1868, graças à arbitragem do presidente dos Estados Unidos, Ulysses Grant. Ao perceber o perigo de perder a sua colônia, Portugal reforçou a sua presença no território guineense e decidiu, em 1879, separá-la administrativamente de Cabo Verde e transformar Bolama na sua capital. O novo governador passou a responder diretamente à Metrópole e a ser assistido por um “Conselho do Governo”, de caráter consultivo, regionalmente, por administradores de concelhos ou circunscrições, e, localmente, por chefes de postos. O sistema judiciário estava vinculado ao poder político e administrativo. Mas, para os guineenses autóctones, a justiça era feita pelos administradores e chefes de posto (PAIGC, 1974, p. 117).

Fazendo eco à Conferência de Berlim, Portugal assinou uma convenção com a França, em 1886, fixando as fronteiras entre as suas possessões. Em consequência dessa convenção, Portugal cedeu para a França o entreposto comercial de Ziguinchor, na região de Casamance. Em contrapartida, no Sul, a França retribuiu com a cessão da região do rio Cacine para Portugal. Mas, no Interior, as fronteiras, que foram traçadas de forma arbitrária na Conferência de Berlim, foram retificadas em benefício da França. No mesmo ano, foram estabelecidas as fronteiras da Guiné Portuguesa.

Mesmo assim, as forças da administração portuguesa continuavam ainda ausentes do interior do território; conheciam mais o Litoral (PAIGC, 1974, p. 101). Esse desconhecimento obrigaria Portugal e França a assinarem, em 1905, um novo acordo, para ceder a região de Kadé para a França. No traçado anterior, os signatários da fronteira estabelecida na Conferência de Berlim acreditavam que Kadé encontrava-se a Oeste do meridiano 16° de longitude Oeste (meridiano de Paris), quando, na realidade, se situava a Leste.

### **3.3.1 Resistência e Campanhas de Pacificação da Guiné Portuguesa**

Fixada a fronteira da Guiné Portuguesa, Portugal tentou ocupar e controlar todo o território guineense, mas encontrou resistência do povo guineense. O PAIGC (1974, p. 102) afirmou que, para aniquilar as resistências e ocupar, efetivamente, todo o território guineense, as forças portuguesas multiplicaram as expedições contra as etnias (autônomas) como

beafadas, em 1881 e 1886; balantas, em 1891; e oincas, em 1897. Em todas essas missões os expedicionários sofreram derrotas humilhantes, principalmente no chamado ‘desastre’ de Jabada na guerra de 1881 contra os beafadas.

O PAIGC (1974, p. 93; 102) pontuou que, por volta de 1900, Portugal conseguiu estabelecer tratados com alguns chefes étnicos e, com isso, ocupar terras dos povos das savanas: fulas, mandingas e beafadas. Em outras regiões, todavia, as expedições continuaram a enfrentar fortes resistências e, por falta de efetivos, não conseguiam manter a ocupação das terras conquistadas. Tiveram de fazer novas expedições, várias vezes, nos mesmos territórios. Foram os casos, por exemplo, da ilha de Canhabaque, em 1900, e de Formosa, em 1906, no arquipélago dos Bijagós; das terras felupes, em 1901 e 1903, no Noroeste do território; dos povos de Oio, em 1902, para vingarem-se da derrota de 1897; pepels, em 1904, para desbloquearem a passagem para o posto de Cacheu.

Entretanto, na mesma época, os chefes tradicionais que assinaram tratados aceitando a soberania de Portugal sobre os seus territórios, externaram com mais contundência a decepção com as promessas de apoio não cumpridas contra chefes rivais. Mais: Portugal continuou a exigir o pagamento de impostos e a tratar os chefes aliados como escravos. Foi o caso, por exemplo, de Infali Sonco, chefe da etnia beafada de Cuor. O PAIGC (1974, p. 102) afirmou que o comandante português de Geba, publicamente, ofendeu Infali Sonco e bateu num dos colaboradores dele. Em reação, o soberano Sonco matou um alferes português e deteve provisoriamente o comandante; recusou-se a pagar impostos, cortou a navegação entre Bissau e Bafatá, isolou Gabú, aliou-se aos chefes Banco de Badorá, Dembage de Corubal, Grelage de Cosse, Ierobiri de Gussora e Ousmane de Paxisse; e tentou estabelecer relações comerciais com operadores franceses na Guiné Conacri. Mas, os chefes Abdulai de Xime, Tchernó Coli de Forreá, Monjur de Gabú continuaram submetidos às autoridades portuguesas.

O PAIGC (1974, p. 102-103) acrescentou que, para enfrentar a resistência de alguns chefes da etnia fula, Portugal mobilizou duas colunas, com reforços enviados especialmente de Lisboa. Os derrotados nas expedições de 1907 e 1908 foram utilizados como auxiliares militares em substituição dos grumetes, que, àquela altura, eram considerados como pouco confiáveis. Isso porque muitos aderiram às revoltas dos pepels em 1894 e 1915. Nessa mobilização, as forças portuguesas atacaram também tabancas de felupes e balantas.

Entre 1913 e 1915, Portugal lançou a ‘Campanha de Pacificação’ que foi comandada pelo capitão Teixeira Pinto, justamente para quebrar a resistência, sobretudo, dos balantas em Oio, pepels na ilha de Bissau, mandjacós na região ao Sul do rio São Domingos e bijagós nas ilhas homônimas. Apoiado por alguns chefes das etnias mandinga e fula, como Abdul Injai de

Oio, Bara Baldé do Forreá e Mamadou Cissé, Teixeira Pinto e seus comandados “tentaram esmagar a resistência popular” (LOPES, 1982, p. 66). O método de incorporação de auxiliares indígenas em campanhas de pacificação já era utilizado pela França e Inglaterra nas suas colônias, e era uma maneira encontrada pelos expedicionários europeus, para suprir a insuficiência de efetivos. Os auxiliares nativos recebiam armas de fogo relativamente modernas. Os auxiliares não eram remunerados, mas compensavam-se com pilhagens e captura de prisioneiros de guerra que eram transformados em escravos domésticos e os mais afortunados, nomeados chefes dos territórios ocupados.

Tal como as colunas anteriores, as do capitão Teixeira Pinto queimaram aldeias, pilharam bens e massacraram pessoas; exigiram a rendição e a entrega das armas dos rebelados e aplicaram pesadas “multas de guerra” para cobrir os impostos atrasados. Finalmente, asseguraram a ocupação de quase todo o território guineense; estabeleceram quartéis e implantaram postos administrativos. Enquanto as regiões dos povos balantas, oincas, pepels e manjacos foram submetidos à administração portuguesa, os bijagós continuaram a enfrentar as forças portuguesas por mais tempo, até meados da década de 1930.

Lopes (1982, p. 66) disse que o capitão Teixeira Pinto cometeu tantos crimes e abusos na cobrança de impostos que, em 1915, foi destituído da função de “pacificador” e submetido a um inquérito instaurado pelo ministro das Colônias.

Paralelamente às campanhas militares e na tentativa de compensar as perdas com a independência do Brasil, Portugal investiu também na exploração socioeconômica mais efetiva das suas colônias africanas. O PAIGC (1974, p. 98) notou que, no início do século XX, entre 1905 e 1915, o comércio externo da colônia da Guiné era controlado por sete casas comerciais: seis estrangeiras (três francesas, uma alemã, uma belga, uma franco-inglesa) e apenas uma portuguesa: “Sociedade A. Silva Gouveia”, a filial da CUF. Lopes (1982, p. 22; 65) afirmou que, em 1927, o governo português concedeu o monopólio do comércio externo na província à CUF e incrementou o comércio da borracha, do óleo de palma, da noz de coco e do amendoim. Porém, a França, que controlava o comércio do amendoim e da borracha, recebia grande parte das exportações guineenses, e a Alemanha, do coconote. Só 18% das exportações saídas da província da Guiné ficavam na Metrópole. Após a Primeira Grande Guerra, que paralisou o comércio com a Alemanha e diminuiu a transação com outros países, esse percentual subiu para quase 30%. Com o aumento da rede de postos comerciais em todo o território, as companhias europeias eclipsaram o comércio realizado por grumetes entre os entrepostos e os povos do Interior. Parte desse comércio a retalho foi, paulatinamente, dominada por “djilas” e comerciantes mauritanianos (“nars”), libaneses e sírios.

Lopes (1982, p. 65) citou que a chegada de António de Oliveira Salazar<sup>43</sup> à Presidência do Conselho de Ministros, em 1932, galvanizou a burguesia financeira portuguesa e esta conseguiu impor os seus interesses às companhias financeiras estrangeiras. Para dar à burguesia financeira portuguesa mais benefícios nas colônias, Salazar determinou um regime alfandegário que penalizava o comércio com outros países. O mandatário português encontrou pretexto na crise econômica global de 1929-1931 causada pelo Crash da Bolsa de Valores de Nova Iorque, para endurecer o regime alfandegário. Assim, as companhias estrangeiras foram obrigadas a abandonar os seus entrepostos nas colônias e o comércio de produtos ficou sob o encargo da CUF.

De acordo com o PAIGC (1974, p. 111), a ocupação do Interior, em consequência da Campanha da Pacificação, permitiu à CUF estender o monopólio em todo o território guineense. A empresa e as suas concessionárias multiplicaram a abertura de lojas no Interior e, gradualmente, asfixiaram o circuito comercial dos grumetes e “djilas” (comerciantes informais ambulantes) nos centros urbanos. Mas, graças às suas conexões com as comunidades das periferias urbanas e das aldeias, os “djilas” continuaram a sobreviver no comércio de retalho e na informalidade ambulante.

Para obrigar os produtores africanos a venderem seus produtos apenas no circuito oficial, as autoridades portuguesas instituíram imposto que teriam de ser pagos em dinheiro. Os camponeses tiveram de acatar a determinação oficial, para, assim, poderem ter acesso ao dinheiro para o pagamento do imposto. Por algum tempo, essa estratégia deu certo. Por exemplo, no início dos anos 1930, segundo o PAIGC (1974, p. 98), 70% das exportações da colônia da Guiné eram destinadas para Portugal. Porém, como a indústria portuguesa não tinha capacidade logística e tecnológica para absorver e processar os produtos chegados das colônias, praticamente todos eles acabavam sendo reexportados para outros países, principalmente para a Inglaterra. Mesmo assim, a burguesia portuguesa continuava, por lei, a ter o monopólio do comércio com as colônias e, por agravante, a ter o direito de estipular preços inferiores em relação aos praticados nos territórios vizinhos sob a administração

---

<sup>43</sup> De acordo com a Revista Portuguesa de História Militar, Salazar fundou o Estado Novo em 1933, um regime autoritário, de partido único (a União Nacional) e de cariz corporativo. Um ano depois de ascender ao cargo de presidente do Conselho de Ministros onde permaneceu até 1968. (Fonte: Defesa Nacional. Início da guerra de África, 1961-1965. Comissão Portuguesa de História Militar. Revista Portuguesa de História Militar. Edições. Ano 1, N.º 1, 2021. Biografias. Liderança Política. António de Oliveira Salazar (Portugal). Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/comissoes/cphm/rphm/edicoes/ano1/n12021/bios/lidpolitica/ao> Acesso em: 29 fev. 2023).

francesa. Essa situação estimulou o açambarcamento de produtos guineenses para o Senegal, Gâmbia e República da Guiné.

As taxas dos direitos alfandegários reforçaram o imposto de palhota que a Metrópole tinha instituído no início do século XX e cuja cobrança era feita pelos chefes locais. Os guineenses eram obrigados a pagar esse imposto, mais os impostos de consumo. Por exemplo, em apenas um ano fiscal, de 1903-1904, o montante coletado de imposto de palhota passou de \$10 mil para \$81.300,00 Escudos (Pesos). O acúmulo de impostos e o aumento do montante a pagar encareciam os preços dos produtos, principalmente das mercadorias importadas. Como se não bastasse a obrigatoriedade de os camponeses venderem as suas *commodities* no circuito oficial do comércio e o pagamento de impostos altos, a administração colonial instituiu também o trabalho forçado. Até as penas de prisão eram convertidas em trabalho forçado.

O PAIGC (1974, p. 118) denunciou que o regime português desenvolveu ao máximo o sistema de trabalho forçado, de uma forma até pior do que fazia no período do tráfico de escravos, pois, em tese, o dono tinha interesse em assegurar a sobrevivência dos seus escravos. No sistema do trabalho forçado, mesmo coberto no manto de ‘contrato’, quando o contratado ficava doente ou se morresse, era imediatamente substituído por outro, a custo quase zero.

Ao trabalho forçado, somava-se a obrigatoriedade da monocultura de amendoim, produto que “[...] concentrava 2/3 do valor das exportações” (PAIGC, 1974, p. 128), mas a sua remuneração era baixa em relação, por exemplo, ao preço do arroz. O PAIGC ponderou que a produção de amendoim estagnou em 30 mil toneladas por ano.

O impacto dos impostos, do trabalho forçado e da monocultura de amendoim foi tanto que, como consequência, multiplicaram-se as sonegações, revoltas contra as autoridades portuguesas (PAIGC, 1974, p. 98) e, como observei, o açambarcamento de produtos para os países vizinhos. O PAIGC (1974, p. 128) constatou que milhares de jovens guineenses migravam para Bissau e cidades do Interior, fugindo principalmente da miséria. Mas, nas cidades não encontravam empregos formais, pois a oferta era muito reduzida. Num país quase sem indústria e com um mercado tacanho, uma das saídas ao desemprego era a informalidade (“sorni” ou “bico”) e a emigração para os países vizinhos, até para a Europa, principalmente para Portugal e França. Alguns jovens alistavam-se nas forças armadas portuguesas, como uma forma de ganhar certo status social e garantir soldos.

Muitos chefes étnicos recusaram-se, desde o início, a pagar impostos coloniais e a colaborar com as forças portuguesas; lutaram o quanto puderam contra a dominação estrangeira. Todavia, não conseguiram defender os seus territórios por muito tempo por causa da sua inferioridade logística e bélica em relação às forças portuguesas. Não obstante a

superioridade militar das potências coloniais, a resistência nunca faltou na Guiné (Bissau). Lopes (1982, p. 18) afirmou que “[a] luta contra o colonialismo português remonta a um passado longínquo. A resistência nasceu desde o início da ocupação portuguesa, quando das chamadas ‘descobertas’ da região que hoje constitui o Senegal e a Guiné-Bissau e que era um dos centros da escravatura em África”. E a resistência contra a dominação era uma das características dos guineenses. Por exemplo, muito antes da chegada dos colonizadores europeus, guineenses de segmentos sociais inferiores já se levantavam contra a opressão das elites étnicas. Cabral (1980, p. 330 apud LOPES, 1982, p. 35) falou de levantes de camponeses fulas de baixo escalão social contra os de cima.

### 3.4 RESISTÊNCIA ORGANIZADA NO SÉCULO XX

No século XX, antes da fundação do Partido, surgiram as primeiras organizações com características nacionalistas ou independentistas. Em 1911, tem-se registro do nascimento da “Liga Guineense” que pode ser considerada a primeira organização anticolonialista na Guiné. Ela acabaria sendo dissolvida pelas autoridades portuguesas sob a acusação de ser mentora de uma revolta ocorrida em 1915. Traçando uma espécie de linha cronológica da resistência organizada contra o colonialismo no século XX, o PAIGC (1974, p. 129; 142) notou que, em 1953, um grupo de estudantes regressados de Portugal criou em Bissau a “Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos” que foi, de fato, o primeiro núcleo político em defesa da nacionalidade guineense. Tal como a Liga Guineense, a Associação foi proibida no ano seguinte à sua criação. No mesmo período, no entanto, foi fundado o “Movimento para a Independência Nacional da Guiné” (MING) que, pela primeira vez na história política do país, conseguiu estabelecer contatos entre intelectuais, artesãos e camponeses sobre a situação da colônia. Aconteceu que, por falta de coesão interna, o MING não sobreviveu por muito tempo.

Dentre todas as organizações nacionalistas e independentistas criadas na Guiné, apenas o Partido conseguiu consolidar-se e ter sucesso na mobilização do povo e condução da luta diplomática e armada que culminou com a independência do país.

Falando dos bastidores da fundação do Partido, Amílcar Cabral (1974, p. 42) lembrou-se de que, a certa altura, chamou os melhores amigos para a sua casa, em Bissau, e disse-lhes: “Camaradas, vocês são muito amigos da minha mãe, são meus amigos também, vocês vêm a minha casa, comemos, brincamos, mas a hora da brincadeira acabou, começemos a fazer umas pequenas conversas”. Acrescentou que eles responderam: “Sim, Senhor.

Conversamos, marcamos uma reunião’. Mas só vieram um ou dois. Os outros não vieram porque eles pensavam que isso era uma doidice”. Mas, de acordo como líder-fundador do Partido, aos poucos, as pessoas ganharam coragem e aderiram. Assim, no dia 19 de setembro de 1956, ele e seus amigos (Luís Cabral, Aristides Pereira, Rafael Barbosa, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Eliseu Turpin) fundaram, em Bissau, o PAIGC.

Desde a sua fundação, o Partido abraçou a “Democracia Revolucionária”; definiu-se como “[...] democrático, progressista, anticolonialista e anti-imperialista” (PAIGC, 1974, p. 141). Procurou, assim, praticar os princípios democráticos que pressupunham que, “na sua atividade revolucionária, em todos os escalões [...], se usam como armas no trabalho político a crítica e a autocrítica construtiva e se aplica na vida do Partido o princípio do centralismo democrático”. Estimulou a manifestação da vontade dos seus militantes e do povo, auscultando constantemente a sua opinião sobre todo e qualquer problema em discussão. Todos os problemas de interesse do povo eram discutidos em reuniões públicas. “A responsabilidade de cada militante é-lhe atribuída na base do seu trabalho efetivo ao serviço do povo, na medida do seu nível de consciência política e dos problemas do povo e também pela dedicação e amor que revela pelas coisas do Partido e pela luta” (PAIGC, 1974, p. 141).

Nas suas “Palavras de Ordem”, o Partido estabeleceu as diretrizes para a aplicação do princípio da democracia revolucionária:

Praticar, em todos os aspectos da vida do Partido, a democracia revolucionária. Cada responsável deve assumir com coragem as suas responsabilidades, deve exigir dos outros o respeito pela sua atividade e deve respeitar a atividade dos outros. Não esconder nada às massas populares, não mentir, combater a mentira, não disfarçar as dificuldades, os erros e insucessos, não acreditar em vitórias fáceis nem nas aparências.

A democracia revolucionária exige que devemos combater o oportunismo, a tolerância diante dos erros, as desculpas sem fundamento, as amizades e a camaradagem com base em interesses contrários aos do Partido e do povo, a mania de que um ou outro responsável, é insubstituível no seu posto. Praticar e defender a verdade, sempre a verdade diante dos militantes, dos responsáveis, do povo, sejam quais forem as dificuldades que o conhecimento da verdade possa criar. A democracia revolucionária exige que o militante não tenha medo do responsável, que o responsável não tenha receio do militante nem medo das massas populares. Exige que o responsável viva no meio do povo, à frente do povo e atrás do povo; que trabalhe para o Partido ao serviço do povo (PAIGC, 1974, 141-142).

O Partido investiu também nas relações internacionais não só contra o colonialismo português, mas já na perspectiva dos futuros Estados da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Assim, além do seu Secretariado Geral e toda a sua retaguarda política e diplomática que funcionava desde 1961 em Conacri, tinha um Bureau em Dakar, capital do Senegal, e

representações diplomáticas na Argélia, República Árabe Unida (RAU),<sup>44</sup> Mauritânia e Suécia. Participou diretamente em grandes organizações internacionais, dentre as quais o Conselho Mundial da Paz (foi membro da sua presidência na pessoa de Amílcar Cabral), a Associação Internacional dos Juristas Democráticos (fez parte da sua vice-presidência), a Organização Internacional de Jornalistas (integrou o seu Conselho Executivo), a União Internacional dos Estudantes (fez parte da sua vice-presidência), a Organização das Mulheres Africanas/Conferência das Mulheres Africanas (ocupou a chefia da Tesouraria do seu Secretariado), o Conselho de Solidariedade Afro-Asiático e a “Tricontinental” que congregava organizações revolucionárias na África, América e Ásia. Manteve boas relações com a Federação Democrática Internacional das Mulheres, o Movimento Pan-Africano da Juventude e a Federação Mundial das Juventudes Democráticas. Através da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), o Partido foi membro da União Sindical Pan-Africana (USPA) e manteve laços com a Federação Sindical Mundial.

O Partido estabeleceu as principais linhas da sua diplomacia, destacando três pontos na sua política externa (PAIGC, 1974, p. 142): relações de boa convivência com os países vizinhos, princípio de não ingerência em assuntos de outros países e estabelecimento e manutenção de boas relações com todos os países africanos. As relações com o Senegal e a República da Guiné deviam assentar-se nos esforços para uma boa convivência e concessões, quando necessário, sem trair os princípios do Partido nem o povo guineense e cabo verdiano. Foi no âmbito desses esforços de convivência pacífica que o Partido negociou com o presidente Leopold Senghor a liberação de um carregamento de armas que fora retido pelas autoridades senegalesas. Com base no princípio de não ingerência em assuntos internos de outros países, adotou como regra fundamental não se imiscuir, seja de que forma for, em assuntos dos países com quem mantém relações; e não permitir “a quem quer que seja que tenha a pretensão de dirigir a sua luta, de estabelecer linhas de orientação à sua política, seja em que plano for”. Estabelecimento e manutenção de boas relações com todos os países africanos, independentemente da sua forma de governo e seu alinhamento ideológico. Mas, o Partido fazia três exclusões na sua política externa: o regime de apartheid na África do Sul, o racista na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e o Estado de Israel, por causa da sua política de ocupação de territórios palestinos. No caso de Israel, embora o Partido falasse genericamente

---

<sup>44</sup> A RAU foi uma união constituída em fevereiro de 1958 entre o Egito e a Síria e contou com a adesão do Iêmen. Mas a RAU durou apenas até 1961, quando um dos seus proponentes, o então presidente egípcio Gamal Abdel Nasser anunciou o seu fim (PHILIPP, Peter. 1958: Criação da República Árabe Unida, um de fevereiro de 2020. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1958-cria%C3%A7%C3%A3o-da-rep%C3%BAblica-%C3%A1rabe-unida/a-299005>. Acesso em: 20 ago. 2022).



do Estado, a rejeição era ao governo israelense que era encarado como uma força de ocupação dos territórios palestinos.

No espírito de solidariedade anticolonialista, o Partido apoiou os movimentos de libertação revolucionários africanos, nomeadamente o Congresso Nacional Africano (ANC, African National Congress) na África do Sul, a União do Povo Africano do Zimbábue (ZAPU; Zimbabwe African People's Union) e a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO; South West African People's Organization) na Namíbia. Apoiou também o movimento do “Território dos Afares” na Costa da Somália Francesa e as reivindicações dos nacionalistas nas ilhas de Comores e de Reunião<sup>45</sup>.

Como princípio, o Partido considerava que ajuda a outros movimentos de libertação das colônias portuguesas e de outras regiões da África e do mundo era uma forma de apoio ao povo guineense. Como o próprio PAIGC (1974, p. 144) destacou a projeção internacional da luta do povo da Guiné e Cabo Verde, sob a sua direção, foi tanta que a ONU e outras organizações internacionais convidaram seus representantes a participarem e a usarem da palavra em seus eventos. Foi nesse quadro que participaram, por exemplo, no 2º Congresso da FAO, em junho de 1970; no Congresso Mundial da Juventude, realizado no mesmo ano em Nova Iorque por ocasião do 25º aniversário da ONU, e, em fevereiro de 1971, na Conferência dos Ministros da Economia da Comissão Econômica para a África (CEA) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

O Partido afirmava que o seu pensamento político tinha uma “latitude universal”, pois, não lutava isolado no mundo; contava com vários aliados. Mas, como pontuei, ele classificava os seus aliados. O aliado no degrau mais elevado foi, sem dúvida, a República da Guiné, na pessoa do presidente Ahmed Sékou Touré e a sua organização política, Partido Democrático da Guiné (PDG; Parti Démocratique de Guinée), e o Senegal. Para o Partido, a República da Guiné era “aliado concreto e imediato [...] abertamente contra o colonialismo português não apenas em palavras, mas [também] com atos e que ajuda efetivamente a luta [...] contra o colonialismo português. O PAIGC (1974, p. 144) incluiu também a República do Senegal nesse primeiro grau, mas não com o mesmo nível de reconhecimento [...]”.

No geral, o Partido considerava os países do bloco social-comunista como seus principais aliados. Afinal, era desse bloco que recebia o grosso dos apoios militar, logístico, político e diplomático para a condução da luta de libertação nacional. Logo, além dos dois países vizinhos, esse bloco era o seu aliado preferencial.

---

<sup>45</sup> Reunião continua sob a administração da França.

O Partido também tinha aliados no Ocidente. Dizia que nos “países capitalistas, há gente que é contra o colonialismo português e que, portanto, é aliada do PAIGC e que forma mesmo organizações de apoio e de solidariedade para com a luta dos movimentos de libertação das colônias portuguesas, em particular, [...]” (1974, p. 145) com o Partido.

Em todo o mundo, o Partido contava com aliados nos movimentos operários, nas organizações dos direitos cívicos e anticolonialistas e anti-imperialistas. No entanto, vale sempre repetir que, para o Partido, os princípios revolucionários de vocação socialista não deviam sufocar a política externa independente, a “[...] a independência do seu pensamento e da sua ação”, pois, lutando pela independência dos seus povos na Guiné e em Cabo Verde, “o PAIGC põe como primeira condição que a sua direção deve ser independente, tanto na maneira de pensar os problemas e de resolvê-los, como na sua ação dentro e fora da sua terra” (PAIGC, 1974, p. 145).

Foi nesse contexto que o Partido clarificou a sua posição sobre o povo português.

O PAIGC definiu sempre claramente, através da palavra do seu secretário-geral, camarada Amílcar Cabral, em conferências de imprensa, em escritos do Partido, nas reuniões internacionais, na rádio [...], a sua posição em relação ao povo português, dirigida pelas organizações democráticas, antifascistas e anticolonialistas portuguesas e mantém com essas organizações relações de colaboração e de solidariedade na luta comum contra o colonialismo português. O PAIGC considera que a luta vitoriosa do povo da Guiné e Cabo Verde representa uma ajuda à luta do povo português contra o fascismo e o imperialismo. O sucesso da luta nas colônias portuguesas terá por isso profundas repercussões na libertação do povo português da dominação e exploração fascistas. A aceleração da luta em Portugal e os seus sucessos representam igualmente uma ajuda à luta que os povos das colônias portuguesas travam contra o colonialismo português (PAIGC, 1974, p. 145).

Fazendo jus à sua autonomia na política externa, o Partido definiu a sua ética da ajuda que consistia no seguinte: “nunca pedir a ajuda de que necessita de fato, mas esperar que cada um, em consciência, dê a ajuda que pode dar” (PAIGC, 1974, p. 145).

O Partido nasceu com uma visão de africanidade e de unidade anticolonialista e anti-imperialista. Até porque, o fato de “[...] dirigir em conjunto a luta dos povos da Guiné e Cabo Verde é, em si mesmo, um ato de afirmação de unidade nacional”, de africanidade e de luta contra o colonialismo. Mas, “para o PAIGC, a unidade do povo contra o colonialismo e o imperialismo nunca significou a unidade de quaisquer grupos nem com quaisquer grupos, só pelo fato de se afirmarem anticolonialistas” (PAIGC, 1974, p. 146). O Partido propugnou que a unidade tinha de se basear na unidade de objetivos e de ação. Por isso, “[...] elaborou o seu próprio sistema de pensamento político, de orientação revolucionária, através de uma ideologia”.

Para vencer a guerra, o Partido organizou-a em etapas: a primeira fase caracterizou-se pela clandestinidade e mobilização, consistindo na realização de atividades políticas subversivas e clandestinas nas cidades. Essa fase abrangeu o ano de 1956, da fundação do Partido, ao ano de 1959, do massacre de estivadores de Pidjiguiti em Bissau. Após o massacre, o Partido voltou as suas atenções para a mobilização e conscientização dos moradores das aldeias. A segunda etapa foi de ação direta e de intensificação da mobilização da população. Essa fase durou de 1961 a 1963, ano do início da luta armada. Na fase ofensiva, passou para a guerra popular. Foi nessa fase que dominou praticamente todas as ações no plano militar e apostou na narrativa no campo diplomático.

Enfim, como vimos ao longo deste capítulo, as circunstâncias estavam em desfavor do regime colonialista português na luta pela manutenção do *status quo* na província da Guiné. Lopes (1982, 21) citou que Portugal, por ser um país empobrecido, sem recursos de grande valor econômico e com uma indústria fraca que não permitia uma grande acumulação de capital, não tinha como manter as colônias na África.

Tal como esteve em desvantagem militar em relação às outras potências europeias na Conferência de Berlim, no início do século XX, Portugal também esteve em posição de debilidade militar e econômica em relação às outras potências coloniais. O Partido percebeu que, para vencer a guerra contra a máquina bélica de Portugal, além da ação política e diplomática efetiva, precisava explorar essas debilidades e apostar na tática de guerrilha.

Policarpo (2021, p. 610) destacou que,

[c]ontrariamente à guerra convencional, em que a concepção, o planeamento e a conduta das operações visavam à conquista de objetivos previamente definidos no terreno, com vista a obter a rendição do inimigo, na guerra de guerrilha o objetivo essencial a conquistar é a população, cuja colaboração é determinante para a vitória. Neste tipo de confronto, o inimigo é fluido e versátil, a sua tática segue o princípio da economia de meios, com ações rápidas e retirando em seguida de forma planeada, entranhando-se na mata, recolhendo às suas bases, ou acoitando-se junto da população das aldeias que lhes conferia proteção e cedia alimentação. A sua zona de ação é todo o território. Dispersa os meios, em vez de concentrá-los, e não tem como prioridade conquistar objetivos de forma metódica e previsível. Utiliza o efeito surpresa, as ações de desgaste e a sabotagem. O seu objetivo principal é vencer pelo desgaste, pela saturação, pela pressão continuada, de modo a conseguir quebrar a vontade do adversário e conduzi-lo lentamente à aceitação da derrota.

Ao vencer a guerra e proclamar unilateralmente a independência da Guiné-Bissau ainda em plena luta armada de libertação, o Partido provou que estava correta a sua estratégia militar, política e diplomática contra o colonialismo português. Lopes (1982, p. 17) enfatizou que foi a primeira vez que tal proeza aconteceu num território ainda parcialmente ocupado pelas forças coloniais.

O Partido foi também o único movimento político que levou dois países à independência (Guiné e Cabo Verde), transformando-o num dos lutadores, de fato, pela união africana. Julius Nyerere foi outro exemplo, ao criar a Tanzânia, a partir da união da Tanganica com Zanzibar. Ademais, rapidamente o Estado da Guiné-Bissau foi reconhecido por 93 países membros da ONU. Só um movimento de libertação extremamente organizado podia chegar a tais proezas.

#### 4. FATORES DE SUCESSO NA LUTA DE LIBERTAÇÃO

Na Introdução e no capítulo anterior, citei dois fatores internos (a capacidade de mobilização da população à rejeição do colonialismo e a grande liderança de Amílcar Cabral) e um fator externo (o contexto da Guerra Fria) que determinaram o sucesso do Partido na luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Neste capítulo, aprofundi a reflexão sobre esses três fatores, destacando uma particularidade no processo: a noção de cultura como fator de unidade nacional em torno dos ideais da independência. Dei especial ênfase ao papel desempenhado por Amílcar Cabral, como primeiro líder e um dos fundadores do Partido e uma das suas principais referências intelectuais e políticas e dos movimentos de libertação na África do pós-Segunda Guerra Mundial, e o determinante apoio do bloco social-comunista à independência das colônias africanas, inclusive as de língua portuguesa.

##### 4.1 CULTURA COMO FATOR DE MOBILIZAÇÃO E UNIDADE NACIONAL

Nos primeiros anos de luta política, a mobilização foi o fator que concentrou toda a atenção dos dirigentes do Partido, dado que era através dela que deveria inculcar nas pessoas a consciência sobre a necessidade de lutarem pela independência (LOPES, 1982, p. 46-47). Lopes (1982, p. 56) citou que, quando Salazar governava o Império Português, afirmava que as relações entre os portugueses e os indígenas estavam isentas de qualquer discriminação racial. Ele pretendia passar a percepção de que uma das características da presença portuguesa na África era “a tônica posta na dignidade humana, no desabrochar da sua personalidade sem considerações de cor ou crença, à luz dos princípios da civilização ocidental-cristã que Portugal sempre veiculou”. O regime português quis passar a impressão de que os nativos das colônias eram tão portugueses quanto os seus compatriotas na Metrópole. Logo, qualquer adesão ao Partido era uma aventura suicida e, legalmente, uma ação contra a Pátria Portuguesa.

No entanto, os fatos eram completamente diferentes. O sociólogo guineense atestou que “a cultura europeia, cristã-ocidental, tentava penetrar na população, através dos missionários, segundo os princípios da assimilação”. Ele observou que “a condição necessária para ter um cartão de identidade era saber ler e escrever o português e comportar-se como um ‘escravizado’. Para começar, o ensino dos indígenas, ao contrário do reservado aos europeus,

dependia da boa vontade das missões católicas”, como a Escola Missionária onde estudei em Bula.

O crioulo, que é a língua veicular do povo guineense e cabo verdiano, era proibido em escolas e desprezado pelas autoridades portuguesas. As tradições culturais destes povos eram consideradas como manifestações ‘selvagens’ (LOPES, 1982, 23). De acordo com Gonçalves (2019, p. 7-9), na segunda metade do século XIX, a Escola Evolucionista Social pensava que “a sociedade europeia se encontrasse no topo da escala da evolução social. Desta forma, os demais povos descobertos há 400 anos eram vistos como povos primitivos. Na linha teórica da progressividade, como visto, essas sociedades caminhariam para formas ditas mais complexas, como as da sociedade europeia e norte-americana”. Assim, “[e]ssas sociedades ditas primitivas são vistas como sociedades longínquas, de dimensões restritas, de poucos contatos com os grupos vizinhos, com tecnologia pouco desenvolvida. São qualificadas de simples, no sentido de simplórias e avaliadas numa situação de laboratório pela organização complexa das sociedades euro-ocidentais”. Por exemplo, os deputados guineenses na Ação Nacional Popular não se equiparavam aos seus congêneres na Assembleia Nacional (atual Assembleia da República) em Lisboa. Na prática, a província da Guiné era uma colônia de exploração de *commodities*, sobretudo de amendoim, coconote, madeira e derivados e de pescado, e Portugal a tratava como tal.

Grosso modo e com a exceção do Norte e Sul do continente, onde colonos franceses, espanhóis; holandeses, ingleses e até portugueses se assentaram em permanência, a colonização da África foi mais de exploração do que de povoamento. Mas, havia diferença relativa entre as potências coloniais. A França e a Inglaterra construíam portos, rodovias, ferrovias, escolas, hospitais nas suas colônias, mas as obras de infraestrutura foram construídas para, de um lado, facilitar a exploração dessas colônias e, do outro lado, garantir certo conforto aos colonos europeus. Por exemplo, a construção de infraestrutura de transportes facilitava o escoamento de *commodities* e a chegada de produtos manufaturados. Os hospitais destinavam-se, preferencialmente, aos brancos franceses em serviço e residentes e também aos funcionários negros. As escolas e os colégios, além de proporcionarem a educação dos colonos, tinham a função de formar mão de obra nativa necessária para a dinâmica da economia nas colônias em benefício das Metrôpoles. Ademais, as obras de infraestrutura eram financiadas com impostos e taxas cobrados das populações nativas. Foram também os trabalhadores locais que construíram essas obras. Outro aspecto a observar foi que os investimentos negligenciavam as necessidades das regiões que não fossem de grande interesse produtivo e comercial.

Sem a pretensão de minimizar as negatividades de outras potências coloniais, comparativamente, elas fizeram muito mais do que Portugal nas suas colônias. A colonização portuguesa na África estava centrada na exploração da mão de obra nativa, na cobrança de impostos e no comércio de *commodities* (PAIGC, 1974, p. 112). Os poucos investimentos de grande envergadura nas suas colônias no continente foram a barragem de Cahora Bassa em Moçambique e o porto e o corredor ferroviário de Benguela em Angola. Na província da Guiné, ao contrário, Portugal construiu poucas rodovias asfaltadas, apenas uma ponte-cais em Bissau e alguns atracadouros no Interior, um hospital civil e outro militar em Bissau e ambulatórios e postos de saúde no Interior; sem ferrovias.

Por isso, Lopes (1982, p. 56) percebeu a hipocrisia na afirmação de Salazar de que as relações entre os portugueses e os guineenses estavam isentas de qualquer discriminação racial. Na verdade, nós, guineenses, éramos “portugueses” de segunda categoria. Por exemplo, o número do meu “Bilhete de Identidade” (carteira de identidade) era o seguinte: “48.500-B”. A letra “B” era um dos marcadores políticos que nos diferenciavam, como subalternizados, dos nossos “compatriotas” lusitanos.

Como citei no capítulo anterior, Ribeiro-de-Sousa (2021, p. 62-63) conceituou “pertencimento” como “a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos que pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos [bandeiras, hinos, patrimônios históricos etc.] expressam valores, medos e aspirações”. Assim, de acordo com o autor, o sentimento de “pertencimento” [...] carrega consigo acolhimento oferece identidade coletiva, reforça o eu individual e o equilíbrio psíquico. Já o “não pertencimento”, por oposição, é “um sentimento de desenraizamento, de exclusão, de rejeição, de isolamento, o que, em casos extremos, prejudicaria a construção e as funções do ego”. Saindo da perspectiva psicológica para a sociológica, Max Weber (apud RIBEIRO-DE-SOUSA, 2021, p. 63) argumentou que “[...] a burocracia tem como objetivo, justamente, a inclusão do indivíduo, seu ‘pertencimento’ a um grupo, a uma organização, a uma administração, a um Estado, onde tudo deverá funcionar de modo racional e eficiente [...]”.

Em outras palavras, nós, africanos das colônias portuguesas, administrativamente, fazíamos parte do Império Português, mas não éramos portugueses de pertencimento psicológico e burocrático; não pertencíamos, em igualdade de condições legais, à sociedade na Metrópole. Quando muito, éramos assimilados. Eu, por ser letrado e cristianizado, pertencia à categoria de assimilados. Sociologicamente, éramos tratados como subalternos, pois o Estado português não reconhecia a nossa cidadania plena. A burocracia portuguesa

estava a serviço dos cidadãos brancos e nós existíamos para servi-los. Um português era considerado civilizado, independentemente, se era pobre e analfabeto.

Eu disse que, em Bula, muitos de nós, nativos, tivemos o privilégio de estudar na Escola Missionária que era, na década de 1950 a meados de 1970, uma das melhores instituições de ensino em toda a província da Guiné. Mas, o sistema de ensino estava moldado na premissa da assimilação para o nosso enquadramento nos padrões culturais ocidental-cristãos. A adoção, coagida, de nomes portugueses ou foneticamente aceitáveis ao padrão civilizatório do regime foi um dos aspectos da política assimilacionista do colonialismo português. Por exemplo, o meu nome é B'sack Mané, mas oficializei a Pessoa Física (PF) “Pedro António dos Santos”. O próprio sobrenome “António dos Santos”, que vem a ser o nome do meu pai, foi também uma PF assimilada por ele. O nome originário dele era “Sanca Malú”. A minha mãe, “Betidjak N'deki” foi registrada “Domingas Indéqui”. Além de adotar, oficialmente, um nome português, a grafia do sobrenome dela foi ajustada à fonética portuguesa.

Essa era a realidade comum na Guiné dos tempos coloniais. As exceções eram feitas às etnias fulas e mandingas. Não encontrei, talvez por limitação de acesso a dados, a razão para essa exceção, para a “permissão” aos mandingas e fulas de manterem os seus nomes étnicos em documentos oficiais. Uma hipótese plausível talvez seja porque os nomes dessas etnias remetiam aos nomes semitas e bíblicos que tinham muita semelhança com nomes árabes. Por exemplo, Mamadú é corruptela de Maomé ou Mahommed; Iussuf ou Iussufe é José; Mariama é Maria.

O PAIGC (1974, p. 117) afirmou que, até quando foi feita a reforma do Estatuto do Indigenato, em 1961, a maioria da população guineense era qualificada como ‘não civilizada’ e, logo, sem direitos formais. Uma pessoa “civilizada” devia também ter um “bom comportamento e hábitos cívicos e morais ilibados” [“pessoa de bem”, como se diz no Brasil], isto é, devia ter “bons modos”, ser católico praticante, ter rendimentos e prestar serviço militar. Esse tipo de premissa explicava a necessidade de saber usar roupa e sapatos adequados na cidade. Essa era a razão porque os moradores das aldeias trocavam de roupa antes de adentrarem a cidade de Bula.

O PAIGC (1974, p. 118) identificou que, em 1950, na Guiné, o número da população considerada “civilizada”, com direitos legais garantidos, era de apenas 8.320 pessoas num total de 550 mil habitantes. Isso significava que, após cinco séculos de ocupação do território guineense, apenas 0,3% dos habitantes eram reconhecidos como civilizados. Essa população



civilizada era distribuída da seguinte forma: 2.263 brancos, 4.568 mestiços e 1.478 pretos<sup>46</sup>. Lopes (1982, p. 67) citou números parecidos com os do PAIGC, mas acrescentou que “o exercício dos direitos e da cidadania continuava muito limitado na colônia mesmo para os assimilados. Por exemplo, [...] os assimilados tinham direito à carteira de identidade portuguesa desde que soubessem ler e escrever [em] português. Mas continuavam a usufruir de status de cidadania inferior ao dos portugueses brancos”.

Para conduzir a mobilização com sucesso, o Partido tinha de quebrar a política segregacionista do colonialismo português. E essa mobilização fazia parte dos três objetivos: a) a liquidação da dominação colonial portuguesa; b) a criação das bases indispensáveis para a construção de uma vida nova para o povo da Guiné e Cabo Verde; e c) a construção da paz, do bem-estar e do progresso contínuo do povo nos dois países.

Para atingir tais objetivos, o Partido investiu na mobilização da população de todas as etnias e camadas sociais, sem privilegiar os interesses de um segmento social em detrimento de outros e sem muros entre o povo da Guiné e Cabo Verde. A estratégia de mobilização, que tinha começado com a fundação do Partido e foi intensificada após o massacre de Pidjiguiti e o Congresso de Cassacá, envolveria o povo na luta, como combatentes das FARP ou como milícias populares armadas e também como parte das atividades políticas do Partido e das estruturas de administração que seriam implantadas nas Zonas Libertadas.

Com base, por exemplo, num trabalho feito por Amílcar Cabral quando recenseava as atividades agrícolas na província da Guiné, o Partido percebeu as origens, as estruturas políticas e as características culturais das etnias que viviam no território guineense. Constatou que a maioria delas era litorânea e algumas poucas, interioranas; que a maioria das etnias litorâneas praticava religiões tradicionais africanas e as interioranas eram predominantemente islamizadas, nomeadamente fulas, mandingas e beafadas.

As etnias do litoral estabeleceram-se na região muito antes da chegada dos portugueses e eram majoritariamente praticantes de religiões tradicionais (étnicas). O Partido (PAIGC, 1974, p. 48-50; LOPES, 1982, p. 19) identificou quatro grupos étnicos litorâneos no território guineense: felupes e balantas; mandjacos, banhuns, mancanhes e pepels; beafadas e nalús; e bijagós e cocolis.

---

<sup>46</sup> Se fosse considerada a classificação adotada pelo IBGE, os mestiços e os pretos seriam ajuntados no item “Negros”. Essa agregação classificatória não existia na Guiné. Porém, por causa das referências chegadas do exterior, sobretudo dos Estados Unidos (vide showbusiness e esportes) e do Brasil (telenovelas, carnaval e esportes), os mestiços guineenses tendem atualmente a incluírem-se na classificação “Negros”.

As etnias do primeiro grupo (felupes e balantas) eram excelentes cultivadores de arroz, especialmente da cultura irrigada nas regiões marítimas. Em geral, elas organizavam-se em comunidades familiares e clãs autônomos, sem demarcação de classes e praticavam religiões tradicionais africanas.

Os felupes<sup>47</sup> englobavam o subgrupo étnico baiote e concentravam-se na costa atlântica entre o rio Cacheu e a região de Casamance, no Senegal, onde são chamados de diolas. Os felupes ou diolas têm parentesco cultural com os sérères do Senegal. É possível que, vindos do interior do continente, eles se tenham primeiramente estabelecido com os sérères no Sine-Salum e, em seguida, se separado deles, atravessado o rio Gâmbia e se estabelecido nas duas margens do rio Casamance.

Nos anos 1950, quando o Partido iniciou a mobilização da população para a luta na Guiné e Cabo Verde, os balantas eram a etnia majoritária no país, com 160 mil pessoas, de acordo com o recenseamento da época. Dados mais recentes indicavam que eles continuavam a ser a etnia majoritária com cerca de 30% da população total. No censo de 2012, havia 490 mil balantas na Guiné-Bissau, quase um terço do total da população do país.

No tempo da mobilização para a luta, a etnia balanta ocupava as regiões central e florestal do litoral, mas era encontrada também no Norte e no Sul do país. Fora da Guiné, existiam pequenas colônias no Senegal e na Gâmbia. A Divisão de Estatística<sup>48</sup> de Dakar atestou que, em 1996, havia menos de 100 mil balantas no Senegal, e ficavam principalmente na região do meio Casamance, perto da fronteira entre os dois países. Em 2002, esse número subiu para 106 mil pessoas, majoritariamente da subetnia balanta-ganja no Senegal, enquanto que a maioria de 393 mil falavam balanta-kentohe, dos quais 367 mil viviam na Guiné.

Três subgrupos constituem a etnia balanta: balanta-kentohe, balanta-ganja e balanta-mané. A língua balanta, tal como a maioria das línguas faladas no território guineense, pertence ao grupo nigero-congolês.

Politicamente, os balantas são muito apegados ao princípio da independência de cada família patriarcal e avessos a hierarquias autoritárias. Cada família e clã viviam sob a liderança de um patriarca, mas, de forma autônoma em relação a outros clãs e etnias. Por isso, a sua estrutura social era horizontal, sem um rei. Cada família e clã organizavam-se de forma autônoma e o poder era exercido, sem imposições, pelas pessoas mais velhas. “A sociedade

---

<sup>47</sup> Ao contrário do PAIGC, que colocou os felupes como subgrupo dos diolas, eu identifiquei felupes e diolas como a mesma etnia apenas com a diferenciação geográfica de nomenclatura. “Diolas” no Senegal e Gâmbia e “felupes”, na Guiné-Bissau.

<sup>48</sup> “Peuples du Sénégal, Éditions Sépia, 1996, p. 182, citado pelo site “Guinee-Bissau.net, 2013.

balanta é assim: Quanto mais terra tu lavras, mais rico tu és, mas a riqueza não é para guardar, é para gastar, porque um não pode ser muito mais que o outro” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 13).

O PAIGC (1974, p. 60) citou Vicente Fernandes, segundo quem os balantas tiveram um soberano, mas ‘este rei vivia do seu trabalho como os outros’, pois, tratava-se de um comandante de guerra ou de um líder religioso, talvez, simplesmente um chefe local e não um com status de um chefe de Estado.

Etimologicamente, o termo ‘balanta’ quer dizer “[a]queles que se recusam” (OUMAR BA, 1981, citado por GUINEE-BISSAU.NET, 2013). De fato, os balantas são conhecidos pela sua rebeldia contra qualquer tipo de dominação. Rebelaram-se, por exemplo, contra o rei Koli Tenguela de Fouta-Toro no século XVI. Por causa da sua cultura de liberdade, a etnia balanta resistiu bravamente contra a dominação portuguesa. Não foi por acaso que os balantas aderiram em massa à luta de libertação nacional. Mesmo antes de adesão ao Partido, em várias ocasiões, rebelaram-se também contra os avanços da administração portuguesa nas suas terras e sobre as suas liberdades. Djaló (2014, p. 34), ao falar de grandes desafios que as expedições colonialistas enfrentaram nas campanhas ao Interior, exemplificou a resistência da etnia balanta, “que nunca aceitou a presença colonial na Guiné-Bissau”.

Os balantas dedicavam-se ao cultivo de arroz, à plantação de caju e à criação de gado bovino e também aos caprinos e suínos que são usados em ritos religiosos e momentos importantes da sua tradição, como cerimônias de nascimento, iniciação ou fanado, casamento, exéquias etc.

Uma peculiaridade da cultura balanta é o furto de gado bovino que rapazes numa fase do processo de iniciação praticavam para provarem a sua macheza (destreza). Geralmente, esse ato de coragem era uma forma de provar a uma futura esposa não só a destreza e coragem, mas também a capacidade de sustentá-la e à família. No entanto, por falta de conhecimento da realidade ou por má-fé, pessoas de outras etnias alcunhavam os balantas de *ladrons de baca* (ladrões de vaca).

Na tradição balanta, os homens iniciados costumavam usar boné de cor vermelha, como um dos distintivos do seu status social. Por exemplo, o ex-presidente da República Kumba Yalá, que era dessa etnia, usava boné vermelho. Comumente, os homens iniciados deviam estar casados e gerar filhos para manterem a linhagem familiar e clânica. Os rapazes balantas em idade de iniciação eram levados para um bosque, geralmente, nas proximidades da aldeia onde eram circuncidados e educados para a vida adulta.

Tal como as outras etnias não islamizadas, os balantas assimilados ou cristianizados adotavam nomes portugueses e em alguns casos, também os sobrenomes. De acordo com a Guinee-Bissau.net (2013), no Senegal e na Gâmbia, no entanto, eles mantinham a grafia ou a fonética portuguesa, por exemplo, Santo, Preira, Lopez, Marques, Mané.

As etnias mandjaca e banhum dedicavam-se também à agricultura e praticavam as religiões tradicionais africanas. Consta que o termo ‘mandjaco’ significa ‘Eu te digo’. Os mandjacos<sup>49</sup> habitavam, sobretudo, o Noroeste da Guiné-Bissau, na região administrativa de Cacheu, onde se localizam as cidades de Cacheu, Canchungo, Caió, Calequisse e Pecixe. Encontravam-se também no Senegal, na região do baixo Casamance e na cidade de Dakar; em Banjul, na Gâmbia; e na França (região de Marselha), para onde migraram em grande número no século XX. O Partido percebeu que, diferentemente das etnias diola e balanta, que tinham estruturas políticas horizontais, essas etnias eram hierarquizadas, com nobres, homens de culto, artesãos, camponeses etc. No recenseamento de 1950, existiam 71 mil mandjacos. Em 2012, havia cerca de 230 mil na Guiné-Bissau (GUINEE-BISSAU.NET, 2013).

Na Guiné-Bissau, os mandjacos foram os primeiros entre as etnias guineenses a migrar para a Europa. O site Guinee-Bissau.net (2013) citou que os primeiros migrantes guineenses para o continente europeu eram muitas vezes homens mandjacos, embarcados como marinheiros em navios mercantes que atracavam no porto de Cacheu. Na segunda metade do século XX, a guerra de independência na província da terá sido a principal razão para os mandjacos emigrarem em busca de segurança e também prosperidade no exterior. Assim, buscaram novas oportunidades não só no Senegal, na Gâmbia e na República da Guiné, como também na Europa, seguindo os passos dos coétnicos que emigraram nos séculos anteriores para a França. O site citou que, mesmo morando na Europa por gerações, a comunidade mandjaca manteve fortes ligações com as suas aldeias de origem. Criavam associações e fundos que permitiam o financiamento de projetos importantes na Guiné, como a construção de escolas e clínicas; e investiam em lojas, táxis, bares etc.

Os mandjacos dedicavam-se ao cultivo de arroz, como grande parte das etnias que habitam a Guiné-Bissau, mas eram muito conhecidos pela extração de vinho de palma e produção de panos de pente. Tecelões mandjacos costumavam viajar pelo país e pelos países vizinhos para confeccionarem panos de pente e cangas. Produziam também artefatos em

---

<sup>49</sup> O PAIGC incluiu as etnias mancanhe e pepel (“papel”, na denominação portuguesa) no grupo mandjaco. De fato, as três etnias são estreitamente aparentadas pela língua. Apesar desse parentesco e da inclusão feita pelo PAIGC no seu livro sobre a Guiné e Cabo Verde, continua por esclarecer o grau desse parentesco.

madeira e modelavam utensílios de barro, como potes e pratos. A maioria de mandjacos praticava religiões tradicionais étnicas, mas uma parcela cristianizou-se e outra, islamizou-se.

Os banhuns (“lâgar”, na língua deles), que se aparentam aos cassangas (“Ihadjà”) e cobianas, habitavam a região entre Fogny e o rio Cacheu. O número de pessoas dessas três etnias diminuiu bastante por causa da migração para outras partes da sub-região africana e da integração com outras etnias.

Em 1950, de acordo com o censo oficial, havia 36 mil habitantes da etnia pepel, principalmente na ilha de Bissau, seu habitat tradicional. Acredita-se que a etnia pepel tenha se originado das terras beafadas na região Sul do país. Uma das evidências apontadas são as características semelhantes aos modos de viver, maneiras de fazer cerimônias “balobas” e “irans” (espíritos intermediários entre Deus e os humanos). Como uma etnia hierarquizada, o rei, a sua família e a corte ocupavam o topo da pirâmide, seguidos pelos altos funcionários da corte, os sacerdotes (“balobeiros”).

A regra de sucessão ao trono assentava-se nos “djagras”, uma das classes sociais mais destacadas na sociedade pepel. Na etnia pepel, o rei tem o poder de elaborar as leis, distribuir terras, nomear chefes da justiça, os sacerdotes (balobeiros) e chefes de aldeias (bolerés). Os sacerdotes têm a função de explicar as coisas e os fenômenos que acontecem ou são previstos. Por exemplo, quando uma pessoa morria, os parentes podiam recorrer ao balobeiro para saberem se a morte foi natural (“morti murrido”) ou se foi ocasionada ou ainda se a pessoa falecida tinha mensagem para os seus familiares. No período das chuvas, o rei costumava consultar o balobeiro sobre a previsão da lavoura e da futura colheita. Às vezes, o balobeiro recomendava a realização de cerimônia de aprazamento dos deuses para a garantia de uma temporada agrícola farta.

Mancanhe ou mancanha,<sup>50</sup> a etnia a qual faço parte, é referida assim tanto na Guiné-Bissau, quanto no Senegal e na Gâmbia. Mas os próprios mancanhes denominam-se “bahúla”, no coletivo, e “nahúla”, individualmente. Existem variantes ortográficas dessa nomenclatura, de acordo com cada país. Por exemplo, na Guiné-Bissau, mancanhas (em português) e mancanhes ou mancanhs (em crioulo); no Senegal, “mancagnes”, “mankagnes”; na Gâmbia, “mankanyas”, “mankayas”. Outras variações comuns são “boulas” e “brames”. No censo de 1950, havia 16 mil mancanhes na colônia da Guiné. Reiterando o que disse na Introdução, uma das hipóteses apontadas para o surgimento de Bula foi a sua localização entre dois rios, numa região com terra fértil e rica em caça. Nioko (2013) afirmou que os mancanhes criaram

---

<sup>50</sup> Eu adotei a nomenclatura “mancanhe” porque é a mais conhecida e utilizada tanto na Guiné-Bissau, quanto no Senegal e na Gâmbia.

uma agricultura aperfeiçoada, permanente, baseada no sistema de substituição das culturas a cada três anos e na utilização do estrume derivado de fezes de animais e de restos de plantas.

No Senegal, os mancanhes habitavam principalmente as regiões fronteiriças com a Guiné-Bissau, na média e baixa Casamance (cidades de Ziguinchor, Sédhiou etc.) e Kolda, e mais a Norte em Kaolack, Thiès, Dakar e Saint-Louis. Na Gâmbia, eles concentravam-se em Banjul, Sérékounda e Fajikuuda.

A etnia mancanhe é formada por três subgrupos ou subetnias: “bahúlas” ou “ba-houlas”, “ba-ouh” e “ba-jol”. De acordo com Nioko (2013), os nomes indicavam a origem ou o habitat de cada subgrupo. Assim, os “ba-houlas” (deformação de “ba-boulas”) eram habitantes originários de Bula; os “ba-ouh” (deformação de “ba-co”) eram de Có e os “ba-jol”, de Jol. Có localiza-se nove quilômetros a Oeste de Bula e Jol, quase outros tantos quilômetros a Norte. Mesmo distantes, os mancanhes, no Senegal, na Gâmbia e na diáspora mantinham vínculo cultural com Bula. Os três subgrupos falavam a mesma língua, a “u-hula”, mas os “ba-uh” e os “ba-jol” sofreram influências dos falares dos povos vizinhos. Por exemplo, os habitantes de Có foram influenciados por falares dos pepels, a Sul, e mandjacos de Pelundo, a Oeste. O falar dos “ba-houlas” foi influenciado pelas línguas balanta, pepel, mandinga e fula que habitavam tanto na circunvizinhança, quanto dentro do próprio território geográfico de Bula.

Citando uma pesquisa de 1959 de Mirjana Trifkovic, Nioko (2013) notou alguma diferença entre o falar de “ba-ouh” e o de “ba-houlas”. E essa diferença terá resultado da coabitação dos “ba-co” com os mandjacos de quem tomaram emprestados muitos léxicos. Já, com relação aos “ba-jol”, a diferenciação derivou da coabitação com mandjacos e balantas. Em relação ao “ba-co”, o falar “ba-jol” é fortemente influenciado pelos falares dos povos vizinhos. Isso deveu-se, de acordo com os apontamentos de Nioko (2013), ao número relativamente pequeno dos “ba-jol”. Apesar disso, o falar deles não era muito diferente da dos “ba-houlas”.

Ao referir-se ao parentesco entre as três subetnias mancanhes, ele citou que ainda hoje, na Guiné-Bissau, os “ba-jol” são considerados mancanhes por direito próprio, como o comprovam os documentos oficiais relativos às estatísticas demográficas consultadas. Ele afirmou que os “ba-ouh” e “ba-jol” são a ilustração perfeita dos laços sociais que os mancanhes mantiveram ou mantêm com outros grupos étnicos, como seus ex-pais mandjacos e pepels. De fato, como apontado por Nioko (2013), os “ba-houlas” são o subgrupo mais numeroso e constituem o “núcleo original” da etnia, e Bula é sua capital política e cultural “porque alberga o lugar onde se encontra o trono do rei” e onde se realiza a “katacha” ou

“katasa”, a cerimônia de iniciação e uma das maiores atividades culturais dessa etnia. É o berço histórico, cultural e político da etnia mancanhe.

Nioko (2013) observou, com razão, que, por ser o berço da etnia mancanhe, pela sua importância numérica e por sua forte influência político-cultural, Bula prevalece sobre as outras localidades habitadas por essa etnia. E, por isso, os outros subgrupos (“ba-co” e “ba-jol”) tendem a ser identificados, genericamente, como “ba-houlas” ou mancanhes. Tanto assim que as outras etnias identificavam os integrantes dessa etnia apenas como mancanhes, independentemente de pertencimento ou não aos diferentes subgrupos. Os três têm histórico de boa convivência. Como prova dessa convivência tranquila, Nioko (2013), que é também mancanhe, citou a festa dos “N’guran”, que era celebrada no mês de setembro e reunia, de forma indiferenciada, “ba-ouh” e “ba-houlas”.

A etnia mancanhe – sem a distinção das suas três subdivisões – contava com ao menos 45 clãs<sup>51</sup> que podiam ser identificados pelos sobrenomes. Lembrando o exemplo que dei sobre a adoção de nomes portugueses no processo de assimilação, eu sou do clã Sanka (ou Sanca) por parte do meu pai e N’decky, no da minha mãe. Por causa da cristianização induzida pelo colonialista português, o meu pai foi batizado “António dos Santos” e a minha mãe, “Domingas Indéqui” (corruptela de N’decky).

O site senegalês Guinee-Bissau.net (2013) afirmou que esse fenômeno de adoção parcial ou integral de nomes portugueses deveu-se à necessidade das populações guineenses de irem à escola. Para matricular-se ou cristianizar-se (receber os sacramentos de batismo, comunhão e de matrimônio, por exemplo), o candidato era coagido a portuguesar o seu nome e/ou sobrenome. Mas, no Senegal e na Gâmbia, a maioria de mancanhes manteve os seus nomes e sobrenomes étnicos. No entanto, apesar da adoção da nomenclatura oficial portuguesa, os meus pais eram conhecidos na etnia pelos seus nomes originários.

O exemplo da minha família e o meu próprio eram uma prática corrente em toda a província da Guiné, particularmente nas etnias não islamizadas. Em muitos casos, adotava-se o nome português, mas mantinha-se o sobrenome étnico. Por exemplo, Fernanda Nancassa, Joaquim Biagué e Maria Augusta Indéqui.

---

<sup>51</sup> Eis a maioria dos sobrenomes mancanhes elencados por Nioko (2013) e Guinee-Bissau.net (2013), com a grafia original em francês: Campal, Kantussan, Nyuky, N’dèye, Mansis, Badjane, Boissy, Kény, Mandjamy, Samy, Mandjubane, Djompy, Demba, Balucune, Sanka, Bampoky, Djonu, Manel, Jacky, Kabu, Kamfom, Kamon, Kankola, Malack, Malu, Minkilane, Mingu, Minky, Nadjaline, Simpa, Dupá, Tupane, Mancabu, N’tab, N’decky, Kabatu, Kanhaly, N’saly, Médu, Kaly, Bampassy, Bampoky, Barai, Ndione.

No Senegal, existem sobrenomes de origem – com grafia e sonoridade – portuguesa como reminiscência da colonização lusitana da região de Casamance e também da emigração relativamente recente, acentuadamente durante a luta armada de libertação da Guiné-Bissau nos anos 1960 e 1970. Nioko (1973) afirmou que, por causa da origem guineense dos mancanhes, são comuns sobrenomes como Da-Sylva, Dacosta, Cabral, Delgado e Santo.

Na Guiné-Bissau, em particular em Bula, os mancanhes dedicavam-se principalmente ao cultivo de arroz de banhado e de sequeiro, sorgo, milho bassil, amendoim, inhame, manfafa (tubérculo parecido com o inhame), batata doce, durante a estação das chuvas que vai de junho a meados de outubro. Durante a estiagem, no restante do ano, cuidavam de hortas, onde plantavam “badjitch” (vinagreira), quiabo, tomates, couves, alfaces, repolho, cebolinhas etc. Cultivavam pequenos pomares de frutas, com destaque para mangas, laranja, limão, palmeira, castanha de caju etc.

Os mancanhes praticavam a religião tradicional – crença em ser superior chamado “Naçibatchi” (literalmente, “Rei do Céu”), com quem se conectavam através de “irans” (espíritos que se encarnam em pessoas que são ungidas por eles e através das quais se manifestam aos humanos). Mas, muitos mancanhes converteram-se ao catolicismo. Alguns, como eu, cresceram católicos por causa da demanda na Escola Missionária. Alunos e professores, mancanhes e de outras etnias, além de serem coagidos a cristianizarem-se, tinham de frequentar a missa e as celebrações cristãs. Lembro-me de que éramos obrigados a participar de novenas de Natal e da reza do terço, geralmente, ao final da tarde. Como esses eventos ocorriam à tarde, quase sempre depois das aulas, quem estudava no período da manhã escapava dessa coação. Mesmo assim, quem estudava à tarde, quando possível, esgueirava-se e fugia da igreja, que ficava na parte da frente da Escola e do Internato. Independentemente das nossas fugas, éramos católicos. Apenas não gostávamos de trocar as nossas brincadeiras por longas repetições de Ave Maria. A maioria dos jovens da minha geração era cristã – alguns poucos eram protestantes.

Ser cristão era também uma grife e uma forma de conquistar status social elevado. O site Guinee-Bissau.net (2013) afirmou que a proporção de cristãos entre os mancanhes era maior do que a encontrada entre seus primos étnicos mandjacos e pepels. No entanto, a prática católica coexistia, sem problemas, com as religiões tradicionais africanas. Era o sincretismo, que, aparentemente, nunca foi uma preocupação para a Igreja Católica a ponto de ela querer impor a observância exclusivista e restritiva da doutrina católica. Por exemplo, o meu pai, cristianizado, peregrinou ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima em Portugal. Apesar disso, reitero, a conversão ao catolicismo nunca foi um empecilho para ele continuar a



praticar os ritos religiosos mancanhes, nem foi um constrangimento para ele manter-se polígamo.

A etnia mancanhe tem parentesco cultural próximo com as etnias mandjaca e pepel. A semelhança entre as três etnias transparece, por exemplo, nos falares, na hierarquização do poder, nos costumes de alimentação, na moradia e no processo de cultivo agrícola (Mirjana Trifkovic, 1969 apud Guinee-Bissau.net, 2013). Alguns pesquisadores ventilam a hipótese de que as três etnias eram um grupo étnico chamado ‘brame’ e os seus atuais nomes ainda eram desconhecidos antes da chegada dos fulas na região do Fouta-Djalón onde, em tese, se originaram. Mas, se essa asserção é verdadeira, fica a dúvida sobre a verdadeira razão da separação do grupo brame em três etnias. As hipóteses mais conhecidas, e que também foram citadas pelo site “Guinee-Bissau.net (2013), são as apresentadas por Trifkovic (1969) e João Vicente Dias (2005). De um lado, pesquisadores, como João Vicente Dias (2005 apud GUINEE-BISSAU.NET, 2013) falaram de lutas entre famílias ou clãs poderosas do grupo brame como uma das razões do deslocamento desses clãs para Oeste. Alguns deles terão se fixado na ilha de Bissau, dando origem à etnia pepel; outro, em Bula (mancanhes) e o terceiro grupo, o dos mandjacos, mais a Oeste.

A lenda, que já citei na Introdução, conta o inverso; diz que os mandjacos descenderam dos mancanhes. De acordo com essa lenda, Mandjan, um dos filhos de Braima e Bhoula, terá migrado em direção a Oeste de Bula e se assentado nessa região e da sua descendência terá nascido a etnia mandjaca. Qualquer que seja a verdadeira origem de cada etnia e o seu grau de parentesco, as etnias mancanhe, mandjaca e pepel habitam territórios geográficos contíguos: mancanhes, em Bula; a Sul, na ilha de Bissau, os pepels; e a Noroeste, os mandjacos.

No nível estritamente linguístico, de acordo com Trifkovic (1969 apud GUINEE-BISSAU.NET, 2013), as afinidades entre as três etnias (mancanhe, mandjaca e pepel) pareciam refletir-se principalmente no ‘funcionamento dos classificadores nominais, no automatismo dos respectivos sistemas de concordância e especialmente no léxico. As diferenças essenciais estão ao nível do sistema verbal e da construção genética’. Essas diferenças no sistema verbal e da construção genética terão decorrido, sem dúvida, de contatos com outras etnias. O site citou ‘Uma volta linguística na Guiné’ de Wilson (1959), que explicou que ‘a intervenção automática do sistema de afinação na construção genética específica das línguas bantu, seria muito rara nas línguas semibantu faladas na Guiné Portuguesa’. Mas, o referido pesquisador observou que os mancanhes eram a única etnia do grupo brame (mancanhe, mandjaco e pepel), a utilizar o sistema de afinação na construção

genética. Curiosamente e sem uma explicação aparente, os mancanhes eram a única etnia desse grupo identificado pela nomenclatura brame. Por exemplo, os balantas chamam-nos de “brama”. Eles também são nominados assim pela “Associação P’kumeil” no Senegal e, na Guiné-Bissau, João Vicente Dias identificou essa nomenclatura no seu trabalho citado pelo site.

As etnias do terceiro grupo (os beafadas e nalús) identificado pelo Partido no processo da mobilização tinham algumas características parecidas com as de outras etnias litorâneas. Também cultivavam arroz, mas tinham costumes parecidos com os da etnia mandinga, particularmente na vestimenta e religiosidade islâmica. A etnia beafada vivia ao Sul do rio Geba e era uma monarquia modelada também na organização dos mandingas. No século XVI, eles ocupavam um território situado sensivelmente mais para o Interior. Os nalús viviam no extremo Sul do país, nas margens do rio Cacine e na região de Catió. Mais tarde, migraram, em parte, para a foz do rio Nunez na República da Guiné. A região habitada pelos nalús foi ocupada pelos fulacundas no século XIX e, em seguida, no século XX, por balantas vindos do Norte. Os beafadas e nalús eram etnias numericamente muito pequenas na Guiné-Bissau.

No quarto grupo das etnias litorâneas, o Partido identificou os bijagós, os cocolis e os padjadincas. Os bijagós viviam no arquipélago que tem o seu nome; ocupavam-se da extração de óleo de palma e de azeite de dendê e da pesca, mas não se dedicavam à cultura inundada de arroz. Protegidos nas suas ilhas contra os ataques e as influências estrangeiras, os bijagós mantiveram-se fiéis ao sistema familiar independente e não se organizaram em Estado. Foi uma das etnias que mais resistiu à ocupação colonialista dos seus territórios. Os bijagós tinham parentesco com a etnia nalú.

Os cocolis, atualmente fixados no Interior, perto de Koliba, ocupavam as vizinhanças de Buguba e formavam um reino vassalo do Mali. Eram chamados de tyapi na República da Guiné e formavam, com os landuman da região de Boké, um mesmo povo. A região do rio Cacine e do rio Componi, pouco povoada, é a única da Guiné, cuja população mudou notavelmente desde o século XV. Por isso, não se sabe em que época os cocolis se retiraram do litoral para se estabelecerem no interior.

No Interior, o PAIGC (1974, p. 32-33) mapeou a predominância das etnias fula e mandinga. O site Guinee-Bissau.net (2013, citando LHOTE) disse que o termo ‘peul’, que deu origem ao nome fula e outras variações; “é a transcrição francesa da palavra wolof ‘pë’l” que quer dizer ‘este povo’; e fula significa ‘andarilho’. No entanto, os próprios fulas

autodenominam-se ‘pullo’, no singular, e ‘fulbe’, no plural. Não há consenso sobre a origem da palavra ‘pullo’, mas uma versão popular diz que derivou do verbo ‘fullade’ (dispersar, dispersar com a respiração).

O PAIGC (1974, p. 17; 63; 65-66) identificou os fulas como uma etnia de pastores, que se originaram da região do Alto Nilo. Lopes (1982, p. 36), que é um proeminente estudioso da etnicidade e das culturas guineenses, afirmou que a etnia ‘fouth’ ou ‘foudh’ é considerada o núcleo central de origem dos fulas, e identificou os seus traços em narrativas babilônicas do ano 588 a. C., na época de Nabucodonosor. Por volta do século VI a.C. e como resultado dos seus contatos com os etíopes, os fulas teriam vindo da Mesopotâmia instalar-se na África, a serviço dos exércitos de Tyr e de Alexandria no Egito. De acordo com Makirzi (1364-1442, citado por LOPES, 1982, p. 37), existiu uma embaixada enviada no ano 1300 pelo imperador mandinga do Mali ao soberano de Bornou, e que dois membros dessa embaixada exprimiam-se em fula.

Por volta de 5000 e 2000 anos antes de Cristo, os fulas teriam atravessado o Saara para a África ocidental, uma região que também teve o povoamento de pescadores e agricultores negros oriundos do Saara pré-desértico. Foram esses povos que teriam introduzido a cultura de milho miúdo, fónio (uma variedade africana de arroz). Pinturas existentes em rochedos no Centro do Saara retratam pastores com as suas manadas de bovinos. Esses pastores pareciam-se muito com os fulas e, ao que tudo indicava, correspondiam aos seus antepassados. De Termès, no Sul da Mauritània, migraram para o Futa-Toro, no Vale do rio Senegal. O site Guinee-Bissau.net (2013, citando LHOTE) sugeriu que os povos fulas chegaram à região do vale do rio Senegal por volta do século VIII. Depois, partiram para mais longe, na direção dos altos planaltos do Fouta Djalon e para Leste até Adamaova nos Camarões. Ainda nômades, os fulas organizavam-se sob a direção de um guia (Ardo). No entanto, para conseguir autorização para por o seu gado a pastar nas terras dos agricultores sedentarizados, eles faziam escambo com esses agricultores, trocando o leite por grão. Por vezes, os povos locais confiavam as suas manadas aos pastores fulas. Aos poucos, os fulas abandonaram o nomadismo puro e passaram a viver em transumância (o deslocamento com as manadas), de acordo com a estação do ano, seguindo itinerários fixos.

No século XVIII, outros grupos de fulas chegaram de Macina e instalaram-se em terras habitadas por mandingas. Tornados sedentários, eles formaram os seus próprios bairros e aldeias, chamadas “fulacundas” e, sem renunciar à criação de gado bovino e caprino, a sua ocupação tradicional, tornaram-se agricultores. Diferentemente dos fulas nômades, cujo estilo de vida exigia que eles se dispersassem em pequenos grupos, os fulacundas reagruparam-se

em poderosas famílias patriarcais, reunindo por vezes centenas de pessoas e praticando trabalho comunitário. Consta que os fulacundas não fundaram nenhum Estado, mas, ciosos da sua independência, foram, como os seus antepassados vindos do Macina, temidos guerreiros. As suas lendas guardam lembranças das guerras contra os bambaras pelo seu herói Gueladyo Hambodedio. Mas, no conjunto, fulas e fulacundas continuaram na posição de subordinados em relação aos reinos mandingas. Ao contrário dos fulas do Fouta Djalon, eles não fundaram um Estado, antes do século XIX.

Lopes (1982, p. 38-39) pontuou que os “fulas permaneceram nômades, mas o desenvolvimento dos seus laços comerciais com os portugueses permitiu-lhes adquirir as armas de fogo necessárias à alteração da correlação de forças e à eliminação dos mansas (reis mandingas).” O estudioso guineense acrescentou que “[n]o século XIX, a implantação fula no Fouta Djalon e na atual Guiné-Bissau está concluída. [...] por outro lado, os fula-kundas, fulas pastores originários do Futa Toro, instalaram-se no Sul [do país] (existe ainda uma tabanca e um setor que se chamam Fulacunda)”. A conquista do país pelos fulas do Futa Djalon, no século XIX, teve como consequência, uma forte imigração fula e, ao mesmo tempo, a assimilação dos cativos de diferentes origens.

Ao estabelecerem-se na África ocidental, os fulas criaram reinos e até Estados teocráticos, como o já citado Fouta Djalon, Macina no Mali, Tekrur ou Futa-Toro na República da Guiné. Em 1868, Al-hajj Omar e depois Samori comandaram soldados fulas que conseguiram derrotar o Estado não islamizado de Ngaabu que se localizava na atual Guiné-Bissau.

A etnia fula concentrava-se no Leste da Guiné-Bissau e representava 20% do total da população guineense. Como atestado pelo site Guinee-Bissau.net (2013), os fulas são, sem dúvida, um dos grupos étnicos mais conhecidos na África e, certamente, são o mais difundido na África Ocidental e Central, com uma percentagem significativa da população nos seguintes países, além da Guiné-Bissau: Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Mali, Chade, República da Guiné, Serra Leoa, Libéria, Burkina Faso, Níger, Nigéria, Togo, República Centro-Africana e Camarões.

Por causa da sua grande dispersão pelas partes central e ocidental do continente africano, a etnia fula recebeu variações de nomenclatura, conforme os falares de cada país onde se encontre. As mais comuns, principalmente nos países de língua francesa, são: “fulanis”, “ful”, “peuls”, “pulaars” e “haal-pulars”. Apesar dessa variação e das influências fonéticas recebidas das línguas das etnias confluentes, a língua fula “permanece a mesma e os costumes continuam inalterados desde os antepassados” (GUINEE-BISSAU.NET, 2013).

Lopes (1982, p. 37) destacou que a etnia fula “apresenta uma grande homogeneidade cultural, psicomental e linguística, possuindo um sentido agudo da continuidade diacrônica (apego à sua história)”. O pesquisador guineense afirmou que a origem dos fulas que povoaram a região da Guiné-Bissau estava ligada à dos fulas ‘comuns’. E citou que “[...] uma parte dos fulas não é de origem negra, dado que os fulas pastores do Sudão têm a cor de pele próxima à dos beduínos egípcios e palestinos que à dos fulas da África ocidental”.

No geral, os fulas têm uma fenotipia diferenciada da de outras etnias na Guiné-Bissau; são de pele ligeiramente mais clara – equivalente ao que se chama de ‘pardo’ no Brasil –, com cabelo alisado ou escorrido e nariz afinado; compleição física alta e franzina que lembram os povos maasai no Quênia. Por coincidência, os fulas vivem da criação de gado como os maasai. Por causa dessa aparência, especula-se que o grupo fula tenha parentesco não só com maaisais, como também com os etíopes. Mas, não obstante a diferenciação fenotípica e, possível mestiçagem com outros povos, a língua fula é falada por todos os segmentos e variações culturais dessa etnia (LOPES, 1982, p. 37). Apesar de muita variação, devido à sua localização em quase toda a África ocidental e central, os nomes fulas mais comuns são Mamadou, Abdoulaye, Lamine, e os sobrenomes, Bâ, Baldé ou Djaló. “Os nomes masculinos são os mesmos que os outros grupos étnicos muçulmanos [...] Nomes femininos são mais propensos a adicionar o sufixo ‘mata’: Oulimata, Fatumata” (GUINEE-BISSAU.NET, 2013).

Do ponto de vista da organização social, as sociedades fulas eram altamente hierarquizadas: o ancião era respeitado e até temido. As fórmulas educadas e as regras de etiqueta eram numerosas e muito importantes. Por exemplo, comportar-se de forma adequada e ter autocontrole eram virtudes fundamentais da boa educação. Inversamente, era indecoroso e deselegante empolgar-se de forma exagerada, demonstrar-se em voz alta fora do contexto. Esse comportamento diferenciava os fulas ‘nobres’ ou ‘livres’ dos de origem servil (AMADOU HAMPÂTÉ BÂ apud GUINEE-BISSAU.NET, 2013).

Os fulas nômades tinham como marcas de sua indumentária o uso de cabaças, chapéus cônicos e aventais de couro. Já os fulas sedentarizados, às vezes, adotavam hábitos das etnias com as quais coabitavam. Tradicionalmente, no entanto, os homens usavam chapéu cônico, às vezes, bonés redondos ou quadrados; túnica curta, sobre a qual colocavam um ‘grande boubou’. As mulheres usavam tanga e boubou, na maioria das vezes, de cor escura ou preta e, na cabeça, lenços-turbantes. Elas tatuavam os lábios, gengivas, palmas das mãos e pés com índigo. Perfuravam as orelhas e inseriam anéis de ouro ou brincos de ouro imponentes e retorcidos. As mulheres costumavam trançar o cabelo e adorná-lo com búzios, pérolas e, às

vezes, com moedas e manteiga de karité. As meninas usavam vários anéis de prata ou cobre em seus pulsos e tornozelos simbolizando sua riqueza (GUINEE-BISSAU.NET, 2013).

O site Guinee-Bissau.net (2013) apontou uma característica comportamental atribuída aos fulas: o individualismo. Mas, de acordo com o site, '[s]er fulani' seria ser um indivíduo livre que busca realizar-se sem subjugação ou sedução de outrem. Logo, a 'fulanidade' conjuga com autonomia. Porém, o espírito individualista não significava a ausência de engajamento com a comunidade e não eliminava as reivindicações culturais e identitárias do ponto de vista clânico e étnico.

Lopes (1982, p. 35; 36) afirmou que os fulas, além de dominarem a criação de gado bovino, eram habilidosos na produção de artesanato em couro, na produção de tecidos e produtos de luxo para os chefes e para o comércio. Atualmente, os fulas na Guiné-Bissau, apesar de continuarem a dedicar-se à criação de gado bovino, tornaram-se sedentários e enriqueceram o seu cardápio de comércio para além do gado e do leite. De acordo com o site Guinee-Bissau.net (2013), muitas vezes, os fulas praticam quase um lacto-vegetarianismo natural, mas sem pretensões ideológicas ou religiosas. Na Guiné-Bissau, os fulas consomem carne de cria (gado bovino, ovino, caprino e aves) e de caça (gazela) e pratos típicos, como cuscuz que é um preparado de farinha de milho, painço ou arroz.

Mungo Park, um viajante irlandês citado por Lopes (1982, p. 35-36), constatou com relação à etnia fula do reino Bondou, localizada perto da Guiné-Bissau, que "estes negros enriqueciam quase todos, ora fornecendo provisões às caravanas que passavam por eles, ora vendendo marfim resultante da caça ao elefante, para a qual os seus jovens são em geral muito hábeis".

Nas sociedades fulas, a localização das habitações era definida pela topografia. O site Guinee-Bissau.net (2013) afirmou que a elevação do local era tão frequente quanto significativa. No passado, os nobres viviam no alto de uma colina, enquanto outras habitações eram construídas no lado ou no fundo das encostas. O habitat dos fulas sedentários localizava-se costumeiramente em encostas, montanhas ou em seus cumes. Na Guiné-Bissau, a configuração das aldeias fulas obedecia à topografia relativamente baixa (ao nível do mar e elevações de até 300 metros no Leste) do país. A maioria dos fulas que vive nas áreas rurais era principalmente de pastores e seu modo de vida era pontuado pelas necessidades sazonais do gado.

O recenseamento de 1950 estimava em 108 mil o número de fulas, dos quais 60 mil cativos (fulas pretos). Calculava-se que existam entre 23 a 25 milhões de fulas na África, com maiores concentrações no Senegal (1.455.000) e no Burkina Faso (1.084.200). Em 2012, a

população fula, na Guiné-Bissau, era de 325 mil (GUINEE-BISSAU.NET, 2013). Os fulas são predominantemente muçulmanos, mas alguns subgrupos não se converteram ao islamismo. Por exemplo, no Fouta Djalon, os fulas não convertidos eram alcunhados de ‘pouli’.

O crescente interesse das potências europeias pela África no início do século XX, entrou em colisão com os movimentos de conquista dos fulas na África ocidental e central. De acordo com Guinee-Bissau.net (2013), o “estabelecimento dos europeus também interrompeu o comércio entre os Estados e radicalizou a prática de longa data da escravidão na África Ocidental”. O site citou que os fulas eram um mistério para os europeus, que não conseguiam distinguir as alianças e os intercâmbios interétnicos estabelecidos por conta da sua economia baseada na pecuária e no comércio. Ao longo do século XX, os fulas eram considerados muçulmanos armados (elites, nobres) e, portanto, não sujeitos à escravidão (como os mouros ou os tuaregues). Mas, ao abrigo do Código do Indigenato, eram percebidos como bárbaros que também deviam ser submetidos ao trabalho forçado.

Ao contrário da clareza que se tinha sobre a resistência da etnia balanta contra o colonialismo português e o seu engajamento em massa na luta de libertação nacional, existia confusão com relação aos fulas. Falava-se, de um lado, da sua resistência à colonização estrangeira e, do outro lado, do colaborismo de chefes fulas nas campanhas de pacificação empreendidas por Portugal no início do século XX.

O Partido percebeu, no entanto, que a colonização dos fulas foi tardia, como também o foi com relação a outros povos do interior do continente. Só para lembrar, antes da Conferência de Berlim, na última quadra do século XIX, os colonialistas europeus raramente aventuravam-se para além da costa africana onde implantaram entrepostos comerciais e guarnições militares. Mais tarde e por causa do acirramento das disputas por territórios, elas redobraram a atenção ao Interior e passaram a preocupar-se com a sua efetiva ocupação. Assim, enquanto os povos do litoral ficaram 500 anos sob a colonização europeia, as regiões onde os fulas habitavam ficaram não mais do que um século. Por exemplo, a colonização efetiva de Fouta Djalon ocorreu apenas em 1896.

O site Guinee-Bissau.net (2013) citou que, aos olhos dos europeus, a sociedade extremamente hierarquizada dos fulas pareceu, desde o início dos seus contatos, demasiado complexa e a sua língua parecia difícil de compreender. No início da colonização, a França engajou-se numa política ‘diplomática’ e comercial com vários Estados fulas e criou um “Governo Geral da África Ocidental Francesa” destinado a harmonizar a política nas suas três colônias (Senegal, Guiné e Sudão) que estavam abrangidas pelo Estado do Fouta Djalon.

Nesse contexto, a França assinou acordos, como o “Tratado de Comércio e Amizade” de 1881, com o objetivo de combater os interesses da Inglaterra na região da Serra Leoa. No entanto, o Estado de Fouta Djalón assinou também tratado com a Inglaterra. O que poderia ser interpretado como traição, por causa da não observância de um acordo anterior, indicava, na verdade, a defesa de interesses do país fula contra a cobiça estrangeira. “Ao assinar tratados com a França e a Inglaterra, em 1881, negando-lhes assim o comércio exclusivo, os líderes do país, os Almamis, exibiram sua independência das duas potências imperialistas e do mesmo movimento, tentaram neutralizá-los: primeiro, rejeitando a versão francesa do tratado” (GUINEE-BISSAU.NET, 2013).

O site destacou que

[a] rejeição de qualquer noção de controle e interferência, a teimosa recusa em permitir que uma potência estrangeira invadisse a soberania do Estado, não apenas em 1881, mas também durante as tentativas expansionistas subsequentes (coluna Plat 1887-1888, coluna Levasseur 1888, coluna Audéoud 1888), a missão Briquetot em 1888-1889, por iniciativa de Archinard, tentará em vão convencer os Almami das intenções pacíficas da França (GUINEE-BISSAU.NET, 2013).

Ao recorrer ao truque político-diplomático para contornar as más intenções dos franceses, os soberanos fulas enunciaram um aforismo que – seja por mera coincidência, seja por apropriação da coisa de domínio público – se tornou paradigmático no nacionalismo africano, particularmente nas antigas colônias francesas: ‘Fouta Djalón deve ser para os fulani e a França para os franceses’.

O site Guinee-Bissau.net (2013) citou que “[e]ste repetido princípio nacionalista privou a França de uma base ‘legal’ para a intervenção. A rejeição dos Almami a qualquer noção de protetorado foi acompanhada pela resistência militar, que consistiu em impedir a expansão da França no Sudão, aliando-se a Samori, o principal oponente da França”.

O Guinee-Bissau.net (2013) atestou que a França, ao perceber que não conseguiria influenciar as relações entre os Samori e os Almami, mudou de estratégia, passando a priorizar a política de expansão pacífica na região do Fouta Djalón. Foi nessa linha que Paris estabeleceu, pelo decreto de 11 de junho de 1865, o Governo Geral da África Ocidental. Entretanto, de acordo com o site, para preservar a sua soberania, o Fouta Djalón explorou habilmente as disputas territoriais entre a França e a Inglaterra para, assim, atrasar a tomada do seu território pelas potências europeias. A estratégia de resistência dos fulas é confirmada historicamente por uma série de livros, estudos, manuscritos dos próprios fulas e, alguns desses registros encontram-se no Arquivo Nacional do Senegal (ANS) e na França. A resistência dos povos fulas não se limitou aos primórdios da colonização europeia. Nas décadas de 1950 e 1960, muitos fulas participaram ativamente no processo de independência



dos respectivos países. Por exemplo, Mamadou Dia, no Senegal; e Ahmadou Ahidjo, nos Camarões.

A outra grande etnia do Interior, a mandinga, chegou do Alto-Níger e instalou-se nos vales do rio Gâmbia, do rio Casamance e na região do Gabú, nos séculos XIII e XIV. Os “malinkés” (“maninka”) chamam a si mesmos, no dialeto local, de ‘mandunca’. Foi desse termo que os portugueses derivaram a nomenclatura ‘mandingo’ ou ‘mandinga’. O país mandinga, que era dividido em diversos reinos ou chefados (Dou e Méle), tornou-se importante com a exploração de minas de ouro em Bouri. O ouro extraído dessa nova mina, mais o explorado em Bambouk, conferiu poder ao Mali em relação aos povos vizinhos. No início do século XIII, Sundiata Keita fundou o Império do Mali e reinou de 1230 até 1255. O Mali chegou ao apogeu com Kankou Moussa, que ficou célebre pelas suas inúmeras viagens e peregrinações ao estrangeiro. Na época em que o Império do Mali decaiu no reinado de Kankou Moussa, surgiu um movimento de revolta dirigido por um fula, Tenguela I. O imperador viu-se primeiramente obrigado a chamar em seu socorro o rei de Portugal, Dom João II, mas acabou ele próprio por eliminar Tenguela I. “Alguns anos mais tarde (no século XV), o filho de Tenguela I, Coli Tenguela, reacendeu a revolta e criou o seu próprio reino fula, no Futa Djalon e no Fula Foro” (LOPES, 1982, p. 38).

O comércio do ouro fez a fortuna dos imperadores do Mali como eles tinham já feito, antes, a fortuna dos Kaya Maghan. Para compensar as taxas sobre o comércio, o imperador (Mansa) garantia a segurança das caravanas do comércio e dos comerciantes. À volta de Nani, um grande número de ferreiros fabricava o armamento necessário aos seus soldados. Graças ao seu exército, o Mansa pôde não somente assegurar a defesa do país mandinga, mas também conquistar e submeter numerosos países vizinhos. É possível que a tradição tenha atribuído a Sundiata Keita conquistas que foram, na realidade, obras dos seus sucessores. Em todo o caso, ao longo dos séculos XIII e XIV, o Império do Mali estendeu a sua autoridade a todo o vale superior do rio Níger (até ao Gao), a uma parte do Saara (Oualata), ao Bambouk e a toda a região costeira compreendida entre o Senegal e o rio Geba (na Guiné-Bissau).

Assim, o Estado do Mali, diferentemente do Ghana, foi qualificado como um Império (conjunto de territórios colocados, pela conquista, sob a mesma autoridade central). Aos países povoados por mandingas, juntaram-se numerosas províncias exteriores, cujas populações pagavam um tributo ao Mansa e este era representado por governadores que tinham o título de ‘Farim’. Sob a influência de comerciantes árabes, os mansas tinham-se convertido ao islamismo e a maior parte deles fez peregrinação à Meca. Os contatos com a Arábia permitiram a chegada de sábios árabes e magrebinos ao Mali, especificamente às

idades de Niani, Djenné e Tombuctu, para impulsionar a educação e a cultura. Entretanto, as influências árabe e muçulmana ficaram mais concentradas nas áreas urbanas onde muitos comerciantes e servidores da corte converteram-se ao islamismo. No entanto, a população das aldeias continuava os seus modos de vida tradicionais e a praticar as religiões étnicas.

O PAIGC (1974, p. 57) afirmou que “a religião islâmica só era praticada diligentemente pelos reis e [pela] sua corte”. Mas, aos poucos, a observância dos preceitos desta religião enfraqueceu e as pessoas misturavam essa religião com as religiões tradicionais africanas. Guinee-Bissau.net (2013, p. 42) afirmou que os mandingas, junto com os fulas, foram os maiores propagadores do islamismo de linhagem sunita na África central e ocidental, através de escolas corânicas e irmandades sufis.

Em meados do século XIII, guerreiros malinkés, liderados por Tiramakhan Traoré, general de Sundiata Keita, imperador do Mali, estabeleceram-se no Gabú. Lopes (1982, p. 37) citou que, no século XIII, os mandingas apareceram na região onde se localiza hoje a Guiné-Bissau. Em consequência, o reino do Gabú transformou-se em província do Império do Mali e foi governado por um farim que era escolhido entre os membros dos Mané e Sané, descendentes de Tiramakhan. O reino do Gabú tornou-se uma das principais províncias do Império do Mali. No Nordeste, na margem direita do rio Geba, os mandingas fundaram os reinos de Braço e Oio (nome que se tornaria umas das regiões administrativas da Guiné-Bissau). O Império do Mali perdeu a sua força no século XVI o que viabilizou a independência de muitas províncias, dentre as quais a de Gabú.

O PAIGC (1974, p. 54-55) pontuou que, em alguns anos, Gabú tornou-se o Estado mais poderoso da região onde hoje se localiza a Guiné-Bissau. O reino era dividido em províncias, sendo as principais Pathiana, Djimara, Sana, Manna, Paquessi e Payinko. A cidade de Kansala era a capital onde residia o Mansa (soberano). Tal como no Império do Mali, as províncias do Gabú eram dirigidas por “farins”. Cada farim era um pequeno rei no seu território com suas cortes, seus assessores e guardas. As funções dos soberanos em todos os níveis eram hereditárias. Como os farins deviam obediência ao Mansa, os chefes locais também a deviam aos farins. O Mansa era escolhido entre os príncipes dos clãs Mané e Sané sucessivamente das três províncias de Pathiana, Djimara e Sama. A sucessão era matrilinear (transmitida, segundo a linhagem materna). Somente as filhas das princesas chamadas “nantio”, descendendo, pelo lado das mulheres, da primeira rainha, podiam tornar-se rainhas. Os governadores, farins e kanta mansa, eram nomeados entre os descendentes dos reis em linha masculina.

Tal como a etnia fula, a sociedade mandinga era fortemente hierarquizada, com soberanos, príncipes reais, homens livres, gente de castas, artesãos e escravos. Os reis e as suas cortes (príncipes) constituíam de fato a classe dominante. Mas, a exploração de classe era camuflada pela solidariedade e os deveres recíprocos entre as diversas categorias sociais e pelo caráter sagrado e patriarcal do poder real. Lopes (1982, p. 38) afirmou que “[a] organização do trabalho nas terras do chefe estava hierarquizada e os impostos eram pagos com trabalho nas terras do chefe ou sob a forma de produtos agrícolas por altura das festas coletivas. O rei podia aplicar multas e tinha também o monopólio sobre o ouro. A família alargada, unidade social, cultivava os seus próprios campos”.

O reino do Gabú e os outros reinos mandingas cobravam as suas receitas principalmente da agricultura extensiva, de longa rotação, de algodão, milho, algodão. As mulheres ocupavam-se dos terrenos inundados de cultura de arroz. Os fulas, que se tornaram sedentários (fulacundas) e se instalaram no meio das localidades mandingas, ocupavam-se da criação de bovinos e cordeiros.

O PAIGC (1974, p. 56) citou o fato de que soberanos mandingas do reino do Gabú envolveram-se em transação de escravos por armas de fogo nos postos comerciais portugueses instalados em Ziguinchor, Farim, Cacheu, Geba etc. Graças a essa transação, os soberanos podiam fazer a guerra contra os países vizinhos e adquirir escravos que revendiam aos europeus. Isso explica, em parte, as alianças que alguns soberanos mandingas fizeram com os europeus nos tempos da colonização, particularmente durante as campanhas de pacificação.

O reino de Gabú foi destruído nos fins do século XVIII pelo Estado do Futa Djalon. Quando isso aconteceu, o reino já estava enfraquecido por causa de disputas internas entre os farins e entre estes com o Mansa. Por exemplo, o governador de Paquessi, convertido ao islamismo, recusava-se a reconhecer a autoridade do Mansa. Na primeira metade do século XIX, os Almami do Futa Djalon e os Alfa Mo Labé (chefes de província de Labé, próximo do reino de Gabú) multiplicaram as expedições contra o Gabú, que pilharam e onde capturaram numerosos escravos, sem, contudo, poderem destruir o reino. Em 1867, os fulas, dirigidos pelo Almami Umarú em pessoa, mobilizaram todas as suas forças e cercaram Kansala, com o objetivo de liquidá-lo definitivamente. O Mansa Dianké Walli, consciente da inferioridade das suas forças, decidiu antes morrer do que capitular. Para tal, ele fez explodir a sua reserva de pólvora, metendo o fogo à cidade e destruindo as principais forças dos dois exércitos. O reino de Gabú perdeu a sua independência e foi dominado pelos Alfa Mo Labé.

Lopes (1982, p. 19-20) trouxe um ponto importante na história da Guiné-Bissau: as reminiscências geográficas e culturais dos reinos mandingas na constituição do país.

A história antiga da Guiné-Bissau quase se confunde com a dos reinos mandingas. A desintegração do Império do Mali no século XVI deu origem a vários Estados autônomos no Oeste africano antes dominado por Niani (capital do Império do Mali). Entre estes Estados conta-se o reino de Kaabú com Kansala como capital. O Mansa (rei) tinha o controle das dependências territoriais (farins) que ele deixava sob a jurisdição de príncipes escolhidos entre as famílias reputadas (Sané e Mané), e a transmissão de todos os poderes fazia-se segundo tradições matrilineares.

No século XVII, existiam já contatos regulares entre o reino de Kaabú e os entrepostos comerciais portugueses da época: Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim. Os Almami do Futa Djalon destruíram o reino de Kaabú e estabeleceram a dominação dos fulas na região. Os povos do litoral foram normalmente integrados no Império do Mali, até à sua desagregação, mas só os felupes e os banhuns elegeram os reis, segundo o modelo dos mandingas (mansas). Cerca do fim do século XVI, o comércio de escravos aumentou e a desintegração dos reinos do Oeste africano facilitou o papel dos portugueses e espanhóis que exploraram as rivalidades étnicas e introduziram novos produtos, instaurando um comércio muito lucrativo.

O PAIGC (1974, p. 58) percebeu que as etnias banhuns, balantas e beafadas que teriam ocupado o interior da Guiné, antes de serem expulsos pelos mandingas para as regiões onde habitam atualmente, viviam em grupos familiares independentes. A maior parte desses povos tinha sido integrada, no século XIV, ao Império do Mali e, por isso, adotou, pelo menos superficialmente, as suas instituições: reinos, reconhecimento da soberania do imperador (Mansa), do rei e da sua corte. Estes reinos eram formados por alguns clãs de guerreiros mandingas conquistadores ou que pertenciam à etnia local.

Com a derrocada do Império do Mali, muitos destes pequenos reinos desapareceram, voltando às populações respectivas ao sistema familiar tradicional.

Os felupes continuaram, até hoje, divididos em pequenas comunidades familiares independentes, dirigidas por chefes locais.

Se, originalmente, os fulas e mandingas chegaram de fora do que é hoje o território da Guiné-Bissau, com o tempo, entretanto, muitos habitantes da região aderiram aos seus costumes. “A maioria dos fulas e dos mandingas da nossa terra, era gente antiga da terra, que se tornou fula ou mandinga” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 13) e incorporou a elas os seus costumes. Por isso, o líder do Partido afirmou que, “[...] se compararmos as regras da vida dos fulas da nossa terra com as dos fulas de verdade noutras áreas de África, há já um bocado de diferença, mesmo no Futa Djalon [na fronteira Sudeste entre Guiné-Bissau e República da Guiné] já é diferente. Na nossa terra muitos se tornaram fulas: os mandingas antigos viraram fulas”. Ele acrescentou que os mandingas conquistaram até a região de Mansoa [no Centro-Norte do país] e “mandinguisaram” muitos habitantes da região. Mas, os balantas não aceitaram transformar-se em mandingas. Enfatizo que a “[...] própria palavra ‘balanta’

significa aqueles que recusam” ou “aquele que não se convence, que nega” (AMÍLCAR CABRAL 1974, p. 13). Mesmo assim, duas franjas da etnia balanta – balanta-mané e mansonca (“mansoanca” na redação de Amílcar Cabral) absorveram muitos costumes mandingas e adotaram a religião islâmica.

Os fulas e os mandingas chegaram do Nordeste da África e, na medida em que avançavam, empurravam para o litoral os balantas, pepels, mancanhes, sussus e quase todas as outras etnias que habitavam no interior da África. Amílcar Cabral (1974, p. 13) disse que os sussus, da República da Guiné, viviam no Futa Djalón, mas foram deslocados também pelos fulas.

Em Cabo Verde, onde o problema étnico era residual, o Partido mapeou a realidade política e socioeconômica e a potência dos vínculos históricos e culturais entre o povo guineense e cabo-verdiano.<sup>52</sup> Citei, no capítulo anterior, que os vínculos entre a Guiné e Cabo Verde remontavam aos tempos das Grandes Navegações e do Comércio Triangular. Por altura da independência, em 1975, Cabo Verde que, quando foi descoberto no século XV, era inabitada, contava com 200 mil habitantes, uma densidade populacional de 50h/Km<sup>2</sup>. A maioria dessa população era de origem africana, notadamente da colônia da Guiné, de onde fora traficada por escravistas portugueses, para trabalhar em plantações de tabaco, café e cana-de-açúcar na América.

Cabo Verde serviu de posto de transferência de escravos africanos levados para a Europa e, principalmente, no continente americano. Lopes (1982, p. 63) constatou que a “longa colonização comum fica como um dos fundamentos da ligação entre os dois povos já de si unidos pela escravatura”. O pesquisador guineense exemplificou que a ilha de Santiago, onde se encontrava a capital dos dois territórios e se tornou a cidade-capital da República de Cabo Verde, foi um entreposto de escravos guineenses que eram levados para o continente americano. A propósito, Amílcar Cabral (1974, p. 8) afirmou que os colonialistas portugueses, aproveitando-se da localização estratégica do arquipélago (no cruzamento entre os três continentes banhados pelo Atlântico) e do momento histórico do tráfico negreiro, transformaram o arquipélago “[...] num armazém de escravos. Gente levada de África, nomeadamente da Guiné, foi colocada em Cabo Verde, como escravo”.

Só mais tarde, portugueses navegadores e alguns renegados chegaram ao arquipélago e misturaram-se com a população africana. A mistura de falares de africanos de várias etnias

---

<sup>52</sup> O arquipélago de Cabo Verde situa-se a cerca de 500 quilômetros das costas do Senegal e da Mauritânia, ao largo do ‘Cabo Verde’, que deu nome ao novo país. O arquipélago compreende 10 ilhas principais e alguns ilhéus, numa superfície de 4.000 Km<sup>2</sup>, e se agrupa em Barlavento, ao norte, e Sotavento, ao sul.

com o português originou uma língua veicular, o crioulo, uma língua que tem também sua versão na Guiné e em Casamance, uma região administrativa no Sul do Senegal que já pertenceu à Coroa Portuguesa. Cabo Verde e Guiné estiveram vinculados administrativamente até 1870, quando o governo central em Lisboa separou os dois países.

Em Cabo Verde, onde os seus habitantes eram considerados mais cidadãos em relação aos guineenses, o direito ao voto era subordinado não só ao saber ler e escrever em português, como também à condição financeira ou posse de bens. Essas duas exigências excluía a maioria de cabo-verdianos, sobretudo aqueles que eram analfabetos e pobres (PAIGC, 1974, p. 118). Os cabo-verdianos, mesmo considerados “cidadãos”, viam-se obrigados a migrar ou aceitar contratos de alguns anos (em média, quatro anos de duração) para irem trabalhar nas plantações em São Tomé e Príncipe e Angola.

Porém, as principais causas da emigração foram as condições geofísicas e socioeconômicas do arquipélago. As ilhas de Cabo Verde eram pouco favorecidas pela natureza, pois, algumas regiões eram impróprias para a agricultura devido à natureza do solo com lavas vulcânicas. Por outro lado, as chuvas eram raras e irregulares. Por exemplo, na cidade da Praia, a média pluviométrica anual era de 250 milímetros (mm), enquanto que em Dakar (Senegal), de 700 mm. Só as encostas eram favorecidas pelas chuvas orientadas ao vento elíseo que vinha carregado da umidade ao passar por cima do mar. As ilhas mais orientais eram semidesérticas e as terras cultiváveis eram nutridas pelas lavas vulcânicas que, decompostas, enriqueciam os solos.

Ademais, os camponeses eram obrigados a entregar um terço ou metade das suas colheitas, em produtos de exportação, aos grandes proprietários de terras. Como a terra cultivável representava cerca de 0,25 hectares por habitante e 80% da população viviam da agricultura, o que restava não era suficiente para a sua alimentação e da sua família (PAIGC, 1974, p. 47).

O PAIGC (1982, p. 46-47) argumentou que a exploração desenfreada a que os portugueses submetem a terra em Cabo Verde, principalmente com o cultivo de algodão, índigo e sical e a criação de cabras, levou a um rápido empobrecimento do solo. Além disso, o clima semidesértico era caracterizado por secas frequentes. Foi, pois, graças a um trabalho muito duro que a população cabo-verdiana conseguiu sobreviver às condições naturais severas. Os colonialistas portugueses nada fizeram para melhorar essas condições. Mas, mais do que a pobreza dos solos ou a falta de chuvas, foi o regime da propriedade da terra estabelecido e mantido pelos portugueses, a causa principal das mazelas enfrentadas por Cabo Verde.

A agricultura em Cabo Verde era praticamente a única fonte de renda da população. A exploração do sal marinho e da pozolana, a pesca, o comércio eram controlados por europeus e alguns cabo-verdianos privilegiados. Na ilha de Santiago, onde vivia a metade da população, 90% de habitantes viviam basicamente da agricultura. Mas, na maioria dos casos, as terras cultivadas eram posses de grandes proprietários que cobravam elevadas taxas dos camponeses pelo seu arrendamento.

O PAIGC (1974, p. 128) afirmou que, na segunda metade dos anos 1950, quando o Partido foi fundado, a economia de Cabo Verde e da Guiné estavam estagnadas. Em Cabo Verde, a produção de sal, de 42.800 toneladas, em 1891, caiu para 23.758 toneladas, em 1960. O gado bovino, de 102.747 cabeças, em 1902, para 78 mil, nos anos 1950. A exportação de purgueira baixou de 5.600 toneladas, em 1920, para 1.477 toneladas, em 1957. Cabo Verde sofreu três ciclos de fome (1940, 1942 e 1948) que vitimaram 50 mil pessoas e obrigou milhares de cabo verdianos a emigrarem, sobretudo para a Guiné, Senegal, São Tomé e Príncipe, Angola, Brasil, Argentina e Estados Unidos. Neste país havia mais cabo-verdianos e seus descendentes do que a população que vivia em Cabo Verde (200 mil).

Como mencionei no caso do assassinato de Amílcar Cabral, os colonialistas portugueses tentaram opor os cabo-verdianos aos africanos oriundos da parte continental da África, da mesma forma que tentaram criar discórdias entre as várias etnias guineenses. O governo português utilizou Cabo Verde como centro de formação de quadros administrativos que eram enviados para trabalhar nas outras colônias. Esse fato passava a percepção de privilégio para os cabo-verdianos em detrimento dos guineenses. Lopes (1982, p. 88) notou que a chegada maciça de cabo-verdianos na Guiné acentuou mais o divisionismo que o PAIGC sempre denunciou com rigor.

Amílcar Cabral (1974, p. 10) explicou que, apesar de as sociedades urbanas na Guiné e Cabo Verde serem parecidas na época colonial, no arquipélago havia muito mais africanos com alguns meios do que na Guiné. Eram tanto funcionários, quanto proprietários, donos da terra. Alguns desse grupo foram enviados para a Guiné para ocupar cargos na administração e no funcionalismo público provincial.

O PAIGC (1974, p. 146) observou que “[...] os cabo-verdianos adquiriram consciência da sua condição de africanos e da comunidade de interesses que os une aos africanos do continente; eles adquiriram consciência de que pertencem à mesma comunidade, explorados e reduzidos à miséria pelos colonialistas portugueses; eles uniram-se aos seus irmãos da Guiné”, terra de onde os portugueses deportaram os seus ancestrais. Por tudo isso, para o Partido, não havia, nem poderia haver qualquer animosidade entre os habitantes dos

dois países, pois, são um só povo que, por circunstâncias históricas, fora obrigada a viver em dois territórios distantes um do outro.

Assim, na consideração das características étnicas, para a condução de uma mobilização efetiva, o Partido (PAIGC, 1974, p. 60-61) procurou compreender as nuances políticas, valorizar as convergências sociais e culturais e o senso de comunidade de cada etnia. Percebeu que era “[...] preciso fazer unidade, o máximo possível, das forças de diferentes classes, de diferentes elementos da sociedade para fazermos a luta na nossa terra” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 15). No geral, o Partido valorizou a diversidade étnica e cultural do povo guineense, pois “[...] na nossa sociedade há vários grupos étnicos, quer dizer, grupos com culturas e costumes diferentes e que, segundo a sua própria convicção, vieram de grupos diferentes, de origens diferentes: fulas, mandingas, papéis, balantas, manjacos, mancanha, etc., incluindo também descendentes de cabo-verdianos, na Guiné” (1974, p. 15).

Amílcar Cabral (1974, 12-13) afirmou que o *modus vivendi* das etnias guineenses foi um elemento de alta consideração para o Partido. Por exemplo, na sociedade balanta, devia-se considerar o espírito libertário e o apego à horizontalidade do poder. Nas sociedades verticais, havia a necessidade de se trabalhar com a noção de classes (reis, chefes, religiosos, artesãos, camponeses).

De acordo com o ideólogo do Partido, a horizontalidade do poder facilitou a mobilização dos balantas para a luta de libertação nacional. “É por causa do tipo de sociedade que eles têm [...] de homens livres, que querem ser livres, que não têm nenhuma opressão em cima, a não ser a opressão dos tugas”. Por isso, os balantas, pela sua natureza libertária, estavam muito interessados em acabar com o colonialismo português e reconquistar a liberdade ancestral, sem enganações. Ele afirmou que “[...] é por isso também que quando qualquer elemento do Partido comete um erro com os balantas, eles não gostam e zangam-se depressa, mais depressa do que qualquer outro grupo” étnico (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 13; 14).

Ao contrário dos balantas, nas etnias verticais, quem sofria de fato era a grande massa da população na base da pirâmide: os camponeses. Amílcar Cabral (1974, p. 14-15) afirmou que essa massa populacional “já se habituou a sofrer, a sofrer com a sua própria gente, sob a opressão da sua própria gente. E quem lavra a terra tem que trabalhar para todos os chefes, muitos chefes, além de chefes de posto”. Logo, essa condição histórica dificultaria a mobilização desse segmento da população das etnias não balantas. De um lado, os reis e chefes regionais, além do exercício do poder sobre a população, usufruíam de certos



privilégios cedidos pela administração portuguesa em troca do controle da população contra rebeliões e envolvimento com o movimento independentista.

Amílcar Cabral (1974, p. 14-15) disse que a estratégia de mobilização foi intensificada nessas etnias, para fazê-las compreenderem a necessidade de adesão e engajamento na luta de libertação nacional. Assim, “[...] quando compreenderam de fato, grande parte dos camponeses pegou na luta”. Mas, outros, não. Também foi mais trabalhoso conseguir a adesão da maioria de pessoas que trabalhavam por conta própria, como os artesãos e comerciantes ambulantes (“djilas”), os religiosos e os chefes, pois, “[...] raros foram os que pegaram no Partido, porque têm medo de perder os seus privilégios, a favor da luta”.

Nas sociedades verticais, como as fulas, mandingas, mandjacas, mancanhes, pepels e felupes, o sucesso da mobilização dependia também do engajamento dos chefes étnicos. Na hierarquia dessas sociedades, os reis ocupavam o topo da pirâmide e eram rodeados por assessores da corte (conselheiros), religiosos (líderes espirituais, curandeiros ou *balobeiros*), chefes regionais e locais e a população em geral que era classificada de acordo com as profissões que cada segmento exercia: sapateiros, ferreiros, ourives (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 13-14). As relações de poder nas etnias verticais eram de exploração da mão de obra endógena da população pelo rei e sua corte. O líder-fundador do Partido pontuou que a “grande massa da gente” lavrava o chão para os chefes.

Na etnia mancanhe, por exemplo, era costume no início de cada temporada agrícola, em maio e junho, os chefes de moranças ou tabancas levarem os seus súditos para lavrarem as terras do rei. O mesmo acontecia na época da colheita. Esse costume, comum nas etnias verticais, estava ancorado também na crença de que o rei revestia-se de poder divino, “está ligado com Deus”, como Amílcar Cabral (1974, p. 14) constatou. Ele exemplificou que, na etnia mandjaca, “se alguém é lavrador, ele não pode lavar o chão sem ordem do chefe, porque o chefe é que tem a palavra de Deus para lhe dar”. Para ele, todo esse ciclo divinatório foi criado para garantir às elites consuetudinárias a certeza de que a população (“os que estão por baixo”) não se revolte contra eles. Entretanto, observou, essas garantias nem sempre funcionaram, pois, várias vezes, as pessoas de baixo da pirâmide rebelaram-se e lutaram contra as elites. Lembro-me do exemplo de rebeliões de segmentos sociais inferiores que foi dado por Amílcar Cabral (1980, p. 330 apud LOPES, 1982, p. 35) e que eu já mencionei. Ele citou levantes de camponeses fulas de baixo escalão social contra os de cima.

O Partido trabalhou para eliminar as contradições internas das etnias e entre algumas etnias em tempos passados e, assim, evitar que os colonialistas continuassem a usá-las para

provocar conflitos entre os guineenses. Amílcar Cabral (1974, p. 16) citou alguns casos, um deles que ele mesmo testemunhou:

Nos anos [19]30, em Bissau, na área de Bissalanca, no Chão-dos-Manjacos. E sabemos que, por exemplo, no Oio, em 1954, eu mesmo assisti, contradição grande entre balantas e oincas. Tudo por causa de ideias antigas que ainda existem na cabeça das pessoas, mas interesses práticos, concretos, ou porque roubaram as vacas, ou porque levaram as badjudas, ou porque lavraram a terra que não lhes pertencia etc.

Citando o estudo de Achilles Gonçalo Coelho Junior e Miguel Mahfoud (2006, p.19) sobre o ensaio às relações que unem indivíduo e comunidade, de Edith Stein (1891-1942), Ribeiro-de-Sousa (2021, p. 63) afirmou que a comunidade é como uma estrutura orgânica onde seus membros vivem uma interdependência e são afetados pela tomada de posição que cada pessoa adota na comunidade através dos “atos sociais”. A compreensão do sentido de pertencimento a uma comunidade poderia ser de muita valia no processo da luta de libertação e, futuramente, da reconstrução do país.

Culturalmente, as etnias que habitam a Guiné-Bissau são muito misturadas por coabitação, como falei no caso de Bula, e, em menor grau, por casamentos interétnicos. A coabitação de várias etnias numa mesma base territorial reforçaram os contatos interétnicos. Mungo Park (1980 apud LOPES, 1982, p. 36) estendeu o sentido de comunidade à hospitalidade rural/tradicional africana. “Entramos na cidade de Fatteconda, capital do reino de Bondou, e pouco depois fomos convidados a alojar-nos na casa de uma pessoa muito estimada. As cidades de África não têm albergues, de forma que quando chegam estrangeiros estes dirigem-se para a betana, ou qualquer outro lugar público, e não tardará que qualquer habitante lhes ofereça guarida”.

Lopes (1982, p. 45) apontou outro fator para a mistura das etnias na Guiné-Bissau: o sincretismo religioso de mão dupla. De um lado, as influências das religiões tradicionais africanas nos *modi* religiosos das etnias islamizadas (fulas, mandingas, beafadas etc.) e, do outro lado, a incorporação dos preceitos islâmicos aos usos e costumes das etnias não islamizadas. A mistura deveu-se também a migrações intra e interlimites geográficos das etnias.

Lopes (1982, p. 88) apontou a consanguinidade, em sentido lato, como outro fator contribuinte da criação da consciência de pertencimento étnico e cultural. O Partido reconheceu que, na África, em comum, as etnias estruturavam-se a partir de clãs, que podem ser definidos como grupos de pessoas consanguíneas ou com a mesma linhagem familiar. Essa configuração era habitual tanto nas etnias do litoral, quanto nas do Interior; nas etnias islamizadas como os fulas e mandingas, quanto nas praticantes de religiões tradicionais

africanas como a maioria das que habitavam a Guiné-Bissau; nas etnias hierarquizadas como mandingas, fulas, mandjacos, mancanhes e pepels, quanto na horizontal balanta.

Para fazer a mobilização nas etnias hierarquizadas onde o poder supremo era exercido pelos reis e chefes de clãs, a atenção deveria ser dada principalmente aos soberanos. Eram eles os donos do poder, pois partiam deles as decisões com implicações políticas e sociais sobre as etnias, e o poder exercido na base pelos chefes dos clãs era delegado pelos soberanos. Potencialmente, a mobilização de um soberano poderia ser um fator desencadeador de adesões dos chefes clânicos ou das tabancas e da população em geral.

Já na etnia de estrutura horizontalizada, sem um poder central, como a balanta, a mobilização seria focada nos chefes dos clãs e patriarcas das famílias. Observo que, mesmo em sociedades hierarquizadas, os soberanos não tinham controle absoluto sobre os clãs e as famílias. Entre as várias razões, incluíam-se a insubordinação pura e simples aos soberanos, o sistema de aldeamento e a noção de limites geográficos na África étnica.

Os clãs fixavam-se e associavam-se com outros clãs, formando aldeias. Em geral, cada clã especializava-se em alguma atividade profissional, o que, de alguma forma, configurava a divisão do trabalho. Apesar das especializações, a produção agrícola e a criação de gado eram as principais fontes de subsistência. Os moradores da aldeia escolhiam um líder que, tradicionalmente, era um patriarca oriundo do clã original (o mais antigo na formação da aldeia), do clã dominante pelo poderio bélico, do clã majoritário (mais numeroso) ou o clã ungido por alguma entidade divinatória. Na etnia mancanhe, em Bula, havia três clãs “nobres” que se revezavam no poder. Quando o rei falecia, era sucedido por um novo soberano oriundo da etnia que estava imediatamente na linha de sucessão. O clã que estava em terceiro passava para o segundo lugar na fila de espera e o clã do soberano falecido voltava para o fim da fila. Era necessário o Partido conhecer esse tipo de particularidades, pois, nesse caso, os chefes dos três clãs eram relevantes e mais influentes que os clãs comuns.

Numa aldeia, o patriarca encarregava-se da administração (divisão e usufruto) das terras, dos trabalhos coletivos e das cerimônias culturais e divinatórias. Grande parte das etnias africanas nasceu e criou raízes culturais nesses aldeamentos. Historicamente, cada etnia, que os europeus chamavam de “tribo”, era liderada por um chefe ou rei. A localização dispersa das aldeias e a comunicação rudimentar dificultavam o contato entre a casa real e as aldeias. Por isso, a palavra do rei podia chegar com algum atraso e ele dependia da fidelidade dos patriarcas e chefes locais para fazer aplicar as suas decisões. Por exemplo, conta-se que, certo dia, um soberano de Bula viu um homem de quem tinha se agastado em companhia do chefe de uma aldeia no norte do reino, perto da localidade de São Vicente, às margens do rio

Cacheu. O rei insultou o referido homem, no que foi secundado pelo chefe. Depois que se distanciaram do rei, o homem indagou a razão porque o seu amigo acompanhou o rei no insulto. O chefe respondeu: “Ora, sempre com o rei. Mesmo se, depois, não observamos as suas vontades”. O chefe e o amigo riram-se.

Na África, os limites geográficos quase nunca coincidem com as fronteiras oficiais dos países que habitam. Dopcke (1999 apud DJALÓ, 2014, p. 35-36) falou do conceito de fronteira na África pré-colonial nos seguintes termos: “[...] as populações africanas antes da colonização conheciam o conceito de fronteira como ‘zona’ e não ‘linha’” delimitadora do poder. As “[...] fronteiras pré-coloniais separavam entidades políticas, de diversos tamanhos, e não entidades linguísticas, étnicas ou culturais. ‘Em regra, as entidades políticas, sejam elas pequenas chefias ou grandes impérios, eram menores ou maiores do que as identificações étnicas ou culturais’” (DOPCKE, 1999, p.80 apud DJALÓ, 2014, p. 36). Dentro dessa lógica, nas fronteiras de alguns Estados ou impérios, não havia apenas uma ‘identidade cultural’; existiam outras. Porém, na ótica colonialista, o Estado era definido politicamente, não culturalmente. Foi na base dessa linha política que se projetou a Conferência de Berlim.

O Partido tinha de levar em consideração a percepção de limites geográficos das etnias que não coincidiam com as fronteiras traçadas pelos colonialistas sem respeitar os habitats étnicos pré-Partilha.

Na Guiné, todas as etnias, sem exceção, transbordavam para os países vizinhos. Não havia, na década de 1950, da fundação do Partido, e ainda hoje não há uma única etnia circunscrita apenas ao território guineense. Isso deveu-se, sobretudo, às acomodações territoriais pré-coloniais causadas por guerras e migrações (vide felupes, mandjacos, mancanhes, balantas, fulas, mandingas) e às permutas de territórios feitas entre a França e Portugal.

Por isso, a mobilização das etnias para a luta ganhava também uma dimensão geocultural, considerando que, na África étnica ou tradicional, a individualidade só é no coletivo. A título de ilustração, eu poderia dizer que, nesse universo étnico, perdura o seguinte adágio: “Sou porque Somos”. Logo, uma decisão ou iniciativa pessoal precisava, quase sempre, do respaldo da comunidade, seja ela da família alargada, seja da etnia. Por exemplo, uma decisão tomada no âmbito da minha família ou clã em Bula reverberava nos agregados externos que moram em outros lugares do país e do mundo, notadamente Bissau, Kolda, Ziguinchor, Dakar (no Senegal), Banjul (na Gâmbia), Lisboa, Coimbra e Porto (Portugal), Luxemburgo e em varias cidade do Brasil. Eu diria que o exemplo da minha família valeria para outras famílias alargadas e clãs mancanhes e também para as de outras etnias.

Independentemente do lugar onde morasse, seja algures na Guiné-Bissau ou nos territórios periféricos da etnia (Senegal e Gâmbia), seja na diáspora, um mancanhe tem sempre a cidade de Bula e adjacências como a sua referência biográfica. Mal comparando, como um muçulmano volta-se para a Cidade Santa de Meca, um mancanhe volta-se para Bula, não como centro da sua espiritualidade, mas como chão da sua bioculturalidade. Essa premissa aplica-se também aos guineenses de outras etnias com relação aos seus territórios bioculturais.

Assim, um movimento de libertação que respeitasse o *modus vivendi* das etnias africanas e quisesse conquistar com certa facilidade adesões à sua causa, saberia que precisaria da anuência das comunidades, principalmente das lideranças étnicas. O Partido sabia e respeitava essas dimensões bioculturais dos guineenses. Sabia que seria quase impensável um jovem, uma jovem guineense aderir à luta, sem, antes, conversar (pelo menos informar) com os seus familiares sobre o assunto e solicitar a sua anuência. E, na Guiné étnica, a comunidade era ativa, tinha fala em questões individuais e de famílias.

No mapeamento da realidade social e cultural na Guiné e Cabo Verde, o Partido buscou capitalizar a resistência histórica das etnias guineenses ao colonialismo. Vale sempre lembrar que, quando Portugal decidiu pela ocupação do interior do território guineense, após a Conferência de Berlim e nas campanhas de pacificação no início do século XX, encontrou resistência de quase todas as etnias guineenses. Amílcar Cabral (1974, p. 8) afirmou que “[d]urante quase 50 anos [os colonialistas] fizeram uma guerra colonial contra o nosso povo; guerra contra mandjacos, contra pepéis [pepels], contra fulas, contra mandingas, beafadas, balantas, contra felupes, contra quase todas as tribos da nossa terra, na Guiné”. Acrescentou que o povo guineense sempre encontrou formas de resistir ao colonialismo português: “resistência passiva, mentiras, tirar o chapéu, sim senhor, utilizar todas as artimanhas possíveis e imaginárias, para enganar os ‘tugas’”. Para ele, como não dava para enfrentar “cara a cara” as forças portuguesas, as etnias adotavam táticas de enganação contra elas.

Uma vez feito o mapeamento das características das etnias guineenses, da situação em Cabo Verde e os vínculos entre os dois povos, o Partido apostou em quatro suicídios fundamentais aos seus objetivos, além do suicídio de classe abordado por Amílcar Cabral: étnico, religioso, sexual e de nacionalidade.

Com relação ao suicídio de classe, Amílcar Cabral (1974, p. 86) afirmou a pertinência da mudança de paradigma comportamental para um segmento da sociedade guineense: a pequena burguesia. Explicou que a falta de desenvolvimento da pseudoburguesia nativa e da baixa consciência política das massas populares na época colonial, deu “à pequena

burguesia a oportunidade histórica de dirigir a luta contra a dominação estrangeira [...]”. Ele apontou as razões para essa condição: o seu nível de vida superior ao das massas, maior grau de escolarização e de cultura geral, os contatos mais frequentes com os agentes do colonialismo e, por isso, suscetíveis a mais humilhações. Mas, ponderou que essa responsabilidade histórica cabia mais à pequena burguesia revolucionária, pois, outras parcelas dessa classe continuavam hesitantes ou aliaram-se ao colonialista, para defenderem a sua situação social. Mas alertou para os abusos que podiam acontecer nas relações entre os dirigentes e os simples militantes do Partido em função de um hábito arraigado na Guiné: a figura do “criado” (trabalhador doméstico). Ele enfatizou que “[q]uem quer criado, tem que esperar até amanhã na nossa terra independente. Trabalha e, se tiver meios, arranja o seu criado, se houver gente que quer ser criado” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 50).

A efetivação do suicídio étnico implicava ir a fundo às especificidades culturais (*modus vivendi e modus operandi*; religiosidade etc.) e políticas de cada etnia e, a partir delas, potencializar as convergências com outras etnias. Por exemplo, o parentesco entre as etnias mancanhe, mandjaca e pepel; entre mancanhes e mandingas e fulas; a proximidade histórica e religiosa entre fulas, mandingas e beafadas. Lopes (1982, p. 36) citou que, na Guiné-Bissau, “as relações entre os fulas e os mandingas são muito estreitas porque saídos das mesmas tradições religiosas e políticas. Os fulas dominaram os mandingas e vice-versa em momentos diferentes da nossa história”. A força da unidade nacional tinha potencial de prevenir tribalismo que poderia minar a luta de libertação.

O suicídio étnico significava a desconstrução da situação criada pelas autoridades colonialistas que negligenciavam a realidade concreta da estrutura de poder nas etnias. Pelo contrário, trataram de amalgamar as diferentes culturas étnicas na tentativa de criar uma cultura massificada, cristianizada, para servir à Grande Pátria Portuguesa. Amílcar Cabral (1974, 1974, p. 8) escreveu a propósito a percepção enviesada do colonialismo português sobre a realidade guineense.

No interior das nossas fronteiras há toda uma estrutura social, quer seja na cidade quer no mato, e nesta estrutura há a considerar o papel dos chefes tradicionais. É preciso dizer que em geral se encaram estes problemas de chefes tradicionais numa ótica que não corresponde de maneira nenhuma à realidade: pensa-se que este aspecto da superestrutura da vida africana está verdadeiramente muito enraizado e que é muito difícil desenraizá-lo. Mas o colonialismo mudou muito as coisas neste domínio: por um lado, há muitos grupos étnicos que não têm chefes tradicionais, que são sociedades sem Estado às quais os portugueses impuseram algumas vezes chefes que não são da mesma etnia. Portanto, vê-se já uma fraqueza de base para os chefes tradicionais, por um lado, e, por outro lado, mesmo nas etnias como os fulas, os manjacos, os mandingas, havia toda uma estrutura tradicional de sucessão de chefes que os portugueses não respeitaram porque muitos destes chefes não correspondiam às exigências do colonialismo. Então, os portugueses substituíram aquele que devia ser o chefe pelo seu primo ou instalaram mesmo outro sem qualquer parentesco com

o chefe ou o grupo e criaram assim toda uma situação que retira à palavra tradicional todo o seu verdadeiro significado.

O suicídio religioso significava trabalhar para que as diferenças religiosas não fossem utilizadas para insuflar divisões na população, por exemplo, entre muçulmanos e não muçulmanos; cristãos e não cristianizados.

Num país onde as mulheres eram maioria numérica e, historicamente, são o esteio da comunidade, não seria viável levar adiante a luta de libertação nacional sem a sua participação efetiva. Assim, para envolvê-las no processo era necessário o suicídio de sexo ou do patriarcado. A participação das mulheres na luta e principalmente na liderança do Partido foi defendida por Amílcar Cabral (1974, p. 49) como um dos imperativos para o avanço na luta de libertação nacional. Mas, ele sabia que o Partido nasceu e operava numa sociedade patriarcal. Logo, essa cultura de subalternização das mulheres estaria também no seio do Partido. Ele disse que havia resistência surda, calada, contra a participação das mulheres entre as lideranças do Partido. Acusou que alguns camaradas faziam o máximo que podiam para evitar que as mulheres mandassem, mesmo quando havia mulheres mais qualificadas; homens, que não queriam entender que a liberdade do povo era também a liberdade para as mulheres, a soberania nacional significava a participação das mulheres, e que a força do Partido valia mais tanto quanto as mulheres fizessem parte da sua liderança junto com os homens.

Ao exortar os seus camaradas sobre a observância dos princípios éticos do Partido, Amílcar Cabral (1974, p. 59-60) chamou particular atenção para o comportamento com relação às mulheres.

Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que têm mais do que uma mulher e que, na luta, têm feito mais filhos que trabalho. [...] Chegou o momento de acabarmos com responsáveis ou dirigentes que não querem que as nossas mulheres avancem também, para serem responsáveis ou dirigentes. [...] Um responsável ou dirigente do Partido cuja preocupação é, em qualquer lado que chegue, procurar as raparigas mais bonitas para conquistá-las, esse está a agir pior do que um agente dos tugas. Porque, primeiro, está a cortar-nos a possibilidade de dignificar, de levantar as mulheres da nossa terra; Um bom responsável do nosso Partido hoje, um bom dirigente, que cumpre o seu dever como deve ser e que tem consciência da nossa luta, tem que ser capaz, como um homem que tem necessidade de uma mulher, ou como uma mulher que tem necessidade de um homem porque é normal ter-se uma companhia — de escolher seriamente a sua companhia, para dar exemplo como deve ser. Nas condições da nossa terra, qualquer pessoa que manda pode ter, em geral, tantas mulheres quantas quer. Essa é que é a África de hoje ainda. Vejamos os ministros da África em geral: quantas mulheres têm? Mas não avançam nada com a sua terra.

Amílcar Cabral (1974, p. 50) alertou que ninguém devia aproveitar a autoridade recebida do Partido, por causa do cargo que exercia, para arranjar rapariga (moça). “Quem

quer *badjudas*, hoje ou amanhã, pode arranjá-la, conquistá-la, casar com ela, mas não utilizar a autoridade do Partido para ter tantas mulheres quantas deseja. Enquanto houver isso, estaremos a enganar-nos e a dar razão aos tugas e a todos os inimigos do nosso povo”. Exortou que todos e todas se levantassem e avançassem; não são só os homens, porque as mulheres também são parte do povo.

Aqueles que entenderam que a mulher tem direito de avançar, de ter instrução, de ir à escola como qualquer ser humano, para fazer qualquer trabalho, como ela é capaz de fazer; aqueles que entenderam bem que um homem enquanto tiver três, quatro mulheres, nunca será um homem de verdade e que não há nenhum povo que possa avançar com homens com quatro mulheres; aqueles que entenderam bem que se o seu filho for fêmea não a pode vender, assim como não pode vender a mãe, que não é nenhuma escrava (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 106).

O Partido focou a mobilização nas mulheres, mas, no lugar de impor mudanças imediatas nas relações de poder entre homens e mulheres, trabalhou, concomitantemente, pelo reconhecimento da realidade concreta dos costumes patriarcais e pela conscientização dos homens (“matchos”) sobre a necessidade de engajá-las em condições de equidade. Amílcar Cabral (1974, p. 22) afirmou que houve avanços não da forma desejada, mas, aos poucos, os homens no Partido e nas Zonas Libertadas começaram a reconhecer a importância da participação (protagonística, não mera presença produtiva e maternal) das mulheres no processo. Ele citou que, por exemplo, “no começo, os homens não queriam reuniões com as mulheres. Passo a passo, não forçamos, enquanto noutras áreas as mulheres entraram logo nas reuniões, sem problemas”. Em outras palavras, as mulheres entraram com facilidade nas áreas tradicionalmente atribuídas a elas, como do lar, apoio logístico, professoras e enfermeiras. Mas, as portas eram muito estreitas para elas nos postos de liderança do Partido.

Outro ponto da mobilização foi a necessidade de se reduzir – na impossibilidade de eliminá-la – a histórica animosidade entre guineenses e cabo verdianos. Essa seria uma forma de suicídio de nacionalidade. Referi no capítulo um que a xenofobia contra cabo-verdianos, por causa dos privilégios políticos e socioeconômicos em detrimento de guineenses, fez parte da estratégia divisionista do regime português contra os movimentos pela independência nacional, sobretudo durante a administração do governador António Spínola. Mas, a estratégia de Spínola foi tardia, pois, o Partido já estava avançado no trabalho de mobilização e da conscientização dos guineenses e cabo-verdianos sobre a necessidade de se unirem em torno da causa da libertação dos dois países. O Partido sabia que, para começar, era importante debelar, senão eliminar as contradições entre Guiné e Cabo Verde.

O status relativamente privilegiado de cabo-verdianos na Guiné foi identificado por Amílcar Cabral.



A contradição que havia [...] era a seguinte: muitos funcionários e empregados coloniais na Guiné são cabo verdianos, vários chefes de posto são cabo-verdianos, e dado que, em Cabo Verde a instrução foi mais desenvolvida, mais possibilidades existem para os cabo-verdianos conseguirem emprego, do que para os próprios filhos da Guiné. Isso pode parecer que eles (cabo-verdianos) é que estão a tomar nas [em] suas mãos os interesses do povo da Guiné (LOPES, 1982, 1974, p. 16).

O Manual Político do PAIGC (novembro de 1974, p. 12 apud LOPES, 1982, p. 104), ao falar de classes no contexto da luta de libertação, citou que

A libertação nacional não é pôr em prática as resoluções da ONU, mas sim libertar verdadeiramente as forças produtivas do nosso país para as pôr em movimento ao serviço do nosso povo. Mas, naturalmente que há, seja no interior do país, seja, sobretudo no plano das relações exteriores com o domínio colonial, um problema de classe. A dominação colonial na nossa terra é a dominação da classe dirigente portuguesa sobre o nosso povo ou, se o preferirem, sobre a nossa nação considerada no seu conjunto como uma classe e, portanto, a primeira contradição a resolver é exatamente acabar com essa dominação de classe do estrangeiro sobre nós.

O Partido focou a mobilização inicial “[...] nas camadas urbanas susceptíveis de participar na luta política” (LOPES, 1982, p. 24). Até porque, como pontuado pelo sociólogo guineense, entre as pessoas que integravam o Partido, contavam-se muitos funcionários da administração pública, do comércio e assalariados da Capital. “Um dos grupos organizados era o dos operários do porto de Pidjiguiti”. Uma das primeiras ações políticas, de acordo com Lopes, foi a mobilização de estivadores para uma greve por melhores salários e condições de trabalho. O sociólogo guineense disse que, na época, os estivadores não eram sindicalizados porque apenas os trabalhadores assimilados tinham permissão legal para criar sindicatos. “Em Julho de 1959 começa a contestação por parte dos operários e em Agosto tem lugar a greve” e as forças portuguesas responderam com massacre do dia 3 de agosto.

O passo seguinte foi a mobilização dos camponeses, que, na percepção do Partido, não tinham ainda consciência sobre o estado de exploração em que viviam. Lopes (1982, p. 24) pontuou um aspecto da perversidade da economia colonialista que também já citei no capítulo anterior:

[o]s portugueses nunca ocuparam terras, a exploração dos camponeses fazia-se pelos preços praticados, inferiores ao valor real das mercadorias. Os camponeses continuavam a ter a posse das terras, que eles cultivavam segundo as suas tradições. A única modificação do contexto produtivo passava pelo processo de comercialização: os camponeses desenvolviam a monocultura dos produtos que interessavam aos portugueses e deviam em seguida comprar a estes os produtos de que necessitavam.

Lopes (1982, 24-25) reconheceu que a conscientização não era uma tarefa fácil, pois, era necessário expor os desequilíbrios provocados pelo colonialismo, as contradições sociais tais como os trabalhos forçados, a obrigação de pagamento de impostos, o tratamento racista e a utilização sexual das mulheres. O PAIGC (1974, p. 13) acrescentou mais um aspecto da

ideologia colonialista que devia ser desconstruído durante a mobilização: a utilização da ignorância como arma de dominação.

Durante milhares de anos, os povos foram mantidos na ignorância por aqueles que viviam do seu trabalho, que os exploravam: os colonialistas levaram este procedimento ao extremo. Assim, os colonialistas portugueses, por exemplo, mantinham na ignorância as populações da Guiné e de Cabo Verde; eles tentavam fazer-lhes crer que elas não eram africanas, mas portuguesas; eles tentavam fazer-lhes crer que elas não tinham uma história própria, não tinham passado e que a história começava somente a partir do momento da chegada dos primeiros navegadores portugueses, às costas da África (PAIGC, 1974, p. 13).

Os quatro suicídios pressupunham a construção da consciência de identidade coletiva ou da já citada noção de pertencimento e, ao mesmo tempo, o combate ao tribalismo ou etnicismo, sectarismo religioso, divisionismo entre guineenses e cabo verdianos e outros grupos fenotípicos e culturais que viviam na Guiné.

Quando um indivíduo tem consciência de sua identidade e se percebe parte de uma coletividade, a tendência é que prospere o sentido de unidade do grupo ou, no caso das pretensões do Partido, da unidade nacional. Ao versar sobre a noção de “pertencimento”, Ribeiro-de-Sousa (2021) afirmou que “[...] o ser humano é indivíduo, sujeito único, mas também é grupo, não subsiste isolado e psiquicamente equilibrado”. Assim, a “vida” humana é uma procura contínua por agregar e acomodar de maneira confortável e produtiva essas duas forças psíquicas num uno, isto é, o chamado do singular (independência, “não pertencimento”) e o chamado do plural (dependência, “pertencimento”). Isto é, “[a]o mesmo tempo em que há necessidade de se construir uma identidade genuína, faz falta a consciência de uma identidade coletiva sempre em progresso”.

A comunicação foi outro elemento importante na estratégia do Partido para envolver a população na luta de libertação nacional. Freire (1978, p. 162) citou que Amílcar Cabral tinha compreensão do papel da cultura e da língua na luta de libertação nacional, precisamente sobre a assimilação ou desafricanização das minorias urbanas que, pelo fato de viverem sob e em volta do poder colonial, entregavam-se à cultura e à língua do dominador. Já as grandes majorias camponesas, que escapavam dos efeitos diretos do poder destruidor do colonizador, conseguiam preservar os traços marcantes da sua cultura.

Nas aldeias, por exemplo, a transmissão oral de tradições e lendas era muito importante entre as etnias da Guiné-Bissau. O site [Guinee-Bissau.net](http://Guinee-Bissau.net) (2013) citou que

[a] linguagem ainda é principalmente oral e transmitida por mulheres. Elas transmitem a história do povo, suas façanhas, seus ritos e suas virtudes. Gosto pronunciado por línguas, poesia, louvor, épicos [...], desenvolvimento de uma literatura. Nesta transmissão oral das tradições, não nos esqueçamos de mencionar o importante papel desempenhado pelos griots (historiadores). A maioria dos Peuhl é multilíngue. A beleza é buscada, a proibidade, a sabedoria, a inteligência e a

discrição estão entre as regras a serem seguidas em pulaaku, essas regras flexíveis que regem a ‘pulanidade’.

O exemplo dos fulas vale para outras etnias. As pessoas mais velhas ensinavam aos mais novos sobre as tradições e sobre os valores da vida e da sociedade. Os ensinamentos são, geralmente, feitos através de canções de *griots* em rodas de conversas ao final da tarde e à noite.

Carlos Lopes (1982, p. 47) afirmou que a atenção do Partido foi centrada na mobilização da população à rejeição do colonialismo e que essa “mobilização implicava um quadro particular que precisava de uma linguagem susceptível de sensibilizar as classes trabalhadoras” e todo o povo guineense para a luta contra a dominação estrangeira. O sociólogo guineense citou que “Amílcar Cabral, na sua obra ‘As Palavras de Ordem’ do Partido, mostrou aos jovens quadros, saídos principalmente das franjas da pequena burguesia e do ‘lumpen’ proletariado, quais eram as mensagens a transmitir; e, sobretudo, ensinou-os, através de um método apropriado, a elaborar um discurso tendo em conta as condições de luta da Guiné colonial”.

Nesse sentido, ainda antes da independência, o Partido já tinha apostado na informação por reconhecer a sua força mobilizadora na luta de libertação nacional. Carlos Lopes (1982) afirmou que, em janeiro de 1960, o Partido publicou em Londres a brochura ‘A Verdade sobre as Colônias Africanas de Portugal’. No fim do mesmo ano, lançou o ‘Libertação’, um jornal de circulação mensal, ciclostilado de cerca de 500 exemplares. Junto com a rádio homônima, o periódico tratava dos problemas da luta armada na perspectiva de uma crescente consciência política e revolucionária, e preparava os militantes, elevando o seu moral no *front* de combate. Tinha como objetivos ‘contribuir para o trabalho de mobilização das massas; ser um instrumento útil na luta do Partido para um acompanhamento do desenvolvimento dessa luta e da sua repercussão no exterior; ser um meio para dar a conhecer as lutas de outros povos; estimular a consciência nacionalista do povo; aumentar a formação e reforçar as convicções revolucionárias dos militantes; e ser um jornal de ação partidária, um órgão de combate.

De acordo com Lopes (1982), o jornal Libertação noticiava e propagandeava os grandes acontecimentos do Partido e de outros partidos nacionalistas africanos; emitia comunicados de guerra e mensagens do Secretariado Geral do Partido ao povo; noticiava com pormenores os combates, a ação do inimigo, vitórias e mortes no campo de batalha, visitas de delegações amigas as zonas de influência do Partido, bem como a participação do PAIGC em reuniões e conferências internacionais.

Destacou que,

[e]m Novembro de 1965 foram publicadas as ‘Palavras de Ordem’[...] proferidas por Amílcar Cabral [...]. Era uma publicação da Comissão de Organização, Formação, Política e Ideológica. Quase um manual de atuação em estado de guerrilha, procurando definir princípios, meios e objetivos de ação do PAIGC e da população em geral, projetando mesmo linhas do futuro estado independente. O PAIGC fez difundir textos de mensagens, discursos e intervenções de Amílcar Cabral, bem como outros documentos ciclostilados, pelos quadros e militantes do Partido. Esses exemplares não tinham grandes tiragens, mas eram de grande valor para o Partido no seu trabalho de definição ideológica e de determinação da linha de atuação política. Outras publicações surgiram também seguindo o mesmo perfil. Tais foram os casos de ‘Blufo’, órgão dos Pioneiros ‘Abel Djassi’ e ‘PAIGC Actualités’, em francês para divulgação no exterior das atividades do Partido (LOPES, 1982, p. 47).

De acordo com Amílcar Cabral (1974, p. 43), o Partido foi alvo de campanhas de difamação, não só dos colonialistas portugueses, mas também de africanos que usaram uma rádio em Dakar, para fazer tal propaganda difamatória. Então, a ação de mobilização implicava também a desconstrução da narrativa do regime colonialista e dos seus aliados africanos.

O PAIGC (1974, p. 113) resumiu o sistema colonial português em três características principais: foi o primeiro país colonialista; a sua economia nacional dependia dos monopólios das potências coloniais mais poderosas, particularmente da Inglaterra; e era um regime político fascista instituído em 1926. Esse sistema, de acordo com o PAIGC (p. 117), negava todos os direitos aos povos das colônias e submetia-os aos abusos dos funcionários administrativos quase todos enviados da Metrópole e também de Cabo Verde. Acrescentou que a administração colonial portuguesa baseou-se sempre no princípio de que as populações autóctones das colônias eram inferiores, selvagens e incapazes (PAIGC p. 113-114). Por isso, deviam ser administradas diretamente pela Metrópole. Essa foi a razão da criação do “Estatuto do Indigenato”. Durante a sua vigência, todas as principais decisões concernentes à colônia eram tomadas pelo ministro das Colônias, obedecendo a seguinte cadeia: as ordens do ministro das Colônias, que eram executadas pelos Serviços da Administração Civil, eram passadas para o governador geral de cada Colônia que as transmitia para os seus subordinados diretos; destes para os administradores dos Concelhos e de Circunscrição e, na sequência, para os chefes de Posto. Foi através dessa descentralização vertical do poder que a administração portuguesa recrutava também a mão de obra para vários serviços públicos e empresas públicas e privadas, cobrava impostos e observava o cumprimento das ordens superiores.

Esse sistema de administração tinha dois objetivos: manter uma cadeia de controle político e as atividades produtivas das populações das colônias em todos os níveis; e orientar integralmente a exploração econômica das colônias através de empresas concessionárias

portuguesas e estrangeiras. Entretanto, quando na década de 1960 os povos das suas colônias pegaram em armas reivindicando independência, a administração portuguesa mudou de estratégia na forma de dominação, a começar com a exclusão dos termos “colônia”, em vigor desde 1927, e “indígena” nos documentos oficiais. A nova lei da administração central em Lisboa determinou que, doravante, as colônias passariam a ser chamadas de “províncias do Ultramar” (1961) e que os habitantes, tanto da Metrópole, quanto das suas possessões no Além-Mar, eram “cidadãos portugueses”. A mudança do termo colônia para província foi uma solução jurídica e maquiagem semântica para contornar a pressão internacional contra o colonialismo. Na prática, entretanto, as mudanças eram apenas nominativas, pois, o essencial do colonialismo português foi mantido. O que mudou foram apenas as duas nomenclaturas; a natureza do sistema colonial português permaneceu. Na verdade, tornou-se brutal, através das ações dos agentes da segurança do Estado.

Além de sofrerem as consequências do pouco desenvolvimento da Metrópole, ficavam também emperradas por causa da política econômica colonial. Portugal colonial, sobretudo a partir da instauração do regime fascista, limitou o desenvolvimento econômico das ‘colônias’. Dois fatores explicavam tal postura: De um lado, a própria incapacidade de investir em programas de desenvolvimento. Um país pouco desenvolvido e com as forças produtivas atrofiadas não tinha como se desenvolver e expandir investimentos para as suas colônias. “A massa dos colonos é baixo nível profissional e cultural: 30% de analfabetos; grande número está ocupado no pequeno comércio ou na agricultura” (PAIGC, 1974, p. 115-116). Do outro lado, o regime português tinha receio de que o desenvolvimento econômico das colônias balizasse a formação de burguesias locais fortes o que poderia servir de incentivo à criação de movimentos independentistas.

O Partido sabia que a massificação da ignorância como arma de dominação, com suas representações simbólicas, podia produzir impressões e expectativas falsas da realidade e avançar sobre a diversidade e originalidade cultural de um país (NESI; PACHECO, 2011, p. 80). Por exemplo, quando soubemos que o homem tinha chegado à Lua, na nossa roda de intervalo das aulas na Escola Missionária de Bula, a conversa foi de que, se, de fato, o homem chegara à Lua, era porque Deus quis. No nosso ambiente sociocultural, todas as habilidades humanas eram dádivas da onisciência e da onipotência divina. Logo, se alguém conseguiu mesmo viajar para tão longe, foi porque conseguiu decifrar as mensagens criativas que Deus carimbou na mente humana. Nós acreditávamos que todo o conhecimento vinha de Deus. Mas, que Deus? No contexto em que vivíamos, tendíamos a acreditar que poderia ser a divindade cristã, não os deuses étnicos. Na acepção colonialista, não foi só a nossa história

que terá começado com a chegada dos europeus, a salvação divina e a nossa entrada no mundo civilizado e abençoado por Deus, também. Nós que éramos cristianizados, mesmo não abandonando por completo as nossas cosmovisões étnicas, assimilamos essa visão da realidade.

#### 4.2 AMÍLCAR CABRAL

Foto 5 – Amílcar Cabral.



Fonte: PAIGC, 1974.

Não conheci Amílcar Cabral (foto 5) em pessoa. No entanto, como a maioria dos guineenses da minha geração, escutei falar dele através de pessoas que chegavam do exterior, sobretudo do Senegal, e suas palavras através da Rádio Libertação. Para as autoridades portuguesas, no entanto, ele era um “turra”, o arquiteto intelectual e pedra angular dos terroristas que sabotavam a unidade da Grande Pátria Portuguesa. Por isso, acreditaram que derrubá-lo seria um passo importante para a desarticulação do Partido. Foi um raciocínio que se provou equivocado, pois, quando conseguiram assassiná-lo em 1973, a consciência política dos militantes já estava consolidada nas Zonas Libertadas e o Partido já tinha ganhado a

guerra política e diplomática. Amílcar Cabral já era reconhecido na ONU e em muitas instâncias internacionais. Gadotti (2012, p. 82, citando ESCOBAR, 1994, p. 81) afirmou que, em conversa na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), em 1984, com Miguel Escobar, Alfredo Fernández e Gilberto Guevara, Paulo Freire manifestou admiração por Amílcar Cabral e comparou a grandeza do líder guineense e cabo-verdiano à de Che Guevara; citou que os dois (Amílcar Cabral e Che Guevara) “[...] se encontraram pela primeira vez na Guiné-Bissau”. E os “dois ficaram em silêncio olhando um para o outro. [...] Depois se abraçaram, embora Amílcar fosse baixinho e Guevara bem alto”.

A chegada da independência tornou Amílcar Cabral a figura central na vida pública da Guiné-Bissau e Cabo Verde. O Comandante Dik da Ringue mencionou o seu nome, no discurso daquela manhã de maio de 1974 em Bula. Aprendi mais sobre o camarada Cabral ou Abel Djassi, quando fiz parte da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) também em Bula. Muito mais aprendi sobre ele e dele na disciplina de “Formação Militante”. Duas obras, “História – A Guiné e as ilhas de Cabo Verde”, escrita pelo Partido, e “Unidade e Luta”, de sua própria lavra, tornaram-se referências paradigmáticas para essa disciplina e para o estudo das ideias gerais do Partido.

Pela sua grandeza política, Amílcar Cabral lembrava Fidel Castro em Cuba, Joseph Broz Tito na (agora inexistente) Iugoslávia, Agostinho Neto em Angola e Eduardo Mondlane em Moçambique. O nome dele estava em quase todos os documentos oficiais e discursos dos camaradas do Partido tanto na Guiné-Bissau, quanto em Cabo Verde. Ele foi o ideólogo do processo da independência e da reconstrução da Guiné-Bissau.

Amílcar Cabral nasceu no dia 12 de setembro de 1924 em Bafatá, cidade localizada 150 quilômetros a Leste de Bissau. Filho de mãe guineense da etnia fula e de pai cabo-verdiano, o jovem Amílcar Cabral estudou no liceu da cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente. O PAIGC (1974, p. 170) disse que foi durante os estudos em Cabo Verde que ele começou a afirmar o seu comportamento de ruptura com a política assimilacionista e repressora do governo colonialista português.

Em 1945, ele chegou à Lisboa para se graduar no Instituto Superior de Agronomia. Durante esse período na capital do Império, ele integrou correntes de pensamento revolucionário de esquerda e movimentos nacionalistas e anti-imperialistas que agitavam o mundo. Participou em campanhas pela paz, nos movimentos da juventude progressista e grupos de articulação dos futuros movimentos de luta pela libertação das colônias portuguesas na África.

O PAIGC (1974, p. 170) afirmou que

[e]m Lisboa, Amílcar Cabral e um grupo de companheiros, estudantes africanos originários das colônias portuguesas travam várias lutas no sentido de reencontrarem as suas raízes africanas e de adotarem em conjunto os meios adequados de luta contra o colonialismo. É nesta perspectiva que procuram revitalizar a ‘Casa d’África’ e animam várias iniciativas culturais na ‘Casa dos Estudantes do Império’.

Concluídos os estudos, ele trabalhou como pesquisador na Estação Agronômica de Lisboa, antes de regressar para Bissau onde, entre outras atividades, participou no recenseamento agrícola da Guiné. Os dois empregos ajudaram-no a conhecer a realidade do povo português fora dos campos acadêmico e urbano e a da província da Guiné, principalmente o Interior onde habitava a esmagadora maioria da população guineense e onde as etnias mantinham as raízes das suas tradições culturais.

Ele percebeu também a realidade geográfica que seria útil na guerra. A realidade que o Partido levaria em consideração para iniciar a luta de libertação nacional: terra quase sem montanhas – a maior elevação fica no Sudeste do país, com 300 metros de altitude – e cortada em grande parte por muitos braços do mar, não rios. Reconhecendo a minha ignorância, sempre chamei de “rios” as águas que recortam o território guineense, correndo do Interior em direção ao Atlântico. Mas, na verdade, são quase todos “braços de mar”, conforme a constatação deixada por Amílcar Cabral (1974, p. 27):

[...] Na Guiné, terra cortada por braços de mar, que nós chamamos rios, mas que no fundo não são rios: Farim só é rio para lá de Candjambari; o Geba só é rio de Bambadinca para cima e por vezes mesmo para lá de Bambadinca há água salgada; Mansoa só é rio depois de Mansoa para cima, já a caminho de Sara, perto de Caroalo; Buba, esse não é rio de lado nenhum, porque até chegarmos à terra seca, é só água salgada; Cumbidjã, Tombali são todos braços de mar, a não ser na parte superior com um bocadinho de água doce na época das chuvas [...]. O único rio de fato a sério, na nossa terra, é o Corubal”.

Amílcar Cabral (1974, p. 27) percebeu que essa realidade geográfica tinha suas vantagens e desvantagens estratégicas na luta armada de libertação nacional. Por exemplo, no começo da guerra, de acordo com o líder do Partido, “[...] era muito bom haver muitos rios na nossa terra, muitos braços de mar, riozinhos etc., porque assim isolamo-nos, podemos defender-nos sempre dos tugas, criar-lhes dificuldades com terrenos molhados [...]”. Porém, observou ele, os rios eram também desvantajosos para o Partido, uma vez que foram umas das poucas vias de circulação das forças portuguesas, principalmente quando os combatentes atacavam com frequência as rodovias e as aeronaves. Ponderou que, “[s]e a nossa terra fosse toda fechada, com as andanças todas em que estamos nesta luta, o tuga já estava desesperado porque os quartéis não tinham comida. Mas, como eles têm barcos e a nossa gente não ataca bastante os barcos, eles podem usar os braços de mar para levar comida e material aos seus quartéis do interior” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 27). Afirmou que hoje “[...], se Bissau



estivesse no Continente, se não houvesse a ilha de Bissau, se não fosse o Corubal, se o rio Mansoa não estivesse do outro lado, já estávamos dentro de Bissau, todos os dias daríamos tiros em Bissau como o fazemos em Mansoa, por exemplo [...]”.<sup>53</sup> Já prevendo o futuro da Guiné independente, o líder do Partido disse que a existência de vários braços do mar, além de facilitar a navegação de navios para além da costa atlântica, viabilizaria a construção de muitos portos no Interior.

Em 1954, em Bissau, Amílcar Cabral criou uma associação recreativa de nome “Club Desportivo” que foi imediatamente interdita pelo governo português. Foi obrigado a mudar-se para Angola e só podia visitar a Guiné uma vez por ano. Porém, enquanto realizava trabalhos sobre a cultura do algodão e da cana de açúcar, ele colaborou com o movimento nacionalista angolano, o MPLA, liderado por Agostinho Neto. Estudou as características do colonialismo português, articulou-se com outros movimentos de libertação das colônias portuguesas e debateu com revolucionários africanos e de outras partes do mundo as estratégias para a luta diplomática e armada de libertação nacional.

Amílcar Cabral tinha percebido a luta não como um processo de destruição total do “inimigo português” para a reconstrução de uma futura nação independente, ou algo limitado à geografia da Guiné e Cabo Verde.

Por isso, como notaram Sangreman e outros (2006, p. 11), corroborando Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, na obra “Guerra Colonial” (Lisboa, Diário de Notícias, 1999, p. 10),

Amílcar Cabral ocupou um dos mais importantes lugares entre todos os dirigentes nacionalistas das colônias portuguesas. Os seus princípios procuraram ser claros tanto quanto à Guiné, como aos povos dos outros territórios portugueses, tendo orientado o seu pensamento e ação por duas ideias fundamentais: a luta nacionalista fazia-se contra o regime português e não contra o povo português, também ele vítima da ditadura; e a luta contra o regime português era a luta comum dos nacionalistas de todas as colônias portuguesas.

O PAIGC (1974, p. 140), ao falar da fundação do Partido, no dia 19 de setembro de 1956, destacou que

[n]ão se trata de um acontecimento vulgar, de mais um fato a acrescentar à longa lista de realidades que traduzem a heroica e tenaz resistência do povo guineense e cabo-verdiano à presença portuguesa e à dominação e exploração colonial, com todo o seu cortejo de abusos, arbitrariedades, brutalidades e crimes. Mas, sim, um acontecimento decisivo na vida e na história do povo da Guiné e Cabo Verde que, assim, encontrava o instrumento fundamental capaz de o libertar do jugo estrangeiro e retomar o curso da sua história, interrompido pela conquista e dominação colonial portuguesa.

---

<sup>53</sup> Ibidem, 1974, p. 27.

Para avançar os objetivos da libertação nacional, o Partido estabeleceu como seu primeiro princípio a “Unidade e Luta” e, definindo a noção de unidade e sua importância para a luta de libertação, Amílcar Cabral (1974, p. 3) usou várias metáforas. Por exemplo, a de garrafa como uma unidade:

[...] Claro que podemos tomar unidade num sentido que se pode chamar estática, parado, que não é mais que uma questão de número, por exemplo, se considerarmos o conjunto de garrafas que há no mundo, uma garrafa é uma unidade. [...] Essa é a unidade que nos interessa considerar no nosso trabalho, da qual falamos nos nossos princípios do Partido? É e não é. É, na medida em que nós queremos transformar um conjunto diverso de pessoas, num conjunto bem definido, buscando um caminho. E não é, porque aqui não podemos esquecer que dentro desse conjunto há elementos diversos.

Ele enfatizou que “[...] o sentido de unidade que vemos no nosso princípio é o seguinte: quaisquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo”. Amílcar Cabral (1974, p. 4) recorreu também a um time de futebol, para exemplificar a noção de unidade:

Um time de futebol é formado por vários indivíduos, 11 pessoas. Cada pessoa com o seu trabalho concreto para fazer quando o time de futebol joga. Pessoas diferentes umas das outras: temperamentos diferentes, muitas vezes instrução diferente, alguns não sabem ler nem escrever, outros são doutores ou engenheiros, religião diferente, um pode ser muçulmano, outro católico, etc. Mesmo de política diferente, um pode ser de um Partido, outro de outro [outro]. Um pode ser da situação, como por exemplo, em Portugal, outro pode ser da oposição.

O líder do Partido ensinou que, se os jogadores, no momento em que estão a jogar, não se focarem no objetivo principal, não conseguirão ser um time de futebol. Mesmo conservando cada um a sua personalidade, as suas ideias, a sua religião, os seus problemas pessoais, e mantendo um pouco da sua maneira de jogar, todos eles têm que obedecer a uma coisa: agir em conjunto, para meter gols contra o time adversário e ganhar o jogo.

Ele recorreu ainda ao exemplo de balaio com frutas na cabeça de uma vendedora; frutas que podem ser mangas, bananas, papaias, goiabas etc. De acordo com Amílcar Cabral (1974, p. 4), quem vê o balaio de frutas percebe um conjunto que representa uma unidade e uma questão fundamental: a venda de frutas.

Isto é para dar aos camaradas uma ideia do que é unidade e para dizer aos camaradas que o fundamento principal da unidade é que para ter unidade é preciso ter coisas diferentes. Se não forem diferentes, não é preciso fazer unidade. Não há problema de unidade. Ora para nós o que é unidade? Qual é o objetivo em torno do qual devíamos fazer unidade na nossa terra? Claro que não somos um time de futebol, nem um balaio de frutas. Nós somos um povo, ou pessoas de um povo, que a certa altura da história desse povo tomaram certo rumo no seu caminho, criaram certos problemas no seu espírito e na sua vida [...] (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 4).

Para Amílcar Cabral (1974, p. 5), o fundamental para o Partido era os militantes entenderem que a unidade faz a força, pois, a partir do momento em que alguns nacionalistas

perceberam a necessidade de expulsar os colonialistas, pôs-se o problema do uso da força, para enfrentar a dos colonialistas. Por isso, “[...] quanto mais gente se unir, quanto mais unidos estivermos, nós correspondemos àquilo que todo o mundo sabe e que é: a união faz a força”. A preocupação dele com a questão da unidade, como uma das forças motoras da luta de libertação, baseou-se nas “contradições” que existiam tanto na Guiné, quanto em Cabo Verde. Na província da Guiné, de acordo com Amílcar Cabral, “[n]o meio da nossa sociedade, por exemplo, qualquer pessoa que pensa a sério na nossa luta, sabe que se todos fossem muçulmanos, ou todos fossem católicos, ou animistas [praticantes de religiões étnicas ou tradicionais africanas], quer dizer acreditar em ‘iran’ [entidade divinatória], era mais simples. Pelo menos nenhuma força contrária aos interesses do nosso povo poderia tentar dividir-nos por causa da religião”.

Já em Cabo Verde, onde a esmagadora maioria da população era cristã, logo havia poucos problemas religiosos, “a não ser algumas pequenas questões entre protestantes e católicos”, a contradição era de ordem socioeconômica, de pessoas que possuíam terras e a maioria, não. Por causa dessas contradições, o “inimigo, por exemplo, força contrária a nós, da qual queremos libertar a nossa terra, pode pôr do seu lado aqueles que têm terra, contra nós, na ideia de que nós queremos tirar-lhes a terra. Assim como na Guiné, ele pode pôr os régulos [reis das etnias ou das aldeias] contra nós, na ideia de que lhes queremos tirar o mando” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 6).

O líder do Partido concluiu que o problema da unidade surgiu na Guiné e em Cabo Verde “não por causa da necessidade de juntar pessoas com pensamentos políticos diferentes, mas, sim, por causa da necessidade de juntar pessoas com situação econômica diferente [...] com situação social diferente, com culturas diferentes, incluindo a religião” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 6). E esses problemas de unidade ou contradições foram explorados pelos colonialistas com o propósito de dividir os guineenses, os cabo-verdianos e pôr guineenses contra cabo-verdianos e vice-versa. Ele percebeu a unidade também como um meio para se atingir os objetivos da luta de libertação nacional, e observou que, como não era possível mobilizar todas as pessoas para a luta, bastava certa quantidade de adesão. Chamando a atenção para a política colonialista de dividir para reinar, Amílcar Cabral (1974, p. 33) afirmou que a realidade cultural em Cabo Verde resultou do fato de que os colonialistas deixaram alguns cabo-verdianos estudarem, porque precisavam de gente para fazer papel de seus agentes. Citou que o mesmo procedimento foi utilizado pela Inglaterra na Índia e pela França no Benin (antigo Daomé).

Para defender a conexão cultural de Cabo Verde com a África, Amílcar Cabral (1974, p. 34) afirmou que muita gente pensava que Cabo Verde fosse a cidade da Praia ou que a ilha de São Vicente fosse a cidade de Mindelo. Na verdade, a cidade da Praia é a capital do país e Mindelo é a maior cidade da ilha de São Vicente. Observou que quem conhecia o mato em Cabo Verde, sentia que o país era uma realidade africana tão palpitante como qualquer outro pedaço do continente africano. Argumentou que “[...] a cultura do povo de Cabo Verde é africaníssima: nas crenças é idêntico – há em Santiago o ‘polon’ que alguns ainda consideram como árvore sagrada. Não há muitos ‘polons’ por causa das numerosas secas. Mas os que existem ainda, ninguém toca neles”. Exemplificou que no arquipélago existia a feitiçaria (‘morundade’), a crença em “‘almas’ que aparecem de noite, gente que voa, que faz; que acontece, como interpretação da realidade da vida que é perfeitamente igual à África”. Acrescentou que se produziu no arquipélago o encontro e a fusão cultural de vários grupos étnicos; e que até os anos 1940, havia ainda grupos que mantinham certas características próprias levadas da África. Citou “[...] grupos que se fixaram para os lados da Praia, em Santiago, [que] tinham a sua tabanca, que designavam mesmo assim as festas que faziam eram dum dado tipo, enquanto noutros lados, na Achada Santo António, por exemplo, já é outro tipo de tabanca, quanto mais a gente de Santa Catarina, dos Picos etc.”.<sup>54</sup>

Amílcar Cabral (1974, p. 7-8) usou outra metáfora, a da oposição entre a força gravitacional, que retém corpos na superfície da Terra, e a força centrífuga causada pela rotação do planeta, para explicar a força que os colonialistas fizeram para ocupar a Guiné e Cabo Verde e outras colônias. Disse que, no caso concreto da luta conduzida pelo Partido, “[...] os colonialistas portugueses ocuparam a nossa terra [...], exerceram uma força sobre a nossa sociedade, sobre o nosso povo. Força que fez com que eles tomassem o nosso destino em suas mãos, fez com que parassem a nossa história para ficarmos ligados à história de Portugal, como se fossemos a carroça do comboio de Portugal”. Ele explicou a razão da sua revolta contra o colonialismo e o fundamento do seu engajamento na luta pela independência da Guiné e Cabo Verde e a defesa da unidade dos dois países:

Eu vi gente morrer de fome em Cabo Verde e vi gente morrer de açoites na Guiné (com bofetadas, pontapés, trabalho forçado), entendem? Essa é que é a razão da minha revolta. Mas a razão fundamental da luta pela unidade da Guiné e Cabo Verde é a própria natureza da Guiné e Cabo Verde que nos leva a isso. São os próprios interesses da Guiné e Cabo Verde que nos levam a isso (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 17).

---

<sup>54</sup> Ibidem, 1974, p. 34.

O líder-fundador do Partido foi enfático na defesa da unidade entre a Guiné e Cabo Verde. Para ele, qualquer pessoa que estudasse os problemas a sério, que conhecesse a história a sério, saberia que não era possível a luta no território guineense, se não fosse junto com o arquipélago. Da mesma forma, não era possível a luta em Cabo Verde, se não fosse junto com a Guiné. De acordo com o líder do Partido, a prova concreta foi que nenhum movimento exclusivista e focado apenas na independência da Guiné avançou. Também não houve movimento em Cabo Verde, só de cabo verdianos, que tenha avançado. Para ele, o Partido era o único movimento em condições de articular essa unidade, pois, diferentemente dos outros movimentos nacionalistas nos dois países, percebeu que, “[...] por natureza, por história, por geografia, por tendência econômica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 17).

Para Amílcar Cabral (1974, p. 16), a contradição entre guineenses e cabo verdianos era coisa da cidade, porque não se percebia esse problema no Interior, e, mesmo existindo filhos da Guiné nas mesmas condições das dos cabo-verdianos, nunca tinha havido contradição entre as pessoas das cidades e das tabancas. Ele afirmou que a contradição existia porque alguns guineenses da cidade ressentiam-se da vida que os cabo-verdianos tinham como administradores, chefe de posto e funcionários públicos. Concluiu que a contradição que podia existir entre guineenses e cabo-verdianos era sobre a busca de bons empregos e, possível, cargos na administração colonialista. “Por exemplo, um indivíduo que tem 2.º grau ou 3.º ano do liceu na Guiné, vê um cabo-verdiano que vem e toma um lugar de chefe de posto, que come galinha, cabrito, a quem tiram o chapéu etc., e ele não conseguiu isso ainda; nasce certa coisa [raiva; frustração] nele” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 16-17).

Em Cabo Verde, a fome fez com que milhares de pessoas emigrassem principalmente para os Estados Unidos, Portugal, França, Senegal e, obviamente, para a Guiné, que era uma extensão cultural do arquipélago. Muitos cabo-verdianos também foram expatriados para São Tomé e Príncipe e Angola, para fazerem trabalhos subalternizados e muito mal remunerados. Amílcar Cabral (1974, p. 31) constatou que, além da desgraça provocada pela exploração colonialista e pela fome, havia também em Cabo Verde uma desgraça interna: a “[...] exploração da nossa gente pela nossa gente. [...] Muito povo de Cabo Verde sofreu por causa da exploração dos donos das terras, cabo verdianos mesmo. Assim como na Guiné [Bissau], uma parte do grande sofrimento do nosso povo estava nas mãos da nossa própria gente”.

Amílcar Cabral (1974, p. 18) chamou a atenção para o fato de que os colonialistas sabiam da contradição que existia entre alguns setores da pequena burguesia nas cidades e os

cabo-verdianos. A esperança deles era “[...] mobilizar os guineenses para combater os cabo-verdianos que não prestam e que estavam na Guiné como chefes de posto”. Da mesma forma, queriam “[...] mobilizar os cabo-verdianos [...] para combater duro contra os filhos da Guiné, para não deixarem levantar, para não deixarem ser livres”. Mas, a estratégia da administração portuguesa não deu tão certo como esperado, pois, guineenses e cabo verdianos engajaram-se na luta de libertação nacional dos dois países.

De acordo com Amílcar Cabral (1974, p. 18), mesmo entre as pessoas que ficaram em Bissau, poucas embarcaram, por exemplo, na campanha radiofônica, lembrando sempre que a radiodifusão era o único meio de comunicação social de massa de maior penetração em todas as regiões num país da população esmagadoramente analfabeta. Ele citou alguns poucos guineenses em Bissau (Alfa Umarú e Malam Ndjai) e “algum bandido que fugiu da República da Guiné ou do Senegal” que aceitaram fazer propaganda na “Rádio dos tugas” contra o Partido.

Ao perceberem que não conseguiriam dividir, efetivamente, guineenses e cabo-verdianos, os colonialistas adotaram uma nova estratégia: a de unir a população guineense e cabo-verdiana sob a pátria portuguesa. Assim, de acordo com Amílcar Cabral (1974, p. 18), as autoridades portuguesas passaram a propagandear em português e até mesmo em crioulo o slogan: ‘Filhos da Guiné e Cabo Verde vocês são um só, debaixo da bandeira de Portugal’. Ele lembrou-se de que, mesmo assim, o regime português não parou de disseminar o divisionismo entre guineenses e cabo-verdianos. Por exemplo, enquanto dizia que os dois povos eram uma coisa só sob a bandeira portuguesa, na propaganda, em língua mandinga, falava que os cabo-verdianos não prestavam. Numa outra propaganda, tratava de lembrar que *‘Eu sou filho da Guiné, completo, não sou filho de estrangeiro como alguns que nasceram aqui’*. Podia-se entender no subtexto dessa propaganda que “Filho completo da Guiné” referia-se aos guineenses originários, em exclusão aos cabo-verdianos, que, mesmo tendo nascido na Guiné, eram “filhos de estrangeiros”.

Apesar das campanhas de divisão empreendidas pelo regime português, o Partido conseguiu mobilizar o povo.<sup>55</sup> Amílcar Cabral (1974, p. 19) afirmou que, no começo da luta de libertação nacional, os portugueses diziam: ‘Fulas, com vocês é que vamos ganhar esta

---

<sup>55</sup> Povo e População – Amílcar Cabral (1974, p. 109-110) distinguiu os dois conceitos: “A definição de povo depende do momento histórico que se vive na terra. População é toda a gente [...], povo [...] é aquela gente que quer correr com os colonialistas portugueses da nossa terra. Isso é que é povo, o resto não é da nossa terra nem que tenha nascido nela. Não é povo da nossa terra, é população [...]”. Essa distinção aparece em algumas citações neste trabalho.

guerra, porque vocês é que são os melhores filhos da Guiné’. Fizeram o mesmo com os mandjacos, e diziam que os pepels é que faziam mal aos fulas; que os fulas é que faziam mal aos pepels. Tudo para confundir e dividir os guineenses. O Partido conseguiu unir as etnias guineenses, fazê-las entenderem que divididas nunca ganhariam a guerra contra uma força de ocupação muito mais poderosa. “No nosso Partido ninguém dividiu, pelo contrário, cada dia nos unimos mais. Aqui não há pepel, nem fula, nem mandinga, nem filhos de cabo-verdianos, nada disso. O que há é PAIGC e vamos para diante” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 19).

Para defender o parentesco entre guineenses e cabo-verdianos, Amílcar Cabral (1974, p. 19) citou o artigo ‘A Guiné e as ilhas de Cabo Verde – a sua unidade histórica e populacional’, que fora publicado na revista ‘Ultramar’. Esse artigo, de acordo com o líder histórico do Partido, reuniu todos os documentos disponíveis “nos arquivos dos tucas e estudou para onde é que os filhos da Guiné foram, quando foram enviados para Cabo Verde”. Ele citou que pessoas das etnias balanta, mandinga, beafada, entre outras, foram enviadas para a ilha de Santiago, e fulas, para São Vicente.

Amílcar Cabral (1974, p. 19) argumentou que, se a unidade entre a Guiné e Cabo Verde era uma necessidade para se chegar à independência dos dois países irmãos, o mesmo entendimento valia também para os países vizinhos e para toda a África. Para ele, quem tinha conhecimento tanto da História, da realidade histórica do povo guineense e cabo-verdiano, quanto dos interesses desses povos e da África e da questão de estratégia de luta, sabia que não havia independência da Guiné sem a independência de Cabo Verde. Da mesma forma, não havia independência da República da Guiné, do Senegal e da Mauritânia, sem a de Cabo Verde. “Só quem não entende nada de estratégia é que pode pensar que esta África pode ser independente, com Cabo Verde ocupado pelos colonialistas. É impossível. Assim como, vice-versa, não pode haver independência de Cabo Verde a sério, sem a independência da Guiné, e sem a África ser independente a sério [...]”.<sup>56</sup>

Gadotti (2012, p. 95) observou que a “luta pela unidade interna e pan-africana se constituía também em objetivo de outros partidos e de outras lideranças africanas como Nelson Mandela” que, na defesa que fez perante o Supremo Tribunal de Pretória que o julgava por suposta traição à pátria, afirmou que

[...] durante toda a minha vida dediquei-me a esta luta do povo africano. Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra [igual Cabral dizia]. Acarinhava sempre o ideal de uma sociedade livre e democrática em que todas as pessoas possam viver juntas em harmonia e com iguais oportunidades. É um ideal

---

<sup>56</sup> Ibidem, 1974, p. 19.

pelo qual tenho esperança de viver e realizar. Mas, é um ideal pelo qual estou disposto a morrer' (MANDELA, 1994, p. 54 apud GADOTTI, 2012, p. 95).

A semelhança de ideias de Nelson Mandela com as de Amílcar Cabral encontrava guarida nos movimentos africanistas e pan-africanistas que ganharam força e se articularam depois da Segunda Guerra Mundial dentro da África e na diáspora.

Ao falar das particularidades do Partido, especificamente, com relação ao projeto de unidade Guiné e Cabo Verde, Amílcar Cabral (1974, p. 20-21) lembrou-se de um pequeno diálogo com um dirigente africano, cujo nome ele não revelou: “‘Vocês são inteligentes (*djiro*)’. Perguntamos-lhe por que, e ele disse: ‘Eu conheço a vossa gente na Guiné e a vossa gente em Cabo Verde. Se conseguirem de fato o que estão a fazer, apesar de uma terra pequenina, hão de ser um país forte dentro da África’”. Amílcar Cabral deu muita importância à compreensão da realidade da Guiné (Bissau) e Cabo Verde. Ele entendia que, para o Partido, o ser humano não é determinado pela ideia, nem só pela realidade empírica; “[...] é parte da realidade, que existe independentemente da vontade do homem, e o homem, na medida em que adquire consciência da realidade, na medida em que a realidade influencia a sua consciência, cria a sua consciência, ele pode adquirir a possibilidade de transformar a realidade a pouco e pouco”.

Voltando a atenção para os militantes do Partido, sobretudo os seus dirigentes, Amílcar Cabral (1974, p. 22) alertou que, na luta de libertação nacional, os dirigentes não deviam nunca confundir as ideias pessoais com a realidade concreta. Para ele,

[...] quem dirige uma luta de libertação nacional deve ter muitas coisas na cabeça, cada dia mais, tanto a partir da própria realidade da sua terra, como da realidade doutras terras, mas ele deve medir, fazer planos, respeitando a realidade e não aquilo que tem na cabeça. Isso é muito importante, e o fato de não o respeitar tem criado muitos problemas na luta de libertação dos povos, principalmente em África (p. 22).

E enfatizou:

Eu posso ter a minha opinião sobre vários assuntos, sobre a forma de organizar a luta, de organizar um Partido, opinião que aprendi, por exemplo, na Europa, na Ásia, até mesmo talvez noutros países de África, nos livros, em documentos que li, com alguém que me influenciou. Mas não posso pretender organizar um Partido, organizar uma luta de acordo com aquilo que tenho na cabeça. Tem que ser de acordo com a realidade concreta da terra. Podemos dar muitos exemplos. Claro que não podemos pretender, por exemplo, organizar o nosso Partido de acordo com os partidos da França ou de qualquer país da Europa, ou mesmo da Ásia, com a mesma forma de Partido (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 22).

Tal como fez com relação ao sentido geral das ideologias, Amílcar Cabral deu importância à aprendizagem com outras experiências, emulação de ideias alheias que poderiam ser úteis na mobilização para a luta. Mas, defendeu que, jamais, se devia pretender o transplante dessas ideias ou experiências exógenas sem, primeiro, avaliar a sua viabilidade e aplicabilidade nas realidades guineense e cabo-verdiana. Por exemplo, no início da



mobilização da população, o Partido estava convencido de que, se mobilizasse os trabalhadores das cidades para fazerem greves, protestarem e reclamarem, a administração colonialista mudaria de atitude e daria a independência.

Ele mesmo reconheceu a falha de entendimento da realidade guineense.

Em primeiro lugar, na nossa terra, os trabalhadores não têm tanta força como noutras terras. Não é uma força tão grande do ponto de vista econômico, porque na nossa terra é fundamentalmente no campo, que reside a grande força econômica. Mas no campo era quase impossível fazer greves, dadas as condições da situação política do nosso povo, da sua consciência política, e até dos seus interesses imediatos. Assim, tínhamos que adaptar a nossa luta a condições diferentes, à nossa terra, e não fazer como se fez noutras terras (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 22).

Para armar a estratégia da mobilização e da luta armada de libertação, o Partido trabalhou também com a realidade concreta da Guiné e de Cabo Verde. No território guineense, as terras contíguas permitiam o trânsito para e dos países vizinhos, particularmente os limítrofes Senegal e República da Guiné. Em Cabo Verde, por ser um arquipélago, a mobilidade ficava prejudicada. Por isso, o Partido arranjou outros meios (ações políticas, greves, sabotagens etc.), para desenvolver as suas atividades no arquipélago.

Amílcar Cabral (1974, p. 23) reconheceu que o Partido cometeu um erro grave na análise antes da luta no que concernia à situação de alguns chefes tradicionais, sobretudo das etnias fula e mandjaca. “Não o tomamos bem em atenção, porque partimos do seguinte princípio: eles (os seus grandes) anteriormente lutaram contra os tugas, foram vencidos, portanto, devem ter vontade de lutar outra vez. Foi um erro; enganamo-nos”. A mobilização foi relativamente difícil nas etnias mandjacas e fulas, não por causa da população em si, mas porque alguns chefes étnicos duvidavam das verdadeiras pretensões do Partido. O reconhecimento do erro atestava a necessidade de se conhecer a realidade concreta e cultural de cada etnia, como apontei anteriormente neste capítulo.

Lopes (1982, p. 102) percebeu considerável evolução no pensamento de Amílcar Cabral no que com relação à participação de diferentes camadas sociais no processo da libertação nacional. Quando jovem militante, antes do nascimento do Partido e da luta de libertação, as suas análises tinham pendor pelo marxismo ortodoxo. Lopes citou:

É ao proletariado da Guiné que cabe o papel de dirigir a luta anticolonialista. Existem grandes possibilidades de realizar a aliança necessária entre o proletariado e o campesinato. A pequena burguesia poderá jogar o papel de burguesia nacional revolucionária. Os trabalhadores urbanos possuem as condições necessárias para que o trabalho de tomada de consciência política seja imediatamente realizado no seu seio, dado possuírem uma visão concreta da unidade nacional (LOPES, 1982, 102 citando correspondência de Mário de Andrade de 15 de abril de 1949).

Essa mudança de curso foi um indicativo da capacidade que Amílcar Cabral tinha de perceber as realidades concretas, especificamente do país, e buscar soluções práticas para cada

contexto. Quando ainda jovem carregado dos ideais marxistas, os argumentos dele para o movimento de libertação nacional eram quase um copia-e-cola do marxismo ortodoxo. Porém, ao estudar a situação socioeconômica e cultural da Guiné e Cabo Verde, ele percebeu que as premissas marxistas, baseadas na análise das realidades europeia e ocidental, não teriam uma aplicação literal nos contextos guineense e cabo-verdiano. Estava claro, por exemplo, que o proletariado era um elemento residual, quase inexistente nos anos 1950 nos dois países, e a burguesia, na verdade, a pequena-burguesia resumia-se a comerciantes, pequenos fazendeiros (“ponteiros”, donos de sítios). Logo, as premissas marxistas precisavam de adequação às condições concretas dos dois países.

Citando o sociólogo guineense Carlos Lopes (2004, p. 3), Gadotti (2012, p. 94) notou que Amílcar Cabral conhecia a fundo o marxismo, ‘mas mostrava também a capacidade de não se prender às ideologias que tinham pouca relevância quando falava didaticamente com os seus guerrilheiros’. Isto porque o “objetivo principal de Amílcar era a unidade nacional e sabia que qualquer ideologia fechada dificultaria essa unidade, princípio fundamental da luta pela libertação, de acordo com o Programa Básico do PAIGC, de janeiro de 1962”. Gadotti (2012, p. 94) citou que “Amílcar Cabral e o PAIGC conheciam bem os desafios que tinham pela frente: de um lado, lutar contra o colonizador e, do outro lado, reconstruir o país e criar uma nova nação no contexto maior da unidade africana”. Enfatizou que não se tratava de uma ideologia doutrinária que deveria ser seguida de forma sectária. “Muito pelo contrário, Amílcar Cabral deu demonstração clara de que estava reinventando o marxismo como ideologia, realçando o papel da educação, da cultura e da ideologia na formação da consciência crítica e no processo de libertação nacional”.

Mallot (2021), citando Paulo Freire e Basil Davidson, destacou três particularidades políticas de Amílcar Cabral: contextualização da teoria e das experiências e espírito de unidade e luta.

O líder do Partido percebeu, com relação à contextualização das teorias, que teorização por teorização era inútil num processo de luta de libertação. Por isso, tratou de valorizar a imersão de abstrações à realidade concreta da Guiné, ou seja, o povo devia, não só entender a interação das forças por trás do desenvolvimento da sociedade, como também forjar, de forma concreta e criativa, uma prática anticolonial.

Se as teorias deviam ser contextualizadas à realidade concreta, as experiências também deviam ser lapidadas aos contextos onde se pretendesse replicá-las. Para derrotar o colonialismo português na Guiné, o Partido não poderia simplesmente reproduzir as táticas de lutas de outros contextos, por exemplo, de Cuba, por mais exitosa que tivesse sido, como,

realmente, foi na luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista. Em vez de transplantar experiências de outros lugares na realidade guineense e cabo-verdiana, toda luta, em particular, tinha que basear suas táticas numa análise das especificidades de seu próprio contexto. Por isso, apesar de reconhecer o valor dos princípios gerais que Ernesto Guevara esboçou em sua obra “Guerrilha”, Amílcar Cabral defendeu a não aplicação cega dessas ideias no nosso país. “Por isso, para determinar as táticas para a luta na Guiné, o Partido tinha que levar em conta as condições geográficas, históricas, econômicas e sociais do nosso próprio país”.

No discurso na Primeira Conferência Tricontinental em Havana de Cuba, ele foi enfático no argumento de que a realidade não se importa de outro país e revolução não é mercadoria.

Sabemos, de fato, que o desenvolvimento de um fenômeno em movimento, qualquer que seja seu condicionamento externo, depende principalmente de suas características internas. Também sabemos que no nível político – por mais perfeita e atrativa que seja a realidade de outros – somente podemos transformar verdadeiramente nossa própria realidade com base em um detalhado conhecimento sobre ela e em nossos próprios esforços e sacrifícios (AMÍLCAR CABRAL, 2008, p. 154 apud ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 33).

Romão (2012, p. 33) percebeu ousadia na afirmação de Amílcar Cabral por tê-la feito em Cuba, um país que era reconhecido pela “exportação revolucionária” de especialistas e militares em apoio às colônias (inclusive para a Guiné-Bissau) em processo de libertação e aos países amigos. O autor destacou outro trecho do discurso que “certamente” causou “algum desconforto entre os presentes no evento trilateral, muito mais para os próprios anfitriões cubanos”. Nesse trecho, destacado por Romão, Amílcar Cabral afirmou que, “apesar da grande similitude entre os nossos casos e apesar de nossos inimigos serem idênticos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias exportáveis’[...]”.

A terceira particularidade política de Amílcar Cabral foi o espírito de unidade nacional como uma das condições fundamentais para a construção do Partido e o desenvolvimento da libertação nacional. Por isso, ele detectou interconexão entre a luta política, a luta armada e a luta cultural, pois, a resistência era também uma expressão cultural.

Gadotti (2012, p. 64) citou que os laços históricos e culturais da Guiné e Cabo Verde eram de tal forma evidente que Amílcar Cabral “nunca empreendeu um esforço sistemático para justificá-la, ou para teorizá-la, o que não deixa de ser interessante, se comparado, por exemplo, com o esforço que Cabral despendeu para explicar outras questões, como o problema de classes, a relação entre a cultura e a luta de libertação nacional [...]”.

Nesse particular, o pensamento de Amílcar Cabral pode ser resumido numa palavra: “mobilização” (LARS RUDEBECK apud LOPES, 1982, p. 101). A mobilização foi uma das características essenciais da luta de libertação conduzida pelo PAIGC. Esta característica fez da Guiné-Bissau “um caso particular na história moderna africana, dado que a organização do movimento de libertação nacional atingiu um grau extraordinário de mobilização” (LOPES, 1982, p. 101). O sociólogo guineense apontou dois fatores para o sucesso do Partido nesse processo de mobilização: consciência nacional e anticolonialismo visceral do povo guineense que, durante quase cinco séculos, foram explorados por Portugal.

Lopes (1982, p. 92) lembrou-nos de que Amílcar “Cabral sempre afirmou que ‘o povo não luta por ideias que estão na cabeça de alguém, mas sim por bens concretos e por uma vida melhor’. No dia em que a política governamental puser em prática estes princípios, a negativa autonomia socioeconômica de Bissau e as ameaças que pendem sobre a unificação do povo (todas as etnias conjuntamente) talvez venham a pertencer ao passado”. Ou seja, ao povo não interessavam as palavras não sustentadas na realidade concreta. Lopes enfatizou que Amílcar Cabral

[...] conseguiu provar que uma prática revolucionária não é possível senão tendo em conta as realidades específicas de uma formação social e através da elaboração de uma teoria adaptada a essas realidades. Por conseguinte, nenhuma prática pode existir sem teoria. Aliás, é por esta razão que a sua tese sobre a ligação dialética entre a luta de libertação nacional, por um lado, e a cultura, por outro, serviu de base à consciencialização dos militantes do PAIGC, sobre a realidade política guineense (LOPES, 1982, p. 101).

Amílcar Cabral tratou de basear a teoria no autoexemplo de vida e na prática cotidiana; na realidade concreta, sem arrogância intelectualista nas relações com os camaradas do Partido e com a população. Freire (1978, p. 152) afirmou que “Amílcar Cabral, em diversos seminários de capacitação para militantes, analisou temas de alta relevância prático-teórica, de maneira realmente concreta e objetiva. Jamais minimizou a capacidade de conhecer dos seus camaradas camponeses”. O educador brasileiro citou a afirmação de Amílcar Cabral com relação à necessidade de “o intelectual pequeno-burguês ter a coragem de suicidar-se como tal para, renascendo como trabalhador revolucionário poder dar uma contribuição real à luta de libertação, não era nele uma frase feita, um jogo retórico de palavras”. Freire (p. 152) pontuou que

Amílcar Cabral falou do que fazia. Daí que jamais se tivesse admitido como possuidor exclusivo da verdade e do conhecimento revolucionário que ele devesse, no máximo, num gesto momentâneo de desprendimento, oferecer como presente aos seus camaradas camponeses. Pelo contrário, como todo o verdadeiro revolucionário, Cabral foi sempre um educador-educando do seu povo, de quem era, ao mesmo tempo, por isso mesmo, um aprendiz constante.

Amílcar Cabral tinha também a capacidade de comunicação com o povo simples. Para tal, usava metáforas e símbolos guineenses, cabo-verdianos e africanos. Freire (1978, p. 69) citou a recordação de um militante do Partido sobre um dos vários atos simbólicos de Cabral num seminário:

Em certo momento da sua conversa com os camponeses [...] à sombra também de uma árvore, Cabral levanta-se, com uma semente de dendê na mão e, escolhendo um sítio adequado, cava o chão e planta-a. Depois, olhando os camponeses em volta, diz-lhes: ‘Muita coisa vai acontecer no nosso país, feita por nós, pelo povo da Guiné, antes que a palmeira que nascerá desta semente dê os primeiros frutos’.

Como não imitava teorias de forma cega, Amílcar Cabral também não era teorista. A teoria transparecia nas suas falas; não as dominava. Para Freire (1978, p. 70), ao falar de forma simples, com metáfora e simbolismos do dia a dia do povo, numa relação horizontalizada com os camponeses e os militantes, “Cabral começava o enraizamento, no meio do povo, do PAIGC em formação, ao mesmo tempo em que se intensificava o aprendizado da sua ‘re-africanização’, associada ao ‘suicídio de classe’ que se impunha aos intelectuais revolucionários africanos para ‘não trair os ideais da revolução’ sobre o que falou tão claramente nos seus textos”.

O PAIGC (1974, p. 177) afirmou que a “personalidade do dirigente revolucionário Amílcar Cabral permitiu ao [Partido] traçar, desde o seu aparecimento, uma estratégia de luta específica que tinha em conta a inexistência, na Guiné-Bissau, de um proletariado ou de camponeses sem terra, classes sociais motoras dos processos revolucionários tradicionais. O acumular de vitórias [...] prova a justeza do seu pensamento”.

Como citei na Introdução, “Amílcar Cabral [...] mostrou aos jovens quadros, saídos principalmente das franjas da pequena burguesia e do ‘lumpen’ proletariado, quais eram as mensagens a transmitir; e, sobretudo ensinou-os, através de um método apropriado, a elaborar um discurso tendo em conta as condições de luta da Guiné colonial” (LOPES, 1982, p. 46-47).

Para mobilizar o povo, de acordo com Lopes (1982, p. 102), Amílcar Cabral reconheceu que, sem uma ação eficaz, a existência de vários grupos étnicos podia impedir a criação de uma consciência nacional necessária para a concentração das forças que permitiriam a derrota dos colonialistas portugueses. Percebeu, então, que era necessário mobilizar todas as camadas da população, sem distinção étnica e de classe, mas enfatizando o papel dos camponeses que o Partido entendia reunir as melhores condições para o desenvolvimento da luta.

Com relação à unidade nacional, Lopes (1982, p. 105) citou Amílcar Cabral, que disse:

Podemos, evidentemente, tomar unidade num sentido que se pode chamar estático, parado, que não é mais que uma questão de número; por exemplo, se considerarmos o conjunto de garrafas que há no mundo, uma garrafa é uma unidade. Se considerarmos o conjunto de homens reunidos nesta sala, o camarada Daniel Barreto é uma unidade. E por aí fora. Essa é a unidade que nos interessa considerar no nosso trabalho, de que falamos nos nossos princípios do Partido. É e não é. É na medida em que queremos transformar um conjunto diverso de pessoas num conjunto bem definido, buscando um caminho. E não é, porque aqui não podemos esquecer que dentro desse conjunto há elementos diversos. Pelo contrário, o sentido de unidade que vemos no nosso princípio é o seguinte: quaisquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo. Quer dizer, no nosso princípio, unidade é tomada no sentido dinâmico, de movimento.

Lopes (1982, p. 106) argumentou que a tese do líder-fundador do PAIGC pode também ser usada para explicar a unidade interétnica e a necessidade da criação da nação, no contexto da luta de libertação pela construção do Estado. Ao contrário do Ocidente colonialista que usava a noção de “civilização” como um distintivo entre os brancos e os negros africanos considerados culturalmente inferiores, o líder-fundador do Partido definia a civilização como um conjunto das características sociais, morais e econômicas de um povo. Colocava a tônica na diversidade étnica dos guineenses, no respeito à diversidade como condição *sine qua non* para o sucesso dos objetivos da luta de libertação nacional. Nesse contexto, o povo torna-se sujeito, ‘novo ser social’ no processo da luta. “O fator político mais importante nas regiões libertadas [Zonas Libertadas] é a participação cada vez mais alargada da população na direção do nosso Partido e noutros órgãos dirigentes. O nosso povo tem, pela primeira vez, a experiência de ser dono do seu próprio destino na escola quotidiana duma democracia revolucionária em pleno desenvolvimento” (MÁRIO DE ANDRADE, 1949, p. 116 apud LOPES, 1982, p. 105).

Ao falar da importância que Amílcar Cabral dava à cultura, à escrita no processo da luta de libertação nacional, Basil Davidson<sup>57</sup> (1969, p. 185 apud LOPES, 1982, p. 30), citou uma prosa poetizada do primeiro líder do PAIGC:

*[...] houve outras realidades objetivas que não chegou a ver. Por exemplo, as flores de Quitáfine. Porque, sabes, também há flores: só não tivemos tempo de te as ir mostrar. Flores azuis-amarelas-lilases, flores cor de arco-íris, flores vermelhas como o sol-poente, e também brancas (mas não como os colonos), brancas e puras como a pomba de Picasso. E Lebeta Na N’Kanha – desta vez não a militante do Partido, mas a mulher, a jovem rebelde, fina como uma gazela, a mãe de família, a mulher cuja opinião é escutada pelo marido, a cultivadora de arroz. Mas, mais uma vez, não tivemos tempo para*

---

<sup>57</sup> “*Révolution en Afrique, la libération de la Guinée portugaise*. Paris: Editions du Seuil: Coleção “Combats”, 1969.

*isso; não chegaste a falar com Lebete, a mulher. Mas apercebeste-te da cor dos seus olhos, da pureza do seu sorriso, da graça dos seus gestos? Poderá uma luta, mesmo a mais justa, como é a nossa, arrogar-se o direito de monopolizar o tempo a tal ponto que chegue a silenciar a voz de Lebete, a mulher? (...) E as crianças também. Não só aquelas que viste, bem vestidas, bem perfiladas a cantar com vozes cheias de esperança o hino do nosso Partido, da nossa nação ainda por nascer. Mas crianças sem roupas, crianças deformadas pela subalimentação, crianças que não têm brinquedos, mas têm estômagos entumecidos habitados por vermes, crianças que parecem crianças-balões. Também não tiveste tempo para falar com elas. Crianças solenes, a falar do nosso Partido, da nossa luta, dos colonialistas, de todas as espécies de armas, a fazer perguntas dolorosas: ‘Vimos fotografias de crianças da terra dos brancos. Parecem felizes e não têm barrigas grandes. Por quê?’ E, contudo, crianças que continuam crianças, a razão da nossa luta, o futuro do nosso país.*

*Viste também os nossos anciãos, simples militantes ou funcionários do Partido. Barbichas brancas na rocha negra dos seus rostos: fez-te lembrar a neve nos cumes das tuas montanhas? Se assim foi, nada mau: porque é a neve da experiência que nenhum sol poderá derreter, e que nós respeitamos mesmo quando a dialética da lógica não está sempre do seu lado. Os anciãos são os nossos museus, as nossas bibliotecas, os nossos livros de história – o presente e o passado. E falam bem, também: ‘A luta é a grande mentira que se transforma em verdade.*

No entanto, Amílcar Cabral não era um poeta; era “um homem prático, ativo, guerrilheiro, que escreveu sobre poesia. É que, na vasta obra escrita que ele deixou, desenvolveu reflexões sobre temas que tratam desde a luta pela independência até os que falam sobre a poesia produzida em Cabo Verde” (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 23). Ele escrevia sobre poesia ou usava a poesia para se comunicar com o povo. Na mesma obra, Romão afirmou que,

[s]e não tiver em conta o conceito de Razão enquanto projeto totalizante de uma nova sociedade, ao qual nenhum tema humano é indiferente, pouco se compreenderia sobre a dedicação de Amílcar Cabral à literatura, especialmente à poesia. [...] Mesmo em se tratando de uma forma tão pessoal de expressão cultural, a poesia constitui para ele o produto de uma criação coletiva, transindividual (p. 23-24).

O estudioso brasileiro acrescentou que

A poesia, como toda manifestação artística e malgrado todo seu caráter individual, próprio à personalidade do poeta, é necessariamente um produto do meio em que ela toma sua expressão. ‘Em outras palavras, por maior que seja a própria influência do indivíduo sobre a obra que ele produz, esta é sempre, em última análise, um produto do complexo social onde ela foi engendrada’ (AMÍLCAR CABRAL, 1975b, p. 26, grifo de ROMÃO e GADOTTI, p. 24).

Amílcar Cabral percebeu que, como sujeito coletivo de lavra individual, a literatura podia ser transformada em instrumento da libertação e da conscientização revolucionária.

Com relação à literatura, Romão (2012, p. 24) destacou que a

[o]utra característica inerente à consciência revolucionária é a admissão do princípio do sujeito transindividual da criação econômica, política, social, científica, artística, religiosa etc. Somente o sujeito coletivo é capaz de transformações profundas, revolucionárias. É mesmo em criações idiossincráticas por excelência, como é o caso da poesia, o sujeito individual pode ter um peso específico, mas os traços individuais expressos na obra jamais são suficientes para explicar o significado profundo da produção poética. É isto que Cabral demonstra, no mesmo texto, explicitando como a poesia cabo verdiana deixou de ser uma expressão colonizada, para se tornar um instrumento da independência do país e que, a partir da publicação da *Clareza*, transformou-se em uma manifestação do próprio nacionalismo resistente à colonização. Amílcar Cabral viu no título do periódico literário a expressão de uma intencionalidade de ruptura com a obscuridade anônima e alienada da poesia colonizada.

Percebe-se que as letras e a arte fizeram parte das várias formas de resistência e foram incorporadas à mobilização e formação da identidade guineense e cabo-verdiana. Reportei-me ao meu amigo Jaci Gonçalves, a quem já citei algures neste trabalho, para afirmar que na poesia, na prosa, na canção, nas artes, em geral, a cultura popular se responsabiliza por revitalizar identidades (2018, p. 59). O professor Gonçalves referia-se no caso específico ao povo originário guarani no Rio Grande do Sul. Saindo do contexto da poesia e do cancionário popular gaúcho, ele expandiu a sua constatação para outras dimensões, dentre as quais duas da resistência cultural da população negra: a afrobrasilidade e a estética da negritude mundial.

A afrobrasilidade é a luta identitária da população negra brasileira e teve como uma das suas principais referências históricas a resistência dos quilombos, como a de Zumbi dos Palmares. “Nesse contexto histórico marcado pela transculturação [...] os quilombos estiveram presentes por todo o território nacional; os negros também estiveram presentes nas confrarias. Tidas como pouco decisórias, há a resistência estética do samba e de suas escolas, as terapias e medicinas religiosas do terreiro; as artes e sabedorias da capoeira” (GONÇALVES, 2018, p. 56). Atualmente, de acordo o antropólogo brasileiro, os negros “têm protagonizado um processo de negação das negações de identidade e, com os povos originários, vão além: procuram a afirmação de sua rica diversidade” cultural.

Sobre a estética da negritude mundial, que faz parte da etno-filosofia do Sul, Gonçalves<sup>58</sup> afirmou que

[o]s movimentos de afirmações internacionais seguem pelo mesmo caminho desde a década de 1960 na política, com Martin Luther King nos EUA, Léopold Senghor no

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 56.



Senegal e Mandela na África do Sul. Além disso, políticas de reparação com afirmações estéticas na diáspora africana contribuíram para o encontro da UNESCO sobre Direito à Diversidade Cultural em Durban, setembro de 2001 na África do Sul.

E enfatizou que

[a] própria criação de uma etno-filosofia tem respondido às sabedorias do norte do Equador com uma nova assertiva aos cartesianos. Isto vem bem resumido pelo pensador Eboussi Boulaga quando afirma que na identidade africana no personagem Muntu da obra *La crisi Du Muntu*, **não** vale o Eu penso, logo, existo! de Descartes, mas sobretudo o Eu Danço, então vivo! da sabedoria ancestral africana (GONÇALVES, 2018, p. 56-57).

Amílcar Cabral (1974, p. 103), que fazia parte dessa estética da negritude mundial e da etno-filosofia do Sul – embora na sua época o conceito de Sul Global não estivesse ainda em voga – afirmou que muita gente participou na luta na Guiné e em Cabo Verde, fazendo versos e prosas de contestação ou de denúncias ao colonialismo; algumas pessoas fechavam as janelas, as portas, o quarto e, assim, descompunham os ‘tugas’, com a relativa segurança de que não seriam escutadas, logo, não denunciadas (delatadas). Ele relatou o caso de resistência não armada de uma mulher bijagó que vendia água na ilha de Canhabaque: “O chefe de posto tuga diz-lhe: ‘um peso [1 real], não, cinco tostões [centavos]’ e dá-lhe os cinco tostões, mas ela derramou a água no chão – é uma maneira de lutar”. Amílcar Cabral (1974, p. 104) apontou também duas outras formas de participação na luta: a subserviência e a revolta. Argumentou que a subserviência, enquanto um ato de aceitar humilhações, é também uma forma de lutar. Com relação à revolta, ele citou uma experiência que ele tinha percebido em Angola:

Uma coisa, por exemplo, de que tive uma consciência e de que nunca me esqueço, passou-se em Angola, nas roças. Eu pensava que os contratados eram uns pobres diabos, que nunca se revoltavam; mas eles revoltam-se, um a um, raras vezes se sente que se revoltam, mas cada um procura fazer a sua revolta. Uns fazem-se passar por doidos, saem com catanas e cortam todas as palmeiras novas plantadas pelos colonialistas (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 104).

Ele concluiu que era uma maneira de lutar, uma revolta individual, silenciosa. “Quantas revoltas caladas na Guiné, que talvez ninguém tenha visto, quantas revoltas em Cabo Verde, em São Vicente, Santo Antão, Santiago: luta contra o colonialismo português” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 104).

Nesse sentido, se pode dizer que a resistência silenciosa e até rumorosa ao colonialismo é anterior à fundação do Partido e continuou durante a luta de libertação nacional. A novidade foi que o Partido tornou-se, como foi pontuado por Amílcar Cabral (1974, p. 104), o instrumento político dessas resistências ou lutas individuais e silenciosas. “Os camaradas podem dizer que o Partido é um instrumento-base, o instrumento-mãe. Se

quisermos, o meio principal que cria outros meios, ligados a ele. A raiz e o tronco, que dá outros ramos para o desenvolvimento da nossa luta”.

Romão e Gadotti (2012, p. 31, citando AMÍLCAR CABRAL, 1973, p. 61) destacaram que o líder do Partido deu importância à cultura no processo de luta pela libertação nacional porque as culturas oprimidas são indestrutíveis, mesmo sob a dominação colonialista, em que as elaborações da visão colonizadora são hegemônicas. E, quando em situação de repressão, humilhação, traição por determinados grupos que se compromissam com o poder estrangeiro, as culturas refugiam-se nos vilarejos, nas florestas e nos espíritos das vítimas da dominação.

Gadotti (2012, p. 90) citou que, para Amílcar Cabral, a cultura não tinha só tamanha importância na luta de libertação; era porque “a própria luta de libertação mexia com as entranhas de um povo”. O pesquisador brasileiro (p. 90-91) pontuou que essa conexão que Amílcar Cabral fez da cultura com a luta armada transpareceu na sua mensagem para a reunião de peritos sobre noções de raça, identidade e dignidade, organizada pela UNESCO, em Paris, de 3 a 7 de julho de 1972:

[...] a luta de libertação, que é a mais complexa expressão do vigor cultural do povo, da sua identidade e da sua dignidade, enriquece a cultura e abre-lhe novas perspectivas de desenvolvimento. As manifestações culturais adquirem um novo conteúdo e novas formas de expressão, tornando-se assim um poderoso instrumento de informação e formação política, não apenas na luta pela independência como também na primordial batalha do progresso (AMÍLCAR CABRAL, 1976a, p. 247).

Para Amílcar Cabral (1974, p. 34), apesar de diversas e diferenciadas em especificidades, as culturas étnicas na Guiné “têm um fundo igual de cultura, a sua interpretação do mundo e as suas relações na sociedade”. As etnias islamizadas, como mandingas e fulas, incluíam-se também nesse fundo cultural, porque, como ele percebeu, também carregavam uma base cultural das religiões étnicas africanas. Isto é, acreditavam em Alá, mas também nos ‘irans’ e nos ‘djambacosses’ (curandeiros); têm no Alcorão o seu livro sagrado, mas também amarram ‘gri-gri’ no braço. Essa duplicidade de crenças não era (não é) uma exclusividade dos muçulmanos na Guiné-Bissau; era uma conveniência comum na África.

Os guineenses cristianizados tinham e ainda têm o hábito de acender velas para o Deus, pai de Jesus Cristo, e pedir a ajuda à Virgem Maria. Mas, faziam tudo isso, sem deixarem de praticar os ritos religiosos consuetudinários, como ter ‘gri-gri’, buscar nos ‘djambacosses’ respostas sobre o futuro ou a viabilidade ou não de um projeto e aspergir aguardente e sangue de animais sacrificados em oferecimento aos deuses e espíritos dos antepassados. A bebida e o sangue eram aspergidos em árvores sagradas (polons) onde

acreditavam que habitavam os deuses. Mas, ao contrário do cristianismo, que se preocupava em civilizar os guineenses, desenraizando-os das suas culturas étnicas, o islamismo era mais tolerante com as culturas locais.

Amílcar Cabral (1974, p. 34-35) tinha um entendimento claro sobre as culturas étnicas guineenses. “Temos que gostar muito da nossa cultura africana, nós queremos-la muito, as nossas danças, as nossas cantigas, a nossa maneira de fazer estátuas, canoas, os nossos panos, tudo isso é magnífico”. Ele ponderou que havia muita gente que pensava que ser africano é saber sentar-se no chão e comer com a mão. Pensamento em parte verdadeiro porque esse costume não era apenas dos africanos. Há milênios, come-se com a mão, sentados no chão numa esteira, nos países árabes. Os vikings, povos que habitaram o Norte da Europa, também comiam com a mão. Logo, que “ninguém pense que é mais africano do que outro, mesmo do que algum branco que defende os interesses de África, porque ele sabe hoje comer melhor com a mão, fazer bem a bola de arroz e atirá-la para a boca”.

Amílcar Cabral (1977, p. 36) defendia que não tinha nada de errado os guineenses preservarem as suas culturas ancestrais e continuarem a praticá-las. Mas, precisavam de ultrapassar os aspectos complicados dessa cultura, como acreditar que usar “mesinho” na cintura previne de doenças ou pode evitar-lhes as balas dos inimigos. Ele afirmou que houve camaradas que morreram porque não se protegeram como deviam por acreditarem no poder protetor dos amuletos: “[...] houve camaradas nossos que morreram da seguinte maneira: chega um avião, todos se atiram para o chão, o avião bombardeia, mas não acontece nada. De repente, o camarada lembra-se de que não tem o ‘mesinho’ *consigo*, levanta-se, corre a casa, apanha o ‘mesinho’ e no regresso é metralhado e morre com o seu ‘mesinho’ na mão” (Amílcar Cabral, 1974, p. 37). Ele constatou que, com o tempo, os militantes do Partido ultrapassaram a percepção que tinham da floresta, por exemplo. No começo da luta de libertação, alguns camaradas evitavam algumas florestas porque acreditavam que eram habitats de deuses ou espíritos.

De acordo com Amílcar Cabral (1974, p. 37), muitos camaradas acreditavam que o Partido não devia instalar as suas bases em certos matos porque estava lá o ‘iran’. “Mas hoje, graças aos muitos ‘irans’ da nossa terra, a nossa gente entendeu, e o ‘iran’, também, que o mato é do homem, e ninguém mais tem medo do mato”. E, em tom zombeteiro, exemplificou que “Até o mato de Cobiana<sup>59</sup>, já lá estivemos bem, tanto mais que aquele ‘iran’ é

---

<sup>59</sup> O mato da localidade de Cobiana era considerado habitat de Iran. Logo, era sagrado. Como tal, não podia ser dessacralizado por uma guerra mundana. Aconteceu que, com o tempo, Cobiana acabou se tornando um dos principais bastiões do PAIGC, mas, para a administração portuguesa, uma incubadora de turas.

nacionalista, ele disse claramente que os tucas têm de ir-se embora, que não têm nada que fazer na nossa terra”. Em suma, os camaradas perceberam que, na floresta, não havia bicho algum ou espírito que pudesse impedir os humanos de adentrá-la.

Apesar de fazer essas críticas, Amílcar Cabral (1974, p. 36) afirmou que o Partido respeitou todas as crenças étnicas porque “[...] não podíamos de maneira nenhuma dizer aos camaradas para tirarem o ‘mesinho’ [...]”. Afinal, de acordo com o líder do Partido, os cristãos também recorriam às suas crenças religiosas, como agarrar-se à imagem de Nossa Senhora (de Fátima, de Lurdes etc.); ler trechos da Bíblia, dizer uma prece e benzer-se, em momentos de combates ou de perigo. “Os tucas vêm com a sua grande cruz no peito, e no momento em que o combate começa, beijam-na: é o seu ‘mesinho’. E há ainda os que fiam nos nossos próprios ‘mesinhos’”. Ele reconheceu que o recurso ao ‘mesinho’ era uma característica da África, e citou dois exemplos: no primeiro exemplo, ele falou de advogados que ele conhecia em outros países africanos que andavam com o seu “mesinho” na cintura (“rabada”) e, quando iam defender causas num tribunal, punham o seu grande “mesinho” e pensavam: ‘Nunca se sabe. Vai que eu ganhe’. E, no segundo exemplo, ele falou de “[...] camaradas de outra colônia portuguesa que pediram, porque a nossa luta avançou muito, se havia algum gri-gri bom que lhes mandássemos também” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 36-37).

Para Paulo Freire, citado por Gadotti (2012, p. 84), “Amílcar Cabral seria, ao mesmo tempo, um revolucionário e um pedagogo da revolução. Ele era pedagogo da revolução, não era só um pedagogo revolucionário”. Percebendo a influência do filósofo italiano Antonio Gramsci em Amílcar Cabral, Gadotti citou que o líder do Partido “valorizava a cultura, o papel da teoria, dos intelectuais e da sociedade civil, na transformação social”. Valorizava também a “cultura, como elemento essencial da história de um povo, fundamenta o movimento de libertação, que nada mais é do que a expressão política organizada da cultura”.

Gadotti (2012, p. 84-85) acrescentou:

Como Antonio Gramsci, Amílcar Cabral sublinhou o papel da educação e da cultura na transformação social e política, a importância da dimensão pedagógica da ação política e a dimensão política na ação pedagógica, numa época em que o chamado ‘campo progressista’ e até boa parte dos movimentos revolucionários socialistas, atribuíam pouco valor à educação no processo revolucionário. Transpondo essa temática para os dias de hoje, podemos dizer que, mesmo entre os intelectuais progressistas, ainda, muitas vezes, não se tem valorizado o papel da educação na transformação social, reservando-lhe apenas um ‘papel subalterno’.

Gadotti (2012, p. 84) citou o sociólogo guineense Carlos Lopes (2004, p. 3), que também percebeu a influência do filósofo italiano no pensamento de Amílcar Cabral:

‘A visão de Gramsci sobre organização do Partido e a definição do que deve ser o seu conteúdo revolucionário ou reformador, encontram-se presentes na obra de Cabral. A premissa gramsciana do otimismo da vontade contra o pessimismo da realidade está mesmo refletida na palavra de ordem de Cabral, ‘esperar o melhor, mas preparar-se para o pior’. Amílcar Cabral entendia bem a proposta de Gramsci sobre o intelectual orgânico e o papel da sociedade civil’.

Lopes (1982, p. 25) afirmou que, “[a]o mesmo tempo que se desenrolava a fase da mobilização nos campos, desencadeava-se uma ofensiva ao nível diplomático. Entre as diferentes ações realizadas pelo PAIGC é necessário sublinhar a elaboração de um relatório sobre o colonialismo português apresentado ao Comité das Nações Unidas para os territórios administrados por Portugal, em Junho de 1962”. Três anos depois, sob a proposta de Amílcar Cabral, realizou-se em Paris a “Reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta nas colônias portuguesas”. Um das consequências dessa reunião foi a criação, na clandestinidade em Lisboa, no ano seguinte, do “Movimento Anticolonialista” (MAC). Ele presidiu a CONCP, em representação dos movimentos das colônias portuguesas. Participou, em Treviglio, na Itália, no seminário “A luta das classes exploradas pela sua emancipação nos países subdesenvolvidos dominados pelo imperialismo”, que foi realizado em maio de 1964. Em 1965, foi publicada “As Palavras de Ordem”, a mais célebre obra de Amílcar Cabral. Nessa obra, o líder-fundador do PAIGC traçou as normas sobre a ação revolucionária na Guiné e em Cabo Verde.

Em junho de 1962, Amílcar Cabral apresentou, pela primeira vez, na ONU o trabalho intitulado “O povo da Guiné perante as Nações Unidas”, uma análise crítica ao colonialismo português e de defesa dos interesses do povo da Guiné e Cabo Verde. Em janeiro de 1966, ele dirigiu a delegação do Partido à já citada reunião da “Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina” (Tricontinental), realizada em Havana de Cuba. Em 1968 e 1969, denunciou os crimes do colonialismo português perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU. Em fevereiro de 1970, a convite da Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos, discursou numa sessão especial em homenagem a Eduardo Mondlane, primeiro líder da FRELIMO que fora assassinado em fevereiro de 1969. O evento contou com a participação de personalidades universitárias estadunidenses e canadenses e de representantes de organizações interessadas nos problemas da África. O líder do Partido conferenciou também sobre a luta de libertação nacional na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, e, dias depois, na Comissão dos Negócios Estrangeiros do Congresso estadunidense em Washington. Após esse encontro, o Congresso estadunidense publicou uma brochura com a exposição dele e o debate realizado a respeito.

Na mesma época, numa Conferência em Roma, Amílcar Cabral denunciou o colonialismo português perante 171 organizações nacionais e internacionais de 64 países do mundo (PAIGC, 1974, p. 174):

Tendo submetido o povo e a terra a uma exploração desenfreada, os colonialistas portugueses utilizam a fome para, por um lado, reforçar a sua dominação e, por outro lado, para dispor de uma mão de obra barata e até mesmo escrava. Mão de obra que eles exportam debaixo da etiqueta de trabalhadores ‘contratados’ para as grandes roças dos colonos brancos e das companhias coloniais de Angola e de S. Tomé (Palavras de Amílcar Cabral numa conferência de imprensa em Estocolmo, Suécia, em abril de 1971, sobre a situação de fome em Cabo Verde.).

Na 8ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) realizada em Addis-Ababa, em junho de 1971, Amílcar Cabral falou em nome dos movimentos de libertação africanos, na sessão de encerramento do evento:

Há pessoas ou combatentes que desesperam, mas os povos nunca desesperam. É necessário confiar nos povos e nós, combatentes da liberdade africana, nós que estamos prontos para morrer e vimos camaradas tombar ao nosso lado, nós não temos qualquer razão para não acreditar no destino da África, na capacidade de qualquer que seja o povo africano de se libertar totalmente do jugo colonial e racista e de tomar em suas mãos o seu destino, como vós próprios o fizestes (PAIGC, 1974, p. 175).

Para Amílcar Cabral (1977, p. 166-167 apud GADOTTI, 2012, p. 91), a luta armada de libertação nacional tinha um significado profundo tanto para a África, quanto para o mundo. O líder-fundador do PAIGC afirmou que

[d] evemos estar conscientes, nós, os movimentos de libertação nacional integrados na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), de que a nossa luta armada é apenas um aspecto da luta geral dos povos oprimidos contra o imperialismo, da luta do homem pela sua dignidade, pela liberdade e pelo progresso. É neste âmbito que devemos ser capazes de integrar a nossa luta. Devemos considerar-nos como soldados, muitas vezes anônimos, mas soldados da humanidade nesta vasta frente de luta que é a África dos nossos dias’. [...] a luta da Guiné pela libertação nacional é parte e parcela da luta dos povos da África pela total abolição da dominação estrangeira na África – pela final e irrevogável abolição do sistema colonial – que é um dos traços característicos da história contemporânea (1969, p. 29 apud GADOTTI, 2012, p. 91-92).

Graças à reconhecida habilidade política e diplomática de Amílcar Cabral, o Partido conseguiu com que 93 países dos membros da ONU reconhecessem a independência da Guiné-Bissau que fora proclamada unilateralmente no dia 24 de setembro de 1973. Articulando apoios no cenário internacional, o Partido participou em dezenas de eventos internacionais, tanto como convidado, quanto como um dos organizadores.

Amílcar Cabral encontrou-se com governantes africanos, dentre os quais, o imperador Hailé Selassié, da Etiópia; Léopold Sédar Senghor, do Senegal; Moktar Ould Daddah, da Mauritânia; David Diawara, da Gâmbia; e Kenneth Kaunda, da Zâmbia. Fora da

África, encontrou-se com o Papa Paulo VI, junto com representantes de outras colônias portuguesas, e com U Thant e Kurt Waldheim, secretário geral das Nações Unidas. Em 1971, visitou várias capitais europeias, dentre as quais Helsinque (Finlândia), Londres e Dublin (Irlanda). Em Helsinque, foi recebido tanto pelo chefe do Estado, quanto pelo ministro dos Negócios Estrangeiros – “o que acontecia pela primeira vez a um representante de um movimento de libertação” (PAIGC, 1974, p. 176). Na Inglaterra, participou em reuniões de sindicatos, foi recebido pelo secretário geral do Partido Trabalhista e deu uma conferência de imprensa na Câmara dos Comuns.

Na emissão do dia 25 de outubro de 1971, a BBC declarou:

A sua viagem à Grã-Bretanha para divulgar a luta e esclarecer o povo e os meios de informação sobre a política e os objetivos do PAIGC, atinge uma proporção que não tem qualquer paralelo com a pequena dimensão geográfica da Guiné ‘portuguesa’. A estatura política de Amílcar Cabral e a importância crescente atribuída ao movimento de libertação nacional da Guiné e Cabo Verde reforçam-se (PAIGC, 1974, p. 176).

O PAIGC (1074, p. 176) atestou que, em fevereiro desse ano, Amílcar Cabral, aproveitando a sua participação na 163ª sessão do Conselho de Segurança da ONU, realizada pela primeira vez na África, em Addis-Ababa (Etiópia), renovou convite à Assembleia Geral das Nações Unidas para que enviasse uma delegação para constatar *in loco* a realidade da luta de libertação nacional. De fato, em abril do mesmo ano, a citada “Comissão Especial” da Assembleia Geral das Nações Unidas visitou as Zonas Libertadas no Sul do território, para coletar dados de prova sobre a situação da guerra. Após essa visita, o PAIGC foi reconhecido por unanimidade pelo Conselho de Segurança como “o único e legítimo representante [...] do povo na Guiné e em Cabo Verde”.

No mesmo mês, Amílcar Cabral representou o Partido no Comitê de Descolonização das Nações Unidas. Em junho de 1972, na cidade marroquina de Rabat, ele participou na cúpula da OUA, em nome dos movimentos de libertação africanos; foi recebido por chefes de Estado e de governo com quem discutiu os problemas da luta de libertação no país e na África (PAIGC, 1974, p. 177). Em julho do mesmo ano, o já citado trabalho dele, intitulado “Sobre o papel da cultura na luta pela independência”, foi apresentado numa reunião de peritos sobre as noções de raça, identidade e dignidade, realizada em Paris pela UNESCO. Ele foi uma das 20 personalidades convidadas. Dois meses depois, ele visitou a China, o Japão, o Camboja e a Coreia do Norte. Em cada país, encontrou-se com lideranças partidárias e de organizações anticolonialistas e anti-imperialistas. Foi recebido pelo príncipe Sihanouk, chefe de Estado do Camboja, e, na Coreia do Norte, pelo presidente Kim Il Sung. No mês seguinte, voltou à ONU, para participar na 4ª Comissão da Assembleia Geral. Foi a primeira vez que

representante de um povo em luta discursava, como observador, na ONU. Nesse evento, ele anunciou ao mundo que o Partido implantaria uma Assembleia Nacional Popular e proclamaria a independência da Guiné-Bissau.

Como mencionei no capítulo anterior, Amílcar Cabral teve duas posições lúcidas sobre Portugal. De um lado, a identificação do colonialismo português como um subproduto do capitalismo imperialista e, do outro lado, a clareza de que o Partido lutava contra o regime colonialista, não contra o povo português.

Sobre a primeira posição, Romão e Gadotti (2012, p. 24-25) citaram um questionamento de Amílcar Cabral (1975b, p. 94): como foi possível a Portugal, um país tecnologicamente atrasado e economicamente subdesenvolvido em relação a outras potências coloniais, manter suas colônias? A resposta foi dada por ele mesmo: o colonialismo português sobreviveu porque a Grã-Bretanha sustentou as suas ambições e, pelo Tratado de Metwen (1703), Portugal tornou-se uma semicolônia da Inglaterra.

No segundo posicionamento, Amílcar Cabral disse que ‘[n]ossos povos, que fazem a distinção entre o governo colonial fascista e o povo de Portugal, não lutam nem querem lutar contra o povo português. Lutamos e lutaremos até a vitória final contra os colonialistas portugueses’ (AMÍLCAR CABRAL, 1975b, p. 96 apud ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 27). Explicou porque a luta não era contra o povo português: ‘[...] a situação objetiva das grandes massas populares de Portugal, oprimidas e exploradas pelas classes dirigentes de seu país deve lhes fazer compreender as grandes vantagens que, para elas, decorrerão da vitória dos povos africanos sobre o colonialismo português’.

Em “Mensagem aos colonos portugueses da Guiné e Cabo Verde” (outubro de 1960; edição de 1977; p. 20 citada por GADOTTI, 2012, p. 88), Amílcar Cabral afirmou que

[...] nós fazemos distinção entre *colonialismo português* e *colonos portugueses*, assim como fazemos distinção entre um carro e suas rodas. Um carro sem rodas não anda. O colonialismo sem colonos não funciona. Vós sois as rodas do velho e odioso carro do colonialismo português que pretende continuar a andar contra todas as realidades da história, à custa da exploração dos nossos povos. Mas os colonialistas portugueses estão enganados. E vós não deveis ser simples peças de um mecanismo anacrônico e condenado a desaparecer: *vós sois homens*.

Amílcar Cabral (apud GADOTTI, 2012, p. 89) reiterou a mesma distinção entre colonialismo e colonos no relatório que ele iria apresentar na reunião do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana (OUA) no dia 5 de fevereiro de 1973:

[...] nunca confundimos colonialismo português e o povo de Portugal; o povo de Portugal é nosso aliado; o povo de Portugal está hoje consciente do fato de que a guerra colonial é um crime, não só contra o nosso povo, mas contra ele mesmo, e fazemos tudo, através desta luta, para reforçar a nossa solidariedade com este povo, que já decidiu utilizar meios violentos contra a máquina de guerra colonial portuguesa. Somos pelo diálogo. Mas, até agora, o Governo de Portugal só quis



dialogar por meio de armas. Contudo, seja em que momento for, estamos prontos a negociar, em vista de obter a plena soberania do nosso povo, no âmbito de uma nação africana, livre e independente (AMÍLCAR CABRAL, 1977, p. 20).

Em outro documento, “Memorandum do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)”, de 15 de novembro de 1960, citado por Gadotti (2012, p. 89-90), Amílcar Cabral (1974, p. 29-30) afirmou que

[...] acreditamos no interesse e na possibilidade real duma solução pacífica do conflito que opõe os nossos povos ao Governo português e estamos conscientes da justiça da nossa posição e da invencibilidade das nossas forças nesse conflito. Acreditamos ainda que, por uma simples questão de bom senso, esse Governo não chegará por certo a cometer o erro de empurrar o povo de Portugal para o sacrifício inglório e vão duma guerra colonial na Guiné e Cabo Verde.

Num trecho do prefácio ao livro “Libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana”, de autoria de Basil Davidson (1975, p. 3-9 apud GADOTTI, 2012, p. 90), Amílcar Cabral lamentou que, por causa da intransigência do regime colonialista português, o PAIGC foi com uma única opção: luta armada.

[...] talvez seja ainda cedo para escrever a história da libertação das colônias portuguesas. Mas os que um dia a escreverem não poderão esquecer um fato que influenciou decisivamente o desenvolvimento dessas lutas, quer na sua dinâmica interna, quer nas suas relações com o mundo exterior: a parede de silêncio erguida à volta dos nossos povos pelo colonialismo português [...]. Sim, nós sabemos: existe uma Carta das Nações Unidas, o direito de todos os povos à autodeterminação, a obrigação por parte da ‘potência administrativa’ de nos conceder a independência. Mas, para nós, a tal potência administrativa existe ao abrigo dos seus campos fortificados, e apenas administra a sua guerra colonial. Esta potência tornou-se o agressor, o terrorista, o criminoso que tenta praticar o genocídio.

Amílcar Cabral (1975b, p-96-97 apud ROMÃO, 2012, 27-28) sugeriu o papel que o povo português deveria assumir na luta contra o colonialismo:

A destruição do fascismo em Portugal deverá ser a obra do povo português; a destruição do colonialismo português deve ser a obra de nossos próprios povos. Estamos conscientes das relações íntimas entre o colonialismo e o fascismo português. Os colonialistas e a exploração colonial estão, certamente, na base do fascismo português e de seu fortalecimento. Se a queda do fascismo em Portugal pode não conduzir ao fim do colonialismo português – esta é a hipótese de alguns líderes da oposição portuguesa – estamos convictos de que a liquidação do colonialismo português provocará a destruição do fascismo em Portugal.

De fato, o regime fascista acabaria sendo liquidado pelas mãos dos próprios portugueses na Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974.

O Partido deixou bem definido, em seus documentos e discursos dos seus dirigentes, que a sua luta era contra o colonialismo, não contra a população portuguesa porque, de um lado, não era uma luta racista, antibranços, e, do outro lado, entendia que a população portuguesa também era vítima do sistema colonialista.

Amílcar Cabral até deixou a porta aberta aos brancos que quisessem lutar com o Partido contra o colonialismo português: “[...] contra os colonialistas portugueses, queremos até mesmo gente desse grupo de brancos, para lutarem ao nosso lado, se eles quiserem. Porque entre os brancos, pode haver uns que são a favor do colonialismo e outros que são anticolonialistas. Se esses se juntarem a nós, é bom, é mais força contra os colonialistas”.

Na Guiné ou em Cabo Verde, o número de brancos foi sempre pequeno. No território guineense nunca passaram de três mil, e em Cabo Verde parecia mesmo que nunca chegaram a mil. Sem contar os integrantes das forças armadas, os brancos civis faziam parte da administração pública ou eram comerciantes, donos de “pontas” (sítios), técnicos, empregados civis etc. Na Guiné, eram incomuns brancos desocupados e miseráveis (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 13). Mesmo assim, o Partido contou com a adesão de alguns brancos.

Amílcar Cabral (1974, p. 13) citou dois casos em que pessoas brancas ajudaram o Partido: No primeiro caso, ele lembrou-se de que Luís Cabral, seu irmão por parte do pai, conseguiu fugir com a ajuda de brancos “que o tiraram de Bissau, para passar em Ensalma, para seguir para a fronteira”. O segundo caso referia-se a “[u]ma pessoa que teve influência no trabalho do nosso Partido em Bissau, foi uma portuguesa. Só quem não está no Partido é que não sabe isso. O Osvaldo [Vieira],<sup>60</sup> a primeira pessoa que lhe ensinou coisas para a luta, foi ela, não fui eu. Eu não conhecia o Osvaldo” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 10).

Citando uma passagem dos Cadernos de Cultura Popular que foram utilizados em São Tomé e Príncipe na campanha de alfabetização e pós-alfabetização, Gadotti (2012, p. 62) afirmou que Paulo Freire e muitos historiadores reconheceram que a resistência africana ao colonialismo português influenciou decisivamente a luta do povo português contra a ditadura de Salazar: ‘sem a nossa luta, não teria havido o 25 de Abril em Portugal’.

Lopes (1982, p. 102-103), citando a percepção do Partido, argumentou que a guerra de libertação nacional na Guiné foi um movimento de camponeses, com a participação de “proletários”, e foi liderado pela pequena burguesia comercial e intelectual. E essa proeza só foi possível graças à conjugação dos dois fatores abordados neste capítulo: o Partido, que teve a capacidade única de mobilizar as etnias guineenses e o povo guineense e cabo verdiano à causa da libertação da Guiné (Bissau) e Cabo Verde, e Amílcar Cabral.

Amílcar Cabral (1974, p. 9) percebeu que, para efetivar a dominação, os colonialistas aproveitaram as divisões ou contradições internas nos territórios ocupados, como as divisões

---

<sup>60</sup> Osvaldo Vieira foi um dos líderes históricos do Partido; morreu ainda durante a luta de libertação nacional. Em sua homenagem o Aeroporto Internacional de Bissalanca, nos arredores de Bissau, foi batizado com o seu nome.

raciais, étnicas, e as condições socioeconômicas e geográficas. Amílcar Cabral considerava que as contradições eram “consequência da evolução da nossa vida”. Ele citou que, na Guiné, por exemplo, havia gente da cidade e do mato com características e condições socioeconômicas variadas: pessoas brancas e “pretas” [negras]; africanos com altos empregos e outros com empregos médios com garantia de salário no fim de cada mês; “empregadinhos”, que (“[...] fazem o seu sábado, com o seu [vinho] tinto e o seu bacalhau, que podem comprar o seu rádio transmissor, as suas coisas”); trabalhadores de cais e de barcos, embarcadores, mecânicos (“reparadores de carros”) e motoristas; assalariados em geral; vagantes (“aquela gente que não tem nada que fazer, que vive de expedientes cada dia, por todo o lado, que nem mesmo sabem [o] que fazer para arranjam maneira de viver”); “gente de vida fácil, como as prostitutas, quer pedintes, trapaceiros ladrões, etc., gente que não tem nada que fazer”.

Abordando o problema dos assimilados, que desprezavam a sua africanidade, Amílcar Cabral (1974, p. 9) constatou que eles tinham um interesse em comum: passarem-se por portugueses autênticos. Por isso, andavam “agarrados aos tugas, fingindo ser portugueses o máximo que podem”, e uma das faces aparentes dessa assimilação era a proibição dos filhos de falarem o crioulo e as línguas étnicas em casa.

Amílcar Cabral (1974, p. 11) identificou três grupos de pessoas dentro da pequena burguesia (“gente com vida certa”) guineense: grupo pequeno, mas forte, que era a favor dos colonialistas, e, por isso, não queria ouvir falar da luta contra os tugas, logo, não tinha como mobilizá-los para a luta armada de libertação nacional; grupo de indecisos que, potencialmente, poderiam ser convencidos a aderir ao Partido; e grupo dos nacionalistas, que desde sempre odiaram a ocupação estrangeira do chão guineense.

Com relação ao grupo a favor dos colonialistas, Amílcar Cabral revelou que, quando o Partido estava a articular-se na clandestinidade, alguns foram a casa dele no bairro de Pessubé, em Bissau. Ele descreveu-os e o diálogo que teve com eles da seguinte forma:

como gente grande, bem empregada, comendo bem, bebendo bem, que vai a férias, etc., sentaram-se e disseram: ‘Bom, queremos conversar contigo. Tu, filho do fulano de tal, nós conhecemos-te bem, estás-te a meter em problemas, estás a estragar a tua carreira de engenheiro, nós queremos aconselhar-te, porque nós não temos nada que fazer contra os tugas, nós todos somos portugueses’ (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 11).

O grupo dos indecisos, de acordo com Amílcar Cabral (1974, p. 11), era de uma grande maioria de pequenos burgueses, que pensavam: ‘O Cabral vem com as suas coisas, com a sua gente, de fato seria bom que corrêssemos com os tugas, mas...’. E observou que era essa gente da cidade que mais sofria com os tugas, pois, estes sempre eram beneficiados em detrimento dos negros, não importando a sua formação. “Os brancos que vêm como aspirantes

ou escriturários. Se há concursos, os brancos passam logo à frente”. Amílcar Cabral afirmou que, apesar de sofrer diretamente a exploração colonialista e desejar o fim desse sistema, os indecisos temiam perder o seu vencimento no fim do mês, os bens conquistados (geladeira, rádio etc.) e o sonho de ir a Portugal passar as férias; não sabiam se o Partido podia, de fato, ganhar a guerra.

O terceiro grupo, apontado por Amílcar Cabral (1974, p. 12), era pequeno no começo, mas tinha clara a ideia de lutar e morrer pela independência do país. “E é nesse mesmo grupo que surgiram pessoas que pegaram no Partido. [...] a maior parte das pessoas que criaram o Partido, nem pagaram imposto, nem levaram porrada, nem mesmo tiveram falta de emprego, pelo contrário, tinham uma vida razoável”. Mas, esse grupo tinha consciência revolucionária. Além da pequena-burguesia revolucionária, a maioria dos trabalhadores assalariados (carpinteiros, pedreiros, marinheiros, mecânicos, motoristas etc.) também era a favor da luta de libertação nacional. Afirmou que esses trabalhadores sentiam a exploração no duro, mas ganhavam um salário miserável. “É que quando um homem que trabalha como pedreiro ganha dez, e um branco ganha 80\$00, senão 800\$00 [Escudos ou Pesos.], ele sente uma exploração grande pela sua condição de vida”.

O líder-fundador do Partido identificou também o grupo de “lupem proletariado” – Que eu chamaria de “sorneiros” ou “biqueiros” – rapazes, que, apesar de saberem ler e escrever, eram desempregados. E, sem jornada fixa, trabalhavam aqui e ali, e muitos viviam à custa de seus genitores ou eram agregados de algum parente; outros eram jogadores amadores ou semiprofissionais de futebol. Em comum, todos tinham contato com as mazelas do colonialismo. Amílcar Cabral (1974, p. 12) citou que jogadores de bola, por exemplo, mesmo um tanto entusiasmados com os “tugas”, sentiam que não tinham acesso aos privilégios dos brancos e também da pequena burguesia assimilada. De acordo com ele, eram bons jogadores, mas eram barrados no baile da UDIB (União Desportiva Internacional de Bissau), que era um dos principais e mais antigos clubes desportivos da Guiné. A sua sede localiza-se na “Avenida Império” (atual Avenida Amílcar Cabral), a principal de Bissau e a uns 100 metros do Palácio da República. Esses jogadores não podiam adentrar lugares das classes privilegiadas. “Essa gente veio para a luta muito rapidamente. Porque eles querem roncar [bazofiar] ao lado do tuga e querem a África também. Gente que aprendeu na cidade como é bom ter coisas boas, mas que, por causa da humilhação que sofre, sente que o tuga está a mais. E o Partido ajudou-os a aumentar a sua consciência disso”. Mas, como ele enfatizou, também havia gente que não queria lutar, os “lacaiois”, que era favorável ao colonialismo. “Em geral é gente que serve de agentes da PIDE [...]” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 12).

Havia também a considerar na mobilização do povo para a luta a questão da alienação linguística de alguns moradores das cidades. Mais tarde, na Campanha de Alfabetização de Adultos, Freire (1978, p. 162) identificou essa realidade como “biculturalismo” ou alienação cultural. O educador brasileiro afirmou que as minorias urbanas ‘desafricanizadas’ eram assumidas por um estranho ‘biculturalismo’ da sua alienação cultural que nem sempre correspondia a um bilinguismo (o ato de saber se comunicar em duas línguas).

Tanto mais alienadas essas minorias urbanas quanto mais se esforçam por negar as suas raízes, para esquecer ou jamais aprender a língua do seu povo, definida pelo colonizador como dialeto, como algo pobre e inferior. Desta maneira, ‘nostalgicamente’ atraídas pela cultura dominante, que as perfila como inferiores, se negam na negação da sua cultura. Daí, a insistência com que Amílcar Cabral falava na necessidade de ‘reafricanização’ daqueles intelectuais que se dessem verdadeiramente à causa da libertação (FREIRE, 1978, p. 162).

Ao contrário da alienação das minorias urbanas, as populações rurais ou as grandes maiorias camponesas conseguiram ficar imunes ao ‘biculturalismo’ e, assim, preservar a sua língua. “Língua com que não apenas se comunicavam, mas também se defendiam da alienante agressão colonial” (FREIRE, 1978, p. 162).

O PAIGC (1974, p. 12) afirmou que a diversidade dos grupos linguísticos e étnicos não devia dissimular a profunda unidade do povo guineense. Por exemplo, os povos do litoral, mandingas, fulas, são, na realidade, irmãos e estreitamente aparentados, como o prova notavelmente o fato de que as suas línguas pertencem à mesma grande família linguística nigero-congolesa. O mesmo raciocínio aplica-se às etnias mancanhe, pepel e mandjaca que, mas do que os mandingas e fulas, falam línguas aparentadas.

A estratégia de dividir para reinar não funcionou como o regime português pretendia, ante a bem-sucedida mobilização do povo para a luta de libertação nacional. O Partido opôs-se a esta política de desunião e de escravização do povo da Guiné, a fraternidade e a solidariedade entre guineenses e cabo verdianos, como entre os guineenses de várias etnias, fraternidade e solidariedade que se apoia sobre a origem comum de todos, como sobre o mesmo interesse com no combate contra o imperialismo opressor.

Durante a luta de libertação nacional, o Partido capitalizou o espírito de boa convivência e a histórica aversão ao colonialismo do povo guineense. Lopes (1982, p. 118) destacou que os movimentos anticolonialistas, como o Partido, fundamentavam-se na política de reivindicações nacionalistas de longa data. De acordo com o sociólogo guineense, na Guiné-Bissau, o Partido colocou a explicação da história pré-colonial no espírito de identidade e no nacionalismo enquanto base de unificação das etnias. Chamou a atenção para

o fato de que, de um lado, não havia transposição da confrontação social entre as etnias e, do outro lado, o Partido não dependia de uma etnia em particular, para avançar a sua causa. Em outras palavras, o Partido não nasceu de uma etnia, nem se sustentava numa etnia. A diversidade étnica serviu de alicerce para a unidade nacional. Esta também ficou enriquecida com a soma das características culturais de cada etnia e segmento da sociedade guineense e cabo verdiana. O Partido, conforme citação de Lopes (1982, p. 118), percebeu que as particularidades de cada etnia guineense, longe de dividirem, era, na prática, o fermento da pluralidade sociocultural do povo da Guiné-Bissau, e, esse fato tornou-se o principal fator de desenvolvimento da ‘consciência nacional’. Argumentou que a integração estava intimamente ligada à unidade nacional porque os dois conceitos tinham as mesmas raízes históricas. Mais, a integração permitia o reforço da luta contra o papel destrutivo do colonialismo.

Lopes (1982, p. 47-48) enfatizou que “Cabral queria criar uma nova consciência no seio das massas”, valorizando as características históricas, sociais e culturais comuns às diferentes etnias e classes sociais guineenses e cabo verdianas. E conseguiu. Como detalhei no capítulo anterior, o Partido conseguiu um feito único na história dos movimentos de libertação nacional na África: unir todas as etnias no objetivo da luta pela independência da Guiné Portuguesa e Cabo Verde, reduzindo, na medida do possível, as clivagens étnicas, sociais e regionais. “Este aspecto da política do PAIGC constitui sem sombra de dúvida e em si mesmo uma das grandes vitórias do movimento de luta pela independência na Guiné-Bissau”.

Foi nesse espírito de redução de clivagens que, nos finais dos anos 1950, o Partido tentou articular algumas frentes com outras organizações clandestinas que existiam fora da Guiné e em Cabo Verde.

Na nossa terra nós não conhecíamos mais nenhuma organização. Quando o nosso Partido entrou em contato com o exterior do país, a partir de 1960, sentiu que havia gente da nossa terra fora, quer da Guiné, quer de Cabo Verde, que tinha criado os chamados movimentos fora da terra. O nosso Partido teve que fazer uma concessão, teve que dar um passo atrás na sua ideia de só um Partido e nada de frente, para ver se juntava aquela gente, para lutar pela independência da Guiné e Cabo Verde. Por isso mesmo é que, por um lado, fizemos uma chamada Frente com o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde que estava em Conacri, mas que os nossos próprios camaradas criaram já ligados ao PAIGC, e como Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde que estava em Ziguinchor. O PAIGC chamou todos aqueles que diziam que eram movimentos para nos unirmos. Fizemos uma conferência em Dakar com o então Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde, [...] e que englobava tanto guineenses como cabo verdianos (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 112).

O líder-fundador do Partido lamentou que, apesar dos apelos à unidade e da concessão por parte do PAIGC, os outros movimentos pareciam não estar realmente engajados a sério na luta de libertação.

O ponto de vista do nosso Partido foi defendido com força pelos seus representantes, apoiado pelos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde [a partir] de Conacri e Ziguinchor. Claro que o objetivo dos de Dakar não era fazer a unidade, era o de acabar com o PAIGC; essa é que era a sua ideia e, quando viram que não era possível, aceitaram todas as resoluções apresentadas na Conferência. Mas logo a seguir começaram a sabotar. Claro que depois ficaram desmascarados como gente que não queria unidade, e que não queria unidade porque não queria lutar, que fingia falar em unidade, mas que procurava apenas uma posição para poder fazer manobras para ganhar lugares e liquidar o nosso Partido. Quando o Partido chegou à conclusão de que afinal essa gente só dizia mentiras, só queria desonestidade e só andava a busca de lugares, só procurava criar confusão, servindo, assim, os colonialistas portugueses, o Partido resolveu o seguinte: nós não queremos mais unidade com ninguém, quem quiser unidade com o PAIGC, que venha dentro da terra fazer a unidade com o PAIGC (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 112).

Para o Partido, a guerra subversiva exigia uma resposta global, com o desenvolvimento e a articulação de ações políticas, sociais, econômicas, psicológicas e militares, dentro e fora do teatro de guerra. Esta ação concertada exigia uma coordenação muito estreita entre as Forças Armadas, as autoridades administrativas e as populações. Tratava-se de um “mundo novo”, com um dispositivo complexo, que exigia o empenhamento de elevados efetivos, portugueses e guineenses. Qualquer resposta às ações subversivas deveria merecer do Exército Português o desenvolvimento simultâneo de múltiplas ações. Era indispensável conhecer a importância relativa de cada grupo étnico da Guiné, bem como a sua projeção de ambos os lados da fronteira (POLICARPO, 2016, p. 611).

O Partido conseguiu, no processo de mobilização do povo, incutir nele a ideia de que a luta de libertação era dele. Amílcar Cabral (1974, p. 101) comemorou esse sucesso, ao afirmar que

[...] os filhos do mato da nossa terra, que ontem não tinham opinião nenhuma em relação à sua própria vida, ao seu destino, podem dar a sua opinião, podem decidir, desde a questão dos Comitês do Partido, até aos tribunais populares, nos quais os filhos da nossa terra têm mostrado capacidade de julgar os erros, os crimes, e outras faltas cometidas por outros filhos da nossa terra. Essa é mais uma prova clara de que esta luta é do nosso povo, feita pelo nosso povo e para o nosso povo.

O Partido surgiu como uma força nova capaz de opor-se à força colonialista. E isso aconteceu porque ele foi capaz de unir o povo guineense; percebeu que, como disse Amílcar Cabral (1974, p. 8), “[...] para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar”, ou seja, o significado da luta de libertação, não era só em relação ao colonialismo, era também em relação aos próprios guineenses, aos cabo-verdianos e aos guineenses e cabo verdianos. “Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser”.

O PAIGC venceu a narrativa contra o colonialismo português não só no campo militar e diplomático, mas, principalmente, na sua capacidade de mobilização política da

população para a luta. Para tal, desenvolveu ações políticas de conscientização da população em todos os lugares: cidades e Interior; Zonas Libertadas e as ainda sob o controle da administração portuguesa. O Partido infiltrou informantes nas áreas controladas pelo governo português.

Como citei no capítulo um com relação aos adultos em Bula que conversavam em segredo com combatentes do Partido na horta do meu irmão Armindo dos Santos, os informantes passavam informações sobre as ações da administração colonialista e a movimentação das suas tropas. O próprio líder do Partido citou o envolvimento clandestino de reis mandjacos e mancanhes na luta de libertação nacional.

Desde o início, o Partido definiu com clareza as etapas da luta, sem grandiloquência, nem grandes saltos no vácuo:

Se repararem bem, veem que muitas lutas começaram por criar Bureau Político, Estado Maior etc.; [...] criando logo um exército de libertação nacional; nós não começamos por isso. Nós começamos a nossa luta como quando se lança uma semente à terra, para nascer. Deita-se a semente, nasce uma planta pequenina, que cresce, cresce até dar flor e fruto: esse é que é o caminho da nossa luta, etapa por etapa, passo a passo, progressivamente, sem saltos grandes (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 45).

O Partido tentou praticar o princípio da hierarquia horizontalizada, segundo o qual o chefe não impunha as suas vontades sobre os comandados, mas liderava os seus camaradas. Amílcar Cabral (1974, p. 48) disse a esse respeito que “[...] ninguém pode dizer que neste Partido nem toda a gente tem oportunidade de poder mandar”. Enfatizou que o Partido evitou ao máximo tudo quanto fosse possível submeter as pessoas umas às outras, fazer com que uns fossem criados de outros. “[...] Nós queremos homens, camaradas conscientes, camaradas nossos, capazes de levantar a cabeça diante de nós, de discutir com respeito, como deve ser”.

E concluiu:

Queremos homens e mulheres conscientes, de cabeça levantada, e temos lutado duro contra toda a tendência de dirigentes ou de responsáveis de fazer os rapazinhos andar atrás deles, de fazer outros responsáveis que estão debaixo das suas ordens como se fossem os seus meninos de recados. E também temos combatido no próprio espírito dos camaradas a mania de deixar outros tomarem responsabilidades no seu lugar (1974, p. 48-49).

Amílcar Cabral (1974, p. 81) tinha uma visão particular sobre o fundamento e o objetivo da libertação nacional. Para ele, “o fundamento [...], sejam quais forem as formulações adaptadas no plano jurídico internacional, reside no direito inalienável de cada povo a ter a sua própria história; e o objetivo da libertação nacional é a reconquista desse direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais”.



Essa visão diferenciava-se, de certa forma, da outra que ele considerou vaga e subjetiva: a libertação nacional fundamentada no direito, comum a todos os povos, de dispor livremente do seu destino; o objetivo é a obtenção da independência nacional. Na opinião do líder-fundador do PAIGC, qualquer movimento de libertação nacional que não tenha em consideração esse fundamento e esse objetivo, podia lutar contra o imperialismo, mas não estaria seguramente lutando pela libertação nacional.

Já pensando no processo da reconstrução nacional, o Partido apostou na mobilização da Juventude e na preparação das crianças para o amanhã. Com relação aos jovens, Amílcar Cabral afirmou que a força do Partido só existiria, de fato, se os seus dirigentes fossem capazes de abrir caminho para os mais novos avançarem. Mas, advertiu sobre a tendência que alguns camaradas dirigentes tinham de transformar os jovens em “meninos de recado”. Por exemplo, de acordo com Amílcar Cabral (1974, p. 50), um comissário político via um rapazinho bom militante, em vez de cuidar dele e ajudá-lo a qualificar-se, para avançar como futuro quadro ou líder em potencial do Partido, fazia dele o menino de recados. E, quando “aparece uma rapariga, esperta, mais ou menos bonita, em vez de a ajudar, dar-lhe a mão para avançar, para ser enfermeira, ser professora, para ir estudar, para ser uma boa miliciana, ou qualquer outra coisa, não, faz dela sua amante”.

Ele defendeu também que a juventude seria “dona da nossa terra amanhã, na Guiné e Cabo Verde. Portanto, temos que cumprir o nosso dever o melhor possível, dar todas as possibilidades para avançarem”. Ele era inequívoco com relação às crianças: “[...] quem entendeu que as crianças são os únicos seres a quem temos que dar privilégios na nossa terra, que são a flor da nossa vida, por causa delas nós fazemos todos os sacrifícios para elas viverem felizes” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 106).

#### 4.3 LUTA DE LIBERTAÇÃO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Tudo que começa tem fim. Esse sofisma universal e atemporal poderia ser aplicado à colonização portuguesa da Guiné-Bissau. Por mais tempo que durasse, tarde ou cedo, Portugal se retiraria do território guineense, seja por vontade própria, seja por coação como acabou acontecendo em 1974 em consequência da guerra de libertação nacional. Antes dos portugueses, como referi no capítulo anterior, o território guineense já fora ocupado, por exemplo, pelo Império do Mali e do Songai, assim como pelos reinos do Futa Djalón e do Gabú. E, por motivos diversos, a permanência de todas essas forças teve fim.

É fato, entretanto, que a Guerra Fria foi fator determinante para o sucesso do Partido na luta armada e diplomática que resultou na independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Esta é a abordagem neste capítulo. Reitero que, por mais bem articulada que tenha sido a mobilização e por mais lúcidas que tenham sido as ações políticas e diplomáticas de Amílcar Cabral, o Partido não teria tido sucesso tão retumbante, como descrevi nos dois capítulos anteriores, sem a polarização geopolítica e ideológica que marcou o mundo principalmente após a Segunda Guerra Mundial, sem o envolvimento direto do bloco social-comunista, destacadamente da União Soviética e de Cuba.

Entretanto, as raízes da Guerra Fria podem ser percebidas antes mesmo das duas grandes guerras. O PAIGC (1974, p. 121) citou que as rivalidades entre as potências colonialistas e imperialistas pela ocupação de territórios foi uma das raízes dos dois maiores conflitos armados que sacudiram o mundo na primeira metade do século XX. A Alemanha, que se tornara uma tardia potência industrial e ainda estava ressentida com as poucas possessões recebidas na Conferência de Berlim, que ela mesma hospedara, via-se prejudicada na geopolítica mundial. Por isso, reivindicava mais colônias. Queria ocupar, por exemplo, territórios na Rússia, no Oriente Médio e anexar os dois Congos (colônias da França e da Bélgica, respectivamente), Angola e Moçambique (colônias de Portugal). O objetivo da Alemanha naquela região da África era a efetivação da unificação desses territórios às suas colônias de Camarões, Leste Africano (Tanzânia) e Sudoeste Africano (Namíbia), fazendo um corredor colonial que se estenderia do Índico ao Atlântico. Entre 1911 e 1913, o governo alemão até negociou secretamente com a Inglaterra a possibilidade de as duas potências partilharem as colônias portuguesas.

A Primeira Guerra Mundial, embora tenha rebentado, efetivamente, nos Bálcãs, envolvendo interesses nacionalistas dos Impérios Austríaco e Turco, englobava dimensões mundiais por causa do cruzamento de interesses colonialistas com os imperialistas. Opôs, de um lado, países como França, Inglaterra, Rússia, Itália, Estados Unidos, Japão e Portugal e, do outro lado, Alemanha, Império Austro-Húngaro e Turquia. A guerra teve implicações na África e, obviamente, nas colônias portuguesas. Por exemplo, forças alemãs no Leste Africano invadiram Moçambique, provavelmente no âmbito da ambição expansionista do governo alemão no Centro-Sul da África. Como território de ocupação estrangeira, a África forneceu recursos naturais para a guerra; jovens africanos foram enviados para os *fronts* tanto no continente, quanto na Europa.

Policarpo (2021, p. 603) afirmou que a Primeira Guerra Mundial foi tão devastadora que a Europa ficou sem condições de manter o seu protagonismo no mundo. Essa situação

favoreceu, de um lado, a penetração dos Estados Unidos nas regiões que estavam sob a influência das potências europeias. Do outro lado, o enfraquecimento da Europa facilitou o protagonismo da União Soviética e a afirmação do seu discurso contra o colonialismo e o imperialismo. De acordo com Policarpo, a URSS e os EUA convergiam na necessidade de autodeterminação dos povos colonizados. Enquanto Moscou consagrou-se claramente como a líder mundial da luta anticolonialista, Washington desenvolveu uma ação diplomática que levou muitos países à inesperada visão da doutrina da autodeterminação de todos os povos ainda colonizados, e a recém-criada Sociedade das Nações também tornou público o seu apoio aos movimentos de emancipação.

No contexto africano, Policarpo (2021, p. 603) pontuou que “[a] mentalidade dos povos africanos evoluiu muito neste período, apesar de o movimento pan-africanista português ter iniciado o seu percurso de forma muito atribulada”. Ele citou, por exemplo, a Junta de Defesa dos Direitos de África, que foi criada em 1912 e evoluiu, por uma sucessão de organismos, até à formação do Conselho Nacional Africano, em 1931.

No entanto, Policarpo (2021, p. 603) observou que o Conselho

[...] procurou congregar todos os esforços para lutar pela causa africana, mas no quadro da grande Nação Portuguesa (Continente e Ultramar), como claramente o expressou o deputado José Magalhães, eleito por São Tomé e Príncipe: Os regionalistas africanos não proclamam a ‘África para os africanos’; mas também não podem aceitar ‘a África para os Europeus’. As orientações do Conselho Nacional Africano, desde a sua fundação, estão em linha com a estratégia do governo português para os territórios ultramarinos. É nossa convicção que aquele Conselho foi criado por impulso de Lisboa.

Enquanto isso, outro evento político sacudia a Rússia e mudava a geopolítica mundial por décadas: a Revolução Russa que foi levada a cabo pelo Partido Bolchevique, em outubro de 1917, sob a liderança de Vladimir Ilitch Ulianov, Lenine. Silva (2023) citou que a vitória dos bolcheviques foi resultado do contexto turbulento causado pela guerra, desigualdade social e crise econômica que o país vivia há séculos sob o czarismo. A revolução acabou sendo a saída viável para mudar o *status quo* no país.

A revolução causou reação interna e externa contra a implantação do socialismo no país o que acabou desencadeando a Guerra Civil Russa, que envolveu o “Exército Branco” contra o “Exército Vermelho”. Enquanto o Exército Branco reunia os opositores ao regime socialista e contava com financiamento externo, diga-se, de potências ocidentais da época, o Exército Vermelho era formado por defensores do socialismo ou marxismo-leninismo. Sob o comando de Leon Trotski, os vermelhos venceram a guerra de três anos.

Silva (2023) pontuou que a “[...] vitória e a grande mobilização militar realizada pelos bolcheviques permitiram ao governo russo garantir o controle sobre o interior do

país, em regiões que até então podiam ser consideradas rebeldes. A consolidação do regime bolchevique na Rússia levou à unificação de algumas nações [...]”. Cinco anos depois, em 1922, nasceu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a incorporação, além da Rússia, de 14 repúblicas (elencadas em ordem alfabética): Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

Esse novo gigante geográfico, a URSS, com um território que ocupava parte da Europa, desde a região de Cáucaso, e se estendia pela Ásia até ao Oceano Pacífico, doravante sem a dinastia do Czar, adotou como doutrina de Estado o pensamento do seu líder-fundador, Vladimir Lenine, que, por sua vez, rotulou-se nas ideias de Karl Marx e Friedrich Engels. Assim, mimetizando a visão que os dois pensadores alemães tinham do mundo da época (crítica do modo de produção capitalista, imperialismo), Lenine propôs-se a criar uma sociedade soviética, sem classes e sem Estado, isto é, uma sociedade comunista que passaria, entretanto, por um período de transição socialista.

A morte de Lenine, em 1924, levou Josef Stalin ao poder, em detrimento dos seus adversários, dentre os quais Leon Trotski, Grigori Zinoviev e Lev Kamenev, que também disputavam a liderança do Partido Comunista e da União Soviética. Silva (2023) afirmou que, no jogo político, Stalin teve mais habilidade e, assim, conseguiu assumir o poder. Afastou e depois reintegrou Zinoviev e Kamenev, mas foi severo com Trotski: expulsou-o do partido, obrigou-o a exilar-se e, em 1940, mandou um espião matá-lo no México onde estava exilado.

Silva (2023) acrescentou que,

[a]lém da disputa pelo poder, o que estava em jogo na rivalidade entre Trotski e Stalin eram diferenças ideológicas sobre os rumos do socialismo. Trotski acreditava na construção internacional do socialismo e defendia a atuação permanente da União Soviética na expansão dessa ideologia pela Europa, por exemplo. Já Stalin acreditava na ideia do socialismo em um só país e que a União Soviética deveria primeiro consolidar o socialismo internamente, para depois atuar na sua difusão pelo mundo.

Como se viu, a posição de expansão da ideologia socialista pelo mundo defendida por Trotski perdeu para a de Stalin. Para avançar as suas ideias, Stalin instaurou o terror estatal contra os “inimigos” da revolução. O regime, que durou de 1924 a 1953, ficou conhecido como stalinismo, cujas características marcantes foram: a estatização do sistema de produção e a coletivização das terras, a implantação de Planos Quinquenais de desenvolvimento, o autoritarismo e a perseguição aos “reacionários” ou “traidores da pátria”, o desterramento de condenados em campos de trabalho forçado (“Gulags”) na Sibéria, a execução de milhões de pessoas e o culto de personalidade do próprio Stalin.

Silva (2023) citou o historiador Lewis Siegelbaum (2017, p. 364) que afirmou que o programa de industrialização promovido por Stalin foi a forma encontrada por ele para garantir a autonomia econômica da União Soviética. Os Planos Quinquenais eram a expressão do desejo de Stalin de industrializar o país. Assim, foram adotadas medidas econômicas que estipulavam a atuação efetiva do Estado para garantir uma industrialização substancial da economia soviética. A coletivização das terras foi um processo que consistiu na estatização de todas as terras produtivas e de todos os bens que existiam nelas. Exemplificou que a coletivização da produção agrícola pressupunha que a colheita seria destinada integralmente para o Estado. Qualquer reação contrária era punida com severidade. Por exemplo, “[...] em 1933, cerca de 850 mil pessoas foram enviadas para Gulags. A coletivização também gerou mortes e, desse processo, milhões de pessoas na Ucrânia morreram de fome, no que ficou conhecido como Holodomor” (SILVA, 2023). Os Gulags foram utilizados em larga escala para o internamento de pessoas que eram vistas como ameaça ao governo, notadamente os adversários de Stalin dentro do partido, a antiga elite russa e a *intelligentsia* (elite intelectual) que era afeita aos ideais de liberdade.

A brutalidade da perseguição aos “inimigos” da revolução acabou produzindo efeitos colaterais negativos aos planos de desenvolvimento do governo: redução de iniciativas individuais de produção fora dos planos econômicos oficiais; fuga de quadros para o exterior e, em consequência, carência de quadros civis e militares. Silva (2023) pontuou que essa perseguição causou a morte de quadros importantes do governo soviético e do Partido Comunista. Membros importantes do exército russo foram mortos (o que deixou o país carente de comandantes militares competentes).

Em 1953, Stalin morreu em consequência de um derrame, depois de 30 anos no poder. Nikita Krushev assumiu a liderança do país e do Partido Comunista e promoveu mudanças profundas no regime, dentre as quais o fim do culto à personalidade e denúncias de crimes de Stalin, a retirada de citações ao seu predecessor em documentos oficiais, o fim da celebração oficial das datas atinentes a Stalin, a reversão das medidas repressivas adotadas pelo governo stalinista e a reabilitação de milhares de pessoas “expurgadas” pelo regime.

O grande momento da desestalinização aconteceu no XX Congresso do Partido Comunista, em 1956, quando Krushev denunciou os crimes cometidos pelo ex-líder. Assim, “[a]té junho de 1956, mais de 50 mil pessoas haviam sido libertadas e quase 20 mil tiveram suas penas reduzidas. Krushev também se esforçou para promover maior democratização do governo soviético entre 1957 e 1961” (SILVA, 2023).

Porém, o presidente Nikita Krushev foi destituído do poder em 1964 pelo Politburo, a instância suprema do Comitê do Partido Comunista. Leonid Brejnev foi escolhido e governou até 1982. A política de renovação de quadros do partido e do governo e a estagnação econômica foram as marcas da presidência de Brejnev. A estagnação foi causada principalmente pela crise do petróleo na década de 1970, o que resultou na queda da produtividade e no crescimento da corrupção. Silva (2023) citou que a renovação dos quadros não teve continuidade e isso fez com que pessoas ocupassem cargos administrativos durante muito tempo. Logo, “além do envelhecimento dos quadros do governo, essa falta de renovação administrativa resultou na queda da produtividade e contribuiu para o crescimento da corrupção”. Conseqüentemente, Silva destacou que “a economia soviética enfraqueceu consideravelmente. O crescimento do PIB desacelerou, a quantidade de mão de obra foi reduzida e a qualidade de vida começou a cair. A falta de gestão levou a uma crise de abastecimento causada pela fraca agricultura, e a indústria soviética parou de crescer”.

No entanto, o salto no preço do petróleo e do ouro no mercado internacional aliviou a crise ou, como se viu alguns anos depois, a melhoria da situação socioeconômica era apenas aparente. Os fundamentos da macroeconomia do país não tinham melhorado. Silva (2023) pontuou que, por causa da grande quantidade de dinheiro que conseguia arrecadar, o governo mascarava a situação com a importação de milhões de toneladas em grãos. Internamente, entretanto, a produção continuava deficitária.

O envolvimento da URSS na Guerra do Afeganistão, em 1979, custou bilhões de dólares ao regime soviético e a sua reputação no âmbito internacional. Nessa guerra, as forças soviéticas foram socorrer o governo pró-soviético naquele país. De acordo com Fernandes (2023), a guerra no Afeganistão expôs a debilidade militar da URSS e a sua incapacidade de enfrentar uma guerrilha relativamente bem equipada. O autor lembrou-se de que os guerrilheiros islamistas foram armados e treinados pelos EUA e receberam auxílio militar da República Popular da China, que, na época, tinha rompido com a URSS. Silva (2023) constatou que a intervenção soviética teve um final trágico, pois as suas tropas foram obrigadas a abandonar o país.

Em 1985, Mikhail Gorbachev chegou à liderança do Partido Comunista disposto a reconstruir a economia do país (“Perestroika”) e a tornar transparente a estrutura de governança (“Glasnost”) da União Soviética. “A glasnost defendia uma abertura política com ênfase no combate ao autoritarismo e na promoção de mais liberdade no país. Já a perestroika visava uma reformulação da economia do país, com o menor envolvimento do Estado [...], e o incentivo a investimentos privados na economia soviética” (SILVA, 2023).

Na política externa, Gorbachev abriu mão do internacionalismo proletário a qualquer preço e da disputa desenfreada contra o Ocidente. Fernandes (2023) citou que Moscou diminuiu o auxílio que dava há décadas a outros países do bloco social-comunista. Essa decisão afetou profundamente Cuba, que exportava toneladas de açúcar para a URSS a preço subvencionado. Gorbachev retirou as tropas soviéticas do Afeganistão. Além disso, “firmou acordos com os Estados Unidos para a destruição em conjunto de certo número de ogivas nucleares, pondo fim a uma das principais características da Guerra Fria, a corrida armamentista”. O acidente ocorrido em abril de 1986 com o reator da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, complicou ainda mais os esforços do governo de Gorbachev, além desnudar ao mundo a “*obsolescência* tecnológica soviética”.

Silva (2023) citou que “a situação na União Soviética durante o governo de Gorbachev era caótica, e as reformas não deram os retornos esperados, sobretudo na economia”. No âmbito político, o líder soviético foi confrontado com a pressão tanto de conservadores, quanto de reformistas. Os conservadores eram comandados por Valentin Pavlov e os reformistas, por Boris Yeltsin. “Pavlov exigia de Gorbachev uma postura geopolítica mais dura e a manutenção do poder centralizado em torno dos burocratas do partido comunista soviético. Por outro lado, Yeltsin defendia a abertura da URSS para a influência das democracias ocidentais e para a economia de mercado” (FERNANDES, 2023).

De acordo com Silva (2023), “a ala mais conservadora do Partido Comunista não estava satisfeita com a abertura econômica do país e passou a conspirar contra Gorbachev, para endurecer novamente o regime”; orquestrou um golpe de Estado em agosto de 1991 e até deteve o presidente por algum tempo. Mas, Boris Yeltsin liderou uma contraofensiva popular e libertou Gorbachev, que reassumiu a chefia do Estado, mas não a liderança do Partido Comunista.

Paralelamente à conspiração na cúpula do partido, as repúblicas começaram a reivindicar a autodeterminação e até declarar a independência de Moscou. A situação insustentável levou Gorbachev a renunciar em 25 de dezembro de 1991 e, no dia seguinte, a União Soviética deixou de existir. No seu lugar, renasceu a Rússia e outros 14 Estados independentes. Os antigos integrantes da URSS até criaram a “Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que implantou o modelo de representação política de acordo com a sua realidade”. Mas, essa comunidade durou pouco por causa da diversidade de interesses internos de cada país.

O historiador Silvio Pons (2014. p. 553 apud FERNANDES, 2023) disse que:

[a]s reformas de Gorbachev fragilizaram tal papel [de garantir a legitimidade do comunismo internacional], sem construir alternativa crível e sustentável. Seu relançamento universalista desvelou a perda de significado do comunismo como sujeito no mundo moderno. O declínio do comunismo internacional patenteado nos anos 1960 revelava-se, assim, a premissa e o anúncio da crise profunda, destinada a acumular problemas de todo tipo. Era fundamentalmente uma crise de legitimação dos estados, do movimento e da cultura política comunista.

O nascimento da URSS e a sua existência até 1991 incomodou, desde a origem, as potências colonialistas e imperialistas. Os antigos aliados (França e Inglaterra) uniram-se à Alemanha, seu inimigo na Primeira Guerra Mundial, com o propósito de impedir a expansão do “Perigo Vermelho” na Europa e também nas suas colônias. Internamente, muitos governos ocidentais endureceram os regimes, limitaram as liberdades individuais e as ações de instituições democráticas e sindicais. Foi nesse contexto que surgiram ditaduras capitalistas, por exemplo, na Itália, Espanha e Portugal. A aliança anticomunista, liderada pela França, Inglaterra e Estados Unidos, fez vista grossa à anexação da Áustria e Checoslováquia pela Alemanha, no final dos anos 1930; e da Albânia e Etiópia (em 1936, a ocupação durou pouco) pela Itália.

Mesmo assim, as alianças e manobras anticomunistas não impediram a ampliação das zonas de influência ideológica da URSS e o pensamento de esquerda encontrava forte âncora em Moscou. Assim, as ideias de Marx, Engels, Lenine e outros pensadores de esquerda, como Trotsky (mesmo eliminado por Stalin, o pensamento dele agregou admiradores) encontraram plateias cada vez maiores no Ocidente e inocularam as veias ideológicas de organizações sociais (vide sindicatos) e identitárias (vide feminismo e negritude), dos círculos intelectuais e circuitos da contracultura nos quatro cantos do mundo. A URSS tornou-se também a retaguarda política e diplomática dos movimentos anticolonialistas e anti-imperialistas.

Enquanto isso, a Alemanha, que não tinha se recuperado da derrota na Primeira Guerra Mundial, mergulhou numa crise socioeconômica profunda. Afinal, parte do seu território tinha sido extraída dela; todas as suas colônias foram entregues, como protetorados, a outras potências coloniais e regionais, como foi o caso da República da África do Sul que assumiu a administração da Namíbia; e a sua capacidade financeira foi afetada. O Crash da Bolsa de Nova Iorque provocou uma crise econômica no mundo todo, notadamente de 1929 a 1933, e agravou a situação alemã. Milhões de pessoas perderam emprego e outros tantos ficaram na miséria.

Essa situação facilitou a emergência do nazifascismo de Adolf Hitler e foi uma das principais causas da Segunda Guerra Mundial. Articulada com a Itália, sob o fascista Benito



Mussolini, e, em certa medida, com a coroa imperial do Japão, a Alemanha manobrou para adonar-se de possessões da França, Inglaterra e dos Estados Unidos.

Ampliando a sua sanha expansionista e sob o olhar negligente do Ocidente – talvez, às voltas com as consequências da Primeira Guerra Mundial e da quebra da Bolsa de Nova Iorque –, a Alemanha ocupou a Polônia, em 1939. No ano seguinte, chegou à França e avançou sobre outros países europeus. Aprofundou o terrorismo de Estado contra as pessoas consideradas nefastas para a recuperação da economia e para a pureza ariana da Alemanha: judeus, ciganos, negros, comunistas, homossexuais, deficientes físicos e mentais e todos os indivíduos que fossem enquadrados na categoria de “raça” inferior ou “escória” humana.

Em 1941, a Alemanha atacou a União Soviética em várias frentes na invasão que ficou conhecida como “Operação Barbarossa”. Silva (2023) citou que as tropas alemãs miraram grandes alvos no território soviético: Leningrado, um dos grandes centros industriais do país; Moscou, a capital e sede do governo central; Kiev, capital da Ucrânia e um dos maiores produtores de grãos da URSS; e Stalingrado, um importante centro industrial e próximo de reservas de petróleo. A invasão alemã impeliu a Rússia para o conflito mundial. Até então, Moscou mantinha relativa distância, amparada num Pacto de Não-Agressão<sup>61</sup> assinado com a Alemanha. Silva (2023) afirmou que o Pacto assegurava à União Soviética “a possibilidade de invadir e ocupar o Leste do território polonês”, e a invasão soviética a essa região da Polônia resultou no assassinato de 20 mil poloneses pela NKVD, a polícia secreta soviética no chamado “Massacre de Katyn”.

Enquanto estava fora da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética envolveu-se em duas guerras bilaterais: a Batalha de Khalkhin Gol, em 1939, contra o Japão, e a Guerra de Inverno, entre 1939-1940, contra a Finlândia. Pouco depois da invasão alemã à União Soviética, o Japão ocupou possessões europeias na Ásia e bombardeou a base militar estadunidense de Pearl Harbor no Havaí. Até aquele momento, os Estados Unidos adotavam uma posição relutante sobre o envolvimento na guerra.

A entrada da URSS e dos EUA mudou o curso da guerra. A URSS contra-atacou a Alemanha no flanco Leste, a partir de Stalingrado, na batalha decisiva que durou de 1942 a 1943, e rumou para Berlim. Os EUA expulsaram os japoneses do Havaí e, na Europa, desembarcaram na Normandia (França), para participarem na derrota das forças alemãs, no

---

<sup>61</sup>Ao abrigo desse Pacto, a União Soviética assegurou da Alemanha a possibilidade de invadir e ocupar o leste da Polônia. A invasão soviética aconteceu e culminou com a execução de 20 mil poloneses no Massacre de Katyn.

flanco ocidental. Os combates nesse flanco contaram com a participação de aliados de outras partes do mundo, inclusive “pracinhas” do Brasil e recrutas das colônias europeias na África.

Encurralada, a Alemanha capitulou no dia oito de maio de 1945, e o Japão foi obrigado a render-se em agosto do mesmo ano. A tomada de Berlim pelas forças aliadas, inclusive as soviéticas, determinou a derrota militar da Alemanha. A humilhação do Japão foi completada com duas bombas atômicas lançadas pelos EUA nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, com um saldo de milhares de mortos e mutilados e prejuízos materiais.

Quando acabou a guerra, que durou de 1939 a 1945, a Europa estava destruída, com as infraestruturas arruinadas e milhões e milhões de mortos e mutilados nos *fronts*, e em campos de concentração onde judeus e outras pessoas consideradas escórias humanas foram exterminadas. Por exemplo, a União Soviética perdeu quase 20 milhões de vidas na “Grande Guerra Patriótica”, apesar de ter entrado no conflito apenas em 1941 (SILVA, 2023).

O fim da Segunda Guerra Mundial teve duas consequências imediatas:

A primeira consequência foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, quando foi adotada a “Carta de São Francisco”. Na ocasião, as grandes potências coloniais reconheceram o direito à independência dos países ainda sob sua ocupação. Esse reconhecimento chegou numa altura em que os povos colonizados já tinham criado ou estavam em processo de criação dos movimentos de independência, e encontravam respaldo político e diplomático na União Soviética. Por exemplo, contando com o apoio da URSS, muitos países conquistaram a independência: a Índia, em 1947, a China, em 1949; na década seguinte, a Indonésia, o Vietnã, a Argélia, o Gana e a República da Guiné. Na década de 1960, pelo menos 17 colônias africanas da Inglaterra e da França também conquistaram a independência, menos as de Portugal e Espanha.

Mas o regime português preferiu não só enfrentar militarmente os movimentos de libertação nacional em Angola, Moçambique, Guiné (Bissau), Cabo Verde e São Tomé e Príncipe do que seguir o exemplo de outras potências coloniais, como também defender-se na ONU. Policarpo (2021, p. 605) afirmou que a estratégia do regime português foi a defesa veemente da soberania plena sobre os territórios ultramarinos. Assim, iniciou uma campanha no seio da ONU, desde a sua entrada nessa Organização, em 14 de dezembro de 1955.

Inclusivamente, a partir de 1951 e prevendo o pior cenário, o governo português tomou um conjunto de iniciativas para criar a imagem de um Portugal d'Aquém e d'Além Mar, uno e indivisível. Alterou a Constituição, integrando o Ato Colonial de 1933; mudou a designação do Ministério das Colônias para Ministério do Ultramar; fez publicar a Lei Orgânica do Ultramar (1952); aprovou o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1954), criando três categorias de nativos: os brancos, os assimilados e os indígenas. Nesse mesmo ano,

os territórios coloniais foram integrados na Política de Segurança e Defesa Nacional (POLICARPO, 2021, p. 605).

O governo português adotou iniciativas e estratégias com o objetivo de esvaziar os argumentos e pressões da comunidade internacional, e demonstrar que os territórios ultramarinos não eram colônias, mas sim partes integrantes e descontínuas do território nacional português. Policarpo (2021, p. 605) afirmou que

[o] Governo sustentava esta posição ao arripio do Art.º 73 da Carta das Nações Unidas, que determinava a obrigatoriedade de todos os seus membros prestarem informação anual sobre o estatuto e as condições em que se encontravam todos os territórios não autônomos, sobre a sua administração. Depois, poucos meses após a entrada na Organização, o secretário-geral do ONU questionou se Portugal administrava algum território dependente, não autônomo, conforme os definia o Art.º 73 da Carta. [...] insistiu que esses territórios já eram independentes com a independência da nação.

Em 1957, reação aos truques políticos do governo português, “a ONU censurou publicamente Portugal por ter torpedeado o espírito e a letra do Art.º 73, reafirmando que Portugal mantinha colônias. Não questionava a soberania de Portugal; mas criticava severamente a admissão do Indigenato, na legislação portuguesa, ou seja, Portugal mantinha populações privadas de liberdades fundamentais e do direito de cidadania” (POLICARPO, 2021, p. 605). Em abril de 1960, a Assembleia Geral da ONU rejeitou qualquer moldura jurídica que deturpasse a dimensão colonial dos territórios portugueses de Além-Mar, exigiu o cumprimento do Art.º 73, mediante criação de um governo próprio para cada um desses territórios. Portugal argumentou que a Assembleia Geral da ONU não tinha competência para fazer qualquer tipo de exigência sobre os territórios ultramarinos.

A resposta da ONU às manobras do governo de Lisboa veio de forma veemente na XV Sessão da Assembleia Geral da ONU, do dia 20 de setembro de 1960, com a aprovação de uma proposta da União Soviética. Policarpo (2021, p. 606) enfatizou que a proposta contemplou o direito dos povos à independência, reconheceu, especificamente, que Portugal possuía territórios coloniais aos quais negava o direito à autodeterminação, e interpretou que a recusa do governo português era uma ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional. A ONU deixou de reconhecer as províncias ultramarinas como partes integrantes da nação portuguesa e aprovou as Resoluções 1514, 1541 e 1542, que trataram, respectivamente, da “Declaração Anticolonialista”, da definição de “Território Não Autônomo” e da “Imposição ao Governo Português” da obrigatoriedade de prestar informações detalhadas sobre o verdadeiro status desses territórios na África.

A segunda consequência imediata do fim da Segunda Guerra Mundial foi o enfraquecimento das potências coloniais envolvidas na guerra e, em proporção inversa, o

fortalecimento da URSS e dos EUA. A URSS ganhou terreno na Europa Central e do Leste, nomeadamente na Polónia, Romênia, Bulgária, Albânia, Hungria, Iugoslávia e Checoslováquia.<sup>62</sup> Os EUA projetaram-se sobre o Ocidente, mas, conseguiram costurar alianças para tornarem-se as balizas financeiras internacionais como a transformação do dólar em moeda de referência nas transações internacionais.

A divisão Leste-Oeste do mundo foi selada na Conferência de Potsdam que foi realizada em 1945, reunindo Harry Truman, presidente dos Estados Unidos, Winston Churchill, primeiro-ministro da Grã-Bretanha, e Joseph Stalin, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (AMORIM, 2011, p. 106).

Apesar da aliança contra o nazifascismo, a desconfiança mútua permaneceu entre o Ocidente capitalista e o bloco social-comunista. A cidade de Berlim foi transformada no marco geográfico da Guerra Fria, campo de batalha entre os dois campos ideológicos. A parte Oriental ficou sob a guarda da URSS e a Ocidental, sob a influência dos EUA, junto com a Inglaterra e a França. Em 1949, o território alemão foi dividido em dois países: a República Federal da Alemanha (RFA) e a República Democrática da Alemanha (RDA).

Em 1961, a Guerra Fria ganhou um símbolo icônico da polarização geopolítica: o Muro de Berlim que dividiu a cidade em dois pedaços. A construção do muro foi uma iniciativa da RDA com a anuência da União Soviética. Os dois governos queriam isolar a RDA das influências do Ocidente e, por tabela, evitar a fuga de alemães orientais para a RFA, em busca da liberdade e do bem-estar que, provavelmente, percebiam faltar em casa. A divisão dos dois países foi desvantajosa para a RDA, pois, comparativamente, as duas Alemanhas eram díspares na economia e na democracia. Enquanto a RDA tinha uma economia relativamente pequena e sofria os efeitos da crise econômica na URSS e no resto do bloco social-comunista, a Alemanha Ocidental recebia investimentos dos Estados Unidos, como o Plano Marshall, e as pessoas viviam em ambiente democrático (pelo menos no que concernia a livre iniciativa, liberdade de expressão e de imprensa, eleições pluripartidárias etc.).

Entretanto, o Muro de Berlim foi derrubado, em 1989, por causa da “crise política e econômica que atingiu a Alemanha Oriental na década de 1980” (FERNANDES, 2023). Essa crise motivou protestos e manifestações contra o autoritarismo e a falta de liberdade no país. “A insatisfação com a situação da Alemanha Oriental levou milhares de cidadãos daquele país a procurarem refúgio em outras nações, e essa situação

---

<sup>62</sup> A Checoslováquia desmembrou-se em dois países: Chéquia ou República Tcheca e Eslováquia. A Iugoslávia desmembrou-se também em seis países: Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Kosovo, Montenegro e Sérvia.

ganhou força quando a Hungria decretou a abertura de suas fronteiras com o Ocidente, em 1989”. A pressão popular foi tanta que, no dia 9 de novembro de 1989, o governo da RDA baixou “uma lei sobre a mobilidade de cidadãos e o status da fronteira foram anunciados. [...] O anúncio mobilizou uma multidão que se aglomerou nos postos de fronteira desejosa de atravessar rumo a Berlim Ocidental”. Não tendo como controlar a grande avalanche de pessoas, o governo abriu as fronteiras e, assim, uma multidão foi para Berlim Ocidental. “Na virada do dia 10 para 11 de novembro de 1989, a população aglomerada no muro começou a depredá-lo. Foi o ato simbólico da queda do Muro de Berlim. No ano seguinte, [em 1990] a Alemanha foi reunificada”.

O PAIGC (1974, p. 132) destacou que o fim da Segunda Guerra Mundial, a consolidação da União Soviética e a expansão do pensamento de esquerda no mundo modificaram profundamente a correlação de forças no mundo. A existência de um campo social-comunista, para além da presença da União Soviética, até então o único país socialista no mundo, criou as condições favoráveis para uma base de apoio moral, político e material aos patriotas em luta contra o colonialismo e o imperialismo.

A Revolução Russa foi o grande ponto de inversão na configuração da geopolítica mundial no século XX; colocou a hegemonia dos sistemas capitalista e imperialista em xeque, uma vez que não só se tornou um contraponto político ao liberalismo econômico, como também introduziu um modelo alternativo para os países colonizados e periféricos. Em períodos variados e além da Europa Oriental e Central, o social-comunismo foi implantado em muitos países no mundo inteiro, dentre os quais a China, Coreia do Norte, Cuba, Vietnã, Camboja, Etiópia, Angola e Moçambique.

Sob o guarda-chuva do social-comunismo, em 1955, países independentes da Ásia e da África reuniram-se em Bandung, na Indonésia, para marcarem a sua posição pela eliminação do colonialismo. A China, Índia e URSS também participaram. Foi nessa conferência que foi criado o “Movimento dos Não-Alinhados”. Em princípio, o não alinhamento pressupunha uma posição de neutralidade com relação aos dois blocos geopolíticos antagônicos que estavam envolvidos na Guerra Fria. Em tese, e se fosse desconsiderada a posição pela eliminação do colonialismo, esse pressuposto parecia não justificar a participação da URSS na conferência e no movimento. Primeiro, como a URSS poderia ser um país não alinhado, sendo ela, justamente, a líder do bloco social-comunista, a nêmesis do liberalismo capitalista? E, no mesmo contexto, como podia a República Democrática da Alemanha (RDA) e a Coreia do Norte afirmarem-se não alinhadas, sendo oficialmente social-comunistas e identificadas com a URSS? No entanto, se encarada sob

outra ótica, a participação da URSS na Conferência de Bandung poderia ser interpretada como um respaldo de Moscou aos países do chamado Terceiro Mundo, quase todos recém-independentes do colonialismo e às voltas com o neocolonialismo e o imperialismo.

Na Conferência de Bandung foi cunhado o slogan “A África para os africanos” e, de acordo com Policarpo (2021, p. 604), Moscou viu a grande oportunidade para desencadear ofensivas diplomáticas no Sudoeste Asiático e na África, penetrar estrategicamente em ambos os continentes, criar as condições para o nascimento de movimentos independentistas onde ainda não existiam e disponibilizar ajuda político-ideológica, financeira e militar. Ele citou que os participantes na Conferência analisaram a situação das colônias portuguesas.

A consciencialização dos povos africanos e da comunidade internacional levou à independência da maioria das colônias do Continente. Antes da Conferência [de] Bandung, havia apenas cinco países africanos independentes, depois, e até 1963, alcançaram-na mais 32 países africanos, provenientes de colônias administradas pela França, Inglaterra e Bélgica. Nessa altura, havia quatro colônias portuguesas, uma inglesa (Rodésia do Sul) e a Namíbia, partilhada pela África do Sul e pela Alemanha (POLICARPO, 2021, p. 604).

Entretanto, a partir da Revolução Russa e do surgimento do campo social-comunista, “[...] a luta de resistência em África adquiriu uma alma e um conteúdo novos. Uma grande esperança e uma lufada de ar revolucionário dá novo ânimo a um grande número de patriotas africanos” (PAIGC, 1974, p. 132). Sob a pressão das massas, o regime colonial afundou-se também na África.

Pondero, todavia, que não foi por caridade que o bloco social-comunista deu apoio militar e diplomático aos movimentos independentistas na África e no mundo. Pelo contrário, tinha ambições geopolíticas e a África era uma das peças no tabuleiro da disputa contra o Ocidente liberal capitalista. Mirzachanian (2018) enfatizou que, em meados do século XX, a África tornou-se o centro de disputas geopolíticas entre o capitalismo e o social-comunismo. Foi também nesse período, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, que o socialismo científico chegou ao cume de popularidade nas elites políticas e intelectuais africanas. De acordo com Mirzachanian, a queda do Império colonial português na África foi registrada pelos historiadores africanos e de esquerda como “[...] a grande etapa progressiva da história mundial”.

No caso específico da Guiné, reitero que o Partido conseguiu, em 1972, ter o controle de 2/3 do território guineense, graças à força do apoio militar do bloco social-comunista. De acordo com Mirzachanian (2018), o fator decisivo para esse êxito militar foi o fornecimento de armamento por Moscou, nomeadamente armas ligeiras, lançadores de granadas de mão e de foguetes ‘Grad-P’, artilharia antiaérea, morteiros, três torpedeiros de alta velocidade para o

patrulhamento da costa marítima e dezenas de veículos como aqueles que embarcaram o Comandante Dik da Ringue e seus camaradas na entrada em Bula em maio de 1974. O autor acrescentou que, no dia 10 de novembro de 1972, o torpedeiro ‘Byvaly’<sup>63</sup>, do esquadrão soviético da Frota do Norte, sob o comando do capitão de segunda classe Y. Ilynykh, entrou no porto de Conacri, capital da República da Guiné, para encorpar o apoio bélico aos combatentes do Partido. A sua missão foi fazer o patrulhamento das águas marítimas e a destruição de submarinos das forças inimigas. A URSS preparou quadros militares guineenses nos seus centros de treinamento “Perevalnoye” na Crimeia e formou milhares de quadros civis tanto em nível técnico, quanto em nível superior. Ao abrigo de pactos e acordos, especialistas (médicos, engenheiros, professores etc.) soviéticos trabalharam nas Zonas Libertadas durante a luta armada.

Mirzachanian (2018) afirmou que os países imperialistas estavam muito preocupados com os êxitos do Partido porque isso dava ânimo aos movimentos independentistas congêneres em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Por isso, eles envolveram-se em ações militares, dentre as quais a “Operação Mar Verde” (conferir no capítulo 1). O objetivo foi mudar o curso da guerra, a começar com a eliminação das suas lideranças e da sua retaguarda no país vizinho.

Mirzachanian (2018) descreveu da seguinte forma o papel desempenhado por militares soviéticos na perseguição e captura de pessoas envolvidas na operação em que Amílcar Cabral foi assassinado:

No dia 20 de Janeiro de 1973, às 23h00 horas, Amílcar Cabral foi traiçoeiramente assassinado em Conacri, na porta da sua casa. Os seus companheiros e funcionários de partido Aristides Pereira, Vasco Cabral e José Araújo foram levados ao porto. Inocêncio Cani [um dos aliciados pelo regime português] ordenou às tripulações dos três torpedeiros militares, mesmo aqueles fornecidos por Moscovo [Moscou], para saírem ao mar e içarem as velas para Bissau, para entregarem os líderes capturados do PAIGC às autoridades portuguesas. Depois do sinal de rádio de Inocêncio Cani 24 navios de guerra da NATO rumaram em direção aos conspiradores.

O comandante do Exército Popular da Guiné-Conacri T. Sangare, acompanhado pelo Major-General F. Chicherin em nome do Presidente Sekou Touré e do Embaixador soviético A. Ratanov, pediram a Y. Ilynykh para deter os criminosos. [...] Às 00 horas e 50 minutos, o “Byvaly” lançou-se em perseguição dos traidores.

---

<sup>63</sup> O contratorpedeiro “Byvaly” foi um dos primeiros navios soviéticos remontados num navio de luta antissubmarina e foi designado para a patrulha das águas oceânicas, com o objetivo de localizar e destruir submarinos inimigos. Foi incluído na lista dos navios da frota soviética em setembro de 1952. Estabelecido em 06 de maio de 1953 no Estaleiro Nº 445 nomeado após 61 Kommunara, Nikolaev (estaleiro Nº 1202), lançado em 31 de março de 1954, comissionado em 21 de dezembro de 1955 e foi atribuído à Frota do Mar Negro. Em 24 de junho de 1959, o navio foi transferido para a Frota do Norte. De 23 de junho de 1962 a 28 de outubro de 1965 foi modernizado no Estaleiro Nº 7 em Tallin, de acordo com o Projeto 56PLO. Em 17 de julho de 1988, o navio foi excluído das listas da Frota do Norte.

A bordo de contratorpedeiro estava também um pelotão de soldados armados guineenses com vários oficiais à frente. Às 3h00 de manhã, dois alvos fixos de pequeno porte foram descobertos. O contratorpedeiro aproximou-se rapidamente de um dos torpedeiros e atracou-se ao lado. O segundo torpedeiro se rendeu na mira dos canhões. Os soldados guineenses deslocaram-se imediatamente aos torpedeiros, desarmaram os agentes inimigos e levaram-nos para o “Byvaly”. Às 15h00 o contratorpedeiro regressou com segurança a Conacri, levando a reboque os torpedeiros inimigos. Todos os prisioneiros foram libertados, inclusive Aristides Pereira, Vasco Cabral e José Araújo.

Sahuquillo (2019) afirmou que a “União Soviética teve uma grande influência e fortes vínculos em vários países africanos. Em seu auge, a URSS apoiou os movimentos de independência contra as potências coloniais ocidentais em todos os quadrantes do mundo. Além disso, líderes e políticos africanos se educaram em instituições soviéticas durante a Guerra Fria”, como na elitista Academia Político-Militar Lenine. Além da União Soviética, outros países do bloco social-comunista apoiaram bastante a luta de libertação nacional; alguns participaram diretamente em combates na África. Abdenur (2017) afirmou que “[u]nidades cubanas, por exemplo, combateram ao lado de guerrilheiros e guerrilheiras do PAIGC”. Tal como a URSS, Cuba e países europeus do bloco social-comunista, a China apoiou o Partido em todos os aspectos durante a luta armada de libertação nacional. Policarpo (2021, p. 607) citou que a China declarou publicamente prestar todo o apoio à formação de quadros do PAIGC. Assim, Amílcar Cabral e uma delegação do Partido foram recebidos pelo governo de Pequim, em 1960, para formação ideológica e de guerrilha. A aprendizagem da guerra subversiva tinha como objetivo principal a conquista das populações e a articulação de “ações visíveis, com ações clandestinas, de natureza psicológica ou ações armadas”.

No geral, como afirmou Policarpo (2021, p. 603), as nações libertadas do colonialismo organizaram estratégias de ajuda aos restantes povos, concretamente na África e na Ásia. Foi justamente nessas duas grandes áreas geográficas que eram mais perceptíveis as iniciativas de apoio às independências, quer vindas da União Soviética, quer da China, que recentemente tinha se declarado comunista sob a liderança de Mao Tse Tung. Foram criadas estratégias de apoio efetivo, fornecendo quadros políticos, forças militares, armamento, apoio logístico e financeiro (POLICARPO, 2021). O autor citou que, no âmbito intra-africano, as nações independentes, como Gana, República da Guiné, Egito e Marrocos, organizaram-se numa frente comum, definindo estratégias de apoio à libertação dos países africanos ainda sob a dominação estrangeira.

De acordo com Policarpo (2021, p. 608), foi nesse espírito de luta anticolonialista e de solidariedade africana que o governo da Guiné Conacri apoiou o Partido de forma quase incondicional. Por exemplo, as forças armadas do país vizinho treinaram e organizaram as



unidades de combate das FARP, cederam instalações para elas; alocaram meios logísticos, técnicos e armamento, que ia chegando de países amigos.

Efetivamente, [o presidente] Sekou Touré aderiu, sem reservas, à estratégia soviética de criar países de sua influência na África, colaborando generosamente com Moscou e permitindo que o seu país se transformasse numa retaguarda segura, onde o PAIGC instalou as suas bases de treino militar, bases de operações e de apoio logístico, com capacidade de servir toda a estrutura dirigente do partido e a estrutura militar de combate (POLICARPO, 2021, p. 608).

O Senegal, que não fazia parte do bloco social-comunista, apesar de ser governado na época por um partido socialista, apoiou a luta de libertação na Guiné no contexto do nacionalismo pan-africano. Policarpo (2021, p. 608) afirmou que o governo senegalês baseou-se no modelo político-econômico da Europa Ocidental e na defesa da libertação dos povos africanos dentro do conceito de negritude. O Partido Socialista do Senegal aproximava-se mais dos seus congêneres nos países capitalistas e dos movimentos libertários ocidentais do que da ideologia marxista-leninista. Policarpo observou que “Senghor manteve sempre uma atitude prudente, não ativa, mas dubiamente colaborativa, autorizando que os guerrilheiros do Partido utilizassem o seu território, para nele promoverem a criação de infraestruturas logísticas, como a Base de Cumba Mori, na faixa fronteira” entre os dois países.

A luta de libertação nacional inscreveu-se na luta dos movimentos de libertação nacional na África e no mundo e também nas aspirações “dos povos oprimidos vítimas do colonialismo e do neocolonialismo [...]” (PAIGC, 1974, p. 166). Por isso, o Partido era solidário com todas as forças anti-imperialistas e lutava pela solidariedade e unidade dessas forças no mundo. O PAIGC (1974, p. 165) estava ciente de que a conquista da independência não significava a retirada apenas das forças portuguesas, a implantação das estruturas administrativas do novo Estado, o içamento da bandeira, a entoação do hino nacional, a adoção de uma moeda nacional, a entronação de heróis e heroínas nacionais etc. A verdadeira independência ou, como o próprio Partido constatou, “[...] a libertação nacional autêntica é inseparável da liquidação de todas as formas de exploração do homem pelo homem” (1974, p. 165-166). Por isso, alertou que nos países “[...] onde se adquiriu a independência política, mas [...] esta foi confiscada em proveito de minorias exploradoras locais, estas, para consolidarem e manterem os seus privilégios, não demoraram a entender-se com o imperialismo e a manter ou a restabelecer a sua dominação: é o que se chama o neocolonialismo”. Observou que a libertação nacional não seria uma verdadeira independência se o poder fosse transferido dos colonialistas estrangeiros para uma minoria exploradora nacional que, em última instância, assumisse o papel de “lacaio” do imperialismo.

O PAIGC (1974, p. 131) citou, com relação aos movimentos de libertação nacional, que a África estava sujeita à influência do que se passava noutras partes do mundo. Assim, “o sucesso de uma revolução algures contribui para o despertar de outros povos e de organizações de combate. Por isso, o sucesso da Revolução Russa de 1917 ajudou à eclosão de diversos movimentos anti-imperialistas nos países colonizados”. E exemplificou que o caso

[...] da Grande Revolução de Outubro na Rússia confirma este ensinamento da história: todas as revoluções vitoriosas se apoiaram sempre na realidade nacional, estudando-a e interpretando-a corretamente, para a poder transformar. Mas também, todas essas revoluções tiveram em conta o momento histórico mundial, em cujo contexto se processaram. A destruição do sistema colonial na Ásia teve uma influência salutar sobre a luta dos povos africanos e a sua organização. A independência de países como a Índia, a Birmânia, a Indonésia, o Vietnã, o Laos, o Camboja, a Malásia, a Coreia e, particularmente a China, trouxeram ricos ensinamentos (PAIGC, 1974, p. 131).

Os movimentos de libertação nacional em Angola (MPLA, FNLA), Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Moçambique (FRELIMO) e São Tomé e Príncipe (MLSTP) foram fundados no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, e as suas demandas eram parecidas com as de outros países africanos. Não se tratava de mera coincidência, pois, as condições políticas e económicas da África, em sua maioria ainda sob a ocupação colonial, eram semelhantes. Os métodos de dominação aplicados pelo governo português nas suas colónias eram parecidos com os adotados por outras potências coloniais europeias.

Graças às experiências conjuntas nos tempos passados em Lisboa, por exemplo, na já mencionada “Casa dos Estudantes do Império”, os líderes dos principais movimentos de libertação nacional em Angola (Agostinho Neto), Guiné e Cabo Verde (Amílcar Cabral e Vasco Cabral), Moçambique (Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos) e São Tomé e Príncipe (Miguel Trovoada, Carlos Graça) articularam cinco estratégias para a ação nos respectivos países: a) criação de estruturas legais de luta; b) combinação de métodos legais de luta com atividades clandestinas; c) realização de ações de reivindicação de massa e processos pacíficos; d) unificação de grupos nacionalistas em torno dos mesmos objetivos e ações; e e) estabelecimento do princípio da luta armada, como única forma viável para a libertação nacional.

De acordo com o PAIGC (1974, p. 134), os movimentos de libertação nacional na África procuraram traduzir as aspirações das massas, fundindo-se com o povo simples e o trabalhador, para demolir as barreiras entre os africanos considerados ‘civilizados’, assimilados e ‘indígenas’. Em Angola e Moçambique, a juventude foi colocada como o elemento dinamizador da fase da mobilização das massas para a luta de libertação nacional.

Nessa fase, foram combinados os métodos legais de luta com as atividades clandestinas; surgiram várias organizações que se tornaram precursoras dos movimentos de libertação nacional que se consolidaram nas colônias portuguesas.

Ativistas das colônias portuguesas conseguiram se articular e fundar organizações multilaterais muito antes da criação da Organização da Unidade Africana (OUA) e do acirramento das disputas geopolíticas entre os blocos capitalista e social-comunista. Por exemplo, em 1920, em Lisboa, fundaram a “Liga Africana”, com inspiração nos ideais do pan-africanismo. Foi essa Liga que acolheu na capital portuguesa a segunda sessão da Terceira Conferência Pan-Africana em 1923. Nas décadas de 1940 e 1950, os estudantes dessas colônias criaram quatro organizações associativas: a “Casa da África Portuguesa”, “A Casa dos Estudantes do Império” (1945), o “Centro de Estudos Africanos” (1951) e o “Clube Marítimo” (1955).

O PAIGC (1974, p. 137) citou que “[n]o ‘Centro de Estudos Africanos’ participam os intelectuais das colônias portuguesas que, através de palestras, estudos e manifestações artísticas procede à análise dos fundamentos culturais do movimento de libertação nacional, criando-se um pensamento anticolonialista unificado”. Em dezembro de 1957, realizaram uma reunião em Paris (França) com a participação de estudantes europeus, no âmbito do “Movimento Democrático de Libertação”. Nessa reunião, foi estudado o processo da luta contra o colonialismo português e resolveu-se também pela criação do “Movimento Anticolonialista” (MAC). Na clandestinidade, o MAC publicou um manifesto com as posições do movimento nacionalista sobre os meios a empregar para derrotar o colonialismo português. No mesmo ano e já em solo africano e com base na experiência do MAC, criaram a “Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional” (FRAIN) com o objetivo de conquistar a independência e de acabar totalmente com o colonialismo na África. Também em 1960 os estudantes das colônias portuguesas criaram a “União Geral dos Estudantes da África Negra” (UGEAN).

Com relação à Guiné e Cabo Verde no contexto dos movimentos de libertação dos países de língua portuguesa, africano e global, Amílcar Cabral (1974, p. 25) compreendia que, do ponto de vista estratégico, não podia haver paz na Guiné se os tucas tivessem bases aéreas em Cabo Verde. Isto porque, se o PAIGC libertasse totalmente a Guiné, por exemplo, os tucas podiam bombardear as suas posições a partir das bases aéreas instaladas em Cabo Verde, e Portugal podia conseguir muito mais aviões, por exemplo, da África do Sul, que, na época, tinha interesses em Cabo Verde. O regime de apartheid da África do Sul chegou a desencadear, por exemplo, uma campanha de difamação do PAIGC, quando Amílcar Cabral

visitou a Mauritânia, para se encontrar com o então presidente Ould Dadah. Nessa propaganda, o regime sul-africano, reforçando a do governo português, disse que o líder do Partido tinha ido à Mauritânia para estabelecer uma base para atacar as forças portuguesas em Cabo Verde (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 26).

Amílcar Cabral (1974, p. 25-26) acrescentou que o Partido e os movimentos de libertação dos países de língua portuguesa podiam até expulsar Portugal dos seus territórios e conquistar a independência. Mas, se o racismo continuasse na África do Sul e, se os colonialistas continuassem a mandar, direta ou indiretamente, em muitos países africanos, não daria para acreditar numa independência a sério na África. “Portanto, nós fazemos parte de uma realidade concreta que é a África, lutando contra o imperialismo, contra o racismo, contra o colonialismo. Nós constituímos um conjunto em que as partes estão dependentes umas das outras”. Exemplificando outra dimensão da relação entre a luta de libertação da Guiné e Cabo Verde e a geopolítica mundial, disse que, quando foi à Mauritânia conversar com o então presidente Ould Daddah, a visita foi noticiada no mundo todo e os tucas desencadearam uma campanha de contrainformação radiofônica. Dizia que o objetivo do Partido era prejudicar o pacto do Atlântico (a Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN/NATO, *North Atlantic Treaty Organization*) do qual Portugal fazia parte. Observe-se que, apesar de não ter participado diretamente na Guerra Mundial e de não ser um dos principais protagonistas da Guerra Fria, Portugal participou na criação da OTAN, em 1952, em Lisboa. A justificativa para a fundação da OTAN foi a criação de um sistema de defesa coletiva dos países europeus e anglo-saxônicos da América do Norte banhados pelo Atlântico. Na verdade, a OTAN foi criada com o objetivo de fazer frente a uma suposta ameaça comunista da União Soviética.

O líder-fundador do PAIGC reforçou que todos os guineenses e cabo verdianos faziam parte da realidade mundial e de todos os problemas, à primeira vista, distantes da realidade guineense e cabo-verdiana.

Hoje, o homem passeia na lua, colhendo os pedaços do solo da lua para trazer para a Terra. Parece que isso não tem nada a ver conosco, filhos da Guiné e Cabo Verde. Nós ainda estamos com os pés na lama para tirar os tucas da nossa terra. Mas tem uma grande importância para a nossa causa amanhã, e se não estivéssemos nesta luta difícil, devíamos fazer uma festa grande pelo fato de o homem ter chegado à lua. Isso é muito importante para o futuro da humanidade, da nossa Terra, deste planeta onde vivemos (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 26).

Ele valorizava muito a abertura para a aprendizagem com experiências bem-sucedidas, para não ter de inventar a roda. “É preciso que a experiência dos outros nos sirva, temos que ser capazes de tirar da experiência de cada um aquilo que podemos adaptar às

nossas condições, para evitar esforços e sacrifícios desnecessários”. Por isso, ele criticava as pessoas que se agarravam à própria realidade e diziam: ““Eu não quero fazer o mesmo que os outros fizeram, nada que os outros fizeram’. Isso é uma prova de grande ignorância” (1974, p. 27).

Durante as lutas pelas independências nacionais e no período imediatamente após a retirada dos europeus da maioria das suas colônias africanas, muitos políticos, nacionalistas e intelectuais africanos voltaram a sua atenção para a URSS, como contraponto ao imperialismo ocidental. Graça (2005, p. 75) citou Kwame Nkrumah, que publicou em 1947 um pequeno manifesto com o título “*Towards colonial freedom*” inspirado em “O imperialismo, estágio supremo do capitalismo” do líder soviético Vladimir Lenine. De acordo com a autora, a preferência pela União Soviética fica bem explícita em “Discurso sobre o colonialismo” (1955) de Aimé Césaire. Nessa obra, o pan-africanista caribenho apontou “explicitamente a URSS como um modelo a ser seguido e os Estados Unidos como um modelo a ser rejeitado”. O manifesto de Césaire influenciou a Conferência de Bandung.

Citando Adriano Moreira, Graça (2005, p. 75) constatou que os países do Terceiro Mundo, congregados no Movimento dos Não Alinhados, tinham uma “imagem idílica da União Soviética, de uma sociedade caracterizada pela ausência de discriminação racial comparativamente aos Estados Unidos e à Europa” capitalistas. Ela citou também o intelectual angolano, Mário Pinto de Andrade, que, no prefácio à edição em português da referida obra de Césaire, “lembraria como este gênero de discurso funcionara como ‘alavanca da consciência anticolonialista’ [...]”. E afirmou que essa obra “se tornou uma arma preciosa no combate ideológico, o livro vermelho dos militantes, fossem eles professores primários, jovens, funcionários, sindicalistas ou intelectuais”.

Os nacionalistas africanos tinham motivos para ter ojeriza ao Ocidente capitalista e abraçar a União Soviética e o bloco social-comunista. Bastava lembrar-se do que Achille Mbembe (2018, p. 34-35) disse sobre o comportamento dos europeus com relação às suas colônias:

Elas são habitadas por ‘selvagens’. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, ‘inimigo’ e ‘criminoso’. Assim, é impossível firmar a paz com eles. Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’ [...].

Mbembe (2018, p. 32-33) reforçou que “[...] no pensamento filosófico moderno assim como na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (ab legibus solutus) e no qual a ‘paz’ tende a assumir o rosto de uma ‘guerra sem fim’ [...]”.

Recuando no tempo, mas na mesma linha apontada por Mbembe sobre as narrativas colonialistas, Paredes (2015, p. 113) afirmou que, “[p]ara os europeus dos séculos XV/XVI, as pessoas eram definidas pela sua identidade religiosa e não pela diferença racial, como na contemporaneidade [...]”. Logo, o discurso colonial “construía os ‘outros’ subsaarianos sem deus, sem alma, reduzidos à animalidade, o que justificava a escravatura, a conquista ou o extermínio quando recusavam a conversão ao catolicismo”. Porém, de acordo com Mbembe (2018, p. 32-33), “[d]a negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo provém a constatação de que as colônias possam ser governadas na ilegalidade absoluta. Aos olhos do conquistador, ‘vida selvagem’ é apenas outra forma de ‘vida animal’, uma experiência assustadora, algo alienígena além da imaginação ou compreensão”.

Trazendo a questão para o sistema capitalista e a hierarquia de classes, que regem, atualmente, as relações globais, Souza (2016, p. 66) afirmou que “[...] temos que reconhecer que o capitalismo cria não só uma hierarquia de classes a partir da distribuição desigual dos capitais necessários à sua reprodução. Ele criou também um tipo de legitimação e justificação muito singular e único historicamente” e que, por isso, “[...] há necessidade de se justificar, é porque existe um fundo ‘moral’ no sistema como um todo”.

Para complicar, de acordo com o autor brasileiro,

a questão da moralidade é estabelecer a distinção entre o justo e o injusto – e, nas sociedades modernas, a justiça está ligada [...] à noção de ‘universalidade’ –, a imensa maioria das sociedades segue esse princípio. Existe toda uma complexa ordem jurídica e contratual que se destina precisamente a mostrar que todas as pessoas – tão diferencialmente aquinhoadas pela vida por seu pertencimento de classe – são tratadas como iguais. Existe uma tentativa de convencer as pessoas de que existe um tratamento universal e igualitário a elas apesar da origem de classe tão desigual. [...] Existe sempre, portanto, em todas as sociedades modernas a produção de hierarquias morais – invisíveis, mas muito eficazes e atuantes, e cujo efeito prático qualquer um pode perceber com exemplos concretos do dia a dia (SOUZA, 2016, p. 66).

Souza (2016, p. 66) destacou que “[s]ão essas hierarquias morais opacas e invisíveis, mas concretas para qualquer um no cotidiano, que possibilitam o tratamento desigual dos indivíduos a partir de seu pertencimento de classe, se contrapondo à lógica da igualdade e da universalidade formal da ordem jurídica visível”.

Entretanto, Amílcar Cabral (1974, p. 89), ao falar das ideias de Vladimir Ilitch Lenine, afirmou que os movimentos de libertação nacional tinham um interesse especial no

pensamento e na ação do líder da Revolução Russa. Isto porque ele deixou importantes lições sobre como fazer a revolução, com vistas à modificação da situação econômica, política, social e cultural dos respectivos povos, como a citada por Souza (2016).

Amílcar Cabral (1974, p. 89-90) enfatizou o comportamento moral, a ação política, a estratégia e prática revolucionárias, como as lições de maior acuidade para os movimentos independentistas porque, “[n]o âmbito geral do movimento de libertação nacional, especialmente em condições como as nossas, o comportamento moral do combatente, em particular dos dirigentes, é um fator primordial que pode influenciar significativamente o êxito ou o fracasso do movimento”. Ele considerava Lenine um exemplo de coerência consigo mesmo e de coerência entre as palavras e os atos. Para o líder-fundador do PAIGC, Lenine soube manter a coerência entre o que dizia e o que fazia; admirava também a atenção do líder soviético com os menores: “A sua dedicação às crianças tornou-se lendária, pois, para ele, esses seres delicados e tantas vezes incompreendidos, vítimas inocentes da exploração do homem pelo homem, são as flores da humanidade, a esperança e a certeza do triunfo de uma vida de justiça”.

Amílcar Cabral (1974, p. 94-95), citando Lenine, afirmou que o movimento de libertação nacional que se conheceu na segunda metade do século XX, especificamente após a Segunda Guerra Mundial, não era um fato novo na história. Isso porque, em todos os continentes e épocas, próximas ou mais remotas, houve luta de libertação. Mesmo antes das lutas mais recentes, como as dos países de língua portuguesa na África, houve experiência de luta de libertação nacional em todos os continentes, por exemplo, na antiga Indochina, no México, na Bolívia, na Grécia, nos Bálcãs e no Egito. Até Portugal, que colonizou a Guiné, Cabo Verde e outros três países africanos, lutou para se livrar da ocupação moura e espanhola do seu território. A diferença é que as lutas ocorridas em épocas remotas tinham mais um caráter tribal e tinham alvos limitados no escopo: libertação do domínio de uma aristocracia tribal ou étnica. As lutas nacionais, como as supracitadas, não embutiam o componente anti-imperialista explícito e não desenrolaram no contexto da Guerra Fria como as de libertação recentes. Nesse cenário, a luta de um movimento de libertação nacional, como o PAIGC, não se circunscrevia ao país colonizador; fazia parte da luta contra o imperialismo, ou seja, era também uma luta “contra o domínio econômico e político dos monopólios, do capitalismo financeiro, atuando sob a forma do colonialismo, do neocolonialismo”.

Discordando da concepção de que ‘a política é a arte do possível’, Amílcar Cabral (1974, p. 91; 93) emulou de Lenine outra concepção de política como “a arte de transformar o que é aparentemente impossível em possível (tornar possível o impossível) [...]”. Lenine

legou aos movimentos de libertação uma valiosa contribuição: “[...] os povos oprimidos podem libertar-se e ultrapassar todos os obstáculos para a construção de uma vida de justiça, de dignidade e de progresso”. Mas, é bom frisar que Amílcar Cabral (1974, p. 97) não defendeu a adesão oficial do futuro Estado da Guiné-Bissau ao socialismo. Embora tenha afirmado que era necessário e urgente fazer a revolução, para acabar com a agressividade do imperialismo, e criar um Estado socialista para desferir “um golpe decisivo no imperialismo e abrir novas perspectivas ao desenvolvimento do movimento operário internacional e do movimento de libertação nacional”. Ele tinha uma visão diferente sobre a luta de classe como força motora da história postulada por Karl Marx. Só para lembrar, no discurso feito na Primeira Conferência Intercontinental em Havana de Cuba, em 1966, ele criticou esse postulado:

Aqueles que afirmam [...] que a força motora da história é a luta de classes, decerto estariam de acordo em rever esta afirmação, para precisá-la e dar-lhe até maior aplicabilidade, se conhecessem em maior profundidade as características essenciais de alguns povos colonizados (dominados pelo imperialismo). Com efeito, na evolução geral da humanidade e de cada um dos povos nos agrupamentos humanos que a constituem, as classes não surgem nem como um fenômeno generalizado e simultâneo na totalidade desses agrupamentos, nem como um todo acabado, perfeito, uniforme e espontâneo. A definição das classes no seio dum agrupamento ou de agrupamentos humanos resulta fundamentalmente do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das características da distribuição das riquezas produzidas por esse agrupamento ou usurpadas a outros agrupamentos. Quer dizer: o fenômeno socioeconômico da classe surge e desenvolve-se em função de pelo menos duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 74).

Para o líder-fundador do Partido, o desenvolvimento das forças produtivas “opera-se lenta, desigual e gradualmente, por acréscimos quantitativos, em geral imperceptíveis, das variáveis essenciais, os quais conduzem, a partir de certo momento de acumulação, a transformações qualitativas que se traduzem no aparecimento da classe, das classes e do conflito entre classes” (1974, p. 74). Ele defendeu que, se a história começasse com o desencadeamento das classes, implicaria a exclusão da história os agrupamentos humanos pgressos, como os caçadores e coletores de frutos silvestres, criadores de gado e agricultores nômades e sedentarizados.

Mais enfático ainda, Amílcar Cabral (1974, p. 75) afirmou que, aceitar a tese de que a luta de classe determinava a história, seria o mesmo que

considerar que vários agrupamentos humanos da África, Ásia e América Latina viviam sem história ou fora da história no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo. Seria considerar que populações dos nossos países, como os Balantas da Guiné, os Cuanhamas de Angola e os Macondes de Moçambique, vivem ainda hoje, se nos abstrairmos das muito ligeiras influências do colonialismo a que foram submetidas, fora da história ou não têm história.



Amílcar Cabral (1974, p. 75) baseou a recusa da tese marxista no conhecimento que ele tinha da realidade socioeconômica concreta da Guiné e Cabo Verde. Admitiu, todavia, que, tal como foi analisada, a luta de classes seria a força motora de um determinado período da história, não de toda a história. Por isso, definiu a classe e a luta de classes como resultantes do desenvolvimento das forças produtivas conjugado com o regime da propriedade dos meios de produção. Sendo assim, defendeu que a história existiu antes e depois da luta de classes, pois, toda a realidade histórica, pela sua própria dinâmica, passa. E, assim, evitava-se a exclusão da história de alguns agrupamentos humanos.

O líder-fundador do Partido estava convencido de que a história não acabava com a suplantação das condições causadoras da luta de classes. No discurso, na Primeira Conferência Tricontinental em Havana, ele afirmou que, como não foi o teórico do desaparecimento das classes como uma fatalidade na história, sentia-se à vontade para argumentar que os povos que, como o de Cuba, construíam o socialismo não ficariam sem história quando finalizassem o processo da liquidação do fenômeno de classe e da luta de classes no seio do seu conjunto socioeconômico.

Enfatizo que, no referido discurso, Amílcar Cabral (1974, p. 73) falou da necessidade de se reconhecer que as revoluções sociais não são mercadorias de exportação. Ele argumentou que, por maior que fosse seja a similitude de experiências e a identificação dos inimigos “[...] a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação”. Para ele, as revoluções sociais são produto de elaboração local e nacional, mais ou menos influenciado por fatores externos, mas condicionado pela realidade histórica de cada povo, e apenas assegurado pela resolução adequada das contradições internas que caracterizam essa realidade. Afirmou que o Partido não usava as tribunas e fóruns internacionais para gritar palavras de ordem para falar mal do imperialismo; preferia fazer denúncias com a apresentação de provas sobre a situação da luta na Guiné e em Cabo Verde. Defendeu que “[...] não é gritando nem atirando palavras feias faladas ou escritas contra o imperialismo, que vamos conseguir liquidá-lo. Para nós, o pior ou o melhor mal que se pode dizer do imperialismo, qualquer que seja a sua forma, é pegar em armas e lutar. É o que estamos a fazer e faremos até a liquidação total da dominação estrangeira nas nossas pátrias africanas”. Preferia documentar as suas denúncias com dossiês, filmes, fotografias, e através de contatos bilaterais e com a mídia internacional.

Analisando as condições históricas dos anos 1960, da confrontação do imperialismo (que lançava as mãos de todos os meios à sua disposição para perpetuar a sua dominação do mundo) contra o socialismo (que se consolidou na União Soviética, na Europa do Leste e no

resto do globo), Amílcar Cabral (1974, p. 85) vislumbrou que “só duas vias” eram possíveis para uma nação independente: voltar à dominação imperialista, submeter-se ao neocolonialismo, resignar ao capitalismo, capitalismo de Estado; ou adaptar-se à via socialista. Perceba-se que ele não sugeriu a “adoção” do socialismo, mas a adaptação do socialismo à realidade concreta do país.

Amílcar Cabral (1974, p. 78) definiu o imperialismo como “a expressão mundial da procura gananciosa [da dominação econômica] e da obtenção de cada vez maiores mais-valias pelo capital monopolista e financeiro, acumulado em duas regiões do mundo: primeiro na Europa e, mais tarde, na América do Norte”; um sistema de “pirataria transplantada dos mares para a terra firme, reorganizada, consolidada e adaptada ao objetivo da espoliação dos recursos materiais e humanos” dos países colonizados e periféricos. Seguindo uma linha incomum nas análises do imperialismo, Amílcar Cabral disse que esse fenômeno capitalista “[...] foi uma necessidade da história, uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas e das transformações do modo de produção, no âmbito geral da humanidade, considerada como um todo em movimento”, como, por exemplo, a luta de libertação nacional dos povos, a destruição do capitalismo e o advento do socialismo foram também necessidades da evolução humana.

Amílcar Cabral (1974, p. 79) identificou duas formas gerais da dominação imperialista sobre a estrutura social e o processo histórico dos povos colonizados: a) dominação direta (colonialismo clássico ou simplesmente, colonialismo) que era exercida por meio de um poder político integrado por agentes (forças armadas, polícia, agentes da administração civil e colonos) estrangeiros ao povo dominado; e b) dominação indireta (neocolonialismo) que é uma forma de poder político integrado e que é exercido na sua maioria ou na totalidade por agentes nativos da colônia.

De acordo com Amílcar Cabral (1974, p. 79-80), o fato é que a estrutura social do povo dominado, seja qual for a etapa em que se encontre, pode sofrer três efeitos:

1. Destruição completa que é acompanhada, em geral, da liquidação imediata ou progressiva da população originária e a consequente substituição desta por uma população exótica (oriunda de fora);
2. Destruição parcial, em geral, acompanhada da fixação mais ou menos volumosa de uma população exótica;

3. Conservação aparente da estrutura social, condicionada pela confinamento da sociedade autóctone a áreas ou reservas próprias que são, geralmente, desprovidas de possibilidades de vida e são acompanhadas da implantação massiva de uma população exótica.

Com relação ao neocolonialismo, Amílcar Cabral (1974, p. 80) constatou que “a ação imperialista orienta-se no sentido da criação duma burguesia ou pseudoburguesia local, enfeudada à classe dirigente do país dominador”. Porém, de acordo com Amílcar Cabral, as transformações na estrutura social são superficiais nas camadas sociais baixas e, sobretudo, no campo, onde ela conserva predominantemente as características da fase colonial. A criação de uma pseudoburguesia nativa, em geral, saída da pequena burguesia burocrática e dos intermediários das mercadorias, acentuava a diferenciação das camadas sociais; abria, por causa da atividade econômica de alguns nativos, novas perspectivas à dinâmica social. Essa dinâmica social tinha a ver com o desenvolvimento progressivo de uma classe operária cidadina, e com a implantação de propriedades agrícolas privadas que deram lugar ao aparecimento dum proletariado agrícola.

Amílcar Cabral (1974, p. 80) afirmou que, comparativamente,

enquanto no colonialismo clássico esse processo é paralisado, a dominação neocolonialista, permitindo o despertar da dinâmica social — dos conflitos de interesse entre as camadas sociais nativas ou da luta de classes — cria a ilusão de que o processo histórico volta à sua evolução normal. Essa ilusão é reforçada pela existência dum poder político (Estado nacional), integrado por elementos nativos. Apenas uma ilusão, porque, na realidade, o enfeudamento da classe ‘dirigente’ nativa à classe dirigente do país dominador, limita ou inibe o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Ao falar de possíveis vias para o enfrentamento tanto do colonialismo, quanto do neocolonialismo, Amílcar Cabral (1974, p. 84) disse que “[o] caso colonial (em que a nação [...] se bate contra as forças de repressão da burguesia do país colonizador) pode conduzir, pelo menos aparentemente, a uma solução nacionalista (revolução nacional): — a nação conquista a sua independência e adapta, em hipótese, a estrutura econômica que bem lhe apetece”. Já “o caso neocolonial, em que as classes trabalhadoras e os seus aliados se batem simultaneamente contra a burguesia imperialista e a classe dirigente nativa, não é resolvido através de uma solução nacionalista; exige a destruição da estrutura capitalista implantada pelo imperialismo no solo nacional e postula, justamente, uma solução socialista”. Amílcar Cabral (1974, p. 81) chegou à conclusão de que, tanto no colonialismo como no neocolonialismo, permanece a característica essencial de dominação imperialista: a negação do processo histórico do povo dominado. E essa negação acontece por meio da usurpação violenta da liberdade e o processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Nesse cenário, apontado por Amílcar Cabral e outros autores citados a respeito neste capítulo, a identificação com o bloco social-comunista, para a libertação do jugo colonialista e capitalista e para a formação do Homem Novo, era considerada um imperativo para a construção dos novos Estados Africanos independentes.

Porém, essa identificação demandava uma resposta africana, a oposição da africanidade ao socialismo importado do exterior, pois, os princípios gerais do socialismo e do comunismo já eram praticados pelas etnias africanas em forma de “comunitarismo”. Barbosa (2020, p. 87-88) afirmou que o ‘socialismo africano’, como um corpo teórico, é uma tentativa de políticos e intelectuais africanos e africanistas de “recapturar e modernizar o modo de vida comunitário praticado pelo africano tradicional antes da exposição ao mundo e aos valores do homem branco”.

O socialismo africano foi defendido por revolucionários pan-africanistas, como Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade (Angola), Amílcar Cabral (Guiné-Bissau e Cabo Verde), Félix-Roland Moumié (Camarões), Frantz Fanon (Martinica), Julius Nyerere (Tanzânia), Kwame Nkrumah (Gana), Marcelino dos Santos (Moçambique), Patrice Lumumba (Congo) e Thomas Sankara (Burkina Faso). Barbosa (2020, p. 88) acrescentou que esses líderes partilhavam da crença de que era possível construir uma nova África e uma pan-africanidade sólida, modernizando certas particularidades histórico-culturais dos povos africanos. Essa visão dava-lhes certo distanciamento das correntes ideológicas europeias mais relevantes da época: socialismo, marxismo e liberalismo.

Entretanto, o MPLA oficializou o marxismo-leninismo na Constituição da “República Popular de Angola” e nos seus programas de governo, e incluiu esse conceito no hino nacional (‘Construímos com trabalho o Homem Novo... ’). Paredes (2015, p. 252-253) afirmou que Agostinho Neto enfatizava que a formação do “Homem Novo” era a maior e mais difícil tarefa que Angola enfrentava. Como citei na Introdução, o PAIGC não oficializou o marxismo-leninismo, apesar de ter se espelhado no modelo social-comunista, para definir a sua política de Estado. Por exemplo, patenteou no Artigo 4 da Constituição de 1973 que o PAIGC era a luz e o guia do povo guineense e nacionalizou escolas e empresas públicas herdadas da administração portuguesa. O presidente Luís Cabral dizia que, se o socialismo era a garantia do desenvolvimento do país, então a Guiné-Bissau era socialista. Mas, isso não seria motivo para fechar as portas à cooperação com os países capitalistas.

Mallot (2021) afirmou que Amílcar Cabral e outros líderes do movimento perceberam que estavam numa luta anticolonial maior e uma guerra de classes globais e,

como tal, seus inimigos imediatos não eram apenas os governos coloniais de determinados países.

O PAIGC, como atestado por Amílcar Cabral (1974), aproveitou muito bem essa conjuntura internacional, mas, deixando bem clara a posição do Partido para aceitar ajudas de terceiros.

Nós podíamos lutar, podíamos fazer a nossa própria luta, fazer muitos sacrifícios, com os nossos próprios meios, mas isso não chegava para fazermos a luta. Não podia chegar. Era preciso que o nosso Partido fosse capaz de aproveitar outras condições favoráveis do mundo, da África, para fazermos a nossa luta avançar. E nós aproveitamos e aproveitamos cada dia mais. Foi por isso que pudemos ter armas, munições, roupas, medicamentos, hospitais, etc., que na nossa terra não podíamos ter. Exigindo de nós próprios o sacrifício e o esforço que podemos dar, mas contando também com a realidade do mundo de hoje, com forças que possam vir de fora. Essa é a importância que tem para a nossa luta a ajuda de outros países, ajuda que para nós só tem uma condição: não se põe condição nenhuma e nós garantimos que toda a ajuda que recebemos a pomos ao serviço do nosso Partido e do nosso povo (PAIGC, 1974, p. 41).

Em suma, tal como outros movimentos de libertação dos países africanos de língua portuguesa e de toda África, o PAIGC nasceu numa época de conjugação de fatores a favor: o bloco social-comunista cujas raízes remontavam ao nascimento da União Soviética. Como Amílcar Cabral (1974, p. 41) disse, o campo socialista pôs na mesa a questão da autodeterminação para todos os povos, o direito de cada povo escolher o seu destino e tê-lo na sua mão. A luta de libertação conduzida pelo PAIGC beneficiou-se também de outras circunstâncias, sobretudo do pan-africanismo, da independência das colônias francesas e inglesas, do Movimento dos Não Alinhados e da ONU. O PAIGC esteve em consonância com o crescimento do pan-africanismo e com os movimentos cívicos e da negritude na América do Norte e na Europa Ocidental, principalmente na França e na Inglaterra. A independência política de quase todas as colônias francesas e inglesas na África aumentou os campos de apoio político e diplomático para a luta nas colônias portuguesas. A criação do Movimento dos Países Não Alinhados serviu de arauto e abrigo para os movimentos nacionalistas e independentistas da periferia mundial. E o sistema das Nações Unidas que, a despeito de suas decisões serem mais resolutivas e menos determinativas, carregava, na origem, as noções de não ocupação à força de territórios alheios e da autodeterminação dos povos.

O Partido não só aproveitou a conjuntura mundial, como foi o movimento de libertação que mais tirou vantagem da ajuda recebida de países amigos. Amílcar Cabral (1974, p. 41) atestou: “[...] podemos dizer que não há nenhum movimento de libertação no mundo que tenha tirado mais proveito da ajuda que lhe têm dado do que o nosso Partido”. Por isso, o Partido e Amílcar Cabral conquistaram admiração no mundo inteiro, até no Ocidente.

O líder do PAIGC reconheceu esse fato, ao afirmar que “[n]ós todos sabemos a admiração que suscitamos em toda a gente quando vê as nossas coisas, tanto fora como dentro da nossa terra, e quando vê como é que nós de fato temos posto tudo o que temos obtido ao serviço da nossa luta, ao serviço do nosso povo”.

Entretanto, os grandes acontecimentos políticos e econômicos a partir dos finais dos anos 1980 e que marcaram negativamente o bloco social-comunista atingiram a Guiné-Bissau (SUCUMA, 2017, p. 259), como abordarei no próximo capítulo.

## 5. PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

Alguns meses depois da chegada festiva na citada manhã de maio de 1974 em Bula, o Comandante Dik da Ringue voltou acompanhado de três outros camaradas, para conduzir o processo de transição na cidade e algumas cidades do Centro-Norte da Guiné-Bissau. Desta vez, porém, não houve distribuição de arroz e açúcar. Em comício, no estádio de futebol da cidade, o Comandante reiterou o discurso que fizera na primeira vez e explicou como seria o processo de implantação da nova administração na cidade e região.

Poucas semanas mais tarde, os militares e administradores portugueses deixaram definitivamente a cidade de Bula. Veículos e mais veículos cheios de pertences de portugueses, militares e civis, dirigiram-se para Bissau de onde partiriam para Portugal. Os militares inutilizaram alguns equipamentos que não conseguiram embarcar para Lisboa, que não quiseram doar aos guineenses que trabalhavam com eles, ou abandonaram-nos pura e simplesmente nos quartéis. Veículos, geradores, geladeiras, fogões etc. foram jogados nas águas dos rios Cacheu e Mansoa que contornam a cidade de Bula. Alguns veículos tiveram os motores entupidos com areia ou açúcar. Presenciei soldados portugueses a despejarem açúcar em tanques de combustível e depois ligarem a ignição de veículos. Em pouco tempo, os veículos engasgaram e foi o fim; foram transformados em “ferro-velho”. Eu estava, nessa ocasião, em companhia de um primo chamado José Saúde Maria,<sup>64</sup> que era da Milícia Portuguesa e, por isso, tinha acesso ao quartel e podia adentrá-lo com convidados devidamente identificados na portaria da instalação militar.

A sensação era de que, de tão eufóricos que estávamos com um futuro airoso da nascente República da Guiné-Bissau, não nos preocupávamos naquela ocasião com os estragos que a tropa portuguesa fazia nos equipamentos. Se durante a era colonial estávamos extasiados com a violência nas nossas próprias vidas e com a exibida nos filmes que assistíamos no cinema, agora estávamos entorpecidos de esperança com a promessa do Partido de que a grande fartura estava a chegar.

O Comandante e os seus camaradas assumiram o controle da administração pública em Bula, já com o paço municipal e os quartéis esvaziados pelos portugueses. Nós, jovens, fomos incorporados à Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), uma das organizações

---

<sup>64</sup> Ele era irmão de Victor Saúde Maria, diplomata e político guineense de quem falarei mais adiante com relação ao rescaldo do golpe de Estado de 1980.

criadas pelo PAIGC nas Zonas Libertadas com o objetivo de treinar política e ideologicamente o povo. Fomos divididos em três grupos: “Vermelho”, “Amarelo” e “Verde”, de acordo com as principais cores da bandeira<sup>65</sup> nacional. Recebemos treinamento e doutrinação político-ideológico. O treinamento era realizado, geralmente à tarde no estádio municipal com atividades físicas, marchas e perfilamentos.

Fazer parte de uma organização com características paramilitares, não era novidade para a maioria de jovens da minha geração, pois, já tínhamos integrado a Mocidade Portuguesa. De acordo com Almeida (2008), a Organização da Mocidade Portuguesa foi criada em 1936, no Estado Novo de Portugal, pelo decreto lei n. 1941, com a missão de adestrar os jovens portugueses na Metrópole e em todo o Império nos valores do regime: “Deus, Pátria e Família”. São os mesmos valores pregados pela direita ideológica no Brasil, principalmente durante o regime militar, nas manifestações populares de 2013 e no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). A Mocidade foi estruturada nos moldes de organizações similares na Itália do fascista Benito Mussolini e da Alemanha do nazista Adolf Hitler. Vinculada oficialmente ao ministério português da Educação Nacional e administrada por um Comissário Nacional, a Mocidade Portuguesa incentivava à disciplina, aos valores cívicos e à prática do desporto. Nós, seus integrantes, éramos jovens do sexo masculino e éramos classificados por idade com nomes específicos: “lusitos”, dos 7 aos 10 anos; “infantes”, dos 10 aos 14; “vanguardistas”, dos 14 aos 17; e “cadetes”, dos 17 aos 25 anos.

Os cadetes garantiam a segurança de acampamentos que eram realizados durante as férias, em geral, na ilha de Bolama ou em Quinhamel, cidade localizada a uns 30 quilômetros de Bissau. Por causa dessa função de segurança nos acampamentos, nós alcunhávamos os cadetes, de forma zombeteira, de “milícias”.

Geralmente, aos sábados, cumpríamos ‘obrigações’, como içar a bandeira portuguesa, cantar o hino da organização, fazer saudação à romana, marchas e exercícios físicos; e participar em palestras patrióticas. Tínhamos por símbolo a bandeira de D. João I. Usávamos uniformes de camisa verde (com distintivo na manga do lado esquerdo), calção ou

---

<sup>65</sup> A bandeira da Guiné-Bissau foi inspirada na do Gana, um dos primeiros países independentes na África e um dos grandes defensores da Unidade Africana: vermelha, amarela e verde, e estrela preta. A faixa vermelha está disposta na vertical, enquanto que a amarela e a verde estão dispostas em duas faixas horizontais iguais. A estrela está centrada na faixa vermelha. A cor amarela simboliza o sol; a verde, esperança; e a vermelha, sangue dos guineenses e cabo verdianos derramado na luta de libertação. O hino nacional foi redigido por Amílcar Cabral, com a música de Xiao He, que Cabral conheceu na China, em 1963. Nascia, assim, o hino da Guiné-Bissau com as letras de Cabral e a melodia de Xiao.



calça comprida de cor bege e calçado escuro. A Mocidade Portuguesa foi extinta pelo decreto-lei n. 171, Artigo 3, de 25 de Abril de 1974.

O doutrinamento trazido pelo Partido consistia na transmissão de informações sobre si e sobre os acontecimentos políticos daquele momento histórico no país. Era uma espécie de formação militante menos elaborada que a disciplina que viria a ser incorporada ao currículo do Ensino Médio.

Uma vez treinados e envolvidos com a transição da administração portuguesa para a do PAIGC, participamos na cerimônia da troca da bandeira de Portugal pela da Guiné-Bissau na própria cidade de Bula, nas guarnições militares nas principais tabancas da cidade e também nas cidades de Binar, Bissorã, Mansoa, Cumeré, Pelundo, Canchungo e Cacheu.<sup>66</sup> Bula foi, assim, um dos primeiros experimentos da implantação da JAAC nas cidades que continuaram sob o controle das forças portuguesas até o país se tornar independente.

Enquanto isso, em outubro de 1974<sup>67</sup>, a cúpula do Partido entrou de forma triunfal em Bissau, para assumir a administração integral da Guiné-Bissau, um pequeno país no Noroeste da África com uma população multiétnica, multi-fenotípica e multicultural. Os desafios eram gigantescos, pois, como Amílcar Cabral (1974, p. 30) e o próprio PAIGC (1974, p. 44) previram antes da independência, o país era um Estado por construir.

Lopes (1982, p. 89-90) levantou algumas questões que o Partido se colocou quando assumiu a administração de todo o território da Guiné-Bissau:

- a) Quem substituiria os quadros administrativos coloniais, sobretudo na educação e na saúde?
- b) Como conhecer a situação real das finanças e quais os mecanismos de controle do setor monetário da economia?
- c) Quem poderia coordenar a ajuda estrangeira que o novo Estado receberia dos seus parceiros internacionais?

Mas o Partido, desde a sua fundação, deixou bem definida a sua supremacia, enquanto organização que libertou o país, sobre o governo. Amparado no artigo 4 da

---

<sup>66</sup> A participação da JAAC de Bula nas cerimônias de içar da bandeira da Guiné-Bissau está documentada num livro publicado pelo PAIGC em 1975. É provável que eu encontre cópia dele nos arquivos oficiais do PAIGC e/ou da Biblioteca Nacional.

<sup>67</sup> Colocando em cheque a minha lembrança, o meu compatriota, Carlos Lopes (1982, p. 70), afirma que os guerrilheiros do PAIGC entraram em Bissau no dia 11 de setembro de 1974. Com essa data detalhada, devo admitir que, provavelmente, ele tenha sido mais preciso do que eu. Essa diferença de dias é menos relevante diante do fato de que a entrada foi triunfal e mudou para sempre Bissau e o país.

Constituição de 1973, seria ele a determinar os rumos do governo e da execução das políticas públicas.

Para Amílcar Cabral (1974, p. 111), a democracia que o Partido planejava implantar na Guiné-Bissau seria diferente daquela em que só as elites mandavam, enquanto o povo sofria. Também não seria do tipo em que manda quem tem a força das armas e controla o poder. Ele afirmou que

[n]ós, na nossa terra, queremos que a maioria tenha o poder nas mãos. Mas, nós queremos o poder nas mãos do nosso povo. Aquele que segue o caminho reto, que quer cada dia mais progresso e felicidade na nossa terra, progresso não só para os fulas, não só para mandingas, não só para filhos de cabo verdianos, não só para balantas, progresso para todos, tanto na Guiné como em Cabo Verde — esse faz parte do nosso povo (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 111).

O líder-fundador do Partido advertiu que “[a] maior asneira que se podia fazer na nossa terra seria criar, na Guiné, partidos ou movimentos na base de etnias” porque esse expediente serviria para “a destruição da nossa independência, depois da luta, como os camaradas têm visto em alguns países africanos” (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 112).

Tal como fez na mobilização da população para a luta de libertação, o Partido mapeou a realidade do território guineense que foi ocupado durante os 528 anos por uma força estrangeira. Confirmou a percepção de que, realmente, Portugal fez muito pouco em termos de implantação de infraestrutura de base e de serviços sociais (educação, saúde etc.), pois os investimentos nunca foram orientados para a Guiné. Confirmou também que, em 1974, o país tinha pouco mais de três mil quilômetros de rodovias, com um terço das quais quase intransitáveis no período das chuvas tropicais; uma ponte cais e pequenos terminais em cidades como Bolama, Bubaque, Cacine, Cacheu e Buba; e sem ferrovias.

A infraestrutura industrial das décadas de 1950 e 1960 não mudou por ocasião da independência: duas fábricas de óleos de cozinha, três descascadoras de arroz, uma processadora de farinha de peixe, uma fábrica de pasta de papel, uma oficina de tratamento de borracha bruta, cinco instalações de corte de madeira e outras pequenas unidades fabris; uma fábrica de cerveja e refrigerantes implantada no início dos anos 1970. O Partido constatou pela positiva o fato de que os minérios não foram explorados pela administração colonialista. Em 1958, a pedido do governo português, a “Standard Oil of New Jersey”, uma filial da empresa petrolífera estadunidense “Esso”, fez um estudo prospectivo de petróleo na fronteira entre o Senegal e o rio Geba. Na mesma época, uma sociedade holandesa também recebeu licença para fazer pesquisa sobre a bauxita. Mas, acabou que a guerra impediu a extração desses recursos minerais.

O comércio ainda era dominado pelas companhias portuguesas, como a Casa Gouveia, e o varejo na Periferia e no Interior era feito principalmente por lojas de famílias portuguesas, libanesas, sírias e mauritanianas e por “djilas” (comerciantes ambulantes que faziam a venda de porta em porta e de aldeia a aldeia).

Perdurava o cenário socioeconômico das províncias da Guiné e de Cabo Verde em relação às colônias francesas e inglesas onde existiam infraestruturas básicas para o fluxo de pessoas e de bens. Amílcar Cabral (1974, p. 29-30) afirmou que

[s]omos atrasados economicamente, sem desenvolvimento quase nenhum, tanto na Guiné como em Cabo Verde: Não há indústria a sério, a agricultura é atrasada, a nossa agricultura é do tempo dos nossos avós. As riquezas da nossa terra foram tiradas, sobretudo, do trabalho do homem. Mas os tucas não fizeram nada para desenvolver qualquer riqueza da nossa terra, absolutamente nada. Os nossos portos não valem nada, tanto o de Bissau, como o de São Vicente [em Cabo Verde]. Quando vemos o porto de Dacar [no Senegal], ou mesmo o porto de Conacri [na República da Guiné], que são bons portos, e melhores ainda os de Abidjan [na Costa de Marfim] ou de Lagos, na Nigéria, podemos verificar como é que os franceses e os ingleses fizeram grandes portos, onde vinte e tal barcos ou mais podem atracar.

Em Cabo Verde, as pessoas pobres continuavam a passar fome, por causa de chuvas escassas que prejudicavam a produção agrícola. Nos anos em que chovia muito, havia fartura, comia-se bem, enchia-se a barriga e até se podia deitar e descansar um bocado, mas na maior parte do tempo, em que não havia chuvas suficientes, havia fome (AMÍLCAR CABRAL, 1974, 31-32). Mas, essa era uma exceção. Quando morou em Cabo Verde, o jovem Amílcar Cabral viu a situação de fome causada pela falta de chuva e também pela exploração colonialista. Escreveu que, em Cabo Verde “[...] já morreu de fome mais gente do que aquela que vive lá hoje, durante estes últimos 50 anos. Contratados para São Tomé e transportados como bichos nos porões (se morrem, deita-se ao mar), mandados para Angola”. O tratamento desumano aos trabalhadores supostamente contratados lembrava, em certa medida, as condições dadas aos escravos que eram traficados para o continente americano durante o Comércio Triangular.

Na província da Guiné, Amílcar Cabral (1974, p. 32) testemunhou as sevícias praticadas pelos colonialistas no povo negro, com “[...] trabalho forçado nas estradas, toda a espécie de vexames, insultos, humilhações”. Eu vi, em Bula, casos de trabalho forçado que Cabral testemunhou décadas antes. As pessoas, geralmente homens jovens e adultos, eram convocadas para trabalharem, sem remuneração, em obras públicas, como a arrumação de rodovias e limpeza de espaços urbanos. Citando médicos portugueses, ele disse que tanto na província da Guiné, quanto em Cabo Verde as pessoas viviam em situação de fome. Na Guiné, além da fome, grassavam as doenças tropicais crônicas, como o paludismo, a lepra e a lombriga na barriga. Ele descreveu a grave situação socioeconômica nos dois países:

Desgraça social do nosso povo, a qual fez do nosso povo um povo fraco do ponto de vista científico, sanitário. Um homem que come quase só arroz não pode ter a mesma resistência do que um homem que come arroz, carne, leite, ovos... É verdade que, quando um estrangeiro vem à nossa terra e anda com os nossos camaradas no mato, ele fica para trás. Isso é outra coisa. Mas, do ponto de vista de resistência da vida, sabemos que, na nossa terra, uma pessoa com 30 anos já começa a envelhecer.

Na nossa terra é raro encontrar velhos de barba e cabelos brancos. A média de vida na nossa terra, na Guiné ou em Cabo Verde, é de 30 anos. A nossa esperança de vida é de 30 anos: quem passa os trinta já tem sorte. Ora, a esperança de vida noutras terras onde se come bem, se bebe bem (não falo de se embebedar), como deve ser, é de 60, 67 anos e cada ano sobe mais. Isso é devido à insuficiência de alimentação, à deficiência de higiene e tratamentos médicos, da saúde à miséria. Essa é que é a condição social da nossa terra. Abusos dos tucas, abusos daqueles filhos da nossa terra que abusam dos outros, miséria, sofrimentos, doenças, fome e vida curta ainda por cima. Condição difícil, muito difícil (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 32).

Como a maioria da população guineense e cabo-verdiana, Amílcar Cabral (1974, p. 30) não decidiu lutar contra o colonialismo por romantismo revolucionário do “tipo rebelde sem causa”. Ele sentiu dentro da sua família o peso da exploração colonialista. A mãe dele era costureira e, quando morou em Cabo Verde, trabalhou numa fábrica de conserva de peixe, para complementar a renda. “E sabem quanto é que ela ganhava por hora? Cinco tostões [centavos] por hora e se houvesse muito peixe, podia trabalhar 8 horas por dia, ganhando 4 Pesos (Escudos). Mas, se o peixe fosse pouco (era preciso andar muito para chegar à fábrica), trabalhava uma hora e ganhava cinco tostões”.

Amílcar Cabral (1974, p. 30) argumentou que a economia tinha impacto na luta de libertação e os países tendem a posicionar-se de acordo com os seus interesses econômicos. “Nós temos hoje vastas áreas libertadas [...] se tivéssemos minas [riquezas minerais], haveria muito mais gente a querer ajudar-nos, mais do que nos ajudam, tanto amigos como inimigos, eles procurariam ajudar-nos, se as minas estivessem todas a funcionar, com a certeza de que havia muita bauxita, muito petróleo”. E, referindo-se ao petróleo que tinha sido localizado em terras guineenses pela “Standard Oil of New Jersey”, a referida petrolífera estadunidense contratada pelo regime português, ele acrescentou que, se o petróleo já tivesse começado a ser explorado e exportado, talvez a empresa estadunidense tivesse mudado de lado e, pensando no futuro, preferido um contrato de longo prazo com o Partido, não com Lisboa, que parecia estar com os dias contados na Guiné.

Talvez o Governo Americano fosse a nosso favor, contra os tucas. Talvez até tivesse a coragem de dizer aos tucas: ‘ou vocês param e dão a independência à Guiné já, ou então tiramos-vos toda a ajuda, atacamos-vos na ONU’. E porquê? Por causa do seu interesse. Mas como a nossa terra não tem nada desenvolvido, eles pensam que nós somos um corredor entre as Repúblicas da Guiné e do Senegal, um simples lugar de passagem (AMÍLCAR CABRAL, 1974, p. 30).

Amílcar Cabral (1974, p. 31) foi muito contundente na avaliação da realidade concreta da Guiné na administração colonialista. Para ele, a realidade social colonialista era uma desgraça. Exemplificou que, no comércio, os colonialistas sempre ganhavam mais e, pior, as empresas que operavam nos dois países eram estrangeiras ou faziam parte do monopólio internacional do comércio. Tal era o caso da Casa Gouveia, que estava ligada a bancos estrangeiros.

O PAIGC (1974, p. 119-120), denunciando a opressão social e cultural do colonialista sobre os guineenses e cabo verdianos, afirmou que Portugal cuidou muito pouco das questões sociais da população local, particularmente na educação, e denunciou que a administração portuguesa negava a “originalidade nacional e cultural dos povos colonizados”; só valia a cultura portuguesa, fundada no *modi vivendi e operandi* ocidentais e cristãos. Por isso, proibiu a utilização das línguas étnicas e o crioulo em documentos oficiais e na educação.

Enquanto em Cabo Verde existiam dois liceus (colégios), um na cidade da Praia e outro em Mindelo na ilha de São Vicente, mas contemplando apenas 1% da população estudantil, na província da Guiné, na década de 1940, o ensino era confiado às Missões Católicas. De acordo com o PAIGC (1974, p. 120), no ano letivo 1950-51, contavam-se 55 escolas com 1.979 alunos. Em 1961, o número de alunos saltou para 11 mil e, quatro anos depois, para 12 mil. Em 1966, 400 alunos estavam matriculados no Ensino Secundário (Médio), mas 60% eram brancos. Em 1958, o Liceu Honório Barreto (futuro Kwame Nkrumah) foi implantado em Bissau, sendo a primeira e única instituição de Ensino Médio a funcionar na Guiné durante todo o período colonial. Em 1961, apenas 14 guineenses tinham conseguido graduar-se em nível superior.

Entretanto, com o início da luta de libertação nacional, a administração portuguesa intensificou e expandiu a implantação de escolas e a acolher mais estudantes guineenses em universidades portuguesas. Na área da saúde, nos anos 1950, enquanto na Guiné existiam dois hospitais (um civil e outro militar) em Bissau, três regionais e uma dezena de centros de saúde nas cidades do Interior, em Cabo Verde, existiam três hospitais com 380 camas e cinco hospitais regionais.

Carlos Lopes (1982, p. 70) afirmou que, com a entrada do Partido em Bissau, começava uma nova etapa no processo da reconstrução nacional que já tinha começado nas Zonas Libertadas. A primeira etapa desse duplo processo foi caracterizada pelas ações armada, política e diplomática e foi encerrada com a expulsão das forças portuguesas dos territórios guineense e cabo-verdiano. A segunda etapa era a reconstrução nacional que

engloba a edificação do Estado da Guiné-Bissau. O educador brasileiro Paulo Freire (1978, p. 186), com base nos trabalhos de Amílcar Cabral e do PAIGC e também na própria experiência no país, percebeu que a luta de reconstrução nacional era uma continuação necessária da luta de libertação. Assim, a luta armada e a reconstrução nacional são processos contínuos. Freire (1978, p. 187) lembrou-se de que, num debate que ele e Elza (sua companheira de vida) assistiram num Círculo de Cultura, os participantes falavam da luta de libertação, “referindo-se a certos episódios desta luta, estabeleciam sempre a relação estreita entre ela e a reconstrução nacional”.

Lopes (1982, p. 70) pontuou que “Amílcar Cabral tinha chamado a atenção dos militantes para o fato de que, após a independência, só o fim da exploração do homem pelo homem permitiria a união dos militantes e da população em torno de uma plataforma política comum” para a reconstrução nacional. Tal como nas Zonas Libertadas, o Partido organizou, em nível nacional, ações de treinamento da população para a mudança de mentalidade ou a formação do “Homem Novo”. Organizou a população em agregados políticos, de acordo com a idade, o sexo, a profissão e a região geográfica.

As tabancas e os bairros foram estruturados em “Comitês de Base”, para a articulação das atividades políticas nas comunidades locais. Sequencialmente, os “Comitês Setoriais” (Municipais), “Comitês Regionais” (Estaduais) e “Comitê Central”, tendo no topo da estrutura política, o “Bureau Político”. Foi o mesmo tipo de estrutura que o Comandante Dik da Ringue e seus camaradas implantaram, em nível setorial, em Bula. Essas estruturas determinavam as políticas de governação em todos os níveis no país. Os governantes, cada um no seu nível, encarregavam-se da execução das decisões emanadas da cúpula do Partido.

Entretanto, eu e os meus colegas secundaristas bulenses voltamos para Bissau, para o novo ano escolar. As atividades do ano escolar anterior 1973/1974 tinham sido encerradas de forma precoce logo depois do golpe de Estado de 25 de abril. Eu tinha me mudado para a Capital há dois anos, para cursar o Segundo Grau (Ensino Médio) no Liceu Honório Barreto (“Liceu Nacional Kwame Nkrumah”).

A minha primeira viagem à Bissau tinha ocorrido em 1969 a convite de Augusto António dos Santos, um irmão paterno. Até essa data, eu só escutava falar da “Cidade Mais Limpa da África Ocidental” onde não faltava energia elétrica<sup>68</sup> e tudo era muito lindo.

---

<sup>68</sup> Em Bula, a energia elétrica era fornecida em dois períodos: na hora do almoço, das 12 às 14 horas e durante a noite, das 18 horas às 06 horas da manhã seguinte.

Acomodei-me no vão livre da carroçaria entre sacos de *commodities* (amendoim, castanha de caju e coconote) e a cabine do caminhão, e assim conheci a capital da província da Guiné.

Na volta para Bula, no meio da tarde, sentei-me sobre um montão de mercadorias: tanques de óleo de amendoim, barris de vinho tinto, sacos de arroz processado, rolos de tecido, caixas de sabão em barra, pacotes de rebuçados (balas) e guloseimas. No percurso, deu para ver culturas de amendoim, arrozais, plantações de caju, manga, assim como pequenas fábricas de madeira nas povoações ao redor da rodovia.

Registros históricos apontam que Bissau (mapa 5 e fotos 6 e 7) foi fundada na segunda metade do século XVII, provavelmente em março de 1692, num povoado que já existia desde o século XIII e foi alçada ao status de cidade em 1913.

Mapa 5 – Infográfico da área central de Bissau.



Fonte: Society for the Promotion of Guinea Bissau, 2022.



Foto 6 – Vista parcial do Centro de Bissau.



Fonte: Society for the Promotion of Guinea Bissau, 2022.

Foto 7 – Vista da região portuária de Bissau



Fonte: Society for the Promotion of Guinea Bissau, 2022.

De acordo com o PAIGC (1974, p. 76), Bissau ganhou impulso no século XVIII com a construção do Forte de Amura pela “Companhia de Grão Pará e Maranhão” do Brasil. A partir do forte, a cidade cresceu sobre as terras da etnia pepel, principalmente depois que, no início da década de 1940, Bissau foi elevada à capital da província em substituição de



Bolama, cidade-ilha localizada na parte insular do território guineense (INFOPÉDIA, 2021), junto com o arquipélago dos Bijagós.

Uma das razões para a mudança da capital de Bolama para Bissau foi o desgaste do solo causado pela monocultura de amendoim na região de Buba e na própria ilha de Bolama. As autoridades portuguesas transferiram a Capital para deslocar as zonas de cultivo de amendoim para a ilha de Bissau e o Centro do país (PAIGC, 1974, p. 127-128).

O PAIGC (1974, p. 128) afirmou que, em 1950, Bissau tinha 20 mil habitantes. Mas, apesar de relativamente pequena, ela era o único burgo no país. Bolama, que concentrava 75% do total da população “civilizada”, dispunha apenas de um embarcadouro, não um porto (entenda-se, ponte cais) como Bissau.

O governo do PAIGC, que chegou até a ventilar a hipótese de transformar Madina de Boé<sup>69</sup> (localidade no Leste onde foi proclamada a independência do país) na capital da República da Guiné-Bissau, acabou optando por Bissau. Afinal de contas, essa era (e ainda é) a cidade mais bem estruturada no país e o principal centro provedor de produtos industrializados importados ou processados localmente (vide as plantas de madeira, arroz, cerveja, refrigerantes etc.). Localizada no estuário do rio Geba, praticamente no Centro do país, Bissau era e ainda é a maior urbe da Guiné-Bissau.

Na minha primeira viagem, pareceu-me que, de fato, Bissau era uma cidade relativamente grande e muito limpa, com as vias bem organizadas e as praças arborizadas e floridas. A “Avenida Império”, a principal da cidade e que liga a “Praça do Império” ao Porto de Pidjiguiti, tinha lixeiras acopladas aos postes de iluminação. O meu irmão informou-me que era proibido jogar lixo no chão e não se podia andar descalço ou de tronco nu no centro urbano. Obviamente, andar sem roupa em praça pública era crime de atentado ao pudor. Era punido quem sujasse os espaços públicos ou tivesse aparência fora do padrão civilizatório ocidental.

Em Bula e, certamente, em toda a província, também era proibido ficar descalço e descamisado no centro urbano. Muitos moradores das aldeias tinham o hábito de caminhar à vontade até à entrada da cidade onde paravam, calçavam sapatos ou chinelos e vestiam-se, antes de adentrarem os ambientes “civilizados”. Por exemplo, na quadra residencial do clã (tios, irmãos, primos, sobrinhos etc.) Sanca (Santos, na versão aportuguesada) que ficava nos limites do perímetro urbano de Bula, todos os dias, víamos passantes oriundos das aldeias

---

<sup>69</sup> Foi nesse povoado na Região de Gabu que o partido proclamou unilateralmente a independência em 24 de setembro de 1973.

pararem sob a sombra de uma mangueira, arrumarem-se, antes de entrarem na cidade. Na volta, despojavam-se da “brancundade” (aparência civilizacional ocidental) e seguiam para as aldeias de origem.

Ao passar a morar na Capital, comecei a perceber que eram parecidos os miolos urbanísticos de Bula e Bissau: o centro administrativo funcionava em torno de uma praça central, a partir da qual a cidade crescia. Em Bula, as duas praças públicas eram relativamente menores, mas, tal como a de Bissau, a praça principal de Bula era contornada pelo paço municipal onde também se localizavam os “Correios, Telégrafos e Telefone” (CTT); a residência do administrador (prefeito); o hospital (clínica, ambulatório, maternidade e centro de doenças infectocontagiosas)<sup>70</sup>; e a base central do Exército. O estádio municipal, o mercado público, o serviço veterinário, a central elétrica, as lojas etc. localizavam-se ao longo da rua central e ao redor da praça secundária. A igreja ficava na Missão Católica, junto com a Escola e o Internato, na entrada Sul da cidade.

Bissau tinha a Praça do Império (rebatizada “Praça dos Heróis Nacionais” (foto 8), após o Partido assumir o poder) e, ao redor, o palácio (foto 9) do governador da província, o museu provincial, a sede regional da TAP (Transportadora Aérea Portuguesa), um restaurante e a sede da Associação da Agricultura e Indústria que foi confiscada para a sede do PAIGC.

Foto 8 – Praça dos Heróis Nacionais (antiga Praça do Império).



Fonte: Mairon Giovani/Facebook, agosto de 2023.

---

<sup>70</sup> Hospital era uma força de expressão, pois, a rigor tratava-se de uma policlínica.

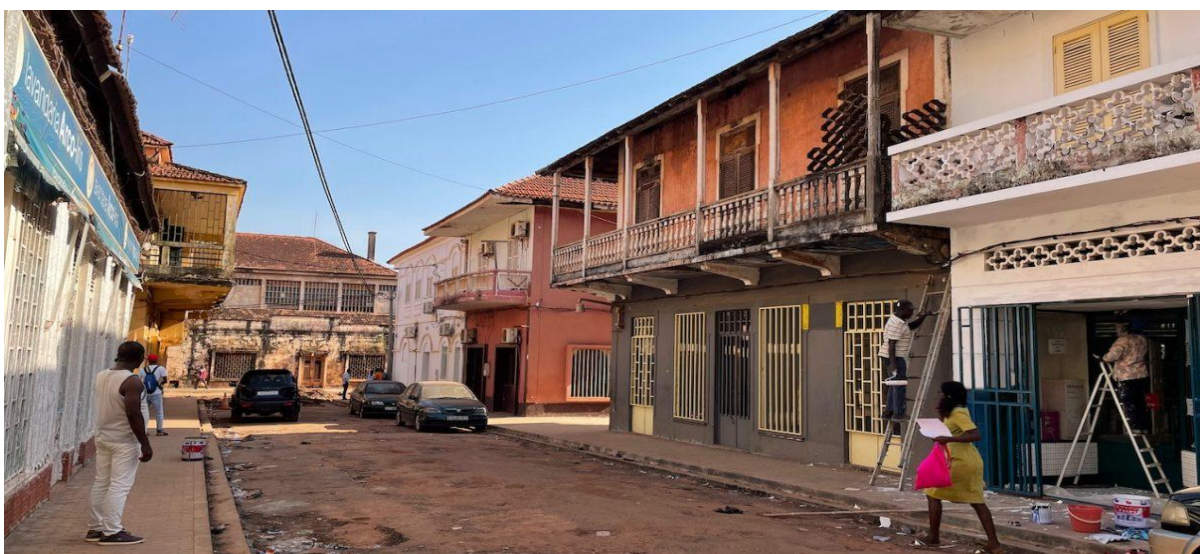
Foto 9 – Palácio do governador da província (atual da Presidência da República).



Fonte: Society for the Promotion of Guinea Bissau, 6 de outubro de 2022.

Pelo menos, cinco outras praças secundárias existiam em Bissau. A catedral localizava-se a cerca de um quilômetro da praça central, na Avenida do Império (atual “Avenida Amílcar Cabral”). Defronte à catedral ficavam os “CTT” onde também funcionava a Emissora Regional da Guiné, e, a uma quadra dali, o Banco Provincial. A Capital era dividida, urbanisticamente, em duas partes: “Bissau Velha” (fotos 10 e 11) e a “Periferia”. Os moradores, despreocupados com a concordância nominal, diziam “Bissau Velho” ou, crioulizando, “Bissau *Bedjo*”.

Fotos 10 e 11 – Duas vistas da Bissau Velha.







Fonte: Mairon Giovani /Facebook, agosto de 2023.

Como o nome sugere, a Bissau Velha era a parte mais antiga da cidade, perto do supracitado forte (oficialmente, “Fortaleza de São José de Amura”) e do porto. Ao largo do rio, localizada a menos de uma milha, fica uma ilha onde funcionava uma processadora de arroz. As duas partes de Bissau eram separadas pela “Avenida Brasil” (apenas uma coincidência com o nome da novela da Rede Globo de Televisão, pois a Avenida de Bissau é anterior ao folhetim, mas, quem sabe, foi inspirado na via homônima na cidade do Rio de Janeiro). A Avenida Brasil em Bissau era uma longa via de mais de cinco quilômetros; começava a Leste, arqueava para Oeste e terminava a Sul na “Avenida três de Agosto”. Atualmente, a parte Norte da Avenida Brasil chama-se Avenida da Unidade Africana.

Na época colonial, a Bissau Velha era a parte mais desenvolvida da cidade, com hotéis, restaurantes, mercado público (um dos cinco principais que existiam na Capital), lojas, galerias, banco, vias asfaltadas, calçadas pavimentadas e arborizadas, iluminação com cabeamento subterrâneo e lixeiras públicas; praças ajardinadas, além das estruturas administrativas. A dinâmica socioeconômica e cultural nessa parte de Bissau lembrava uma cidade ocidental. Já a Periferia era parecida com as favelas brasileiras, com a diferença de que a topografia de Bissau fica ao nível do mar e as casas eram quase todas de até dois pisos. Apesar da pobreza, a Periferia era o *locus* de intensos encontros e desencontros das tradições étnicas africanas amalgamadas com os costumes islâmicos e ocidentais, notadamente

portugueses e franceses. A dinâmica entre os moradores da Periferia de Bissau lembrava, em escala maior, a boa convivência interétnica em Bula e em todo o Interior.

A retomada do ano colegial 1974/1975 foi festiva; uma oportunidade não só de reencontrar amigos e colegas, como também de respirar novos ares colegiais no novo país. O retorno a Bissau afastou-nos, de certa forma, da JAAC, mas a nossa euforia nacionalista continuava alta. No colégio, finalmente, encontramos a “Formação Militante”, a nova disciplina que era ministrada por militantes do Partido e o seu conteúdo contemplava, além das ideias de Amílcar Cabral, as palavras de ordem do Partido, o pensamento da esquerda ideológica, sobretudo Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lenin.

Nos primeiros anos de independência, participávamos, voluntariamente, no “Trabalho Produtivo”<sup>71</sup> que era organizado pelos comitês políticos do Partido em vários níveis: base (bairro ou aldeia), estudantil; juventude, mulheres, trabalhadores etc. Envolvíamos-nos em campanhas de “limpeza do bairro”, “...da escola”, “...da rua”. Em Bissau, talvez, o mais emblemático símbolo desse engajamento da população no trabalho produtivo voluntário tenha sido a edificação da sede<sup>72</sup> do Terceiro Congresso do PAIGC, em 1977, o primeiro na Guiné-Bissau independente. Voluntários acorriam ao local para dar seus préstimos onde e quando os engenheiros e operários achassem pertinente.

No Terceiro Congresso, o Partido avaliou a situação política e socioeconômica herdada do colonialismo português e redefiniu as bases para a execução do Programa de Reconstrução Nacional. Lopes (1982, p. 30) destacou que, para o Partido, a principal vitória não foi a luta gloriosa contra Portugal, mas antes a capacidade de construir uma nova sociedade, como novas relações, uma outra vida cultural, ao mesmo tempo em que se lutava. Logo, as bases lançadas para a reconstrução nacional ainda durante a luta de libertação nacional, agora seriam orientadas para a construção do Estado da Guiné-Bissau; Estado entendido como “[...] mecanismo que permite a uma formação social concreta exprimir-se ao nível internacional e fazer conhecer as suas posições mesmo que se trate da posição de uma classe social específica” (LOPES, 1982, p. 121).

As estruturas e as experiências administrativas que o Partido começou a implantar depois do Congresso de Cassacá, em 1964, seriam aproveitadas no processo da reconstrução

---

<sup>71</sup> Tal como a “Formação Militante”, o “Trabalho Produtivo” foi alçado à disciplina em níveis do ensino primário e secundário.

<sup>72</sup> Na verdade, o partido-governo transformou um ginásio poliesportivo do Liceu Kwame Nkrumah (antigo Honório Barreto) em sede desse evento político.

nacional. Essas estruturas administrativas, dignas de um aparelho de Estado, emularam experiências dos países africanos independentes e também dos aliados do bloco social-comunista. Mamadu Djaló (2014, p. 7-8), um sociólogo da geração pós-independência, atestou que “[...] a Guiné-Bissau já começa com a formulação de um Estado pluriétnico desde o começo da guerrilha para a independência [...]” e citou que “[...] Amílcar Cabral já havia formulado esta possibilidade na base de mobilização da camada camponesa, para fins da aderência da luta armada pela independência. Isso [...] serviu como modelo inicial para a formulação de um Estado Nacional pluriétnico, considerado a marca fortemente homogeneizadora dos Estados Nacionais emergentes na África”.

O modelo de formulação do Estado considerava o fato de que a Guiné-Bissau, com seu mosaico étnico e sua multiplicidade cultural, é um espaço onde muitas identidades convivem e se entrelaçam. Mas, faltava ainda o senso de identidade nacional consolidada (DJALÓ, 2014, p. 32). Smith (1991, p.133 apud DJALÓ, 2014, p. 32) realçou “[...] a importância da identidade nacional como a influência mais poderosa e duradoura das identidades culturais coletivas conhecidas” para a formação da consciência de uma nação.

Citando Amílcar Cabral, Lopes (1982, p. 103) afirmou que a nação existe como resultado da reação de um grupo de pessoas face ao meio social e aos problemas existentes e da sua ação conjunta para enfrentar esses problemas, na medida em que tenham uma aspiração em comum. Argumentou que “[o] movimento de contestação político-social na Guiné-Bissau nasceu precisamente de uma concepção nacionalista” (p. 102). Para ele, o nascimento dos Estados e a concepção de nação marcaram o início do fim do tribalismo em várias partes da África.

Lopes (1982, p. 103) afirmou que,

no caso da Guiné-Bissau, o povo [...] tinha uma aspiração [em] comum: a independência, o fim do colonialismo; tinha um meio social comum; sociedade existente na Guiné-Bissau; tinha um problema comum: a dominação e exploração coloniais, com as suas implicações políticas e ideológicas; havia um meio comum de enfrentar problemas: a luta armada de libertação. [...] Assim, na medida em que todos os grupos de homens da África Ocidental poderão ter um mesmo meio social (os países que compõem a África Ocidental), fazer frente aos mesmos problemas (subdesenvolvimento, imperialismo econômico, situação periférica, dominação cultural, ideológica etc.) e ter as mesmas aspirações (se quisermos nova ordem econômica internacional, unificação, projeto de desenvolvimento regional e coletivo), eles poderão constituir uma nova entidade à qual poderemos chamar [...] nação.

No entanto, é possível afirmar que num país pluriétnico e ainda tão jovem, como a Guiné-Bissau, havia a indagação sobre a legitimidade do conceito de nação. Eric Hobsbawm (2002, p. 99 apud Djaló, 2014, p. 32) apontou as identidades como “tradições inventadas”.

Anderson (1980), também citado pelo pesquisador guineense, compartilhou a visão similar e definiu a nação como uma “comunidade imaginada”, limitada, soberana e digna de sacrifícios. Nessa ótica, o nacionalismo devia ser compreendido ao âmbito dos grandes sistemas culturais que o precederam e a partir dos quais ele passou a existir.

Para Smith (1991, p.120 apud DJALÓ, 2014, p. 32),

nação e nacionalismo são fenômenos culturais e não apenas políticos e ideológicos, de acordo com a noção de identidade coletiva cultural. [...] a nação não se confunde com comunidade étnica, embora ele partilhe com certos elementos étnicos, não se confina forçosamente em um território, e os seus elementos nem sempre compartilham uma cultura, uma divisão de trabalho, uma unidade econômica ou um código legal. [...] o nacionalismo da época moderna é, forçosamente, uma reinterpretação ideológica da nação, indo buscar as raízes profundas nos traços e sinais deixados pelas etnias demóticas verticais ‘pré-modernas’, destacando que os nacionalismos étnicos existentes no século XX se assemelham aos do século XIX. Tratam-se de movimentos demóticos de mobilização e politização cultural, assumidos pela camada intelectual, em reação de oposição à desigual distribuição do poder, exercido pelas etnias dominantes e o seu estado, lutando fervorosamente pela criação de um novo homem com raízes no passado histórico.

Entretanto, de acordo com Djaló (2014, p. 40), “[...] esta ideia reducionista e legitimada pela literatura universal sobre a África e os africanos é a ideia habitualmente aceita, por ter sido largamente difundida pela literatura colonial”. Citando Joseph Ki-Zerbo (1972 p.82-83), afirmou que “a África era uma espécie de vazio político onde tinha livre curso a ‘anarquia’, a ‘selvageria’ sangrenta e garantia à escravização, à ignorância bruta, à miséria”.

Ao contrário dessa percepção denunciada por Djaló (2014, p. 40), existem reminiscências de Estado na região onde se localiza a Guiné-Bissau e elas podem ser percebidas, em escalas geográficas menores, nas estruturas de poder e relacionais das etnias verticais, como fulas, mandingas, mancanhes e mandjacos. Ghana, que foi o primeiro Estado da África Ocidental, na região conhecida como Sudão Ocidental, foi mencionado desde o século VIII por autores árabes que o caracterizaram como o ‘país do ouro’. É, com efeito, o comércio do ouro, organizado pelas caravanas transaarianas, com os países islamizados do Maghreb, que explica a aparição e o desenvolvimento desse Estado africano. O Ghana ocupava a região situada entre os rios Senegal e Níger, tendo por centro o Aouker, cidade localizada numa área hoje desértica da Mauritânia. Na origem, ele correspondia, sem dúvida, a uma Confederação (Associação) de etnias pertencentes ao grupo saracolé.

O Mali, que sucedeu o Ghana, tornou-se um dos mais prósperos e influentes Estados no Sudão Ocidental, e Tombuctu era a sua cidade-referência e ponto de chegada das caravanas saarianas, nas proximidades do Níger. O PAIGC (1974, p. 35) citou que, no século XVI, a cidade contava com 25 mil habitantes, com ricos comerciantes e numerosos artesãos. O geógrafo árabe Leão, o Africano, escreveu que se vendiam na cidade manuscritos árabes

importados da África do Norte, e que era próspero o comércio de livros. Contavam-se de 150 a 180 escolas do Corão, das quais algumas tendo mais de 100 e até 150 alunos. A mesquita de Sancoré recebia os alunos mais célebres e constituía uma verdadeira universidade. Ensinavam-se a teologia, o direito corânico, a literatura árabe, a história, a geografia, as matemáticas e a astronomia. Na época, contavam-se mais de cem poetas, juristas, matemáticos oriundos da cidade. Em Tombuctu, foram escritos, nos séculos XVI e XVII, os dois primeiros livros de História de autoria dos sudaneses Tarik-el-Fettach e Tarik-es-Sudan, que transcreveram em árabe as tradições dos Estados africanos do Ghana e Mali. A autoridade patriarcal dos antigos soberanos do Ghana e do Mali foi, pela primeira vez, substituída por um aparelho de Estado distinto do povo, apoiado sobre um exército especializado.

O Império do Songhai, que nasceu da desintegração do Império do Mali, era dividido em vice-reinos e diversos governos regionais. Askia Mohamed, o imperador, que governou de 1493 a 1529, estendeu as conquistas dos seus predecessores até ao Senegal e, em consequência, isolou e enfraqueceu o Império do Mali. O Askia estabeleceu um sistema regular de impostos, substituiu o sistema praticado até então e criou um verdadeiro exército de carreira com a maioria dos seus integrantes escravos e cativos de guerra.

Lopes (1982, p. 106) apontou três premissas de um estudo feito por Mário de Andrade (um dos dirigentes históricos do MPLA e do PAIGC) sobre as coordenadas dadas por Amílcar Cabral com relação ao processo de construção do Estado da Guiné:

- a) As condições históricas do mundo deixam apenas duas opções possíveis para um país independente: voltar à dominação imperialista (neocolonialismo, capitalismo de Estado) ou adotar a via socialista;
- b) A história moderna atesta que todas as lutas políticas são lutas de classes e que todas as lutas de emancipação de classes giram, em última análise, em torno da emancipação econômica;
- c) A classe mais forte, a principal do ponto de vista histórico, é, apesar de tudo, constituída, sobretudo, pelos assalariados da administração colonial, pela pequena burguesia, as duas classes consideradas pelo PAIGC mais conscientes do seu papel revolucionário no processo de uma luta.

Com base nessas premissas, Lopes (1982, p. 107) afirmou que o desejo de Amílcar Cabral era que o futuro Estado da Guiné-Bissau fosse uma conjugação das aspirações das classes mais fortes, condutoras da história, com vista a uma emancipação econômica rumo ao socialismo contextualizado na realidade concreta da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Porém, o



sociólogo guineense ponderou que a pequena burguesia guineense não detinha os meios de produção, apenas os controlava indiretamente através do Estado, e esta ambivalência – o Estado representa os interesses de uma classe, que controla indiretamente os meios de produção – não poderia ser resolvida sem uma alteração do papel histórico dessa classe social.

Carlos Lopes (1982, p. 107) tinha razão na sua ponderação sobre a pequena burguesia na Guiné-Bissau. Na época colonial, ela era formada essencialmente por comerciantes (proprietários de lojas e de transportes coletivos rodoviários e fluviais) e “ponteiros” (donos de sítios e de pequenas fábricas de aguardente de cana). As poucas fábricas que existiam eram propriedades do governo colonialista e as redes comerciais, como a Casa Gouveia, eram controladas por conglomerados internacionais. Os poucos “grandes” ricos da Guiné colonial seriam, por comparação, partes da classe média no Brasil. Porém, como Lopes observou, citando Amílcar Cabral, havia necessidade de suicídio de classe por parte dessa pequena burguesia, para a sua participação na luta de libertação e, depois, no processo da reconstrução nacional. “Esta alteração é aquilo a que Amílcar Cabral chama o suicídio da pequena burguesia enquanto classe, dado que ela deve renunciar às suas aspirações que consistem em controlar os aparelhos de produção” (LOPES, 1982, p. 107). Logo, o suicídio de classe era um problema moral que dependia do grau de consciência de cada dirigente; uma questão estritamente pessoal.

A construção do Estado guineense deveria, portanto, assentar-se na aspiração de se transformar as diversidades étnicas e culturais numa nação multiétnica, multi-fenotípica, multicultural e, no caso específico das ambições do PAIGC, num Estado binacional: Guiné-Bissau e Cabo Verde. Mas, como ultrapassar as contradições que poderiam emperrar a construção da nação guineense, as clivagens que não foram vencidas durante a luta de libertação nacional?

Lopes (1982, p. 106) citou um ponto de vista avançado por Amílcar Cabral sobre o assunto:

À medida que o Partido avança, cresce, tem mais força, à medida que a nossa luta avança, que as nossas responsabilidades crescem, esses camaradas têm encolhido no seu trabalho. Têm procurado comodismo, fugir às responsabilidades, viver melhor, gozar desde já, pensando que já têm a independência em suas mãos. Isto é uma das maiores fraquezas do nosso Partido, um dos maiores fatores que têm atrasado o trabalho do nosso Partido, porque esses camaradas, alguns até dirigentes, não têm sido capazes de avançar com o avanço da luta. Em vez de avançarem, estudando mais, aprendendo mais, estudando as lições de cada dia, têm ficado para trás, com preguiça, com comodismo, até com vícios etc. Acontece isso com vários camaradas.

Lopes (1982, p. 106) afirmou que as contradições, no início da luta, eram tênues porque “o processo era muito dinâmico e a opção revolucionária da luta preenchia facilmente

estas lacunas.” Eu acrescentaria que as contradições eram reduzidas por causa da capacidade de mobilização feita pelo PAIGC inculcando nas pessoas a consciência revolucionária e a importância da independência nacional. O sociólogo guineense constatou que, no processo da reconstrução nacional, alteram-se as relações de forças porque não era mais a dinâmica para a libertação do país; estava-se agora no processo de construção uma nova base política e socioeconômica com o objetivo do desenvolvimento das forças produtivas.

Entretanto, com essas questões levadas em consideração, em 1975, o Partido lançou um ambicioso “Programa de Reconstrução Nacional”, que seria confirmado no Terceiro Congresso em 1977. Para o Partido, tratava-se de reconstrução nacional porque as condições culturais e o *modus vivendi* das etnias que habitam a Guiné-Bissau foram prejudicados pela colonização, logo, precisavam de uma reconstrução. Freire (1978, p. 8) argumentou, com relação à definição do processo pós-luta de libertação nacional, que a “Guiné-Bissau é um país em *reconstrução*, pois não está partindo do zero, mas de suas próprias fontes culturais e históricas, de algo de bem seu, da alma mesma de seu povo, que a violência colonialista não pôde matar”. No entanto, o educador brasileiro ponderou que a Guiné-Bissau partia “do zero com relação às condições materiais em que a deixaram os invasores quando, já derrotados política e militarmente, numa guerra impossível, tiveram de abandoná-la definitivamente após o 25 de Abril, com o legado de problemas e de descaso que diz bem do ‘esforço civilizatório’ do colonialismo”.

Entre 1975 e 1980, o Partido transformou o país num canteiro de obras de infraestrutura. O presidente Luís Cabral dizia que queria transformar a Guiné-Bissau numa Suíça<sup>73</sup> da África, e o seu slogan era: “*Djiiiné, piquinino na tamanho, ma garandi na fama*” (Guiné-Bissau, país pequeno em tamanho, mas grande na fama)”. Assim, numa opção desenvolvimentista ousada, o governo<sup>74</sup> lançou obras de infraestrutura de base em todo o território nacional. Essa opção desenvolvimentista, com obras de infraestrutura e de

---

<sup>73</sup> A escolha do país europeu como referência não foi aleatória. Os dois têm praticamente a mesma extensão territorial e são multiétnicos, mas a Suíça ostenta a imagem de país estável, desenvolvido e pacífico. A Guiné-Bissau tem a extensão territorial de 36.125 Km<sup>2</sup>, enquanto o país europeu tem pouco mais de 40.000 Km<sup>2</sup>. Os dois países têm um histórico de convivência pacífica entre os seus habitantes, não importando a origem racial e étnica.

<sup>74</sup> A opção pela nomenclatura “partido-governo” é uma forma de enfatizar a relação simbiótica que existia entre o PAIGC e o governo; as duas instituições funcionavam como se fossem um organismo unitário articulado em duas dimensões: a política e a executiva. Em sistemas de partido único a dimensão política determina as políticas e os programas para o país e o governo encarrega-se de executá-las.

engenharia social em Bissau e no Interior, entusiasmou mais ainda a população com o futuro do país.

O Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC; atual Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral), citado por Sangreman e outros (2006, p. 8-9, a partir do trabalho de Moita, 1976), constatou que continuava alta a

expectativa da população em geral e dos militantes do PAIGC em particular de conseguirem proporcionar a si e aos seus descendentes o acesso a bens de consumo privado e a bens públicos que não tinham conseguido antes. Estes últimos incluíam a continuação do prestígio internacional construído pela direção do PAIGC durante a luta de libertação bem como o fim definitivo dos conflitos armados no território.

A cooperação internacional concedeu créditos e donativos, apoios logístico, técnico e profissional. Como já citei no capítulo anterior, os países do bloco social-comunista continuaram o apoio que já davam durante a luta de libertação nacional só agora para a construção do Estado guineense. A União Soviética, Cuba, China, República Democrática da Alemanha (RDA), entre outros países desse espectro ideológico enviaram professores, médicos, engenheiros, técnicos militares, e concederam milhares de bolsas de estudo para a formação de quadros guineenses.

Ao abrigo de pactos e acordos, especialistas (médicos, engenheiros, professores etc.) soviéticos trabalharam nas Zonas Libertadas durante a luta armada e em todo o país independente. Em Bissau, muitos professores soviéticos lecionavam disciplinas das chamadas “ciências exatas” (física, química, biologia e matemática) e a língua russa, como a jovem professora da siberiana cidade de Yakutsk que trabalhou na segunda metade dos anos 1970 no Liceu Nacional Kwame Nkrumah.

Cuba continuou a cooperação com a Guiné-Bissau independente, principalmente na área da saúde pública. “Toda uma geração de médicos e outros especialistas em saúde do país foram treinados em Cuba, e professores cubanos dão aulas na Faculdade de Medicina Raúl Dias Arguelles, que tem sua sede em Bissau”. Já a cooperação militar, que tinha sido suspensa, voltou para a agenda da cooperação entre os dois países, sobretudo no treinamento militar.

Abdenur (2017) apontou que as relações entre a China e a Guiné-Bissau retraíram, quando o governo guineense reconheceu Taiwan, como país independente. “Apesar da assistência militar e financeira oferecida ao PAIGC durante a guerra da independência, a Guiné-Bissau cortou seus laços oficiais com a República Popular da China em 1990 e, formalmente, reconhecendo Taiwan”. Entretanto, Abdenur observou: “Como parte de seu esforço para isolar Taipei internacionalmente, Beijing se esforçou não apenas para

reconquistar Bissau (o que logrou em 1998), mas também para garantir que outra virada não acontecesse”.

Alguns resultados da reaproximação foram a construção do edifício da Assembleia Nacional Popular, do hospital militar e do novo estádio nacional como parte do pacote de “ajuda amigável e gratuita” da China à Guiné-Bissau.

Porém, fazendo jus à política externa pragmática e não excludente do Partido, o governo assinou acordos bilaterais e multilaterais também com países ocidentais, inclusive com a Suécia, a França, os EUA e também com Portugal<sup>75</sup> saído da Revolução dos Cravos. Acordos culturais e técnicos entre Lisboa e Bissau resultaram, por exemplo, na construção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e da Escola Superior de Direito, na concessão de bolsas de estudo e de estágio para centenas de guineenses, no envio de professores e de missões médicas para Bissau.

Pacientes guineenses que demandavam tratamento especializado não disponível em Bissau recebiam cuidados médico-hospitalares em Portugal. Jornalistas e técnicos portugueses ministravam estágios e davam assistência profissional para seus colegas guineenses.

No âmbito multilateral, as agências especializadas da ONU, como a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO); o Fundo para a Infância (UNICEF); a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa para o Desenvolvimento (PNUD) recrutaram especialistas de várias partes do mundo, inclusive brasileiros, para trabalharem na construção do novo Estado. Um dos especialistas brasileiros foi o professor Sérgio Grando, que lecionou matemática no Liceu Nacional Kwame Nkrumah em Bissau.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial disponibilizaram créditos para financiamento de projetos de infraestrutura de base: portos, rodovias, aeroportos, energia elétrica, escolas, hospitais etc. Com esses aportes da comunidade internacional, o governo começou a efetivar o Programa de Reconstrução Nacional em setores-chave da macroeconomia.

Nos setores agropecuário, pesqueiro e industrial, o governo criou cooperativas e escolas de formação técnica e profissional, para o desenvolvimento dos setores primário e secundário da economia, para a reconstrução dos circuitos comerciais regulares,

---

<sup>75</sup> O primeiro Acordo Cultural entre Portugal e Guiné-Bissau foi publicado no DIÁRIO DA REPÚBLICA Portuguesa, I Série – N.º 22, de 27 de Janeiro de 1976. Outros acordos se seguiram, mesmo depois da guinada à direita com o governo de Cavaco Silva, a partir de 1985. Disponível em: [http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/acordos/guinebissau\\_agca.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/acordos/guinebissau_agca.pdf). Acesso em: 14 jun. 2018.

principalmente entre a Capital e o Interior que tinham sido destruídos durante a luta armada de libertação. Relembrando o que Lopes (1982, p. 48) afirmou, a luta armada paralisou os circuitos econômicos coloniais e vastas zonas passaram para o controle dos guerrilheiros.

Quase sempre em cooperação com países amigos e com o financiamento de organizações multilaterais, o governo alavancou vários programas nesses setores. Por exemplo, com a China, desenvolveu programas de agricultura mecanizada nos arredores da Capital e no Leste do país; com a União Soviética, fez a prospecção de bauxita no Sudeste; com a Argélia, criou uma empresa de exploração e tratamento de pescado; e com a França, implantou um cinturão industrial nos bairros de Brá e de Bissalanca, perto do aeroporto internacional de Bissau, tendo como destaques uma fábrica de artigos domésticos de plástico e uma montadora de veículos.

O governo modernizou algumas plantas herdadas da administração colonial, dentre as quais a fábrica de descasque e beneficiamento de arroz, as fábricas de cerveja e refrigerantes em Bissau. Implantou fábricas de processamento de leite, sucos e compotas em Bissau e em Bolama; e um gigantesco complexo agroindustrial em Cumeré (cidade a Leste de Bissau), para a industrialização de mancarra (amendoim) e de arroz. Mas esse último empreendimento não chegou a entrar em funcionamento por causa do abandono a que foi fadado após o golpe de Estado de 1980.

O golpe levou também à desativação do cinturão industrial de Brá e Bissalanca e da maioria das unidades fabris, pesqueiras e de mineração. O presidente João Bernardo Vieira argumentava que eram obras insustentáveis para um país sem capacidade de autofinanciamento.

No setor dos transportes, o comissariado (ministério) de tutela lançou programas de revitalização, ampliação, modernização e construção de rodovias, portos e aeroportos, para facilitar a ligação entre Bissau com os principais centros urbanos do Interior e com o exterior.

O mais ambicioso projeto rodoviário foi uma Via Expressa de 10 quilômetros a ligar o centro da Capital ao Aeroporto Internacional de Bissalanca. Criou empresas estatais de transportes “Silô Diata”, Guiné Mar, NAGUICAVE e TAGB. A Silô Diata, oficialmente Companhia de Transportes Coletivos de Passageiros, era uma empresa de ônibus com linhas de Bissau para todas as cidades do Interior continental.

A Guiné Mar, empresa fluvial de passageiros e cargas, ligava a Capital com Bolama, o arquipélago dos Bijagós e as cidades costeiras do Sul do país, como Cacine. A empresa NAGUICAVE (siglema de “Navegação da Guiné e Cabo Verde”) nasceu de uma parceria entre os governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, para fazer viagens marítimas de longo

curso. A TAGB (Transportes Aéreos da Guiné-Bissau) fazia voos regulares para e de todos os países vizinhos (Cabo Verde, Senegal, Guiné Conacri e Gâmbia) e também para Argélia, Portugal e França.

Na saúde pública, o governo implantou escolas de Enfermagem em Bissau e em Bula e uma Escola de Medicina na Capital, aquela que foi financiada pelo governo de Cuba. Modernizou e ampliou hospitais em Bissau (o antigo “Hospital Central” que foi rebatizado “Simão Mendes”) e o “Hospital Militar” (que passou a ser chamado “Três de Agosto”), um hospital em cada uma das oito regiões administrativas, centros de saúde em todos os 36 setores administrativos e “Farmácias” (postos de saúde) nas tabancas. E abriu centros de especialidades de saúde mental, ortotraumatologia e doenças pulmonares (tuberculose, por exemplo) em Bissau e em algumas capitais do Interior.

Antes de retrair em protesto contra as relações entre Guiné-Bissau e Taiwan, a China construiu um hospital na cidade de Canchungo (a Noroeste de Bissau) e suas equipes médicas ganharam fama no país pela qualidade de seu atendimento humanizado. O atendimento não era determinado pelo tic-tac do relógio, mas conformava-se às necessidades de cada paciente. Os médicos chineses eram famosos pelo uso de procedimentos (alternativos) da medicina oriental como a acupuntura (“agulhas que curam”).

Os hospitais regionais recebiam médicos e técnicos de mais de 10 países, no âmbito da cooperação bilateral e do Programa de Voluntariado da ONU. Até a República da Guiné enviava equipes médicas para Bissau, numa iniciativa de cooperação técnica entre países vizinhos e no espírito do Sul Global.

## 5.1 EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO “HOMEM NOVO”

Mas, foi na educação que o governo centrou o Programa de Reconstrução Nacional, pois o Partido encarou-a como o alicerce para a formação do “Homem Novo”: cidadão e cidadã imbuídos da consciência revolucionária e patriótica.

A formação do Homem Novo envolvia um pressuposto fundamental: a descolonização das mentes, particularmente do intelectual assimilado. Essa descolonização das mentes devia começar pelo dismantelamento do sistema de educação colonial e também pela mudança da relação professor-aluno.

Ao falarem do método de ensino e da relação professor-aluno durante a época colonial, Borges Neto et al. (2023) citaram Freire e Guimarães (2011): “[...] não havia diálogo entre o discente e o docente. O docente era considerado o detentor do conhecimento, que

sabia tudo e ensinava tudo. Já o discente só tinha que aprender, porque, se não aprendesse, apanhava de palmatória”.

Confirmando o que Borges Neto et al disseram, na Escola Missionária de Bula, os professores utilizavam não só a palmatória de alentada espessura com cinco furos que lembravam as chagas de Jesus Cristo na cruz, como também chicotes de bambu maleável ou de rabo de animal e cascalho sobre o qual os alunos “burros” se ajoelhavam. Em alguns casos, o aluno-burro era enfeitado com orelha de abanar feita de papel.

Borges Neto et al. (2023) pontuaram que, nessa época, a hierarquia estava bem demarcada na relação professor-aluno. Enquanto o docente era “[...] o centro do conhecimento, ou seja, aquele que sabe tudo e que se limitava a transmitir o conteúdo programático”, os “[...] discentes são tratados como uma tábua rasa (aquele que não sabe nada) [...] limitam-se a ouvir sem poder questionar e muito menos opinar”.

Com relação aos conteúdos de ensino, eles acrescentaram que

[...] traduziam a mais aberrante forma de colonização cultural, pois os programas escolares eram obrigatoriamente iguais aos da ‘metrópole’ e toda a transmissão de conhecimento visava mostrar a realidade portuguesa – a sua história, a sua geografia, a sua cultura – como a melhor, a mais agradável e a mais heróica. Aos alunos era apresentado um mundo estranho com o qual eles tinham de se identificar, levados a desprezar a sua comunidade e afinal a desprezarem-se a si próprios para imitar o branco – senhor (PEREIRA, 1976, p. 108 apud BORGES NETO ET AL., 2023).

Gadotti (2012, p. 92-93) citaram a questão da superação da educação do colonizador que foi analisada por Vanilda Paiva (1979, p. 5-6), reportando a Albert Memmi (1967) e Frantz Fanon (1968), dois dos maiores no estudo da colonização das mentes:

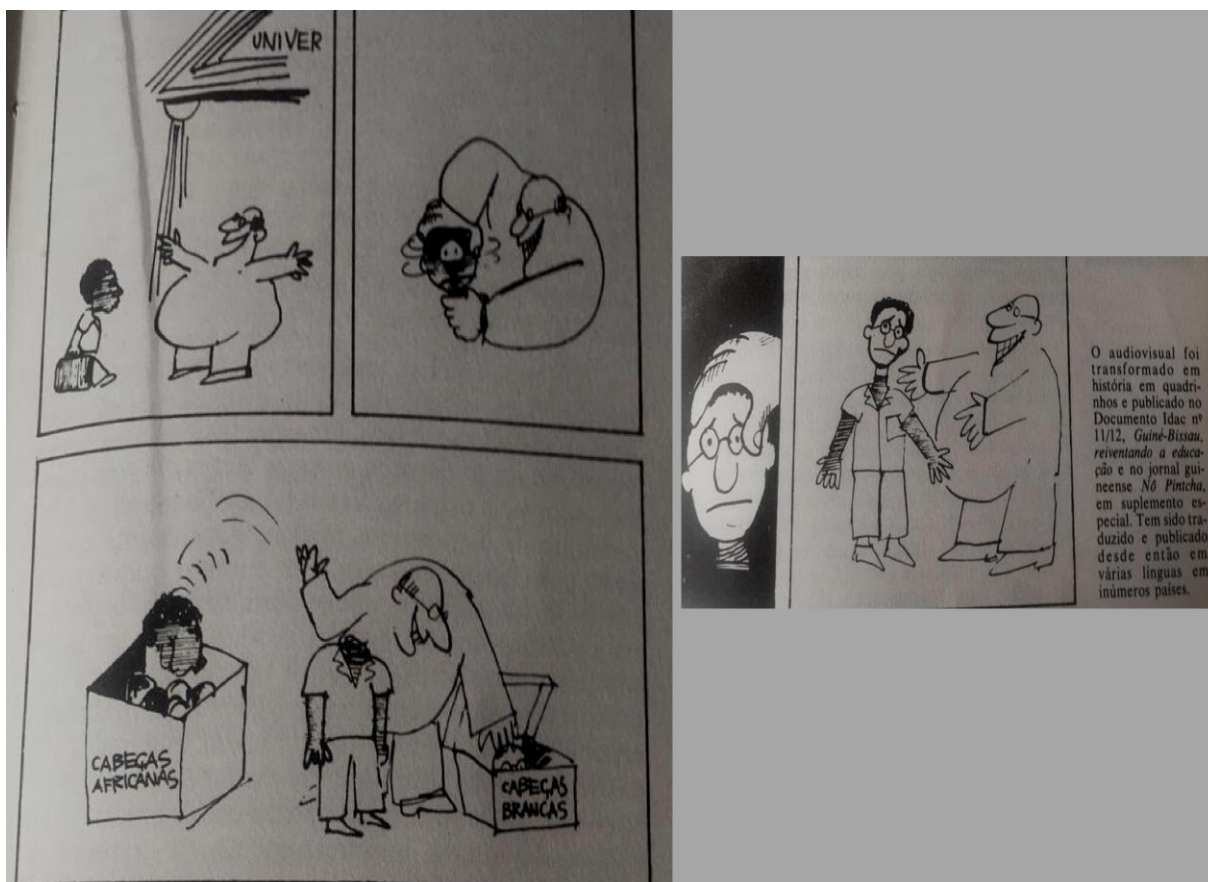
[...] o intelectual colonizado faz sua a cultura do opressor; o colonizador penetra no colonizado. Mas não penetra apenas entre seus aliados e prepostos, penetra também nas massas, na medida em que, destruindo as bases da sua cultura, atingindo suas tradições e seus modos de vida, propaga o mito da sua superioridade, buscando legitimar a dominação que exerce. Negando as qualidades da população local, o colonizador desumaniza o colonizado, mutila-o psicologicamente, fazendo-o aceitar como naturais as condições de exploração’(GADOTTI, 2012, p. 93).

A formação do “Homem Novo”, concebida pelo Partido, foi inspirada na filosofia do seu líder-fundador Amílcar Cabral, para quem, a luta de libertação é um fato cultural e um fator de cultura<sup>76</sup> e de transformação ou reafirmação das mentes colonizadas (foto 12).

---

<sup>76</sup> A luta pela independência não é apenas a libertação do território da ocupação estrangeira; é também a libertação das mentes, a formação do “Homem Novo”: cidadão livre das amarras coloniais e militante engajado nas causas da construção do novo país.

Foto 12 – Ilustração da desafricanização de nativos operada pelos colonialistas brancos.



Fonte: Claudius Ceccon/Instituto Paulo Freire, 2021.

Essa formação espelhava-se no modelo marxista-leninista que servira de referência político-ideológica de praticamente todos os movimentos nacionalistas e independentistas na África. No quadro da qualificação docente, o comissariado (ministério) da Educação revitalizou uma antiga Escola de Formação de Professores em Bolama; abriu outra em Bula, para a formação de professores do Ensino Fundamental; implantou a “Escola Chico Té”, em Bissau, para a formação de professores do Ensino Secundário (Médio); implantou escolas preparatórias para o Ensino Secundário em pontos estratégicos da Capital e no Interior, e novas escolas básicas em todos os setores administrativos.

O Liceu Nacional Kwame Nkrumah foi ampliado para pelo menos quatro novos polos. Acordos internacionais possibilitaram a chegada de professores estrangeiros. Um desses professores foi o já citado Sérgio Grando, que era conhecido também pela alcunha de “Brasileiro”.

Os liceus, onde os cooperantes estrangeiros lecionavam, pareciam uma babel de sotaques de cubanos, alemães (orientais), soviéticos, portugueses, brasileiros, somados aos dos professores nativos, eles também carregados de sotaques que denunciavam suas origens



étnicas. Mesmo assim, o número de professores não era suficiente para cobrir a demanda, principalmente nas instituições de ensino do Interior.

Para resolver temporariamente o problema, o comissariado da Educação ampliou a política de “estudante-professor” que já tinha sido experimentada na Escola Piloto na República da Guiné e nas Zonas Libertadas durante a luta armada de libertação nacional. Consistia no seguinte: estudantes de níveis mais avançados ensinavam os de níveis inferiores. Foi nesse contexto que, quando concluí o Segundo Grau (Ensino Médio) no ano letivo de 1982/83,<sup>77</sup> fui lecionar no Liceu João XXIII, que a Diocese de Bissau tinha implantado para enfrentar a falta de professores.

Concomitantemente, o governo desencadeou a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos e massificou a matrícula de crianças e adolescentes. Num ato político realizado no estádio nacional “Lino Correia”, no centro de Bissau, na segunda metade dos anos 1970, Mário Cabral, então titular da referida pasta, convocou a população a engajar-se nessa campanha. O objetivo era transformar a sociedade guineense, rompendo com o passado colonialista e com a influência da religião cristã na educação; particularmente, promover o “suicídio de classe” na elite nacional forjada no *modus vivendi* colonialista. Todavia, tal objetivo era espinhoso, pois não seria fácil mudar o fardo da herança colonialista de cinco séculos.

A pesquisadora brasileira Larissa Costa (2007) revelou que o comissariado da Educação chegou a pensar em fechar escolas “até que se organizasse o ensino de acordo com os novos parâmetros propostos” para a formação do Homem Novo. Porém, ela acrescentou, em 1976, o governo reconheceu que “isso era um sonho” inviável e decidiu, então, mudar os programas “com conteúdo ideológico mais flagrante, como a História e a Geografia”.

Graça (2005, p. 75-76), ao falar da perspectiva africana da História e a narrativa anticolonialista, chamou a atenção para o enunciado feito por Aimé Césaire, que, na já citada obra “Discurso sobre o capitalismo”, publicado em 1955, equaciona ‘colonização=coisificação’ e, conseqüentemente, questiona “a Ciência dos colonialistas em relação à África, desde a Geografia à Psicologia, passando pela Filosofia e pela História”, e congratula-se com o desmonte das narrativas colonialistas iniciado pelo historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop, um dos maiores egiptólogos de sempre. Ela destacou que “[...] o espírito da época no que respeitava à História da África era o

---

<sup>77</sup> Na Guiné-Bissau, o ano acadêmico começava em meados de setembro e terminava em maio do ano seguinte.

restabelecimento da verdade do ponto de vista dos nacionalistas africanos, que consideravam terem sido despojados da sua própria História pelo colonialismo”.

Na Guiné-Bissau, o PAIGC substituiu os conteúdos relativos a Portugal em favor dos relacionados ao país e à África. “Isso porque, no período colonial, era ensinado [...] que a História da África teria começado com a chegada dos colonizadores, e que os portugueses tinham a missão de civilizar [...] os guineenses, por isso a necessidade de estudo dos programas educacionais da metrópole” (COSTA, 2007, citando um documento do PAIGC publicado em 1976).

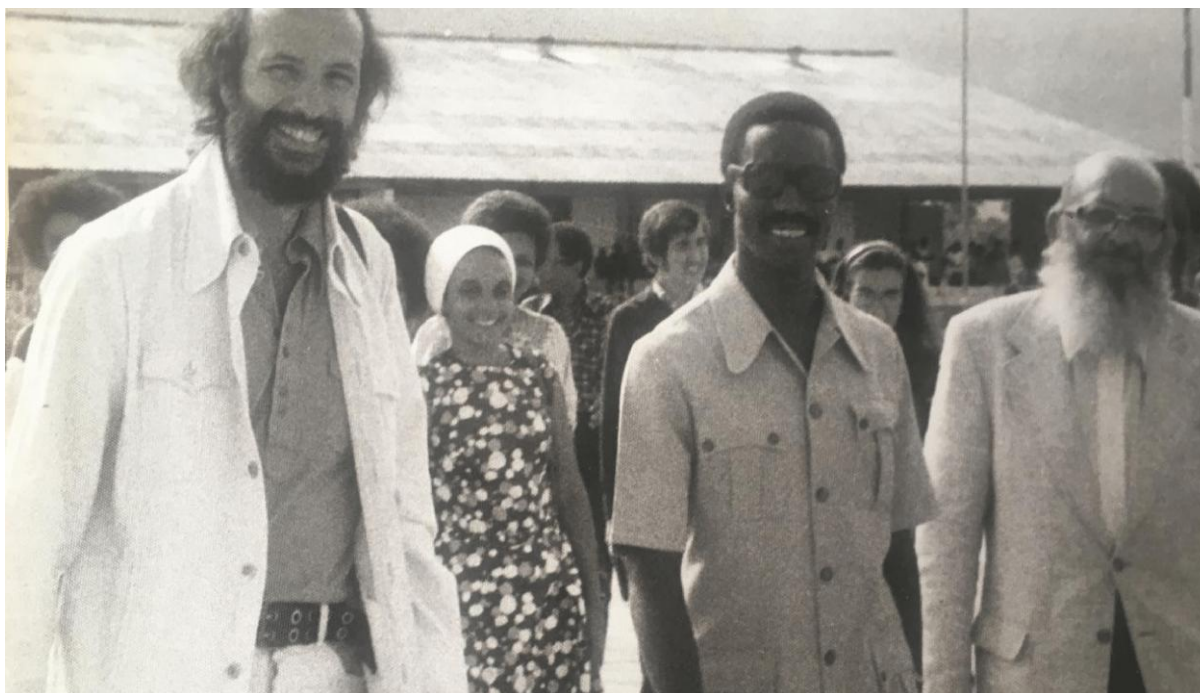
Para viabilizar o sistema educacional e o programa curricular, o governo destacou a educação integrada à vida comunitária, ao trabalho produtivo nas escolas e liceus, ao engajamento de professores e alunos à Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos. A concepção da educação associada ao trabalho produtivo era um dos princípios do PAIGC, desde os tempos da luta armada de libertação nacional.

Amílcar Cabral (1974, p. 67) tratou essa questão na sua obra “Unidade e Luta” como um duplo dever que o Partido deu às escolas: ensino e trabalho produtivo, de forma concomitante. Criticou que uma das desgraças da África, naquele tempo, era a seguinte: “quem faz o segundo grau, já não quer pegar no arado ou na enxada para lavrar a terra. Nós, na nossa terra, mesmo que levemos o nosso povo até ao sétimo ano do liceu [Último ano do Ensino Médio], tem que pegar na enxada e no arado, hoje, amanhã em tratores também, para lavrarem a nossa terra como deve ser”.

Amílcar Cabral (1974, p. 67) afirmou que o Partido não podia criar um internato e ser ele a mandar comida de fora para os internados. Por isso, alertou que o Partido podia “[...] fazer esforço, mandar roupa, sapatos, calções de ginástica, roupa de ginástica em geral, livros, cadernos, lápis, giz, tinta, canetas etc., mas o internato tem que ter pelo menos a sua comida. A nossa ordem é esta: o internato que não é capaz de ter a sua comida, fecha”. Explicou a razão para tal postura do Partido: “[...] nas condições da nossa luta, da nossa terra, não podemos pretender mandar comida para os internatos, de fora da nossa terra. Isso é impossível. O internato deve ser sustentado, ou pelo nosso povo dentro da nossa terra, que dá comida para os filhos, ou pelo próprio internato que lavra arroz e outros produtos, para ter a sua comida [...]”.

Para a Campanha Nacional de Alfabetização, o governo convidou, através da UNESCO, o pedagogo e educador brasileiro Paulo Freire (foto 13) e a equipe do Instituto de Ação Cultural (IDAC).

Foto 13 – Paulo Freire (à direita), Mário Cabral (ao centro) e Claudius Ceccon.



Fonte: Claudius Ceccon/Instituto Paulo Freire, 1975/2021.

A pedagogia de Freire tinha duas particularidades que interessavam às autoridades guineenses: a) contemplava um programa consolidado de alfabetização de adultos, algo que podia ser adaptado à Campanha Nacional de Alfabetização; e b) a visão pedagógica freireana parecia corresponder aos anseios de formação do Homem Novo.

Romão e Gadotti (2012, p. 9) chamaram a atenção para o fato de que Freire e Amílcar Cabral “[...] são atores da práxis, isto é, homens comprometidos com o pensamento crítico. Para eles, o conhecimento só pode ser legitimado, epistemologicamente, se tiver origem na prática e, politicamente, se se tornar instrumento de intervenções mais qualificadas (mais conscientes) na mesma prática”. Os dois autores brasileiros que trabalharam com Freire constatam também que tanto o educador brasileiro, quanto o líder-fundador do PAIGC perceberam a revolução como uma dinâmica permanente, isto porque “a libertação definitiva não vem com a proclamação da independência política de uma nação, tampouco com sua libertação econômica”. Cabral e Freire defendiam que a revolução “só se plenifica quando o povo dessa nação pós-colonial se liberta das racionalidades que os colonizadores deixaram profundamente enraizadas no solo da consciência dos ‘ex-colonizados’”.

De acordo com Romão e Gadotti (2012, p. 9), a constatação de Freire e Amílcar Cabral baseou-se no conceito de sistema simbólico demonstrado por Friedrich Engels (“Origem da família, da propriedade privada e do Estado”, 1975) que “é mais lento, anda mais

devagar do que os sistemas produtivo e associativo e, portanto, os fundamentos, os princípios, os valores, as projeções e os ideais decalcados nas mentes colonizadas pelo opressor, acabam por transformar o oprimido em hospedeiro de seu próprio opressor”. Consequentemente, ao tornar-se hospedeiro do opressor, o liberto-oprimido passa a ler “o mundo com os olhos e a partir da perspectiva da visão de mundo do opressor”. Assim, fica “muito mais difícil completar-se a tarefa da libertação” (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 9).

Quando foi convidado pelo governo guineense para participar na Campanha Nacional de Alfabetização, Freire já mantinha relações com a África, nomeadamente com Cabo Verde, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Tanzânia, Zâmbia e Moçambique. Chegados a Bissau, Freire e sua equipe decidiram fazer uma imersão na realidade concreta do estado da educação na Guiné-Bissau. Assim, passaram por um período de conhecimento dos problemas centrais e a maneira como estavam sendo confrontados tanto no Ensino Primário, quanto no Secundário (colegial). Optaram pela escuta, indagações, discussão dos problemas percebidos e/ou externados pelos anfitriões.

O próprio Freire (1978, p. 21) afirmou que

[p]recisávamos conhecer os problemas centrais e a maneira como vinham sendo confrontados [...] Que modificações já haviam sido introduzidas no sistema geral de ensino, herdado do colonizador, que fossem capazes de estimular, a pouco e pouco, a sua radical transformação, com a criação de uma nova prática educativa, que expressasse outra concepção da educação, em consonância com o projeto da nova sociedade que o Partido e o Governo se propõem criar com o povo.

De fato, o convite a Paulo Freire não foi aleatório. Havia convergência de pensamento entre o educador brasileiro e Amílcar Cabral e a linha programática do PAIGC com relação à educação, como um instrumento de desenvolvimento e de formação do Homem Novo. Mallot (2021) citou uma descrição que Freire fez sobre Amílcar Cabral: “um marxista muito bom, que empreendeu uma leitura africana de Marx’ [...] viveu plenamente a subjetividade da luta”. De acordo com Mallot (2021), “embora não seja plenamente reconhecida no campo da educação, a teoria e a prática anticolonial de Cabral também aguçaram e influenciaram a trajetória do pensamento de Freire” porque, “através do processo revolucionário liderado por Cabral, [a] Guiné-Bissau tornou-se líder mundial no que agora poderia ser chamado de formas descoloniais de educação, o que comoveu Freire profundamente”.

Mallot (2021) destacou que, por causa da elevação da importância que foi dada à educação por Amílcar Cabral, fazia sentido que o comissariado da Educação Nacional da recém-libertada Guiné-Bissau “convidasse Freire, o maior especialista mundial em abordagens descoloniais para a educação a participar no desenvolvimento do seu sistema de

educação”, com a tarefa de “[...] ajudar a remover o resíduo colonial que permaneceu como resultado de gerações de educação colonial projetada para desaffricanizar o povo. Assim como o modelo capitalista de educação terá que ser substituído ou severamente refeito, o modelo colonial de educação teve que ser desmantelado e reconstruído novamente”. O autor citou que o “modelo colonial de educação foi projetado para promover um senso de inferioridade na juventude colonizada. A educação colonial, com resultados predeterminados, buscou dominar os alunos, tratando-os como se fossem objetos passivos. Parte desse processo foi negar a história, a cultura e as línguas do povo colonizado. Da forma mais cínica e perversa, a escolaridade colonial enviou a mensagem de que a história dos colonizados realmente só começou ‘com a presença civilizadora dos colonos’” europeus.

Ao refletir sobre o que tinha aprendido com Cabral, Freire (1978 apud MALLOT, 2021) disse o seguinte:

‘Em Cabral, aprendi muitas coisas... Mas aprendi uma coisa que é uma necessidade para o educador progressista e para o educador revolucionário. Faço uma distinção entre os dois: Para mim, um educador progressista é aquele que trabalha dentro da sociedade burguesa classificada como a nossa, e cujo sonho vai além de apenas tornar as escolas melhores, o que precisa ser feito. E vai além porque o que [eles] sonham é a transformação radical de uma sociedade burguesa classificada em uma sociedade socialista. Para mim, este é um educador progressista. Considerando que um educador revolucionário, na minha opinião, é aquele que já se encontra [em si] situado em um nível muito mais avançado, tanto social quanto historicamente dentro de uma sociedade em processo’ (MALLOT, 2021).

Na prática, Cabral promoveu o desenvolvimento da vida cultural do povo, encorajando não apenas uma luta armada mais intensa contra as forças portuguesas, como também um esforço educacional nas Zonas Libertadas. “Mais uma vez, enquanto o movimento anticolonial e o processo educativo de descolonização do conhecimento são muitas vezes falsamente colocados como distintos ou mesmo antagônicos, Cabral os conceituou como dialeticamente inter-relacionados: ‘Criar escolas e difundir a educação em todas as áreas liberadas’” (MALLOT, 2021).

Como referi com relação aos movimentos nacionalistas na África, uma das partes centrais do desenvolvimento dessa consciência revolucionária foi o processo de reaffricanização. Mallot citou que

[i]sso não era para ser um chamado para voltar ao passado, mas uma maneira de recuperar a autodeterminação e construir um novo futuro no país. ‘Opor-se entre os jovens, especialmente aqueles com mais de 20 anos, a mania de deixar o país de modo a estudar em outro lugar, a ambição cega de adquirir um diploma, o complexo de inferioridade e a ideia equivocada que leva à crença de que aqueles que estudam ou fazem cursos se tornarão privilegiados em nosso país amanhã’. Cabral incentivou uma pedagogia de paciência e compreensão como a abordagem correta para conquistar as pessoas e fortalecer o movimento.

Essa foi uma das razões, de acordo com Mallot (2012), que levaram Paulo Freire a descrever Amílcar Cabral como um desses ‘líderes sempre com o povo, ensinando e aprendendo mutuamente na luta pela libertação’, constantemente impaciente com o bem-estar do povo; uma ‘impaciência paciente com a qual invariavelmente se entregava à formação política e ideológica dos militantes’. Mallot ressaltou que o compromisso de Cabral “com o desenvolvimento cultural do povo como parte da luta mais ampla pela libertação informou seu trabalho educacional” nas Zonas Libertadas. O autor citou que Basil Davidson referia-se a Amílcar Cabral como ‘um educador supremo no sentido mais amplo da palavra’.

De acordo com Mallot (2021), Freire percebia Cabral como “um educador revolucionário avançado” que rejeitava “a predeterminação e o dogmatismo”. Por isso, antes de chegar à Guiné-Bissau, a equipe de Freire não construiu planos de aula ou programas para serem impostos ao povo. Ao chegarem, Mallot (2021) acrescentou, Freire (1977) e seus colegas escutaram e discutiram com o povo a forma mais adequada e efetiva de aprendizagem. “Somente ao aprender sobre o trabalho educacional do governo revolucionário poderiam avaliá-lo e fazer recomendações. A orientação, ou seja, não pode ser oferecida fora da realidade concreta do povo e de sua luta. Tal conhecimento não pode ser conhecido ou construído sem a participação ativa dos alunos como coletivo”.

Mallot (2021) afirmou que o “trabalho e a prática de Freire inspiraram o que se tornou um movimento de pedagogia crítica mundial” e “Cabral é uma influência centralmente importante, mas não reconhecida, desse movimento” e lembrou-se que “no último livro preparado antes de sua morte, [...] Cartas para Aqueles que Ousam Ensinar, a influência de Cabral sobre Freire parece ter permanecido central, pois ele insistiu que ‘é importante lutar contra as tradições coloniais que trazemos conosco’”.

Em suma, a visão e a ação pedagógica de Freire para a Guiné-Bissau podiam ser resumidas em seis pontos (COSTA, 2007) anuídos pelo PAIGC:

- a) A alfabetização de adultos devia ser uma forma de repensar a História da Guiné-Bissau, pois fazia parte do processo da luta pela independência e da conquista da palavra. E a conquista da palavra devia ser feita, de preferência, na língua materna ou nacional;
- b) As palavras geradoras fundamentam a ação didático-metodológica e devem ser trabalhadas como instrumentos de construção da identidade nacional, a partir da extrojeção de valores da cultura colonialista para a introjeção dos valores culturais nacionais a fim de construir a identidade nacional;

- c) O aprendizado da leitura e da escrita é um ato criador e indutor da compreensão crítica da realidade, portanto, a alfabetização não deve ser uma atividade mecânica e burocratizada afastada da dinâmica social;
- d) O ato educativo é como diálogo, ou seja, a alfabetização é um processo de via dupla. De um lado, desafia o alfabetizando a não apenas aprender a escrever e a decodificar, por exemplo, a palavra sociedade, como também a refletir sobre seu papel no seio dessa sociedade; a repensar a sua história e a opinar sobre o que aprende. Do outro lado, o alfabetizador é desafiado a assumir o papel de coordenador-animador-problematizador do debate e das discussões. A educação dialógica tem a função de ampliar a visão de mundo dos educandos;
- e) As formações discursivas conformam o comportamento dos indivíduos na vida cotidiana, independentemente dos grupos particulares a que pertençam;
- f) A luta de libertação e de reconstrução nacional são partes inseparáveis do processo de construção da identidade cultural. Pois, como disse Amílcar Cabral, a luta de libertação é um fato cultural, por ser produto de uma cultura, e fator de cultura, porque induz a transformação do ambiente em que emergiu o fato cultural.

Quando Freire e sua equipe chegaram à Guiné-Bissau, o processo de reformulação do sistema de educação já estava em andamento. Mallot (2021) citou que o desafio era melhorar tudo o que havia sido realizado durante a luta de libertação antes do fim da guerra. Logo, e reiterando a citação que já fiz,

Freire e a sua equipe buscaram ‘ver o que realmente estava acontecendo sob as condições materiais limitadas que sabíamos que existiam’. O objetivo claro era, portanto, ‘descobrir o que poderia ser feito melhor nessas condições e, se isso não fosse possível, considerar formas de melhorar as próprias condições’. O que Freire e sua equipe concluíram foi que ‘os alunos e trabalhadores estavam engajados em um esforço que era preponderantemente criativo’ apesar dos muitos desafios e recursos materiais limitados. Ao mesmo tempo, caracterizaram ‘os erros mais óbvios’ observados como resultado da ‘impaciência de alguns dos trabalhadores que os levaram a criar as palavras em vez de desafiar os alunos a fazê-lo por si mesmos’ (MALLOT, 2021).

Freire (1978, p. 24) atestou que era um alento a “[h]erança representada no acervo de excelentes experiências lideradas pelo Partido nas então chamadas Zonas Libertadas do país, no setor da produção, da distribuição, com os armazéns do povo’, no da justiça, no da saúde, no da educação”. Citando dados de um trabalho de Luiza Teotónio Pereira e Luís Motta, publicado em 1976, Freire (1978, p. 24-25) afirmou que a ação educativa do PAIGC nas

Zonas Libertadas obteve resultados importantes, com a escolarização de milhares de crianças a partir dos 10 anos – Por causa das condições de guerra essa era a idade mínima para a admissão na educação primária. E, para atender às necessidades da população nas Zonas Libertadas e no processo de reconstrução, o PAIGC cuidou da formação de quadros de nível médio e superior no exterior, principalmente nos países social-comunistas. Freire narrou com detalhes a rica experiência que ele e sua equipe tiveram na Guiné-Bissau. Ele destacou, particularmente, as experiências pedagógicas e políticas bem sucedidas do Centro de Formação de Professores Máximo Gorki (fotos 14 a 17), em Có, uma das cidades do setor administrativo de Bula, e dos Círculos de Cultura em Cacheu e Sedengal, também na região de Cacheu (fotos 18 a 22; 23 e 24).

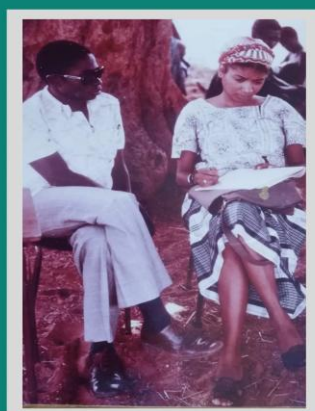
Fotos 14 a 17 – Cenas do Centro de Formação de Professores em Có.



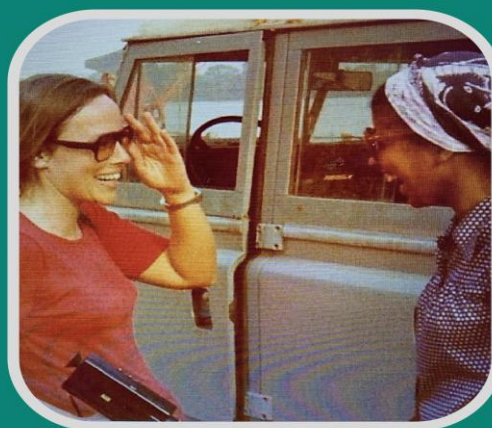
**Augusta e Jorge Ampa Cumelerbo, diretor da Escola Máximo Gorki, num encontro de coordenação e avaliação do funcionamento dos Círculos de Cultura de Co**



**Augusta e Jorge Ampa Cumelerbo, diretor da Escola Máximo Gorki, num encontro de coordenação e avaliação do funcionamento dos Círculos de Cultura de Co**



**Augusta e o diretor do Centro de Formação de Professores Máximo Gorki, Jorge Ampa Cumelerbo**



**Rosiska Darcy e Augusta Henriques**



Fotos 18 a 22 – Atividades nos Círculos de Cultura em Cacheu e Sedengal.



**Maria Miguel Balona, membro da Comissão Nacional de Coordenação da Alfabetização, numa sessão de formação de coordenadores de brigadas de alfabetização**



**Formação de formadores da brigada da Região de Cacheu**



**Teatro popular em Sedengal  
Apresentação do último ato**

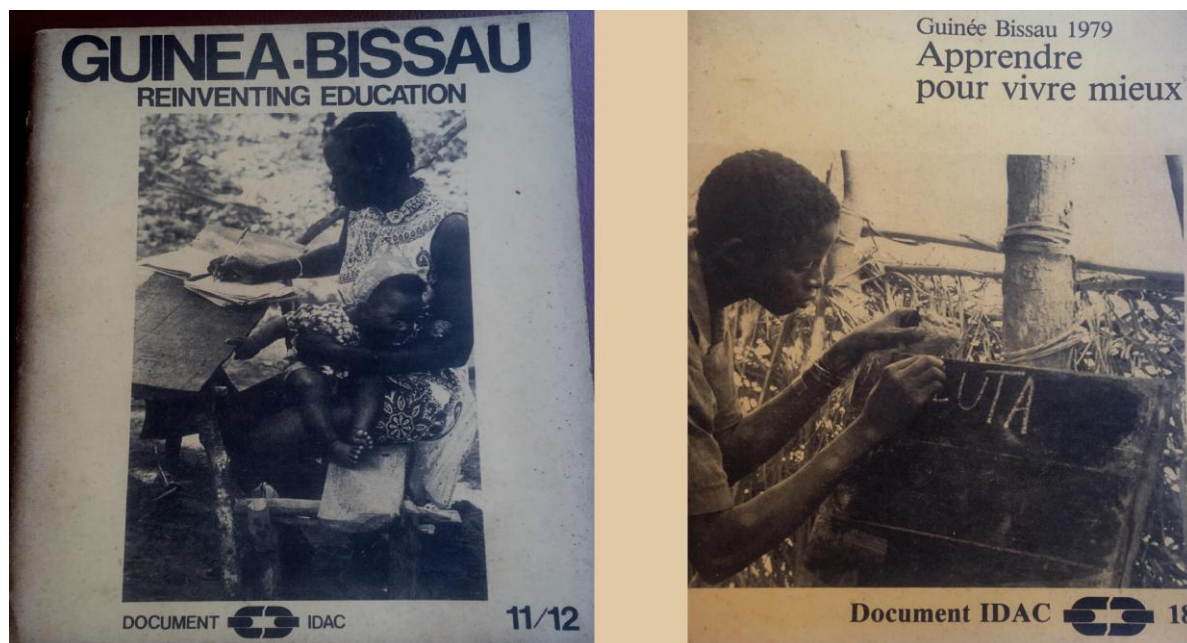


**Tratamento fitossanitário da horta coletiva de Sedengal**



**Tratamento fitossanitário da horta coletiva de Sedengal**

Fotos 23 e 24 – Uma jovem senhora (à esquerda) e um rapaz alfabetizando (à direita).



Fonte: Claudius Ceccon/Instituto Paulo Freire, 1975/2021.

O Centro Máximo Gorki foi um dos casos de grande sucesso dos objetivos do PAIGC na educação, particularmente no que concerne a ligação da escola com o trabalho de campo. O comissário nacional da Educação, Mário Cabral (citado por FREIRE, 1978, p. 57), destacou o sucesso do Centro no discurso feito no estádio nacional Lino Correia: ‘Foi [...] na escola de Có, onde se alcançou o máximo de ligação entre escola e trabalho produtivo, entre escola e população local, com a integração destas atividades culturais promovidas por aquela. Podemos considerar a escola de Có, realmente, como a primeira escola do país, durante este ano [1975-1976] que termina’. Freire (1978, p. 57) afirmou que “[s]entimo-nos, particularmente Elza [sua esposa] e eu, fortemente presos a este Centro”. O casal de educadores brasileiros jamais deixou de visitá-lo nas suas idas à Guiné-Bissau. Isso porque, em todas as visitas, sempre ficou impressionado com “a dedicação dos seus professores e o otimismo crítico de que se acham infundidos no desempenho das suas tarefas”.

Eu conheci o Centro Máximo Gorki por fora, ou seja, como um mero observador, que admirava o trabalho que era desenvolvido pela sua comunidade, mas sabia quase nada sobre o grande papel que ele desempenhava no processo da formação do Homem Novo. O Centro nasceu da proposta de um grupo de educadores guineenses, liderados por Jorge Ampa, um jovem intelectual que foi o seu diretor-fundador. Esse grupo de educadores queria aproveitar as instalações do quartel do exército português em Có para implantar um centro de capacitação de professores. O comissariado nacional da Educação encampou a ideia e

implantou-o nas instalações do referido quartel desativado. O quartel de Cói foi “um desses muitos quartéis que os colonialistas portugueses foram pródigos em espalhar pelo país, geralmente cercados de arame farpado, com minas em torno, e dentro dos quais se foram tornando, cada vez mais, prisioneiros de si mesmos” (FREIRE, 1978, p. 60).

O sucesso do Centro Máximo Gorki não se limitava às atividades internas de formação de professores, nem à articulação com as comunidades locais; articulava-se também com Círculos de Cultura, que funcionavam em torno do Centro, e com as comunidades locais.

Mário Cabral destacou, no discurso no estádio nacional citado por Freire (1978, p. 57-58), algumas atividades realizadas no ano letivo 1975-1976:

participação dos estudantes liceais de Bissau nas atividades produtivas; criação, na área do ensino primário, de um comitê do Partido, ao qual vêm associando os professores, conseguindo realizar um interessante trabalho cultural, ao lado do desenvolvimento de uma necessária e correta militância, contribuição excepcional das crianças das escolas, ajudadas pelos seus professores, às comemorações do XX aniversário do PAIGC, através de números de ‘ginástica massiva’. Seminários em que os responsáveis das várias regiões educacionais do país, de um lado, debateram, em conjunto, as suas dificuldades, trocando experiências em torno de como vêm procurando superá-las; de outro, aprofundaram a sua capacitação, para, assim, capacitar e recapacitar os seus camaradas. ‘Devemos dizer, afirma Cabral, que foi ainda neste ano que conseguimos terminar a formação de 30 professores primários, que constituem maior número de quadros do que os colonialistas portugueses capacitaram em todos os 500 anos de dominação.’

Freire (1978, p. 60) lembrou-se de que “no momento da nossa visita, havia, então, quatro meses, desde quando aquele grupo de educadores, todos eles da fase da luta, experimentados no que significara a educação nas Zonas Libertadas, começara a dar-se, totalmente, aos primeiros trabalhos para a instalação do Centro” Máximo Gorki. O educador brasileiro acrescentou que

[r]efletindo as experiências vividas por aqueles educadores nas zonas libertadas, o Centro nascia na unidade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Entregavam-se tanto às tarefas de limpeza do imundo quartel, de caiação das suas dependências, de melhoria das suas condições sanitárias, de capinagem do campo em volta, de plantio de árvores, de higienização do poço que fornece excelente água, quanto, em certas horas do dia, pensavam na organização administrativa do Centro, nos meios de eficientemente integrá-lo à vida da comunidade e nas suas atividades político-pedagógicas, preparando-se, assim, para receber o primeiro grupo de estagiários (FREIRE, 1978, p. 61).

Impressionado com o Centro Máximo Gorki, Freire (1978, p. 61) afirmou que

[...] através da prática nele realizada, que implica não uma capacitação e recapacitação de professores em termos verbalistas, na intimidade das suas salas, mas, pelo contrário, na unidade da prática e da teoria e na comunhão sempre maior com a população em torno, é a de que se vem constituindo, cada dia que passa, num centro universitário do povo. Daquele tipo de universidade a que me referia num certo momento da primeira parte desta introdução – a que nasce no seio do povo trabalhador e que, fundando-se no trabalho produtivo, se dá ao esforço sistematizador do conhecimento que resulta da própria prática. Daí que o Centro de Cói, fiel ao espírito que marcou a educação nas zonas libertadas, venha procurando

superar certas dicotomias, sem o que não lhe seria possível marchar naquela direção. A dicotomia já anotada entre trabalho manual e trabalho intelectual e a dicotomia entre ensinar e aprender.

No Centro, de acordo com a constatação de Freire (1978, p. 63), para tornar o Centro autossuficiente na produção de alimentos, cultivavam-se milho, mandioca, batata, frutas, hortaliças; e criavam-se galinhas, patos, porcos e carneiros. O Centro possuía um posto de saúde, com três socorristas, que faziam atendimentos diários à população local.

De acordo com a política do Comissariado de Saúde, que privilegiava a medicina preventiva, o Centro preocupa-se ao máximo com a educação sanitária das populações, realizando, sempre em colaboração com os comitês de tabancas, reuniões de estudo em que se discutem certos aspectos ‘mágicos’ [feitiçarias ou crenças divinatórias] ligados à saúde. As ‘debilidades da cultura’ a que Amílcar Cabral se referia (FREIRE, 1978, p. 64).

O centro cresceu e ampliou a sua capacitação. Por exemplo, começou com uma turma de 30 estagiários, passou para 60 na segunda turma e 100 no ano letivo 1977-1978. Freire (1978, p. 62) constatou que “[...] na prática de se analisar a prática, se vem experimentando, também, a unidade entre o ato de ensinar e o ato de aprender. Unidade que se vem vivendo não só nas atividades docentes do Centro, entre a sua equipe de professores e os estagiários, mas entre aquela e estes, como uma equipe maior, nas suas relações crescentes com as populações das tabancas em torno do Centro”.

O educador brasileiro percebeu no Centro o espírito que já movia o Partido desde a sua fundação:

[...] só na unidade dialética entre ensinar e aprender é que a afirmação ‘quem sabe ensina a quem não sabe’ ganha sentido revolucionário. Quer dizer, quando quem sabe, sabe, primeiro, que o processo em que algo aprendeu é social; segundo, quando sabe que, ao ensinar o que sabe a quem não sabe, sabe também que dele ou dela pode aprender algo que não sabia. Este é o espírito que se percebe em Có. Espírito que move o PAIGC e que caracterizou a sua atividade político-pedagógica desde os começos da sua constituição em Bissau e o acompanhou no Instituto de formação de quadros em Conacri, através, sobretudo, do exemplo vivo de Amílcar Cabral. Espírito que prossegue na luta e que anima a educação nas Zonas Libertadas de que a Escola de Có é uma continuidade.

Destacando um dos diferenciais do Centro Máximo Gorki, Freire (1978, p. 63) apontou a convicção da equipe e do comissariado nacional da Educação de que o Centro só daria certo com a participação efetiva da comunidade em suas atividades.

O nascimento do Centro, por isso mesmo, não resultou apenas do sonho possível daquela equipe e do apoio do Comissariado de Educação. No sonho da equipe estava a convicção de que o Centro não poderia aparecer, da noite para o dia, como um presente que se fazia à comunidade. Desta forma, o sonho da equipa devia ser assumido também pela comunidade como algo seu, sem o que não teria sentido, da mesma forma como o sonho de libertação daqueles e daquelas que, ao lado de Amílcar Cabral, criaram o PAIGC, precisou de ser encarnado pelo povo da Guiné e Cabo Verde e fazer-se, assim, uma realidade.

Para viabilizar o Centro nas comunidades, de acordo com Freire, a equipe desenvolveu um trabalho político inicial de conscientização, em nível de comitês de tabancas, sobre a necessidade da sua participação na sua criação. “Assim, com o empenho comum da população e da equipe é que se fez a limpeza do velho quartel, a capinagem do terreno, para o que a população entrou também com os seus instrumentos de trabalho. Selou-se, desse modo, na atividade baseada na ajuda mútua, o diálogo em constante crescimento entre o Centro e as populações das tabancas” (FREIRE, 1978, p. 63). Freire (1978, p. 63) revelou que “[f]oi nesta experiência [...] que se fez o melhor levantamento socioeconômico e cultural de uma área, na Guiné-Bissau, e de que resultou a escolha de adequadas palavras geradoras com que se iniciou o esforço de alfabetização no sentido dinâmico [...]”.

Freire (1978, p. 65) apontou uma tarefa da qual a equipe do Centro Máximo Gorki precisava de se preparar:

a de ajudar, no sentido autêntico desta palavra, aqueles grupos, através da análise da sua prática, a ir sistematizando o conhecimento que dela deriva, ultrapassando, assim, a mera opinião sobre os fatos por uma crítica compreensão dos mesmos. Tal tarefa, com o desenvolvimento aprofundado da qual o Centro se vai tornando aquela unidade universitária do povo [...] implica em que as equipas e os grupos populares tomem a quotidianidade como objeto da sua reflexão. ‘Tomar distância’ da quotidianidade em que geralmente se acham ‘imersos’, atribuindo, não raro, aos fatos que dela se dão uma ‘legalidade’ intocável, é um passo indispensável para a ‘emersão’ dela e do seu desvelamento.

A administração do Centro era feita de forma democrática e descentralizada. Para tal, as decisões, longe de serem monocráticas, eram tomadas de forma colegiada, com a participação do diretor, dos professores efetivos e dos professores estagiários, e, sempre que necessário, com a participação da comunidade. Freire (1978, p. 67) acrescentou que, semanalmente, o colegiado dirigente reunia-se para fazer o balanço das atividades realizadas durante a semana passada e para o lançamento de novas proposições para o Centro. “Sem limite de tempo, discutem-se ideias e problemas, pois evita-se, tanto quanto possível, a necessidade da decisão do voto”.

Freire (1978, p. 68) contou que, em Có, ele e a sua equipe assistiram a uma reunião numa comunidade a alguns quilômetros mais a Norte do Centro entre os moradores e o comissário nacional da Educação, Mário Cabral, e o responsável político da região.

Era a primeira vez que, no processo da nossa aprendizagem da realidade da Guiné-Bissau, entrávamos em contato com um grupo de camponeses. Interessava-nos, obviamente, captar, tanto quanto possível, sobretudo, como se viam a si mesmos nas suas relações com o Partido e com o Governo, no quadro geral da luta pela reconstrução nacional. O que significava para eles esta luta, enquanto continuidade da outra, a de libertação nacional, à qual haviam dado o seu apoio, na medida do possível, em face da repressão colonialista a que se achavam submetidos. A reunião realizou-se, não numa sala arrumada e para ela preparada, mas à sombra de uma enorme árvore centenária. A melhor maneira que tinha a população de demonstrar a

sua hospitalidade, era a de receber a delegação naquela sombra acolhedora e, em íntima relação com o seu mundo natural, conservar sobre os seus problemas.

Reunir-se sob as árvores frondosas, como “polon” e “bissilon”, é costumeiro no Interior da Guiné-Bissau e também nas áreas rurais da África. As razões são, certamente, variadas. No entanto, duas trespassam as comunidades aldeãs africanas: a) as sombras de árvores frondosas protegem de temperaturas altas e do calor abrasador das regiões quentes do continente africano; e b) árvores frondosas, como as supracitadas por Freire, e bosques são percebidos como *habitats* de entidades espirituais. Na etnia mancanhe e muitas outras etnias guineenses, as pessoas, sobretudo as não cristianizadas, fazem ritos religiosos sob essas árvores; sacrificam animais (quase sempre galinhas, caprinos, suínos e bovinos) e aspergem o seu sangue e aguardente de cana, em oferenda aos espíritos.

O Centro de Formação de Professores Máximo Gorki em Cói foi considerado “Escola-Modelo” da Guiné-Bissau no ano letivo 1976-1977, e, como observado por Freire (1978, p. 76), o seu sucesso não se limitava às atividades internas de formação de professores, nem à articulação com as comunidades locais. Os Círculos de Cultura, que funcionavam em torno do Centro, tiveram sucesso também na alfabetização de adultos.

Durante uma visita à Cói, o educador brasileiro constatou o respeito às pessoas mais velhas na Guiné-Bissau. Freire (1978, p. 70) contou que, no início de uma reunião realizada numa localidade a Norte do Centro Máximo Gorki, com a participação do comissário nacional da Educação e do responsável político da região, cinco pessoas mais velhas do grupo “reuniram-se em círculo dentro do círculo maior, discutindo entre si, em voz baixa, enquanto os demais permaneciam silenciosos”. O educador brasileiro acrescentou que um jovem, que estava ao seu lado, disse-lhe: ‘Conversam, entre si, para estabelecer a ordem em que devem falar, bem como para definir alguns dos pontos sobre o que falarão. Fazem sempre assim’ [...]’. E que, em dado momento, um a um, os cinco usaram da palavra, recorrendo a metáforas, gestos, que sublinhavam as suas afirmações.

De acordo com Freire (1978, p. 70),

[r]eferindo-se às violências dos colonialistas, um deles curvava-se e recurvava-se para encarnar a palavra com que descrevia os maus tratos recebidos. Andava de um canto a outro, dentro do círculo de sombra em que estávamos, com diferentes movimentos corporais, para expressar melhor um ou outro aspecto da história que contava. Nenhum falou estatisticamente, dissociando a palavra para que fosse apenas escutada. Nenhum disse a sua palavra para que fosse apenas escutada.

Quando cheguei ao Brasil em 1988, eu me sentia deslocado com a maneira como as pessoas velhas eram tratadas como se fossem peças descartáveis e de forma infantilizada. Como Paulo Freire testemunhou em Cói, na Guiné-Bissau, as pessoas idosas exerciam poder



etário, não por causa apenas da sua idade, mas porque tinham lugar de experiência acumulada ao longo de décadas de vida. Por isso, elas eram tratadas como “bibliotecas ambulantes” da qual as novas gerações podiam se nutrir e agregar com os seus conhecimentos modernos.

Freire (1978, p. 70) enfatizou, sobre esse episódio, outro aspecto: a fala com o corpo. “Na África a palavra é também para ser ‘vista’, envolvida no gesto necessário”. Por isso, “[n]enhum, como de modo geral ocorre na África, com exceção dos intelectuais que, ‘desafricanizados’, negam as suas raízes, revelou medo ou vergonha de usar o seu corpo, no processo da sua expressividade”.

Sobre o Círculo de Cultura em Sedengal, que fica perto da cidade de Cacheu, Freire contou que a história da “Experiência de Sedengal” começou quando, em meados de 1975, a Comissão Coordenadora dos Trabalhos de Alfabetização envolveu-se na campanha de alfabetização, aproveitando-se do interesse de um grupo de estudantes do Liceu Nacional Kwame Nkrumah que voltava para as férias grandes nessa região de sua origem. Em pouco tempo, a comissão capacitou 200 desses jovens e organizou-os em “Brigadas de Alfabetização”. Na Guiné-Bissau, as férias grandes começavam em meados de junho e terminavam por volta de setembro/outubro. Freire (1978, p. 85-86) acrescentou que,

[a]o regressar de férias às suas regiões de origem, jamais trabalhando individualmente, mas sempre em equipes, coordenadas por um deles, os estudantes punham em prática os objetivos centrais das brigadas. Caberia a estas, atuando em áreas consideradas prioritárias, em estreita relação com os Comitês locais do Partido, iniciar um esforço de mobilização das comunidades, interpretando-lhes a correta concepção da alfabetização, e motivar, através deste esforço, alguns jovens que, capacitados pelas Brigadas, poderiam começar os trabalhos, deixando, assim, em diferentes sectores de tais zonas, Círculos de Cultura em funcionamento, cuja continuidade estaria assegurada por serem seus animadores jovens locais.

Em Sedengal, a campanha sempre contou com a participação dos comitês de base do Partido para a mobilização da população. Freire (1978, p. 87) afirmou que “[n]a verdade, porém, a população de Sedengal não foi mobilizada pela Brigada e pelo Comitê do Partido, mas com eles se mobilizou”.

O educador brasileiro acrescentou que

[...] a organização dos Círculos de Cultura, em que os seus participantes começaram o aprendizado da leitura e da escrita, associado à ‘leitura’ e à ‘releitura’ da sua realidade, tenha sido assumida não só pelos alfabetizandos, mas pela mesma comunidade. É esta assunção do projeto pela comunidade a sua nota mais forte, a que melhor explica o seu êxito. Uma das expressões desta assunção do projeto pela comunidade está na adesão de um grupo de jovens que, capacitados pela Brigada, se tornaram animadores dos vários Círculos de Cultura. Jovens camponeses, com a terceira e quarta classes primárias, nascidos e crescidos no ‘mundo’ de Sedengal e envolvidos, agora, com os seus camaradas mais velhos, na ‘releitura’ e na ‘reescrita’ do seu mundo e não apenas na leitura e na escrita das palavras. Jovens que têm andado da sua comunidade para outra, a dez quilômetros de distância, para vender cestos e esteiras por eles mesmos produzidos e com o resultado de cuja venda compram o querosene com que asseguram o funcionamento das sessões noturnas

dos Círculos de Cultura. Reuniões de avaliação de que aparentemente deviam participar apenas os animadores, mas às quais a comunidade, com o maior dos interesses, se incorpora (FREIRE, 1978, p. 87).

Em Sedengal, como constatado por Freire (1978, p. 88), a comunidade juntou esforços para obter os instrumentos de trabalho, discutiu sobre o que produzir e começou a preparação da terra para a sementeira. E, assim, iniciou a ‘reescrever’ a sua realidade, passando do trabalho individual para o coletivo. ‘Quem não descobriu o valor do coletivo dificilmente encontra sentido para ficar em Sedengal’ (Palavras de um membro da Comissão Coordenadora citado por Freire, 1978, p. 88). “A descoberta do coletivo, porém, não significou a negação do individual, mas o seu enriquecimento. [...] o trabalho coletivo vem elevando visivelmente o nível político da população”. Citou: ‘[n]ós não sabíamos que sabíamos. Agora, não só sabemos que sabíamos, mas sabemos que podemos saber mais’, palavras de uma representante da Comissão Coordenadora de Alfabetização de Sedengal citada por Freire (1978, p. 88).

Freire (1978, p. 82) descreveu casos de sucesso do trabalho produtivo na educação em Bissau:

[...] as iniciativas que, em pequena escala, se lançam em 1975 alargam-se e aprofundam-se em 1976 e alcançam em Março deste ano um nível surpreendente. A pequena minoria que, atendendo ao convite do Comissariado de Educação, em começos de 1975, deu-se ao esforço produtivo, transformou-se, em dois anos, na unanimidade dos alunos do Liceu de Bissau. Hoje, 800 jovens deste liceu, organizados em comitês de que o responsável ou a responsável se elege entre eles, se acham engajados numa ou noutra forma de trabalho produtivo. Diariamente, de manhã cedo, durante o tempo da minha visita ao país, via-os em grupos, disciplinados e felizes, cortando as ruas da sua cidade, em direção, ora ao campo do Hospital Simão Mendes, a 25 minutos a pé, do liceu, ora a um outro campo agrícola, numa área urbana de Bissau, bastante mais longe que a do hospital. A própria presença desses jovens, quase como se estivessem desfilando pelas ruas da cidade, com os seus instrumentos de trabalho ao ombro, é uma ‘língua’ diferente, com que anunciam a construção de uma nova sociedade.

É um testemunho novo que não pode passar despercebido à cidade, testemunho que a desafia e que a faz pensar que algo diferente está ocorrendo. A sua juventude, a pouco e pouco, vai deixando de consumir’ letras, de memorizar a geografia e a história da metrópole para ir tendo, no trabalho, a fonte do seu estudo. Num mês de atividades, no Hospital Simão Mendes, trabalharam 1.377 horas; num campo agrícola, em Antula, a poucos quilômetros de Bissau, 2.187 horas; no Comissariado de Comércio e Artesanato, 1.908 horas (FREIRE, 1978, p. 82).

Freire (1978, p. 83) citou a experiência de estudantes na região administrativa de Tombali, que, em dois anos do Ensino Primário, plantaram 917 bananeiras; colheram 1.020 quilos de arroz e prepararam o cultivo de 837 metros quadrados de terreno. No setor administrativo de Bedanda, os estudantes prepararam um terreno maior ainda que o tamanho citado acima. Na região de Bafatá, professores e estudantes plantaram e colheram 24.516



quilos de batata; 4.823 quilos de arroz; 11.177 quilos de milho; 800 quilos de amendoim e 250 de feijão.

De fato, como foi constatado por Freire (1978, p. 83), o trabalho produtivo coletivo dava aos educandos e aos educadores uma visão distinta da sua formação e inserindo a escola nas comunidades. ‘No momento [...], uma das nossas preocupações é a de conseguir que o campo das escolas e o das famílias dos alunos se unam num só campo produtivo. E, em Bula, foram iniciadas experiências nas quais camponeses, estudantes e militantes das FARP envolviam-se no trabalho produtivo (FREIRE, 1978, p. 83, citando CARLOS DIAS, responsável pelo programa da alfabetização do Comissariado Nacional da Educação). No entanto, o educador brasileiro deu testemunho sobre a dificuldade de superar o sistema de educação herdado do regime português e a resistência de certos setores da sociedade urbana com relação à implantação do novo sistema de educação para a formação do Homem Novo, particularmente ao trabalho produtivo. Ele citou que

[t]anto Mário Cabral [comissário nacional da Educação] como os seus auxiliares imediatos, entre eles, Carlos Dias, responsável pelo Departamento encarregado de promover as relações entre trabalho e estudo, sabiam que, de um lado, seria impossível superar o sistema educacional herdado dos colonizadores, mantendo-se um liceu verbalista, blablablante, com estudantes deformando-se, distanciados do ato produtivo. De outro, compreendiam as razões ideológicas que explicavam aquela resistência por parte de um problema tão fundamental para o futuro do país, tão delicado, a sabedoria que o PAIGC veio acumulando nos anos de luta. Uma vez mais a solução procurada se achava no equilíbrio entre a impaciência e a paciência ou em formas de ação impacientemente pacientes. Não se tratava, na verdade, naquela época, de impor a todos os estudantes do Liceu de Bissau a sua participação no trabalho produtivo, mas de convencê-los do valor formador do trabalho. O que se impunha no momento era a busca da adesão da juventude ao esforço de reinvenção da sua sociedade para o que a unidade entre trabalho e estudo se fazia indispensável (FREIRE, 1978, p. 80).

Freire (1978, p. 81) afirmou que os responsáveis pelo ensino estabeleceram diálogos para a conscientização dos jovens do liceu sobre a importância de sua participação no trabalho produtivo.

[...] nos começos de 1975, os seus primeiros diálogos com a juventude liceal de Bissau, convidando-a a participar do trabalho produtivo, a esta convicção se juntava uma confiança não menos firme do Comissariado na juventude. Na juventude que deveria ser desafiada (e não ameaçada) a assumir o seu papel no esforço da reconstrução nacional [...] Ao dialogar com os jovens do liceu, o Comissariado sabia que uma pequena parte, por mínima que fosse, aceitaria o convite e entregar-se-ia às primeiras experiências de trabalho produtivo. A partir daí, seria o testemunho dessa minoria, ao lado do permanente trabalho político, jamais descurado, que se iria comunicando aos demais.

Eu era estudante do Liceu Nacional Kwame Nkrumah no período que foi testemunhado pelo educador brasileiro. Mas, que eu saiba não houve diálogo ou convite algum dos responsáveis da educação aos estudantes do liceu sobre o trabalho produtivo e o

novo sistema de educação. O trabalho produtivo foi imposto, tal como foram as disciplinas de Formação Militante e o modelo cubano de avaliação. Excluídos alguns estudantes “civilizados” que sempre consideraram o trabalho produtivo com atividades manuais como coisa de pessoas pobres, milhares de estudantes saíram do entusiasmo, do engajamento militante, pelo menos nos três primeiros anos da independência, para o desengajamento e repulsa ao trabalho produtivo disciplinado. Eu fui um desses estudantes que participaram no trabalho produtivo no Hospital Simão Mendes e algures em Bissau.

Acredito que, dada a sua capacidade de perceber a realidade, se Freire tivesse ficado mais tempo no país teriam ficado claros para ele os motivos da nossa progressiva resistência ao trabalho produtivo. Como o próprio educador brasileiro percebeu, a nossa resistência não era só ao trabalho produtivo em si, mas à forma como foi imposto e às ações dos responsáveis que não correspondiam com as suas exortações políticas. Por isso, o entusiasmo inicial, como a nossa participação voluntária na construção da sede do Terceiro Congresso do Partido, em 1977, foi diminuindo com o passar dos anos até se tornar uma repulsa ao trabalho produtivo impositivo no colégio.

Freire (1978, p. 86) salientou que nem todas as brigadas conseguiram alcançar os objetivos almejados na campanha em outras regiões do país. Por exemplo, em Bissau, a campanha teve baixo envolvimento prático e teórico de estudantes. “Por outro lado, nem sempre foram bem planejados e executados os trabalhos de mobilização das populações nem tão-pouco, noutros casos, tomadas medidas necessárias para manter viva a mobilização feita”.

Freire (1978, p. 86) ponderou que,

[d]e qualquer modo, o projeto foi válido, não apenas por ter proporcionado o surgimento de experiências altamente interessantes como a de Sedengal, mas também pelo aprendizado que ofereceu à Comissão Coordenadora ao analisar os seus aspectos positivos e negativos. Mas ainda, pelo aprendizado que os participantes das Brigadas fizeram e que está a ser fundamental, no momento, a muitos deles, para a continuidade da sua contribuição ao Programa de Alfabetização, ao nível de Bissau, no período de estudos; do interior, na época das suas férias escolares.

Entretanto, enquanto continuava pelo país o trabalho de Freire e sua equipe, o comissariado nacional da Educação enfrentava problemas no prosseguimento do Programa Nacional de Alfabetização. O mais polêmico foi a escolha do idioma em que a alfabetização deveria ser feita. Freire propôs a utilização do crioulo, a língua veicular que era, proporcionalmente, a mais falada no país, e/ou das línguas étnicas. Mas, a proposta do educador brasileiro sofreu resistência no governo guineense. Uma das razões dessa resistência vinha, extemporaneamente, de Amílcar Cabral (1974b, p. 214), que, não obstante reconhecer

que a maioria da população guineense falava crioulo e línguas étnicas, defendeu o português como língua da unidade nacional.

Gadotti (2012, p. 70-71) citou a ponderação de Paulo Freire numa conferência na Universidade de Brasília (UnB), na qual terá explicado que a viúva de Amílcar Cabral dissera a ele que “o contexto histórico e social” levou Amílcar Cabral a defender a adoção da língua portuguesa na alfabetização: ‘[...] na época em que Cabral fez essa afirmação cabia essa análise, e estava havendo um risco, na luta, de certa sectarização, que colocava os cabo verdianos e os guineenses a ser contra qualquer português, contra tudo que fosse português. E Cabral precisava [de] cortar o risco de engrossamento dessa perspectiva, que, para ele [...], enfraqueceria a própria luta (FREIRE, 2004, p. 111-112)’.

Gadotti (2012, p. 71) citou uma carta (de 10 de junho de 1985) de Mário Cabral, que, na condição de comissário nacional da Educação, convidara Paulo Freire, em 1974, para participar com a sua expertise revolucionária na Campanha Nacional de Alfabetização:

‘Não fora a inexistência da codificação do dialeto português na África e o desconhecimento absoluto do português no meio rural, estou certo, teríamos tido um grande sucesso, tal era a disponibilidade política e a receptividade popular. Anos volvidos continuo a pensar que as análises que então fizemos constituem a base de qualquer empreendimento no domínio da alfabetização. Se o crioulo começa a dispor dos elementos necessários a seu uso no ensino, resta o problema de que o português continua a ser a língua oficial e de ensino’.

Para Gadotti (1996, p. 136), citando Torres (1998, p. 92), existia “uma dose exagerada de idealismo na proposta de alfabetização [na] Guiné-Bissau, aliada a um aprendizado mecânico, baseado na memorização, ao qual Freire se opunha”; exemplificou que, de “um total de 26 mil alfabetizandos, na primeira Campanha de Alfabetização, [...] poucos realmente conseguiram aprender a ler e escrever em português, após seis meses de trabalho”. E atestou que esse fato (a escolha da língua portuguesa, do colonizador, que foi decisiva no fracasso da campanha da alfabetização) foi reconhecido por Freire em dois livros “Por uma pedagogia da pergunta” (1985), escrito em parceria com Antonio Faundez, e “Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra”, que foi publicado em 1990, em parceria com Donald Macedo. Freire, na citação de Gadotti (2012, p. 72-73), defendeu que a sua experiência na Guiné-Bissau não foi totalmente um fracasso; que não foi o método dele que tinha falhado, pois, foi o PAIGC que havia mudado a sua proposta original de alfabetização e, naquele contexto da Guiné-Bissau, “qualquer método teria falhado”.

Gadotti (2012, 73-74) citou dois outros complicadores da alfabetização em línguas maternas na Guiné-Bissau: a dificuldade de se estabelecer critério justo de escolha da língua

de alfabetização num país com quase 30 línguas étnicas; e a dificuldade de formação de professores.

Com relação ao primeiro complicador, Gadotti mencionou trecho de uma conversa de Mário Cabral com Sérgio Guimarães (um dos integrantes da equipe de Freire), em março de 2002:

‘Ora, se o critério é escolher a alfabetização na língua materna, ou seja, reconhecer a cada criança o direito de alfabetizar-se na sua própria língua o que fazer então com as crianças pertencentes às minorias linguísticas? A própria escolha de algumas das línguas nacionais e a não-escolha de outras, provavelmente com base em estatísticas, criaria um problema sério do ponto de vista do direito da criança, na medida em que o princípio da não-discriminação estaria em causa (AMÍLCAR CABRAL apud FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 177)’.

E, com relação ao segundo complicador, Gadotti<sup>78</sup> pontuou que, num país, como a Guiné-Bissau, com dificuldades de formar professores na língua portuguesa, por exemplo, seria mais complicado ‘formar professores em X línguas (CABRAL apud FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 177)’. Para Gadotti (2012, p. 74-75), o “insucesso das campanhas de alfabetização da Guiné-Bissau deveu-se a múltiplos fatores, entre eles, à falta de apoio técnico, à falta de pessoal qualificado, à falta de material didático básico como papel e lápis, à falta de mobiliário apropriado como carteiras e quadro-negro, à falta de livros, à falta de formação dos professores e monitores”. Acrescentou que, em tais “[...] condições, qualquer metodologia não daria os resultados previstos”. E afirmou que o método de Paulo Freire não foi a causa principal do fracasso da campanha de alfabetização, exemplificando que, o mesmo método, aplicado “em outro contexto e em outras condições”, como foi o caso de São Tomé e Príncipe, obteve excelentes resultados. O autor brasileiro invocou a geografia e a socioeconomia, para afirmar que a “diferença em São Tomé e Príncipe era que lá, num pequeno país com pouco mais de 100 mil habitantes, a maioria da população vivia em centros urbanos e em melhores condições sociais e econômicas do que na Guiné-Bissau”. De fato, na Guiné-Bissau, entre 70 e 80 por cento da população viviam no Interior e, no país inteiro, menos de 15 por cento falavam regularmente a língua portuguesa.

Gadotti (2012, p. 76-77) reconheceu a coerência do PAIGC ao escolher a língua portuguesa para o Programa Nacional de Alfabetização:

A escolha do português era acertada do ponto de vista estratégico, na medida em que o uso do português evitava o confronto entre as línguas tradicionais se uma delas fosse escolhida como língua nacional, já que elas eram ligadas a regiões particulares. A soberania linguística de uma região sobre outras acabaria por criar mais conflitos internos. Era preciso garantir a unidade nacional.

---

<sup>78</sup> Ibidem, p. 74.

Ele citou outro argumento do PAIGC (2012, p. 77): “[...] a escolha de uma língua africana poderia isolar ainda mais o país do resto do mundo”, uma vez que nenhuma língua étnica falada na Guiné-Bissau tem o mesmo alcance geográfico que o português.

Três fatores levaram as autoridades guineenses a desistirem da opção pelo crioulo:

- a) era uma língua ainda sem lastro técnico-científico e geograficamente limitada, fato que poderia emperrar as articulações políticas, diplomáticas e comerciais do país no cenário internacional;
- b) faltava dinheiro para o financiamento do Programa de Alfabetização, especificamente para o treinamento de professores e a confecção de material didático nessa língua veicular nacional; e
- c) a baixa qualificação pedagógica da maioria dos alfabetizadores tornaria inviável a implantação imediata ou em médio prazo do Programa Nacional de Alfabetização em crioulo.

A proposta de Paulo Freire foi abandonada e o governo procurou outros caminhos. Assim, depois do sucesso inicial do Programa Nacional de Alfabetização e da disseminação do Ensino Fundamental para todos os cantos do país, o índice de pessoas alfabetizadas não evoluiu mais na proporção que se tinha percebido na década de 1970. Ademais, muitas pessoas alfabetizadas às pressas, sem um letramento efetivo, tornaram-se, na prática, analfabetas funcionais, pessoas que não conseguiam entender o conteúdo do texto que leram ou fazer uma redação decente do ponto de vista ortográfico, gramatical e conceitual. O PAIGC, através do governo, aprofundou os esforços para adaptar os programas do ensino às novas realidades do país independente. Lopes (1982, p. 80) disse que o *boom* na educação não foi acompanhado por um crescimento equivalente das potencialidades materiais. As infraestruturas rapidamente se tornaram insuficientes e o trabalho positivo levado a cabo pela equipe do comissário de Estado da Educação, Mário Cabral, depressa deparou com obstáculos difíceis de ultrapassar, principalmente com relação à obtenção de recursos para o financiamento dos programas de alfabetização, escolares, de formação de professores e de quadros. A situação travou a execução do Programa de Reconstrução Nacional e a formação do Homem Novo, tendo a educação como carro-chefe.

Numa visão geral, o ambicioso programa desenvolvimentista do presidente Luís Cabral não trouxe fartura para o país como se esperava e não formou o Homem Novo. Apesar

de grandes empreendimentos em todas as regiões da Guiné-Bissau, a população padecia com a falta de bens de consumo da primeira necessidade, sobretudo arroz, farinha, açúcar, óleo de cozinha, sabão e combustível. O governo não tinha condições financeiras para importá-los, nem escoar arroz do Sul do país para Bissau. As pessoas na Capital e nas principais cidades do Interior passavam longas horas em filas, para comprar alguns quilos de arroz. Eu, por exemplo, mesmo sendo de uma família da classe média, passei anos de dificuldades em Bissau.

Entre 1972 e 1977, morei na casa de um irmão (aquele que me levou, pela primeira vez, para conhecer Bissau) que era motorista de caminhão de entrega de mercadorias a clientes – o “Delivery” do nosso inglesizado mundo globalizado. Até 1974, havia fartura na família (marido, quatro esposas, um monte de filhos e quatro agregados. Eu era um dos agregados).

Porém, pouco mais de um ano após a entrada triunfal do PAIGC em Bissau, os bens de consumo da primeira necessidade escasseavam. De pouco adiantava alguém ter dinheiro, se não tinha como “importar” produtos por conta própria ou entrar em conluio com açambarcadores de mercadoria através das porosas fronteiras com o Senegal e a República da Guiné.

Nós, jovens, que tínhamos como nos virarmos, buscávamos complementos para as refeições. Por exemplo, frequentávamos “pontas” (sítios), nos arredores da Capital, para comprar ou, em muitos casos, receber presentes de frutigranjeiros (manga, caju, laranja, tangerina, banana, ananás, cana-de-açúcar etc.). Para nossa sorte, comprávamos diretamente dos produtores porque os proprietários e/ou empregados dessas pontas eram quase sempre atenciosos conosco. Nos finais de semana e feriados, deixávamos Bissau, para buscar fartura no Interior. Eu e os meus conterrâneos voltávamos a Bula. Algumas vezes, para poupar dinheiro ou simplesmente exercitar a nossa juventude, percorríamos a pé os 36 quilômetros que separam as duas cidades.

Como apontei na Introdução, a situação na Guiné-Bissau era peculiar: faltava quase tudo em Bissau, mas sobrava comida no Interior. Em Bula, tínhamos arroz de banhado e de sequeiro, sorgo, milhos, batata doce, inhame; peixe, siri, camarão, hortifrutigranjeiros etc. Em 1979, percebi a mesma fartura em Catió, capital da região de Tombali no Sul do país, quando fiquei algumas semanas de férias na Missão Católica da referida cidade. Havia tudo que se plantava nessa terra de clima tropical úmido. No entanto, escasseavam produtos industrializados, como combustível, açúcar, artigos de higiene e beleza etc. A explicação para a situação era simples: Bissau dependia muito de bens de consumo importados e/ou escoados

dos centros agropecuários do Interior, com o agravante de que a guerra de libertação destruíra as poucas estruturas de transporte por onde os produtos eram escoados, e o governo não estava em condições de reconectar o fluxo, nem abastecer o mercado com importados.

## 5.2 “MOVIMENTO REAJUSTADOR”

Por causa da gravidade da situação macroeconômica e da crise política provocada principalmente por disputas internas no seio do PAIGC, ocorreu uma ruptura institucional no dia 14 de novembro de 1980. Nessa data, João Bernardo Vieira (Nino), na época primeiro-ministro, assumiu a Presidência da República em consequência de um golpe de Estado que ele denominou de “Movimento Reajustador 14 de Novembro”.

O golpe de Estado ressuscitou o otimismo que tínhamos vivenciado em 1974 sobre o futuro da Guiné-Bissau, agora sem o projeto da unidade com Cabo Verde. No dia 21 de novembro, à tarde, aos milhares, enchemos a “Praça dos Heróis Nacionais” (a antiga “Praça Império”) para aplaudir as promessas do lendário “Comandante Nino” de que, doravante, a Guiné-Bissau nunca mais se submeteria aos caprichos dos camaradas em Cabo Verde. Horrorizamos com as revelações que ele fez sobre as torturas e os fuzilamentos que foram cometidos durante a administração do presidente Luís Cabral. Por exemplo, personalidades nacionais, embaixadores e jornalistas foram convidados a constatar *in loco* as valas comuns onde dezenas de corpos de “reacionários” e “lacaiois” (inimigos da pátria) tinham sido enterrados.

Em 1985, uma promessa de Nino Vieira foi cumprida: a economia foi liberalizada, possibilitando a importação de bens de consumo da primeira necessidade por parte de operadores comerciais privados. Até então a importação e a exportação eram operações quase exclusivas do governo. Em consequência, acabaram as filas para a aquisição de produtos da primeira necessidade e a fartura voltou a Bissau; e os produtos importados chegaram em abundância ao Interior.

Na verdade, a liberalização da economia atendia às demandas do Programa de Ajustamento Estrutural tutelado pelo FMI e Banco Mundial. Mesmo assim, o Programa de Ajustamento não melhorou significativamente os fundamentos da macroeconomia. A situação política do país também não ajudou, pois as mazelas dos tempos do presidente Luís Cabral continuaram (ditadura, assassinato de adversários políticos, corrupção etc.).

O presidente Nino Vieira ficou no cargo de forma contínua de 1980 a 1999 e retornou em 2005 até ser assassinado em 2009. Os 22 anos dele no poder foram econômica e

politicamente desastrosos para a Guiné-Bissau, pois, no seu primeiro mandato (1980-1994) a crise política começou a alastrar-se para fora das disputas internas no Partido e tornou-se uma instabilidade crônica no país. Dois eventos retratam essa instabilidade política.

O primeiro aconteceu em março de 1984, envolvendo Victor Saúde Maria, um dirigente histórico do PAIGC tal como Nino Vieira. Comissário dos Negócios Estrangeiros na administração de Luís Cabral, Saúde Maria participou no “Movimento Reajustador 14 de Novembro”, tornando-se seu porta-voz e primeiro-ministro da administração de Nino Vieira. No entanto, pouco tempo depois, ele foi exonerado do cargo e detido sob a acusação de traição à pátria por tentativa de golpe de Estado contra o presidente Vieira. Este aproveitou o ensejo para incorporar a Primatura (chefia do governo) à Presidência da República e à liderança do Partido, passando a governar de forma quase absolutista. Pouco tempo depois, Saúde Maria foi solto sem ter passado por um processo legal público. Após a reforma da Constituição, em 1991, ele liderou o Partido Unido Social Democrático (PUSD),<sup>79</sup> uma das várias agremiações políticas que foram criadas após a reforma da referida Constituição da República.

O segundo evento foi um expurgo traumático para o país que ocorreu um ano depois do afastamento de Saúde Maria. Em agosto de 1985, cerca de 100 soldados (quase todos antigos combatentes) e alguns civis, majoritariamente da etnia balanta, foram afastados ou detidos sob a alegação de também terem orquestrado um golpe de Estado contra o presidente Nino Vieira. No ano seguinte, seis acusados foram sentenciados à morte por fuzilamento. Um dos condenados foi Paulo Correia, outro dirigente histórico da luta de libertação e primeiro vice-presidente do Conselho de Estado na administração de Luís Cabral. O temor era que esse expurgo pudesse revoltar os balantas, que eram a maioria nas FARP, e levar a uma guerra civil.

Nino Vieira, um guerrilheiro, que tinha se tornado uma lenda por causa de suas peripécias militares nas batalhas contra as forças portuguesas; que foi idolatrado<sup>80</sup> nas Zonas Libertadas e nos primeiros anos do país independente, tinha se tornado um temido ditador. Por exemplo, as pessoas tinham de levantar-se, ficar em pé, quando a caravana presidencial passava pelas vias de Bissau e do Interior. Mesmo quando os ventos da democracia

---

<sup>79</sup> Em 1993, fui convidado a integrar o PUSD, mas declinei sob o pretexto de que, como jornalista, não me sentiria confortável fazer parte de um partido político. Imagino que o convite tenha a ver com o fato de o senhor Victor Saúde Maria ser meu primo de terceiro grau por parte da minha mãe.

<sup>80</sup> Em dezembro de 1979, na ilha de Bubaque, quando eu visitava meu irmão professor, vi, pela primeira vez, Nino Vieira de perto. Estava sentado na varanda de uma casa a conversar com amigos. As pessoas foram se aproximando para escutá-lo contar algumas de suas peripécias contra os “tugas”.



multipartidária começaram a soprar forte na África, ele insistia que o PAIGC era e continuaria a ser a estrela “Luz e Guia” da Guiné-Bissau, evocando o Artigo 4 da Constituição de 1973, que instituíra o monopartidarismo político no país.

Ao optar pela economia quase centralizada, quase nos moldes do social-comunismo, o PAIGC chamou para si a responsabilidade de provedora e também de gestora da macroeconomia (produtiva e comercial) nacional. Porém, diferentemente, por exemplo, da República Popular da China, que dispõe de terras, recursos naturais, mão de obra em abundância e um enorme mercado consumidor, a Guiné-Bissau tinha (e ainda tem), comparativamente, pouco a oferecer para atrair potenciais investidores externos. Ademais, o parco dinheiro que conseguia recolher dos impostos e da exportação de *commodities* mal dava para custear o Orçamento do Estado. A situação piorou ainda mais por causa de fatores externos como a crise de petróleo nos anos 1970 e, depois, a reforma econômica empreendida por Mikhail Gorbachev na União Soviética dando prioridade a recuperação da economia interna em detrimento de dotações financeiras para os aliados do bloco social-comunista.

A situação piorou também por causa de fracassos administrativos. Lopes (1982, p. 95-96) constatou que, em 1975, alguns meses após a entrada definitiva na Capital, o Partido decidiu enviar seus quadros (ministros, dirigentes políticos) para debaterem com a população nos comitês de bairros. Mas, a militância político-ideológica foi se perdendo na medida em que os problemas socioeconômicos se agravavam e a instabilidade política começava a ficar evidente. Alguns dirigentes começaram a desleixar as suas obrigações de trabalho militante. O autor lembrou-se de que, em 1977, no seu III Congresso, o Partido acusou, formalmente, no Relatório do Conselho Superior da Luta (CSL), os dirigentes que não respondiam às suas tarefas militantes e que favoreciam o nepotismo, a corrupção e o dirigismo. Todavia, as suas decisões não mudaram o estado das coisas e uma das consequências foi o golpe de Estado de novembro de 1980. Nino Vieira acusou o então secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, de nada ter feito para corrigir a atitude dos responsáveis desviantes.

Lopes (1982, p. 83) identificou o problema no Artigo 4 da primeira Constituição da República.

[...] a supremacia do Partido sobre o Estado é um dos princípios da constituição da Guiné-Bissau e do Programa do PAIGC. Infelizmente, este princípio foi muitas vezes mal interpretado. Ficou-se preso pelos efeitos imediatos, negligenciando uma análise substancial. Assim, os departamentos do Estado são dirigidos por pessoas notoriamente incompetentes. Trata-se de um argumento subjetivo, é certo, mas este problema da gestão não pode ser iludido. Um bom chefe guerrilheiro não faz necessariamente um bom chefe de empresa. Porque não se quis compreender esta evidência, os resultados foram catastróficos para o desenvolvimento do país e tiveram efeitos nefastos sobre a personalidade de valorosos comandantes, pois, alguns deles só resolveram as dificuldades desembaraçando-se das suas concepções

políticas. Ora, sem quadros politicamente preparados, o futuro revolucionário da Guiné-Bissau está em jogo.

Por causa da supremacia do Partido sobre o governo, muitos antigos combatentes foram colocados em cargos no governo sem capacidade administrativa. Para Lopes (1982, p. 96), o PAIGC fracassou também na implantação e organização do novo Estado porque não foi capaz de manter o fervor militante e a capacidade de mobilização do povo da época da luta de libertação. O autor disse que, se os quadros e os militantes não são capazes de constantes aperfeiçoamentos para se adaptarem a novas situações, um partido revolucionário perde a mais importante das suas conquistas: a militância; o engajamento do povo à causa revolucionária. No caso do Partido, a capacidade de mobilização do povo foi se esvaindo, à medida que o nepotismo, a corrupção e o personalismo tornavam-se componentes da administração pública.

O sociólogo guineense lamentou que o Partido não tenha organizado nenhuma ação ou manifestação de massas de 1977, ano do III Congresso, até ao golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980. No lugar de grande mobilização do povo, os dirigentes preferiam organizar reuniões de solidariedade em salões fechados e, por vezes, instalar alto-falantes físicos e/ou radiofônicos na rua, para o povo ouvir os discursos. Os dirigentes do Partido tornaram-se uma elite que se afastava cada vez mais da população e das suas bases no Interior. Ele afirmou que durante a luta de libertação, principalmente nas Zonas Libertadas, o povo tinha pela frente um inimigo comum: o colonizador português. Depois, com o país independente e na falta de uma verdadeira burguesia autóctone, o problema passou a ser a pequena burguesia de Estado que, aproveitando-se da inabilidade dos dirigentes do Partido com a burocracia administrativa, defendia os seus interesses sem se preocupar com a esmagadora maioria da população guineense.

O Partido negligenciou também a participação efetiva das mulheres na condução dos destinos do novo país. Por exemplo, eram todos homens os representantes do Partido na transição política e administrativa em Bula. A liderança do Partido que entrou na Capital também era quase toda masculina. Os fundadores do próprio PAIGC na reunião secreta em 1956 em Bissau eram todos homens. Em comum, a fundação do Partido, a inesperada chegada do Comandante Dik da Ringue e seus Camaradas em Bula, em maio de 1974, e a entrada triunfal da cúpula do PAIGC em Bissau, em outubro do mesmo ano, tinham uma marca sociocultural: o patriarcado. Falo do patriarcado como um sistema que é fundamentado nas tradições culturais étnicas guineenses. Nessas tradições, o lugar socialmente percebido para as mulheres é a vida doméstica e a sua submissão aos homens (pai, irmãos, marido etc.).

Durante a luta de libertação, a cúpula do Partido (Bureau Político e Comitê Central) e os comandantes das zonas geográficas de operações militares eram todos homens. Foi um homem, Aristides Pereira, que herdou a liderança do PAIGC, após o assassinato de Amílcar Cabral. Shryock (2022) citou Stephanie Urdang, uma jornalista sul-africana que passou dois meses nas Zonas Libertadas e escreveu “Fighting two colonialisms: the women’s struggle in Guinea-Bissau” (Lutando contra dois colonialismos: a luta das mulheres na Guiné-Bissau), sobre as contribuições das mulheres na luta pela independência. “Trabalhando como enfermeiras, professoras e carregadoras de alimentos e armas, as mulheres precisavam de garantir que os combatentes tivessem lugares para viver e comida para comer [...] Mas suas ações para angariar apoio popular nas áreas rurais eram talvez ainda mais importantes”.

Quando proclamou unilateralmente a independência em 24 de setembro de 1973, elegeu Luís Cabral para a presidência do Conselho de Estado (Presidência da República). Outro homem, Francisco Mendes, assumiu a chefia do governo (Comissário Principal) e 2/3 dos ministérios (comissariados de Estado) eram comandados por homens. Os homens dominavam também o Alto Comando das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). A camarada Carmem Pereira foi a única personalidade feminina de maior destaque na nova República: presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP). Mesmo assim, os homens eram maioria na cúpula do Parlamento e na representação parlamentar.

Lopes (1982, p. 79) disse que o Partido, no poder, fracassou na sua estratégia de desenvolvimento por uma conjugação de outros fatores, como o não entendimento ou reconhecimento das estruturas étnicas de vida e de produção e os interesses conflitantes de classes.

A corrupção é outro fator apontado pelo sociólogo guineense. “É certo que nem toda a equipe dirigente é corrupta, [...] mas a crescente impossibilidade de instaurar o debate no seio do Partido, a deterioração das funções democráticas, levam a uma grande extensão de todos os setores da administração. Muitos foram os quadros e militantes que se deixaram enredar neste processo” (LOPES, 1982, p. 78).

No campo da economia, o governo não avaliou adequadamente o cenário socioeconômico do país e não conseguiu fazer uma transição do modo de governação nas Zonas Libertadas para a Guiné-Bissau na sua totalidade. Por exemplo, a ‘acumulação primária’ (GUNDER FRANK apud LOPES, 1982, p. 41) “é o tipo de produção não capitalista predominante na Guiné-Bissau”. O sociólogo guineense citou que a acumulação primária assenta-se

numa produção realizada no quadro de relações de produção não capitalistas: no seio das sociedades africanas autóctones, o trabalhador não está em geral separado do seu trabalho. O trabalho concreto, não o trabalho abstrato, determina o sistema do tempo social. A terra e os principais meios de produção são propriedade comum do ‘ferreiro’ da ‘colline’, ou seja, da comunidade de base. O trabalho assalariado é exceção. As grandes tarefas econômicas (lavoura da terra, colheita, transportes, trabalhos hidráulicos etc.) são realizadas pelo trabalho comunitário que obedece a regras ancestrais. A economia de subsistência prima ainda largamente sobre a economia de mercado’.

Por exemplo, de acordo com Lopes (1982, p. 41-42), “o trabalhador balanta que cultiva o arroz na ‘bolanha’ está muito ligado a um trabalho concreto sem qualquer perspectiva abstrata. A terra pertence à tabanca e os grandes trabalhos são organizados de forma coletiva”. Assim, se esta semana se prepara a bolanha da família dos Isna, na semana seguinte, a comunidade trabalhará na dos Tchuda, e assim sucessivamente. Com relação à economia de subsistência, ele citou que, em 1977, 56% do PIB da Guiné-Bissau vieram da produção de subsistência ou agricultura familiar. O sociólogo guineense observou que, tendo em conta que muitas atividades produtivas não eram recenseadas/oficializadas, podia-se ter uma ideia sobre o grande peso da produção de subsistência em relação ao setor monetizado cuja maior atividade é a administração pública.

A socióloga Anne-Marie Hochet (1979), que trabalhou na Guiné-Bissau e foi citada por Lopes (1982, p. 42), descreveu a persistência da economia de subsistência nas etnias fula e mandinga, destacando cinco características dessas formações pré-capitalistas: o trabalho que está organizado, em parte sob a forma individual, em parte sob uma base coletiva; a propriedade da terra é coletiva; o acesso à terra assenta-se em certas bases que favorecem a hierarquia; a ausência de relações de troca mercantis; e a distribuição do produto que se faz no interior da coletividade. Ponderou que as características do modo de produção tributário não diferem desses cinco princípios senão no fato de que há “separação de classes entre os camponeses, comunidades de base e os dirigentes, que concentram as tarefas de organização política e recebem um tributo. É esta a diferença que nos permite distinguir as etnias como os fulas, os mandingas e os manjacos, das restantes”. Observou que, “[c]ontudo, o conjunto das etnias da Guiné-Bissau pode ser considerado como integrado na esfera pré-capitalista quando da chegada dos portugueses e até uma data bem mais recente (sem esquecer a introdução do mercado capitalista pela colonização portuguesa)”.

Samir Amin, citado por Lopes (1982, 42-43), apontou três características comuns a todas as formações sociais pré-capitalistas: a predominância de um modo de produção comunitário ou tributário (colaborativo); a existência de relações mercantis simples e em esferas limitadas; e a existência de relações de comércio com o exterior, mas não de forma

acentuada com o circuito comercial moderno. Lopes pontuou que é no monopólio sobre o comércio com o exterior que os portugueses acumulavam capital sobre a produção dos guineenses.

Lopes (1982, p. 45) citou que Marx ensinou o caráter abstrato do modo capitalista de produção. Mas a concepção marxiana reduz as relações de produção a duas classes sociais antagônicas: num polo, a burguesia, que detém os meios de produção e aufero o capital gerado no processo, e, no polo oposto, o proletariado, sem os meios e o capital, que se ocupa da geração do lucro para a burguesia. O modo de produção marxiano ou marxista também não se aplicaria tanto à província da Guiné colonial, quanto à Guiné-Bissau, pois, apesar de pressupor um sistema de produção coletivizada, não contempla o modo de produção pré-capitalista ou não capitalista que é baseado na propriedade coletiva de terra para o consumo familiar e comunitário, e com forte presença do sagrado. “A terra não pertence a ninguém em particular, o sábio da aldeia que está encarregado de vigiar o que pertence a Deus, não tem propriedade” (LOPES, 1982, p. 86).

O sociólogo guineense afirmou, com relação à economia, especificamente ao comércio externo, que:

[o] lucro do capital comercial provém, portanto, da redistribuição da mais-valia gerada no interior da formação e da formação desta mais-valia na sua forma específica: o lucro de capital. O comerciante pré-capitalista tira o seu benefício de um monopólio. No comércio com o exterior, este monopólio permite uma transferência de mais-valia de uma sociedade para outra. É precisamente porque se trata de um monopólio que esta função é executada muitas vezes por camadas específicas: castas ou etnias (‘povos-classes’) especializadas, como os judeus na Europa medieval, ou os dioula-djilas na África Ocidental (SAMIR AMIN, 1973, p. 365 apud LOPES, 1982, p. 44).

Na época colonial, o comércio informal com o exterior era realizado por “djilas”. Esse tipo de comércio não se enquadrou no modelo capitalista de economia vigente na era colonial. Em 1950, uma pequena parcela da população ativa exercia o “comércio longínquo” (LOPES, 1982, p. 44). Porém, a economia guineense, na época, era de caráter tributário, ou seja, a maioria da população trabalhava na agricultura e vivia da economia comunitária. Acrescentou que a relação de propriedade é o grande diferencial entre o capitalismo e as formações comunitárias e tributárias. No capitalismo, a relação de propriedade envolve a terra e meios de produção, nas formações comunitárias e tributárias as relações de propriedade baseiam-se essencialmente na terra.

Destacando a noção de sacralidade que se tem da propriedade da terra nas etnias guineenses, Lopes (1982, p. 92) constatou que esse fato escapou aos historiadores europeus que se apressaram a chamar de ‘feudais’ os sistemas dos chefes fulas e mandingas. Ou seja, os

européus não perceberam que o feudalismo poderia existir sem uma propriedade individual da terra, pois, para eles, parecia inconcebível. A terra torna-se coletiva porque se trata de um bem divino sobre o qual os homens não têm direito a não ser enquanto seus ocupantes. Isso significa que só a exploração da terra dá direito de permanência nela. Ela pertence àqueles que a cultivam e à aldeia, não a uma pessoa isoladamente. O sociólogo guineense observou que a natureza da propriedade da terra na África é uma das questões que evidenciam a necessidade da apreensão dos modos de produção existentes nas comunidades africanas, segundo uma lógica diferente, não uma lógica extemporânea à realidade concreta de cada etnia e do povo africano. Por exemplo, a sacralidade da terra é desconsiderada tanto pela lógica capitalista, quanto pela noção social-comunista de propriedade e de produção. Enfatizou que a sacralidade da terra e o seu uso coletivo, que fazem parte da cosmologia rural africana, é muito importante. Ele constatou que essa regra é parte da tradição étnica e exemplificou: “Quando os fulas e os mandingas submetiam outras etnias faziam-no num plano político. Mas, nunca consideravam ter direito sobre as terras conquistadas que continuavam a pertencer àqueles que as cultivavam em nome de Deus.” Ele lembrou-se que a família alargada é a unidade de base para trabalhar a terra. Foram justamente estas unidades que desempenharam o papel de base do movimento de libertação nacional. Algo que as forças de ocupação portuguesa negligenciaram, salvo quando o governador Spínola quis travar as conquistas militares do Partido. No entanto, no processo de reconstrução nacional, o Partido não valorizou essa relação das etnias com a terra.

Nos centros urbanos, Lopes (1982, p. 95) afirmou que o direito predial foi legalizado, ou seja, a terra continuou sob o império dos títulos oficiais de propriedade. Todas as terras, mesmo as pertencentes às famílias tradicionais, precisavam de ser legalizadas nos postos administrativos (em nível local) ou nos concelhos administrativos (em nível regional). O autor enfatizou que esse procedimento não era uma novidade, pois, tratava-se apenas da aplicação do “Acto de Thorens” que tinha sido introduzido no sistema colonial pelos ingleses. Chamou a atenção para o fato de que o sistema de propriedade coletiva, uma condição fundamental do equilíbrio das relações interétnicas, estava em perigo devido a uma política que privilegiava a implantação de novos projetos nas zonas camponesas.

Para ilustrar a situação que existia nas regiões abrangidas por grandes projetos agrícolas, o estudioso guineense recorreu ao relatório de Anne-Marie Hochet, para sublinhar que a nacionalização das terras pelo Estado foi uma das primeiras medidas tomadas pela Assembleia Nacional Popular (ANP) logo depois da independência. Ênfase, porém, que a nacionalização não significou o confisco de terras e a coletivização forçada da produção. A

esmagadora maioria das terras continuou com as famílias e comunidades que delas colhiam os seus sustentos.

Lopes (1982, p. 45) pontuou que coexistiam diversos modos de produção na Guiné-Bissau. De acordo com o sociólogo guineense, tratava-se, em nível econômico, da conjugação de diferentes modos de produção e da aparição de uma rede de interdependências. Exemplificou que os mandjacos, que são especializados na extração e consumo de vinho de palma, também o vendiam a outras etnias. Os fulas, por sua vez, faziam escambo de seu artesanato com óleo de palma produzidos noutras regiões da Guiné-Bissau e até de países vizinhos.

As etnias do Norte do país trocavam seus produtos agrícolas pelos panos de pente e outros têxteis dos povos da região Leste. Os ambulantes de Bissau levavam mercadorias industrializadas (açúcar, óleo e azeite de oliva, fósforo, vela etc.) para os povos do Sul e voltavam com arroz em casca, frutas. Os “djilas” e mauritanianos (“nars”) mantinham viva a dinâmica do comércio informal entre a Capital e o Interior e entre as regiões administrativas.

Apesar da predominância da economia informal e de autossustentência, o governo guineense sabia dos imperativos do mercado internacional. Logo, além de depender dele para a exportação de *commodities* e importação de bens de consumo primários e industriais, o país não tinha como se livrar das condicionantes do mercado mundial, sobretudo do sistema capitalista que dominava o mundo através dos organismos financeiros multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Lopes (1982, p. 47) disse que “o aparelho comercial do Estado está muito mais virado para o exterior do que para os próprios recursos do país”. O pesquisador guineense pontuou que era mais fácil e barato importar arroz do Paquistão do que trazê-lo de Catió, no Sul do país, onde a produção era normalmente excedentária.

Trazer o arroz do Sul necessitaria da construção de infraestruturas que o país não tinha condições de bancar sozinho sem recorrer ao exterior em busca de recursos financeiros, equipamentos etc. Mas os países estrangeiros, inclusive os aliados históricos do bloco social-comunista, preferiam dar arroz e carros, como aqueles que levaram o Comandante Dik da Ringue e seus Camaradas a Bula, e outros produtos industrializados. Nessa manobra, aparentemente humanitária, esses países acabavam, na prática, dando apoio indireto às suas próprias empresas nacionais, nomeadamente as da indústria bélica, de transporte e de distribuição.

Lopes (1982, p. 77) apontou contradições entre o discurso do Partido e a realidade concreta da Guiné-Bissau sobre as estratégias do desenvolvimento. Citando os planos de desenvolvimento elaborados pelo governo, ele afirmou que parecia que tudo iria melhorar.

A Guiné-Bissau estaria empenhada num processo de self-reliance, tentando mesmo uma efetiva via autogestionária dando plena prioridade à agricultura. Os investimentos agrícolas concentrar-se-iam na agricultura sem por isso alterar as estruturas sociais existentes. [...] Esta política (com algumas nuances) foi mais ou menos fielmente seguida até 1977. A partir de então, o regime de Luís Cabral imprimiu uma orientação diferente ao país. O III Congresso do PAIGC permite que um estrato definido como 'intelectual' aceda aos postos de organização do PAIGC e aí defenda os seus interesses pequeno-burgueses.

No seu Plano de Desenvolvimento Econômico, o governo do presidente Luís Cabral isentou dos impostos os moradores das antigas Zonas Libertadas como contrapartida aos sacrifícios deles durante a luta armada. Lopes (1982, p. 78) citou que o então presidente “dava preferência clara ao desenvolvimento industrial e não hesitava em impor, às vezes, os seus pontos de vista quanto à própria implantação dos projetos, apesar dos protestos generalizados de diversos setores e inclusive de parte do governo”, e o Partido tornou-se “[...] um governo onde cada um defendia as suas opiniões. Ser membro do PAIGC não tinha qualquer significado real”.

Lopes (1982, p. 116) afirmou que a produção para a exportação vinha, sobretudo, do setor primário, essencialmente da monocultura de mancarra (amendoim), pescado e madeiras. Ele citou que, nos anos 1977 e 1978, a Guiné-Bissau exportou 36 mil toneladas de amendoim. A população ativa era de 450 mil pessoas, sendo que 87.8% trabalhavam no setor primário (agricultura, pecuária, pesca, artesanato etc.); 3.2%, setor secundário (indústria etc.); e 9%, setor terciário (comércio, finanças). Grande parte do setor terciário, sobretudo, o setor financeiro, concentrava-se em Bissau.

O setor secundário concentrava-se também na Capital, principalmente em pequenas unidades fabris dos tempos coloniais e as fábricas implantadas na região portuária e no “Cinturão Industrial” nos bairros de Brá e Bissalanca na Capital durante a administração do presidente Luís Cabral (1975-1980).

Apesar do ambicioso plano de desenvolvimento, as receitas do Estado diminuíram. No período de 1974 a 1979, baixaram de “1.111.646 milhões de Pesos para 890 340 milhões.” No mesmo período, entretanto, as despesas aumentaram de “1.220.469 milhões” para “1.474.262 milhões” de Pesos, provocando um déficit de “583.913 milhões de Pesos em 1979.” (LOPES, 1982, p. 116-117).

No mesmo ano, em 1979, o programa de investimentos foi de “3.283.255 milhões de Pesos”, um montante gigantesco para as despesas dos anos anteriores.



O quadro a seguir traz dados dos investimentos públicos nos principais setores de atividade.

Quadro 2 – Investimentos por setores (Ano de 1979):

Atividades	Despesas Previstas (em milhões de pesos)	Repartição em Porcentagem
Agricultura, pecuária e silvicultura	201 742	6.1
Pesca	700 848	21.3
Recursos naturais	147 551	4.5
Indústria e artesanato	435 318	13.2
Energia	119 047	3.6
Transportes	709 785	21.6
Telecomunicações	203 056	6.2
Educação	256 611	7.9
Saúde e assuntos sociais	64 401	2.0
Urbanização	237 857	7.2
Diversos	211 035	6.4
Total	3 283 255	100

Fonte: Programa de Investimentos para 1979, CEF e CECEP, Bissau, 1979, *apud* Lopes, 1982, p. 116.

Como se pode destringir no quadro, os maiores investimentos foram feitos nos setores da pesca (21.3 por cento), dos transportes (21.6 por cento) e da indústria e artesanato (13.2 por cento). Mas, quatro setores-chaves para o processo de reconstrução nacional receberam investimentos tímidos: agricultura, pecuária e silvicultura (6.1 por cento); educação (7.9 por cento), saúde e assuntos sociais (2.0 por cento) e energia (3.6 por cento).

Lopes (1982, p. 78) corroborou uma constatação já citada anteriormente: o fracasso de muitos empreendimentos industriais no governo do presidente Luís Cabral. Ele afirmou que “[a]s primeiras unidades industriais foram fracassos flagrantes.” Por exemplo, a fábrica de sucos (sumos) e compotas de Bolama nunca operou por mais de dois meses seguidos. A fábrica de colchões, em Bissau, funcionava apenas “cinco minutos” por dia. De acordo com o sociólogo guineense, os responsáveis pela fábrica temiam que faltasse matéria-prima que eles tinham dificuldades de importar. O autor destacou o complexo agroindustrial do Cumeré, nos arredores de Bissau, como um dos maiores exemplos da “política nefasta” desenvolvimentista do presidente Luís Cabral, entre os anos 1978 e 1979.

Lopes citou a seguinte descrição de René Dumont sobre a Guiné-Bissau e o desenvolvimentismo do governo de Luís Cabral:

O país quase não tem estradas e a vida fluvial, mais econômica, serve apenas certas zonas necessariamente limitadas. Uma sociedade ‘desenvolvida’ conseguiu, no entanto, por métodos algumas vezes duvidosos, vender-lhes um projeto verdadeiramente inacreditável. Em Cumeré, perto da capital, Bissau, uma enorme fábrica propõe-se fazer o descasque da maior parte do arroz. Concentrar-se-ia o arroz em grandes quantidades, o que obrigava também ao transporte das cascas que envolviam os grãos, os sacos, que deviam ficar na aldeia. Pequenas instalações artesanais nas regiões de produção permitiriam aí deixar, sobretudo o valor acrescentado da transformação que podia ser investido na aldeia. (...) Cumeré propõe-se também tratar a maior parte do amendoim produzido no país para daí fazer óleo refinado (menos bom para a nutrição do que o óleo puro), bagaço para exportação, sabão etc. Aqui também a concentração obrigará a transportes custosos e aumentará os preços de revenda. Este projeto do Cumeré é um desastre em perspectiva para a economia agrícola e geral do país (LOPES, 1982, p. 78).

Com relação ao desconhecimento dos interesses dos camponeses guineenses por parte das autoridades governamentais, Lopes (1982, 79-80) citou, de novo, René Dumont:

Neste país há agricultoras de qualidade, sendo a mais notável, sem dúvida nenhuma, a dos balantas, que se dedica à cultura do arroz no litoral. Chegados a uma aldeia balanta encontramos toda a população ocupada na construção de uma casa. As mulheres amassavam a argila para fazer tijolos crus secos ao sol. Outras traziam troncos de madeira para a estrutura. Inocentemente, perguntamos-lhes quanto ganhavam por este trabalho. Olhares indignados: construímos esta casa para um velho da aldeia. Sem remuneração alguma, evidentemente. (...) à custa de duro trabalho estes balantas transformam progressivamente os charcos litorais em arrozais de forte produção, uma vez que as chuvas muito fortes no sul do país dessalinizam-nas. Um velho camponês pedia-nos ‘mel e tecidos’ para aumentar a produção de arroz, produto que ainda faz muita falta. Com o mel faz-se o hidromel, o que garante o sucesso dos incitamentos à cultura. E se se ganha dinheiro com o arroz pode comprar-se um tecido às mulheres [...].

Lopes (1982, p. 78-79) apontou que, em matéria agrícola, a política governamental não levou em conta “as realidades tradicionais”, especificamente, o já mencionado caráter sagrado da terra das etnias guineenses. Esse aspecto foi negligenciado nos projetos de diversificação e modernização das culturas de exportação. Por exemplo, para transformar a Guiné-Bissau numa exportadora de algodão, um projeto algodoeiro foi implantado em Bafatá por uma multinacional francesa. Em Gambiel, as terras foram preparadas para a plantação de cana-de-açúcar e implantação de uma fábrica com capacidade de produzir 10 mil toneladas de açúcar. “A importação de toda a tecnologia e dos quadros técnicos necessários para tal projeto tornaria o açúcar mais caro do que atualmente importado, isto sem falar das exportações que teriam de ser feitas, nas melhores terras.”

Na prática, Lopes (1982, p. 79) observou, a situação dos camponeses guineenses não melhorou após a independência e a implantação de programas de desenvolvimento. O prejuízo deveu-se não só aos equívocos na gestão da política agrícola, como também a outros fatores, como a política comercial e a questão climática. A política comercial, voltada à exportação, desfavorecia os camponeses, que, por causa dessa situação, açambarcavam parte das suas

colheitas para o Senegal e a República da Guiné. A aridez do Sahel, que a zona de transição entre o deserto do Saara e as savanas, impactava a produção agrícola guineense, reduzindo a quantidade das colheitas.

Tal como o regime português fez, o Partido concentrou mais a atenção e os gastos na Capital, em detrimento do Interior. Lopes (1982, p. 119) afirmou que o processo de integração, que tinha dado certo durante a luta armada de libertação, ficou prejudicado por causa do papel aglutinador de Bissau e o seu isolamento do contexto socioeconômico do restante do país.

Uma das iniciativas do governo, para “reduzir o fosso extremamente perigoso” à integração nacional, foi a criação do “Departamento de Desenvolvimento Regional” (DDR). Num documento de trabalho do DDR, citado por Lopes (1982, p. 119), afirmou-se que: “[o] esforço de desenvolvimento empreendido até este momento, ao nível das regiões, está, sobretudo fundado nos trabalhos de infraestruturas, dado as necessidades do país neste domínio [...]”. Citou que o DDR propôs-se a estudar com as autoridades locais os problemas específicos de cada região a fim de coordenar e harmonizar o conjunto da economia a nível nacional, a partir das unidades administrativas do Estado em cada setor, respeitando sempre as aspirações do povo. Mas, embora aparentemente o governo visasse uma melhor repartição dos recursos diminuindo a proporção de investimentos consagrados à Capital, esta política de planificação descentralizada estava longe de ser perfeita.

Em 1980, por exemplo, o governo destinou 49.5% dos investimentos globais para Bissau, onde viviam apenas 14.1% da população guineense. Em contrapartida, acrescentou Lopes<sup>81</sup> (1982, p. 91), todo o Interior ficou com 50.5%. Por exemplo, a região de Oio, com 17.2% de habitantes, recebeu 9.6%; Biombo, com 7.4% habitantes, 2.2%; Cacheu, com 17.2% de habitantes, 6.7%; e Gabú (“Kaabú”, na redação de Lopes), com 13.5% de habitantes, 7.1% de investimentos.

No mesmo período, estavam previstos para Bissau 2.731.393,90 bilhões de Pesos (R\$711.363,61) em investimentos, quase o mesmo montante destinado para o Interior: 2.789.780 bilhões de Pesos. A concentração das atividades socioeconômicas em Bissau atingiu proporções extraordinárias. A Capital concentrava 50% dos investimentos e 80% do orçamento da máquina do governo, e “[é] em Bissau que estão os automóveis, as máquinas, os escritórios, os funcionários etc.”.

---

<sup>81</sup> Dados recolhidos por Lopes de um documento do Departamento de Desenvolvimento Regional, CECEP, Bissau, março de 1980.

Lopes (1982, p. 120) observou que o governo, em reação à situação, reduziu os investimentos em Bissau, para equilibrar com os destinados para o Interior. Por exemplo, em 1979, os investimentos eram de 55.5% para Bissau; em 1980, baixaram para 49.5% e, em 1981, para 44.3%. Mesmo assim, os orçamentos atribuídos às administrações regionais eram tão irrisórios que mal davam para pagar as despesas com a burocracia, a coleta de impostos e taxas, a manutenção das sedes e serviços básicos como a manutenção dos registros de nascimento. Ele criticou que alguns habitantes das cidades, sobretudo de Bissau, fascinaram-se pelos mitos do modernismo e pareciam ter esquecido que o campo existia e que a revolução guineense foi feita com e para os camponeses em primeiro lugar. O sociólogo guineense argumentou que era possível uma via diferente, por exemplo, a descentralização nas regiões, o que teria permitido um aumento da produção agrícola e pecuária; e os investimentos nas regiões teriam contemplado a maioria da população e as camadas mais desfavorecidas.

Lopes (1982, p. 120) afirmou que o governo estabeleceu cinco eixos da política de integração, para o desenvolvimento regional: a) os transportes e as comunicações; b) o abastecimento de bens de consumo da primeira necessidade para a população camponesa; c) o fornecimento de água no meio rural para consumo humano, para os animais e para a irrigação; d) créditos agrícolas destinados à compra de equipamentos coletivos de trabalho para unidades tradicionais de produção; e e) a saúde e a educação. Mas, falhou. Lopes (1982, p. 120-121) afirmou que essas transformações deviam incluir, entre outros, o equipamento de comunidades produtivas de base em meios técnico-financeiros a fim de promover o desenvolvimento do país com base na *self-reliance* (autocentrimento), a partir de uma estratégia elaborada no terreno. Por outro lado, a dinamização das estruturas de produção tradicionais (tabancas) devia preservar as suas características coletivas e ter em conta o fato de que o desenvolvimento é ‘auto-consentido’ e que a mobilização política desempenha um papel muito importante.

Fora os equívocos administrativos e de avaliação da realidade pós-luta de libertação nacional, a continuada situação de instabilidade política afetou profundamente todos os indicadores socioeconômicos da Guiné-Bissau, como atestavam dados de “The World Fact Book” da CIA (2018) e do Bureau of African Affairs (2018) do Departamento de Estado dos EUA. Os indicadores vitais denunciaram a grande incidência de doenças, como paludismo, tuberculose, diarreia, febre amarela e tifoide, hepatite A, lepra, raiva e HIV/Sida ou AIDS. A AIDS afetava 2.5% da população guineense. A taxa de natalidade era de 34.72 nascimentos/1.000 habitantes (30º no ranking mundial), enquanto que a de mortalidade era de 15.01 mortes/1.000 habitantes (5º no ranking mundial) e a de mortalidade infantil, 94.4

mortes/1.000 bebês nascidos vivos (também 5º lugar no ranking mundial). A expectativa de vida era de 49.11 anos (221º no ranking mundial). Existia uma densidade de 0.045 médicos para cada 1.000 habitantes e 0.96 camas hospitalares/1.000 habitantes.

Os indicadores vitais negativos afetaram a capacidade e a qualidade da produção. Lopes (1982, p. 125) afirmou que não se podia pretender a suficiência produtiva quando a expectativa de vida da população era baixa e a força de trabalho, debilitada por endemias, mesmo considerando que o governo gastava 8.1% do Produto Interno Bruto (PIB) em saúde pública.

A guerra civil de 1998-1999 levou à redução do PIB em 28% nos anos subsequentes. Apesar de uma ligeira recuperação entre 1999 e 2002, no ano seguinte o FMI e o PNUD tiveram de intervir com um aporte emergencial de USD 107 milhões – o equivalente a mais de 80% do orçamento geral do país em 2004. A dívida externa cresceu de USD 941.5 milhões no ano 2000 para USD 1.095 bilhão, em 2010, ano em que o Banco Mundial e o FMI anunciaram um montante de USD 1.2 bilhão para a amortização da dívida. No ano seguinte, o Clube de Paris cancelou grande parte das obrigações do país no pagamento da dívida externa. Mas, de novo, o golpe de Estado de abril de 2012 levou à suspensão dos serviços.

Nos indicadores sociais, quatro problemas, correlacionados aos indicadores vitais, agravaram ainda mais o quadro socioeconômico da Guiné-Bissau: energia elétrica, água potável, transportes e telecomunicações. Como citei anteriormente, o país ainda era movido à energia termoelétrica e consumia uma média de 60.45 milhões de kw/h. Mas dependia totalmente da importação de combustível para manter em funcionamento as poucas geradoras em serviço. Porém, para importar combustível, o governo nem sempre tinha dinheiro para pagar aos fornecedores. Na verdade, o governo dependia de aportes externos para importar combustíveis. Consequentemente, as cidades ficavam muito tempo às escuras, e nenhum país moderno se desenvolve sem a garantia do fornecimento regular e suficiente de energia elétrica.

O fornecimento de água potável e encanada ainda era feito a conta gotas na Capital e em algumas cidades do Interior. No entanto, o consumidor chegava a ficar dias a fio com a torneira seca. Grande parte da população consumia água não tratada tirada de poços artesianos ou catada de nascentes de rios, e, por conta disso, corria risco de contrair vários tipos de doenças. O precário sistema de transportes também prejudicava o fluxo de pessoas, *commodities* e bens de consumo. No início deste século, o país dispunha de pouco mais de 3.455 quilômetros de rodovias (apenas 965 km pavimentados), quatro portos e terminais (Bissau, Buba, Cacheu e Farim) e oito aeroportos, sendo dois pavimentados e um

internacional (“Aeroporto Osvaldo Vieira em Bissalanca”). Continuou a não dispor de transporte ferroviário. Os indicadores sociais clássicos, de 2010, apontavam a persistência de índices de analfabetismo relativamente altos (45.8% da população de 15 anos ou mais; 31.8% do sexo masculino e 59.4%, do sexo feminino).

### 5.3 DEMOCRACIA NA INSTABILIDADE POLÍTICA

O monopartidarismo político foi abolido em 1991, dando lugar ao multipartidarismo e à realização das primeiras eleições democráticas em 1994. A reforma ocorreu por causa das mudanças na geopolítica mundial (vide o colapso da União Soviética, do bloco social-comunista e o fim da Guerra Fria) e também por força da pressão da comunidade internacional (leia-se Organização da Unidade Africana, ONU, EUA e União Europeia). Esse cenário na geopolítica mundial e no país prenunciava novos rumos para a Guiné-Bissau. No entanto, o *status quo* político permaneceu, uma vez que Nino Vieira ganhou as eleições presidenciais e o PAIGC continuou a ser a principal força política do país.

No entanto, as disputas internas no Partido e os problemas administrativos persistiram e levaram a guerra civil de 1998-1999 que opôs tropas governamentais apoiadas por militares senegaleses e guineenses (Conacri) a uma Junta Militar liderada por Ansumane Mané, um ex-combatente do PAIGC, que tinha acabado de ser destituído do cargo de Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. Ele fora acusado pelo presidente Nino Vieira de traficar armas para rebeldes felupes (diolas) na região de Casamance no Sul do Senegal. A reação do Comandante Mané foi armar uma emboscada para matar o presidente da República. Aconteceu que Nino Vieira não estava na caravana atacada na rota para o Aeroporto Internacional de Bissalanca.

Lopes (1982, p. 75) enumerou quatro causas dos conflitos no seio do Partido, com implicações no Estado e no funcionamento do governo:

- a) Luta entre os partidários da radicalização da experiência da luta armada de libertação nacional e os defensores de uma solução de aproximação com o modelo neocolonialista que foi adotado em algumas antigas colônias da França no continente africano;
- b) Incapacidade político-administrativa do governo de resolver o problema nacional de desenvolvimento;

- c) Conflito entre os militantes oriundos do movimento de libertação nacional e a pequena burguesia comercial aliada aos funcionários remanescentes da administração colonial; e
- d) Conflitos de interesses econômicos (luta de classes).

A guerra civil abalou a hegemonia política do PAIGC e abriu espaço para a oposição chegar ao poder. Assim, a eleição de Kumba Yalá à Presidência da República, pelo Partido da Renovação Social (PRS), alimentou a esperança de que a nova geração – a minha geração – tiraria o país do marasmo político, aderindo aos valores da tolerância e da governança democrática.

Kumba Yalá foi meu contemporâneo em Bula; era alguns anos mais velho do que eu. A bolanha (banhado para plantio de arroz) da família dele era vizinha da do meu tio paterno com cuja família eu morava depois da morte do meu pai. As duas bolanhas eram separadas apenas por um dique. Fomos alunos na Escola Primária da Missão Católica de Bula na década de 1960 e inícios de 1970. Depois, quando ele jogava no “Nuno Tristão FC”, time de futebol da cidade, ele morou na residência do hospital de Bula, onde eu “estagiava” para uma (possível) futura formação em medicina, de acordo com o sonho do meu tio enfermeiro.

Logo, a chegada dele à Presidência da República foi como se nós, seus colegas de Bula e toda a geração da independência, tivéssemos chegado ao poder, para, finalmente, concretizarmos as aspirações de participarmos efetivamente na construção do Estado da Guiné-Bissau realmente democrático e no caminho certo do desenvolvimento. Mas, o presidente Yalá decepcionou com uma administração conturbada na economia, nas relações com os partidos da oposição e, principalmente, com a Primatura. Além de não melhorar os indicadores econômicos e sociais, ele ganhou a fama de ser um político instável. Isto porque quase todas as semanas, ele invadia as atribuições constitucionais do primeiro-ministro e, assim, criava situações de instabilidade com o governo e com o Parlamento.

Em setembro de 2003, o presidente Yalá foi afastado pelas Forças Armadas em mais um golpe de Estado – o segundo na história da Guiné-Bissau. Dessa vez, a acusação contra um mandatário guineense foi de corrupção, improbidade administrativa e interferência na esfera constitucional do chefe de governo e em outros poderes da República.

O fracasso de Kumba Yalá na Presidência da República foi decepcionante não só para a minha geração, mas principalmente para nós, seus conterrâneos de Bula, que esperávamos que ele fizesse uma excelente administração, pois, parecia ser uma pessoa talhada ao sucesso no cargo.

Na Escola Missionária de Bula, ele cursou em três anos as cinco classes (séries) do Ensino Fundamental. Pulou etapas e não decepcionou. Além da virtuosidade intelectual, ele era assertivo e um líder nato. Exercitou essa liderança entre os colegas nos corredores da Escola Missionária e nas brincadeiras na bolanha em Pkon. Ele possuía uma sólida formação acadêmica, com licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e curso de Teologia na Universidade Católica na mesma cidade. Quando ele voltou de Portugal, nos anos 1980, lecionou Filosofia no Liceu Nacional Kwame Nkrumah, antes de enveredar na política partidária.

As salas onde ele lecionava ficavam abarrotadas de alunos que preferiam assistir às aulas dele em detrimento das de outras disciplinas. Em poucas semanas, as aulas dele foram transferidas para um auditório, que também ficava lotado, com alunos a acotovelarem-se por espaço nas externas das janelas.

Ele mostrou liderança, quando, em 1981, nós, estudantes do Liceu Nacional, fizemos manifestações e paralisações contra a adoção do sistema de avaliação cubano pelo comissariado nacional da Educação. O sistema vigente à época era de 0.00 a 10.00 pontos, com o mínimo de 6.00 pontos para a aprovação, enquanto que o sistema cubano era de 0.00 a 100.00 pontos.

Pelo que constava, a nossa resistência não era contra o sistema de pontuação em si; estávamos contra todo o modelo de avaliação cubano e o pacote de mudanças impostas pelo governo. Por exemplo, as já citadas disciplinas de “Formação Militante” e “Trabalho Produtivo” não eram mais interessantes como foram nos primeiros anos da independência, quando a militância eufórica prevalecia.

Reagindo à nossa manifestação, as forças de segurança agrediram-nos a cacetadas e alguns colegas foram detidos por dias no Comando Central da Polícia. Eu recebi uma bordoadada na coxa esquerda, quando tentava pular o muro de fundo do Liceu, mas consegui escapar e esgueirar por uns cinco quilômetros até ao Seminário Diocesano Menor onde estava em formação para o (não ocorrido) sacerdócio.

Mesmo no cargo de vice-reitor do Liceu Nacional, Kumba Yalá demonstrou capacidade de articulação com os estudantes pelo fim dessa paralisação. Porém, na Presidência da República, ele não foi capaz de exercer uma liderança positiva. Fracassou, e o fracasso dele pareceu, simbolicamente, um fracasso da minha geração – a Geração da Independência Nacional.

De certa forma, não teríamos mais argumentos para imputar ao PAIGC e aos seus governos todos os problemas políticos e socioeconômicos da Guiné-Bissau. Agora fazíamos



parte do problema e éramos também causadores de crises no país. Assim, a instabilidade política deixou de ser a marca exclusiva do Partido.

Com o afastamento de Kumba Yalá, em 2003, um governo de transição foi formado e o empresário Henrique Rosa foi investido presidente interino da República. Novas eleições foram realizadas em 2005, e eis que Nino Vieira, que tinha voltado do exílio em Portugal, “*para buscar justiça e, assim, restabelecer a verdade e limpar o seu bom nome e a honra da sua família*”, conquistou de novo a Presidência da República.

A eleição de Nino Vieira sinalizou a decepção dos eleitores com a nova geração de políticos. Contudo, a promessa de Nino Vieira de promover o desenvolvimento econômico e a reconciliação nacional terminaria em seu assassinato em março de 2009 por desafetos políticos.

Mesmo assim, a maioria dos eleitores preferiu o candidato do PAIGC no pleito de emergência realizado em junho do mesmo ano: Malam Bacai Sanhá, um combatente da liberdade da pátria e ex-ministro no governo do presidente Nino Vieira. Mas, o novo presidente morreu em janeiro de 2012, vítima de doença.

Em abril do mesmo ano, ocorreu mais um golpe militar – o terceiro – que impediu a realização do segundo turno da eleição presidencial para determinar o sucessor de Malam Bacai Sanhá. Por causa desse golpe e da recusa dos militares em restabelecer imediatamente a ordem constitucional, a Guiné-Bissau foi suspensa da União Africana e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O governo dos EUA suspendeu a assistência técnica ao país, mas continuou a trabalhar com a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e com o governo de transição para que as eleições democráticas fossem realizadas em 2013. Mesmo depois da realização dessas eleições, que restabeleceram a normalidade constitucional, a instabilidade política agravou-se, sobretudo, no Executivo e no Parlamento, com o alto comando das Forças Armadas sempre à espreita.

Num relatório apresentado ao Conselho de Segurança da ONU, em 2004, sobre a instabilidade política na Guiné-Bissau, Kofi Annan, na época secretário-geral da organização, declarou que as forças armadas eram “o maior obstáculo à consolidação da paz e democracia” no país.

Annan notou que a impunidade e a desenvoltura da cúpula militar eram “largamente vistas como uma cedência por parte das autoridades civis às pressões dos militares e como um sinal de mais erosão da autoridade do governo constitucional e das suas instituições” (2004).

### 5.3.1 Ativismo Militar

Estudiosos da situação política da Guiné-Bissau convergem na conclusão de que as forças armadas guineenses, ao lado da classe política, protagonizam as grandes crises políticas na Guiné-Bissau. Porém, enquanto os políticos recorrem à retórica e até às artimanhas étnicas e religiosas, para angariar votos e ascender ao poder, as forças armadas possuem a vantagem comparativa de impor as suas vontades pelas armas. Essa imposição bélica é potencializada pela cultura de *matchundade*, como foi citado por Costa (2019) com relação à resistência do presidente Nino Vieira e Ansumane Mané de conformarem-se aos acordos de paz mediados tanto pela CPLP, quanto pela CEDEAO, para pôr fim à guerra civil de 1998-99. As forças armadas são, por excelência, um espaço de representação e exercício das masculinidades (PAREDES, 2015, p. 387). Por isso, para um macho armado, aceitar os acordos de paz, sem um vencedor declarado, seria uma forma de rendição à outra parte beligerante. Nino Vieira só abdicou da Presidência da República sob uma falsa percepção de que precisava de se afastar, para facilitar a cessação da guerra. O fato de ele ter se afastado seria uma prova da sua grandeza e preocupação com a paz na Guiné-Bissau. Mesmo derrotado, exilou-se em Portugal sem ter sido submetido a um processo judicial.

Costa (2019, citando DIAS, 2013) constatou que as forças armadas, ancoradas no poderio bélico, vigiavam e controlavam todos os passos dos governantes desde a implantação do multipartidarismo que permitiu a chegada de partidos da oposição ao poder. À primeira vista, pode parecer que os militares vigiam os passos dos governos por estarem preocupados com a eficiência e transparência administrativas, mesmo que o controle da administração pública não seja uma de suas prerrogativas constitucionais.

Na verdade, a vigilância era pelo acesso aos cofres públicos e garantia de privilégios consolidados desde a independência. Ferreira (2014 apud COSTA, 2019) afirmou que “qualquer governo na Guiné-Bissau enfrentará numerosas armadilhas na tentativa de construir uma administração eficiente”. Gonçalves (2011), também citado no trabalho de Costa, destacou que a instabilidade política no país resultou da rivalidade entre os poderes político e militar e, de certa forma, da sobreposição do poder militar sobre o político, o que tem estado na origem de sucessivos golpes de Estado e intervenções militares na administração civil.

Só para lembrar, a raiz da participação das forças armadas guineenses na vida política vem da sua concepção pelo PAIGC. Quando Amílcar Cabral e seus colegas decidiram pela luta armada conceberam as FARP como um braço armado, não como uma força limitada apenas aos *fronts* de guerra; afastada das questões políticas.

Os combatentes do braço civil do Partido (administradores, professores, pessoal da saúde, diplomatas etc.) agiam também como se fossem militares sem fardas. As circunstâncias da guerra, como os ataques que podiam acontecer a qualquer momento e em qualquer lugar, obrigavam-nos a ter treinamento militar básico. Por exemplo, Amílcar Cabral era ao mesmo tempo secretário-geral do Partido e Comandante em Chefe das FARP.

Nessa configuração, os comandantes das Zonas Libertadas ocupavam-se tanto de assuntos militares, quanto das questões da administração civil. Em Bula, o Comandante Dik da Ringue e seus camaradas conduziram a transição da administração portuguesa para a do novo Estado, indistintamente, como militares e civis. Essa indistinção ocorreu no processo de transição em todo o país. Muitos “militares da ativa” exerceram funções administrativas como ministros, governadores, administradores de setores etc. Nino Vieira orgulhava-se de ser militar, mas não precisou passar à reserva (aposentadoria militar), para assumir cargos na administração do presidente Luís Cabral e, depois, tornar-se presidente da República.

Dentro das FARP também havia problemas entre os militares nos quartéis e os que assumiram cargos na administração civil. Os Combatentes da Liberdade da Pátria, que assumiram cargos na administração civil, começaram a destacar-se, em privilégios, em relação aos seus camaradas da luta de libertação que ficaram nas forças armadas ou foram aposentados. Moravam nas melhores casas, geralmente, apetrechadas com água encanada e energia elétrica alimentada por linhas especiais de transmissão e/ou geradores privativos, uma vez que o fornecimento de água e de energia elétrica era intermitente; transitavam em carros “importados”, a maioria da marca “Volvo” que eram doados pela Cooperação Sueca; recebiam remunerações relativamente mais altas; e viajavam frequentemente em missões oficiais ao exterior.

Na Guiné-Bissau de grande carência de bens de consumo da primeira necessidade e de salários baixos e pagos em Peso (uma moeda fraca), viajar ao exterior em missão oficial era uma oportunidade de receber diária (ajuda de custo) em divisa (moeda estrangeira conversível).<sup>82</sup> Quanto mais se viajasse, obviamente, mais se ganhava e se podia voltar com brindes (*souvenirs*) ou poupar para investir em algum bem.<sup>83</sup> Naquela época de penúria, ter

---

<sup>82</sup> Uma piada dizia que se carregava um caminhão de Pesos, para comprar um quilo de arroz. O Peso era o nome informal e genérico que a população dava ao Escudo Português. Mais tarde, esse nome foi adotado como designativo da moeda nacional, antes da adesão da Guiné-Bissau ao Franco CFA.

<sup>83</sup> Em 1986, viajei à Tchecoslováquia (agora fragmentada em República Checa e Eslováquia), para fazer a cobertura jornalística da visita de uma delegação da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG). A viagem permitiram-me amealhar algumas centenas de dólares e comprar *souvenirs* para a minha família. encantou-se, particularmente, com um jogo de refeição.

acesso a bens de consumo “importados” era um privilégio para poucas pessoas. A disparidade de privilégios entre os Combatentes civis e militares aprofundou ressentimentos.

Se existia ressentimento da ala militar dos Combatentes da Liberdade da Pátria em relação à ala civil no governo, também existiam problemas no seio das FARP, pois, as disparidades saltavam à vista entre a alta patente e o oficialato de baixa patente e os soldados rasos. Enquanto a elite militar vivia relativamente em melhores condições socioeconômicas, o baixo clero vivia as mesmas dificuldades da população civil.

O próprio Comandante Ansumane Mané, na qualidade de Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, era um privilegiado em relação aos seus colegas de farda. Ele vivia em casa aconchegante, tinha à disposição carro oficial com motorista, soldo garantido e acesso a divisas que a esmagadora maioria dos militares nunca teve. Mesmo assim, ele criticava os privilégios da elite civil no governo.

Outro problema de atrito dizia respeito ao encaminhamento que devia ser dado a todos os Combatentes da Liberdade da Pátria, uma vez que apenas algumas centenas podiam ser incorporadas à administração civil (governos central, regionais e setoriais) e alguns milhares às (novas) FARP.

Durante a luta armada, a quantidade era um trunfo, ou seja, quanto mais pessoas aderissem às forças armadas, maior a capacidade numérica para o enfrentamento das forças portuguesas nos campos de combate. Porém, com o país independente, tornou-se imperativo adequar o número de soldados e oficiais às novas demandas de defesa e às capacidades orçamentárias do Estado. Esse ajustamento obrigou o governo a promover a aposentadoria compulsória de centenas de Combatentes da Liberdade da Pátria.

Apesar da aposentadoria compulsória, o Partido acolheu o quanto pode um grande número de antigos Combatentes, para, desta forma, aplacar descontentamentos e acomodar interesses nas próprias forças armadas.

Esse expediente inchou o contingente das FARP. Costa (2019, p. 13) citou um relatório, de 2018, elaborado pelo Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), em colaboração com o Instituto de Estudos de Segurança (ISS), segundo o qual, o país tinha um contingente de 4.450 militares na ativa (Exército, 4.000; Marinha, 350; e Força Aérea, 100).<sup>84</sup> Ele exemplificou que, em 2016, com

---

<sup>84</sup> A estrutura militar tem dois ramos: defesa e segurança. As FARP, que são formadas por três ramos: Exército, Marinha e Força Aérea Nacional (FAN); e as forças de segurança que são formadas pela Guarda Nacional que estava vinculada ao Ministério da Administração Interna. O serviço militar é obrigatório para o Exército e para a Marinha, mas, voluntário para a FAN. A idade mínima para prestação de serviço é entre 18 e 25 anos de idade. Quando o ingresso é voluntário, consentido pelos pais do pretendente, a idade mínima pode ser de 16 anos.

pouco mais de 4.000 homens, o Exército guineense correspondia a dois soldados por cada 2.000 habitantes do país.

Comparativamente, no Senegal a proporção era de um soldado por mil habitantes e, na Guiné Conacri, de 0,75 por mil habitantes. Em 2019, o contingente da FARP era de aproximadamente 4.400 soldados ativos (4.000 do Exército, 300-350 da Marinha e 100 da Força Aérea); e o da Guarda Nacional era de 2.000 (dados da CIA World Factbook, 2020). De acordo com Costa, “se juntarmos as Força de Defesa e de Segurança (GN – Guarda Nacional, POP – Polícia de Ordem Pública, PIR – Polícia de Intervenção Rápida, PJ – Polícia Judiciária e o Serviço de Informação), estamos a falar de quase 8.500 homens” (UNIOGBIS, 2018 apud COSTA, 2019).

Costa (2019, p. 13-14), também citando outro relatório elaborado, em 2013, pelo Centro de Estudos Estratégicos da África (CEEA), de O’Regan e Thompson, observou que, no período entre 1990 e 2009, houve ‘uma inflação galopante de promoções de patentes na fileira militar’. O autor constatou que, com as promoções, a composição das FARP ficou assim distribuída: 42% oficiais, 38% Sargentos e Cabos e 20% Soldados (rasos). Detalhou essa composição por patentes e faixas etárias no quadro que reproduzi a seguir:

Quadro 3 – Configuração das patentes militares na Guiné-Bissau.

Forças Armadas		Proporção do total (%)
Patente	Oficiais	42%
	Sargentos e Cabos	38%
	Soldados rasos	20%
Ramos	Exército	86%
	Força Aérea	4%
	Marinha	10%
Faixa Etária	20 anos ou menos	0.1%
	De 20 a 40 anos	44%
	De 40 a 60 anos	51%
	Mais de 60 anos	5%
Tempo de Serviço	Menos de 5 anos	33%
	De 5 a 20 anos	23%
	De 20 a 30 anos	20%
	Mais de 30 anos	25%

Fonte: CEEA – Centro de Estudos Estratégicos da África, 2013/ Costa, 2019.

Costa (2019, p. 14) constatou que o inchaço do número de oficiais das FARP dificultou quaisquer tentativas de “reformular o setor da defesa na Guiné-Bissau, mesmo com a média da idade em 2013 de 55% dos militares com mais de 40 anos e em 2016, alguns com

mais de 80 anos, fruto da ausência de reforma na instituição militar (The Military Balance 2017). Com base em dados do Instituto de Estudos de Segurança (ISS, 2018), Costa apontou que “o número de oficiais generais aumentou exponencialmente na Guiné-Bissau, passando de 1 oficial-general em 1991, para 17 oficiais-generais em 2009, sendo que em 2017 já se contava com 37 oficiais-generais”.

O período de intensas promoções dos militares ao oficialato coincidiu com o início das grandes crises políticas e do ativismo militar na Guiné-Bissau desde a guerra civil: afastamento e, depois, assassinato de Nino Vieira (02 de março 2009), golpe de Estado que também afastou o presidente Kumba Yalá (14 de setembro de 2003) e intervenção indireta ou direta (golpes de Estado) nos governos que se seguiram. Em todos esses momentos, as forças armadas envolveram-se, ora como protagonistas, ora como eminências pardas dos governos civis.

Nas negociações que se seguiram após a guerra civil para a formação de um governo civil de transição às eleições gerais, a Junta Militar apresentou uma pretensão nesse sentido: as forças armadas voltariam para as casernas, deixariam que o governo civil entrasse em função, mas teriam poder de intervenção nas ações da administração civil.

À primeira vista, a pretensão parecia razoável, na medida em que seria uma forma de coibir futuros desvios (vide abuso de poder, corrupção etc.) como os que aconteceram nas administrações dos presidentes Luís Cabral e Nino Vieira. Porém, a preocupação da Junta Militar nada tinha a ver com a transparência e probidade administrativa. Pelo contrário, o oficialato queria manter-se no poder, mesmo que como eminência parda.

Ademais, as altas patentes tinham percebido o perigo que a democratização e a possível chegada ao poder de partidos da oposição poderiam significar para os seus privilégios na estrutura do poder. Malgrado a discrepância de privilégios entre os oficiais civis e militares, nos governos do PAIGC (vide Luís Cabral e Nino Vieira), eles eram parte da administração civil e, assim, usufruíam, em certa medida, das benesses conferidas aos governantes do país. No entanto, a chegada de partidos políticos sem vínculos históricos com a luta de libertação era uma ameaça para os oficiais das forças armadas.

Costa (2019, p. 15) elencou 10 tentativas (Quadro 4) financiadas diretamente pela ONU ou através de sua missão de estabilização no país (UNIOGBIS), assim como por países (antiga União Soviética, URSS; China, Suécia etc.) e organizações multilaterais (União Europeia, EU; Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, FMI).

Quadro 4 – Tentativas de reforma no setor da defesa e segurança na Guiné-Bissau.

Anos	Principais iniciativas da reforma no setor da defesa e segurança	Financiadores	Executores	Metas
1973	Desmobilização com a atribuição de subsídios e concessão de pensões	URSS, China e Países Nórdicos	PAIG e Governo	Não cumprida
1979	Reforma organizacional do Exército	Suécia	PAIGC e Governo	Não cumprida
1985	Modernização do Exército	BM e FMI	FMI, BM e Governo	Não cumprida
1991	Ajuste orçamental com a redução dos efetivos das Forças Armadas	PNUD e FMI	Governo	Não cumprida
1998-99	Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração dos Antigos Combatentes (PDRRI)	BM e UE	Governo	Não cumprida
2005	Introdução do Projeto de Reforma do Setor da Defesa e Segurança (RSDS)	Reino Unido, EU e UNIOGBIS	EU e Governo	Não cumprida
2006	Estratégia Nacional para Reestruturação e a Modernização do Setor de Defesa e da Segurança	ONU e UE	Governo	Não cumprida
2008	Implantação de uma missão da UE para a planificação da implementação da estratégia RSDS	UE	EU e Governo	Não cumprida
2010	Decreto de criação de Fundo de Pensão Especial das FDS	_____	Governo	Cumprida
2015	Apresentação de um plano quinquenal de 270 milhões de dólares para o setor da Defesa	PNUD, UE e Governo	Governo	Não cumprida
	Decreto-Lei sobre o funcionamento do fundo de pensão especial	_____	Governo	Cumprida

Fonte: Costa (2015), com base em dados de relatórios sobre a reforma na Guiné-Bissau.

Como se pode depreender no quadro, apenas duas tentativas de reforma das forças armadas e de segurança foram bem-sucedidas: o decreto governamental de 2010 que criou um

fundo de pensão especial das Forças de Defesa e Segurança (FDS) e o decreto-lei de 2015 sobre o funcionamento do fundo de pensão especial. As outras tentativas fracassaram porque mexeriam de alguma forma nos privilégios das elites das FARP. Talvez as iniciativas tomadas até então tenham falhado por terem se centrado nas questões políticas e militares e atacado as outras dimensões do problema (sociocultura, socioeconomia, geopolítica) de forma isolada.

Toda esta situação explica o fracasso de quase todas as tentativas de reforma das FARP. Cada tentativa fracassada de reforma das forças armadas implica desperdício de fundos que poderiam ser muito úteis, por exemplo, na qualificação da educação e saúde pública. “Em 2005, a Reforma do Setor da Defesa e Segurança (RSDS), apoiada pelo Reino Unido (com uma longa experiência já demonstrada na Serra Leoa, nesta matéria) estimava em 184 milhões de dólares o montante necessário para reduzir os efetivos da Força de Defesa em 70%, para cerca de 3.444 homens” (COSTA, 2019, p. 14).

Entretanto, desde 1994, já foram realizadas pelo menos cinco eleições multipartidárias e diferentes partidos se têm alternado na Presidência da República e na chefia do governo e do Parlamento. Após a reforma constitucional, a expectativa era de que, finalmente, a Guiné-Bissau, ao deixar o sistema de partido único e de regime ditatorial, começasse a implantar e a consolidar as estruturas de um Estado Democrático de Direito. Aconteceu que, além das sucessivas crises políticas, o ativismo militar emperra essas expectativas e é também uma das causas dessas crises. Como se pode constatar no quadro 5, desde o golpe de Estado em 1980 até 2020, a Guiné-Bissau viveu sete grandes crises políticas e militares:

Quadro 5 – Grandes crises político-militares.

(continua)

Ano/Evento	Causa
1984 – Afastamento de Victor Saúde Maria, primeiro-ministro do governo do presidente Nino Vieira.	Acusação de conspiração para derrubar o chefe de Estado, seu colega na luta de libertação nacional e no “Movimento Reajustador de 14 de Novembro”.
1985 – Detenção de mais de 100 membros do governo e das forças armadas e fuzilamento de seis deles, dentre os quais Paulo Correia, um líder histórico do PAIGC.	Acusação de tentativa de golpe de Estado, desta vez de viés étnico – a maioria dos acusados era da etnia balanta.
1998-1999 – Guerra Civil.	Revolta do General Ansumane Mané contra o presidente Nino Vieira que o tinha demitido do cargo de Chefe de Estado Maior General das



	Forças Armadas.
2003 – Golpe de Estado militar contra o presidente Kumba Yalá.	Acusação de corrupção e de inabilidade político-administrativa.
2009 – Assassinato do presidente João Bernardo Vieira Nino.	Lutas internas no PAIGC e com alas militares remanescentes da guerra civil que o tinham derrubado do poder em 1999.
2012 – Golpe de Estado militar.	Intervenção militar que impediu a realização do segundo turno para a eleição do sucessor do presidente Malan Bacai Sanhá. Não ficou clara a motivação do levante militar.
2019-2020 – Crise eleitoral/institucional.	Contestação dos resultados das eleições legislativas e presidenciais e disputas judiciais sobre a validade dos resultados oficiais dos pleitos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Costa (2019) apontou que várias iniciativas foram tomadas por organizações da sociedade civil (vide Liga Guineense dos Direitos Humanos, Comissão Nacional de Reconciliação da Assembleia Nacional Popular, Igrejas e entidades empresariais) e internacionais (Nações Unidas, União Africana, CEDEAO, CPLP, PALOP) para estabilizar o país. Por exemplo, foi feita mudança no sistema de governo do presidencialismo para o semiparlamentarismo porque se pensava que o presidencialismo concentrava muito poder de decisão no chefe de Estado. Antes dessa reforma, o primeiro-ministro era uma figura decorativa, uma vez que era nomeado pelo presidente da República no círculo do PAIGC, o partido único no país até à reforma constitucional de 1991.

No sistema semiparlamentarista, o chefe de governo passou a ser indicado pelo partido com maioria absoluta nas eleições parlamentares. O presidente da República só confirma o escolhido pelo partido majoritário no Parlamento.

O Poder Judiciário também foi reformado, incorporando elementos do direito consuetudinário, articulando o direito positivo com os direitos costumeiros das etnias. O Judiciário foi estruturado da seguinte forma: Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal de Apelações, Tribunais Regionais de primeira instância e Tribunal Militar. O STJ é integrado por nove juízes que são nomeados pelo presidente da República para mandatos vitalícios, e é subdividido em três Câmaras Setoriais: Disputas Cíveis, Criminais e Sociais e Administrativas; possui ação de apelação e de jurisdição constitucional. O Tribunal de Apelações, os Tribunais Regionais de primeira instância e o Tribunal Militar estão subordinados ao SFJ.

Por causa das crises, a Guiné-Bissau transformou-se num Estado em instabilidade política recorrente, dominado por uma casta política e por militares inquietos, com o agravante de ter se tornado um ponto de transferência de entorpecentes da América do Sul para a Europa. Pierre Lapaque (citado por NOSSITER, 2012), chefe do Escritório Regional das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes na África Central e Ocidental, relatou que “Estamos vendo mais e mais drogas chegando regularmente neste país”.

Em 2010, a administração de Barack Obama acusou explicitamente a cúpula militar guineense de ter vínculo com o tráfico de drogas e o Departamento do Tesouro estadunidense apontou dois nomes: Bubo Na Tchuto, então Comandante da Marinha de Guerra, e Ibraima Papa Camara, Comandante da Força Aérea, de envolvimento com o narcotráfico. O Tesouro estadunidense congelou todos os bens que eventualmente eles pudessem ter nos Estados Unidos. Para o governo dos EUA, em outros países africanos alguns elementos do governo são parte do problema. Na Guiné-Bissau, o próprio governo é o problema do narcotráfico e da instabilidade política.

Num relatório apresentado ao Conselho de Segurança em 2004 sobre a situação no país que havia experimentado mais uma revolta militar no dia seis de outubro, Kofi Annan (2004), na época secretário-geral das Nações Unidas, atestou que as forças armadas eram “o maior obstáculo à consolidação da paz e democracia” no país. Annan notou que “a situação política na Guiné-Bissau mostrava sinais de progresso e promessa”, mas, o levante “demonstrou a fragilidade do processo de transição e da sociedade como um todo” e que a impunidade e a desenvoltura da cúpula militar no poder era “largamente vista como uma cedência por parte das autoridades civis às pressões dos militares e como um sinal de mais erosão da autoridade do governo constitucional e das suas instituições”. O desassossego dos militares, associado ao tráfico de entorpecentes, tornou-se, sem dúvida, um dos grandes entraves para a construção do Estado da Guiné-Bissau, conforme foi constatado no relatório de 2004 que foi apresentado por Kofi Annan.

Essa situação confirma uma constatação: o Partido recorreu à memória de convivência pacífica e convergências históricas e culturais entre as etnias guineenses como uma de suas armas para a mobilização do povo para a luta de libertação nacional. Mas, no processo da reconstrução nacional não foi capaz de manter essa memória de “Unidade e Luta”. Pelo contrário, alguns políticos preferiram recorrer a algumas clivagens étnicas do passado remoto, para inculcar tribalismo e etnicismo no país.

Assim, de um país de esperanças elevadas de se construir um Estado democrático e estável, esperanças alimentadas pelo exemplo da luta heroica contra a ocupação colonialista, pela ascensão triunfal do PAIGC ao poder, pela política desenvolvimentista do presidente Luís Cabral e pela renovação de promessas de fartura feitas por Nino Vieira após o golpe de Estado de 1980; de esperança renascida com a chegada ao poder da Geração da Independência que aparentemente não estava contaminada pelo vírus da corrupção e não estava envolvida nas disputas que engolfavam o PAIGC, a Guiné-Bissau transformou-se num país atolado em redemoinhos políticos destrutivos: disputas nefastas no seio do PAIGC e entre dezenas de partidos políticos que emergiram após a reforma da Constituição em 1991, ativismo político de setores das Forças Armadas, tráfico de entorpecentes etc.

## 6. PAPEL DO BRASIL NA CONSTRUÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

O papel do Brasil na construção do Estado da Guiné-Bissau assenta-se em dois eixos principais: cooperação para o desenvolvimento e, a partir de 1998, fiança para a estabilização política do país africano. Como será possível constatar ao longo do capítulo, a cooperação bilateral entre os dois países não é expressiva. Como eu disse na Introdução, o Brasil não consta entre os maiores parceiros diretos do desenvolvimento da Guiné-Bissau. Nessa lista destacavam-se organizações multilaterais, como a CEE (Comunidade Econômica Europeia; atual União Europeia), a FAO, o PNUD, o UNICEF, a UNESCO; e países, como a União Soviética, a República Democrática da Alemanha, a Suécia e a Holanda (LOPES, 1982, p. 117). O sociólogo guineense citou que, na década de 1970, a União Soviética, a Suécia e a RDA chegaram a fornecer, respectivamente, 15.2%, 13.2% e 11% da ajuda bilateral, e, em 1979, a Holanda cobriu o déficit da balança de pagamentos do governo guineense.

Abdenur (2017) observou que não existiam interesses econômicos significativos por parte de investidores privados brasileiros na Guiné-Bissau. Por exemplo, as exportações brasileiras eram, em média, pouco mais de USD 560 mil e não havia registros (significativos) de importações brasileiras desde que os dois países estabeleceram as relações de cooperação em meados dos anos 1970.

Mas, como transparece ao longo deste capítulo, o Brasil tornou-se um importante parceiro da Guiné-Bissau na área da formação de quadros e da implantação de estruturas de Estado de Direito. De acordo com Abdenur (2017), o comprometimento político de Brasília com Bissau deve-se ao conceito brasileiro de entorno estratégico do Atlântico Sul que banha o território brasileiro e muitos países africanos. E as relações entre os dois países ganham mais relevância no contexto multilateral, principalmente no sistema das Nações Unidas e de organizações como a CPLP, a UA, a EU e a CEDEAO.

### 6.1 RELAÇÕES BRASIL E GUINÉ-BISSAU

As relações oficiais entre o Brasil e a Guiné-Bissau, como mencionei na Introdução, começaram em julho de 1974, quando o governo brasileiro, na presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), reconheceu a independência do novo Estado africano. Em agosto do mesmo ano, o presidente Geisel enviou um telegrama ao seu homólogo guineense Luís Cabral (1973-1980), manifestando o interesse de Brasília em cooperar com Bissau. O embaixador brasileiro

Fernando Apparicio da Silva (AGÊNCIA SENADO, 2011) afirmou, em sabatina na Comissão das Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, que “[...] a relação afetiva com Guiné-Bissau ou considerações de ordem estratégica pesaram mais no reconhecimento pelo Brasil da independência [do país africano] do que as relações afetivas e políticas que o Brasil tinha, então, com Portugal”. Acrescentou que, “[...] durante seis meses após a Revolução dos Cravos, Portugal pensava numa federação, numa confederação, mas não na ideia da independência [de suas colônias], que só vingou no final de 1974”. O Brasil foi o primeiro país fora do bloco social-comunista a reconhecer a independência da Guiné-Bissau. Abriu a sua Embaixada em Bissau no mesmo ano. A Guiné-Bissau, por causa de carências financeiras, só abriria a sua Embaixada em Brasília em 2011.

As ações do governo Geisel não eram uma novidade; continuavam as diretrizes diplomáticas dos governos anteriores que passaram a dar atenção à cooperação com o continente africano a partir da adoção da “Política Externa Independente” (PEI) nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

Amorim (2011, p. 476) citou que

[a]té o final dos anos 1950, a África praticamente não existia para o Brasil. Existia nos livros de história, porque tínhamos uma parcela importante da população vinda da África. Também estava nos livros porque a África, como objeto do imperialismo, havia sido pivô de alguns conflitos, do Congresso [da Conferência] de Berlim, que tratou de sua partilha. Mas a África não era sujeito da história, era objeto. E, portanto, o relacionamento era limitado. [...] o Brasil foi logo reconhecendo os países africanos e estabelecendo relações com eles, o que foi positivo. Mas o momento em que se começa a formar um esboço de política africana no Brasil é no período da chamada política externa independente. Não que tenha havido grandes ações práticas. Na realidade, não havia muita condição para ações práticas, mas houve ações simbólicas. O presidente Jânio Quadros mandou como embaixador a um importante país africano um jornalista negro, Raymundo Sousa Dantas. Começamos, a partir de 1960, o processo de abertura de Embaixadas.

O veterano diplomata (2011, p. 476-477) completou que o “Brasil passou, também, a tomar posições muito fortes na questão da descolonização”. Mas, “[h]avia um problema muito espinhoso: as colônias portuguesas, porque tínhamos [...] uma relação muito forte com Portugal. Era uma relação, naturalmente, com grandes laços afetivos, mas também muito manipulada politicamente pelo regime português de Salazar”. Ele acrescentou que, sobre a África, houve, entre 1961 e 1964, até o golpe militar, tentativa de uma ação mais consistente. “Não só continuamos a abrir Embaixadas nos países africanos, como nossos representantes na ONU passaram a adotar posições mais firmes com relação à descolonização na África, inclusive no que dizia respeito às colônias portuguesas” (AMORIM, 2011, p. 476-477).

Porém, durante o regime militar, que assumiu o poder em consequência do golpe de Estado de 1964, “houve um recuo muito grande, e a política em relação à África praticamente

deixou de existir durante anos”. Amorim (2011, p. 477) revelou que, antes da chegada dos militares ao poder em 1964, “Portugal tinha sido muito refratário a qualquer participação maior do Brasil em suas colônias, que chamava de ‘territórios ultramarinos’. Não queria ingerência” externa. Mas, “[d]epois do golpe militar no Brasil, um golpe de direita, conservador, Portugal passou a ter interesse na maior participação do Brasil nas relações com suas colônias. Em todas elas já haviam começado, a partir de 1961, movimentos rebeldes, de luta de libertação nacional. Interessava, assim, a Portugal trazer o Brasil para o contexto de sua política colonial, com o objetivo de legitimar a sua presença na África”.<sup>85</sup> Ele observou que, em 1965, um memorando de sua autoria desaconselhava uma extensão às colônias portuguesas do tratado econômico do Brasil com Portugal. O argumento do diplomata era de que “isso prejudicaria nossas relações com o restante do continente africano”. Mas, de acordo com embaixador Amorim, o memorando foi engavetado porque não refletia a visão conservadora predominante naquela época.

No entanto, os presidentes Humberto Castelo Branco (1964-1967) e Artur Costa e Silva (1967-1969), mesmo dando a atenção às relações com o regime racista da África do Sul e ao combate ao comunismo, abriram novas Embaixadas no Uganda, na Tanzânia e na Zâmbia, países que, na época, se alinhavam à ideologia social-comunista. No governo do presidente Emílio Médici (1969-1974), foi esboçada novamente uma política externa para a África. Amorim (2011, p. 478) pontuou que o ministro das Relações Exteriores do governo Médici, o embaixador Mário Gibson Barbosa, “[...] viajou por vários países africanos, promoveu a participação brasileira em um festival de arte negra no Senegal”. Disse que ouviu nos países africanos que ele visitou na condição de chanceler do governo Lula da Silva, muitos anfitriões dizerem que era “[a] primeira visita de um ministro brasileiro desde 1972, 1973, depois da visita do ministro Gibson Barbosa”. Amorim observou que “Gibson não rompeu as barreiras políticas, os tabus políticos, mas fez uma abertura, talvez por ser pernambucano, por ter, digamos, uma matriz de Joaquim Nabuco [um dos principais abolicionistas brasileiros] em sua visão. Ele sentia que a África fazia parte do Brasil”.

O Brasil não só reconheceu a independência da Guiné-Bissau e dos outros países africanos de língua portuguesa, inclusive foi também o primeiro a reconhecer a independência de Angola, que era governada por um partido marxista-leninista, o MPLA. Essa formação política contava com o apoio direto da União Soviética. Naquela época, Angola era o epicentro da Guerra Fria no continente africano, palco de disputa ideológica e econômica

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 477.

(adonamento do petróleo, diamante e outras riquezas do país). Amorim (2011, p. 478) atestou que

Angola era uma grande confusão. Os americanos (a CIA) apoiavam um movimento chamado Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), de Holden Roberto, mas que logo se enfraqueceu. Os soviéticos e outros apoiaram, desde o início, o MPLA. E havia ainda a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), do Jonas Savimbi, que, em certos momentos [...] foi apoiada pela CIA e pela China! Situações similares aconteceram em muitas partes da África. Refletiam a política mundial na época, as rivalidades da política mundial.

Todavia, logo na primeira reunião ministerial, no dia 19 de março de 1974, o presidente Geisel garantiu que no campo da política externa, o Brasil daria relevo especial ao relacionamento com as nações irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar. Quase um ano depois, em mensagem ao Congresso Nacional, ele especificou que: “[a] Presidência da República, no início do atual mandato, determinou que fosse prestada atenção prioritária às relações do Brasil com as nações africanas” (SANTOS, 1992). Amorim (2011, p. 480) citou que o ministro Ramiro Saraiva Guerreiro<sup>86</sup> do governo Geisel fez viagens importantes a vários países da África Oriental e Central, que eram muito pouco visitados por membros do governo brasileiro.

Em 1977, o Brasil participou nas primeiras ações culturais organizadas na Guiné-Bissau (AMORIM, 2011, p. 496). Em 18 de maio de 1978, os dois países assinaram os primeiros acordos de cooperação na área técnica, científica e comercial<sup>87</sup> (BRASIL, 1979).

Em novembro de 1983, aconteceu a primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro à Guiné-Bissau. Eu estava entre milhares de moradores de Bissau que perfilaram ao longo das Avenidas da Independência e Francisco Mendes e na Praça dos Heróis Nacionais para saudar o presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), o sucessor de Ernesto Geisel no Planalto e o último general-presidente do Brasil. O mandatário brasileiro visitou o meu país, como parte de um périplo a outros quatro países africanos: Nigéria, Argélia, Senegal e Cabo Verde.

Em entrevista a “El Mercurio”, de Santiago do Chile, reproduzida no *Bulletin Brasilien d’Informations* da Embaixada do Brasil no Zaire (atual República Democrática do Congo), no dia 11 de outubro de 1980, o presidente Figueiredo afirmou:

---

<sup>86</sup> O embaixador Saraiva Guerreiro fez parte dos “Barbudinhos do Itamaraty”, alcunha que era dada a uma corrente progressista no Itamaraty. “No período, Guerreiro valorizou a relação com os países vizinhos e com a África. Também fez a primeira viagem à China comunista. Durante a guerra das Malvinas, reafirmou apoio à soberania argentina” (Bertoni, 2011). [BERTONI, Estêvão. Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro (1918-2011). Chanceler do governo Figueiredo. Folha de São Paulo, sexta-feira, 21 de janeiro de 2011.]

<sup>87</sup> Decreto Legislativo nº 26 de 29/05/1979. Diário Oficial da União de 31/05/1979, p. 7715, col. 2.

Nosso objetivo é o de valorizar, com relação aos povos africanos, uma política de rigorosa igualdade, de respeito mútuo, [...] de trabalho em conjunto e de realizações que possam trazer reais vantagens recíprocas. Desejamos estar a seu lado na luta pela supressão de todas as formas de racismo e de colonialismo [...] A nação brasileira contém ela mesma traços profundamente africanos, possuindo, forçosamente, em consequência, uma sensibilidade ética extraordinária face ao problema racial (CEA/USP, 1990).

O embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, que também foi chanceler do governo Figueiredo, já tinha enfatizado, numa palestra proferida no dia cinco de setembro de 1980, na Escola Superior de Guerra, na cidade do Rio de Janeiro, que a política brasileira tinha passado da fase declaratória para a dos empreendimentos comuns e dos negócios concretos. O ministro Guerreiro visitou também vários países africanos e acolheu homólogos de mais de dez nações africanas. Seis chefes de Estado da África subsaariana visitaram o Brasil, dentre os quais o presidente guineense Luís Cabral e o seu sucessor João Bernardo Vieira, Nino. Aliás, quase todos os presidentes guineenses com alguma duração no cargo visitaram o Brasil, de Luís Cabral ao atual mandatário Umaro Sissoco Embaló.

Amorim (2011, p. 480) observou que:

[c]uriosamente, embora as posições nas Nações Unidas não tenham mudado, houve muito pouca presença brasileira na África depois da redemocratização do Brasil. Várias Embaixadas foram fechadas – por motivos de segurança ou financeiros. Não é que as relações tenham piorado, porque não houve nada propriamente ruim, mas elas foram se esgarçando, salvo no plano multilateral, em que na ONU e na OMC (mas, sobretudo, na ONU) havia boa coordenação entre o Brasil e os países africanos.

De fato, nesse período até a chegada do presidente Lula da Silva ao poder em 2003, as relações do Brasil com a África foram conduzidas mais no plano multilateral, como observado por Amorim, no âmbito dos interesses estratégicos no entorno do Atlântico, da CPLP e das Nações Unidas.

José Sarney (1985-1990), o primeiro presidente civil pós-ditadura militar, deu particular atenção aos países de língua portuguesa e à criação de mecanismos para o fortalecimento das relações entre os povos desses países. Como apontei na Introdução, foi no seu governo e por diligências do embaixador José Aparecido de Oliveira, que a Cúpula de Chefes de Estado dos Países de Língua Portuguesa, realizada em 1989 em São Luís do Maranhão, criou o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). No governo Sarney, foram lançadas as bases para a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e ganhou força a ideia de implementação do novo Acordo Ortográfico, que seria assinado também em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

O presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), na campanha presidencial de 1989, desdenhou da cooperação com os “países pobres”. Quando foi eleito, ele visitou 12



países: Argentina, Paraguai, Uruguai, Estados Unidos, Japão, União Soviética, Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Portugal e Espanha, no período entre a confirmação da sua eleição e a tomada de posse. De acordo com Guilherme Casarões (2015), “[n]o contexto de sua viagem, Collor lançou as bases da *autonomia pela modernização*, que foi a estratégia de inserção internacional adotada ao longo de seu governo”. A prioridade do presidente Collor de Mello era o “Circuito Elizabeth Arden”.<sup>88</sup>

Entretanto, em 1991, um ano depois da tomada de posse, lá estava ele a visitar a África. Ele foi, aliás, o primeiro presidente brasileiro a visitar Moçambique independente e o Zimbábue, país que era governado por Robert Mugabe, um dos líderes históricos da luta contra o regime segregacionista branco na Rodésia do Sul (nome colonial do país). Ao assumir o poder, Mugabe mandou confiscar fazendas e bens de brancos em benefício de negros, principalmente dos combatentes egressos da luta de libertação. Por causa dessa política, ele e seu governo foram sancionados pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Apesar de tudo, o chefe de Estado brasileiro visitou esse país africano, num ato que só poderia ser justificado na tradição pragmática da política externa do Brasil. O presidente Itamar Franco (1992-1994<sup>89</sup>) manteve um nível saudável de cooperação com a África e trabalhou pela viabilização da CPLP.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) respaldou a criação da CPLP como um dos mecanismos das relações do Brasil com Portugal e os cinco países africanos de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em 2002, Timor-Leste e, em 2014, a Guiné Equatorial<sup>90</sup> tornaram-se membros efetivos da Comunidade. Atualmente, a CPLP conta com 18 países associados ou observadores, dentre os quais Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Inglaterra, França, China e Índia. Além disso, Romênia e Catar oficializaram recentemente solicitações para integrarem a organização. Criada em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996, a CPLP fixou três objetivos gerais: a

---

<sup>88</sup> Glamoroso circuito de embaixadas brasileiras em Paris, Roma, Londres e Washington, tradicionalmente as mais preferidas por diplomatas brasileiros.

<sup>89</sup> Eleito vice-presidente da República na chapa com Fernando Collor de Mello, ele assumiu e concluiu o mandato, pois, o presidente tinha sido afastado em processo de impeachment por corrupção.

<sup>90</sup> Apesar de ter sido colonizada pela Espanha, a Guiné Equatorial entrou para a CPLP após ter oficializado a língua portuguesa como um dos idiomas do país em 2014, junto com o espanhol e o francês.

concertação político-diplomática; a cooperação econômica, social, cultural e técnico-científica; e a promoção e difusão da língua portuguesa.<sup>91</sup>

O seu governo foi, particularmente, importante nas negociações para a cessação da guerra civil na Guiné-Bissau. Depois da guerra, o Brasil, junto com as Nações Unidas, a União Africana, a CEDEAO, a União Europeia, a CPLP, a França e organizações guineenses da sociedade civil e religiosas, foi ativo também nas negociações para a formação de um governo de transição e realização das eleições gerais.

Registro que o Brasil era o único operador externo que menos despertava desconfiança entre as partes em guerra e, por isso, transitou com relativa desenvoltura entre as partes beligerantes e os outros operadores externos. Portugal e França não eram bem vistos por causa do seu passivo colonialista e dos pendores neocolonialistas de Paris. Na verdade, a França não mascarava as suas preferências para o presidente Nino Vieira, pois mantinha relações privilegiadas com seu governo. Foi, por isso, que Paris apoiou a intervenção das forças militares do Senegal e da República da Guiné na guerra a pedido do presidente guineense. Ao contrário da França, o governo português, sob a presidência de Jorge Sampaio, trabalhou mais pela cessação da guerra e não explicitou preferência a nenhuma das partes beligerantes.

A CEDEAO, embora tenha também desempenhado papel fundamental nas negociações de paz (vide o Acordo de Abuja, capital federal da Nigéria) para a cessação da guerra e formação do governo de reconciliação nacional, não escapou da desconfiança tanto do governo de Nino Vieira, quanto da Junta Militar. Havia razão para tal desconfiança, pois nessa comunidade de 15 países membros vicejavam vários interesses internos (disputas por protagonismo) e externos (alinhamentos às demandas das antigas Metrôpoles ou a aliados ideológicos, como a Rússia), fora uma crônica incapacidade de solucionar os muitos conflitos que ocorrem na região. Por exemplo, as antigas colônias da França tendiam a defender ou alinhar-se com as posições de Paris do que com as do bloco regional. Na guerra, o governo francês apoiava o presidente Nino Vieira porque o seu interesse maior era incorporar, efetivamente, a Guiné-Bissau ao seu corredor de influência geopolítica na África Ocidental.

---

<sup>91</sup> O português é a terceira língua mais falada no Ocidente: quase 300 milhões de pessoas. No mundo ocidental, apenas o inglês e o espanhol são mais difundidos que a língua portuguesa. Além de Portugal, Brasil, as cinco antigas colônias na África e Timor Leste, a língua portuguesa é falada em Macau, a antiga colônia que foi devolvida a República Popular da China, e por comunidades de falantes do português que vivem, por exemplo, na França, EUA, Canadá, Paraguai, Suíça, Luxemburgo, Andorra e Jersey.

Por isso, uma vitória da Junta Militar poderia obliterar as relações privilegiadas que Paris mantinha com o governo de Nino Vieira e, possivelmente, abrir espaço para Portugal e a China e até para o Brasil.

Desde o fim da guerra, o Brasil transformou-se num dos principais fiadores dos esforços de estabilização política da Guiné-Bissau, que tem enfrentado recorrentes crises políticas, e, paulatinamente, num dos seus parceiros na construção do Estado de Direito Democrático. O presidente Fernando Henrique Cardoso foi agraciado com a Medalha Amílcar Cabral, em agosto de 2007, como agradecimento do povo guineense pelo papel desempenhado pelo Brasil na guerra civil e no restabelecimento da paz.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) assumiu a Presidência da República, em 2003, reafirmou as relações com a CPLP, mas destacou a Cooperação Sul-Sul (CSS). O foco do presidente Lula da Silva no Sul Global<sup>92</sup> fazia parte da estratégia do seu governo de dinamizar diálogos horizontais com os países em desenvolvimento no mundo inteiro.

Amorim (2011, p. 481) encontrou dois motivos para a postura do presidente Lula da Silva com relação ao continente africano: a sua origem de operário e a convivência com movimentos negros. Diferentemente dos presidentes que o antecederam no Brasil pós-ditadura militar – todos pertenciam às elites política (vide José Sarney e Itamar Franco), intelectual (Fernando Henrique Cardoso) e econômica (Fernando Collor de Mello) –, o presidente Lula da Silva era um operário, que chegou ao mais alto cargo da República. Amorim afirmou que Lula “[...] sempre teve ligação, aqui no Brasil, com os movimentos negros, tinha plena consciência disso”. O ex-chanceler recorreu à imagem de Lula na ilha de Gorée, no Senegal, “[...] para entender a importância que a África tem para a nossa própria formação” (AMORIM, 2011, p. 28).

No governo Lula da Silva, o Brasil aproximou-se da África mais do que nos governos precedentes. “Até o final do governo Lula foram abertas ou reabertas várias embaixadas no continente africano, perfazendo o total de 34 missões diplomáticas brasileiras. Esse momento foi acompanhado quase simultaneamente pela abertura de [novas] embaixadas de países africanos no Brasil” (AMORIM, 2011, p. 28). Amorim (2011, p. 32) afirmou que o Brasil cresceu a sua interlocução com os países africanos e a discussão de temas africanos. “No passado, a interlocução era feita, sobretudo, na ONU e outros fóruns internacionais. No

---

<sup>92</sup> Referência aos países em desenvolvimento cuja maioria se localiza no Hemisfério Sul, em oposição ao Norte Global onde se concentram quase todos os países desenvolvidos e centrais na geopolítica mundial.

Conselho de Segurança, onde costuma ter mais margem de ação, o Brasil tem sido mais ativo em questões africanas”.

De acordo com Amorim (2011, p. 26), no governo do presidente Lula da Silva, a África “voltou a ser uma prioridade real – não apenas retórica – de nossa política externa”. E, para evidenciar essa prioridade, o veterano diplomata citou que o presidente visitou 14 países africanos e ele mesmo, na função de ministro das Relações Exteriores, visitou pelo menos 30 países do continente, “muitos deles mais de uma vez”. O presidente Lula da Silva e o chanceler Amorim visitaram o continente africano mais do que todos os seus predecessores somados. Afirmou que a “atitude política independente do ministro Azeredo da Silveira, ou do início dos anos 1960” (AMORIM, 2011, p. 480) e o espírito africanista do período de Gibson Barbosa foram potencializados no governo do presidente-operário.

No governo Lula da Silva, a situação da Guiné-Bissau ganhou particular atenção. Amorim (2011, p. 30) constatou que o país era, provavelmente, o mais pobre que tinha conhecido.

Acho que nem o Haiti é tão pobre. O Haiti talvez tenha mais pobreza, mais miséria, mas também tem coisas ricas (bem, talvez não exatamente ricas), tem riqueza cultural. Você chega ao palácio presidencial e é um palácio presidencial. Tem, é claro, uma distribuição de renda péssima, mas tem uma elite, tem alguma coisa ali. Na Guiné-Bissau, na hipótese de ocorrer, digamos, uma revolução socialista radical como as que existiam no início do século XX, não haveria nada a ser distribuído. A sala do presidente da República é menor do que a sala do diretor do Instituto Rio Branco. Isso para não falar que, quando estivemos lá, não havia água corrente ou banheiro no gabinete do presidente. Enfim, o país enfrenta todas as dificuldades que se possa imaginar. [...] Mas está pior, porque ocorreram duas guerras civis. É uma situação quase inconcebível.

O veterano diplomata brasileiro esteve duas vezes na Guiné-Bissau: em 1977, quando chefiava a Divisão Cultural do Itamaraty no governo Geisel, e, em 2005, ao acompanhar o presidente Lula da Silva na visita ao país como chanceler. Após a primeira visita, ele sugeriu a implantação de um Centro de Estudos Brasileiros em Bissau e a participação do Brasil na “criação de um país”.

Durante a visita, o presidente Lula da Silva reuniu-se com o governo, com os líderes políticos da oposição e com membros do Parlamento guineense. Nesse encontro, Lula “falou de coração muito aberto, exortando os líderes dos vários partidos a procurarem encontrar um diálogo, porque não é possível que um país tão pobre, com tanta dificuldade, não só crie mais problemas por meio dos conflitos internos, mas se isole da comunidade internacional” (AMORIM, 2011, p. 31). Em consequência dessa visita, o Brasil abriu um Centro de Formação Profissional do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), em 2006.

Entretanto, nesse período, um terceiro componente entrou na agenda das relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau: o combate ao tráfico de entorpecentes da América do Sul para a Europa, através do território guineense. Assim, em 2009, os governos brasileiro e guineense assinaram um acordo de cooperação de três anos e investimento de USD 3.000.000,00 para a prevenção e combate ao tráfico e consumo de drogas ilegais. O acordo contou com o apoio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para o Brasil e o Cone Sul (UNODC), e foi o primeiro do gênero do UNODC no âmbito da cooperação Sul-Sul. O acordo contemplou a implantação de um centro de formação e treinamento das forças de segurança da Guiné-Bissau.

A presidente Dilma Rousseff (2011-2016), não obstante ter continuado de forma menos entusiasmada a política externa para a África do seu correligionário do Partido dos Trabalhadores (PT), manteve o engajamento do Brasil pela estabilização da Guiné-Bissau. Por exemplo, entre 2008-2012, o Brasil presidiu a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas para o país africano. O seu ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, recebeu, em 2011, em Brasília, o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau, o embaixador Joseph Mutaboba. Nesse encontro, as partes discutiram formas de fortalecer a cooperação no país africano nas áreas da reforma da segurança pública, do fortalecimento dos mecanismos do Estado de Direito e do combate ao narcotráfico (BRASIL, 2011). A ação do Brasil na presidência da supracitada Comissão não foi um efetivo mandato típico de uma missão de estabilização do país, tal como acontecera com sucesso, por exemplo, em Timor Leste, Angola e Moçambique.

O presidente Michel Temer (2016-2018), que herdou a presidência do Brasil após o *impeachment* da presidente Rousseff, mesmo retomando a política externa preferencial para o Norte Global dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, não se afastou da África; manteve acordos anteriores e assinou novos com vários países africanos, como, por exemplo, o apoio à estruturação de institutos nacionais de saúde pública e à formação de profissionais da saúde; a criação de um laboratório de diagnóstico de tuberculose em São Tomé e Príncipe; a implantação de um Centro de Treinamento da Embraer em Johannesburgo (África do Sul), para a formação e capacitação de profissionais oriundos de todo o continente africano; e a assinatura de acordos de investimentos com Angola, Etiópia, Moçambique e Malawi (GRANER, 2018). Na Guiné-Bissau, o governo Temer continuou o envolvimento do Brasil em busca da estabilização do país. Por exemplo, o embaixador José Viegas Filho assumiu, em 2018, o cargo de representante especial do secretário-geral das Nações Unidas e chefe do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) (BRASIL, 2018).

O presidente Jair Bolsonaro chegou ao poder declarando alinhamento aos países mais avançados do mundo ocidental, de modo particular aos Estados Unidos e Israel (este país, por afinidade judaico-cristã), em detrimento dos países menos avançados que, em tese, têm pouco a acrescentar ao Brasil. O alinhamento do presidente Bolsonaro fundamentava-se no preconceito que alguns segmentos da sociedade brasileira têm sobre a África.

Amorim (2011, p. 482) afirmou que

[o] preconceito nunca se revela diretamente como tal. Ele sempre encontra outras desculpas: de que são países pouco importantes, de que os mercados são limitados. ‘Por que vamos perder tempo com a África, quando deveríamos nos concentrar nos Estados Unidos, na União Europeia, no Japão?’. [...] ‘Não queremos nada com a África porque são pobres’; mas, porque não são grandes mercados, não temos grandes negócios a fazer.

Essa percepção lembrava uma velha piada atribuída a *Le Monde*, segundo a qual, se a qualquer momento o continente africano desaparecesse, ninguém na Europa e no resto do mundo perceberia, exceto pelo detalhe de que se registraria uma maciça leva de emigrantes africanos para o continente europeu. O diário francês teria baseado seu argumento no baixo *input* de em torno de 10% da economia africana no mercado mundial. Verdadeira ou não, a referida piada fazia sentido, pois, no contexto da economia mundial, nos finais do século XX, enquanto a produção e os mercados estavam se integrando num ritmo acelerado em todo o mundo, as economias da maioria dos países da África ficavam para trás (BARRY; PACHECO, 1997). Saltava à vista uma situação contraditória no tocante à África. Embora fosse uma das regiões mais ricas do mundo em recursos naturais, tais como ouro, diamante, urânio, ferro, bauxita, petróleo, produtos florestais, era de longe o menos desenvolvido de todos os continentes, com praticamente todos os indicadores socioeconômicos num nível abaixo dos outros continentes; era a região do mundo com maiores taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e desemprego, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) de USD 3.159.013.000,00 e a renda per capita de USD 3.025,00 continuavam baixos. Então, em vez da integração efetiva no mercado mundial, a maioria dos países africanos estava indo a reboque da economia global (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2013).

Vários motivos eram apresentados para explicar a relativa marginalização da África na economia mundial. Os principais eram a falta de infraestrutura moderna e abrangente (fornecimento em abundância de energia e água potável, habitação decente, sistema moderno de transporte e de telecomunicações), a instabilidade política, a fuga de cérebros para os países centrais e emergentes como o Brasil, a falta de trabalhadores qualificados e de estruturas burocráticas modernas e, recentemente, o desmantelamento da União Soviética e o fim da Guerra Fria que desmotivaram investimentos solidários do bloco social-comunista na

África. E, por causa dessa nova realidade, os EUA e seus aliados ocidentais viram-se livres da necessidade de derramar dinheiro no continente para conter o avanço dos soviéticos.

A África perdia também na disputa por investimentos externos diretos uma vez que os investidores privados preferiam focar sua atenção nos mercados emergentes da América Latina, da Ásia e da Europa Oriental (BARRY; PACHECO, 1997).

No início dos anos 1990, a dívida externa ganhou força na pauta de debates políticos e no meio acadêmico dentro e fora da África. Paralelamente, duas questões cruciais andaram em pauta: Qual seria a situação real dos países africanos sem o fardo da dívida externa? Que impacto teria uma eventual extinção da dívida externa nas suas economias?

A dívida externa era vista pelas lideranças africanas como um dos principais entraves ao desenvolvimento dos respectivos países, e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial eram encarados como os grandes vilões cujo principal objetivo era impedir o desenvolvimento dos países da África. Barry e Pacheco (1997) afirmaram que “[o]s Programas de Ajustamento Estrutural [*Structural Adjustment Programs*, SAPs], lançados pelo FMI e Banco Mundial, contribuíram para o processo de desindustrialização” dos poucos parques industriais que existiam nos países africanos. Daí o surgimento de outra questão: Como podiam os países pobres da África se desenvolver e prover as necessidades básicas de seus povos, se todos os anos gastavam significativas parcelas de seus rendimentos no pagamento de taxas de juros e de serviços da dívida externa, enquanto a dívida nominal se mantinha quase intacta?

Reagindo às críticas, o FMI e o Banco Mundial lançaram várias iniciativas, dentre as quais o programa *Enhanced Structural Adjustment Facility* (ESAF). Porém, um estudo realizado por Naiman e Watkins (1999) apresentou os seguintes dados sobre o referido programa:

- Os países pobres que executaram o ESAF tiveram um crescimento muito baixo comparativamente aos que não se submeteram a ele. Os países africanos que se submeteram ao ESAF tiveram índices ainda piores do que os de outras regiões do mundo, principalmente no quesito renda per capita. Seriam necessários muitos anos para esses países recuperarem a renda per capita que tinham antes do ajuste estrutural;
- As políticas do FMI, do Banco Mundial e das instituições credoras internacionais, como o Clube de Paris, estrangularam o desenvolvimento dos países pobres. Isso porque, enquanto essas instituições continuavam irredutíveis em suas visões da

economia mundial, os gastos médios com educação, saúde pública, saneamento básico e infraestrutura declinavam acentuadamente nos países pobres, principalmente entre 1986 e 1996, período ápice dos programas de ajustamento impostos pelo FMI;

- As políticas macroeconômicas do FMI e as suas iniciativas não reduziram suficientemente os efeitos nefastos da dívida externa nos países pobres. Pelo contrário, a dívida externa correlacionada à renda per capita dos países submetidos ao ESAF subiu de 71.1% para 87.8% entre 1985-1995. A dívida externa dos países subsaarianos aumentou, na correlação com o PIB, de 58%, em 1988, para 70%, em 1996. Os países pobres continuavam a alocar recursos para o pagamento dos serviços da dívida externa.

O estudo de Naiman e Watkins (1999) reforçou uma antiga tese, segundo a qual as instituições de Bretton Woods estariam mais interessadas com o bem-estar dos países desenvolvidos e com o pagamento da dívida externa do que com o desenvolvimento dos países endividados. Para eles, os programas do SAP e do ESAF não melhoraram a economia e o padrão de vida nos países contemplados, particularmente os africanos. A política de desmonte de barreiras tarifárias, de privatização quase indiscriminada de empresas públicas estatais, de redução do contingente de funcionários públicos e de ajuste de preços aos níveis do mercado internacional reduziu a capacidade dos países envolvidos nos programas de ajustamento de desenvolverem seus próprios mercados. Os países subsaarianos, de acordo com os autores, pagaram cerca de USD 12 bilhões de serviços da dívida, em 1996, sobre um total de USD 235 bilhões da dívida externa.

Naiman e Watkins (1999) apontaram que, mesmo os países do Norte da África, que não foram incluídos no estudo, alocavam quase um quarto de seus ganhos com a exportação para o pagamento dos serviços da dívida. Ward (1999, p. 4) indicou que todos os países submetidos ao SAP não se livraram dos efeitos da dívida e que, em 1980, todos os países pobres deviam USD 507 bilhões. Em 1992, observou a pesquisadora estadunidense, a dívida externa passou de USD 1.4 trilhão, com os pagamentos dos serviços, para USD 1.6 trilhão. O Sul Global, acrescentou Ward, a essa altura já tinha desembolsado dinheiro suficiente para pagar três vezes a sua dívida, e os seus débitos cresceram 250%. As consequências foram profundas para países endividados, pois, os recursos que poderiam ser investidos em setores-chaves, tais como educação, saúde pública, infraestrutura e segurança pública, eram desviados para os compromissos com as instituições credoras internacionais.



Dados, apresentados por Naiman e Watkins (1999), indicavam que, em 1995, a taxa de alfabetização de adultos na África era de 66% para homens e de 47% para mulheres. A baixa taxa geral de alfabetização de adultos era causada em grande medida pela falta de investimentos em educação. A baixa taxa de alfabetização das mulheres carregava também o componente cultural do patriarcado que dificultava o acesso delas ao ensino formal. Ainda de acordo com os autores, entre 1990 e 1997, somente 44% da população africana tinham acesso à água potável e 31% das crianças de até cinco anos de idade estavam subnutridas. Na mesma época, 17% das crianças africanas morriam antes de completarem cinco anos de idade. Ainda assim, só mais tarde um estudo do Banco Mundial, “Ajuste na África”, reconheceu que países, como o Zimbábue, com um histórico de forte intervenção estatal na economia, mas negligenciando as recomendações do Banco e do FMI, experimentaram taxas de crescimento mais elevadas na indústria doméstica (BARRY; PACHECO, 1997). Observe-se, entretanto, que a corrupção e a incompetência administrativa do governo de Robert Mugabe (que governou o país de 1987 a 2017) sufocaram esse crescimento.

Em 1996, o FMI e o Banco Mundial, cedendo à pressão de governos africanos e de organizações não governamentais internacionais, como Oxfam e Jubilee 2000, lançaram outra iniciativa aparentemente mais flexível, conhecida pela sigla inglesa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*; Países Pobres Muito Endividados). A iniciativa objetivava garantir que nenhum país menos desenvolvido sofresse os efeitos negativos da alocação de recursos para o pagamento da dívida em detrimento do investimento na economia do próprio país. Alguns países africanos, como Uganda, Costa do Marfim, Burkina Faso e Moçambique, receberam tratamento preferencial das duas instituições de Bretton Woods. Mas os governantes africanos acharam que a iniciativa era cosmética para a gravidade dos problemas dos seus países. O ponto de vista africano era de que iniciativa nenhuma surtiria efeito positivo na economia dos países contemplados, enquanto o FMI, o Banco Mundial, o Clube de Paris e outros credores não se dispusessem a encarar honestamente os problemas que emperravam o desenvolvimento da África e a eliminar completamente a dívida externa de todos os países pobres.

Em face dos argumentos de que a pobreza na África estava relacionada diretamente aos efeitos do pagamento da dívida externa, em 1999, as instituições de Bretton Woods fizeram uma compreensiva reavaliação da iniciativa, para acelerar, aprofundar e ampliar a redução da dívida e vincular a HIPC à redução da pobreza e à adoção de políticas sociais. Em 2005, para atingir as Metas de Desenvolvimento do Millennium das Nações Unidas (MDGs), a HIPC foi suplementada pela Iniciativa Multilateral da Redução da Dívida (*Multilateral Debt Relief Initiative*, MDRI; Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida). A MDRI permitia 100%

de redução das dívidas por três instituições elegíveis (o FMI, o Banco Mundial e o Fundo Africano do Desenvolvimento), para os países que concluíssem bem o processo de ajustamento à iniciativa de HIPC. Dos 39 países elegíveis ou potencialmente elegíveis, 35 tiveram suas dívidas totalmente perdoadas pelo FMI e por outros credores envolvidos na iniciativa. De acordo com dados do Banco Mundial, até o final de 2018, entretanto, 32 países africanos (Quadro 6), de um total de 36 contemplados no mundo, foram aprovados para receber a assistência para a redução dos serviços da dívida no valor de USD 76 bilhões. Aproximadamente 45% dos fundos para a HIPC vieram do FMI e o restante foi complementado por outras instituições credoras bilaterais.

Quadro 6 – Lista de países africanos qualificados para HIPC (em março de 2019).

Benin	Libéria
Burkina Faso	Madagascar
Burundi	Malawi
Camarões	Mali
Chade	Mauritânia
República Centro Africana	Moçambique
Comores	Níger
República do Congo	Ruanda
República Democrática do Congo	São Tomé e Príncipe
Costa do Marfim	Senegal
Etiópia	Serra Leoa
Eritreia	Somália
Gâmbia	Sudão
Gana	Tanzânia
República da Guiné	Togo
Guiné-Bissau	Uganda

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023 com base em dados do FMI, 2013.

De acordo com o African News Service (1999), para decidir que países seriam elegíveis para a iniciativa de HIPC, o FMI e o Banco Mundial calculavam as relações entre a dívida externa e a capacidade de exportação, do serviço da dívida e as exportações. Depois, consideravam os fatores sociais.

No âmbito das iniciativas multilaterais, a Guiné-Bissau recebeu do FMI e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do Banco Mundial alívio da dívida no montante de USD 1.2 bilhão da Iniciativa Reforçada da HIPC (FMI, 2010). A instituição financeira de Bretton Woods afirmou que, ao atingir o ponto de conclusão HIPC, a Guiné-Bissau qualificou-se também para o alívio da dívida adicional, como parte da MDRI. Os Conselhos de Administração dessas instituições concordaram que o país tinha tomado todas as medidas de política necessárias para atingir o ponto de conclusão da sua participação na Iniciativa HIPC, a partir do qual o alívio da dívida no seio das HIPC e MDRI tornou-se irrevogável. Entre as chamadas medidas “de ativação” figuravam a implementação de uma estratégia nacional de redução da pobreza, a manutenção da estabilidade macroeconômica, o fortalecimento da gestão financeira pública, melhorias nas áreas de educação, saúde e prevenção da HIV/AIDS, e desmobilização dos ex-combatentes que participaram na luta de libertação nacional.

A Guiné-Bissau foi o 32º país a concluir a Iniciativa HIPC, marcando o fim do processo iniciado em dezembro de 2000. O alívio da dívida da Guiné-Bissau resultaria numa economia de recursos antes destinados ao pagamento do serviço da dívida que, em termos nominais, ascidia a USD 703 milhões ao abrigo da Iniciativa HIPC, USD 107.9 milhões em assistência adicional esperada dos credores do Clube de Paris para além dessa Iniciativa, USD 230.3 milhões em assistência *topping up* e USD 139.2 milhões ao abrigo da Iniciativa MDRI. O alívio da dívida concedido pelo FMI e pela USAID (United States Agency for International Development; Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos), o fundo do Banco Mundial para os países menos desenvolvidos, totalizaria USD 15 milhões e USD 347.2 milhões, respectivamente, com o restante do alívio que seria concedido por credores bilaterais, comerciais e multilaterais (FMI, 2010).

No entanto, os críticos das iniciativas das instituições de Bretton Woods e da banca credora, continuaram a acreditar que o cancelamento total da dívida externa seria o único caminho plausível para a solução dos problemas que emperravam o desenvolvimento dos países africanos. Os contrários a esse argumento sustentavam que o simples cancelamento da dívida externa não resolveria tais problemas. A linha de pensamento, reconhecida até pelo FMI e Banco Mundial, foi a de que, embora a dívida externa da África fosse grave, era apenas um dentre muitos desafios que os países africanos tinham para vencer. Quatro outros desafios se destacavam: a eliminação da cultura da pobreza; o fim de guerras internas e regionais; a implantação da cultura democrática nas relações sociais e na administração pública; e o combate à corrupção e ao desperdício de bens públicos.

O FMI, o Banco Mundial e outros credores internacionais ocidentais, como o Clube de Paris, foram categóricos na responsabilização dos governantes africanos pelo mau uso dos poucos recursos financeiros em projetos megalomaniacos (vide o Complexo Agroindustrial de Cumeré que o presidente Luís Cabral implantou nos arredores de Bissau, na década de 1970, mas que não correspondia à capacidade de endividamento e estava muito acima da necessidade de produção e de consumo do país) negócios espúrios e guerras internas e regionais.

De fato, todos os países africanos contemplados na HIPC já estiveram sob ditaduras, enfrentaram conflitos internos ou regionais ou foram governados por corruptos. Angola e República Democrática do Congo (o Zaire), por exemplo, são potencialmente dois dos mais ricos países no continente em recursos naturais (ouro, diamante, petróleo etc.), contudo, eram estruturalmente pobres. Angola, até o início deste século, nunca tinha experimentado a paz. Após séculos sob a ocupação colonialista, dois movimentos de guerrilha dividiram *de facto* o país. De um lado, o MPLA (no poder há quase 48 anos), controlou a capital e cidades importantes do Interior. No outro extremo, a UNITA ocupou uma região rica em diamantes. Carlos Albino, do Diário de Notícias (edição de 29 de outubro de 1999), revelou que a UNITA exportou USD 4 bilhões em diamantes, para comprar armas e bens de consumo. Porém, uma vez em paz e estabilizada desde 2002, Angola cresceu entre 6 e 9% ao ano, não obstante o questionável enriquecimento bilionário da família do ex-presidente Eduardo dos Santos e do seu entourage político. O Zaire, sob a ditadura do falecido Marechal Mobutu Sese Seko por mais de duas décadas e depois em guerra civil de proporção regional, continuou a ser um país muito instável. Nem Laurent Kabila, nem o seu filho e sucessor na Presidência da República até 2018, conseguiu estabilizar o país. Pelo contrário, o pai e o filho foram acusados de usar as riquezas advindas da exportação de *commodities* em benefício pessoal e dos seus correligionários.

O cenário de instabilidade política, temporária (Angola) e crônica (República Democrática do Congo) podia também ser aplicado, em menor ou maior grau, a pelo menos outros 21 dos 54 países africanos independentes: Burundi, Chade, Comores, República do Congo, Eritreia, Etiópia, República da Guiné, Guiné-Bissau, Líbia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro Africana, Ruanda, Senegal, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Uganda e Zimbábue. Na África do Norte, o fundamentalismo religioso transformou a região mais desenvolvida do continente num terreno volátil, agravado pelas convulsões políticas decorrentes da indefinição da soberania da República do Sahara Ocidental e da guerra civil na Líbia.

Tal como na Guiné-Bissau, a instabilidade política (golpes de Estado, guerras) continuava a destruir vidas e economias um pouco por todo o continente, concentradamente na região do Sahel. Desde os anos 1960, a chamada década da descolonização do continente, até 2020, a África já viveu pelo menos 35 guerras civis, quase todas com implicações regionais, e 32 golpes de Estado. Um recorde mundial! Neste século, as mudanças forçadas de regime diminuíram muito, mas, com aponte no capítulo anterior, continuaram a ocorrer com certa persistência na África Ocidental (vide Guiné-Bissau, Mali, República da Guiné, Burkina Faso, Níger etc.).

Num estudo realizado em 1999, Paul Collier apontou cinco consequências econômicas negativas da guerra civil. Na primeira consequência, parte da mão de obra morre, é mutilada ou migra para lugares menos turbulentos. Eu, por exemplo, estava para voltar para Bissau, mas a guerra civil de 1998-1999 adiou a minha viagem porque seria temerário levar a minha família para um ambiente de instabilidade político-militar. Acabei fixando residência em Florianópolis e entrando na categoria de imigrantes ou africanos diaspóricos.

Segunda consequência: por vários motivos, o custo de vida dispara para patamares proibitivos para a maioria da população. Cria-se, assim, um ambiente propício para convulsões populares e, em alguns casos, para novas guerras. A situação torna-se explosiva quando, em nome da lei e da ordem, os ganhadores da guerra restringem as liberdades individuais, de imprensa e de expressão.

Terceira consequência: as autoridades saídas da guerra geralmente privilegiam gastos militares em detrimento das despesas em educação, saúde, transportes, energia, comunicações e habitação. Grande parte do dinheiro público é desviada para o pagamento de soldos do contingente militar, para o desarmamento e incorporação dos militares derrotados ao exército regular ou da parte vitoriosa.

Quarta consequência: devido à natureza draconiana das forças armadas, os novos governantes tendem a nulificar as estruturas democráticas ou a fugir ao controle democrático do Judiciário, a pautar a agenda do Legislativo e a cercear a liberdade da mídia e as ações da sociedade civil organizada.

Finalmente, reagindo à deterioração da economia e da situação política, muitos investidores estrangeiros transferem seus negócios para outros países. Os investidores nacionais emigram ou simplesmente declaram a falência de seus negócios. Aqueles que ficam no país levam até décadas para recuperar o dinamismo anterior à guerra.

A corrupção é um problema antigo e pode ser percebida em todas as civilizações. Por exemplo, ela fazia parte do Círculo dos Faraós e da Corte Romana; na Itália, ainda reverberam

os efeitos da operação “Mãos Limpas” que foi encabeçada pelo promotor Antonio di Pietro contra Giulio Andreotti e Bettino Craxi, ex-governantes do país europeu. A Alemanha ficou chocada com os escândalos financeiros que envolveram o ex-chanceler Helmut Kohl e o seu partido, União Democrática Cristã (CDU; sigla em alemão). Muitos governantes orientais, particularmente japoneses, já perderam o emprego por causa da corrupção. O Brasil destituiu o presidente Fernando Collor de Mello, encarcerou os ex-presidentes Lula da Silva<sup>93</sup> e Michel Temer, e, pelo que consta, continua o combate à corrupção. O ex-presidente sul-africano Jacob Zuma foi detido sob a acusação de corrupção. Apesar de ser uma das lideranças do ANC (*African National Congress*; Congresso Nacional Africano) pós-Nelson Mandela e de ter presidido a África do Sul, ele não escapou da cadeia. Pelo tamanho, a lista de casos e ações de combate à corrupção não caberia das páginas deste trabalho.

O que parecia particularizar a esmagadora maioria dos países africanos, no entanto, era a impunidade. Em artigo publicado em 1997, Paul E. Heilbuth e Hans Biilow indicaram que muitos líderes africanos dilapidavam impunemente os bens públicos em proveito pessoal, de seus familiares e assessores. Mobutu Sese Seko, que já mencionei, foi apontado como um dos exemplos mais caricatos da corrupção no continente. O ex-presidente zaireense era conhecido pelas suas despesas extravagantes no exterior, usando o dinheiro da venda de diamantes do país, enquanto a população vivia na miséria. De acordo com Heilbuth e Biilow (1997), Mobutu terá dito numa entrevista: “Só tenho 325 milhões de dólares, e isso não é muito para o líder de um país tão vasto” como o Zaire. Porém, ele saiu do poder sem ter sido condenado pelos seus escancarados atos de corrupção. Na Guiné-Bissau, os presidentes Luís Cabral, João Bernardo Vieira e Kumba Yalá foram depostos e acusados de corrupção e improbidade administrativa, mas nenhum deles foi submetido ao devido processo legal.

Provavelmente, essa África endividada, miserável, grassada por enfermidades, ditatorial, corrupta e envolvida em quase permanentes conflitos armados, continuava a povoar o imaginário de pessoas fora do continente. Talvez, somado ao seu aparente pendor racista (vide suas inúmeras declarações depreciativas sobre negros; quilombolas), isso explique o declarado alinhamento do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro ao Ocidente e ao Norte Global e, inversamente, a sua aparente aversão aos países africanos.

Entretanto, e apesar de não ter visitado oficialmente um único país africano em quatro anos de mandato e de ter fechado algumas representações diplomáticas no continente,

---

<sup>93</sup> Não me refiro aqui ao mérito jurídico e às implicações políticas da condenação de Lula da Silva.

o presidente Bolsonaro não promoveu uma ruptura radical na política externa do Brasil para a África. Pelo contrário, o seu governo continuou os programas de cooperação com os países africanos de língua portuguesa nas áreas da saúde, educação, recursos hídricos, nutrição, ensino superior e direito das pessoas com deficiência, entre outros. Com esses países, desenvolveu duas novas parcerias: projeto de “Apoio à Gestão de Recursos Hídricos nos Países da CPLP” e o projeto de “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP”. O primeiro projeto foi criado com o objetivo de capacitar sobre o planejamento de bacias hidrográficas e redes hidrometeorológicas. O segundo foi conduzido pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) do Brasil e contou com o apoio da ABC e a participação da Comunidade.

Num discurso no “Debate Político Geral” da 24ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP realizado na cidade cabo verdiana de Mindelo, no dia 19 de julho de 2019, o chanceler brasileiro Ernesto Araújo afirmou que o governo Bolsonaro priorizava três vertentes multilaterais: concertação política, cooperação e língua portuguesa. Ele citou, em forma de balanço, 29 Missões de Observação Eleitorais efetuadas desde 1999 pelo Brasil, a começar pelo apoio à realização do referendo sobre a autodeterminação de Timor Leste. Isso, nas palavras do chanceler brasileiro, “atesta o compromisso de nossos países com o aperfeiçoamento dos processos democráticos em prol de nossas sociedades”.

O ministro Araújo chancelou a importância da CPLP para o governo Bolsonaro e a ampliação do número de seus integrantes de oito para 19 países e grupo de Observadores Associados (OB). Destacou o fato de que países membros do MERCOSUL e da América do Sul também tenham solicitado ingresso na Comunidade. O chanceler Araújo pontuou que, para o governo Bolsonaro, era necessário continuar a apoiar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e ratificar do Acordo Ortográfico de 1990 por todos os países signatários, e anunciou a criação do “Instituto Guimarães Rosa”, para a “realização de ações conjuntas com todos os membros da CPLP”. Justificando o apoio do governo Bolsonaro à língua portuguesa, ele afirmou que ela era a “amálgama que liga e aproxima quatro continentes” e que a sua promoção era “a um só tempo, como objeto e objetivo da ação diplomática brasileira juntamente aos demais membros da CPLP.” Asseverou que “[a] língua é o pensamento, é a cultura, é a identidade. E a contribuição que todos nós temos a dar ao mundo nós a damos na nossa língua portuguesa. Defender a língua é, portanto, defender a nossa liberdade e o nosso lugar no mundo”.

O fato de o Brasil e a Guiné-Bissau fazerem parte da CPLP traz duas vantagens: primeiro, os acordos de cooperação intra-Comunidade<sup>94</sup> que foram ou podem ser transformados em cooperação específica com a Guiné-Bissau. A CPLP serve de retaguarda política do Brasil na articulação diplomática com outras instituições internacionais interessadas na situação da Guiné-Bissau como a ONU, a UA, a CEDEAO e a UE.

Na Guiné-Bissau, o governo Bolsonaro manteve os programas em execução no país sob a coordenação da Agência Brasileira da Cooperação (ABC) e por organizações brasileiras como o SENAI, a Embrapa, o SEBRAE, o Instituto Rio Branco (IRBr) do Itamaraty e a Polícia Federal. O presidente guineense, Umaro Embaló, visitou o Brasil pelo menos duas vezes no governo do presidente Bolsonaro. Na segunda viagem, um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) fez um *round trip* para que o presidente guineense participasse nas comemorações do 200º aniversário da independência do Brasil. Por uma razão ainda não tão clara, a mídia comercial brasileira alcunhou o mandatário guineense de “Bolsonaro da África”. Uma das hipóteses para essa alcunha é o fato de os dois governantes terem sido militares, antes de se tornarem políticos alçados à Presidência da República dos respectivos países.

No supracitado discurso no “Debate Político Geral” da 24ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em julho de 2019, o chefe da diplomacia do governo Bolsonaro assentou as razões porque o Brasil manteria também a cooperação com África:

[...] como tive a oportunidade de expressar na celebração do Dia da África [Dia 25 de maio] em Brasília, recentemente, no Palácio Itamaraty, a CPLP, em função da presença africana, apresenta igualmente oportunidades de cooperação com mecanismos regionais importantes, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), lembrando, ainda, que nosso português é, com grande honra, língua de trabalho da União Africana. O Atlântico e, notadamente, o Golfo da Guiné possuem papel central para vários de nossos países. Para o Brasil, o Atlântico Sul é parte fundamental de seu entorno estratégico. Nesse caso, procuramos cooperar, na CPLP, em ampla gama de temas, que atravessam a seara ambiental, a da proteção e aproveitamento dos recursos naturais e, ainda, os esforços comuns na área naval e na área de defesa (AGÊNCIA SENADO, 2019).

As palavras do chanceler Ernesto Araújo reiteraram algumas temáticas constantes na política externa brasileira para a África: o entorno do Atlântico, a importância das

---

<sup>94</sup> Existem uns 40 acordos intra-CPLP, dentre os quais o “Acordo de Cooperação entre Estados Membros da CPLP sobre o Combate ao HIV/SIDA”; “Acordo de Cooperação entre os Estados Membros sobre o Combate à Malária/Paludismo”; “Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da CPLP para Redução da Demanda, Prevenção de Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas”; “Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da CPLP”; e “Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa”.



organizações multilaterais e regionais na cooperação com os países africanos e o papel que a CPLP pode desempenhar na aproximação do Brasil com os países africanos.

Na Comissão das Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, o embaixador Brêtas Bastos seguiu a mesma linha de argumentação do chanceler Araújo, ao defender que o Brasil desse mais a atenção à África por causa de muitos interesses conjuntos, e acrescentou a necessidade de se combater, em conjunto, o tráfico de entorpecentes e grupos terroristas que atuam em alguns países africanos:

Temos que olhar muito seriamente para o Atlântico, pro ‘nosso rio’, porque novas ameaças surgem. Nosso petróleo está no Atlântico, o da África também. O petróleo da Guiné Equatorial está lá e, em São Tomé e Príncipe, devem ser identificadas reservas brevemente; já é sabido que eles também as têm. As operações conjuntas ainda ajudam no combate ao tráfico de drogas e mesmo contra eventuais ameaças terroristas contra alguns dos países. Continuaremos cooperando, especialmente através da Marinha (AGÊNCIA SENADO, 2022).

O diplomata Jackson Luiz Lima Oliveira corroborou os argumentos dos seus colegas diplomatas, em entrevista, no dia três de abril de 2020, ao “Diário das Nações”, quando exercia a função de ministro-conselheiro na Embaixada do Brasil na Nigéria. Ele asseverou ser

[...] quase impossível o Brasil se distanciar do continente africano. [...] Temos exportações para países africanos com alto valor agregado, um dos maiores do mundo com valor agregado. Para o restante do mundo, exportamos muito mais commodities, com pouco valor agregado. E o potencial de crescimento do continente africano, sobretudo agora que fez a zona de livre comércio africano, é muito grande. A África é e sempre vai ser, [...] claro que com uma variação para mais ou para menos, dependendo do governo no poder, mas a África é um parceiro incontornável na Política Externa Brasileira.

As razões referidas pelo chanceler brasileiro no governo Bolsonaro e pelos citados diplomatas apontaram para o fato de que, independentemente das posições ideológicas e das preferências ou não pelo Circuito Elizabeth Arden, os governantes brasileiros levam muito em consideração três fatores que tornam impossível o Brasil e a África darem-se as costas: geografia, cultura (DIGOLI; ASSIS; AGATA, 2016) e economia.

Do ponto de vista geográfico, o Brasil e a África estão coagidos a interagir entre si e a procurar soluções para questões de interesses mútuos, como se percebeu nas palavras do chanceler Ernesto Araújo e diplomatas supracitados: defesa, segurança da navegação, combate à pirataria e ao tráfico de drogas da América do Sul para a Europa via África, preservação do ecossistema marítimo e fluxo migratório no Atlântico Sul. Por exemplo, a Marinha do Brasil coopera com países africanos, através da prestação de apoio técnico para a operacionalização do Centro Regional de Coordenação da Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné, sediado nos Camarões (OLIVEIRA, 2022).

No que diz respeito à cultura, não é figura de retórica ou uma questão meramente estatística afirmar que “o Brasil é o maior país negro fora da África”. No censo do IBGE de 2010, 54% de brasileiros declararam-se negros, ou seja, pouco mais de 100 milhões de brasileiros eram negros autodeclarados. Para Benedita da Silva, deputada federal, ex-senadora da República e ex-governadora do Rio de Janeiro, as relações do Brasil com a África envolvem a sua história, as suas perspectivas e os seus desafios. Por isso, transcendem a diplomacia e dizem respeito à própria definição da identidade e do projeto nacional do povo brasileiro (AGÊNCIA SENADO, 2022).

No aspecto econômico, apesar de todos os problemas socioeconômicos e da instabilidade política em uns 10 países, a África pulsa. O embaixador Fernando Apparicio da Silva, em sabatina na Comissão das Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, afirmou que “[...] a África é estratégica para o mundo atualmente. As potências tradicionais estão lá e continuam lá, não querem sair de lá. As novas potências, como a China, têm uma presença cada vez maior na África” (AGÊNCIA SENADO, 2011). De fato, as velhas e novas potências mundiais não querem sair da África porque se trata de um mercado de 1.2 bilhão de potenciais consumidores (WORLD POPULATION REVIEW, 2018), com recursos naturais em abundância e em grande parte ainda por explorar.

De acordo com Bughin et al. (2018), do McKinsey Global Institute (MGI), apesar de choques e desafios, os gastos dos consumidores e de empresas africanas totalizavam USD 4 trilhões anualmente e estavam a crescer rapidamente. Os autores previram que, entre 2015 e 2025, o consumo das famílias africanas cresceria 3.8 por cento ao ano, o total de USD 2.1 trilhões, e os investimentos aumentariam de USD 2.6 trilhões para USD 3.5 trilhões até 2025. Pondere-se que a previsão passa por revisão por causa dos efeitos da pandemia do coronavírus.

Os gigantes empresariais e financeiros do mundo inteiro, sobretudo da China, EUA, Índia, União Europeia, Japão, Austrália, Oriente Médio (Qatar, Arábia Saudita etc.) e do próprio continente africano (África do Sul, Nigéria, Egito, Marrocos, Quênia, Tanzânia etc.) digladiam-se por oportunidades de negócios de centenas de bilhões de dólares na “última fronteira” da economia mundial.

O programa “Marketplace Africa” (CNN INTERNATIONAL, 2019) reportou que 10 mil empresas chinesas atuavam diretamente na África, principalmente na agricultura, pecuária, pesca, mineração, energia, indústria, saúde e educação; nos transportes e no comércio. Os chineses constroem rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, estádios e uma variedade de obras de infraestrutura de Norte ao Sul do continente. A joia da coroa da

cooperação chinesa com a África está em Addis Abeba, capital da Etiópia e da União Africana (UA): edifício-sede da UA que foi *doado* por Pequim a um custo de mais de 200 milhões de dólares.

Os Estados Unidos, por seu turno, apostaram numa África neoliberal e de portas abertas para seus interesses comerciais. Por isso, na administração Bill Clinton, instituiu “The African Growth and Opportunity Act” (AGOA), em maio de 2000, como Título 1 de “The Trade and Development Act”. Através de AGOA, o governo estadunidense oferecia incentivos para que os países africanos continuassem os esforços de liberalização de suas economias e a construção de mercados livres. O presidente republicano George W. Bush (filho) assinou emendas ao AGOA, em agosto de 2002, dando origem ao AGOA II. Outras emendas se sucederam ainda na administração Bush e também na do presidente Barack Obama. O AGOA deu à África acesso preferencial para vender seus produtos ao mercado estadunidense como nenhum outro país ou região no mundo com a qual os Estados Unidos não tenham acordo de livre comércio. Através de AGOA, os Estados Unidos ganharam aceitação em muitos países africanos que estavam sob a influência do bloco social-comunista. A administração estadunidense passou a reunir-se regularmente com lideranças políticas e econômicas da África para tratar do comércio, mas também da democracia e dos direitos humanos. Na verdade, a implantação da democracia (adoção do multipartidarismo, eleições livres e regulares, liberdade de expressão e de imprensa etc.) era uma das condições para um país africano tornar-se elegível aos benefícios do AGOA.

Grandes empresas estadunidenses da tecnologia da informação e de computação, da indústria automobilística, petróleo e mineração, de alimentos, farmacêutica, entre outras, estão na África. Em 2011, por exemplo, a Coca-Cola Company anunciou, na cúpula da Comunidade Econômica dos Países da África Austral e Oriental, um investimento adicional de USD 300 milhões no mercado africano (CNN INTERNATIONAL, 2019). Essa gigante de refrigerantes investe milhões de dólares em vastas plantações de nozes de cola na África Ocidental. As nozes de cola são utilizadas como ingredientes da bebida coca-cola.

Investidores afroamericanos, que movimentam mais de USD 530 bilhões por ano, estão também voltados para o continente-mãe. Por exemplo, na segunda metade de maio de 2008, mais de mil afroamericanos, sob a égide da TransAfrica Forum, juntaram pela quinta vez 2.500 governantes (19 chefes de Estado e de governo africanos), investidores e intelectuais para discutirem a cooperação entre os Estados Unidos e a África. Esse encontro tem acontecido regularmente. Os afroamericanos, através de organizações como a *International Foundation for Education & Self-Help* (Fundação Internacional para a

Educação e Auto-Ajuda, IFESH), já contribuíram na formação acadêmica e profissional de uns três milhões de africanos nos EUA e na própria África. O IFESH opera desde 1981 em iniciativas para a melhoria de vida de pessoas na parte subsaariana do continente, em particular no combate à pobreza e à HIV/AIDS e na alfabetização.

Desde o início deste século, a União Europeia e a União Africana reúnem-se periodicamente em busca de convergências das suas relações e para traçar novos rumos da cooperação multilateral, articulada também para dimensões bilaterais. Por exemplo, a emigração ilegal do continente africano para a Europa é discutida no âmbito multilateral, mas, costumeiramente, é negociada entre países, de acordo com os interesses bilaterais. O novo modelo de relação entre as duas organizações continentais destaca, além da migração africana para o continente europeu, o engajamento das partes na renegociação da dívida externa dos países africanos, investimentos, democracia, questões da segurança e devolução de bens históricos e culturais que foram levados pelas potências coloniais para a Europa. Concomitantemente, centenas de empresas europeias, sobretudo da França, Inglaterra, Espanha, Portugal, Suécia, Alemanha, Holanda e Itália, operam no continente.

Internamente, uma nova geração de políticos africanos trouxe uma visão diferente do continente nas últimas duas décadas. Nelson Mandela (1918-2013), um idoso com ideias novas, teria dito que a África devia cooperar, não pedir esmola, pois, um continente tão rico em recursos naturais e com um vasto mercado de centenas de milhões de pessoas, não podia continuar emperrado na cultura da pobreza e da submissão a interesses de terceiros; que a África necessitava de apoio dos países desenvolvidos, mas, ao recebê-lo, devia dar algo em troca porque quem só pede, tende a vender a própria liberdade e a sua capacidade de barganha. Logo, a nova visão africana de cooperação devia ser a seguinte: *“Você me dá dinheiro e tecnologia, em troca, eu lhe dou as minhas riquezas naturais e o meu mercado”*.

A nova postura, associada à estabilidade política na maioria dos 54 países independentes e à crescente adesão dos povos africanos ao regime democrático (transparência administrativa, multipartidarismo, eleições abertas e regulares, liberdade de expressão e de mídia, garantia dos direitos cívicos), explica a mudança gradual da percepção dos investidores externos com relação à África.

Assim, o contexto de reformas internas e os cenários econômicos positivos em muitos países africanos, apontavam que os governos brasileiros, inclusive o de Jair Bolsonaro, não ignorariam as demandas das empresas brasileiras que já atuavam no continente há

décadas, como Vale, Petrobras, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, OAS, Odebrecht e Queiroz Galvão<sup>95</sup>.

Souza e Souza (2019, p. 124) afirmaram que as empresas brasileiras perceberam o grande potencial de expansão de suas operações no continente africano e passaram a fazer consideráveis investimentos, especialmente em projetos de exploração de petróleo, mineração, construção civil e agricultura e pecuária um pouco por todo o continente. Citando Vietas e Aboim (2013), Souza e Souza (2019, p. 123-124) destacaram que, no início da década de 2010, 25 grandes companhias brasileiras atuavam em 30 países africanos, impulsionadas pelos incentivos financeiros do BNDES para investimentos na África.

Souza e Souza (2019, p. 123) afirmaram que

[d]e uma perspectiva econômica, a aproximação do Brasil ao continente africano seguiu potencialidades que resultaram no surgimento de novas 'oportunidades comerciais e econômicas' (SEABRA, 2014, p. 79). [...] Observa-se que o financiamento público das exportações para a África por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES] foi a maior política comercial aplicada nesse sentido (VEIGA, 2013), sendo a 'principal instituição para o suporte financeiro ao Investimento Direto Externo (IDE) e às exportações de bens e serviços brasileiros' (VIEITAS; ABOIM, 2013). Iniciativas como a criação de linhas de crédito para investimento em países africanos e a inclusão de alguns deles no BNDES Exim (2007) e depois no BNDES Exim Automático (2013) facilitaram a obtenção de capital para investimentos brasileiros na região (VEIGA, 2013; VEIGA; RIOS, 2015; VIEITAS; ABOIM, 2013).

De acordo com Souza e Souza (2019, p. 123-124), essa política de incentivo aos investimentos contribuiu com o processo de considerável internacionalização de grandes empresas brasileiras. O governo Lula da Silva criou condições para outras empresas que quisessem fazer negócios na África, principalmente nos principais países importadores de produtos brasileiros: Egito, África do Sul, Angola, Nigéria, Marrocos e Argélia. Os autores constataram que, entre 1997 e 2018, o Egito foi o maior importador de produtos brasileiros, com 20% de toda a exportação do Brasil para a África, seguido da África do Sul (17%), Nigéria (12%) e Angola (10%). Juntos, os quatro países representavam 60% do valor exportado à África no período (BRASIL, 2019a apud SOUZA; SOUZA, 2019, p. 125).

Souza e Souza (2019) enfatizaram que a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) tem realizado missões empresariais à África, para promover produtos brasileiros, prospectar negócios e consolidar as exportações para o continente. Ponderaram que, mesmo em 2014, ano em que a cooperação Brasil-África sentiu

---

<sup>95</sup> As citadas grandes construtoras brasileiras minguaram em consequência da Lava Jato, a operação de combate à corrupção que condenou e levou à cadeia políticos (exemplo, o presidente Lula da Silva), e empresários e executivos dessas empresas e aplicou-lhes multas pecuniárias milionárias.

os efeitos da crise econômica no governo da presidente Dilma Rousseff, o país exportou USD 1.225 bilhão para a África do Sul e importou USD 732 milhões, com um saldo comercial positivo no valor de USD 493 milhões. Os principais produtos exportados foram carnes (aves, bovina e suína), açúcar, farinha de milho, calçados e móveis, veículos automotores (principalmente ônibus), geradores e transformadores elétricos. Já as exportações para Angola totalizaram USD 1.261 bilhão, em 2014, e as importações USD 1.109 bilhão, resultando em um saldo comercial positivo para o Brasil no valor de USD 152 milhões. Em 2015, de acordo com Souza e Souza (2019), a Apex-Brasil levou 40 empresas brasileiras dos setores de máquinas e equipamentos, construção civil, alimentos e bebidas, à Angola, África do Sul e Moçambique, para fazerem negócios com países africanos.

O embaixador Fernando Apparicio da Silva (AGÊNCIA SENADO, 2011) constatou que, por gozar de enorme simpatia na África, “[n]ossos exportadores estão interessados na África, bem como nossas empresas de mineração, nossas empresas de energia, nossas construtoras”. Souza e Souza (2019, p. 136) destacaram que, “[d]esde 1999 até o seu ápice em 2011, as exportações do Brasil aumentaram seu valor em 917%, ainda que registrando queda considerável até 2015”.

Com relação à Guiné-Bissau, Abdenur (2017) disse que o país não era um parceiro comercial relevante para o Brasil, nem um dos destinos preferenciais de investimentos brasileiros. Por exemplo, as exportações brasileiras eram de pouco mais de USD 563.000 e não havia registros de importação nos últimos anos (AGÊNCIA SENADO, 2023). Por isso, a cooperação oficial do Brasil podia ser entendida como um compromisso político mais amplo, com o objetivo de apoiar na estabilização política e no desenvolvimento do país africano, e o comprometimento político do Brasil deveu-se também ao conceito de entorno estratégico do Atlântico Sul.

Entretanto, no contexto geral das relações Brasil e África, somam-se a esses fatores (geografia, cultura e economia), o prestígio e a “enorme simpatia” (APPARICIO DA SILVA apud AGÊNCIA SENADO, 2011) que o Brasil goza nos países africanos, graças à credibilidade da sua diplomacia no sistema das Nações Unidas, somada à sua pujança econômica que interessa aos países africanos e à atenção que tem dado à Cooperação Sul-Sul.

Amorim (2011, p. 481) atestou que, nas viagens ao continente ao longo de décadas, constatou que “a África tem sede de Brasil”. Ele percebeu que, apesar de todas as mazelas que ainda existiam na sociedade brasileira, “a África vê no Brasil um pouco o resultado de sua contribuição”. Acrescentou que “o Brasil é visto, talvez por ser um país em desenvolvimento, que enfrenta desafios semelhantes aos deles [africanos] e tem conseguido superá-los, como

um paradigma que os países africanos gostariam de seguir, ou cuja experiência gostariam de emular”. Afirmou que, no primeiro périplo do presidente Lula da Silva pela África (Nigéria, Gana, Guiné-Bissau, Senegal e Camarões), sentiu “uma demanda, por todos os lugares em que estivemos”.

O veterano diplomata atestou que “[o] Brasil é, cada vez mais, um interlocutor para a discussão de temas africanos. Isso não quer dizer que, no passado, nós não tenhamos feito nada. [...] Estivemos em Angola e Moçambique. Mas, dessa vez, senti algo diferente. Primeiro, senti uma demanda, por todos os lugares em que estivemos” (2011, p. 32-33). Reiterando as palavras de Amorim, o embaixador Fernando Apparicio da Silva (AGÊNCIA SENADO, 2011), na já citada sabatina na Comissão das Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, disse que, “[...] ao contrário dos outros países, o Brasil goza, na África, de uma enorme simpatia”.

Amorim (2011, p. 32-33) afirmou que na África foi solicitada maior participação do Brasil na busca de solução para a crise não só na Guiné-Bissau, como também em outras crises no continente. Citou, a título de exemplo, o então secretário geral da CEDEAO que “[...] demandou maior presença política do Brasil para ajudar a resolver a crise [na] Guiné-Bissau” (p. 33). Pontuou que

[n]o Gana e no Senegal, nosso envolvimento na Guiné-Bissau teve uma receptividade grande, o que tem muito a ver, naturalmente, com o presidente Lula, mas também com o Brasil. [...] A pedido do próprio presidente Lula, eu liguei [...] ao secretário-geral da ONU para falar sobre Guiné-Bissau. Recebi [...] o telefonema da ministra de Moçambique sobre o mesmo tema (AMORIM, 2011, p. 33).

A solicitação da participação do Brasil na África também foi feita pelo presidente João Bernardo Vieira Nino, quando visitou o Brasil em novembro de 2007 em retribuição à visita que o presidente Lula da Silva fizera à Guiné-Bissau em 2005. No encontro com o senador Tião Viana, na ocasião presidente interino do Senado, o chefe de Estado guineense convidou o Brasil a conhecer melhor a África, a fim de ajudar o continente a enfrentar as dificuldades no combate à pobreza, às doenças e ao analfabetismo (AGÊNCIA SENADO, 2007).

O mandatário guineense solicitou a participação do Brasil na África, não explicitamente na Guiné-Bissau. Ele estava ciente de que falar da África era, na prática, falar da Guiné-Bissau. O pedido de Nino Vieira enquadrava-se numa aparente contradição sobre o *locus* biográfico dos africanos. Ao mesmo tempo em que, naturalmente, estão ciosos dos seus territórios biológicos e culturais e são capazes de derramar o sangue para preservá-los e mantê-los longe de invasores eventuais, eles sentem conexão cultural e política com outros

territórios biográficos africanos. Isso explica a postura do presidente Nino Vieira na referida visita ao Brasil e de outros líderes africanos que também solicitaram mais envolvimento do Brasil na África, inclusive na Guiné-Bissau. O presidente guineense estava ciente de que a estabilidade na Guiné-Bissau era também uma contribuição para a paz e segurança na circunvizinhança. A mesma lógica sobre a paz e estabilidade valia para outros países africanos, a começar pelos vizinhos.

Amorim (2011, p. 487-488) citou que, no âmbito cultural, o Brasil realizou, por exemplo, a segunda “Reunião dos Intelectuais Africanos e da Diáspora” na Bahia. A ideia da reunião tinha sido dada pelo presidente do Senegal e foi prontamente encampada pelo governo brasileiro, pois, percebeu que, “[...] além de ações individuais e de algumas ações com a União Africana, seria importante para o Brasil, dada a sua dimensão, buscar um relacionamento com os vários grupos de países”. Isso porque, de acordo com Amorim (p. 488), “[...] são várias Áfricas, com várias realidades. Uma coisa é se relacionar com os países da SADC, Angola, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue, África do Sul. Outra é se relacionar com os países da África Ocidental. Outra ainda, mais difícil, por estar mais longe, é se relacionar com os países da África Oriental ou Centro-Oriental [...]”.

Ao falar do apreço pelo trabalho do Brasil e de brasileiros na África, Amorim (2011, p. 344) afirmou que

[n]os idos de 1989, nosso então embaixador em Moçambique, o embaixador Nazareth, teve a ideia de fazer um Centro Cultural em Maputo. O ministro da Cultura da época, José Aparecido de Oliveira [...] apoiava a iniciativa [...] Certo dia, estou lendo o *International Herald Tribune*, que trazia um artigo sobre Moçambique, em plena guerra civil (Ainda era o tempo do apartheid na África do Sul, que apoiava [a] Renamo, hoje um movimento político normal [...] contrário ao governo da Frelimo. Era uma guerra civil devastadora. Moçambique, talvez depois de Angola, foi um dos países com o maior número de minas antipessoais do mundo). O jornal dizia que, em Maputo, uma cidade em que não acontecia quase nada, que estava totalmente sujeita a apagões, só havia uma coisa que pulsava: o Centro Cultural Brasileiro.

A posição do Brasil sobre os direitos humanos reforça a sua aceitação pela classe política na África. Ao contrário dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e dos países da EU, o Brasil não condiciona as suas relações com a democracia e os direitos humanos, embora seja uma das maiores democracias no mundo. “Não acreditamos que os problemas de direitos humanos devem ser enfrentados simplesmente com condenações – às vezes até são necessárias condenações, mas não somente ou simplesmente com condenações. São necessárias ações concretas, que melhorem efetivamente a vida das pessoas” (AMORIM, 2011, p. 489).



Tradicionalmente, o Brasil defende solução pacífica para conflitos e contendas; que as questões concernentes aos direitos humanos não sejam tratadas, logo de imediato, pelo Conselho de Segurança da ONU porque, “[e]m geral, [...] em 90 por cento dos casos isso ocorre com países em desenvolvimento, países pobres e em geral na África” (AMORIM, 2011, p. 265). Com relação ao presidente brasileiro, em particular Lula da Silva, o ministro Celso Amorim (2011, p. 34) convenceu-se de que, na África, “[t]alvez não houvesse a mesma receptividade se se tratasse do presidente de um país europeu ou de outro país desenvolvido”. Para ele, o Brasil deixou “[...] de ser um estranho que apenas age porque é, incidentalmente, presidente da CPLP, ou porque é membro não permanente do Conselho de Segurança [da ONU]. Essa mobilização foi proposital, porque temos uma efetiva *capacidade* de agir na região – e também temos o *desejo*”.

A credibilidade da diplomacia brasileira caracteriza-se pela sua capacidade de escuta e defesa do diálogo, da opção pelo multilateralismo, da autonomia diplomática, da política de não intervenção ou interferência e da atitude de não arrogância no trato com outros países.

Em primeiro lugar, o Brasil é um dos membros originários da ONU, cujo tratado constitutivo foi promulgado no direito brasileiro pelo Decreto nº 19.841/45 (MARQUES; RAPOSO, 2020, p. 30). O país já foi eleito pelo menos 11 vezes para o Conselho de Segurança como membro não permanente, contando com o biênio 2022-2023. Junto “[...] com o Japão, é o membro não permanente que mais vezes esteve no Conselho de Segurança” (AMORIM, 2011, p. 243).

Amorim (2011, p. 243) afirmou que a “[...] questão da presença do Brasil no Conselho de Segurança é tão antiga quanto à própria fundação da ONU”. Ele citou uma tese de 1994, de autoria de Eugênio Vargas, e outras antigas, dentre as quais a de José Roberto Almeida Pinto, sobre a possibilidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a posição do Brasil nessa instituição. Segundo Amorim (p. 243), Eugênio Vargas “deu à tese o nome de ‘O sexto membro permanente’, que mostra que o tema ‘Brasil no Conselho’ está presente desde o início da fundação das Nações Unidas”. Acrescentou que, “[e]m suas memórias, Cordell Hull, secretário de Estado durante quase todo o período da guerra, conta que o presidente Roosevelt desejava ver o Brasil membro permanente do Conselho de Segurança. [...] Naquela ocasião, discutia-se ainda a composição do Conselho, se haveria veto ou não, como as coisas se organizariam” (AMORIM, 2011, p. 438).

No entanto, de acordo com o diplomata brasileiro,

[o] Brasil, afinal, não foi contemplado porque – ironia das ironias – os Estados Unidos estavam muito interessados, naquela época, que a China fosse membro do Conselho de Segurança; era naturalmente a China de Chiang Kai-shek. E o Reino

Unido estava interessado que a França, que havia se unido aos Aliados somente no final da guerra, integrasse o Conselho de Segurança. Churchill [então primeiro-ministro da Grã-Bretanha] queria que a Europa tivesse mais peso (AMORIM, 2011, p. 438).

Amorim (p. 438-239) explicou que o governo estadunidense tinha alguma resistência à França, porque não tinha muita simpatia pelas atitudes do General Charles De Gaulle, e achava que a França não desempenharia um grande papel no Conselho. Mas, o governo britânico defendia que era importante manter o equilíbrio geográfico, dando peso relativo à Europa. Enquanto o primeiro-ministro britânico Winston Churchill queria a França no Conselho, o presidente estadunidense Franklin Roosevelt advogava pela China. Amorim hipotizou que a posição de Washington foi “[...] talvez para contrabalançar um possível soerguimento do Japão mais tarde, e também porque a China, naquela época, seria um aliado dos Estados Unidos”. O veterano diplomata afirmou que o Brasil sofreu também a oposição da União Soviética, porque Josef Stalin via nele um aliado natural dos Estados Unidos. Acabou que a França tornou-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, graças ao apadrinhamento da Grã-Bretanha de Churchill, e a China contou com o apoio de Franklin Roosevelt dos Estados Unidos. Finalmente, na composição dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil foi preterido por falta de “padrinhos”.

O embaixador Amorim (2011, p. 439) observou que, naquela época, havia pouco interesse do Brasil de fazer parte do Conselho de Segurança, pois tinha outras prioridades, como, por exemplo, o reconhecimento da Argentina como membro originário das Nações Unidas. “Há quem diga que uma das coisas em que o Brasil preferiu colocar ênfase foi conseguir que a Argentina fosse considerada membro originário das Nações Unidas, pois os Estados Unidos, entre outros países, consideravam que nosso vizinho havia tido uma posição ambígua em relação ao Eixo [Alemanha, Itália, Japão etc.] até muito tarde”.

Todavia, com o passar dos anos, o Brasil mudou de postura e passou a cobrar lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. Isso porque, fora o poder de veto conferido aos seus membros permanentes, o CSNU possui poder normativo. De acordo com o artigo 24 (1) da Carta, ele possui responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacional; age, quando necessário, em nome de todos os membros da ONU. A manifestação do CSNU no plano jurídico ocorre por meio de resoluções, as quais, uma vez aprovadas pelo rito do artigo 27 (3), devem ser obrigatoriamente cumpridas pelos Estados-membros das ONU, nos termos do artigo 25. Por exemplo, a obrigatoriedade de cumprimento das resoluções do CSNU foi abordada pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), em contexto

de violação da Resolução nº 276/1970 pela África do Sul. A CIJ firmou entendimento no sentido de que o efeito obrigatório das resoluções deve ser aferido caso a caso, a partir dos seguintes critérios: a linguagem utilizada na resolução; as discussões que resultaram na resolução; os dispositivos legais citados; e as demais circunstâncias que possam auxiliar na sua interpretação (MARQUES; RAPOSO, 2020, p. 30-31).

No governo Lula da Silva, o Brasil defendeu “mudanças na governança global”, pois, “[...] tem, sim, muito interesse na mudança da ordem internacional, em criar uma ordem internacional que seja multipolar. A mudança do Conselho de Segurança é parte dessa mudança” (AMORIM, 2011, p. 437). A posição do Brasil sobre o alargamento do Conselho de Segurança da ONU implica a incorporação de novos membros permanentes. O embaixador Amorim afirmou haver “uma crescente convergência para a necessidade de países em desenvolvimento, que tenham uma capacidade de ação regional e global, estejam representados de maneira permanente no Conselho de Segurança – sem prejuízo da presença dos demais, que, atualmente, vai continuar a existir” (p. 77).

O diplomata brasileiro<sup>96</sup> disse que, nas vezes em que assumiu assento no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil sempre deu a sua contribuição positiva, graças à sua capacidade de escutar os seus interlocutores. De acordo com Amorim (2011, p. 331), “[o] Brasil desenvolveu a capacidade de ouvir, que é muito apreciada”. Destacou que “[u]ma das coisas importantes – e válida em qualquer negociação – é não vir com ideias preconcebidas, sobretudo quando se pretende ajudar os outros”. Mas, ponderou que a capacidade de escuta requer também que se tenham próprias ideias e princípios firmes, principalmente, quando os interesses nacionais estão envolvidos diretamente; “[...] quando você tenta ajudar em um processo que envolve outros atores, e tem muitas ideias preconcebidas, perde a capacidade de ouvir, tende a traduzir tudo de acordo com seus preconceitos, sua visão de mundo, e isso faz de você um interlocutor pouco útil, mesmo que tenha bomba atômica”.

Como citei com relação à aceitação pela classe política africana da posição do Brasil sobre os direitos humanos, Amorim (2011, p. 334) constatou que os países centrais complicam-se na lida com essa questão. Muitas vezes condenam violações dos direitos humanos apenas para desengano de consciência por causa do passado colonialista ou por condescendência com governantes aliados:

[...] há uma diferença entre querer ajudar na questão dos direitos humanos para que os países melhorem, ou simplesmente adotar uma atitude de condenação, que, na maioria das vezes, serve apenas para apaziguar sua própria consciência. Isso é

---

<sup>96</sup> Celso Amorim foi chefe da diplomacia no governo do presidente Itamar Franco e no primeiro mandato do presidente Lula da Silva. Atualmente, é assessor especial da política externa no terceiro mandato de Lula.

verdade, sobretudo, quando se trata de uma potência colonial que cometeu vários abusos. Ou, então, serve para apaziguar a consciência em relação a outros abusos com os quais você é condescendente em função de uma aliança militar (AMORIM, 2011, p. 334).

O embaixador Amorim destacou a importância do diálogo no processo de escuta como um diferencial em relação à atitude das potências centrais do Ocidente que privilegiam a condenação dos países que violam os direitos humanos:

Há uma diferença entre essa atitude de condenação, que só serve para colocar um diploma na parede, e a tentativa de ajudar efetivamente a resolver os problemas. [...] É difícil, em cada caso, ter certeza de que existe uma possibilidade de diálogo, de convencimento e de avanço na situação concreta – ciente de que isso deve ser feito em silêncio, ou com discrição –, ou se não há mais possibilidade de persuasão e a única coisa que resta passa a ser uma crítica mais forte (AMORIM, 2011, p. 334).

Para Amorim (2011, p. 335),

[d]e modo geral, enquanto for possível manter o diálogo, é melhor. O diálogo cria brechas, aberturas naqueles interstícios. As pessoas podem começar a respirar, a se comunicar, e isso gera uma dinâmica positiva. Essa é a visão que temos. Por isso, o Brasil apoiou [...] esse *peer review* que se chama Revisão Periódica Universal, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos. É um mecanismo a que todos os países são submetidos.

Ainda em defesa do diálogo, Amorim (p. 335) acrescentou que,

[a]ntes, funcionava assim: se você era uma grande potência e se o país a ser analisado era seu amigo, ele ficava isento, nunca aparecia e nunca havia uma resolução sobre ele. Mas, se o país em tela não era tão seu amigo, ou se estava longinquamente no continente africano, você podia fazer uma resolução, condenar, mandar prender, levar a um tribunal internacional. O que nós procuramos fazer é estimular o diálogo, especialmente quando houver uma possibilidade de engajar, de maneira positiva, os organismos regionais, que normalmente exercem maior influência.

Para enfatizar a pertinência do diálogo na diplomacia, Amorim (2011, p. 336) citou vários casos, dentre os quais as crises políticas no Iraque, na Líbia, no Zimbábue, na Iugoslávia e na Venezuela, que contaram com a participação da diplomacia brasileira.

O Brasil votou contra a ampliação de sanções e a intervenção armada no Iraque e apoiou a ida de Kofi Annan, então secretário-geral da ONU, acompanhado de uma delegação da organização, para inspecionar os palácios do presidente iraquiano Saddam Hussein. “O Brasil teve papel decisivo em encontrar uma solução para esse problema [...]”.

No caso da Líbia, o Brasil contribuiu para que as posições divergentes se aproximassem e que as sanções fossem suspensas. Amorim (2011, p. 250-251) explicou, em síntese, a ação do governo brasileiro nesse caso:

Desenvolvemos um arrazoado sobre por que achávamos que se deveria iniciar um processo de revisão das sanções. Havia uma contradição entre as medidas do Conselho de Segurança e as obrigações do Protocolo de Montreal sobre aviação civil apontada por alguns juizes da Corte, inclusive pelo brasileiro José Francisco Rezek.

[...] Os líbios ficaram muito contentes com a nossa ação, e os árabes, em geral, também.

De acordo com Amorim (2011, p. 336), o Zimbábue tinha “[...] um governo com cujas práticas, em muitos pontos, não concordamos. Portanto, não é que favoreçamos o governo zimbabuano. Mas qual era o melhor meio para atuar sobre a questão? A melhor solução era favorecer o diálogo”. Citou que a Southern Africa Development Community (SADC, sigla em inglês para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) estava tratando da questão e o governo brasileiro apoiou, como é sua tradição diplomática, a opção pelo diálogo. Acrescentou que, em certa ocasião, o então presidente sul-africano Thabo Mbeki e outras autoridades que visitavam Harare (capital do Zimbábue) disseram a ele: “Vocês [Brasil] têm que ajudar o Zimbábue, porque haverá uma crise alimentar tremenda”. No que Amorim indagou: “O certo teria sido isolar o país? Quem sofria com as sanções contra o Zimbábue? Era o presidente Mugabe, objeto das sanções?” Ele mesmo respondeu: “Não, era o povo do Zimbábue. Então, temos que encorajar o diálogo para que a vida das pessoas possa melhorar de fato”.

Com relação à Iugoslávia, por consenso dos membros do Conselho de Segurança, o Brasil, na pessoa do próprio Celso Amorim, presidiu o Comitê de Sanções. Na verdade, e tal como aconteceria anos depois na guerra civil na Guiné-Bissau, “[s]ó havia consenso em torno do Brasil. Era o único país aceito tanto pela Rússia e China quanto por Estados Unidos, Reino Unido e França” (AMORIM, 2011, p. 251).

A proposta do Brasil ao diálogo ajudou a aliviar a crise política na Venezuela, quando o então presidente Hugo Chávez chegou a ser detido por uma ala rebelada de oficiais militares. Amorim (2011, p. 386) defendeu que, “[p]ara mediar uma situação, é necessário ter diálogo com todos os lados”. Sobre esse caso, ele disse que o

presidente Lula propôs formalmente a ideia de criar um Grupo de Amigos da Venezuela [...] Por iniciativa do Brasil, realizou-se uma reunião de presidente entre Colômbia, Chile, México e Peru, além do secretário-geral da OEA. Nela, o presidente Lula propôs a criação de um Grupo de Amigos com uma composição equilibrada que permitisse ter diálogo tanto com o presidente Chávez quanto com a oposição. O fato de o grupo ter sido criado no âmbito da OEA tinha razão de ser: já havia resoluções da OEA relativas à Venezuela, e o secretário-geral da OEA tinha mandato para buscar uma solução para essa questão. Então, em vez de criar-se um Grupo de Amigos da Venezuela, que poderia parecer, para muitos, uma interferência em negócios internos do país, a solução tecnicamente correta que encontramos foi a de criar um ‘Grupo de Amigos do secretário-geral da OEA para a Venezuela’.

Amorim (2011, p. 72) disse, ao referir-se às sanções contra a Venezuela, que “[...] o convívio serve de ensinamento, serve para troca de experiências”, pois, a “pretensão ao isolamento, mesmo que justificável [...], é impossível de realizar.” E concluiu que “[...] temos

que trabalhar o melhor possível, o mais intensamente possível, fazendo valer o nosso ponto de vista, mas sem arrogância, sem imposição”.

O chanceler Amorim (2011, p. 74) defendeu que o multilateralismo “é o único meio, no plano global, para realizar [...] a paz, a justiça, o desenvolvimento. E, citando o presidente Lula da Silva, afirmou que o multilateralismo está para a paz, o desenvolvimento e a justiça no mundo, “como a democracia está para esses objetivos no plano interno” de um país. Ele reforçou que o multilateralismo permite que os países e as partes se aproximem de algo parecido com a democracia, mesmo reconhecendo que ele “[...] está longe de representar uma democracia em escala internacional”, pois, existem desigualdades e assimetrias nos processos decisórios e as decisões multilaterais demandam negociações nem sempre fáceis no Legislativo. “É um caminho mais difícil para alcançar os objetivos do que certos atalhos, mas é um caminho muito mais seguro, da mesma maneira que a democracia internamente também, às vezes, é um caminho mais longo”. Explicou que “[u]ma ação do Conselho de Segurança não tem só a legitimidade e a legalidade, mas é, no fundo, mais eficaz. Porque ela tem o apoio da comunidade internacional, tem pelo menos o potencial e a necessidade do apoio da comunidade internacional, enquanto as ações unilaterais, não”.

Amorim (2011, p. 75) afirmou que o multilateralismo era “[...] um *leitmotiv* que percorre as nossas ações, seja na área do meio ambiente, seja no comércio, seja, mais estritamente, no âmbito das Nações Unidas, da paz e da segurança internacionais”. Pontuou que o multilateralismo passava por duas crises: uma no plano político e outra, no econômico, e, a título de exemplo de crise no plano político, a dificuldade que a ONU tem tido em negociar e levar a bom termo o processo de paz duradoura no Líbano, particularmente, no que tangia as escaramuças entre as partes em conflito. Lamentou que, apesar dos esforços do então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, nada foi avançado porque a falta de uma definição por parte do Conselho de Segurança imobilizou a organização. Discutiam-se, de acordo com Amorim (2011, 76), duas resoluções: “uma só para a cessação de hostilidades e outra, depois, para tratar da paz mais duradoura e da força de paz”. Ficou-se num impasse.

No plano econômico, a crise do multilateralismo podia ser exemplificada na Organização Mundial do Comércio (OMC) porque, segundo Amorim (2011, p. 80), “[o] sistema multilateral de comércio está ameaçado pela intransigência de uns e também porque os países ainda olham somente para os seus interesses.” Entretanto, no âmbito da OMC, “[...] até os países ricos foram obrigados a reconhecer que a dimensão do desenvolvimento tem que estar presente no comércio e, por isso, o processo negociador lançado na [organização], em 2001, foi chamado de Agenda de Desenvolvimento de Doha”. Nesse contexto, “[...] a

verdadeira solução para os países pobres está mais na OMC do que no Banco Mundial, porque, por meio de um comércio mais justo e mais aberto, que reconheça também as assimetrias entre os países e as necessidades dos mais pobres [...]”. Ele citou que, enquanto a OMC trabalha na perspectiva multilateralista e os seus processos decisórios são relativamente mais democráticos, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI) o processo de tomada de decisões é “totalmente concentrado”.

A política externa brasileira de autonomia e o seu pragmatismo vinham de longe. Por exemplo, de acordo com Amorim (2011, p. 218), na participação de Rui Barbosa na Conferência de Paz de Haia, “o Brasil deu mostras de autonomia, procurou abrir espaços novos, sobretudo no período da chamada política externa independente, formulada e executada entre os governos de Jânio Quadros e João Goulart”. Amorim (2011, p. 218) afirmou que entrou “no Instituto Rio Branco sob a égide de uma política externa inovadora, ousada, criativa, corajosa, firme, com prudência, mas, sobretudo, com coragem”. Citou que o embaixador San Tiago Dantas tornou-se um grande símbolo dessa política e que os seus discursos em Punta del Este no Uruguai tornaram-se referência na diplomacia brasileira. De acordo com Amorim, com base na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), que não previa a expulsão nem suspensão de um membro do sistema interamericano, San Tiago apresentou duas objeções a uma resolução pela exclusão de Cuba por causa do seu regime comunista. “A primeira objeção [...] era de que se estava aplicando uma punição não prevista. A segunda – e a mais importante, porque essa tem uma abrangência conceitual que se aplica nos dias de hoje a outras situações – era sua convicção de que o isolamento não era o remédio, ainda que pudesse haver opiniões, e certamente havia opiniões fortes, contrárias ao regime cubano” (AMORIM, 2011, p. 219).

Amorim (2011, p. 463) lembrou-se de que “[...] o Brasil quase exerceu, quando era membro não permanente, um poder de veto informal sobre uma resolução relativa à Angola com a qual não concordávamos. Simplesmente ameaçávamos de nos abster. Isso causou tal frisson que a resolução foi renegociada”. Assim, mesmo não sendo membro permanente do Conselho de Segurança e, portanto, não dispondo do poder de veto, o Brasil não deixa de exercer o poder de persuasão de que dispõe e a sua política externa autônoma. Citou que, no governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), o Brasil absteve-se na votação da Resolução 940 (1994) do Conselho de Segurança que autorizou uma força de intervenção no Haiti, para recolocar Aristide na Presidência da República. A posição do Brasil foi de encontro à dos Estados Unidos, que estavam em alta tensão com o governo de Cuba. Ponderou que o Brasil não estava indiferente ao problema no Haiti; estava contra a

intervenção nos moldes apresentados na Resolução. “A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida pela Resolução 1542 (2004) do Conselho de Segurança”. Ele observou que o governo Lula da Silva mantinha “[...] intransigentemente nossa tradição diplomática pacifista e de respeito ao direito internacional” e foi isso “[...] que nos permitiu ser instrumentais na criação do Grupo de Amigos da Venezuela e nas gestões da Unasul [União da América do Sul] em prol da paz e reconciliação na Bolívia” (AMORIM, 2011, p. 28).

O Brasil também é reconhecido pela sua política de não intervenção ou interferência em outros países e de não arrogância, principalmente no trato com países menos fortes que ele. Amorim (2011, p. 387) disse que “[é]ramos muito cuidadosos com a possibilidade de interferência nos assuntos internos de outros Estados”. “A lógica da diplomacia brasileira é de ‘não indiferença’, como complemento (não alternativa) a não intervenção”. Explicou que o Brasil combinava “o princípio básico da não intervenção nos assuntos de outros Estados com uma atitude de ‘não indiferença’” (p. 274-275). Ele citou, como exemplo da atitude de não arrogância com outros países, o ajuste do acordo de Itaipu binacional entre o Brasil e o Paraguai. Para Amorim, não adiantava “ter uma atitude arrogante. É claro que o Brasil não pode ignorar sua importância, mas não pode ter uma atitude arrogante com os países menores” (p. 404). O Brasil tem cuidado de não prejudicar os países menos fortes que ele ou impor soluções para eles. Ele justificou que “[...], se o fizer, tende a gerar ressentimento que acabará afetando outros interesses no futuro. Isso se aplica ao bilateral *stricto sensu* e também à negociação com um grupo de países” (AMORIM, 2011, p. 367).

O embaixador Amorim (2011, p. 367) recordou que,

[n]as negociações do MERCOSUL com o grupo andino, em muitos casos, o Brasil fez concessões não recíprocas ou, pelo menos, não simétricas. Por exemplo, a desgravação de nossos produtos começava antes da desgravação dos produtos desse grupo. Admitimos exceções para ele, que se prolongavam por um período maior. Por quê? Porque, sendo a economia mais forte, o Brasil sabia que, de qualquer maneira, seria beneficiado por aquele acordo.

Adicionalmente, apesar de ser um país com muitos problemas socioeconômicos, o Brasil tem o histórico de dar apoio financeiro a países menos desenvolvidos. Dois exemplos: doou 50 milhões de dólares para o Haiti pós-terremoto (AMORIM, 2011, p. 488) e, através do Escritório da Alta Comissária para os Direitos Humanos, “1 milhão de dólares para um programa de combate à violência sexual contra a mulher, sobretudo em situações de conflito” na República Democrática do Congo.



Entretanto, tal como não adota a atitude de arrogância com os países menores que ele e cuida de não impor as suas vontades sobre eles, o Brasil também não tem tradição de subserviência às superpotências mundiais, mesmo que, pontualmente, algum governante brasileiro, como Jair Bolsonaro, tenha professado deferência à bandeira estadunidense e alinhamento quase incondicional ao presidente Donald Trump.

Amorim (2011, p. 270) afirmou que Joaquim Nabuco e o barão do Rio Branco, o primeiro embaixador brasileiro em Washington, ajudaram a “forjar uma forte relação com os Estados Unidos”, quando esse país era ainda uma potência em ascensão. “Aos olhos atuais, esta atitude pode parecer um exercício de submissão. Na verdade, tratava-se de liberar o Brasil dos excessos da influência europeia. Não seria de todo descabido dizer que, *mutatis mutandis*, trabalhar com os Estados Unidos na virada do século passado equivalia, de certo modo, a buscar fortalecer o que hoje chamaríamos de multipolaridade” (AMORIM, 2011, p. 270).

Entretanto, Amorim (2011, p. 270) tratou de enfatizar que, sempre que foi necessário se posicionar em defesa de seus interesses, o Brasil adotou uma postura independente em relação ao governo dos Estados Unidos. Listou dois posicionamentos, entre vários, que a diplomacia brasileira tomou que desagradaram aos Estados Unidos: Cuba e ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). No caso de Cuba, o Brasil, sob o regime militar, votou a favor da imposição de sanções contra Cuba pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e rompeu as relações diplomáticas e comerciais com o governo cubano. Mas, a contragosto de Washington, absteve-se na votação que tentou revogar a resolução que impôs isolamento à Cuba na reunião realizada em Quito no Equador.

A ideia da ALCA foi lançada pelo presidente George Bush (pai), mas as negociações para a sua efetivação arrastaram-se até ela ser enterrada quando Lula da Silva assumiu a Presidência do Brasil, em 2003. O governo brasileiro achava que a ALCA não seria benéfica para o Brasil e a América Latina. Como alternativa, o governo de Lula da Silva defendeu, de acordo com Amorim (2011, p. 64), a criação da área de livre-comércio na América do Sul e depois uma organização de cooperação dos países latino-americanos.

Da mesma forma, o Brasil soube enfrentar com paciência a arrogância dos países centrais, quando estava submetido aos programas de ajustamentos ou reestruturação da sua dívida externa. Naquela época, os países credores impunham as suas vontades sobre os endividados que dependiam de repasses (*tranches*) do FMI para a movimentação das suas contas. Afinal, os países centrais (Estados Unidos, Canadá, União Europeia e Japão) controlavam o sistema financeiro internacional (FMI, Banco Mundial, Clube de Paris), as

bolsas de *commodities* e o circuito do comércio mundial, o que deixava quase nula qualquer rota de fuga para os países periféricos.

Amorim (2011, p. 357) disse que a arrogância dos países do Norte Global, particularmente dos Estados Unidos, ficava evidente nas negociações em fóruns internacionais.

[a]contecia frequentemente de um negociador brasileiro estar discutindo um assunto na OMC e o presidente dos Estados Unidos ligar para o presidente do Brasil e reclamar do negociador brasileiro. Isso aconteceu mais de uma vez, com várias pessoas, inclusive com pessoas relativamente moderadas, que tinham o desejo de chegar a acordos. A atitude era muito arrogante. Em determinado momento, um negociador brasileiro [...] estava em uma dessas reuniões mais fechadas [...] Ele fez uma observação na reunião, dizendo: ‘O Brasil não quer isso’. O representante norte-americano disse: ‘Acho que o telefone não tocou na mesa desse rapaz’ (AMORIM, 2011, p. 357).

Todavia, sem recurso à retórica incendiária, o Brasil conseguiu, de um lado, arrumar as contas internas, resolver o problema da dívida externa a ponto de tornar-se credor do FMI, criar uma reserva financeira multibilionária e, em outra frente, contornar a arrogância dos países centrais, a partir da articulação com outros países em desenvolvimento, notadamente a Índia, a África do Sul e a China. Dessa articulação nasceram, por exemplo, o IBAS (acrônimo do fórum de concertação que reúne Índia, Brasil e África do Sul), o BRICS (grupo de concertação das principais economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo). Essas organizações nasceram, de acordo com Amorim (2011, p. 68), da necessidade de multiplicar os eixos da política externa brasileira e contrabalançar o peso da arrogância do Norte Global.

Amorim (2011, p. 68) destacou, com relação ao IBAS, que, além de serem grandes democracias localizadas em três continentes (Ásia, América e África), os três países

[...] têm até uma vinculação histórica, já que, de alguma maneira, os três estão ligados às viagens lusitanas pela África para atingir as Índias, passando pelo Brasil. Há uma relação natural entre esses países, que estamos buscando reavivar, valorizando esses elementos comuns, sobretudo o fato de sermos três grandes países, três democracias vibrantes, influentes em suas regiões e no mundo. Somos sociedades multiétnicas, com problemas não totalmente resolvidos, mas todas enfrentando suas dificuldades com determinação e através do diálogo.

De acordo com o diplomata brasileiro, Condoleezza Rice, então secretária de Estado dos EUA na administração George Bush (filho), afirmou que o IBAS podia dar importante colaboração à ordem internacional, em particular para a busca de paz para o Oriente Médio. Amorim (2011, p. 190) listou algumas características desses países: “três grandes democracias, três países multirraciais, multiculturais [...] três nações em desenvolvimento, sem vinculação com os problemas históricos do Oriente Médio. Não são potências coloniais e não têm nenhum grande interesse material a defender, em petróleo, por exemplo”. Essas

características dariam, de acordo com a percepção de Amorim (2011, p. 190), aos países do IBAS “a possibilidade de uma atuação mais livre e, quem sabe, mais criativa”.

O grupo BRICS nasceu como um fórum de concertação dos principais países emergentes, mas tornou-se um “espaço para o diálogo, identificação de convergências em relação a diversos temas; e ampliação de contatos e cooperação em setores específicos” (IPEA, 2014). Tornou-se uma espécie de contraponto aos países centrais, principalmente depois da criação de um banco para o encaminhamento de parte de suas transações financeiras.

O G-20 foi reconhecido como principal fórum de gestão da economia mundial na Cúpula de Pittsburgh (EUA), em setembro de 2009, e é composto por seguintes países: Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido (Grupo 7), mais África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, Rússia e Turquia. Conta também com a participação da União Europeia e, a partir de 2023, da União Africana.

Amorim (2011, p. 80), ao falar do protagonismo do Brasil na Rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC), citou que, quando ela terminou, “os subsídios à exportação terão sido eliminados totalmente”. Destacou a persistência da diplomacia brasileira nas negociações, até quando nenhum outro país participante acreditava. Enfatizando a simpatia de que o Brasil goza na diplomacia internacional, em particular a sinergia com os países africanos, o ex-chanceler brasileiro afirmou que

existe na OMC um processo que se chama revisão de política comercial, trade policy review, em que os países expõem cada um a sua e depois há um debate. E o embaixador Roberto Azevedo, quando me telefonou de lá, disse que o representante europeu ficou surpreso, porque todos os africanos que estavam na reunião (e eram vários) falaram positivamente do Brasil. E o representante europeu disse: ‘Vocês devem ter feito um trabalho intenso com os africanos, parabéns, porque todos falaram...’. E não havíamos feito nada, não havíamos trocado nenhuma palavra com eles, com ninguém, para falarem bem do Brasil. Mas toda a política externa de aproximação se reflete também nessas horas (AMORIM, 2011, p. 265).

Para ilustrar a importância da ação da diplomacia brasileira nas rodadas de negociações da OMC, Amorim (2011, p. 118) contou uma historinha:

Em uma reunião que tivemos [...] com Peter Mandelson, ele disse: ‘Está tudo claro, Celso. O que nós temos que fazer é o seguinte: tenho que controlar os meus Estados-membros, tenho que garantir que eles apoiem a proposta que fiz e deem a ela a interpretação mais favorável. Susan Schwab tem que baixar os subsídios internos e convencer os congressistas dela. E você, Celso, tem que largar esses probleminhas da América do Sul e se dedicar mais à OMC.

O ex-ministro das Relações Exteriores nos governos Itamar Franco e Lula da Silva explicou que a historinha era uma confirmação de que o Brasil tinha se tornado uma “referência absolutamente indispensável”:

O Brasil tem hoje, sem exagero, um papel crucial. Primeiro, porque é o País que talvez tenha o interesse mais forte na questão dos subsídios internos norte-americanos. Os Estados Unidos têm interesse em aplacar o Brasil para obter concessões dos outros. Segundo, porque nós conseguimos formar uma coalizão que mudou a forma de trabalho da OMC: o G-20. O G-20 tem sabido fazer as ampliações necessárias para outros grupos de países em desenvolvimento. Isso nos dá vantagens, mas também nos dá muita responsabilidade. Às vezes, temos o papel de persuadir os demais. No caso da Índia, em relação à agricultura, não tem sido fácil. [...] Como a Índia tem um grande interesse no sistema multilateral, não pode rejeitar a Rodada, mas, se pudesse adiar um pouco, acharia bom, pois qualquer concessão em agricultura acarreta grande custo político devido à sua enorme população rural, composta em sua maioria de pequenos agricultores (AMORIM, 2011, p. 119).

Para evidenciar o protagonismo do Brasil na geopolítica mundial, ele acrescentou:

Brasil tem sido convidado para foros de que antes não participava. Por exemplo, [numa] conferência sobre a reconstrução do Iraque, o Brasil foi o único país da América Latina a ser convidado, salvo um que tinha contribuído com tropas, e que tampouco apareceu. Nós não tínhamos contribuído com tropas, condenamos a guerra [...] e fomos chamados para uma conferência organizada pelo secretário-geral da ONU, junto com os Estados Unidos e outros países. A mesma coisa ocorreu em relação ao Afeganistão. [...] há também uma crescente solicitação em relação ao Brasil. E o Brasil não pode se furtar dessa atuação internacional. [...] quando há essa solicitação crescente em relação ao Brasil, é porque há uma expectativa de que nós possamos realmente ajudar e contribuir, por nossa formação, por nosso tamanho, por nossas potencialidades. E nós podemos!

Entretanto, apesar dessa reconhecida capacidade na diplomacia internacional e de ser visto como um *consensus-builder*, o Brasil não ficou incólume às críticas, por exemplo, sobre a sua atuação na OMC. Amorim (2011, p. 82) recontou que o Brasil foi muito atacado, quando foi realizada a reunião em Cancún (México):

No Brasil, muitos perguntavam: ‘Não é muito perigoso’ [desagradar os Estados Unidos]?’ Fora do Brasil fomos criticadíssimos, embora algumas vezes, sobretudo de ONGs como a Oxfam, tenham se pronunciado elogiosamente sobre a nossa luta contra os subsídios. Eu me lembro de um artigo de Bob Zoellick [...], que era o USTR [United States Trade Representative] na época [...] pouco depois de Cancún, ele escreveu um artigo no Financial Times [22 de setembro de 2003] em que dividia os países entre aqueles que queriam e os que não queriam acordo. Na opinião dele, o Brasil era um dos que não queriam. O nome do Brasil aparecia cinco vezes no artigo, uma honra raramente concedida ao Brasil em um artigo de um ministro americano. É claro que de maneira não muito positiva.

Amorim (2011, p. 82) observou que, com o passar do tempo, o Brasil tornou-se “um parceiro indispensável dos Estados Unidos. Com base na sua longa carreira na diplomacia, ele afirmou que, quando não “é possível evitar as tensões, é “preciso, muitas vezes, manejá-las, fazer com que não subam além de determinado ponto. Foi, por exemplo, o que aconteceu em nossa relação bilateral com a Bolívia [...]” (AMORIM, 2011, p. 401-402). Para ele, “em

política externa, não se pode ter o pavio curto. É preciso ter calma e tranquilidade, e manter uma atitude de compreensão – não de complacência – quando se lida com interlocutores mais fracos ou menos poderosos. Ao mesmo tempo firmeza quando se está diante de interlocutores mais fortes”.

O protagonismo do Brasil na geopolítica mundial estende-se para as Missões<sup>97</sup> de Paz e de Estabilização da ONU. Amorim (2011, p. 39) explicou que as forças das Nações Unidas operam, normalmente, em dois tipos de situações básicas: a) Manutenção da Paz (Capítulo VI da Carta das Nações Unidas) que é, quando não há um conflito aberto, mas a missão é útil como uma força de interposição, para garantir que as partes saídas de um conflito ou que poderiam estar em conflito não se defrontem diretamente; e b) Intervenção das forças da ONU (Capítulo VII) “para restabelecer a segurança, a ordem ou a paz em determinada região ou determinado país”. Foi o que aconteceu na Iugoslávia. De acordo com Amorim, no caso do Haiti, houve a mescla dos dois Capítulos, porque era necessária “uma missão ‘robusta’ que pudesse empregar a força quando necessário”. O Brasil participa das missões desde 1947, quando observadores militares brasileiros foram enviados aos Bálcãs. Desde então contingentes brasileiros têm integrado forças internacionais dessas missões em todos os continentes. Na realidade, a expertise do Brasil nessa matéria é anterior à fundação das Nações Unidas. Por exemplo, a mediação brasileira foi determinante na resolução do “Conflito de Letícia”, nos anos 1930, entre a Colômbia e o Peru, e na crise dos Bálcãs (Europa), em 1947.

Na América Latina, o Brasil participou em várias missões, dentre as quais no Haiti onde o pessoal militar e civil brasileiro trabalhou por mais de uma década pela estabilização desse país. As eleições gerais e livres foram realizadas em 2011 (Michel Martelly foi eleito) e o Haiti entrou no processo da afirmação da democracia, da garantia das liberdades fundamentais e da reconstrução nacional.

A Missão brasileira era composta “[...] de 10 batalhões, quatro companhias independentes, seis companhias de engenharia, duas unidades de aviação, uma unidade marítima e um hospital militar, empregando, ao todo, 8.4 mil militares” (AGÊNCIA SENADO, 2023). As tropas são selecionadas e treinadas especialmente por um período de seis meses, seguindo as instruções das Nações Unidas.

---

<sup>97</sup> A ONU realiza operações desde a sua fundação, com a finalidade de ajudar países devastados por guerras a criarem condições para a paz duradoura. Inicialmente, essas missões tinham a função estrita de garantir o cessar-fogo e aliviar tensões sociais. Com o tempo, evoluíram para atender os mais diversos tipos de necessidades de conflitos e panoramas políticos.

A Força brasileira “operou em conjunto com a polícia das Nações Unidas e a nacional haitiana, em pontos de controle de circulação, segurança de instalações, desarmamento e estabelecimento de ‘ pontos fortes’, como os comissariados da polícia local”, de acordo com o embaixador Fernando Apparicio da Silva, citado pela Agência Senado (2023). O diplomata ressaltou que “o método de trabalho dos militares brasileiros, de evitar o uso de blindados e viaturas, fazendo seu serviço a pé, em contato direto com a população, fez a grande diferença, gerando confiança. A intensidade dessas operações estabeleceu paradigmas para a atuação de outras missões das Nações Unidas”.

A missão brasileira atuou junto com vários países, dentre os quais Canadá, Espanha, Estados Unidos, França e União Europeia. É fato que a participação do Brasil não teve tanto sucesso no Haiti quanto teve em Angola, Moçambique e Timor Leste. Também é verdade que, depois da saída da Missão da ONU, gangues de traficantes de entorpecentes passaram a controlar áreas de Port-au-Prince e regiões do país onde o governo não consegue estar presente.

O Brasil participou na conferência em Annapolis, nos Estados Unidos, sobre a paz no Oriente Médio e a situação na Palestina junto com a Índia, a África do Sul e um seleto grupo de países, dentre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia e China), os integrantes do G-7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão, mais a Rússia<sup>98</sup>), a Noruega (um dos tradicionais doadores ocidentais), a Liga Islâmica, a União Europeia (representada por Portugal, que, na ocasião, exercia a presidência, e Eslovênia, que assumiria a presidência no ano seguinte)” (AMORIM, 2011, p. 145).

O Brasil participa há décadas com a Fragata União na Força Tarefa Marítima da Missão de Paz das Nações Unidas no Líbano. Amorim (2011, p. 70) citou que, por exemplo, “[a]o se envolver mais profundamente na questão do Líbano, o Brasil não está lá para defender um interesse em poço de petróleo, ou para obter uma vantagem comercial”. Mas, ressaltou que “[t]emos naturalmente interesse no Líbano de forma particular e no Oriente Médio de forma mais ampla, por razões várias, ligadas à própria formação de nossa população, mas queremos também contribuir para a paz, na medida em que for possível”.

No Sudeste Asiático, ao contrário do que aconteceu no Haiti, o Brasil concluiu com sucesso a sua participação na Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste (UNMIT), no dia 31 de dezembro de 2012. A UNMIT encerrou suas atividades, depois de 10 anos de

---

<sup>98</sup> A Rússia participou por algum tempo como convidado do G-7.

trabalho de estabilização político-militar, da implantação de mecanismos para a organização de um Estado de Direito e da estruturação da administração pública. O Brasil integrou a Missão com pessoal militar e civil e desenvolveu mais de uma dezena de projetos de cooperação no país.

Na África, forças militares e civis brasileiras participaram em quatro missões de manutenção da paz em Angola (UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III e MONUA), entre 1989 e 1999, tendo chegado, em dado momento, a contribuir com pouco mais de mil militares (além de policiais, equipes médicas e observadores eleitorais). Em Moçambique, mais de duzentos militares, além de policiais e observadores eleitorais, participaram na operação de manutenção da paz (ONUMOZ), entre fevereiro de 1993 e fevereiro de 1994. Um general de divisão brasileiro comandou essa missão de paz.

Neste século, a União Africana<sup>99</sup> tem tentado encontrar soluções para os conflitos no continente. Por exemplo, forças panafricanas, com a participação direta ou indireta (assessoria logística e financeira) da ONU, já foram enviadas ao Sahel, à República Democrática do Congo, República Centro Africana, Somália, ao Mali e à própria Guiné-Bissau. Mas, no geral, a falta de fundos e as desconfianças internas entre os países africanos dificultam os esforços de paz da UA e das organizações regionais africanas, como a CEDEAO. Como indiquei sobre o papel desempenhado pelo Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso na guerra civil de 1998/1999 na Guiné-Bissau, os países francófonos tendem a alinhar-se com as posições da França, sua antiga Metrópole, do que com os congêneres anglófonos africanos.

A participação do Brasil em missões de paz da ONU não é consensual. Amorim (2011, p. 39) citou um debate no Congresso Nacional sobre a conveniência de o Brasil participar na Missão da ONU no Haiti. De acordo com o diplomata, algumas pessoas questionavam ‘por que o Brasil vai intervir?’; outras diziam que o Haiti era o Iraque do Brasil, uma analogia à intervenção dos Estados Unidos no Iraque. Amorim tratou de apontar as diferenças entre as duas intervenções: “[...] no caso do Haiti, o Brasil integrou uma força das Nações Unidas. No do Iraque, o uso da força não foi sequer autorizado pelas Nações Unidas. Tratou-se de uma ação unilateral dos Estados Unidos e seus aliados. Então, a presença norte-

---

<sup>99</sup> A UA foi formalmente instituída em julho de 2001, com base na “Declaração de Sirte” dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, de setembro de 1999, com a missão de: acelerar o processo de integração regional; promover e consolidar a unidade do continente; fomentar a união, a solidariedade e a coesão; eliminar o flagelo dos conflitos; e habilitar a África a fazer face aos desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais da ordem internacional. Esforços não faltam nesse sentido.

americana recebeu certa legitimação, mas isso só ocorreu depois de consumada a invasão”.

Amorim (2011, p. 40) explicou que

[e]xistem as forças não autorizadas pelas Nações Unidas, que são ações unilaterais, sem amparo na Carta (a não ser que se trate de legítima defesa [...]); as forças que são autorizadas pelas Nações Unidas, como foi o caso da Iugoslávia e da primeira força de intervenção no Haiti logo nas primeiras semanas, da qual o Brasil não participou; e as forças das Nações Unidas, os ‘capacetes azuis’ propriamente ditos, que são forças da ONU.

Amorim (2011, p. 40-41) reconheceu que a participação do Brasil na “Força Interamericana de Paz” da Organização dos Estados Americanos (OEA) na República Dominicana, em 1965, também levou algumas pessoas a verem com reserva a participação do Brasil na MINUSTAH. Mas, de novo, apontou a diferença entre as duas missões. No caso da República Dominicana, a votação foi feita no âmbito da OEA, sem a participação da ONU, coonestando uma ação unilateral dos Estados Unidos, enquanto que a MINUSTAH foi autorizada pela ONU. Citou outro questionamento feito no Congresso e alguns setores no Brasil: ‘Se não conseguimos resolver o problema da [favela da] Rocinha, como resolver o problema do Haiti?’ ou ‘Por que afinal a gente paga a ONU, em vez de arrumar dinheiro para uma intempérie qualquer que tenha ocorrido em nosso país?’. O mesmo questionamento é feito com relação à Guiné-Bissau. ‘O que o Brasil vai fazer na Guiné-Bissau se não consegue resolver os problemas básicos do Brasil?’ ‘Mas, será que o Brasil tem capacidade, será que o Brasil pode?’ (AMORIM, 2011, p. 70). Outros voltam seus questionamentos para o país africano: ‘Livrou-se de Portugal e quer o colonialismo do Brasil?’ Amorim (2011, p. 41) respondeu que a vida era assim, e argumentou que se tinha “que trabalhar com um nível de solidariedade, ao mesmo tempo em que trabalha voltado para a sua própria casa”. E enfatizou que

[o] Brasil tem uma grande capacidade de incentivar o diálogo e a concórdia. Muitas pessoas dizem que o Brasil foi ao Haiti porque quer um lugar no Conselho de Segurança. [...] É claro que se poderia dizer que todas as ações do Brasil podem, de alguma maneira, contribuir para que venhamos (ou não) a fazer parte do Conselho de Segurança, mas o nosso engajamento no Haiti não foi condicionado por esse específico. As coisas não ocorrem dessa maneira mecânica. Até porque nossa presença no Haiti foi estimulada, entre outros, pelos Estados Unidos. ‘O perigo de ficarmos só voltados para o ideal é a irrelevância. [E] o [perigo] de estarmos totalmente voltados para o realismo é a inação’ (AMORIM, 2011, p. 61).

O diplomata Fernando Apparicio da Silva (AGÊNCIA SENADO, 2011) discorreu sobre a legitimidade da participação das Forças Armadas brasileiras em operações de manutenção da paz e de estabilização da ONU. Para ele, do mesmo modo que no plano interno, no plano externo, as ações do Estado devem se revestir de uma clara legitimidade política. Essa é uma necessidade evidente, para que fique claro para a sociedade brasileira não



só o peso dessa escolha do Estado, mas o fato de que ela está sendo calcada em fontes que a legitimam. Essa legitimidade, de acordo com a análise do embaixador Apparicio da Silva, baseia-se em três fontes essenciais: a própria Constituição Federal, cujo artigo 4 define as principais diretrizes que devem nortear a política externa brasileira; a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional da participação das Forças Armadas em operações de paz; e a própria Carta das Nações Unidas.

Com relação à primeira legitimidade, existe quase que uma perfeita correspondência entre várias dessas diretrizes e a atuação das Forças Armadas em operações de paz. Uma delas é a defesa da paz no exercício das relações exteriores do Brasil, e esse é o objetivo das missões de paz nas quais atuam as nossas forças. Dentro do princípio da não intervenção nos assuntos internos de países soberanos, as operações de paz da ONU, como a MINUSTAH, demandam a solicitação ou consentimento prévio do governo local. O embaixador pontuou que

[a] Constituição [brasileira] estabelece também a diretriz do respeito aos direitos humanos e todas as operações de paz hoje têm um elemento importante na promoção dos direitos humanos. Por fim, uma das diretrizes também contidas no artigo 4 da Constituição, observada nas operações de paz, é a contribuição para cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (FERNANDO APPARICIO DA SILVA apud AGÊNCIA SENADO, 2011).

A segunda fonte de legitimidade da participação das nossas Forças Armadas em operações de paz requer a aprovação pelo Congresso Nacional. Finalmente, a terceira fonte de legitimidade é a própria Carta das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário, que confere ao Conselho de Segurança a responsabilidade primária pela manutenção da paz e a segurança nacional, e ao conselho que estabelece as missões de paz.

De acordo com o embaixador Apparicio da Silva (AGÊNCIA SENADO, 2011), desde 1956, na UNEF I, no Oriente Médio, até a Minustah, no Haiti, 34 mil militares brasileiros já participaram em missões de paz da ONU no exterior. As operações de paz ocorrem na fase do pós-conflito e suas metas são a construção da paz e a prevenção contra o retorno desse conflito. As etapas anteriores do processo incluem a prevenção, a negociação para a paz, que cabe à diplomacia, e, por vezes, a imposição da paz, tipo de operação da qual o Brasil não tem participado.

Independentemente de críticas e debates sobre a legitimidade e pertinência da participação do Brasil em missões de paz e de estabilização da ONU, o fato é que o seu *know-how* nessas missões, sobretudo o seu sucesso em Timor Leste, Angola e Moçambique, é apreciado na África.

Amorim (2011, p. 275) observou que os conflitos, por mais geograficamente distantes que estejam, carregam sempre algum grau de proximidade, seja ela econômica, seja afetiva. Mas, de acordo com o embaixador, “[h]á quem pense, por comodismo ou precaução excessiva, que devemos nos silenciar diante das grandes questões globais que não nos digam respeito de forma direta e imediata”. Ele chamou a atenção para o fato de os críticos, muitas vezes, se esquecerem de que a omissão tem seu custo, pois, cedo ou tarde, paga-se o preço da omissão. Ele citou que o “Oriente Médio, o Irã, as situações de conflitos e pós-conflitos na África estão muito mais próximas de nós do que por vezes se imagina. Não só por laços familiares e afetivos, como constatamos nos bombardeios do Líbano [em que dezenas de residentes de origem brasileira foram mortos ou ficaram feridos], em 2006, mas porque a paz e o desenvolvimento cada vez mais terão de ser globais [...]”.

Como ocorre no xadrez da geopolítica mundial, nem sempre o Brasil conseguiu ter sucesso nas suas articulações diplomáticas. Fora da frustrante experiência no Haiti, dois exemplos saltam à vista: a negociação com o Irã sobre o enriquecimento de urânio e a crise na Bolívia de Evo Morales. Amorim (2011, p. 282) reconheceu que percebeu um problema básico nas tentativas feitas pelo governo brasileiro para encontrar soluções para a questão do Irã: “o não reconhecimento pelos países do Ocidente do direito iraniano de não só ter um programa pacífico, mas de enriquecer urânio”. Ele ponderou que ter um programa pacífico de enriquecimento de urânio não estava “proibido por nenhuma determinação do Tratado de Não Proliferação ou da Agência Atômica”.

Amorim (2011, p. 309) lembrou-se que o “presidente russo Medvedev [da Rússia], de maneira clara, e os chineses, de maneira menos clara, indicaram que a visita do presidente Lula ao Irã seria a última chance” para a solução da crise. Apesar do apoio da China e da Rússia, fracassaram as diligências da diplomacia brasileira.

A crise na Bolívia, em 2008, foi entre o governo do presidente Evo Morales e os departamentos da chamada Meia-Lua boliviana. De acordo com Amorim (2011, p. 227), o governo boliviano solicitou a participação de um representante da OEA no “Grupo de Amigos” que incluía o Brasil, a Argentina e a Colômbia.

O governo de Evo Morales pediu a participação da OEA porque confiava muito nessa organização continental do que nos seus vizinhos no Sul do continente. Amorim (2011, p. 227) afirmou que “[a] OEA foi criada em uma determinada época, serviu a uma determinada função, foi efetivamente muito utilizada para legitimar ações de interesse norteamericano”. Mas, com o tempo, tornou-se mais complexa do que os propósitos originais da sua criação. Por exemplo, “[a] OEA foi pioneira em várias coisas [...], em matéria de direitos

humanos e de direitos da mulher [e] continua a ser útil, por exemplo, em fiscalização de eleições”.

A pujança econômica do Brasil tornou-se uma realidade consolidada, principalmente neste século. Com um PIB de R\$ 7.3 trilhões de reais, em 2020<sup>100</sup> (R\$ 9,9 trilhões em 2022), o Brasil é a superpotência econômica da América Latina e do Hemisfério Sul, além de ser também uma das 20 maiores economias do mundo; é uma das potências mundiais na agropecuária e um dos maiores produtores e exportadores de suco de laranja, açúcar, cacau, café, soja, milho, arroz e carnes bovina, suína e de frango, bem como de petróleo e derivados e de minério de ferro. O seu vasto parque industrial inclui têxteis, calçados, produtos químicos, cimento, madeira, aço, aviões, navios, máquinas agrícolas, carros. A agropecuária e a indústria desenvolveram-se e expandiram-se impulsionadas por sofisticadas pesquisas científicas e tecnológicas feitas na academia e por instituições reputadas como a Embrapa, o SEBRAE e o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia), o Instituto Butantã, Fundação Oswaldo Cruz e a Fundação Getúlio Vargas.

O comércio exterior do Brasil é um dos mais diversificados entre os países em desenvolvimento. Amorim (2011, p. 156) citou uma declaração de Felipe Calderón, então presidente do México sobre essa questão: ‘Vocês do Brasil têm menos problemas, porque o comércio é mais diversificado, ao passo que nós estamos muito ligados aos Estados Unidos; o que acontece nos Estados Unidos tem reflexo enorme e imediato no México’.

Com esse cacife, o Brasil faz parte das chamadas economias ou mercados emergentes. Embora não exista uma definição vinculante, o termo “refere-se aos países que, devido a seu desempenho econômico, podem ser classificados como países em desenvolvimento”, bem como países de industrialização recente. De acordo com o site Dados Mundiais.com (2023), dez países são considerados emergentes, incluindo (em ordem alfabética) África do Sul, Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México e Rússia. “Um total de 3.80 bilhões de pessoas vivem nesses 10 países, o que corresponde a cerca de 48.13 por cento da população mundial”.

O site citou que países, como Argentina, Egito, Sri Lanka e Rússia, às vezes, são classificados como emergentes exatamente por falta de uma definição vinculante de mercados

---

<sup>100</sup> BRASIL [Carmen Nery] **IBGE**. Agência de Notícias. PIB cresce 1.1% e fecha 2019 em R\$ 7.3 trilhões. Estatísticas Econômicas, 04/03/2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27007-pib-cresce-1-1-e-fecha-2019-em-r-7-3-trilhoes> . Acesso em: 12 abr. 2020. [BRASIL. IBGE Produto Interno Bruto-PIB. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 07 jun. 2023]

emergentes. Por exemplo, segundo o site, o Banco Mundial listou 55 países como “*upper-middle-income economies*” e o Fundo Monetário Internacional tem sua própria lista de 150 países como “*emerging and developing economies*”.

## 6.2 COOPERAÇÃO SUL-SUL

Entretanto, se existe relutância (interna) sobre a credibilidade da diplomacia brasileira e alguma polêmica sobre o protagonismo do Brasil na geopolítica mundial e a sua pujança econômica, restam poucas dúvidas com relação à sua proeminência na Cooperação Sul-Sul (CSS). Sanca (2020, p. 14) destacou que o Brasil é o principal fornecedor da CSS, principalmente na formação de quadros e parceria para o desenvolvimento, e que, na ótica brasileira, a CSS não era uma ajuda (“Aid”), mas, sim, uma parceria na qual as partes envolvidas se beneficiavam, dentro do princípio da horizontalidade diplomática.

Boaventura Santos (2010, p. 12-13 apud SANCA, 2020, 14) concebeu essa cooperação “[...] metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”. Ainda citando o pensador português, Sanca acrescentou que essa “concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico”. Explicou que o Sul Global é “o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções [...] da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis semelhantes de desenvolvimento econômico aos do Norte Global (Europa Ocidental e América do Norte)” e Japão.

Assim, apesar da nomenclatura, a CSS refere-se aos países emergentes ou em desenvolvimento de qualquer latitude geográfica. Por exemplo, a China, a Índia, a Rússia e o México localizam-se no Hemisfério Norte, mas, do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico e dos indicadores sociais, pertencem ao Sul Global, tanto quanto o Brasil, a África do Sul, a Indonésia e todos os outros países emergentes ou em desenvolvimento. Sanca (2020, 14-15) ponderou que não se exclui a possibilidade de que países do Norte e organizações não governamentais ou da sociedade civil possam tomar parte nesses acordos. Observe-se que, no contexto da política internacional atual, as parcerias entre países em desenvolvimento têm sido cada vez mais frequentes. Países com realidades culturais, históricas, linguísticas e sociais mais aparentadas tendem à aproximação, com o intuito de unirem forças em fóruns multilaterais para influenciarem a agenda e a tomada de decisão global. Neste sentido, as políticas externas desses países têm sido redirecionadas para a CSS.

O acadêmico guineense citou que as relações Sul-Sul buscam o incremento da cooperação entre os países em desenvolvimento e “[...] discutir a forma de produção de conhecimento através das epistemologias do Sul”. A CSS existe há meio século em algumas partes do mundo em desenvolvimento, incluindo países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs).

Foi com o objetivo de semear capacidade para o desenvolvimento autônomo do país e o aprofundamento das relações com outros países, notadamente com os em desenvolvimento, que, em 1987, o governo brasileiro criou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2018). De acordo com registros oficiais, desde a sua criação até 2017, a ABC já executou projetos em pelo menos 81 países nas áreas da agropecuária, industrial, comercial, de saneamento básico, justiça, cultura, comércio exterior, dos direitos humanos e esportes. Articulou-se com mais de 70 instituições públicas e privadas brasileiras na elaboração e execução de projetos. As Embaixadas do Brasil servem de canais de comunicação com governos estrangeiros.

Como pontuei anteriormente, o engajamento do Brasil na CSS ganhou impulso no governo do presidente Lula da Silva, e foi nessa época que o Brasil ampliou a sua participação na África. Por exemplo, “[o] presidente Lula tomou, pessoalmente, a iniciativa de fazer, no Brasil, uma grande reunião de ministros da Agricultura africanos”, porque “[...] talvez seja a área em que o Brasil mais possa ajudar a África” (AMORIM, 2011, p. 487). O então chanceler brasileiro constatou que “muitos ministros da Agricultura africanos se conheceram aqui no Brasil. Vários deles nunca tinham estado uns com os outros”.

Também sob a iniciativa do Brasil, foi criado um mecanismo entre a América do Sul e a África. A ideia de cúpulas nasceu numa reunião entre o [então] presidente nigeriano Olusegun Obasanjo e o seu homólogo brasileiro em Abuja (AMORIM, 2011, p. 28). De acordo com Amorim (2011, p. 486-487), “a sugestão que ouvimos na África era fazer uma Cúpula Brasil-África, mas, por motivos vários, entre eles nosso interesse na integração da América do Sul, achamos que era melhor criar um mecanismo América do Sul-África”. Afirmou que o Brasil desenvolveu “[...] suas próprias ações e foi ajudado pela própria percepção que tem da África, e também que a África tem do Brasil”. Destacou que havia um “grande interesse dos líderes africanos, da Comissão Africana em particular, nessa aproximação. [...] Dessa aproximação, resultou o convite para que o presidente Lula fosse ‘participante especial’ ou ‘de honra’ – na reunião da União Africana, em Sirte, na Líbia, em julho de 2009”.

O Brasil assinou acordos bilaterais e multilaterais para a execução de projetos de desenvolvimento com dezenas de países africanos, como a fazenda-modelo de algodão no Mali, centros de formação profissional do SENAI, sobretudo nos países de língua oficial portuguesa, projetos de mineração, de etanol e de construção civil. Amorim (2011, p. 481) afirmou que os investimentos brasileiros no continente africano cresceram muito e o comércio quintuplicou em relação ao início do governo em 2003. O comércio com a África, que era de cerca de USD 6 bilhões, cresceu, em 2008, para USD 25 bilhões (AMORIM, 2011, p. 28). De acordo com o diplomata brasileiro, “[...] se a África fosse considerada um país, seria o nosso quarto maior parceiro comercial. Só viria atrás da China, dos Estados Unidos e da Argentina. Mais do que a Alemanha, mais do que o Japão”. Afirmou que “[...] as principais linhas da política externa brasileira no governo do presidente Lula estiveram entremeadas nos assuntos da ordem do dia: Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, reforma da ONU, processo de paz no Oriente Médio, revogação da suspensão de Cuba da OEA, Declaração de Teerã, integração sul-americana, aproximação com a África [...]” (AMORIM, 2011, p. 13).

No entanto, a política africana e de cooperação Sul-Sul do governo Lula também não era consensual no Brasil. Amorim (2011, p. 214) citou que, frequentemente, se lê ou se ouve que o Brasil deveria estar mais preocupado com os seus muitos problemas internos, como a desigualdade social, a corrupção, a pobreza e a violência. Por exemplo, José Agripino, então senador da República pelo Rio Grande Norte, criticou essa política, em pronunciamento no dia 25 de abril de 2005, durante a 45ª Sessão Não Deliberativa do Senado Federal. O senador destacou a Guiné-Bissau, a Nigéria e o Equador, como exemplos de inutilidade dessa política externa. O senador Agripino (AGÊNCIA SENADO, 2005) argumentou:

*O Presidente deveria ter ido para as exéquias de Sua Santidade [João Paulo II], mas não deveria ter voltado pela África, em uma viagem espetáculo, criticada pelo próprio Ministro do Desenvolvimento. O que foi o Presidente fazer em Guiné-Bissau? O que foi fazer na Nigéria? Lá, nem reunião de trabalho houve. Para que a criação desse espetáculo do resgate do Presidente da República do Equador?*

E, numa atitude arrogante, o parlamentar brasileiro apontou o Circuito Elizabeth Arden como o caminho que o presidente Lula da Silva devia priorizar:

*O que o Presidente precisa [...] é fazer viagens bem programadas para vender o Brasil nos Estados Unidos, que compram do Brasil 1.3% de suas importações. O Governo precisa ir à União Europeia discutir a não-taxação, por exemplo, da banana importada do Brasil que, de repente, vai para 230 euros por tonelada. É isso o que o Governo tem de fazer. É preciso acabar com o governo espetáculo [...]*

As críticas do senador José Agripino encontravam eco nas elites primeiro mundistas brasileiras. De acordo com Amorim (2011, p. 483), essas pessoas encontravam várias alegações, para repudiar a cooperação com os países africanos. “Uns diziam simplesmente

que a África era uma perda de tempo. ‘O que estava fazendo o nosso presidente na África?’ Outros achavam que os governos na África ainda não obedecem ao mesmo padrão democrático que existe no Brasil”, quando, na verdade, a “África é um continente novo, cheio de contradições, que ainda está em sua infância e que sofreu os efeitos daninhos do colonialismo. Se olharmos o que era a Europa há 200 anos, era muito pior”.

Amorim (2011, p. 66-67) lamentou a incompreensão de algumas pessoas e alguns setores da grande mídia sobre a importância do envolvimento do Brasil com a África. Ele contou que, num evento no Rio de Janeiro, alguém perguntou por que o Brasil estava se voltando para a África. Para ele, esse tipo de questionamento indicava a falta de sensibilidade sobre o que é o Brasil e para as dimensões das relações que vão além do comércio na política internacional. Ele pontuou que a participação do Brasil na África não foi uma invenção do governo Lula. “O Brasil [...] sempre atuou de maneira positiva e criativa em relação à África. [...], talvez com raros momentos em que houve desvios, uma atitude positiva. Mas o que não havia há algum tempo era um esforço real de aproximação, de passar do conceito à prática”.

Para reforçar o seu argumento, Amorim (2011, p. 215) citou o livro “Manhattan Transfer”, de John dos Passos, cuja parte da ação se passa em 1914, e um capítulo que se referia à cidade iugoslava de Sarajevo – capital da Bósnia-Herzegovina. “De Sarajevo, nunca ninguém tinha ouvido falar. A referência é ao assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, que desencadeou a Primeira Guerra Mundial”. Isto é, problemas geograficamente distantes podem trazer consequências trágicas para países no outro lado do mundo ou para o mundo inteiro. Especificamente, a instabilidade política na pequena e “pobre” Guiné-Bissau, pode afetar a região da África Ocidental, atravessar o Atlântico e chegar ao Brasil pela onda de emigração.

Amorim (2011, p. 483) constatou que havia certa tolerância no Brasil quando ele ou alguém do governo visitava algum país de língua portuguesa, pois as elites brasileiras apreciavam a dimensão cultural da CPLP. O diplomata brasileiro Pedro Fernando Brêtas Bastos<sup>101</sup> afirmou que a Comunidade projetava o Brasil no mundo, uma vez que ajudava a divulgar a sua imagem no cenário internacional. Ele afirmou que também houve mudança de percepção sobre o envolvimento do Brasil em questões multilaterais, principalmente no Sul Global; que “existe uma ampla percepção de que o papel do Brasil no mundo” (AGÊNCIA

---

<sup>101</sup> Pedro Fernando Brêtas Bastos fez essa afirmação no dia 22 de maio de 2019, quando era sabatinado na Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional para o cargo de representante do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

SENADO, 2019, p. 62) cresceu de fora para dentro, dos outros países sobre as contribuições que o Brasil pode dar nas questões mundiais. Ele observou que essa percepção também cresceu dentro do país.

A tolerância com relação à CPLP e à mudança de percepção sobre o envolvimento do Brasil em questões multilaterais estimula o seu engajamento na CSS, com a África e com a Guiné-Bissau. De acordo com o embaixador Fernando Apparicio da Silva<sup>102</sup> (AGÊNCIA SENADO, 2011), a “Guiné-Bissau tornou-se um dos países que mais se beneficiam da cooperação técnica brasileira” tanto no âmbito da CSS, quanto em articulação com organizações multilaterais.

A embaixadora Claudia Borba Maciel (AGÊNCIA SENADO, 2022) destacou três pontos entre as prioridades do Brasil na Guiné-Bissau: o acompanhamento da situação política interna e o seu impacto sobre a segurança internacional; a promoção das exportações dos investimentos e da marca Brasil; e a divulgação da língua e da cultura brasileiras. O acompanhamento da situação política envolve ações práticas, considerando que, além da instabilidade interna, a Guiné-Bissau situa-se numa das regiões mais instáveis da África, com golpes de Estado recorrentes, atuação de grupos terroristas e crises econômicas. É a região onde ocorreram mais golpes de Estado em todo o continente africano desde os anos 1960, a chamada década da independência da África. Por exemplo, Cabo Verde e Senegal são até agora os únicos dos 15 países membros da CEDEAO onde nunca ocorreu golpe de Estado.

A embaixadora Claudia de Borba Maciel (AGÊNCIA SENADO, 2022) apontou dois problemas preocupantes decorrentes da incapacidade logística de a Guiné-Bissau patrulhar as suas águas territoriais: o tráfico de entorpecentes e a pesca ilegal. De um lado, tornou-se uma rota do tráfico de drogas entre a América do Sul e a Europa, e, do outro lado, “[a] presença de barcos de pesca clandestinos também prejudica o desenvolvimento do potencial econômico da região costeira do país”. A embaixadora Borba Maciel sugeriu que “a presença da Marinha do Brasil em operações navais na região seria de grande valia, tanto para as relações bilaterais quanto para a garantia da segurança internacional”. Aliás, reconhecendo essa incapacidade logística, o presidente guineense Umaro Cissoco Embaló pediu ao governo brasileiro, sob o presidente Jair Bolsonaro, que trabalhassem com o governo guineense no patrulhamento da costa da Guiné-Bissau. Até porque o Brasil já apoiava países africanos na implantação do centro regional de combate ao tráfico de drogas e pirataria na região do Golfo da Guiné.

---

<sup>102</sup> Os dois diplomatas foram embaixadores do Brasil na Guiné-Bissau.



Abdenur (2017) afirmou que organizações regionais, como a CEDEAO, e trans-regionais, como a CPLP, seguindo a lógica da Cooperação Sul-Sul, tornaram-se importantes parceiros da Guiné-Bissau na busca da estabilidade política. A “[...] CEDEAO é o ator subregional mais visível, atuando, sobretudo nos esforços para impulsionar a estabilidade política no país. Através da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), os países lusófonos dentro e fora da África oferecem apoio político e cooperação técnica [...]” ao governo guineense.

De acordo com Abdenur (2017), essas organizações, ao trabalharem em conjunto com a ONU e com a União Africana, tentam “enfrentar as causas históricas e imediatas da instabilidade recorrente [na] Guiné-Bissau”, dentre as quais as ambiguidades constitucionais que impedem a resolução efetiva de disputas políticas, e, ao mesmo tempo, buscam caminhos para a ampliação da economia, que depende excessivamente do cultivo do caju. Argumentou que “a CSS também deve ser considerada como potencial fonte de inovação na promoção da estabilidade e na prevenção de conflitos no país”. Ele destacou a particular disponibilidade do Brasil e de Cuba para contornar as dificuldades de continuidade do financiamento de iniciativas de apoio à estabilização e desenvolvimento da Guiné-Bissau e assinar novos acordos de cooperação triangular.

Foto 25 – Polícia Federal brasileira em capacitação de oficiais da Guiné-Bissau.



Foto: AE Abdenur, 2017.

Uma das ações concretas do governo brasileiro pela estabilização da Guiné-Bissau é o Centro de Formação das Forças de Segurança (foto 25). A capacitação das forças policiais

guineenses em operações, doutrina e combate ao crime organizado era feita por agentes da Polícia Federal e contava com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação.

Sanca (2020, p. 14) frisou que, na condição de principal fornecedor da CSS, o Brasil fez parcerias com vários países, como Egito, Nigéria, Líbia, Cuba, Rússia e Palestina (país não independente), para apoiar a Guiné-Bissau em setores, que vão desde agricultura, segurança, educação até à saúde pública. Esses países têm algum vínculo ou interesse com o país. Por exemplo, os países africanos (Egito, Nigéria e Líbia), por razões geográficas; e o Timor-Leste, por motivos culturais e idiomáticos no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A cooperação com a Palestina tinha a ver com os interesses das suas autoridades de manter um espaço privilegiado de atuação seguro fora dos seus territórios na Cisjordânia e Gaza. O PAIGC apoiava, sem reservas, a causa palestina a ponto de o governo do presidente João Bernardo Vieira Nino abrir espaço para *joint venture* de uma companhia aérea guineense-palestina em Bissau.

Em parceria com o governo guineense, o Fundo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) criou o Projeto de Desenvolvimento da Agricultura, para treinamento de camponeses, com o objetivo de aumentar o rendimento da produção agrícola. Sanca (2020, p. 14) acrescentou que o Fundo IBAS alfabetizou centenas de mulheres – impulsionadoras da microeconomia – e levou energia solar para comunidades antes isoladas no Interior.

No âmbito parlamentar, o Interlegis (sistema brasileiro de integração do Legislativo) do Congresso Nacional ajudou na reformulação e modernização do sistema legislativo guineense, através de um acordo tripartite entre o Brasil, a Guiné-Bissau e os Estados Unidos. O Interlegis ficou com a função de melhorar o funcionamento do sistema legislativo guineense e aos Estados Unidos coube o treinamento dos políticos guineenses, através do suporte oferecido por agências do governo estadunidense, como a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Essa articulação tripartite funcionou como linha auxiliar das Nações Unidas no processo de mediação do conflito na Guiné-Bissau. O projeto fazia parte da estratégia de fortalecimento da democracia nesse país, e, em larga escala, retratava a preocupação do Brasil com a situação política na África e, em longo prazo, a consolidação de um modelo transparente e eficiente de funcionamento dos legislativos africanos.

A Agência Senado (2022; 2023) mapeou mais de 20 parcerias técnicas entre o Brasil e a Guiné-Bissau que eram responsáveis por uma média anual de quase 140 missões brasileiras dedicadas à formação de quadros guineenses, com destaque para o Centro de

Treinamento Profissional e programas da Embrapa, além do Centro de Formação das Forças de Segurança. O Centro (fotos 24 e 25) foi criado, em 2006, no governo do presidente Lula da Silva, numa parceria entre a ABC, o SENAI e o governo guineense, e já formou 4.237 alunos.

Fotos 26 e 27 – Cerimônia de Graduação da turma de 2023.



Fotos: Clébia Rosa, 2023.

A Embrapa executava vários projetos na Guiné-Bissau, dentre os quais a capacitação de produtores na técnica de processamento de castanha de caju que é um dos principais produtos de exportação do país. Uma empresa do estado do Piauí, a Arrey África, operava na Guiné-Bissau no processamento de caju e empregava 400 pessoas e se tornou a maior beneficiadora desse produto no país africano (CLAUDIA BORBA MACIEL, 2022 apud AGÊNCIA SENADO, 2022).

A Agência Senado (2023) citou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) auxiliava o país a planejar o recenseamento de sua população e o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, com apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assessorou na realização dos três últimos pleitos na Guiné-Bissau. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) financiava projeto para o envio de professores brasileiros para lecionarem na Universidade Amílcar Cabral, na reestruturação dessa instituição acadêmica e na capacitação de professores de matemática e português no Brasil.

Em Bissau, o Centro Cultural do Brasil tornou-se um verdadeiro ponto de referência na cidade e atende mais de 1.000 alunos por mês. Muitos destacados alunos do Centro conseguem bolsas para a formação em universidades brasileiras em diversas áreas.

Os dois países (vide Resolução do Senado Federal nº 49 de 21/07/1994) trabalharam na contratação de operação financeira destinada ao reescalonamento de débitos da Guiné-Bissau para com o Brasil, no valor de USD 12.364.852,43. Os referidos débitos originaram-se de operações de crédito para a exportação que foram realizadas ao amparo do extinto Fundo de Financiamento as Exportações – FINEX.

Em termos gerais, de acordo com Abdenur (2017), esses laços de cooperação buscam apoiar a Guiné-Bissau no esforço de superação do subdesenvolvimento e dos problemas sociais que contribuem para a instabilidade política recorrente do país.

### **6.2.1 Programa Estudante-Convênio**

Entretanto, o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC) é a iniciativa mais saliente da política brasileira na CSS, em particular para a Guiné-Bissau. O Brasil instituiu o PEC-G pelo Decreto Presidencial nº. 7.948 de 1965, e o de Pós-Graduação (PEC-PG), nos anos seguintes, para estudantes de países do Sul Global. O PEC é um acordo de cooperação que o governo brasileiro mantém com os países em via de desenvolvimento, sobretudo com os países africanos e latino-americanos (DJALÓ, 2014, p. 5).

O SINTER (2023) citou que



[...] a ideia da criação de um Programa de Governo para amparar estudantes de outros países adveio do incremento do número de estrangeiros no Brasil, na década de 1960, e das consequências que este fato trouxe para a regulamentação interna do status desses estudantes no Brasil. Havia necessidade de unificar as condições do intercâmbio estudantil e de garantir tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades. Dessa forma, em 1965 foi lançado o primeiro Protocolo do PEC-G.

Leal (2019) citou o contexto curioso da criação do PEC-G: a regulação do Programa ocorreu num momento controverso nas relações do Brasil, sob a ditadura militar, com os países em desenvolvimento. Citando um trabalho com Moraes (LEAL; MORAES, 2018), a pesquisadora brasileira explicou que “como os militares tinham acabado de tomar o poder, em 1964, o seu primeiro decreto voltou-se à identificação dos estudantes estrangeiros no território nacional e atestar as suas [...] obrigações e seus comprometimentos”. De acordo com Leal (2019, p. 38), apesar de inicialmente ser um instrumento de controle de política pública imposta pela ditadura militar, o PEC-G progrediu nos seus 57 anos de existência, e é uma oportunidade para os estudantes-convênio aprenderem com as experiências de um país com desafios similares, de modo a traçarem as suas próprias estratégias de desenvolvimento.

O Programa faz parte da política brasileira de internacionalização da educação e a sua regulação e política do financiamento são feitas pelo governo federal. Por isso, a internacionalização da educação tem historicamente sido vinculada às prioridades e aos interesses do governo brasileiro. Destacou que o “PEC-G é o maior e mais tradicional CSS [...] brasileiro da educação superior”. Foi criado inicialmente com o propósito de “proporcionar aos jovens de países em desenvolvimento a oportunidade de estudarem em universidades brasileiras em nível de graduação” (LEAL, 2019, p. 37). Atualmente, de acordo com o SINTER (2023), o PEC é regido pelo Decreto Presidencial n. 7.948, de 2013, que o confere maior força jurídica.

Leal (2019, p. 37) destacou que

[n]o contexto da expansão e democratização do sistema da educação superior pública, e como ponte de uma larga política externa voltada ao estreitamento das relações com a América Latina e África, [o governo Lula da Silva desenvolveu] uma política externa ‘ativa’ e ‘contra-hegemônica’ para a internacionalização do sistema da educação superior. Para tal, criou universidades supranacionais comprometidas com a inclusão e integração regional e deu mais relevância ao programa nacional instituído nos anos 1960: o Programa Estudante-Convênio de Graduação.

Em 1976, dois anos depois de assumir a administração da Guiné-Bissau, o PAIGC, através do decreto nº 15/1976 de abril de 1976 (vide Boletim Oficial, número 17), autorizou ao Executivo “[...] fazer acordos bilaterais com alguns países, a fim de enviar mais jovens

guineenses para formação no exterior”.<sup>103</sup> No ano seguinte, a Guiné-Bissau começou a participar no Programa. Magalhães (2022, p. 77) constatou que, com o tempo, o país africano tornou-se o terceiro com mais estudantes no Brasil que foram contemplados pelo Programa.

Sanca (2020, p. 12) afirmou que, além da Guiné-Bissau, “[m]uitos países africanos, ao conquistarem a independência e necessitando de formar quadros para o seu desenvolvimento, buscaram parcerias no exterior”. Djaló (2014, p. 5) completou que “[é] por meio desse programa de convênio educacional que a Guiné-Bissau forma majoritariamente seus quadros no ensino superior”.

Para os países africanos, o Brasil era visto como ideal para essa tarefa, especialmente para os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O idioma comum é um fator facilitador para os candidatos desses países. Apesar das diferenças pontuais na gramática, na semântica e nos sotaques regionalizados (Exemplos: a pronúncia fricativizada das letras **t** e **d** antes de **i**, originando sons equivalentes a “txia” para tia e “djia” para dia, e a palatização da letra **s** final da palavra “nós”, que dá o som “nóix”), e de a maioria da população guineense usar o crioulo como seu vernáculo, Brasil e Guiné-Bissau entendem-se no português básico. O novo Acordo Ortográfico, ao limar muitas arestas que diferenciavam a escrita na CPLP, é um fator de aproximação idiomática entre as duas culturas e as diversas culturas dos países de língua portuguesa.

Leal (2019, p. 37) falou da dificuldade de se encontrar dados detalhados entre 1965 (ano de criação do PEC-G) e 1999. Eu também consegui muito pouco sobre a mesma época, particularmente informações que me concerniam. O SINTER não dispunha de dados dos anos 1980 e 1990 sobre estudantes-convênio na UFSC. Mas, a pesquisadora inferiu que, no início, “os estudantes da América Latina eram a maioria, com poucos estudantes oriundos da África”. Apesar das dificuldades, ela conseguiu mapear 59 países participantes no PEC-G, distribuídos da seguinte forma: 25 da África, 25 da América do Sul e Central e nove da Ásia, e convênios com 110 universidades brasileiras que ofereciam três mil vagas todos os anos. No entanto, segundo a constatação de Leal, apenas cerca de 700 candidatos se inscreviam, entre 300 a 400 eram selecionados e cerca de 200 concluíam os estudos.

Leal (2019, p. 37-38) identificou dois motivos para a baixa participação de estudantes no PEC-G: falta de divulgação do Programa nos países parceiros e o excesso de demandas impostas aos candidatos à bolsa. Concordo com Leal de que faltava divulgação sobre a existência do Programa nos países parceiros. Eu, por exemplo, sabia vagamente da

---

<sup>103</sup> Idem, 2020, p. 13.

existência de bolsas de estudo para o Brasil por conta de um colega jornalista na Radiodifusão Nacional (RDN) que tinha se graduado numa IES do Rio de Janeiro. Mas, somente em 1987, me candidatei à bolsa por sugestão do bispo de Bissau, Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, e por encorajamento de dois padres missionários brasileiros que trabalhavam na Guiné-Bissau. Mesmo assim, eu só soube da existência do PEC-G, quando preenchi os documentos da minha candidatura à bolsa de estudo. O processo de candidatura foi feito apenas na Embaixada do Brasil, sem necessidade de submissão direta de algum documento ao comissariado (ministério) nacional da Educação. Normalmente, a coordenação de bolsas de estudo concedidas por países amigos ficava sob a alçada dessa pasta. Talvez, por isso, elas eram mais publicizadas.


Eu me formei em jornalismo, área em que já atuava na RDN em Bissau. Só dei pausa no emprego para me qualificar e voltar a exercer a profissão. Na verdade, essa era a característica da maioria dos bolsistas que vieram estudar no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Naquela época, o governo disponibilizava centenas de bolsas de estudo que eram ofertadas, principalmente por Cuba, União Soviética, Alemanha Democrática, Checoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia e também por Portugal. O fim da União Soviética e do bloco social-comunista, nos anos 1990, reduziu drasticamente a oferta de bolsa e a oportunidade de escolha por vocação ou preferência. Desde então, o Brasil tornou-se um dos destinos preferenciais para os estudantes guineenses. Em consequência, o número de bolsas ofertadas foi superado muito pela demanda de candidatos.

Em entrevista com guineenses contemplados com bolsas do PEC neste século, Djaló (2014, p. 10) constatou que muitos bolsistas fizeram cursos que não eram do seu interesse. Por falta de opção, eles tiveram de aceitá-los. Em outras palavras, os candidatos tiveram de aceitar os cursos oferecidos pela cooperação brasileira, sem opção de escolha que candidatos da minha época tiveram. Ele imputou a situação à fragilidade e desorganização das autoridades guineenses. Para ele, o governo guineense deveria, de um lado, “[...] criar uma base estatística da área de formação de que o país precisa, evitando que esses candidatos façam a escolha de seus cursos aleatoriamente” e, do outro lado, “[...] rever esses acordos políticos de cooperação entre os dois países”.

Mas, houve evolução ao longo de décadas com relação à disseminação do Programa de Estudante-Convênio. Ele tornou-se mais conhecido, na medida em que mais instituições acadêmicas se envolviam e mais estudantes voltavam para os seus países de origem e passavam informações a pessoas do seu círculo familiar e profissional. Atualmente, o PEC, nos dois níveis (Graduação e Pós-Graduação), mantém convênios com 118 Instituições de

Ensino Superior (IES) públicas e privadas brasileiras (BRASIL, 2020). Leal (2019, p. 37) constatou que, entre 2000 e 2017, mais de 9.000 estudantes foram contemplados com bolsa do PEC-G, sendo que a maioria era oriunda dos PALOPs. De acordo com a pesquisadora brasileira, 3.059 estudantes eram cidadãos de Cabo Verde; 1.358, da Guiné-Bissau; e 739, de Angola, além de algumas centenas de Moçambique e de São Tomé e Príncipe.

Na década passada, mais de seis mil candidatos foram selecionados pelo Programa. Como se pode ver no quadro 7, a seguir, a maioria dos contemplados veio da África, principalmente de três países: Cabo Verde (3.169), Guiné-Bissau (1.416) e Angola (753).

 **PEC-G - Selecionados - África - 2000 a 2019**

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL	
África do Sul																		1	1		2	
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	12	2	753	
Argélia																2					2	
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	44	93	487	
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	58	52	3169	
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	2	4	53	
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	8	15	57	
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	3	2	10	16	60	
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	58	19	286	
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	33	25	1416	
Guiné Equatorial																					27	27
Marrocos																		1		2	3	
Mali							2													1	3	
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	2	8	229	
Namíbia	1	1														6	65		1		74	
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	1	4	177	
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	1		89	
República Dem. do Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	37	25	552	
República do Congo													4	6	4	2	4	6		30	56	
São Tomé e Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	2	7	388	
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	7	7	64	
Togo												4	11	8	3	6	6	2	3	1	44	
<b>TOTAL</b>	<b>187</b>	<b>214</b>	<b>451</b>	<b>442</b>	<b>395</b>	<b>650</b>	<b>589</b>	<b>378</b>	<b>784</b>	<b>517</b>	<b>383</b>	<b>376</b>	<b>444</b>	<b>255</b>	<b>339</b>	<b>357</b>	<b>287</b>	<b>325</b>	<b>281</b>	<b>337</b>	<b>7991</b>	

Fonte: PEC, 2023.

A criação, em 2010, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), pela Lei nº 12.289, contribuiu para o aumento do número de bolsistas do PEC. Na sua página online, a UNILAB (2021/2023) citou que

[...] tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

Claudia Caçador (2023) completou que a



UNILAB executa o Projeto Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior (RIPES), implementado no âmbito da cooperação desenvolvida em parceria com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que tem, como parceiros instituições públicas de educação superior dos estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Caçador (2023) explicou que uma das “missões da instituição é contribuir com o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), contribuindo para a formação de cidadãos plenos, por meio da disseminação de conhecimentos técnicos, científicos e culturais”. Atualmente, entre os estudantes estrangeiros, a Guiné-Bissau contava com 600 estudantes matriculados. “Isso se deve especialmente ao forte trabalho de cooperação existente entre Brasil e Guiné-Bissau [...]” (CAÇADOR, 2023). A UNILAB contava com uma guineense, Artemisa Monteiro (egressa da instituição), no cargo de pró-reitora de Relações Institucionais, mais 52 professores estrangeiros, dos quais 18 eram africanos. De acordo com Artemisa Monteiro, citada por Caçador, nos últimos dois anos, o processo seletivo da universidade teve 27 mil candidatos.

Em 10 anos de existência, a Unilab tornou-se a maior concentração de estudantes guineenses no Brasil, e Florianópolis, um dos seus principais destinos. Djaló (2014, p. 20-21), ao justificar a escolha da UFSC como *locus* para o seu trabalho de conclusão de curso, disse que se deveu “[...] à alta concentração de estudantes da Guiné-Bissau espalhados em diferentes cursos no âmbito de Graduação e Pós-Graduação [...]”. Antes da virada do século, as poucas dezenas de guineenses que estudavam no Brasil ficavam principalmente nas cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Agora são mais de 50 estudantes guineenses na Grande Florianópolis, sobretudo na UFSC e na Universidade Municipal de Palhoça.

Entretanto, o aumento da oferta de vagas por causa do maior número de IES envolvidas no Programa e da implantação da UNILAB, que funciona em dois campi (na cidade de Redenção no Ceará, e em São Francisco do Conde na Bahia), não resolveu o problema dos candidatos à bolsa do PEC.

Leal (2019, p. 38) apontou uma exigência que inibe candidaturas e dificulta a vida dos estudantes contemplados: a apresentação de “[...] uma declaração de responsabilidade financeira garantindo o envio mensal de 400 dólares americanos por terceiro para o pagamento de despesas de viagem, acomodação e permanência no Brasil”. Os participantes no Programa devem contar com responsável financeiro durante toda a permanência no país (BRASIL, 2020). O fato é que os familiares dos estudantes, “usualmente não conseguem proporcionar fundos para apoiar o seu sustento; e a bolsa de estudo pago pelo governo

brasileiro (50 dólares por mês) não cobre todas as suas despesas (LEAL, 2019, p. 38)”. Para a pesquisadora brasileira, a CSS “[...] pressupõe o envolvimento de ambas as partes em iguais e recíprocas condições o que implica a participação ativa do recipiente da bolsa”.

Na época em que fui bolsista do PEC-G, o governo brasileiro, em articulação com os governos de origem do bolsista, pagava três salários mínimos mensais durante a vigência da formação. Leal (2019, p. 38) atestou que essa política mudou, mas permaneceu a vedação aos estudantes-convênio do engajamento em trabalho remunerado.

Bacelar (2016) notou preocupação financeira dos estudantes guineenses entrevistados para a sua pesquisa porque, como muitos dependiam da ajuda financeira dos seus pais, eles moravam na periferia das cidades onde residiam e locomoviam-se em transporte público. Os bolsistas da minha geração recebiam, além da bolsa de três salários mínimos, a passagem aérea de ida e volta. Então, estava garantida a despesa básica com a alimentação, moradia, transporte, higiene e limpeza e material didático (livros, cadernos etc.).

Para driblar a restrição, alguns estudantes conseguiam empregos informais, para cobrirem as demandas financeiras adicionais. Foi assim que trabalhei, de 1989 a 1992, no “Missão Jovem”, um jornal por assinatura de propriedade de uma congregação missionária italiana (Pontifício Instituto para as Missões Estrangeiras, PIME). Porém, não pude auferir os direitos trabalhistas garantidos aos empregados com carteira assinada, como FGTS, vale transporte e contagem de tempo trabalhado para efeito de aposentadoria. Só pude ter carteira assinada depois que concluí o meu vínculo com o PEC-G em 1992.

Leal (2019, p. 38) afirmou que a falta de divulgação e a exigência de custeio de despesas transformou o PEC-G num “programa extremamente seletivo e restritivo”, porque “reduzindo o programa à ajuda externa talvez não seja apropriado, se se considerar a oportunidade da educação que ele tem proporcionado a jovens estudantes do ‘Sul Global’”.

### **6.2.2 Encontro e Desencontro dos Estudantes-Convênio**

Leal (2019, p. 38) apontou os principais problemas que os estudantes do PEC enfrentam quando já estão no Brasil: moradia, comida, custo de vida, integração social, racismo, falta de conhecimento prévio sobre o sistema de educação superior e sobre o país. A constatação de Leal foi corroborada por Djaló (2014, p. 26), em entrevistas com estudantes guineenses na UFSC. Ele, que também foi bolsista do PEC, constatou que muitos tiveram dificuldade de adaptação a alguns aspectos da realidade brasileira. “Nos relatos de experiência na formação no PEC-G e PEC-PG, muitos expressaram as dificuldades que tiveram de

enfrentar para estudar no Brasil, sobretudo em relação à adaptação”. Bacelar (2016) disse que os estudantes guineenses sentiam dificuldades nas relações interpessoais e, muitas vezes, em serem compreendidos pelos colegas brasileiros.

Bacelar (2016)<sup>104</sup> observou que, se os estudantes guineenses [e africanos] tinham dificuldades em estabelecer amizades, “sentiam uma identificação imediata aos companheiros de sua origem (país), inclusive antes da aula ou nos intervalos, costumavam ficar em grupo com os compatriotas”. A pesquisadora ponderou que “as limitações e dificuldades dos estudantes estrangeiros para estabelecer vínculos com pessoas da cultura receptora [brasileira] e a forte tendência de estabelecer relação com os conterrâneos são dificuldades que não favorecem o processo de adaptação [...]”. Isto porque, de acordo com Brown (2009a, citado por Bacelar, 2016), “as amizades com pessoas do país anfitrião contribuiriam para um melhor conhecimento do idioma e da cultura local. Portanto, enquanto as amizades multiculturais (com outros estrangeiros) seriam oportunas para a integração cultural, as monoculturais (com conterrâneos) seriam fundamentais para reduzir o estresse”.

Bacelar (2016) constatou uma aparente dicotomia entre os ambientes dentro e fora das universidades. No ambiente acadêmico, os estudantes guineenses “sentiam-se acolhidos pela equipe técnica e pelos professores” dos respectivos cursos. Já no ambiente externo, muitas vezes, eles “sentiam-se imersos em situações de discriminação na cultura receptora, inclusive em sala de aula [...]”. Os estudantes guineenses consideraram a “sociedade brasileira como geradora de conflitos, no que concerne aos preconceitos, às ideias pré-concebidas sobre os estrangeiros oriundos da África” (BACELAR, 2016).

Magalhães (2022, p. 83) citou relato de experiências de preconceito racial passadas por Simplício Porto, um estudante guineense em Palmas, capital do Tocantins. De acordo com a pesquisadora brasileira, o jovem guineense contou que a primeira coisa que uma pessoa pensa, quando vê alguém da cor negra: “é um bandido”. Citou que “[...] um dia desses, eu tava andando de bicicleta, aí a menina estava na frente com celular, de boa. Mal ela virou e me viu, olhou pra [sic] mim e ficou amedrontada. Tirou o celular que tinha no bolso de trás e colocou no bolso da frente. E eu fiquei constrangido [...]”.

Sowell (2019, p. 32 apud MAGALHÃES, 2022, p. 83), importante economista afrodescendente dos Estados Unidos, falou da discriminação nos sentidos amplo e estrito.

---

<sup>104</sup> A brasileira Lucicleide de Souza Bacelar (2016) usou a sua própria experiência de estudante brasileira de doutorado na Universidade de Barcelona, onde vivenciou as diferenças culturais nos valores da vida, nos costumes, no clima, na culinária, no idioma e nos hábitos, para pesquisar a percepção dos estudantes da Guiné-Bissau sobre a cultura brasileira.

Enquanto a discriminação no sentido amplo é a habilidade de discernir diferenças de qualidade em pessoas ou coisas, no sentido estrito ela é o tratamento das “pessoas de maneira negativa, com base em suposições arbitrárias, ou aversão a indivíduos de uma raça ou sexo particular”. Constatou que o problema narrado pelo imigrante decorre exatamente de quando a mera distinção se converte em preconceito e segregação. Essa aversão pode acabar em tragédia, como aconteceu com Toni Bernardo da Silva (foto 26), um estudante guineense que foi espancado até a morte na noite do dia 22 de setembro de 2011, num bar no bairro Boa Esperança, em Cuiabá, Mato Grosso.

Foto 28 – Guineense morto em Cuiabá.



Foto: Reprodução/TVCA, 2011.

O malgrado estudante, que tinha 27 anos, cursava Economia na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Três suspeitos do crime foram detidos em flagrante: um empresário e dois policiais militares. Ericksen Vital, do G1 MT (2011), citando o boletim de ocorrência da polícia, reportou que o estudante “[...] chegou ao estabelecimento por volta das 23h [...] começou a pedir dinheiro aos frequentadores da pizzaria. Em uma das mesas, o universitário esbarrou em

uma mulher. O namorado dela, um empresário de 27 anos, e os dois PMs que estavam à paisana no local, retiraram à força o universitário do estabelecimento e começaram a agredi-lo com socos e pontapés, até a morte”. O repórter Ericksen Vital destacou que o “Toni iniciou o curso de economia em 2006 e deveria terminá-lo em 2011. No entanto, ele foi desligado do programa em fevereiro de 2011 por não cumprir as exigências estabelecidas pelo convênio, entre elas, manter a frequência escolar”.

O então ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, apresentou pedido formal de desculpas ao governo de Guiné-Bissau pela morte do referido estudante. Em tese, esse caso pode ser classificado como crime de xenofobia (percebida no seu sotaque diferente) e racismo (vide a sua fenotipia), mas ele enquadra-se também nos problemas que muitos estudantes africanos, inclusive guineenses, enfrentam no Brasil, como citado por Leal (2019, p. 38), Djaló (2014, p. 26) e Bacelar (2016): dificuldades financeiras, racismo, xenofobia etc.

Sem a bolsa de estudo e sem o apoio continuado dos seus responsáveis financeiros no país de origem, alguns estudantes africanos não conseguem avançar a contento nos estudos e, geralmente, obrigam-se a trabalhos informais para custearem os seus estudos. Alguns voltam para os respectivos países; outros largam os estudos e dedicam-se exclusivamente ao emprego. Foi o caso, por exemplo, de um marfinense que eu conheci perto do Restaurante Universitário no meu primeiro dia de aula na UFSC.

O malogrado Toni Silva viveu uma situação extrema, de mendicância, que não é comum no histórico dos estudantes guineenses no Brasil. Praticamente, todos os guineenses residentes no Brasil enquadram-se na categoria de imigrantes qualificados (com formação superior ou técnica).

Não obstante as demandas financeiras para o custeio dos estudos e os vários problemas enfrentados no Brasil, o gigante do Hemisfério Sul continua a ser um dos destinos preferenciais dos estudantes guineenses, principalmente depois da implantação da UNILAB.

A política externa inclusiva, dialógica, independente, mais o conjunto de fatores (entorno do Atlântico: geografia, cultura, identificação da África com o Brasil; CSS; protagonismo do Brasil no sistema das Nações Unidas etc.) colocam o Brasil numa posição única em comparação com outros países emergentes, em condições de protagonizar a estabilização política de países em guerra ou em situação de instabilidade política do Sul Global, como a Guiné-Bissau. Por exemplo, em missões da ONU, o Brasil prioriza, além da paz e da estabilização *per se*, ações estruturantes de promoção do desenvolvimento local por meio da transferência de tecnologia, do envio de técnicos para trabalharem *in loco* e de formação de profissionais. Sem condicionalidades impositivas e respeitando as

particularidades locais, o Brasil busca inovar em soluções para os países com os quais coopera.

A atenção do governo Lula da Silva à África, junto com as relações na CPLP, e à CSS acabou acentuando o papel do Brasil como um dos principais parceiros da construção do Estado da Guiné-Bissau, adicionada à parceria pela sua estabilização política iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso.

Na verdade, a estabilidade política pós-guerra civil tornou-se um dos imperativos para a condução das parcerias de desenvolvimento, pois, a ausência de estabilidade política inviabiliza qualquer projeto de desenvolvimento. Porém, sem o mínimo de mudanças em setores sensíveis, como a reforma dos setores de defesa e segurança e a implantação de mecanismos de um Estado de Direito e o treinamento adequado dos seus operadores, também fica muito difícil levar adiante a estabilização política do país.

### 6.2.3 Florianópolis: Meu Território Biográfico na Diáspora

De acordo com o SINTER (2023), a “UFSC já formou mais de 300 estudantes PEC-G desde os anos 1970. Atualmente, há cerca de 82 estudantes PEC-G regularmente matriculados na UFSC”.

Foi no contexto do encontro do Brasil com a Guiné-Bissau e da CSS, que eu vim parar no Brasil em 1988 como bolsista do PEC-G (Anexo 1). Quando cheguei, havia na UFSC quatro estudantes africanos: um marfinense, um nigeriano e dois ganenses.

Salvo algum engano, eu fui o primeiro estudante guineense alocado para a UFSC. Nos cinco anos seguintes, chegaram o Genésio de Carvalho (1989), para graduar-se em Direito, e o Veríssimo Nancassa (1993), em Sociologia.

No mesmo período, chegou outro guineense para cursar Eletricidade na Escola Técnica (atual Instituto Federal). Em 2010 (quadro 8), 49 guineenses já tinham estudado na UFSC em nível de graduação.

Quadro 8 – Nº de guineenses nos cursos de graduação na UFSC por ano e situação.

(continua)

Nível	Graduação					
	Ano	Formados	Estudando	Eliminado ou Abandono	Transferido ou Troca de Curso	Total
	1988	01	_____	_____	_____	01

1989	01	_____	_____	_____	01
1993	01	_____	_____	_____	01
1996	_____	_____	01	_____	01
2000	01	_____	_____	_____	01
2001	02	_____	_____	_____	02
2002	03	_____	_____	_____	03
2003	02	01	_____	_____	03
2004	_____	02	02	01	05
2005	06	02	01	_____	09
2006	01	02	01	01	05
2007	_____	02	01	_____	03
2008	_____	_____	_____	01	01
2009	_____	05	01	01	07
2010	_____	05	_____	01	06
Total	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>08</b>	<b>05</b>	<b>49</b>

Fonte: Núcleo de Processamento de Dados – UFSC, 2011/Djaló, 2014, p. 22.

A partir de 2004, a UFSC passou a receber estudantes guineenses de pós-graduação (Quadro 9).

Quadro 9 – N° de guineenses nos cursos de pós-graduação na UFSC por ano e situação:

Nível	Pós-Graduação				
	Formados	Mestrado	Estudando	Doutorado	Total
2004	01	01	_____	_____	02
2005	_____	_____	_____	01	01
2006	01	01	_____	_____	02
2007	_____	_____	_____	_____	_____
2008	_____	_____	_____	01	01
2009	01	01	_____	_____	02
2010	_____	01	01	01	03
2011	02	02	01	_____	05
Total	05	06	02	03	16

Fonte: Núcleo de Processamento de Dados – UFSC, 2011/Djaló, 2014, p. 23.

No entanto, a minha ligação afetiva com o Brasil era anterior à obtenção da bolsa do PEC-G; vinha desde a minha infância e adolescência em Bula. Duas imagens de marca do Brasil encantavam os nossos (eu e meus colegas) lazeres: a primeira eram as músicas de Roberto Carlos e da Jovem Guarda e, a segunda, o Santos Futebol Clube. Quase todos os dias à noitinha, Augusto António dos Santos, aquele meu irmão que me caronou para Bissau (citado no capítulo anterior), tinha a rotina de acionar o seu gira-disco (vitrola; toca-disco), para relaxar-se da exaustiva jornada de trabalho. Aos poucos, formava-se uma animada roda de crianças e jovens aos ecléticos sons que incluíam, entre outras, músicas de Nelson Ned, Luiz Kalaf, Bonga e, obviamente, Roberto Carlos e seus “Irmãos e Camaradas”, Erasmo Carlos e Vanderleia. Além de Roberto Carlos e sua turma, ficávamos muito animados com as músicas de samba que a Emissora Regional da Guiné transmitia durante o período do carnaval. Naquela época, porém, o nosso carnaval era de entrudos. No geral, as pessoas usavam máscaras e exibiam-se em praça pública e tinham o prazer de assustar as crianças. Alguns mascarados se metiam a açoiar os carnavalescos não mascarados. As crianças e as meninas indefesas eram os seus alvos preferenciais.

A segunda imagem de marca brasileira era o Santos Futebol Clube. Na verdade, Pelé era o supracumulado do que entendíamos por futebol. Muitos de nós que jogávamos futebol queríamos ser Pelé, mesmo estando convencidos de que jamais seríamos como ele. Para nós, ele era a essência do sobrenatural num campo de futebol. Nunca o tínhamos visto jogar, apenas escutávamos narrações e contações de histórias a seu respeito no Santos e na “Seleção Canarinha”. Não importava. O que valia era a narrativa dos mais velhos. Naquele tempo, a palavra de uma pessoa anciã era uma verdade quase inquestionável. Mesmo que não se concordasse, anuíam-se, em respeito à sabedoria etária do interlocutor ou da interlocutora. As pessoas mais velhas que eram apaixonadas por futebol e os sabidos que tinham visto pela televisão o Santos e a seleção brasileira jogarem diziam que Pelé era o melhor jogador de sempre; que ele driblava e chutava com os dois pés, fazia “bicicleta” e cabeceava mais alto do que qualquer outro jogador que já existiu. Um irmão meu também por parte do pai deu nome de Pelé a um dos seus filhos. Mas, coitado do rapaz, só ficou no nome, pois, não foi ungido pela mesma genialidade futebolística do brasileiro.

Eventualmente, aparecia alguém a dizer que Eusébio (um português de origem moçambicana que jogava no Benfica, um dos maiores clubes de futebol em Portugal) era melhor do que Pelé. Para nós, todavia, Pelé era inigualável. Dizia-se que ele tinha sido ungido por uma serpente. Eis o mito: Era Quadra Festiva de Natal, tempo de festas e de presentes, mas o pai não tinha dinheiro para comprar presente para o seu filho. Eis que, certa noite, o pai



teve encontro, em sonho, com uma serpente a quem lamentou não ter condição de presentear ao filho, no que o bicho o orientou a levá-lo para um lugar determinado no mar. Perto da meia-noite do dia 24 de dezembro, o pai carregou o garoto sonolento para um barco, remou até à ponta de uma ilhota no alto mar onde a serpente já estava projetada. Depois de acalmar o rapaz assustado, a serpente perguntou o que ele gostaria de ganhar. “Bola”. Ele terá respondido. A serpente sorriu, fez emergir uma bola e um óleo com o qual ungiu a sua testa, o peito, as pernas e os pés, e disse: “Vai reinar...!” E tudo aconteceu, como os amantes do futebol perceberam.

Entretanto, essas imagens da marca Brasil fazem parte daquilo que, em diplomacia, se chama *Soft Power*. Cada país, principalmente aqueles com alguma relevância na geopolítica mundial, recorre ao *Soft Power*, para reforçar a sua imagem de marca no exterior. Por exemplo, os Estados Unidos exercem seu poder de influência no mundo através das artes (vide Hollywood, Broadway), desportos (basquetebol, NBA; futebol americano, NFL; baseball, NBL) e multimídia (CNN, Fox News), indústria alimentar (Coca-Cola, Pepsi, McDonald’s). O país é conhecido também pelo uso do seu poderio militar para impor ou defender os seus interesses na geopolítica mundial. A União Soviética também mesclava *Soft Power* (desportos olímpicos, *ballet* Bolshoi, ensino do russo, por exemplo) com a sua força bélica. A China Comunista também usa *Soft Power* através, por exemplo, a multimídia (CGTN), grupos de circo, celebrações do seu Ano Novo e até ursos pandas que são presenteados ou emprestados aos países amigos, para atrair simpatias à sua imagem no exterior.

Até ser descaracterizado pela tática europeia, o futebol bonito, com ginga, improviso, dribles desconcertantes, técnica refinada, era, sem dúvida, um importante elemento do *Soft Power* do Brasil no exterior.

O *Soft Power* foi definido, na década de 1990, pelo historiador e diplomata Joseph Nye Jr. como a habilidade de atrair e persuadir pessoas e países sem necessidade de uso de força, como é comum no *Hard Power*.

Amorim (2011, p. 493) reconheceu a importância do futebol como *Soft Power*, pela forma como criou uma percepção positiva da marca Brasil. Ele citou, como exemplo, a ida da seleção brasileira ao Haiti em agosto de 2004 para uma partida amistosa com a seleção nacional haitiana. “A ida da seleção brasileira ao Haiti foi um grande achado, um momento extraordinário mesmo”. Ele ponderou, no entanto, que nem sempre é fácil fazer a distinção entre *Soft* e *Hard Power*. E destacou as palavras de um sociólogo haitiano no documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”: ‘O Brasil chega, não com força armada [...], mas com

futebol, música, mulheres bonitas [...] Quando você vê, o país está totalmente controlado, totalmente dominado’.

Amorim (2011, p. 493) contestou a afirmação do sociólogo haitiano com relação à utilização de ‘mulheres’ brasileiras como parte do seu *Soft Power*, mas enfatizou que a política externa brasileira ia muito além do futebol, incluía também o tamanho do Brasil na economia mundial e a dimensão da sua cultura.

O Brasil hoje é uma potência econômica. Está entre os dez maiores cotistas do FMI e é uma das oito maiores economias do mundo. O futebol é muito importante. O futebol fez, sem dúvida, maravilhas pela divulgação da imagem do Brasil lá fora. Agora, há muito mais que futebol. Há muito de diplomacia também. Quando o Brasil assume uma posição de grande destaque, como assumiu, por exemplo, na OMC, isso se deve em parte ao tamanho da economia brasileira, a fatores que têm ligação com a estrutura do comércio internacional, e em parte à capacidade de articulação e diálogo com outros países, como os da África.

Amorim (2011, p. 342) falou da importância da cultura nas relações internacionais, como uma das vertentes do *Soft Power*. Afirmou que os temas culturais são muito importantes nas relações internacionais, pois, muitas ações de política externa são estabelecidas em função das relações entre pessoas. “A área cultural propicia essa relação. [...] área cultural lato sensu, não só as artes, mas também à educação e à ciência. As relações nesse campo criam laços profundos e permanentes. Em nossa relação com a África, esse aspecto é fundamental. Na América do Sul, idem”.

Ao falar da repercussão da cultura na divulgação da imagem do Brasil, Amorim (2011, p. 496) citou um editorial do argentino Clarín: “O jornal dizia que o cinema brasileiro estava fazendo mais para divulgar o Brasil do que a diplomacia brasileira”. Acrescentou que, quando deixou a Presidência da Embrafilme [Empresa Brasileira de Filmes], “por causa daquele filme cujo tema era a tortura durante o governo militar, o Clarín publicou um [outro] editorial ‘Adelante, Embrafilme’, o que quer dizer ‘Pra frente [...]’, isso ainda em 1982, antes da redemocratização”, no Brasil e na Argentina. Destacou que “[a] atividade cultural é importante em todos os sentidos – não somente no sentido da divulgação da cultura do país, mas também do recebimento de estudantes estrangeiros [...] Criam-se laços que ficam para a vida e têm importância para os dois lados”.

O exercício do *Soft Power* trabalha em outra vertente: a midiática. Amorim (2011, p. 342) afirmou que o governo brasileiro trabalhava para “[...] implementar a TV digital na América do Sul e também na África”, para levar o Brasil para essas circunvizinhanças. Citou que pessoas que são do ramo confirmaram que, para além dos interesses tecnológico e econômico do governo, ter um sistema comum de TV digital nos países em desenvolvimento, sobretudo na América do Sul e na África, era positivo porque barateava os custos de

intercâmbio e abria mercados. A Rede Globo de Televisão, através de sua dramaturgia (novelas, séries e minisséries), contribui para a divulgação da marca Brasil em vários países africanos. Em Angola existe um mercado popular batizado “Roque Santeiro” em homenagem a uma novela homônima. Existia uma piada, segundo a qual, em Luanda, as pessoas marcavam encontros noturnos para antes ou depois da exibição do episódio da novela brasileira.

Quando voltei a morar em Bissau, em 1994, percebi que a moda, a culinária e as gírias brasileiras já faziam parte do dia a dia dos moradores da Capital. Expressões como “cambalacho”, “gato” ou “gata” (jovem atraente), churrasco, caipirinha, feijoada já estavam incorporadas ao vocabulário popular local.

Numa festa religiosa organizada por freiras da Congregação da Imaculada na Cúria Diocesana de Bissau, fui desafiado por alguns participantes a preparar caipirinha. Embora eu não fosse um *expert*, aceitei o desafio e, em pouco tempo, brindei a todos os presentes com a “autêntica caipirinha” brasileira. Na verdade, contei com a preciosa ajuda de uma freira brasileira, catarinense de Palhoça. Lembro-me de que, em outra circunstância, um colega jornalista guineense apelidou de “Pasquim” um boletim informativo que eu produzia com estudantes do Liceu João XXIII para consumo interno. Muito da influência brasileira no *modus vivendi* bissauense chegava tanto com os guineenses retornados do Brasil, quanto da dramaturgia e dos expatriados brasileiros que viviam na Guiné-Bissau. Naquela época, no entanto, poucas famílias tinham acesso à televisão.

Tudo isto posto, para confirmar que cresci apaixonado pelo Brasil, para afirmar que eu estava abrasileirado pelo *Soft Power* do Brasil muito antes de vir morar em Santa Catarina. Em Bissau, eu já tinha descoberto o “Carnaval Carioca” e o “Flamengo” campeão do mundo de 1981, para o qual passei a torcer, mas sem jamais abandonar o afeto pelo Santos Futebol Clube.

A chegada oficial da televisão na Guiné-Bissau nos anos 1990 e a interação crescente com o Brasil mudaram o carnaval em Bissau, pois, chegaram os desfiles e o samba de rua. Ademais, durante o período do carnaval, a Radiodifusão Nacional ocupava boa faixa da sua programação com sambas e marchas carnavalescas brasileiras. Então, estudar no Brasil era como um encontro com parte do imaginário da minha infância e adolescência.

Eu estava animado com a possibilidade que se abria de eu conhecer Roberto Carlos e a Jovem Guarda, dançar o “Carnaval Carioca”, ver o Santos de Pelé e o Flamengo e passear na “Cidade Maravilhosa”. Acabou que não conheço Roberto Carlos, não conheci Pelé, nunca

assisti *in loco* a um único jogo do Santos F.C. e do Flamengo. Na verdade, em quase 30 anos de Brasil, só fui uma vez a um estádio (o da Ressacada), no dia 03 de maio de 1994, ver a seleção nacional treinar-se para um amistoso contra a seleção da Islândia no dia seguinte. Não me esqueço desse dia, pelo ambiente festivo na cidade e na Ressacada e porque a seleção, que era comandada por Carlos Alberto Parreira, ganhou o amistoso por 3 a 0 e seria algum tempo depois campeã no Mundial realizado nos Estados Unidos.

Entretanto, confesso que, ao receber recado da Embaixada do Brasil em Bissau de que estudaria em Florianópolis, pensei logo em flores. Imaginei que se tratasse de uma “Cidade de Flores”. Lembrei-me de já ter lido sem muita atenção esse nome numa correspondência de um amigo brasileiro de Blumenau chamado Roberto Schlickmann. Depois, em 1983, dois missionários brasileiros (Padre Pedro Zilli<sup>105</sup> e Padre Luiz Miranda), que trabalhavam na Guiné-Bissau, garantiram-me que eu amaria “Floripa”, pois, era uma cidade pacata, mas com ares cosmopolitas; uma mistura da vida interiorana e costeira com os de grandes cidades brasileiras com retoques europeus, açorianos.

Depois de receber a confirmação de bolsa de estudo, fui à biblioteca do Centro de Estudos Brasileiros (renomeado “Centro Cultural Brasileiro”) da Embaixada, para me informar sobre a cidade. Soube que Florianópolis tinha uma parte insular e outra, continental; que a insular situava-se na ilha chamada Nossa Senhora do Desterro (nome oficializado por Dom Pedro I no século XIX); e que a atual nomenclatura, Florianópolis (Cidade de Floriano), tinha sido dada, em 1894, pelo então governador do estado Hercílio Luz, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto (1839-1895), que presidira o Brasil de 1891 a 1894.

Quando cheguei, fiquei sabendo que o novo nome não era consensual entre os moradores da cidade. Por exemplo, Damião (2016) reportou que parte da população da cidade incomodava-se com essa homenagem porque Floriano Peixoto “[...] comandou um governo sanguinário, que não deu trégua a seus opositores” e que, por causa da repressão, “200 ilhéus foram fuzilados na Ilha de Anhatomirim, num episódio que está registrado nos livros de História como ‘A tragédia de Desterro’”.

Essa tragédia perpetua-se em memórias orais, escritas e filmicas (vide “Desterro” de Eduardo Paredes) da cidade.

O tempo não apagou a mágoa. Jamais apagará dos livros de história o episódio sangrento da ilha de Anhatomirim [...] Essas marcas, da presença horripilante do coronel Moreira César – o representante do presidente Floriano, conhecido como

---

<sup>105</sup> Ele tornou-se bispo da Diocese de Bafatá, a segunda erigida na Guiné-Bissau. Faleceu em 2021 vítima do coronavírus.

‘Corta-Cabeças’ – na Ilha de Santa Catarina, estão na memória da cidade, com destaque para o próprio nome da capital catarinense. [...] temos o direito de manter vivas as razões históricas que levaram o governador Hercílio Luz – nosso herói pela construção da primeira ponte entre Ilha e Continente – a assinar o decreto que apagou Desterro dos mapas (DAMIÃO, 2016).

Damião (2016) observou que “Desterro” também incomodava lideranças políticas e sociais e moradores, pois, acreditava-se “[...] que o nome teria sido adotado para evidenciar o objetivo da colonização da Ilha de Santa Catarina: acolher os miseráveis, a escória, os bandidos rejeitados em Portugal”. Ele apresentou outra versão para o nome Nossa Senhora do Desterro: “[...] seria referência à fuga da família de Jesus para o Egito – tão bem retratada na escultura do tirolês Demetz Groeden, conservada dentro da Catedral Metropolitana. Tanto é que o fundador da cidade, Dias Velho, ergueu a igreja em devoção a Nossa Senhora do Desterro, nome oficial da paróquia até hoje”.

O jornalista de “Notícias do Dia” informou que alguns defensores do nome original continuavam a referir-se à cidade como “Desterro”. Por exemplo, na geolocalização do usuário no Facebook, “existe a opção de destacar Desterro/Cidade como local da postagem”. Ele citou um professor dele no Ensino Fundamental que propunha que a etimologia fosse interpretada como “cidade das flores” – Percebe-se que, mesmo por razão diferente, eu não estava sozinho na minha imaginação, quando escutei o nome pela primeira vez em Bissau.

Damião (2016) citou também o historiador e professor da UFSC Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, que defendia a musicalização do nome da seguinte forma: “Floría-nópolis”. E que, na “década de 1970, surfistas simplificaram para Floripa, apelido que pegou e está consagrado, embora os puristas não gostem muito”.

Através de fontes, como o “Guia Floripa” (2021), eu soube que a presença humana na Ilha de Santa Catarina remontava há quase 4.500 anos e tinha a ver com a cultura dos sambaquis (um “monte de conchas”, na língua tupi-guarani). Com o tempo, o termo sambaqui passou a designar “os sítios arqueológicos formados por depósitos de cascas de moluscos como ostras e berbigões” acumulados por “sambaqueiros” (pescadores ou coletores desses produtos do mar). De acordo com o “Guia”, o sambaqui mais antigo na Ilha “foi encontrado na localidade de Pântano do Sul” e que, por volta do século XIV, os povos carijós chegaram e aldearam-se na região, que eles denominavam de *Meiembipe* (‘montanha ao longo do canal’) e *Yjurerê-Mirim* (‘boca pequena’). Os povos carijós já habitavam Santa Catarina, inclusive a região da atual Florianópolis, muito antes da chegada dos portugueses.

Oswaldo Cabral (1968, p. 29 apud ÁVILA, 2010, p. 11) afirmou que

a maneira de viver, os costumes e os hábitos dos carijós, não eram diferentes dos demais naturais do país, vivendo seminus ou totalmente nus, cobertos por penas e

peles. Os carijós moravam em choças [cabana de ramos de árvores ou colmo, própria das florestas tropicais] cobertas de folhas, com as paredes de pau-a-pique, viviam em tribos, e cada uma delas tinha um chefe, e esse chefe conduzia-os nas guerras, que aconteciam frequentemente entre estes.

Ele apontou que “carijós eram excelentes ceramistas e já conheciam a agricultura. Plantavam mandioca e produziam farinha, além de cultivar espécies de milho, inhame, algodão, amendoim, pimenta, tabaco e cabaça” e, quando os portugueses chegaram foram recebidos “com grande cordialidade e curiosidade [...]”. Porém, os forasteiros retribuíram com o adonamento das terras, o aprisionamento, a escravização e até a venda de indígenas. Mesmo assim, os carijós deixaram referências histórico-culturais na Ilha de Santa Catarina e região, particularmente em Pirajubaé, Itaguaçu e Anhatomirim.

Ávila (2010, p. 13) disse que o estereótipo de *gentio* dado aos carijós sobreviveu e continua neste século XXI na forma como, por exemplo, os indígenas são tratados pelas autoridades e pela sociedade não indígena. Acrescentou que, na época dos chamados descobrimentos, os indígenas que ocupavam a costa catarinense pertenciam à nação carijó, que os navegadores e exploradores europeus caracterizaram como dócil e “[...] o melhor gentio da costa, apesar de possuir os mesmos hábitos, costumes e organização social das demais nações aborígenes que habitam a região” (HISTÓRIA DE SANTA SANTA, 1970, p. 20 apud ÁVILA, 2010, p. 13). Sobre a alimentação dos carijós, Ávila (2010, p. 10) citou que, quando os europeus chegaram, os carijós já praticavam agricultura, traçavam cestos, redes e esteiras e eram exímios arqueiros. Desde cedo as crianças aprendiam a utilizar as armas e praticar artesanato e artes de ofício.

Quando os europeus desembarcaram na América, além da ambição por riquezas, tinham a missão de cristianizar os indígenas. Cabral (citado por ÁVILA, 2010, p. 12) falou das tentativas dos europeus de catequizar os indígenas, especificamente a tentativa dos jesuítas de converter os carijós ao cristianismo. Observou que as tentativas dos missionários colidiram com os interesses dos traficantes de escravos que achavam que os padres atrapalhavam os seus “negócios”. Em 1635, uma missão, que foi organizada no Rio de Janeiro por ordem do rei e foi patrocinado pelo governo, passou por São Francisco, Guaratuba, Santo Antônio e chegou à Ilha de Santa Catarina (OSWALDO CABRAL, 1968, p. 34 apud ÁVILA, 2010, p. 12). Da Ilha, a missão passou Laguna, que era o principal ponto de comércio de escravos. O autor citou que no porto de Laguna achavam-se “62 embarcações, sendo 15 navios de alto bordo e o restante [eram] grandes canoas [que foram] ocupadas no infame negócio. Pelo porte das embarcações e mantimentos que levavam, esperavam os escravistas

levar dali mais de 12 mil índios. Tramaram os traficantes a ruína dos padres, pois eram eles os únicos que tomavam a defesa do gentio”.

A catequização dos indígenas não foi uma missão pacífica, como foi demonstrado por Ávila (2010, p. 14-15), citando Piazza (1983, p. 106):

[...] Missão aos Carijós ordenou o Pe. Manoel da Nóbrega a ida do Padre Pero Correa, e Irmãos João de Souza e Fabiano de Lucena, tendo partido a 24 de agosto de 1554, passando de Cananéia à terra dos Carijós, onde se encontraram em novembro daquele ano, e, em dezembro, pelo Natal, quando Pero Correa e João de Souza se adentravam ao território dos Hirajaras, acompanhados de doze principais, foram atacados e mortos.

Dessa forma, enfatizou Ávila (2010, p. 15), nota-se que não eram todos os ameríndios que aceitavam as missões jesuítas, nem os carijós eram dóceis. Segundo Piazza (1983, p. 106), citado por Ávila (p. 15), “depois desse acontecimento os jesuítas deram uma pausa na tentativa de catequese, mas os missionários diziam que mesmo com essa pausa, os indígenas iam até São Vicente à procura deles”. A pausa terá durado pouco, pois, em 1594, um grupo de vicentistas (originários de São Vicente), liderado por Jorge Coelho, começou uma guerra contra os carijós. Curiosamente, na esteira das incursões paulistas, os jesuítas reiniciaram, em 1596, as suas missões de evangelização e de proteção dos indígenas.

Ávila (2010, 14) citou a afirmação de Piazza (1983, p. 73) de que, quando os europeus chegaram ao Brasil, “[...] era bastante expressivo o número de indígenas que habitavam Santa Catarina e tal é demonstrado pelos relatos dos viajantes que, aqui, estiveram, e, posteriormente, pelo testemunho dos missionários” e que “[...] no litoral catarinense situavam-se os indígenas da grande nação tupi-guarani, da ‘língua geral’ e que, posteriormente, vão ser denominados de ‘Carijós’”. Ávila (2010, p. 15) acrescentou, ainda citando Piazza (1983, p. 73), que “[...] no interior dos vales litorâneos, na encosta do planalto e no planalto ficam os kaingang ou os botocudos, e os xókleng. E hoje nas reservas indígenas de Santa Catarina, existem remanescentes guaranis, kaingang e xókleng”.

Ao falar dos enfrentamentos entre os carijós e os colonos, uma indicação de que os indígenas nunca foram mansos (pressupondo ingênuos), Ávila (2010, 17-18) citou os efeitos desses enfrentamentos e da situação geral dos indígenas comentados por Sachet:

Contam que o final da história destas tribos que lutavam para sobreviver em meio a um turbilhão de eventos que modificaram por completo suas terras, seu meio de vida, foram às chamadas reservas indígenas. Afirmam que no Morro dos Cavalos, em Massiambu, há 40 quilômetros da Rua Tenente Silveira [no Centro de Florianópolis], uma centena de catarinenses alimentava-se quase só de mandioca. E, até os doze anos, ninguém conhecia a língua portuguesa.

E, ainda citando Sachet, Ávila (2010, 18) lamentou que ainda hoje em dia, “[...] em meio às cidades podemos encontrar os carijós com seus artesanatos ou suas aves e animais

silvestres, em madeira, para conseguir o que pra [sic] eles nunca foi necessidade, o dinheiro, ou algo que nunca tinha faltado, a comida”. O autor citou um questionamento posto à reflexão por Sachet sobre a situação dos indígenas hoje em dia: “Carijó bem comportado, ou tupi-guarani desesperado?”. Aparentemente, sugerindo uma resposta, ele afirmou que “[...] esses são os pedaços da história dos últimos 100 anos que têm a coragem de se expor às cidades, e de gritar: SOBREVIVEMOS”. Citou uma fala do cacique Artur Benito que fora extraída do trabalho de Sachet: *“Mandaram eu voltar outro dia para fazer os exames, diz. Mas eu não tenho dinheiro para voltar. Eu sei que tenho vermes. O corpo é meu e sinto que eles se mexem aqui dentro. E conclui: Chorar não dá: gritar não dá: Fazer o que?”* O cacique tinha ido ao Posto de Saúde de Palhoça para tratar de uma doença, mas não houve atendimento.

Piazza e Hubner (1983, p. 05 apud Ávila, 2010, 18) enfatizaram o papel desempenhado pelos bandeirantes na formação de Santa Catarina:

Dentre as bandeiras que se dirigiam em direção ao sul, destacam-se a de Manoel Preto que recebe, inclusive, a provisão de ‘Governador da Ilha de Santa Catarina’, a de Antonio Raposo Tavares, o qual atacou reduções jesuíticas, no Rio Grande do Sul. O atual oeste catarinense seria um caminho usual dos bandeirantes paulistas, foi a bandeira paulista de Jerônimo Pedroso de Barros a última grande expedição que devassou a área do extremo-oeste catarinense em 1641.

Em “Os Catarinas: Terra e Gente”, Piazza e Laura Machado (1995 apud Ávila, 2010, 24) afirmaram que

[n]o momento da descoberta do Brasil era bastante expressivo o número de indígenas que habitavam Santa Catarina e tal é demonstrado pelos relatos dos viajantes que, aqui, estiveram, e, posteriormente, pelo testemunho dos missionários. Assim, no litoral catarinense situavam-se os indígenas da grande nação Tupi guarani, de ‘língua geral’ e que, regionalmente, vão ser denominados de ‘Carijós’, no interior dos vales litorâneos, na encosta do planalto e no próprio planalto estava o grupo Jê, estruturado em tribos, denominados ora de botocudos, ora de bugre ou ainda de Kaingang, Xocren e Aweikoma.

Ávila (2010, 23-24) citou Piazza, Ivete Lombardi e Mara Leite, que identificaram dois grandes grupos indígenas que já habitavam a região de Santa Catarina antes da colonização europeia: os tupi-guarani e os jês (ou tapuia). Os primeiros habitavam o litoral e as margens de rios navegáveis, e dedicavam-se ao plantio de mandioca e milho; produção de objetos de cerâmica. Em Santa Catarina, os tupi-guarani ficaram conhecidos como carijós. Os povos jês eram nômades que viviam nas florestas e nos vales entre o litoral e o planalto do interior de Santa Catarina, e eram coletores e caçadores. Foi deste grupo que surgiram os xókleng e os kaingang. Essas tribos, “com a chegada dos colonizadores europeus, foram perdendo suas áreas de coleta e de caça, e foram mais para o interior, tendo assim mais dificuldade de sobrevivência. O fim para esses dois grandes grupos de ameríndios



catarinenses foi a dizimação de sua maioria. Os que sobreviveram, foram obrigados a viver em reservas”.

A cidade de Florianópolis em si começaria a ganhar forma a partir de um pequeno povoado de náufragos e desertores de expedições marítimas, mas foi impulsionada em 1675 pelo bandeirante Francisco Dias Velho, que tinha chegado à Ilha com a sua família e seus agregados, inclusive indígenas escravizados. Um marco primordial da cidade seria a igreja católica (onde hoje está a “Catedral Metropolitana de Florianópolis”) que Dias Velho mandara construir em evocação à proteção de Nossa Senhora do Desterro.

Em meados do século XVIII, a Coroa Portuguesa acelerou o povoamento da região, para protegê-la da cobiça de outras potências coloniais da época. Foi neste quadro que, entre 1747 e 1756, milhares de colonos açorianos chegaram à Vila de Nossa Senhora do Desterro. A migração açoriana deveu-se particularmente aos “constantes abalos sísmicos” e à superpopulação nos Açores. Os primeiros imigrantes a desembarcarem instalaram-se na rua próxima à igreja que seria denominada “Rua dos Ilhéus” em sua homenagem. Aos poucos, foram sendo criadas as primeiras freguesias, como a de Nossa Senhora do Rosário da Enseada do Brito, no Continente, defronte ao Sul da Ilha (GUIA FLORIPA, 2021). Os colonos expandiram o centro urbano em torno da igreja e do porto e avançaram para o interior da Ilha e para a parte continental. As atividades econômicas centravam-se basicamente na cultura de mandioca, para a produção de farinha; cana-de-açúcar, aguardente e melado; pesca e renda de bilro. O comércio, inicialmente de roupa, alimentos, artesanato, desenvolveu-se em torno do porto e da igreja.

Foi nessa cidade que eu cheguei na noite do dia nove de abril de 1988, para fazer Comunicação Social. Quando desembarquei no Aeroporto Hercílio Luz e adentrei a cidade, as minhas primeiras impressões não foram boas: aerogare, lombadas, hotel, primeiro dia na UFSC. Já era tarde da noite, com pouco movimento na aerogare. Fiquei sem saber onde me informar sobre como chegar ao Centro. Naquela hora da noite, depois das 22 horas, não havia táxi e não me parecia haver autocarro (ônibus). Balcão de informações? Se existia e estava fechado naquele momento, eu não saberia dizer. Uma senhora de limpeza (“faxineira”) indicou-me uma cabine telefônica (“orelhão”) para solicitar um táxi. Alguém atendeu, mas disse-me que demoraria um “pouquinho” a chegar. Depois de meia hora, liguei de novo e o tempo de espera foi estendido para mais outro pouquinho. Dirigi-me, de novo, à faxineira. Ela orientou-me, então, a aguardar o “madrugadão” (Que apelido esquisito, mas também

criativamente brasileiro, para ônibus que circula de madrugada!) numa parada na frente lateral direita do aeroporto e só descer no “Ponto final” (Terminal Central).

O deslocamento do Aeroporto para o Terminal foi desagradável, pois, o motorista acelerou tudo o que podia e, de vez em quando, freava bruscamente e o ônibus pulava. Eram as “lombadas” (redutores de velocidade) que sacudiam tudo que tinha dentro do ônibus. Cheguei com o corpo todo castigado de tantos pulos e ginástica para me segurar e proteger a minha mala. Porém, o mais desagradável estava ainda reservado para mim naquela noite. A noite toda foi de gargalhadas e gritos de prazer sexual, mas também de dores, perceptivelmente, de violência sexual: “*Para, tu está me machucando!*” “*Aí não...*” “*Não vai me dizer onde meter, sua piranha!*” Os barulhos, de intensidades variadas, vinham dos quartos ao lado e do andar de cima. Se em algum momento consegui dormir, confesso que não me lembro. O hotel Levi (que não existe mais, pelo menos no mesmo endereço) era um lugar de encontro de profissionais do sexo com seus clientes. Eu fui parar lá por sugestão do cobrador do ônibus, pois eu queria um hotel a bom preço e não muito distante do Terminal. Paguei barato alguns Cruzados (novos), mas, sacrifiquei o meu descanso.

No dia 10 de abril, peguei um ônibus da agora inexistente empresa “Limoense” e apresentei-me bem cedo na reitoria da UFSC. Fui conduzido ao Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI, atual Secretaria de Assuntos Internacionais – SINTER), onde fui recepcionado pelo seu então chefe, professor Antônio Pedro Schlindwein e, a pedido dele, um servidor de nome Nelson levou-me ao Curso de Comunicação Social, no Centro de Comunicação e Expressão. Fui saudado efusivamente pela “Dona Sônia”, secretária do Curso. Ela gostou de ter, pela primeira vez no Curso, um estudante africano, da Guiné-Bissau. Explicou-me os procedimentos burocráticos, sobre a grade das disciplinas e a matrícula. Eu começaria as minhas aulas no dia seguinte.

Acertada a minha situação burocrática e acadêmica no Curso, voltei à reitoria, de onde fui levado para uma residência estudantil na Avenida Lauro Linhares, a uma ou duas quadras da Praça Santos Dumont, no bairro da Trindade. Recebi as chaves e entrei num quarto no térreo. De repente, barulho de passos de pessoas – provavelmente, estudantes – que pareciam que despencariam sobre mim a qualquer momento. DE NOVO, NÃO! Lembrei-me da perturbação na minha primeira noite em Florianópolis no hotel Levi. Voltei imediatamente para a reitoria e expliquei que não gostaria de ficar naquela residência. Um servidor telefonou, chamou um motorista e este conduziu-me para o Centro da cidade pela Avenida Beira-Mar Norte. Que alívio! Uma via sem lombadas. Na Guiné-Bissau, não havia lombadas. Os buracos nas rodovias eram o problema. Dobramos a Avenida Beira-Mar Norte, seguimos à esquerda

por umas ruas também sem lombadas – Como em grande parte do Centro da capital do estado – e paramos na entrada de uma instalação militar. Um soldado aproximou-se, conversou com o motorista e o carro entrou num hotel de passagem no Comando Central da Polícia Militar que funcionava ao lado no também Comando Central dos Bombeiros Militares.

Enquanto transitávamos na Avenida Beira-Mar Norte, eu vislumbrei a Ponte Hercílio Luz (foto 27), que foi construída em homenagem ao governador que mudou o nome da Cidade de Desterro para Florianópolis, e se tornou num dos maiores cartões postais da capital catarinense. O motorista disse que se tratava do mais emblemático cartão postal de Floripa, junto com a Praça XV (de Novembro), a Catedral Metropolitana (a que foi erigida no lugar onde Dias Velho tinha mandado construir a primeira igreja católica em homenagem à Nossa Senhora), o Mercado Público, o Centro Integrado de Cultura (CIC), o Teatro Álvaro de Carvalho, o Forte de Anhatomirim, e, obviamente, o Terminal Rodoviário Rita Maria, que foi construído num aterro que reclamara um pedaço ao mar. Como um manezinho, o motorista lamentou o desaparecimento de parte da história urbanística e cultural da Ilha, como o porto que dava sentido à “Alfândega” (foto 28).

Foto 29 – Ponte Hercílio Luz.



Fonte: Jornal Zero/Curso de Comunicação Social/UFSC, 1989.

Foto 30 – Antiga Alfândega.



Fonte: Jornal Zero/Curso de Comunicação Social/UFSC, 1989.

No dia 12 de abril de 1988, participei da minha primeira aula no Curso de Comunicação Social. No geral, fui muito bem recebido pelos colegas da turma; acolhido “como um irmão” por uma parte dela. Em pouco tempo, percebi que alguns desse pessoal amigo militavam no espectro da esquerda ideológica. O Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) pareceram-me ser as agremiações políticas de maior apreço entre os meus amigos e colegas. No entanto, o Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) governava o país, com José Sarney na Presidência da República, Pedro Ivo Campos no Executivo de Santa Catarina e Edison Andrino na Prefeitura de Florianópolis. Esta formação dominava a Constituinte, que estava a ser costurada em Brasília e seria promulgada em outubro de 1988, tendo como estrela maior o deputado Ulysses Guimarães, o “Senhor Constituinte”.

O pessoal de direita não era percebido no Curso e no campus da UFSC, pois, parecia que não era *cool* ser declaradamente de direita ou fazer parte de uma agremiação conservadora, como o Partido da Frente Liberal (PFL), que tinha raiz na ARENA, a antítese

do MDB<sup>106</sup> durante a ditadura. Na verdade, a ARENA era a mascarilha política no Congresso dos oficiais militares que governaram o Brasil de 1964 a 1985. Havia também filhos de “famílias tradicionais” do estado de Santa Catarina e de outros lugares do Brasil que, aparentemente, tinham pouca afeição para a política.

Saí da Guiné-Bissau em plena ditadura do PAIGC, que, amparado no artigo 4 da Constituição (Única força política com direito a conduzir os destinos da Guiné-Bissau), governava o país de forma monopartidária, e cheguei a Florianópolis numa época em que o Brasil estava em efervescência pela transição da ditadura militar para a democracia. Senti pela primeira vez na minha vida a sensação de liberdade de poder falar sem medo de ser detido por agentes da segurança do Estado. Na Guiné-Bissau, na época colonial, a PIDE/DGS detinha, sequestrava e, em alguns casos, desterrava para as Ilhas Galinhas e também para a ilha de Tarrafal em Cabo Verde, ou matava guineenses que ousassem criticar o regime de ocupação. O PAIGC, que lutou e venceu a guerra contra esse regime, manteve o terror e monopólio da liberdade de expressão. Os membros do Partido tinham certa liberdade de crítica, desde que a fizessem dentro do sistema. Mesmo assim, criticar dentro do sistema não era garantia de liberdade ao crítico, pois, podia ser acusado por outros crimes ou, na pior das hipóteses, acidentalmente por outro motivo. Por isso, respirar o ar de liberdade de expressão em Florianópolis foi, para mim, como sair de uma panela de pressão.

Entretanto, enquanto a maioria da população e da mídia brasileira falava do fim definitivo da ditadura militar que tinha começado com o golpe de Estado de 29 de março de 1964, algumas pessoas da direita ideológica diziam que se tratava de uma revolução necessária para evitar que o comunismo se instalasse no país. Paulo Freire (1982, p. 72 apud ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 40), ao referir-se à noção de “revolução” no Brasil, afirmou que o ‘golpe militar brasileiro que, pitorescamente, se vem chamando a si mesmo de revolução, e que derrubou o governo [João] Goulart [...], tem seguido uma política coerente: submissão à metrópole [Estados Unidos], associada a uma violenta repressão e imposição de silêncio às massas populares’. Aqui, Freire falou da ruptura comandada pelas forças armadas brasileiras, com o objetivo claro de manter o país sob as asas (“submissão à Metrópole”) dos Estados Unidos, logo, do imperialismo mundial.

Essa noção de revolução vai de encontro à lógica de revolução que liberta as pessoas da dominação seja ela interna (regime militar brasileiro), seja externa (vide Portugal sobre a

---

<sup>106</sup> Essa era a nomenclatura original dessa formação política. A letra “P” foi acrescida em 1981, mas foi retirada em 2018, por opção do próprio partido.

Guiné-Bissau). Amorim (2011, p. 220) enfatizou a importância da democracia, citando o diplomata brasileiro San Tiago Dantas: ‘Creio muito na força da democracia e em seu poder de atração e, sempre que houver uma porta aberta para a democracia, ela tenderá a prevalecer sobre outros regimes políticos’.

No Curso, além dos amigos de esquerda, com alguns dos quais mantive excelentes relações depois dos nossos tempos de estudante, tive dois amigos por afinidades de circunstâncias. Um sentia-se deslocado por causa da sua “aparência de índio”, mas ficava relativamente confortável comigo. Para mim, ele não era parecido com os “índios”, que os *cowboys* sentiam o prazer de abusar no Velho Oeste da América do Norte. Quando cheguei, com as aulas iniciadas há mais de um mês, esse colega estava sozinho num trabalho de equipe na disciplina de “Estudo dos Problemas Socioeconômicos e Políticos Brasileiros I”. Por indicação do professor, eu me juntei a ele no estudo do tema “Plano Cruzado” que tinha sido lançado pelo governo Sarney com o objetivo de controlar a inflação e corrigir os rumos da economia brasileira. Interessante foi que a referida disciplina me lembrava de “Formação Militante” que fora implantada pelo PAIGC para a formação do Homem Novo (cidadãos livres da alienação colonialista) desejado para a Guiné-Bissau. Com o segundo colega, a amizade começou naquela situação em que os estrangeiros se juntam por necessidade de feixe (unir forças para se sentirem emocionalmente seguros), mas evoluiu para irmandade espiritual (querer estar ou ter o amigo por perto).

O meu colega de turma com aparência de “índio” não me chocou. Na Guiné-Bissau, o conteúdo reformado das disciplinas de História e de Geografia e o contato que eu tive com missionários brasileiros em Bissau mudaram a minha percepção sobre os “índios”. Por ignorância, nós nos deliciávamos com o suposto primitivismo, a “ingenuidade” e “boçalidade” desses “povos vermelhos” que eram facilmente enganados, aliciados e trucidados por cowboys brancos americanos, como John Wayne, Kirk Douglas e outros tantos machões brancos.

No entanto, ainda em Bissau, aprendi que os “índios” eram tudo, menos primitivos, ingênuos. Aprendi que eles desenvolveram grandes civilizações desde o Norte ao Sul do continente americano, dentre as quais as civilizações asteca, inca e maia. Nos Estados Unidos, já depois de conhecer o Brasil, tive a oportunidade de visitar Kaokia Mounds, a reminiscência de uma civilização indígena na divisa entre os estados de Illinois e Missouri. Trabalhando com o professor Jaci Gonçalves na Unisul em eventos transversais sobre cultura, ancestralidade e direitos humanos, tive interação direta com acadêmicos, lideranças e

cidadãos comuns indígenas brasileiros e latino-americanos. Antes, só via os indígenas a venderem os seus artesanatos no Centro de Florianópolis.

Percebi que as ações dos cowboys com que eu e meus conterrâneos nos deliciávamos nos cinemas em Bula eram, na verdade, parte da brutalidade da colonização europeia do continente americano e sustentavam-se na visão evolucionista do mundo. Aplicando à sociedade a teoria de evolução das espécies de Charles Darwin, o evolucionismo social argumenta que também houve diferenciação no grau de evolução dos agrupamentos humanos. E, numa nítida imposição das verdades racistas, os evolucionistas sociais defendem a supremacia branca, europeia e ocidental em relação a outros povos, sobretudo dos continentes africano e americano.

As lições que aprendi em Bissau no novo currículo de História e Geografia e com missionários brasileiros e, no Brasil, com o professor Jaci, na interação com indígenas na Unisul e em leituras especializadas, mudaram por completo a minha percepção sobre os povos originários da América. A mudança começou pela designação “índio”. Ávila (2010) afirmou que o termo “índio” nasceu de um engano histórico cometido por Cristóvão Colombo quando desembarcou no continente americano. Ao desembarcar, o navegador chamou seus habitantes de “índios”, pois pensou ter chegado à Índia. Os povos originários receberam também outras designações dadas por europeus: aborígenes, ameríndios, autóctones, gentios, íncolas, negros da terra, nativos, bugres, silvícolas, brasilíndio etc.

Jecupé (1998, p. 13), citado por Ávila (2010, 8-9), falou sobre como os ameríndios passam para os seus descendentes aquilo que é o “índio” para o indígena:

Para o índio, toda a palavra possui espírito. Um nome é uma alma provida de um assento, disse na língua ayvu. É uma vida entonada em uma forma. Vida é o espírito em movimento. Espírito, para o índio, é silêncio e som. O silêncio-som possui um ritmo, um tom, cujo corpo é cor. Quando o espírito é entonado, torna-se, passa a ser, ou seja, possui um tom. Antes de existir a palavra —índio para designar todos os povos indígenas, já havia o espírito índio espalhado em centenas de tons. Os tons se dividem por afinidade, formando clãs, que formam tribos, que habitam aldeias, constituindo nações. Os mais antigos vão parindo os mais novos. O índio mais antigo dessa terra hoje chamada Brasil se autodenomina Tupy, que na língua sagrada, o abanhaenga, significa: *tu* = som, barulho; *py* = pé, assento; ou seja, o som-de-pé, o som-assentado, o entonado. De modo que índio é uma qualidade de espírito posta em uma harmonia de forma.

Kaká Werá Jecupé também falou que, em essência, o indígena é um ser humano que teceu e desenvolveu sua cultura e civilização intimamente ligada à natureza. A partir dela, elaborou tecnologias, teologias, cosmologias, sociedades, que nasceram e se desenvolveram de experiências, vivências e interações com a floresta, o cerrado, os rios, as montanhas e as

respectivas vidas dos reinos animal, mineral e vegetal (ÁVILA, 2010, p. 9, citando JECUPÉ, 1998, p. 14).

Com relação aos preconceitos raciais e culturais e ao eurocentrismo, Ávila (2010, p. 9), citando Cunha (1998, p. 11), chamou a atenção sobre a necessidade de se “[...] ter o cuidado de não incorrer em certas armadilhas”. O antropólogo catarinense Sílvio Coelho dos Santos (1974, p. 24, citado por Ávila, 2010, p. 2) alertou sobre o problema de tratar o indígena, o carijó, por exemplo, como primitivo e bárbaro:

Não se pode mais pensar, pois, que os índios que habitavam o litoral do Brasil, e no caso particular os de Santa Catarina, fossem um grupo de bárbaros, sem conhecimento de coisa alguma, vivendo sem organização e em grau de penúria. Não, os indígenas formavam sociedades organizadas e plenamente adaptadas ao ambiente americano. Haviam desenvolvido uma tecnologia adequada para esse ambiente. E viviam o seu mundo, como qualquer homem: nascendo, trabalhando, amando, lutando e morrendo.

Descobri que, afinal, eu, africano, tinha muito em comum com o “índio”, que eu chacoteava ao assistir a filmes de *bang-bang* nos anos 1960 e 1970 em Bula. Tal como os povos indígenas americanos, na minha etnia “toda a palavra possui espírito”. Da mesma forma, como citado por Jecupé (1998, p. 13 apud ÁVILA, 2010, 8-9), com relação à língua ayvu, “um nome é uma alma provida de um assento [...] Vida é o espírito em movimento”.

Outro ponto aproximou-me histórica e emocionalmente dos indígenas brasileiros: a escravidão. Mais do que a humilhação da dominação e do trabalho forçado, a escravidão impregnou em mim, não como eu indivíduo, mas como eu social; uma pessoa negra. Nos indígenas e nos negros está impregnado o estereótipo de inferioridade, da capacidade retórica superficial, pouca elaboração intelectual.

Os indígenas também foram escravizados por brancos, em alguns casos, para suprir a escassez de mão de obra de escravos negros trazidos do outro lado do Atlântico. Ávila (2010, 17-18) citou comentários de Sachet (1997-1998, 2 v. p. 44) sobre a escravização de indígenas carijós nos séculos XVI e XVII:

[...] os fundadores de São Francisco, do Desterro e da Laguna não tinham dinheiro para comprar escravos vindos da África, daí a solução, capturar os ‘gentios’ carijós para o trabalho escravo. A solução encontrada por esses colonos foi de capturar o carijó de Santa Catarina, que além de ‘manso e pacífico’ não custava nada. E a viagem até São Paulo era mais barata do que atravessar o Atlântico para conseguir o escravo negro. Com isso, Laguna exporta os carijós que, em meados do século XVII, já não existe “matéria prima” para os consumidores de São Paulo.

Piazza e Hubner (1983, p. 05 apud ÁVILA, 2010, 17-18) destacaram que, por causa do grande número da população indígena no litoral catarinense, a região “[...] passou a ser alvo de investidas de inúmeras expedições de caça ao índio, no século XVII. E desde a fixação dos



portugueses no litoral brasileiro surgiu a necessidade de braços para a lavoura da cana-de-açúcar e para trabalhar nos engenhos, e quem se tornou esta força braçal foram os carijós”.

O meu encontro com as culturas indígenas no Brasil transformou-se numa lição de vida. Entretanto, após a primeira aula no Curso de Comunicação Social, conheci um estudante africano na saída do Restaurante Universitário. Tratava-se do marfinense que citei anteriormente. Ele já estava há alguns semestres na UFSC, e, em 1988, era um dos quatro africanos que estudavam na instituição.

Eu percebi que ele era de algum lugar da África, pelo seu jeito diferenciado de outros poucos negros que circulavam no campus. Até seria fácil identificá-lo pelo sotaque, que quase sempre denuncia os estrangeiros, inclusive os africanos lusofalantes. Só que, por estar longe dele, não dava para escutar o seu sotaque. Em alguns casos, nós africanos, somos identificados pela indumentária tradicional africana. Mas, ele estava com roupa ocidental. Foram os maneirismos (gestual etc.) dele que me soaram familiares. Além dele e dos dois do Gana e um da Nigéria, eu era o quinto africano, mas o primeiro contemplado com a bolsa do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) oriundo da Guiné-Bissau na UFSC.

Nos dois anos seguintes chegaram mais estudantes africanos: outro guineense, três angolanos, dois moçambicanos e um camaronês. O camaronês, com quem dividi apartamento no bairro Coqueiros e tive a oportunidade de festejar o relativo sucesso da seleção camaronesa de futebol na Copa do Mundo de 1990, transferiu-se para o Rio de Janeiro porque achava que Florianópolis estava muito afastada dos agitos culturais dos grandes centros urbanos do Brasil.

Em Florianópolis, fui nutrido muito bem por imensuráveis atos de solidariedade de brasileiros de variadas fenotípias e origens. Na verdade, a gentileza brasileira já tinha começado durante a viagem de Lisboa para o Brasil. No deslocamento de Lisboa para a cidade do Rio de Janeiro, uma jovem que estava sentada ao meu lado não parou de conversar comigo durante as mais de oito horas de viagem. Deu-me muitas informações sobre o Brasil, desde futebol à política, passando pelas belezas da Cidade Maravilhosa e a Amazônia. Parecia que ela conhecia muito bem o meu novo futuro país de residência. Mas, ela sabia muito pouco sobre Florianópolis. Quando desembarcamos, ela orientou-me sobre o táxi e um hotel na Ilha do Governador que estava localizado perto de uma base militar. Assim, disse ela, eu não só ficaria seguro (Hoje em dia, eu não teria tanta certeza, dado o nível de ousadia dos bandidos), como também pagaria uma diária em conta e ficaria hospedado perto do aeroporto.

A minha adaptação nos primeiros meses em Florianópolis foram facilitados por “Mãos de Anjos” de muitos brasileiros. Cito três casos:

Um senhor branco chamado Luiz Cavalheiro, que me fora indicado por um missionário brasileiro na Guiné-Bissau, presenteou-me com uma farta cesta de alimentos, produtos de higiene, lençóis e cobertores para que eu me adequasse ao inverno que se anunciava. Adicionalmente, quase todos os fins de semana, ele levava-me para passar algumas horas com a sua família na freguesia do Ribeirão da Ilha. Um familiar dele que era servidor da UFSC também me levava para passar os finais de semana com a sua família numa casa de praia no Campeche. O professor José Gatti, que tinha voltado dos Estados Unidos para fazer uma temporada na UFSC, levou-me para a sua casa e mostrou-me vários lugares da cidade. Ele sabia muito sobre a África e sobre a Guiné-Bissau. O chefe da agência do Banco do Brasil na UFSC adiantou, sem taxas e juros, um montante de dois meses da minha bolsa de estudo que o PEC-G tinha atrasado por razões burocráticas. Ademais, ele orientou-me bastante sobre como proteger o meu parco dinheiro de bolsista da hiperinflação que grassava a economia brasileira no governo do presidente José Sarney. Uma das aplicações era o “Over Night” que rendia muito acima da inflação. Porém, eu não tinha muito para poupar, pois gastava quase tudo nos supermercados e em devaneios na Via Gastronômica no bairro Coqueiros, nos bares ao redor do campus da UFSC e em férias rotineiras em Brasília onde, na época, moravam muitos estudantes guineenses. A minha tática contra a hiperinflação era a estocagem de produtos não perecíveis.

O segundo caso ocorreu no “Residencial Coqueiros” para onde eu tinha me mudado no meu quarto mês na cidade. Logo depois de deixar a minha bagagem no apartamento, desci para fazer um telefonema num orelhão que ficava no centro de convivência. Muitos homens (com certeza, mais de 10) jogavam dominô, enquanto as crianças brincavam no parque. Assim que cheguei, um dos homens cutucou outro homem e os dois olharam para mim. Mais olhares e pensei comigo: “Lá vem encrenca.”

Em poucos meses no Brasil, eu já tinha percebido que a discriminação racial era um problema mais sério do que tinha ouvido falar antes da viagem, e isso emperrava a boa convivência entre os milhões de brasileiros (indígenas, brancos, negros, asiáticos etc.) que habitam o colosso de mais de oito milhões de quilômetros quadrados. Percebi atos racistas em praticamente todos os ambientes públicos e privados que frequentei. A fenotipia negra incomodava alguns e despertava repulsa em certos ambientes.

Respirei fundo e continuei; dei uma “Boa tarde” de praxe e fui ao orelhão, para informar à proprietária de que o apartamento estava em ordem. Além da minha aparência (preto com jeito bem diferente da do negro brasileiro) e do fato de ser forasteiro no condomínio, o meu sotaque entregou a minha condição de estrangeiro. Quando terminei o

telefonema, um dos homens que me encaravam dirigiu-se a mim: “*Negão, tu é angolano?*” Eu detestava ser chamado de “negão”; revidava com “brancão” ou “brancona”. Eu cresci num ambiente de luta contra a dominação branca na Guiné-Bissau. Em Bula, brigas ocorriam com frequência entre brancos da tropa portuguesa e negros. Eles depreciavam os negros com alcunhas como “nharos” e nós os apelidávamos de “tugas”. No Brasil, no entanto, as pessoas que me chamavam de “negão” ficavam incomodadas com o meu revide.

No entanto, naquela circunstância, no Residencial Coqueiros, não revidei; respondi que era da Guiné-Bissau. Conversa vai e vem, acabei por ficar lá com eles por mais de quatro horas. Joguei dominô, tomei caipirinha e cerveja e comi churrasco. Tudo de graça. O meu novo colega de apartamento – Aquele que me acolheu perto do RU – foi buscar-me, mas, quando me viu em conversa animada com os meus novos amigos, desistiu e voltou para o apartamento. Naquele dia, ganhei amigos para churrascadas e carteados no condomínio. Até agora, mais de 27 anos depois que me mudei de lá, ainda tenho amigos no referido residencial.

O terceiro caso envolveu uma família que conheci na igreja católica de Coqueiros, uma família de pai e dois filhos adolescentes que moravam no bairro Vila Aparecida. Eles convidaram-me para a casa deles, a qual eu passei a frequentar e até a pernoitar lá nos quatro anos da minha graduação na UFSC. Havia uma diferença nítida entre os dois bairros. Enquanto quase todo o bairro Coqueiros era totalmente urbanizado, de classe média a média alta, com restaurantes, clubes sociais como o dos servidores do Banco do Brasil, a Vila Aparecida era, em grande parte, um bairro de classes média baixa e pobre confinado entre Coqueiros, Itaguaçu e a “Via Expressa”.

A casa do senhor Leão era muito simples e ficava no setor menos urbanizado do bairro. Porém, como ainda acontece no Brasil inteiro, o ambiente era de muita solidariedade entre os moradores, como emprestar sal e açúcar aos vizinhos, de tomar *umas* num boteco, jogar sinuca ou cartas e “botar” conversa fora com compadres e comadres.

Diferentemente das narrativas de terror de bandidos e da polícia que vinham das favelas do Rio de Janeiro, São Paulo e outras grandes cidades do Brasil, a Vila Aparecida era tranquila. Muitas vezes, eu cheguei sem problemas de madrugada de ônibus (“Madrugadão”) a casa dessa família. Casos de violência policial eram raros na cidade de Florianópolis. Por exemplo, eu frequentei com relativa tranquilidade alguns bairros no Maciço central da Ilha: visitei pelo menos três vezes o padre Vilson Groh no Monte Serrat; em 1988, fui ao Morro do

Mocotó com o senhor Sérgio Grandó<sup>107</sup> num ato político que ele fez como candidato a deputado estadual.

Quando frequentava a casa do amigo Noé Leão, percebi a presença majoritária de pessoas brancas num terreiro que existia na vizinhança. Com o tempo, confirmei a minha percepção de que, pelo menos naquele terreiro e em Florianópolis, havia forte participação de pessoas brancas nas religiões de matriz africana. O senhor Noé Leão, que era católico praticante, achava que “aquilo” não era religião; era “macumba”. Apesar dessa objeção, ele convivia bem com os seus vizinhos praticantes dessa religião de matriz africana.

Morei no bairro Coqueiros até voltar para a Guiné-Bissau em 1994 junto com a minha mulher catarinense que conheci nos nossos tempos de estudantes na UFSC. Por vontade dela, tive de pedir autorização dos meus futuros sogros para firmar o namoro com ela. Procedi “como manda a tradição!” Mas, alguém disse-me que “pedir a mão” era uma tradição ultrapassada. Também em observância à tradição da minha etnia mancanhe, eu viajei à Bissau para pedir autorização da minha mãe para casar com uma estrangeira. Se o meu pai ainda estivesse vivo, seria ele a pessoa a dar ou não a benção, de acordo com a cultura patriarcal mancanhe. Após muitas ponderações sobre os problemas que poderiam advir de um relacionamento de pessoas de culturas muito diferentes, a minha mãe acabou por dar a sua benção. Mas, alertou-me que jamais frequentaria a minha casa, se a futura nora se achasse superior a ela. A minha mãe tinha motivo para ficar apreensiva, pois, existiam casos de mulheres estrangeiras casadas com guineenses que maltratavam os familiares dos seus maridos. Nesses casos, os maridos tinham de escolher entre o amor da esposa e o dos seus familiares. Em alguns casos, o casal voltava para o país da esposa, para um país neutro ou o casamento acabava.

Eu prometi que tudo seria diferente, pois a minha namorada era negra (de pele clara) e lidava bem com as pessoas, independentemente da fenotípicia, etnia e nacionalidade. Porém, eu sabia que o choque cultural poderia ser um complicador. Existia também a questão do colorismo. Pessoas negras de pele relativamente mais clara tendem a receber tratamentos privilegiados em relação às de tonalidade de pele mais escura. Algumas negras de pele clara discriminam as negras mais escuras, e se passam por brancas. Acontece também o inverso. Entretanto, quando eu e a minha esposa chegamos à Bissau, em 1994, a minha mãe e os meus familiares encantaram-se com ela.

---

<sup>107</sup> Já citei que ele era um professor gaúcho que fez carreira política em Florianópolis, elegendando-se prefeito da Capital e deputado estadual. Eu o conheci em Bissau, quando, em meados da década de 1970, ele lecionou a disciplina de Física no Liceu Nacional Kwame Nkrumah em Bissau como voluntário das Nações Unidas.

Voltei à Florianópolis no ano de 2000, para me juntar à minha esposa e filha que já moravam na cidade, enquanto eu fazia mestrado em Sociologia na Southern Illinois University (SIU) nos EUA. O plano era para voltarmos para a Guiné-Bissau, mas a guerra civil (1998-1999) no meu país adiou *ad infinitum* o nosso plano.

Entretanto, a cidade, que eu conheci, quando cheguei pela primeira vez em 1988, estava em franco crescimento, muito mudada. Junto com o crescimento chegou a insegurança típica das cidades grandes brasileiras. Por exemplo, tinha se tornado perigosa a distração de sacar notas do Real<sup>108</sup> e contá-las, sem preocupação, enquanto se caminhava na “Praça XV”. Assaltos tornaram-se frequentes, principalmente no Centro e nos bairros balneários.

Aquela aparente tranquilidade no Centro e nos morros era coisa do passado, pois, a violência tinha aumentado e dava para percebê-la nos noticiários da mídia e a olho nu. Facções criminosas, muitas delas desalojadas do eixo Rio-São Paulo, instalaram-se nas favelas do Maciço, no Norte da Ilha e nos bairros perto da Via Expressa no Continente. Entrar por engano em algumas favelas dominadas por facções criminosas podia ser uma sentença de morte. Recentemente, no Réveillon de 2017, uma turista gaúcha foi morta por um traficante porque entrou por engano na favela de Papaquara, localizada no Norte da Ilha de Santa Catarina, a alguns metros do terminal rodoviário de integração em Canasvieiras (na verdade, no bairro Vargem Grande). Ela foi alvejada dentro do próprio carro por um dos traficantes que atuavam na região. Quatro meses depois, no dia 13 de abril, o jovem de 18 anos que confessou ter alvejado a turista gaúcha foi morto numa operação da Polícia Militar de Santa Catarina. Operações policiais violentas tornaram-se recorrentes nas favelas da cidade e cresceram na mesma proporção da violência no Estado, mas as favelas são lugares preferenciais das ações forças de segurança, como se a criminalidade ocorresse apenas nesses lugares.

Reparei, entretanto, que a Avenida Beira-Mar Norte continuava linda, graças às obras feitas por sucessivos prefeitos de Florianópolis, mas as águas que banham a orla continuavam poluídas. As construções antigas de um e dois pisos, como a “Divino Club”, estavam a sumir para dar lugar a prédios de 13 andares. Vi que nasceu uma “Avenida Beira-Mar Continental” e outra para dar vazão ao fluxo para o Sul da Ilha. Porém, os engarrafamentos aumentaram no Centro e nas vias para as praias, particularmente na SC-401 que leva para o Norte da Ilha. Em dias chuvosos e no verão, quando milhares de turistas do Cone Sul encham as mais de 40 praias de Florianópolis, o trânsito ficava caótico. Percebi que

---

<sup>108</sup> O real tornou-se moeda oficial no Brasil em 1994, quando o governo do presidente Itamar Franco implantou o Plano Real.

as tradicionais salas de cinema, no Centro e no Continente, foram compradas e transformadas em templos das denominações cristãs neopentecostais. Um templo gigantesco da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) destacava-se entre novos empreendimentos imobiliários na Avenida Mauro Ramos, a mais importante no Centro, depois da Avenida Beira-Mar Norte.

Essa cidade, em franca expansão, tornou-se o meu território biográfico. Na entrevista para Magalhães (2022, p. 82), Simplício Porto agradeceu a acolhida na cidade de Palmas e a oportunidade de ter uma boa formação acadêmica no Brasil. Por isso, ele relacionou a capital do Tocantins com um lugar especial em sua história de vida e se sentiu agradecido por tudo que recebeu do povo palmense. Magalhães (2022, p. 82) afirmou que o estudante guineense desenvolveu o sentimento topofílico em relação ao lugar, pois amava a cidade de Palmas e tinha apreço por ela. Nessa entrevista, o jovem guineense afirmou que foi bem acolhido em Palmas e fez alguns amigos. A pesquisadora (p. 73) constatou que, não obstante as dificuldades culturais, financeiras e relacionais, a saudade, a solidão e a instabilidade de estar num “mundo” diferente do seu, Simplício Porto adaptou-se no Brasil, graças à capacidade de se relacionar e se inserir comunitariamente nos grupos.

Além da topofilia, a pesquisadora brasileira citou também a topofobia, os dois conceitos que costumam marcar a vida de imigrantes. A topofilia é a afeição que uma pessoa tem sobre um lugar e essa afeição pode transformar o lugar em seu território biográfico, como foi o caso de Simplício Porto com Palmas, e eu, com Florianópolis.

A topofobia, de acordo com Tuan (2012 apud MAGALHÃES, 2022, 82), é o sentimento de aversão, antipatia ou desprezo que se tem sobre determinado lugar. Seria o caso do estudante camaronês, meu colega de apartamento em Coqueiros, que preferiu ir morar na “Cidade Maravilhosa” porque achava que Florianópolis era uma cidade afastada dos grandes eventos culturais. Um eufemismo para dizer que a capital catarinense era uma cidade provinciana. Outro exemplo de topofobia seria o caso de uma compatriota bolsista do PEC-G que pediu transferência da Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul por causa da discriminação racial, da solidão e do frio intenso.

Magalhães (2022, p. 82) citou que o estudante guineense percebeu semelhanças do clima e da alimentação entre o Brasil e a Guiné-Bissau porque a cultura alimentar dos dois países vinha das tradições portuguesa e africana. E que se identificou ainda mais com a alimentação na Bahia, particularmente com o acarajé, fruta-pão, vatapá e azeite de dendê. Simplício Porto afirmou que o “[...] *baiano é um povo que me marca e vai me marcar para o resto da vida*” (MAGALHÃES, 2022). Djaló (2014, p. 26) citou que alguns estudantes guineenses “[...] não contiveram elogios relacionados ao acolhimento e humildade do povo

brasileiro, sobretudo no âmbito da academia”. A identificação cultural que Magalhães (2022) e Djaló (2014, p. 26) constataram nas entrevistas que fizeram com estudantes guineenses no Brasil enquadra-se nas afinidades culturais e históricas entre o Brasil e Guiné-Bissau.

O embaixador Fernando Apparicio da Silva (AGÊNCIA SENADO, 2011) afirmou, em audiência na Comissão das Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, que

[a] história de Guiné-Bissau se entrelaça com a história do Brasil, eu diria, já no século XV, antes de o Brasil ser descoberto. O Tratado de Tordesilhas, que estabelece os limites de soberania entre Portugal e Espanha no Novo Mundo, tem como referência Cabo Verde, que é um arquipélago [com forte ligação histórica e cultural com a] Guiné-Bissau. A partir do século XVI, durante três séculos, levas e levas de africanos vieram para o Brasil como escravos. Num país em que 50% da população se declaram afrodescendentes, esse fato dá uma boa medida da importância de um país como a Guiné na formação da nacionalidade brasileira.

Esse passado colonial entrelaçado entre os dois países foi citado por Cláudia Borba Maciel (AGÊNCIA SENADO, 2022), embaixadora do Brasil na Guiné-Bissau: “A tragédia colonial trouxe de lá pessoas escravizadas, principalmente para o Maranhão e o Pará, mas, de outro lado, essas pessoas contribuíram para a formação da nossa identidade”. Amílcar Cabral e Vasco Cabral (um dos membros históricos do PAIGC) conviveram com jovens progressistas brasileiros em Portugal, dentre os quais Aloysio Nunes Ferreira, ex-senador da República pelo PSDB de São Paulo e ministro das Relações Exteriores no governo do presidente Michel Temer; o falecido professor Fernando Albuquerque Mourão, ex-diretor do Centro de Estudos Africanos e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Durante a luta de libertação nacional, nos anos de 1960 e 1970, o próprio PAIGC convergiu com setores democráticos do Brasil que lutavam pelo fim da ditadura militar no país.

Apesar das proximidades culturais, o Brasil e a África têm diferenças que podem ser constrangedoras. Amorim (2011, p. 343) afirmou que “[u]ma vez, o presidente de um país pequenino da África em que eu estive me disse: ‘Eu não sei como vocês deixam passar essas coisas na televisão. Isso não é bom para o Brasil’”. O veterano diplomata brasileiro que já foi presidente da Embrafilme referia-se a programas de humor escrachado e de conteúdo sexual que o supracitado presidente africano vetaria no seu país.

Na Guiné-Bissau, tinha-se uma ideia idílica da sexualidade no Brasil, de um povo que não se constrangia com a exposição do corpo e com a nudez. Esse imaginário era reforçado pelas imagens de corpos sarados nas praias, de minissaia; a quase nudez no carnaval que a televisão veiculava para o exterior. Esses hábitos localizados e sazonais desenhavam essa estereotipada *persona* dos brasileiros.

A fenotipia é outro ponto de constrangimento entre brasileiros e africanos negros. Quando não é por discriminação e xenofobia escancarada, muitas vezes o constrangimento ocorre por insuficiência de informação sobre o Outro. Amílcar Cabral (1974) dizia que o homem que vivia no mato da Guiné-Bissau, por exemplo, lá no fundo do Interior podia viver até morrer sem nunca ver uma pessoa branca. Ele lembrou-se de um agrônomo português que fora com ele visitar alguns lugares em Oio, no Centro-Norte do país. Disse que as crianças chegavam perto do branco e esfregavam-lhe o braço para ver por que é que ele era daquele jeito.

O caso do engenheiro branco contado por Amílcar Cabral (1974) aconteceu comigo em 1991 no interior da cidade catarinense de Nova Trento. Eu tinha sido convidado por uma amiga a pernoitar na casa dos pais dela porque não tinha quarto livre para mim na casa de outras amigas no bairro de Vigolo Vattaro que ficou mundialmente conhecido por causa da Madre Paulina. Quando chegamos ao lugar de pernoite, as crianças correram em nossa direção e, discretamente, uma delas tocou no meu braço e olhou para ver se tinha ficado tinta no seu dedo. Nada de tinta. Mais tarde, a “tia” delas revelou-me que elas nunca tinham chegado tão perto de uma pessoa negra, “preta retinta”.

Em 1988, depois de alguns meses no Brasil, comecei a perceber a curiosidade de muitos brasileiros com quem eu conversava. Bastava descobrirem que eu sou “africano” para a conversa tornar-se em grande parte sobre a África. Muitas pessoas estavam curiosas sobre o continente africano porque sabiam pouco sobre ele ou sabiam muitas informações enviesadas veiculadas pela grande mídia. Celso Amorim (2011, p.27) fez a seguinte observação sobre o imaginário que alguns brasileiros têm sobre a África:

As pessoas que viajaram pouco e conhecem pouco a África – digamos 99,99 por cento dos brasileiros em geral e uns 80 por cento dos nossos diplomatas – devem achar que a África é uma coisa só; no máximo, distinguem a África Subsaariana, a África do Sul e a África de língua portuguesa, pela característica do idioma. Mas não é assim! Essa observação inclusive foi feita pela ministra Matilde Ribeiro, que ficou muito impressionada com a diversidade de situações, de culturas e de níveis de desenvolvimento nos países africanos.

Bacelar (2016) afirmou que, num “[...] mundo cada vez mais globalizado, a comunicação estabelecida entre pessoas de diferentes culturas é um verdadeiro desafio. A relação limitada das comunicações estabelecidas entre membros de diferentes culturas gera, muitas vezes, impasses ou conflitos, dadas as limitações de compreensão”. Citando Porter e Samovar (1994) sobre o enfoque da comunicação na interação entre o emissor e o receptor, Bacelar (2016) destacou que, “[p]ara que a comunicação seja completa, o segundo indivíduo [receptor] deve atribuir um significado ao comportamento do primeiro [emissor]. Esse



processo de interpretação é realizado com base em sua experiência passada”. Definiu a comunicação intercultural como um “[...] campo de investigação que trata de oferecer uma percepção adequada de outras culturas e do entendimento logrado entre os membros de diferentes culturas”. E, de acordo com Siever (2011 apud BACELAR, 2016), um dos aspectos relevantes na comunicação intercultural é a ambivalência, que se refere, de um lado, ao nível abstrato da comunicação entre culturas e, do outro lado, ao nível concreto da comunicação entre indivíduos. Assim, “o choque cultural surge quando não ocorre essa comunicação e, por sua vez, gera um mal-estar emocional no indivíduo quando este se encontra em um novo contexto cultural”. Nesse contexto de encontro de pessoas de culturas diversas, “[...] é preciso compreender que a cultura é o meio pelo qual as pessoas se comunicam, [se] perpetuam e desenvolvem seus conhecimentos sobre atitudes em relação à vida” (GEERTZ, 1973 apud BACELAR, 2016). Tendo isso em mente, Bacelar destacou que, no mundo globalizado, com as fronteiras geográficas cada vez menos relevantes, transparecem as dificuldades de pessoas expostas a novos ambientes culturais em compreender a comunicação no contexto em que estão inseridas.

Ao falar da aculturação, Bacelar (2016) citou Barnlund (1994), que afirmou que cada cultura cria um “universo de discurso” para seus membros, uma forma por meio da qual cada pessoa pode interpretar os fatos e transmiti-los aos outros. Esse “universo de discurso” é propagado de geração para geração, tanto consciente como inconscientemente. Assim, por serem transferidos, em grande parte de forma implícita, pela sugestão de comportamentos adequados, os preconceitos e as suposições neles contidos são difíceis de serem reconhecidos.

No caso do Brasil e da África, é necessário identificar as regras de significado que distinguem uma cultura da outra. Nessa direção, esse processo é compreendido como submersão a uma nova cultura ou aculturação. Sam e Berry (2006, p. 11 apud BACELAR, 2016) simplificaram, definindo aculturação como “todas as mudanças que nascem a partir do contato entre indivíduos de grupos com experiências culturais diferentes”.

### 6.3 FUGA DE CÉREBRO

Um dos efeitos colaterais da cooperação Brasil e Guiné-Bissau na formação de quadros é a fuga de cérebros ou, no caso específico, a permanência no Brasil de guineenses formados. O fato de Florianópolis ter se tornado o meu território biográfico na diáspora denuncia esse que é um dos problemas que afetam principalmente os países menos desenvolvidos e frágeis como a Guiné-Bissau: a fuga de cérebros. Por exemplo, dos quatro

primeiros guineenses que vieram para Florianópolis estudar – três na UFSC e um no IFSC – apenas um voltou para a Guiné-Bissau. Na verdade, ele permaneceu em Bissau por alguns anos, antes de se mudar para o exterior. Agora, passa mais tempo entre Dakar (Senegal) e Lisboa (Portugal). Como eu citei na Introdução e neste capítulo, desde que deixei o país em 1988, só voltei a morar lá por apenas dois anos, de 1994 a 1996.

Na entrevista com Simplicio Porto, o acadêmico da Guiné-Bissau que estudou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Magalhães (2022, p. 73) discutiu sobre a imigração qualificada, as migrações humanas e seus aspectos socioambientais. Definiu a imigração qualificada como situação de indivíduo com formação acadêmica mínima que emigra de seu país de origem, “em busca de melhor formação ou qualificação avançada que o possibilite contribuir com o mercado de trabalho técnico e/ou em pesquisas numa outra nação”.

Magalhães (2022, p. 73), ao falar da fuga de cérebros, citou Salehyan e Gleditsch (2006) que acreditaram que os movimentos populacionais decorrentes de fluxos de refugiados de conflitos acabam por ser um mecanismo importante de difusão de instabilidades para regiões próximas aos eventos migratórios. Outras pesquisas citadas pelo autor trazem reflexões que aprimoram a compreensão das relações e trocas interculturais, a formação das identidades, o valor do acolhimento e o papel do hibridismo na transformação da cultura. Stuart Hall (2013 apud MAGALHÃES, 2022, p. 77) percebeu que as migrações produzem dois polos opostos: num polo, a tragédia humana que se manifesta nas separações familiares, no empobrecimento, na violência, na insegurança pessoal e no desrespeito aos direitos humanos das pessoas afetadas. No outro polo, as migrações promovem crescimento, hibridismo e diversidade cultural.

Magalhães (2022), citando Said (2011), abordou também o fenômeno das migrações a partir do contexto da descolonização no século XX. Para ele, a descolonização foi uma das consequências mais tristes da contemporaneidade, por ter gerado mais refugiados, migrantes, deslocados e exilados do que qualquer outro período na história. Mas, por outro lado, o espírito presente nas migrações é marcado por uma obstinada rebeldia, que impulsiona grandes transformações sociais por causa do seu grau de “inadequação”.

Magalhães (2022, p. 74) citou Rushdie (2013) que tratou do desenraizamento dos imigrantes a partir de sua própria experiência pessoal, ao se ver dividido entre a cultura original e a cultura de seu novo lugar, apontando um caráter positivo da hibridização, da “impureza”, da “mistura” e da transformação geradas pelas migrações. Citou também Bauman (2017), que falou dos elementos contraditórios das migrações, traçando um paralelo com

outros temas: cultura, xenofobia, racismo, medo, impactos econômicos, política, direitos humanos etc. Destacou ainda que as migrações em massa geram desconforto nas sociedades ocidentais, resultando em insegurança e instabilidade e, por fim, em políticas públicas restritivas às migrações.

Magalhães (2022, p. 74) falou dos dois tipos de migração: emigração e imigração. A emigração é o fenômeno da mobilidade transnacional que é tratado a partir do referencial de partida, e imigração é o fenômeno visto tendo por base o ponto de chegada do indivíduo. Categorizou quatro tipos de migrantes: o primeiro tipo é por opção ou aquela pessoa que deixa a sua terra por livre e deliberada vontade, para viver em outro país. O segundo tipo é o refugiado ou pessoa forçada a abandonar seu *habitat* originário por causa de conflito, perseguição ou violência generalizada. O terceiro tipo é o refugiado ambiental que é uma pessoa obrigada a abandonar temporária ou definitivamente a região onde tradicionalmente vivia, por causa do declínio do ambiente que prejudica a vida humana. E o quarto tipo é o imigrante qualificado: indivíduo com formação acadêmica mínima que deixa o seu país em busca de qualificação mais elevada ou emprego no exterior, muitas vezes em instituições acadêmicas ou de pesquisa.

Eu e os meus compatriotas estudantes que permanecemos no Brasil e em outras partes na diáspora nos enquadrámos na quarta categoria, a dos imigrantes qualificados. Padilla e França (2015), que foram citados por Magalhães (2022, p. 75), afirmaram que podiam ser chamados de imigrantes qualificados aqueles que já atingiram o ápice da carreira acadêmica, ou aqueles que estão em fase de formação em nível de graduação. Os bolsistas do PEC enquadram-se nessa classificação porque participam em programas de convênios acadêmicos transnacionais, mas, uma vez formados, permanecem no exterior ou emigram para outros países. Nesse grupo, Magalhães incluiu os profissionais liberais graduados que emigram e atuam como cidadãos legalizados em países de acolhida. Citou também a migração por “mobilidade científica transnacional” que são especialistas envolvidos com projetos de pesquisa e intercâmbios interinstitucionais nos países de destino ou em seus países de origem.

Magalhães (2022, p. 75) viu grande relevância dos programas de mobilidade e cooperação científica transnacional para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social global. A percepção de que o conhecimento é um fator fundamental para o crescimento econômico, contribuiu para a intensificação da mobilidade de acadêmicos, investigadores e cientistas para aprenderem novas técnicas de investigação e teorias analíticas. Isso proporciona a transferência de tecnologias e amplia a produção da ciência e sua aplicação na vida cotidiana. Pedone e Alfaro (2016 apud MAGALHÃES, 2022, 75) associaram os

estudantes ou profissionais estrangeiros qualificados, ou em qualificação, à ideia de imigrantes especiais que gozam de direitos excepcionais, diferentes dos demais imigrantes, que se mudam sem a adequada estrutura de vida e suporte financeiro.

As condições de trabalho e emprego são precárias para os guineenses que retornam da formação no exterior. Não existe um programa de acolhida e encaminhamento no mercado de trabalho desses quadros (SANCA; ROWER, 2020, p. 3). Em entrevistas com estudantes guineenses sobre voltar ou não para a Guiné-Bissau depois de concluída a formação, Sanca e Röwer (2020, p. 3-4) perceberam que eles debatiam-se com dilemas, tristeza, remorso e incertezas sobre o seu futuro na vida e na profissão. “Boa parte deles pretendia fazer mestrado depois da graduação, isso se conseguir, caso contrário desejaria ir para Europa ou procurar outros destinos. Outros nem pensam em continuar a estudar, mas sim encontrar um emprego cá, era a opção, principalmente para a região Sudeste do país como em São Paulo e Minas Gerais”.

De acordo com Sanca e Röwer (2020, p. 4), “[a]penas uma pequena parcela de estudantes que pensavam num retorno precoce (logo depois da graduação)”. Os dois pesquisadores constataram que o termo “retorno precoce” era usado por estudantes guineenses na diáspora para referirem-se aos colegas que voltam depois de terminar a graduação. E explicaram que “[...] o Brasil dá oportunidade para continuar a estudar, fazer pós-graduações até chegar ao Doutorado, se for o caso. Esta oportunidade de continuar a estudar ganha força aqui no Brasil, pois nem em todos os países tem-se esta oportunidade”.

Por essa explicação, eu me enquadro na definição de “retorno precoce” temporário. Regressei para Bissau, em 1992, alguns meses depois da colação de grau, pois, precisava de voltar ao meu emprego na Radiodifusão Nacional. Ao contrário da maioria dos bolsistas guineenses da geração dos estudantes entrevistados por Sanca e Röwer (2020, p. 4), os bolsistas nos anos 1970 e 1980 eram, em grande parte, profissionais que davam pausa nos respectivos empregos, para lustrarem as suas carreiras. Por exemplo, todos os colegas que foram contemplados com bolsas junto comigo eram funcionários públicos, muitos deles da Câmara Municipal de Bissau.

Logo, o problema dos retornados da minha geração não seria a incerteza sobre o futuro profissional. Os problemas seriam outros, por exemplo, a discrepância entre a formação e as condições de trabalho. Geralmente, o profissional qualificado voltava e não encontrava condições materiais e laborais adequadas para aplicar os seus aprendizados. No meu caso, senti muitas dificuldades operacionais na Radiodifusão Nacional, por causa da falta de

equipamentos (gravadores, máquinas de escrever, arquivos etc.) e de corte frequente de energia elétrica na cidade de Bissau.

Sanca e Röwer (2020, p. 6) constataram que a “falta de estrutura do Estado Guineense é um dos fatores mais realçados pelos nossos entrevistados”. Esse era e ainda é o ponto de convergência para os guineenses na diáspora sejam estudantes, sejam emigrantes comuns, sejam bolsistas da minha geração, sejam da geração entrevistada por Sanca e Röwer (2020).

A fuga de cérebros ou a permanência no exterior de profissionais qualificados é um problema histórico na Guiné-Bissau. Primeiro, na era colonial, a fuga era por causa da guerra e da repressão política. Depois, com o país independente, as causas apontadas por Sanca e Röwer (2020), foram a ditadura e a instabilidade política.

Em discurso no dia 21 de novembro de 1980, em consequência do golpe de Estado do dia 14 do mesmo mês, o Comandante João Bernardo Vieira, Nino, apelou que todos os quadros guineenses voltassem para participarem na reconstrução da Guiné-Bissau. Alguns voltaram e foram, aparentemente, bem recebidos, pois a eles foram alocados bons empregos e altos cargos na administração pública. Entretanto, passados alguns anos, as expectativas mudaram por causa da crise política no seio do governo que resultou no fuzilamento de seis pessoas sob a acusação de tentativa de golpe de Estado. Dentre os fuzilados, estava Viriato Pã, um proeminente advogado que interrompeu a sua carreira de sucesso em Lisboa e voltou para participar no processo da reconstrução nacional. O governo do presidente Nino Vieira tornou-se repressor e personalista: ele, presidente da República era tudo, o começo e o fim do PAIGC e do Estado da Guiné-Bissau. Decepcionados com o *status quo*, a esmagadora maioria dos retornados tomou o caminho de volta para o exterior.

Neste século, foi lançado um programa de incentivo para que quadros guineenses voltassem para a Guiné-Bissau. De acordo com Sanca e Röwer (2020, p. 6), a necessidade de quadros levou o diretor geral das Comunidades, Luís Domingos Barros, a pedir que os guineenses regressassem porque todos teriam a oportunidade de trabalhar para o bem da nação. O programa de incentivo ao retorno de quadros guineenses contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e continuou a ser uma das prioridades do governo para melhoria do seu relacionamento com a diáspora guineense. Porém, de acordo com Sanca e Röwer (2020, p. 5), o sonho de ter os quadros de volta para a Guiné-Bissau não se concretizou por causa da instabilidade política endêmica causada por sucessivos golpes de Estado e pela falta de acompanhamento dos estudantes guineenses no exterior.

A memória não é história,  
mas pode ser um reservatório de onde se podem extrair lições para o presente.  
(Autoria desconhecida)

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa reflexão memorialística sobre o processo da independência e da reconstrução da Guiné-Bissau, incluí, *en passant*, percepções sobre as minhas três cidades como estações sempre presentes nos meus afetos e como ambientes de encontros e desencontros étnicos e culturais.<sup>109</sup> Não perceberia razão convincente para refletir de forma impessoal, abstrata, distante sobre os fatos e eventos concernentes ao processo que levou a Guiné-Bissau a ser o que é hoje em dia. Eu testemunhei em pessoa e no contexto muitos desses fatos. Como disse Dores (2017, p. 118), existem acontecimentos “nos quais não fomos os personagens diretamente, mas por ‘tabela’, em contato com os outros, participamos indiretamente”. Assim, envolvi-me ora como testemunha da história, ora, no contexto em que os fatos ocorreram, como representado por outros guineenses. Por isso, confesso que me deixei afetar. Na minha assumida afetação, fiz um trabalho relatado em primeira pessoa, comigo na condição de pesquisador-narrador.

Inspirei-me, sobretudo nos diários de Walter Benjamin sobre Berlim, Moscou e Paris, para fazer a reflexão tendo por base os meus três territórios biográficos: Bula, Bissau e Florianópolis. Inspirei-me também em escrivência da escritora e linguista brasileira Conceição Evaristo, em alguns aspectos das obras confessionais de Santo Agostinho e Jean-Jacques Rousseau e a acadêmica de Luiz Alberto Marques.

A escolha de Bula, Bissau e Florianópolis foi simbólica, pelo fato de as três cidades formarem a base estruturante e unitiva da minha memória histórica sobre o processo de independência e da reconstrução da Guiné-Bissau. Elas foram o fio condutor de toda a minha reflexão. A partir de Bula, a minha terra natal, eu trouxe recortes históricos e socioculturais da população guineense, e do processo da luta de libertação nacional. Bissau é o microcosmo político, sociocultural e socioeconômico da sociedade guineense e Florianópolis tornou-se o meu território biográfico na diáspora.

---

<sup>109</sup> Citação ao professor Alexandre Fernandez Vaz na aula do dia 20 de novembro de 2021 na disciplina “Cidades, Modernidades e Sensibilidades”.

Como apontei em várias passagens dessa reflexão, as minhas memórias individuais só ganharam sentido no contexto do eu social, pois, nenhuma memória individual está isolada da memória coletiva. Concordo com Cabecinhas e Nhaga (2008, p. 112) que, para recuperar ‘os diversos lados da História’ e as diversas narrativas sobre a relação entre os povos português, guineense e cabo verdiano, deram “‘voz’ às diversas histórias que há para contar [...]”. De acordo com as autoras, “[...] verifica-se uma dialética entre passado e presente, sendo que as representações sobre o passado modelam as relações entre os grupos no presente, assim como a situação presente contribui para novas elaborações e interpretações do passado”.

Não ignorei o fato de que o exercício de lembranças pode ser como um fio de novelo. No início, o ponto do fio pode até ser difícil de localizar, mas, uma vez puxado, dá gosto de continuar puxando. A mesma metáfora pode ser aplicada a uma reflexão memorialística. O perigo, no meu caso, é que as minhas lembranças vieram como uma caudalosa cascata que exercitei para controlar. As águas das minhas memórias foram represadas e filtradas, para não transformar os registros de aspectos específicos das minhas vivências numa obra autobiográfica. Se em algumas passagens a cascata arrastou a requerida parcimônia acadêmica para um relato meramente pessoal, não foi intencional.

Feitos esses apontamentos, eu diria que, neste trabalho, tentei trazer à luz quatro abordagens que balizaram a minha reflexão: as particularidades da luta de libertação conduzida pelo PAIGC, o contexto da Guerra Fria e suas implicações no sucesso do Partido contra o colonialismo português, os desafios da reconstrução nacional e o papel do Brasil no processo da construção do Estado da Guiné-Bissau.

Nas abordagens um e dois, que desenvolvi nos dois primeiros capítulos, identifiquei três fatores que explicam o sucesso do Partido na luta pela independência: a capacidade de mobilização da população à rejeição ao colonialismo, a grande liderança política e intelectual de Amílcar Cabral e o contexto da Guerra Fria na vitória do Partido e dos movimentos independentistas na África.

Nos dois capítulos subsequentes, refleti sobre o processo da reconstrução nacional, dos desafios da construção do Estado de Direito Democrático da Guiné-Bissau e do papel do Brasil nesse processo.

Em suma, o PAIGC venceu com grande sucesso a guerra, coroando a resistência secular do povo guineense contra o colonialismo português. No entanto, não chegaram a fartura e a felicidade prometidas pelo Comandante Dik da Ringue, em Bula, com base na previsão do Partido. O ambicioso programa de formação do Homem Novo e de

desenvolvimento, tendo a educação como carro-chefe, ficou aquém dos objetivos almejados. Duas das razões para o insucesso foram a inabilidade administrativa e as disputas internas no Partido.

Embora eu tenha feito a reflexão de forma conclusiva, destacaria cinco aspectos como minha contribuição ao debate sobre as soluções para o fim da instabilidade política na Guiné-Bissau e para a construção do Estado de Direito Democrático: a unidade nacional como um capital político; o protagonismo da sociedade civil e das mulheres; as reformas políticas e das forças de defesa; o jogo político da cooperação internacional; e as consequências da fuga de cérebros.

A unidade nacional está balizada na noção da luta como fato cultural e como fator de cultura em torno da qual o PAIGC lutou e conduziu a Guiné-Bissau e Cabo Verde à independência. O próprio Partido reconheceu que o seu sucesso na mobilização do povo guineense e cabo verdiano foi facilitado pelo histórico de convivência pacífica dos guineenses, pela inexistência de exclusivismos territoriais entre as etnias guineenses e a ausência de alinhamentos, por razões étnicas e religiosas, às principais agremiações nacionalistas que foram criadas no país após a Segunda Guerra Mundial. Citei Bula, a minha terra natal, como um exemplo de boa convivência entre mancanhes e pessoas de diferentes etnias, fenotípias, religiões e classes. Lembrei-me de que a animosidade entre guineenses originários e cabo-verdianos, embora tenha sido incentivada pelas autoridades portuguesas, nunca chegou a ponto de ebulição entre os dois povos.

Falei também da percepção que o PAIGC tinha do povo português que ele distinguiu de forma inequívoca do colonialismo português. O colonialismo era a força de ocupação, de exploração das riquezas nas colônias para usufruto na Metrópole. O povo português, embora se beneficiasse do sistema, era também vítima da guerra colonial. Por exemplo, milhares de jovens portugueses morreram, ficaram mutilados ou foram encarcerados por causa da guerra colonial sem perspectiva de vitória. O Partido sabia que, mesmo tratando-se de uma guerra contra uma força estrangeira de ocupação, não era contra o povo português. Logo, a libertação da Guiné e Cabo Verde e de outras colônias portuguesas era também um caminho para a libertação do povo português.

Na verdade, salvo as escaramuças com as autoridades civis e militares portuguesas, guineenses e portugueses conviviam relativamente em paz na Guiné-Bissau. As brigas, como no caso de militares e jovens de Bula nas horas de peladas de futebol, aconteciam mais por causa das suas arbitrariedades do que pela sua origem e fenotípias.



Na Guiné-Bissau independente, não foram percebidos atos de xenofobia ou revanchismo contra os portugueses que permaneceram no país após a retirada das autoridades colonialistas em 1974, apesar de terem mantido praticamente intactos seus privilégios socioeconômicos. Como segmento mais privilegiado da sociedade guineense, eles permaneceram em condições financeiras de passar as férias no exterior, importar produtos não disponibilizados na Guiné-Bissau, buscar atendimento médico em melhores hospitais no exterior; encaminhar os estudos dos filhos nas escolas mais qualificadas, como a Escola da Embaixada de Portugal, a Escola Internacional e o Liceu João XXIII da Diocese de Bissau, e custear a formação superior no exterior, sobretudo em Portugal. Os negros guineenses ocupavam o poder político, mas os brancos ainda dominavam os estratos mais elevados da pirâmide socioeconômica. Apesar desses privilégios, os seus bens não foram saqueados.

Houve portugueses que fugiram para Portugal, por medo de perseguição e revanchismo por parte do Partido, mas muitos voltaram para o seu “chão” guineense. Por exemplo, em Bissau, no bairro de Ajuda, um comerciante deixou o seu restaurante e bar para refazer a vida em Portugal. Porém, ficou pouco tempo na “Terra-Mãe”, pois, em alguns anos, retomou o seu negócio na sua terra africana; terra que já estava entranhada na sua existência.

Um ponto importante a enfatizar: os portugueses que ficaram na Guiné-Bissau não se segregaram em *bunkers* geográficos como aconteceu, por exemplo, em Kleinfontein, uma localidade sul-africana nos arredores de Pretória. Em entrevista ao jornal “Washington Times” (CHUMLEY, 2013), em 20 de junho de 2013, Marisa Haasbroek, escritora e porta-voz dessa autossegregada comunidade, afirmou que “Percebemos que a nossa cultura está ameaçada, precisamos protegê-la e nutri-la”. As pessoas brancas, que pensam como a Marisa Haasbroek, não toleram o fato de terem perdido o poder político direto que detiveram por séculos e não aceitam a possibilidade de adoção de políticas públicas de empoderamento socioeconômico da população negra, para elevá-la ao status gozado pela minoria branca.

Entretanto, ao contrário da convivência pacífica da população comum, no Partido disputas internas resultaram em eventos graves, como a condenação de militantes renegados no Primeiro Congresso em Cassacá em 1964; a participação de seus militantes no assassinato de Amílcar Cabral, em 1973; o golpe de Estado de 1980 que derrubou o presidente Luís Cabral e levou a ala cabo verdiana a afastar-se dos seus camaradas guineenses e, em consequência, a criar o PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde); os expurgos de Victor Saúde Maria e Paulo Correia; a disputa entre o presidente João Bernardo Vieira e o Comandante Ansumane Mané que levou o país à guerra civil de 1998-99; e, em

2015, a expulsão de 15 deputados do Partido. A adoção do multipartidarismo, em 1991, ampliou as disputas no seio do PAIGC para as novas agremiações políticas.

A instabilidade política tem dois protagonistas: os operadores políticos e os militares, pois as suas ações têm sido o principal combustível para todas as crises ocorridas até agora. Costa (2019, p. 21) identificou três causas da instabilidade política na Guiné-Bissau: disputas internas nos partidos, questões socioeconômicas e a cultura de “matchundade”. As disputas internas nos partidos têm uma característica em comum: a luta pelo poder. Costa (2019, p. 21) constatou dois efeitos da luta pelo poder:

[...] o primeiro é o medo de perder a única fonte de recursos que é o Estado. Este medo de perder leva ao segundo efeito que é a utilização de todos os tipos de acrobacias políticas, mesmo elas sendo antidemocráticas (corrompendo as instituições ou pessoas ligadas a essas mesmas instituições) para conseguir o único meio de subsistência [de] que o país dispõe. Ficar fora da fonte por quatro anos é um problema sério para quem tem o Estado como seu único meio de subsistência [...].

Por isso, os grupos no poder recorrem a todos os meios ao seu alcance, para repelirem as investidas dos opositores e as críticas da sociedade. Alguns políticos recorrem ao tribalismo ou etnicismo, para avançarem as suas agendas. Costa (2019, p. 26) observou que, a partir da implantação do multipartidarismo em 1991, políticos que são incapazes de combater os seus adversários através de argumentos e propostas éticas convincentes, transformaram a diversidade étnica e até as influências religiosas em armas para a angariação de votos. Mas, os expedientes tribalistas e etnicistas não têm funcionado, pois – Não me canso de repetir –, as etnias guineenses convivem em paz há mais de um século. O divisionismo já não tinha sido suficiente para rachar o PAIGC, quando Amílcar Cabral foi assassinado por Inocêncio Cani em 1973 e nas crises subsequentes, e não o tem sido agora.

Costa (2019, p. 27) enfatizou outro aspecto relevante do ponto de vista estatístico: “[...] nenhum grupo étnico ou religioso é suficientemente numeroso para eleger um partido. Isso significa que os instigadores do tribalismo nunca conseguiram os seus objetivos de dividir para poder governar”.

No entanto, a cultura de “matchundade” entra em cena nesse contexto do vale-tudo para se permanecer no ou ascender ao poder. Apesar de a guerra de libertação ter durado apenas 11 (1963-1974) anos, essa cultura entranhou-se na política guineense. Connell, numa obra citada por Paredes (2015, p. 389), afirmou que as guerras institucionalizam a cultura da violência e reforçam mecanismos de segregação e de hierarquização da diferença, ao criarem discursos e valores que legitimam a masculinidade hegemônica; a cultura do macho que vence o inimigo pelo uso da força.

Costa (2019, p. 21), citando um relatório da Voz-di-Paz (2010), definiu a cultura de “matchundade” como a propensão de se medir “[...] o valor de um homem, pela sua capacidade de ser áspero, arrojado, violento, prepotente, temível, repelindo qualquer tentativa de falta de respeito por reações rijas”; a imposição das vontades individuais e/ou coletivas pelo uso da força física ou moral e psicológica. E, de acordo com o pesquisador guineense, essa “cultura do desassombro leva a uma dimensão paroxística que acaba por ser um obstáculo à paz, impede a instauração de relação de confiança numa sociedade dominada por comportamentos de confronto pela via da força”. Ele explicou que, diferentemente do machismo (sexual ou de gênero), “matchundade” é o culto às leis dos mais fortes; a cultura da violência pela violência. O diálogo é remetido aos fracos e a concessão numa dada disputa ou discussão é percebida como um fracasso ou uma humilhação. Por isso, qualquer disputa, por pequena que pareça, pode gerar grande conflito. Assim, na cultura de “matchundade”, o “macho” impõe as suas vontades (regras, normas, leis); o fraco (“mindjer”, não necessariamente no sentido sexual do feminino, mas o inverso do macho) submete-se; subalterniza-se ou é subalternizado. Uma das alternativas para o fraco é a resignação ou a negociação.

Essa cultura inoculou as relações políticas e contamina a aceitação das diferenças e o debate sobre a construção do Estado de Direito Democrático. O adversário político passou a ser visto como um inimigo, principalmente aquele que milita nos espectros ideológicos ou programáticos opostos. O conflito político-militar de 1998-1999 é um bom exemplo desta cultura, pois podia ter sido evitado se as partes envolvidas tivessem tido vontade ou espírito de diálogo.

Faço minha a conclusão de Costa (2019) de que a cultura de “matchundade” explica a resistência do presidente Nino Vieira (governo) e de Ansumane Mané (Junta Militar) a conformarem-se aos acordos de paz. Aceitar tais acordos, sem um vencedor declarado, foi visto como uma forma de rendição ao inimigo. As partes estavam mais preocupadas em impor as suas “matchundades”. Este conflito enfraqueceu as estruturas do Estado que estavam a ser implantadas, mergulhando desde então a Guiné-Bissau num ciclo de instabilidade sem precedente (COSTA, 2019, p. 21). A política, nesse sentido, não é encarada como a arte de governar para o bem do povo – “o governo ser do povo, para o povo e pelo povo” (YUNES, 2017), postulado que o Partido tinha adotado durante a guerra de libertação.

Na Guiné-Bissau, os grupos políticos que chegam ao poder “incham os governos com uma grande quantidade de ministérios e de secretarias de Estado, sem funções e coordenações claras entre si; o aparelho do Estado é altamente personalizado e politizado”

(COSTA, 2019, p. 7), com o Estado aparelhado com correligionários partidários, parentes e amigos que nem sempre possuem qualificação compatível aos cargos para os quais foram nomeados. Como consequência, desde a abolição do monopartidarismo político, em 1991, pelo menos 42 agremiações políticas foram criadas na Guiné-Bissau. Para o pleito de 2019, por exemplo, 11 partidos políticos foram homologados pela Comissão Nacional de Eleições. Proporcionalmente ao número de habitantes de pouco mais de 1.500.000 de pessoas, existem mais partidos políticos formalizados na Guiné-Bissau do que, por exemplo, nos países do G7 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão) e também na CPLP e na CEDEAO.

Sangreman e outros (2006, p. 4) afirmaram que a proliferação de partidos políticos, de ONGs, sindicatos e outras organizações sociais, desde a liberação democrática, são “fruto da própria natureza do partido único que transformava a mobilização numa participação controlada e dirigida”. Em termos de analogia, a liberalização política funcionou como se fosse uma panela de pressão destampada de forma repentina. Assim, as vontades políticas e ideológicas represadas pelo monopartidarismo do PAIGC eclodiram, resultando em dezenas de agremiações políticas e sociais. Acabou que a fragmentação de tendências políticas em partidos pequenos nem sempre é saudável para a democracia, sobretudo para um país que precisa de estabilidade política. Para alertar sobre o perigo de se ter muitos partidos políticos num país, Rogers (1995) citou que “[a] maioria dos estudiosos da história alemã concordou que o número de pequenos partidos que existiam sob a República de Weimar foi um fator contribuinte para a fraqueza do regime democrático”. E, citando Noel Annam (1945), concluiu que “[n]enhuma democracia sólida pode ser estabelecida se houver muitos partidos em um Estado”.

Além das disputas internas no PAIGC trazidas dos tempos da luta de libertação, os Combatentes da Liberdade da Pátria, civis e militares, cometeram reiterados abusos de poder que minaram o entusiasmo inicial da população. Eu relatei sobre o nosso alegre espanto com a inesperada chegada do Comandante Dik da Ringue e seus camaradas em maio de 1974, em Bula, e sobre a entrada triunfal da direção do Partido em Bissau no mês de outubro do mesmo ano. No entanto, os sinais de fissura emergiram alguns meses após a chegada da equipe de transição em Bula. Rumores começaram a circular sobre suposto envolvimento libidinoso dos camaradas com mulheres casadas que cuidavam da casa onde eles estavam hospedados. Também ficou sem explicação o fato de eles terem obrigado os moradores a devolverem as “coisas” que tinham *saqueado* dos quartéis abandonados pelas tropas portuguesas.

A ruptura aconteceu mesmo para valer em todo o país, quando os camaradas do Partido começaram a deter e até fuzilar pessoas que eles chamavam de “lacaio” (pessoas que colaboraram com as forças portuguesas) e “reacionários” (aqueles que não aceitaram o fim da dominação portuguesa). Em Bula, lembro-me vividamente de um fuzilamento que foi feito num terreno baldio no subúrbio Leste da cidade. Eu consegui fugir e seguir por outro caminho para o treinamento no hospital (“Ambulatório Sanitário”) onde o meu tio trabalhava. Os vizinhos que assistiram ao evento macabro relataram que foram colocados em semicírculo, enquanto o julgador sentenciava os réus. Ao final do processo sumário, um grupo de fuzilamento disparou até os alvos caírem sem vida. Concluída a execução da sentença, os espectadores foram liberados.

A situação política tinha se tornado perigosa no país. Muitas pessoas consideradas inimigas da revolução foram fuziladas e enterradas sem o conhecimento dos respectivos familiares, e muitas foram jogadas em valas comuns como as que foram reveladas na região de Mansoa, após o golpe de Estado de 1980.

Em 1985, quando trabalhava na Rádio Nacional, fiquei sabendo de um caso que envolvia o presidente Luís Cabral e o seu homólogo português Ramalho Eanes. Em 1979, o presidente guineense aceitara um pedido de Eanes para garantir a integridade física dos membros dos Comandos Africanos que estavam detidos no país. Porém, quando o presidente voltou para Bissau descobriu que muitos deles já tinham sido fuzilados. O mandatário guineense encaixou-se perfeitamente no papel daquele soberano que não sabia o que acontecia nas catacumbas da sua corte.

Nesse contexto, o medo matou o entusiasmo inicial com a chegada dos Combatentes da Liberdade da Pátria. Durante a dominação portuguesa, foi a PIDE/DGS que aterrorizava a população. Agora eram os agentes de segurança do Partido que abusavam e matavam a mesma população que libertaram do colonialismo português. A liberdade de ação e o direito de viver não foram libertados das amarras das elites no poder. Apenas o território geográfico da Guiné-Bissau parecia ter sido libertado da ocupação portuguesa. A população, não. A vida da população guineense continuou à mercê de quem exercia o poder.

De 1974 até 1994, indistintamente no governo de Luís Cabral e no de Nino Vieira, o PAIGC fez valer a sua supremacia sobre o governo: indicava governantes e estabelecia as políticas da administração pública. Quem ocupava a Presidência da República era “reeleito” e, quase sempre, não necessariamente pelas suas habilidades administrativas, mas porque fazia parte da militância do Partido.

O voto dos cidadãos era coagido. Presenciei uma eleição geral, na década de 1980, quando visitava um irmão meu que era professor em Bubaque, no arquipélago dos Bijagós. O círculo eleitoral funcionava numa propriedade pública perto do porto da cidade. Os eleitores foram devidamente perfilados e monitorados por agentes de segurança do Partido. Cada eleitor/a, ao entrar, recebia dois cartões (do tipo que os árbitros utilizam no futebol) e era orientado a depositar na urna o cartão com o “SIM”. O cartão do “NÃO” devia ser guardado e, depois, descartado. Eu não votei porque não tinha atingido a maioria legal, mas tive a oportunidade de guardar de brinde o cartão do NÃO do meu irmão. Ele votou “SIM”, não por identificação voluntária com as propostas dos candidatos. Até porque, primeiro, não existiram propostas e, segundo, se existiram não foram argumentadas para os eleitores. A população sabia que as eleições gerais seriam realizadas em determinada data e que todos os cidadãos<sup>110</sup> habilitados pela idade e nacionalidade tinham de participar, votando nos candidatos do Partido.

As eleições eram um teatro de homologação do nome do candidato do Partido. O presidente do Conselho de Estado (chefe de Estado) era, efetivamente, conclamado pelo Parlamento, que era constituído, na época, só de deputados do Partido. O presidente, por sua vez, era autorizado a escolher o Comissário Principal (primeiro-ministro ou chefe do governo) e a endossar ou desaprovar os indicados para os comissariados (ministérios), para o alto escalão do governo e para as administrações regionais, setoriais e locais.

Os eleitores eram chamados a dar roupagem democrática aos candidatos previamente escolhidos pelo Partido em cada nível da estrutura da administração. Ninguém podia se candidatar a qualquer cargo eletivo da administração pública sem o consentimento da liderança do Partido. Se acontecesse de os eleitores *falharem* na homologação de determinado candidato indicado pelo Partido, dando-lhe mais votos “Não” do que “Sim”, mesmo assim, ele era empossado. Os interesses do PAIGC sempre prevaleciam sobre a vontade dos eleitores. Vale ressaltar que, em nível local (tabancas; aldeias), algumas poucas vezes, o candidato mais votado (aquele que teve mais mãos levantadas ou foi mais aplaudido pelos eleitores reunidos em assembleia) assumia o cargo, claro, desde que a vontade dos eleitores tivesse respaldo do representante do Partido no lugar.

---

<sup>110</sup> A cidadania na Guiné-Bissau é por nascimento, por descendência e por naturalização. No entanto, a naturalização só pode ser concedida após cinco anos de residência do postulante no país. É vedada a dupla cidadania. A idade mínima para se ter direito ao voto é de 18 anos de idade.

O golpe de Estado de novembro de 1980 trouxe a personificação do poder da República em Nino Vieira e iniciou um fenômeno unicamente guineense: a interrupção do mandato dos presidentes da República. O presidente Luís Cabral foi derrubado por Nino Vieira, que seria derrubado por uma Junta Militar comandada pelo general Ansumane Mané; Kumba Yalá, que foi eleito no primeiro pleito pós-guerra civil, também seria derrubado. Malam Bacai Sanhá faleceu antes do final do mandato. Os chefes de Estado e de governo que se sucedem não conseguem estabilidade no poder. Elege-se um presidente, mas nunca se sabe se vai terminar o mandato. Costa (2019, p. 21) constatou que, a partir do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, “vários outros golpes posteriores e assassinatos criaram ódios na sociedade”. Desde a adoção do multipartidarismo, em 1991, José Mário Vaz foi o único presidente da República a concluir o seu mandato de cinco anos. O atual presidente Umaro Cissoco Embaló está em vias de ser o segundo mandatário a também chegar ao fim do mandato.

Ball (2004 apud COSTA, 2015, p. 17) pontuou que as reformas no setor da defesa e segurança têm sido difíceis porque remetem para os detentores dos poderes coercivos do Estado. Por exemplo, em abril de 2010, em contestação a uma tentativa de reforma do sistema de defesa e segurança, o oficialato rebelou-se e, como consequência, deteve por algumas horas o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior e o chefe das próprias forças armadas, tenente-general Zamora Induta (GORJÃO, 2010 apud COSTA, 2015). Este virou alvo do oficialato por ter anuído a proposta de reforma apresentada pelo governo.

A dificuldade de efetuar reformas nas forças armadas não se limita à Guiné-Bissau. Um pouco por toda a África, os militares não aceitam ficar longe do poder. Por exemplo, no Reino do Lesoto, na África Austral, os militares têm resistido há décadas a reformas que vem sendo tentadas pelo poder civil. No Mali, na República da Guiné e no Sudão os militares derrubaram governos civis, democraticamente eleitos, e permanecem no poder. Nos últimos dois anos, golpes militares foram registrados no Burkina Faso, no Níger e, em agosto deste ano, no Gabão. Em comum, os militares acusam os governantes civis de corrupção ou incapacidade no combate a grupos terroristas; prometem um período de transição para a realização de eleições livres e democráticas, mas não voltam para as casernas. Os líderes das Juntas Militares investem-se no cargo de presidentes da República. Fora da África, em Myanmar, uma Junta Militar governa há décadas, ora direta, ora indiretamente o país. Em fevereiro de 2020, a Junta deteve Aung San Suu Kyi, a Nobel da Paz de 1991, por suposto crime de má gestão administrativa, e assumiu o controle direito do poder. O fato é que, mesmo quando Suu Kyi era líder do governo, quem mandava era a Junta Militar.

Entretanto, Costa (2019, p. 26) constatou um aspecto relevante na Guiné-Bissau: “Muito embora entre 2014 e 2019, os militares não tenham interferido nas sucessivas crises políticas que ocorreram em comparação com o período anterior, foi ainda assim o pior da história da democracia guineense: uma legislatura com sete primeiros-ministros de 2015 a 2019”. Costa (2019, p. 22) citou que ‘as crises começam sempre depois das eleições através das lutas para conseguir pastas governamentais’. Porém, as disputas acirravam sempre entre as agremiações políticas com maior destaque. Ele exemplificou a disputa entre o PAIGC e o Partido da Renovação Social (PRS) de Kumba Yalá: “[...] se o PAIGC não está no poder e o PRS está, então, o PAIGC consegue criar um momento de crise quer no país quer também dentro do PRS como aconteceu em 2003, que culminou com um golpe de Estado. Se o PRS não está no poder e o PAIGC está, então, o PRS provoca também uma crise no país”. Essa série de problemas criados pelo próprio Partido e também por causa da instabilidade política que se instalou no país desde a guerra civil de 1998-1999 dificultam a construção do Estado da Guiné-Bissau.

A instabilidade política trouxe à mesa o debate sobre a existência ou não do tribalismo na Guiné-Bissau e o seu uso político. Durante a luta, Amílcar Cabral considerava que “qualquer que seja o grupo étnico é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação [...] o que subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos”. E asseverou que “[s]ó os oportunistas políticos são tribalistas” (AMÍLCAR CABRAL, 1974 apud SANGREMAN et al., 2006, p. 7). Contudo, os autores notaram que alguns membros da direção do Partido tinham reparos às palavras de Amílcar Cabral. Citaram Manuel dos Santos, que concordou com o líder do Partido de que, de fato, “a luta armada de libertação nacional, ao promover certo grau de unidade das populações da Guiné em volta de um objetivo comum [...], criou importantes laços de solidariedade e interdependência entre os diferentes grupos”. Mas ponderou que a luta armada “[...] não realizou a unidade nacional, nem engendrou a Nação guineense. Construiu, sim, as suas bases, os seus fundamentos, os alicerces da Nação e criou as condições necessárias, mas não suficientes ao seu aparecimento” (SANGREMAN et al., 2006, p. 7).

Depreendi na ponderação de Manuel Santos que a Guiné-Bissau caminhava para tornar-se uma nação, mas, não a sendo ainda, estava mais vulnerável aos espúrios divisionistas, ao uso político do tribalismo, aproveitando-se das clivagens étnicas do passado. Claro que, como partes do reino de Gabú e de influência dos Impérios do Sudão Ocidental (Ghana, Mali e Songhai), as etnias que habitam a Guiné-Bissau envolveram-se em guerras de conquistas territoriais e algumas juntaram-se aos colonialistas nas campanhas de pacificação.



Mas, fora dessas guerras históricas de caráter geoeconômico, a diversidade étnica não tem sido um problema no país.

Mesmo assim, Sangreman et. al. (2006, p. 7-8) observaram que fatores como o baixo nível de instrução, a pobreza e o limitado acesso aos meios de comunicação acentuaram a possibilidade de os eleitores serem influenciados pelos laços étnicos e pela hierarquia inerente de respeito pelos mais velhos, e, nesse sentido, a “convicção de que o processo de formação da decisão de voto de todos os eleitores numa tabanca é tomado pelos ‘anciãos, ritualistas, régulos [reis étnicos] e líderes religiosos’”. Citando Nóbrega (2005), os autores apontaram a existência de alguma forma de “coletivização do voto pelo critério étnico”.

Pensadores, como Carlos Lopes, citaram eventos históricos, como a guerra de Casamance, para sugerir a existência de conotações tribalistas na Guiné-Bissau. Embora sejam argumentos respeitáveis, receio que o alinhamento dos felupes com diolas em Casamance não se enquadre no conceito de tribalismo. Eles defendem os seus parentes étnicos que se sentem negligenciados pelo governo central no Senegal. Por isso, reivindicam autodeterminação e, obviamente, invocam os seus vínculos históricos (a região de Casamance, onde habitam, já fez parte da Guiné Portuguesa) e culturais (o seu território biográfico estende-se nos dois lados da fronteira do Senegal com a Guiné-Bissau). Mas, não hostilizam pessoas de outras etnias nos dois países.

Sangreman et. al. (2006, p. 7) afirmaram, com relação ao conflito de diolas no Senegal, que

[...] as ações que visem ajudar as pessoas do outro lado da fronteira são objeto de um consenso social que ultrapassa a lógica da formação das relações entre Estados e atravessa vários níveis sociais desde os vizinhos da mesma etnia até à lógica do apoio dos governantes aos movimentos que reivindicam a separação do Senegal e à ajuda prestada por estes a um dos lados envolvidos na guerra civil de 1998/99.

Em 1992, publiquei um artigo (ver o original no Apêndice 1) no jornal “Diário de Bissau” onde também era funcionário, alertando sobre o perigo da manipulação de índole tribalista que alguns políticos tentavam fazer para angariarem votos nas primeiras eleições multipartidárias que seriam realizadas naquele ano. Com o título “Guiné dos meus sonhos”, falei de mim e da minha multiétnica e plurireligiosa família, para ilustrar o emaranhado das relações sociais e consanguíneas do povo guineense. Também preocupado com a disputa animosa pelo poder que poderia descambar para artimanhas tribalistas, enviei cartas (Apêndices 2 e 3) para Malam Bacai Sanhá e Kumba Yalá, os dois principais candidatos para as eleições, que estavam para serem realizadas após a guerra civil. O senhor Bacai Sanhá era

candidato do PAIGC e Yalá, do PRS. Era, na verdade, a segunda vez que eu articulava sobre o mesmo assunto e com o título homônimo.

Virginia Yunes (2017, p. 75), uma argentina que esteve no meu país e vivenciou a guerra civil, percebeu *in loco* a diversidade étnica dos guineenses e enfatizou ser ela (a diversidade) “uma das maiores, senão a maior de todas, riquezas da Guiné-Bissau”, uma “[n]ação híbrida e multicultural”, com “etnias espalhadas por pequenas distâncias, em diferentes regiões do país, apresentando características socioculturais, linguísticas, religiosas, dentre outras, bem distintas entre si”.

Amílcar Cabral (citado por YUNES, 2017; COSTA, 2019) afirmava que a diversidade étnica é a maior riqueza cultural da sociedade guineense. A sua afirmação baseou-se na experiência pessoal dele como um mestiço, como profissional e primeiro líder do PAIGC. Ele era filho de um cabo verdiano e de uma guineense da etnia fula. Durante as viagens de estudo que fez pelo Interior, ele testemunhou a convivência pacífica e solidária das etnias guineenses longe do ambiente urbanizado de Bissau, capital da província, e Bafatá, sua terra natal localizada no Leste da Guiné. Na condição de líder do Partido, ele trabalhou com compatriotas de todas as etnias e cabo verdianos e até portugueses identificados com as causas do PAIGC, como a senhora branca que ajudou o seu irmão Luís Cabral a fugir para o exterior e militares que desertaram para as suas hostes. Eu, como repórter da Radiodifusão Nacional, tive a oportunidade de viajar pelo país inteiro e testemunhar o que Amílcar Cabral vivenciou décadas antes.

A convivência pacífica é reforçada também pela crioulização que, de alguma forma, desenraiza as novas gerações das suas origens étnicas. Yunes (2017, p. 77) citou a advogada guineense Nancy Monteiro sobre esses aspectos da vida guineense: “Meus avós paternos vieram de Cabo Verde, migraram para Bissau; a minha avó materna tem duas etnias: bijagó e papel [pepel]. Eu não tenho contato com nenhuma etnia. Eu sou guineense”. A pesquisadora percebeu que, à medida que ocorriam deslocamentos e migrações da população e casamentos aconteciam entre pessoas de diferentes nacionalidades e etnias, modificavam-se “os contextos locais nos diferentes pontos” da Guiné-Bissau.

A minha compatriota Nancy Monteiro e os meus familiares que eu mencionei no artigo “Guiné dos meus sonhos” são a prova da progressiva mudança na configuração étnico-cultural da Guiné-Bissau. Embora, em certa medida, cada grupo étnico ainda sustente suas particularidades básicas (por exemplo, língua, culinária, indumentária e religião etc.), a pureza étnica ou cultural está sendo vencida por causa do aumento de casamentos interétnicos nas cidades e do intenso fluxo de migrantes e comerciantes do e para o país. Dois fatos

impulsionaram o fluxo migratório recente: o retorno de milhares de refugiados guineenses, na década de 1970, após a proclamação da independência; e a adoção da política de livre circulação de cidadãos e de bens nos países da CEDEAO no início deste século.

É perceptível que a migração intensiva de pessoas internamente e através das fronteiras, a crescente disseminação da multimídia (vide rádio, televisão, Internet e redes sociais) e a modernização do sistema de transporte abalaram as estruturas e os valores étnicos milenares. Agora, mais do que no passado, o tradicional *modus vivendi* de cada etnia convive e contemporiza com a nova sociedade mundial.

A convivência pacífica dos guineenses marcou a luta de libertação e não foi corrompida, na generalidade, pelas ações divisionistas do General-Governador António Ribeiro Spínola. Vale sempre repetir que as querelas entre guineenses e cabo verdianos dentro do Partido, apesar de terem provocado o assassinato de Amílcar Cabral por outro combatente guineense negro e o golpe de Estado de 1980 ter rachado o Partido em duas alas (a guineense e a cabo-verdiana), jamais provocaram hostilidades entre os povos dos dois países. Logo, a diversidade étnica e as animosidades pontuais não são responsáveis pela instabilidade política no país. Por isso, a tentativa de uso político da diversidade étnica não tem funcionado.

No meu entendimento, esse capital cultural devia ser valorizado e as lições da unidade nacional (cultura como fato cultural e como fator de cultura) dos tempos da luta de libertação nacional deviam ser enaltecidas no sistema da educação nacional e pela sociedade guineense.

Sociedade Civil e Mulheres – As disputas dentro e entre os partidos políticos carregam fortes componentes socioeconômicos, como a pobreza e a baixa amplitude da iniciativa privada. Costa (2019, p. 25), fazendo uma intersecção circular entre política e socioeconomia, afirmou que “a estrutura administrativa do Estado da Guiné-Bissau é débil devido à pobreza, é instável porque é pobre e não tem crescimento porque é instável. A pobreza é a causa principal da instabilidade e a instabilidade é a causa principal da pobreza na Guiné-Bissau”. Cria-se, assim, um ambiente propício para os políticos inescrupulosos, de um lado, explorarem as necessidades das pessoas, para conseguirem os votos e, do outro lado, servirem-se da política para ganhos financeiros. A “pobreza generalizada no país contribui sem dúvida para a instabilidade política”, pois, “determina e influencia a vida que as pessoas vão levando no quotidiano, então qualquer entrave político tem impacto direto na população” (COSTA, 2019, p. 27), na qualidade de vida, da educação e da saúde pública.

Diante desse quadro, vale um registro sobre a sociedade civil organizada; o papel que ela pode desempenhar, de forma mais ampla, na construção do Estado da Guiné-Bissau. A influência da sociedade civil era modesta diante da onipresença do aparelho governamental. As organizações da sociedade civil, por causa de pouca experiência histórica, de carências financeiras e do oportunismo que caracteriza a atuação de algumas delas, ainda não conseguiam ser uma voz laudativa no país e um contrapeso à altura do governo. A situação era a seguinte: como havia pouca oferta de empregos e poucas alternativas financeiras e profissionais, o governo aparecia como o maior empregador e, por consequência, um caminho para a ascensão social e garantidor de status social. Trabalhar no governo dava visibilidade e segurança profissional a quem assumia cargo ou desempenhava alguma função técnica na administração pública. Nesse sentido, a voz do governo, que contava com o amparo político do Partido, acabava prevalecendo sobre a de todas as outras organizações existentes no país.

Por causa dessa situação, sucessivos governantes decidiam quase sozinhos os destinos do país, sem necessidade imperativa de passar pelo filtro da sociedade civil cuja organização era ainda incipiente, se comparada com a de países com tradição democrática. Mesmo assim, ela tem participado na busca de solução para o país. Por exemplo, a guerra civil de 1998-1999 mobilizou organizações da sociedade civil de vários quadrantes pela paz e reconciliação nacional. Yunes (2017, p. 116) citou que “[...] uma comissão de cidadãos – composta por representações da diplomacia estrangeira no país, das religiões católica, protestante e muçulmana, de líderes parlamentares e de jornalistas –, procurava então intermediar os conflitos, na tentativa de fazer com que as contrapartes dialogassem”. No calor da guerra, Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, bispo da Diocese de Bissau na época, liderou *per consensum*, as negociações de paz entre o governo de Nino Vieira e a Junta Militar de Ansumane Mané.

Foi nesse espírito de participação na busca de soluções para a guerra civil com vistas à paz e reconciliação no país, que eu ousei e não importando com o meu status político, enviei cartas aos presidentes Fernando Henrique Cardoso do Brasil, Jorge Sampaio de Portugal e Jacques Chirac da França (Apêndices 4, 5 e 6) e fiz publicar outro artigo (Apêndice 7) em Bissau no qual critiquei o comportamento ufanista da mídia senegalesa e portuguesa sobre o envolvimento dos respectivos países na guerra. De um lado, a mídia do Senegal idealizava uma superioridade bélica e autoridade moral do seu governo. Do outro lado, a mídia portuguesa exaltava a capacidade de negociação do governo português, enquanto negligenciava ou colocava em rodapé a efetiva participação de outras partes envolvidas nas negociações de paz.

Depois da guerra e por causa da instabilidade política persistente, a Assembleia Nacional Popular criou a “Comissão Nacional de Reconciliação” e fez dessa Comissão um espaço plural de diálogo dos guineenses de todos os quadrantes. A ANP teve a hombridade de deixá-la sob a liderança de cidadãos não engajados em política partidária. Assim, quando foi criada, ela foi presidida pelo padre guineense Domingos da Fonseca e, quando este faleceu, em 2011, o padre Domingos Cá assumiu a Presidência.

Várias iniciativas têm sido tomadas por organizações da sociedade civil (vide Liga Guineense dos Direitos Humanos, Comissão Nacional de Reconciliação da Assembleia Nacional Popular, Igrejas e entidades empresariais), junto com as multilaterais (Nações Unidas, União Africana, CEDEAO, CPLP, PALOP), para estabilizar o país. Foi graças ao empenho dessas organizações que a ANP fez mudança no sistema de governo do presidencialismo para o semiparlamentarismo porque se pensava que o presidencialismo concentrava muito poder de decisão no chefe de Estado.

A preocupação com a paz na Guiné-Bissau levou também muçulmanos, cristãos e pessoas não religiosas a juntarem esforços nesse sentido. No dia 12 de dezembro de 2019, por exemplo, muçulmanos, católicos e evangélicos oraram na cidade de Empada, no Sul do país, pela paz nas eleições que seriam realizadas no dia 29 do mesmo mês. Com o mote “Somos todos guineenses e somos um único povo, que tem um Deus, o Criador de todos”, a oração ecumênica e inter-religiosa reuniu líderes religiosos, estudantes, professores e crentes comprometidos com o bem da Guiné-Bissau. A 7MARGENS (2019) noticiou que as lideranças religiosas e comunitárias estavam preocupadas com o clima de “profunda tensão” sociopolítica e religiosa “alimentada pelas enormes dificuldades em que a maioria da população vive, com níveis de extrema pobreza e pelas notícias espalhadas pelos meios de comunicação tradicionais e pelas redes sociais, que aumentam o medo de violentas fraturas sociais”.

O padre Augusto Mutna Tamba, pároco da igreja de Nossa Senhora da Consolata e anfitrião do encontro, apelou a toda a população guineense que orasse “pela paz e pela unidade nacional, condições essenciais para o desenvolvimento socioeconômico do país”. Já o Imã da mesquita central de Mansoa e presidente da Associação de Imãs da Guiné-Bissau, Ustas Aladje Abubacar exortou aos guineenses a lutarem pela paz e unidade do país, tomando como exemplo Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, e à classe política a ‘abster-se de uma linguagem violenta’ e divisionista.

Referindo-se ao papel fundamental desempenhado pelo então líder da Igreja Católica nas negociações para a cessação da guerra civil de 1998-99, Yunes (2017, p. 155) destacou

que “[n]um curto espaço de tempo, o bispo conseguiu promover cerca de nove reuniões de negociação entre as lideranças. Uma tal ação diplomática garantiria que, no mês de março de 1999, a guerra fosse suspensa”. A pesquisadora argentina (2017, p. 166) citou Dom José Câmnate, sucessor de Dom Settimio na Diocese de Bissau, na agitação da paz: “O falecido bispo desempenhou um papel muito importante, que foi reconhecido por toda a classe política e a população da Guiné-Bissau”. No dia da morte do bispo, baixaram-se as armas, e o país fez silêncio em respeito a ele. Yunes (2017, p. 155) destacou que, quando as pessoas refugiaram-se “[...] no interior do país, as missões religiosas e a comunidade em geral organizaram diversas atividades culturais e eventos esportivos, como uma forma de distrair, animar e de promover a confraternização entre os habitantes”.

Seguindo o princípio da união para se ter mais força, várias organizações não governamentais criaram o Movimento Nacional da Sociedade Civil da Guiné-Bissau. Em 2007, esse Movimento passou por um grande teste político, ao desentender-se com o então chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General Tagmé Na Waie. O movimento identificou-o como um pretense definidor ou eminência parda do governo. O oficial militar reagiu com ameaça de processo judicial. No que o Movimento emitiu um comunicado a lembrar que num Estado de Direito Democrático, ninguém está isento de críticas, pois, elas são a expressão de pluralidade de ideias que balizam a democracia.

A atitude do Movimento e de outras organizações guineenses foi uma clara indicação de que a sociedade civil organizada estava a ganhar corpo no país e que não tinha mais medo de chamar a atenção e, se fosse o caso, de interpelar governantes.

Por isso, quem sabe a atenção especial deva ser dada à ampliação da participação da sociedade civil organizada na vida pública guineense, fazendo mais investimentos na iniciativa privada, no cooperativismo e em atividades comunitárias, como os Círculos Culturais de Có (Centro de Formação Maximo Gorki), Sedengal e Bafatá que aliaram com sucesso o Programa Nacional de Alfabetização com iniciativas em produção agropecuária, saúde e bem-estar social.

Investimentos na sociedade civil têm o potencial de ampliar o mercado interno de produção, emprego e de consumo, e, em consequência, produzir impactos positivos na configuração socioeconômica da população guineense, reduzindo a proeminência do governo como o principal empregador e provedor de carreiras relativamente estáveis. Uma vez ampliado o mercado produtivo e de consumo não estatal, os cargos públicos e eletivos deixariam de ser umas das poucas oportunidades de acesso a “bom emprego” e ascensão socioeconômica. Colateralmente, poderia contribuir para a redução da fuga de mão de obra

qualificada para o exterior. Uma força que é formada majoritariamente por jovens e adultos em idade produtiva.

Da mesma forma que defendo mais participação da sociedade civil na construção do Estado guineense, acredito que as mulheres sejam uma dimensão fundamental a considerar no equacionamento da crise política e socioeconômica da Guiné-Bissau. Claro que a cultura patriarcal deve ser altamente levada em consideração. Não importa a coloração ideológica dos governos que se sucederam no poder até agora na Guiné-Bissau, o patriarcado tem prevalecido nas relações de gênero.

O Partido criou a UDEMU (União Democrática das Mulheres) ainda durante a luta armada de libertação nacional, mas ela era menos uma organização de defesa dos direitos das mulheres e mais uma estrutura de representação simbólica das mulheres na sua engrenagem política. Sanca (2020, p. 51) afirmou que

a [...] UDEMU per se não subverteu as hierarquias de gênero na Guiné. Em primeiro lugar, a União carecia de representatividade da totalidade e, fundamentalmente, diversidade de mulheres bissau-guineenses. Como país essencialmente rural, a UDEMU enfrentou a dificuldade de incluir em seus quadros e suas agendas as mulheres que viviam no e do campo, compondo-se primariamente de mulheres com formação educacional e acadêmica. A marginalização das mulheres rurais (tabanka, como são denominadas em crioulo) produziu um movimento insensível à realidade destas mulheres, com profundas implicações para as desigualdades de gênero observadas em Guiné-Bissau.

Sanca (2020, p. 51, citando ABDENUR, 2018; FIGUEIREDO; GOMES, 2016) acrescentou que, embora Amílcar Cabral advogasse a favor da participação das mulheres na luta de libertação nacional e nas esferas do poder, a voz delas foi silenciada pelos demais membros do Partido, mesmo durante a luta armada e com o líder-fundador ainda vivo. “A exclusão política das mulheres [...] permanece até a atualidade, incidindo não apenas na ausência das bissau-guineenses nas instituições políticas, como também no silenciamento de suas agendas”. Reitero que é fato notório que o Partido negligenciou a participação efetiva das mulheres na condução dos destinos do novo país. Sanca (2020), uma mulher guineense com lugar de experiência e de conhecimento da realidade do país, apontou que,

as mulheres guerreiras viram-se excluídas da política guineense tão logo a independência se concretizou. No recém-fundado Estado, a política não era um lugar para elas, de modo que suas contribuições na luta contra o colonialismo tornaram-se mais um capítulo a ser relembrado do que de fato um marco nas relações de gênero da sociedade bissau-guineense. Passados mais de 40 anos, desde que a República de Guiné-Bissau passou a ser membro da comunidade de nações soberanas, a participação das mulheres na política e na burocracia não faz jus às suas contribuições de outrora. Embora em anos recentes o tema da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres venha promovendo mudanças na sociedade e na política bissau-guineense, desigualdades e hierarquias de gênero persistem.

Sanca (2020) citou a diplomacia como exemplo de exclusão das mulheres guineenses em espaços públicos, principalmente na hierarquia do poder. De acordo com a pesquisadora guineense, “a diplomacia bissau-guineense conta com 17 embaixadas e se caracteriza por ser um espaço eminentemente masculino. Poucas mulheres conseguem ingressar na carreira e exercê-la em caráter de igualdade frente a seus pares homens”. Ela afirmou que

o feminismo bissau-guineense está profundamente associado ao processo de descolonização e sua conseqüente luta pela independência. Enquanto os movimentos e a teoria feministas caminhavam, nas décadas de 1960 e 1970, para um aprofundamento dos debates da segunda onda [do feminismo], uma parcela significativa dos países africanos, dentre os quais os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), enfrentava conflitos em suas lutas pela independência. Nesses contextos, em que a independência era a prioridade máxima das sociedades africanas, a participação das mulheres nos esforços de libertação tornou-se uma necessidade, com implicações para os movimentos feministas que emergiram neste momento e se desenvolveram nas décadas seguintes (SANCA, 2020, p. 50).

Historicamente, as mulheres guineenses enfrentam três desafios interconectados: o patriarcado, a pobreza e o colonialismo. Sanca (2020, p. 51) viu conexão entre a posição de subalternidade em que a sociedade guineense se encontrava em relação à Metrópole com a dupla relação de subordinação das mulheres: à colonização e ao patriarcado. “Não por acaso, os movimentos de mulheres emergem não com o objetivo de enfrentar isoladamente as dimensões da subalternidade, mas sim visando a reposicionar as [guineenses] nos diversos espaços sociais e políticos do país”.

Sanca (2020, p. 51, citando FRASER, 2007; PHILLIPS, 2011; YOUNG, 2000) apontou três dimensões da teoria política feminista onde se encaixam as demandas das mulheres guineenses na contemporaneidade: redistribuição, reconhecimento e representação. A redistribuição, na definição de Fraser (2007 apud SANCA, 2020), é uma reivindicação dos movimentos feministas sobre a necessidade de correção das desigualdades socioeconômicas que penalizam as mulheres em relação aos homens. Por exemplo, elas têm mais dificuldades de ingressar no mercado formal de trabalho, recebem, em média, salários menores e têm menos oportunidades de ascensão na carreira. De acordo com Sanca, o reconhecimento diz respeito às dimensões culturais da dominação masculina das relações sociais, com atribuições de papéis de subalternidade às mulheres nos âmbitos doméstico e público. Na esfera doméstica, às mulheres são atribuídos os papéis de esposa, mãe e do lar. Já “a representação refere-se à questão da presença feminina e vocalização das demandas das mulheres nos espaços e debates políticos”.

Persistem as desigualdades entre homens e mulheres na dimensão socioeconômica. Com base em dados de 2014 do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (INEGB),



Sanca (2020, p. 52) citou que “apenas 50.5% das mulheres são alfabetizadas. Além disso, 64.7% da população viviam com menos de USD 2,00 por dia, sendo as mulheres mais afetadas pela pobreza”. Persiste também o déficit de representação das mulheres em espaços de poder formais. “Embora em 2018 o governo tenha aprovado uma lei de paridade para garantir uma representação mínima de 36% das mulheres nas instituições políticas, ainda se nota a ausência feminina em determinados espaços, como é o caso da diplomacia” (SANCA, 2020, p. 52).

A aplicação dessa lei encontra barreiras socioeconômica e cultural que ainda separam os centros urbanos e as aldeias, onde ainda predominam a tradição patriarcal e a dimensão sexual da cultura de “machundade” e de patriarcado. A atuação das organizações feministas está ainda mais concentrada em Bissau e nas maiores cidades do Interior por causa da dificuldade de comunicação com as populações das aldeias e da dificuldade de se quebrar os paradigmas patriarcais arraigados na população guineense. Sanca (2020, p. 51) constatou que nem a UDEMU conseguiu subverter as hierarquias de gênero na Guiné-Bissau porque “carecia de representatividade da totalidade e, fundamentalmente, diversidade de mulheres [guineenses]”.

Uma das razões para essa carência de representatividade seria o fato de a Guiné-Bissau ser um país essencialmente rural. Assim, a UDEMU enfrentou dificuldades para “incluir em seus quadros e suas agendas as mulheres que viviam no e do campo [...]. A marginalização das mulheres rurais [...] produziu um movimento insensível à realidade destas mulheres, com profundas implicações para as desigualdades de gênero observadas em Guiné-Bissau.” Além da dificuldade de inclusão de mulheres do campo, reitero que a UDEMU era uma organização formada essencialmente pelas elites femininas do PAIGC, não uma organização de defesa dos direitos das mulheres; era mais uma estrutura de representação das mulheres na engrenagem política desse partido. **2**

Uma clara indicação da disparidade que ainda existe na representação das mulheres na política guineense pode ser constatada no pleito realizado em 10 de março de 2019. Os resultados eleitorais apresentaram o seguinte quadro: Do total de 102 deputados, 88 eram do sexo masculino e apenas 14 (13.7%) do sexo feminino. Na história política da Guiné-Bissau, Carmelita Pires é a única mulher que chegou à liderança de um partido político com assento na Assembleia Nacional Popular. Ela foi eleita presidente do Partido Unido Social Democrata (PUSD) no II Congresso desse partido realizado em outubro de 2013.

Entretanto, as heroínas históricas, como a rainha Okinka Pampa, as da luta da independência, como Carmem Pereira e Ernestina (Titina) Silá, e ativistas e empreendedoras

atuais em várias frentes são referência para as mulheres quebrarem o *glass ceiling*. São modelos pela sua coragem e pelo seu envolvimento na formulação dos destinos de seus países e inspiram as novas gerações a continuarem a lutar contra o sistema patriarcal. Mas não é suficiente apenas ter heroínas, enquanto persistirem os problemas milenares de patriarcado, como o direito à propriedade.

A educação também pode ser um fator determinante na mudança definitiva desses paradigmas e na melhoria das condições das mulheres guineenses. O acesso à educação para meninas não é apenas uma questão de aquisição de conhecimento; pode ser também uma via para a emancipação socioeconômica das mulheres. Prospectivamente, uma pessoa formada pode ter acesso a bons empregos, ser financeiramente independente e abrir as portas para realizações sociais e para a autodeterminação. Por isso, em todos os países africanos, mesmo nos de tradição islâmica, organizações femininas da sociedade civil, com ou sem o respaldo dos governos locais, mobilizam os pais a investirem na educação dos seus filhos, principalmente das suas filhas. Essa mobilização começa com a conscientização dos pais sobre a importância da educação. Acima de tudo, o acesso à educação é fundamentalmente uma questão dos direitos humanos.

Para mim, é necessário o protagonismo das mulheres na busca da estabilidade da Guiné-Bissau porque elas são, historicamente, o esteio das famílias e uma força indutora das economias étnicas e a nacional. Na África, existe o exemplo da Libéria. Por longas décadas, esse país, também da África Ocidental como o meu país, foi considerado um “Estado falhado”, pois vivia em endêmicas crises político-militar e socioeconômica. Não se vislumbrava paz e estabilidade num país que vivia de ditadura em ditadura e que foi destroçado por uma guerra civil. Todos os esforços de estabilização do país fracassaram até quando as mulheres entraram em cena. Duas figuras femininas ilustram o determinante papel das mulheres no encaminhamento da situação política na Libéria: Leymah Gbowee e Ellen Johnson-Sirleaf.

A primeira foi uma das líderes do movimento das mulheres pela sua participação ativa nas negociações de paz que levou ao fim da guerra civil. No livro “Guerreiras da paz” (2012), que ela coautorou com a jornalista e escritora estadunidense Carol Mithers, ela relatou a ousadia que as mulheres liberianas tiveram de desafiar a marginalidade a que estavam submetidas na guerra. Elas não participavam nas negociações de paz, pois os homens decidiam por elas, mas sempre falhavam. Elas decidiram, então, pela greve de sexo, como ponto de partida, antes de avançarem com a pressão política. Os homens tiveram de ceder para o protagonismo delas. Quando as mulheres, finalmente, envolveram-se nas negociações

de paz, a guerra acabou e isso permitiu a realização das eleições gerais multipartidárias. Essas eleições levaram ao poder a senhora Johnson-Sirleaf, transformando-a na primeira mulher presidente da república da Libéria e em toda a África pós-colonial. Ela foi reeleita e transferiu o cargo de forma pacífica para George Oweah.

Reformas das Forças Armadas e da Constituição – Com relação às forças armadas, reconheço a grande dificuldade de convencer os Combatentes da Liberdade da Pátria a irem para a reserva e as altas patentes a abandonarem a cultura de militantes armados herdada da época da luta de libertação. A prova dessa dificuldade são as 10 tentativas de reforma das forças de defesa e segurança, sendo que apenas duas foram bem sucedidas.

Acredito, no entanto, que a aposta da UNIOGBIS e da sociedade civil organizada deve ser feita nos militares garantistas que defendem que as FARP permaneçam nas casernas e só atuem nos limites estabelecidos pela Constituição. Por exemplo, em fevereiro de 2012, o General Biaguê Na Ntan, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), pediu que os militares guineenses se afastassem de assuntos ligados à política, se afastassem da criminalidade e da corrupção e se submetessem à Constituição. De acordo com o site DW.Com (2012), citando a Agência Lusa, o General Na Ntan afirmou que “[a] ética e deontologia profissional, o cumprimento das normas constantes do regulamento da disciplina militar devem merecer a atenção de um militar, devendo cada um afastar-se dos assuntos políticos, da criminalidade e da corrupção, pautando sempre pelo que possa contribuir para o bem-estar do povo”.

O General Na Ntan, que discursava na cerimônia de juramento de bandeira de 1.103 recrutas no Centro de Instrução de Cumeré, a cerca de 50 quilômetros a Leste de Bissau, lembrou aos novos militares que “[o] povo guineense, as Forças Armadas e a sociedade em geral esperam de vós altos padrões de conduta, responsabilidade e caráter singulares, preservando os valores éticos e cívicos para o cumprimento, com sucesso, das vossas obrigações” (DW.COM, 2012). Ele salientou que aquela cerimônia de formatura representava um “passo gigantesco no que respeita ao apetrechamento das Forças de Defesa e Segurança com recursos humanos habilitados para fazer face aos desafios impostos às Forças Armadas” e era também um “contributo para a reestruturação e reorganização das Forças Armadas no quadro da implementação de reformas que se querem nos setores da defesa e segurança”.

O discurso do General Biaguê Na Ntan, nessa cerimônia de juramento de bandeira de recrutas, foi uma indicação positiva de que a resistência às reformas e o ativismo político não eram atitudes consensuais nas forças armadas guineenses.

Por causa da persistência da instabilidade política, passou-se a debater a pertinência ou não de se voltar ao presidencialismo. A reforma da Constituição seria para a adequação do regime político aos imperativos democráticos e à necessária estabilidade política do país. Paralelamente ao ativismo das casernas, a instabilidade política na Guiné-Bissau pode estar na estrutura semipresidencialista quadripolar do Estado guineense: presidência da República, Assembleia da República (Parlamento unicameral), Governo e o Judiciário. Estes poderes, que deveriam funcionar de forma autônoma e harmônica, têm sido fontes constantes de atritos e, por consequência, de instabilidade política.

Desde que foi adotada a primeira Constituição em 1973, já foram feitas várias reformas, destacadamente na de 1984 com a ratificação da cisão com a ala cabo verdiana do Partido e a atribuição de mais poder ao presidente João Bernardo Vieira, Nino; e na de 1991, que marcou o fim do monopartidarismo e levou às eleições gerais e democráticas em 1994. Novas reformas da Constituição, para resolver a situação, foram feitas e outras continuam a ser debatidas no Parlamento.

Para mim, o problema não está no sistema de governo, mas na forma como os políticos encaram as instituições e o respeito que têm ou não à Constituição da República e o desejo genuíno de participarem na construção da democracia assentada nos princípios do Estado de Direito. Cito dois exemplos de países africanos e vizinhos que vivem em democracia e têm dado exemplos de convivência saudável entre adversários políticos: Cabo Verde e Senegal.

Cabo Verde, depois de duas décadas (1975-1990) do monopartidarismo do PAIGC, adotou o multipartidarismo e o sistema semipresidencialista, comparável a dos países como Portugal, França e Itália. Desde então, o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV, nascido da ala cabo verdiana do PAIGC) e o Movimento para a Democracia alternam-se no poder. Nas eleições legislativas e presidenciais em 2011, por exemplo, ocorreu um fato só comum em democracias consolidadas: o PAICV obteve maioria absoluta nas legislativas e teve o direito constitucional de indicar o primeiro-ministro. Já nas presidenciais, o Movimento para a Democracia elegeu Jorge Carlos Fonseca. Pela primeira vez na história de Cabo Verde, o primeiro-ministro e o presidente da República eram de partidos diferentes. Situação assim costuma causar crises institucionais nos governos de vários países africanos. Em Cabo Verde, os dois principais partidos políticos convivem relativamente bem.

No Senegal, da independência em 1960 até 2000, o Partido Socialista (PS) governou quase de forma monopartidária, embora legalmente existissem partidos da oposição. A onipotência do PS não diferenciava muito a política senegalesa de outras ditaduras africanas,

pois, apesar de não ter sido ferozmente perseguida, a oposição tinha pouco espaço de manobra. O senhor Abdoulaye Wade, na época, o maior líder da oposição, foi detido e solto várias vezes. Mas ele não desistiu do sonho de chegar ao poder. Depois de quatro tentativas, em 2000, ele finalmente derrotou o PS e o então presidente Abdou Diouf. “E agora? O presidente Diouf vai reconhecer a derrota?” Sim, reconheceu. Mais do que reconhecer publicamente a derrota, parabenizou o presidente eleito. “E o senhor Wade, o que vai fazer? Vingá-lo dos seus algozes políticos?” Não. Graciosamente, convidou o senhor Diouf a representá-lo na cúpula de chefes de Estado e de governo entre a União Europeia e a Organização da Unidade Africana no Lesoto.

Mas o presidente Wade cairia numa ciranda demagógica. Ele tinha mudado a Constituição limitando para dois os mandatos de um presidente. Porém, aparentemente apaixonado pelo poder, conseguiu – sob protestos da população – respaldo legal da Corte Constitucional senegalesa e reverteu a decisão para o antigo sistema: reeleição sem limite. Tentou, assim, o terceiro mandato, mas perdeu para Macky Sall, seu antigo aliado. O receio no país e em toda a África era que o senhor Wade não reconhecesse a derrota e levasse o Senegal para o caos. Porém, tal como o senhor Diouf, o presidente Wade reconheceu a derrota e a sucessão ocorreu com tranquilidade.

Na Nigéria, um país que já viveu sob ditadura militar e a guerra civil de Biafra e enfrenta o grupo terrorista Boko Haram, veio outra lição de civilidade democrática. Em março de 2015, o presidente Goodluck Jonathan, ao perceber que estatisticamente não teria como ser reeleito, telefonou para o adversário Muhammadou Buhari para reconhecer a derrota e parabenizá-lo pela vitória. O medo do caos pós-eleitoral transformou-se em festa dos apoiantes do presidente eleito. O mesmo aconteceu em 2016 no Gana. O presidente John Dramani Mahama, que tentava a reeleição para o segundo mandato, foi derrotado por Nana Akufo-Addo; reconheceu a derrota e telefonou para parabenizar e desejar boa sorte ao presidente-eleito. Nos dois países, já foram realizadas outras eleições e transferências pacíficas do poder.

Na Guiné-Bissau, no entanto, a construção do Estado é emperrada por problemas políticos recorrentes desde a independência. Graça (2005, p. 131) apontou alguns problemas que os países enfrentam no processo de construção de suas nações. O primeiro é a própria noção de construção, pois, de acordo com a autora, ela decorre da metáfora do edifício e remete para um processo de intervenção na realidade que é esboçado e planejado de forma racional e matemática. Ela observou que nem na África, nem em qualquer lugar no mundo é

possível afirmar que, mesmo historicamente, ocorreu qualquer construção de uma nação fruto de uma fórmula matemática.

O segundo problema é a perspectiva africana da produção do conhecimento, como um dos paradigmas da construção de uma nação. De acordo com a autora, o paradigma científico com relação a este tema específico impõe “a procura de uma ‘fórmula’ universalmente válida, mesmo que ela se revele aparentemente inatingível, sobre a construção da nação” (GRAÇA, 2005, p. 131). Ela ponderou que a “tradição africanista não tem privilegiado essa busca, o que é facilmente compreensível pelo obstáculo que representa a perceptível infinidade de variantes”, e sugeriu que “essa fórmula pode começar a ser progressivamente enunciada, à medida que os fatos se vão arrumando em regras ou leis e que o conhecimento científico se vá acumulando, na medida do possível liberto dos desvios emocionais e ideológicos”.

Uma das alternativas identificadas por Graça (2005, p. 132-133) no processo da construção das nações africanas é a formação de blocos regionais e a união continental. Ela afirmou que, na África, apesar de tentativas ou esboços de formação e consolidação de entidades supranacionais, como a “Southern Africa Development Community” (SADC) e o projeto da União Africana, “o sentido é ainda marcadamente inverso, pois a nação tem tendência para ser um valor supremo orientador da elite governante, a qual se vê confrontada, dentro de fronteiras ainda algo frágeis, com a gestão de situações fortemente heterogêneas do ponto de vista etnocultural”. Para a autora, esta situação dificulta o trabalho dos governantes, uma vez que as suas ações são continuamente minadas “por forças centrífugas, tanto de natureza ativa como passiva, que não lhes reconhecem legitimidade histórico-cultural”.

Guiné-Bissau no Jogo Político Internacional – Vale sempre reiterar que a Guerra Fria foi o fator determinante para o sucesso militar e diplomático do PAIGC contra o colonialismo português. Sem a polarização geopolítica e ideológica que marcou o mundo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial; sem o envolvimento do bloco social-comunista, destacadamente da União Soviética, de Cuba e da China, a guerra poderia se arrastar por décadas. Como Abdenur (2017) afirmou, “unidades cubanas [...] combateram ao lado de guerrilheiros e guerrilheiras do PAIGC”, e as armas fornecidas pela União Soviética ajudaram a derrotar as tropas portuguesas. Com metralhadoras Kalashnikov, lançadores de granadas de mão e de foguetes ‘Grad-P’, morteiros e outras armas ligeiras, os combatentes do Partido aumentaram a sua capacidade de ação nos campos de batalha, com artilharia e canhões de longa distância, passaram a atacar à distância as guarnições portuguesas sem necessidade de

aproximação física dos alvos. Quando receberam navios de guerra, como os torpedeiros de alta velocidade, conseguiram reduzir a circulação da marinha portuguesa pela costa e pelos rios guineenses. A artilharia antiaérea limitou também a circulação de aeronaves aos perímetros relativamente seguros de Bissau e algumas cidades do Interior.

Foi importante a participação de militares soviéticos na perseguição e detenção dos assassinos de Amílcar Cabral e no resgate de membros da cúpula do PAIGC. Qual seria o futuro do Partido, se os assassinos tivessem conseguido levar Aristides Pereira, Vasco Cabral e José Araújo para as mãos das autoridades portuguesas em Bissau? O Partido estava política e estruturalmente tão consolidado, como parecia, que seria capaz de sobreviver a um esfacelamento de importante parte da sua cúpula? A China Popular treinou combatentes do Partido em táticas de guerrilha, formou quadros e doou armamentos para os combatentes do Partido. Como apontei, Cuba participou também com apoio bélico, logístico e seus soldados envolveram-se diretamente na guerra.

Pondero, todavia, que não foi por caridade que esses países e todo o bloco social-comunista apoiaram o PAIGC e outros movimentos independentistas na África e no mundo. Pelo contrário, tinham ambições geopolíticas e a África era uma das peças no tabuleiro da sua disputa contra o Ocidente liberal capitalista. Nesse universo, cada país naturalmente tinha seus interesses particulares. Cuba, que sofria bloqueio imposto pelos Estados Unidos, via no internacionalismo proletário uma possibilidade de expandir os seus horizontes políticos, angariar a solidariedade internacional e, assim, enfraquecer o isolamento total que Washington tentava impor sobre ela.

A Rússia vem tentando reconquistar o espaço perdido na África, desde que o presidente Vladimir Putin chegou ao poder, e tenta resgatar as glórias da antiga União Soviética. Quando a URSS desmoronou, em 1991, a Rússia perdeu o interesse pela política externa de longo alcance (SAHUQUILLO, 2019), muito por causa da crise econômica interna que levou o presidente Mikhail Gorbachev a retrair-se do internacionalismo proletário e da África. Na verdade, não tinha mais condições políticas e financeiras para continuar a sua antiga política externa para a África.

No entanto, no novo jogo de xadrez contra o Ocidente, a África voltou a ser um dos focos da política externa de Moscou. Sahuquillo (2019) citou uma declaração de Serguei Lavrov, atual chanceler russo, antes de uma recente viagem a várias nações do continente: “Diferentemente das antigas potências mundiais, a Rússia não se contaminou com os crimes da escravidão e do colonialismo”. A essa vantagem histórica que a União Soviética tinha em relação ao Ocidente, o chefe da diplomacia russa acrescentou o perdão das dívidas que

remontavam ao período soviético. A Guiné-Bissau foi um dos beneficiados. “Antes do desmoronamento da URSS, no início dos anos 1990, Moscou mantinha 37 pactos de assistência técnica e econômica e 42 acordos comerciais com vários países do mundo” (SAHUQUILLO, 2019).

Paralelamente aos acordos políticos e econômicos oficiais, a Rússia tem atuado militarmente, através do Grupo Wagner, em vários países africanos, dentre os quais a Líbia, o Mali, a República Centro Africana, o Burkina Faso e o Sudão. O grupo presta serviços de segurança a governantes, que receiam serem derrubados por militares dos próprios países, e assina acordos para a exploração e comercialização de minérios nesses países. David Ehl (2023), da DW, reportou que, na Líbia, cerca de 1.200 mercenários do grupo combatiam do lado do líder rebelde Chalifa Haftar. Afirmou, sobre a atuação do grupo no Sudão: “[...] a Rússia está principalmente interessada em garantir o acesso às valiosas matérias-primas [ouro e urânio] do país” e de outros países onde atua, para “[...] impulsionar a guerra de Putin na Ucrânia”. Acrescentou que o Grupo Wagner era “[...] um instrumento militar do Kremlin para a crescente influência econômica e militar da Rússia na África”.

A China, que entrou em cena para valer neste século na disputa por recursos e mercados africanos, está, obviamente, na Guiné-Bissau. De acordo com Abdenur (2017), a China anunciou investimentos no país e empresas chinesas intensificaram missões de prospecção em torno de projetos de infraestrutura de grande porte, tais como a construção de barragem hidrelétrica no rio Geba que banha Bissau; porto de águas profundas em Buba, no Sul do país; duas rodovias; ponte sobre o rio Farim; e uma fábrica de biomassa. Muitos desses projetos fizeram parte do programa desenvolvimentista do presidente Luís Cabral.

O fato é que a China não é necessariamente melhor intencionada que a Rússia. Como as outras potências econômicas, sejam de desenvolvimento médio (vide Rússia, Índia), sejam avançados (países do G7), ela está na África para ganhar dinheiro, para abocanhar as riquezas do continente e vender seus produtos para um mercado de mais de um bilhão de potenciais consumidores, dos quais 400 milhões da classe média. Logo, Pequim não é efetivamente amiga da África, tanto que é acusada de levar operários chineses para trabalharem em seus empreendimentos no continente em detrimento da mão de obra africana. A China também é acusada de fazer vista grossa à violação dos direitos humanos, por exemplo, na República do Congo, na República Democrática do Congo (ex-Zaire) e no Uganda, países onde a presença chinesa está mais forte.

Seria injusto, todavia, cobrar da China a inclusão dos direitos humanos entre os requisitos da sua cooperação com a África, se ela ainda não faz parte do vocabulário do



Partido Comunista Chinês. Essa postura alegra aos ditadores e corruptos africanos. Para os governantes africanos não afeitos à democracia e à proteção dos direitos humanos, basta a China continuar a levar milhões de dólares em investimentos e não constrangê-los com a cartilha sobre a garantia das liberdades e dos direitos humanos. Esquecem-se do fato de que a China inunda os seus ainda acanhados e pouco competitivos mercados com produtos relativamente baratos e, conseqüentemente, prejudica as indústrias internas na África.

A França, a capital da encantadora Paris, uma das cidades diarizadas por Benjamin, faz o seu jogo geopolítico na Guiné-Bissau com a intenção de absorvê-la na Francofonia, uma organização de países que falam a língua francesa e a força magnética do seu neocolonialismo. Na verdade, a França conseguiu convencer o então presidente João Bernardo Vieira Nino a integrar a Francofonia e a adotar o Franco CFA (Comunidade Franco-Africana).

É verdade que o continente africano foi fatiado por várias potências europeias na Conferência de Berlim (1884-85), dentre as quais a Inglaterra, Portugal, Espanha, Bélgica, Alemanha, Itália e a própria França. Também é verdade que quase todos esses países ainda exercem ou tentam exercer alguma influência política nas suas antigas colônias. A diferença é que a França parece ser o ápice da atuação das potências coloniais na África, pois é o país europeu com atuação mais agressiva nas suas antigas colônias no continente; continua a explorá-las, amparada numa herança perversa costurada pelo General Charles de Gaulle nos anos 1950: o pagamento de impostos coloniais pela utilização de propriedades (“benefícios”) construídas nos tempos da colonização. Ou seja, as colônias francesas na África, apesar de terem proclamado suas independências formais, hasteado suas bandeiras, cantado seus hinos nacionais e estruturado seus governos, pagariam o referido imposto.

Além de auferir impostos de benefícios coloniais, a França criou a moeda para as suas agora *independentes* colônias. O franco CFA tinha o lastro do franco francês e era controlado pelo Banco Central em Paris. A Guiné Conacri, do nacionalista Ahmed Sékou Touré, foi a única colônia que desafiou a Metrópole, ao proclamar a independência em 1958, sem a tutela de Paris. A ousadia do presidente Sékou Touré rendeu-lhe bloqueios político, diplomático, econômico e dezenas de tentativas de assassinato. Para a França, a República da Guiné tinha de pagar o imposto, adotar o franco CFA e, tal como as outras antigas colônias, aceitar a permanência de forças militares francesas no seu território. Desde a adoção do Franco CFA e da entrada na Francofonia, e embora não pague o supracitado imposto, a Guiné-Bissau entrou, de certa forma, na ciranda política da maioria das antigas colônias francesas na África.

Nesta década, entretanto, as novas gerações nas antigas colônias francesas na África gritam contra o neocolonialismo francês, pelo fim do imposto e contra a continuação da exploração de suas riquezas minerais e o despejo de quinilhões francesas e europeias no continente. Por consequência, neste ano, a França viu-se obrigada a começar a retirada de suas forças militares estacionadas, por exemplo, no Mali. O mesmo processo caminha a passos largos no Burkina Faso, no Níger e em outros países onde, não por mera coincidência, a Rússia intensificou a sua presença no continente africano através do Grupo Wagner.

Entretanto, destaquei que, diferentemente da França, Rússia, China e até mesmo de Portugal, que tem mantido boas relações com a sua antiga colônia sem uma escancarada pretensão neocolonialista, as relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau carregam componentes históricos, culturais e geográficos inigualáveis, além de convergências político-diplomáticas no sistema das Nações Unidas, em várias organizações multilaterais e na Cooperação Sul-Sul.

Com relação aos componentes históricos e culturais, Gasparetto (2019, p. 29-30), citando o livro “O Atlântico Negro”, de Paul Gilroy (2012), destacou

[...] o circuito transatlântico que interconecta o Mundo Novo, a Europa e a África, por onde navegou a tráfico, a escravização e a racialização, mas por onde circulam saberes, culturas, ideias e proporcionam a base da construção do próprio “negro” e a transgressão do seu destino. Demonstra o Atlântico como um lugar de paradoxos, onde o caráter híbrido das ideias e o intercâmbio entre o pensamento negro e as ideias dominantes “brancas”, a coexistência entre a produção cultural e as identidades negras e modernidade. O aprofundamento da globalização proporciona novos espaços para intercâmbios de ideias, relações em redes, que podem ser de 30 diferentes âmbitos [...]. O Brasil também está inserido nesse contexto de um Atlântico que ao invés de separar, une, ainda que para fins questionáveis.

Por necessidade, o entorno estratégico do Atlântico coage o Brasil e a África a cooperarem. Por isso, enfatizo que, mesmo quando um governante brasileiro, como Jair Bolsonaro, negligencia a cooperação bilateral com os países africanos, ela continua em âmbito multilateral. Por isso, o Brasil e a Guiné-Bissau se encontram e se entendem, principalmente no sistema das Nações Unidas e na CPLP. Nesse contexto, de acordo com Abdenur (2017), o Brasil tornou-se um importante parceiro da Guiné-Bissau na área da formação de quadros e da implantação de estruturas do Estado de Direito Democrático.

A embaixadora Claudia de Borba Maciel, falando do alinhamento do Brasil e Guiné-Bissau na ONU, citou que, “[...] no voto da resolução sobre [...] a guerra da Rússia na Ucrânia, a exemplo de outros países africanos, a Guiné-Bissau se ausentou da sala no momento da votação para marcar a sua neutralidade, evitando, assim, condenar a Rússia”. E o “Brasil retribui esse apoio que a Guiné-Bissau nos presta no plano multilateral dando um caráter prioritário às demandas de cooperação técnica para o desenvolvimento que nos são feitas constantemente por esse país” (AGÊNCIA SENADO, 2022). A diplomata afirmou que

os africanos sabem, no fundo, que o Brasil talvez seja o país que, fora do continente africano, melhor entenda a África. Por isso, eles querem a presença do Brasil. E enfatizou o fato de a Guiné-Bissau estar na entrada do Atlântico Sul; ser um dos portões de entrada do Atlântico Sul. Por isso, é muito importante uma Guiné-Bissau estável, porque a instabilidade pode servir de pretexto para a entrada de tropas de outras regiões no país.

Mas o embaixador Abdenur (2017) ponderou que, tal como a assistência dada pelo Norte Global, “a CSS não deve ser tida como algo que contribui automaticamente para a consolidação da paz”, pois, “os projetos de infraestrutura em larga escala podem, de fato, ajudar a conectar as áreas mais remotas do país e melhorar o transporte e as comunicações; entretanto, dependendo da sua implementação, podem exacerbar em vez de mitigar a exclusão social”. Ele exemplificou que, “em alguns casos, a CSS oficial pode coexistir com presenças menos desejáveis, tais como os barcos chineses acusados de pesca predatória nas águas guineenses, inclusive em torno do protegido arquipélago [dos] Bijagós – uma área protegida, classificada pela UNESCO em 1996 como reserva de biosfera”. Afirmou que tais parceiros tendiam a enfatizar que, embora a mediação e a reforma do setor de segurança fossem indispensáveis, abordar apenas as questões de segurança não iria resolver a instabilidade na Guiné-Bissau. Seriam necessárias também soluções de longo prazo que pudessem catalisar mudanças estruturais na economia e que fortalecessem as instituições do Estado.

Todavia, devo esclarecer que a defesa da importância do Brasil na construção do Estado da Guiné-Bissau não se assenta numa visão idílica das relações internacionais. Trago Amorim (2011, p. 215), que, em defesa das atitudes mais fortes da política externa do Brasil no governo Lula da Silva, citou Milton Friedman, um dos expoentes da “Chicago School of Monetary Economics” e Nobel da Economia de 1976: “‘Não há almoço grátis’. Por tudo que você faz, você paga. Alguém está pagando de alguma maneira. E você também está pagando indiretamente, nem que seja por um favor que se fique devendo”. E acrescentou:

A paz é um bem pelo qual você tem que pagar. O fato de vivermos em paz – que beneficia o comércio, as exportações, e também quem trabalha – é algo pelo qual você tem que pagar. Você não pode ser uma das dez maiores economias do mundo (segundo o Banco Mundial, a sexta economia, se você considerar a paridade do poder de compra) e não querer participar. Pagar não só com dinheiro, mas com atitudes, com presença, assumindo responsabilidades.

Por isso, acredito ter me prevenido de qualquer ataque de ingenuidade de acreditar que a cooperação do Brasil com a África e com a Guiné-Bissau estaria despida de quaisquer interesses econômicos e políticos. A estabilidade da Guiné-Bissau interessa ao Brasil, não pela importância do país africano em si. Apesar de o comércio entre os dois países ser irrisório, a estabilidade nesse país africano e na região da África Ocidental interessa ao Brasil,

pois, poderia atrair investimentos e abrir o mercado para produtos brasileiros para mais de 400 milhões de consumidores em potencial.

A própria Guiné-Bissau não é uma terra despida de recursos naturais de interesse para o Brasil. A embaixadora Claudia de Borba Maciel citou que, por exemplo, a região de Farim tem reservas de mais de cem milhões de toneladas de fosfato, matéria-prima essencial para a produção de fertilizantes, tão necessários à agricultura (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Leal (2019, p. 38) chamou a atenção para os interesses subjacentes à política externa brasileira: “Deve-se compreender o PEC-G [PEC-PG] no âmbito da SSC [CSS] levando em consideração os padrões da política externa do Brasil ao longo da história. Pois, apesar do discurso sobre a CSS baseada na solidariedade e reciprocidade, o país tem almejado desde sempre uma posição de liderança no Sul Global”. Como na diplomacia e nas relações internacionais ninguém é inocente, é normal que cada parte defenda os seus interesses nacionais ou regionais. Não se espere, portanto, que o Brasil seja a panaceia da CSS e um arcanjo salvador da desgraça política na Guiné-Bissau.

Até porque o Brasil, à distância, parece uma miragem dourada que encanta com o futebol, com a sua dramaturgia, com as suas manifestações culturais (vide carnaval), com a Cidade Maravilhosa, com a sua disponibilidade ao diálogo, sobretudo com os países menos desenvolvidos. Mas, de perto, é uma sociedade carregada de contradições onde o calor humano e a hospitalidade dividem espaço com a discriminação racial perversa chamada de democracia racial.

Gostaria de concluir essas considerações tecendo palavras de apreço a Paulo Freire, o educador brasileiro que tive a oportunidade de conhecer à distância perto do Liceu Nacional Kwame Nkrumah e em frente do comissariado (ministério) nacional da Educação. De barba branca e farta que lembrava vagamente o pensador alemão Karl Marx, túnica com as laterais abertas e sandálias, e de fala envolvente, Freire e sua equipe ajudaram na implantação da Campanha de Alfabetização de Adultos em todo o território guineense. Essa campanha inculcou em nós, estudantes secundaristas (do Ensino Médio), um dos aspectos do espírito de solidariedade revolucionária: Quem sabe mais, que ensine os que menos sabem.

Começando pelo que deveria ser o fim, eu ousaria afirmar que a referida Campanha de Alfabetização de Adultos de Paulo Freire não foi um fracasso. O próprio Freire defendeu que a sua experiência na Guiné-Bissau não foi totalmente um fracasso; que não foi o método dele que tinha falhado, pois, foi o PAIGC que havia mudado a sua proposta original de

alfabetização e, naquele contexto da Guiné-Bissau, “qualquer método teria falhado” (GADOTTI, 2012, p. 72-73).

O grande ponto de fissura foi sobre a língua a adotar na alfabetização. Enquanto Freire propôs o crioulo e/ou as línguas maternas, o PAIGC defendeu a alfabetização na língua portuguesa. Gadotti (2012, 73-74) citou dois complicadores da alfabetização em línguas maternas na Guiné-Bissau: a dificuldade de se estabelecer critério justo de escolha de língua de alfabetização num país com quase 30 línguas étnicas; e a dificuldade de formação de professores, e reconheceu a coerência do Partido ao escolher a língua portuguesa para o programa de alfabetização:

A escolha do português era acertada do ponto de vista estratégico, na medida em que o uso do português evitava o confronto entre as línguas tradicionais se uma delas fosse escolhida como língua nacional, já que elas eram ligadas a regiões particulares. A soberania linguística de uma região sobre outras acabaria por criar mais conflitos internos. Era preciso garantir a unidade nacional (GADOTTI, 2012, p. 77).

Ele citou outro argumento do Partido: “[...] a escolha de uma língua africana poderia isolar ainda mais o país do resto do mundo” (GADOTTI, 2012, p. 77), uma vez que nem o crioulo, nem as línguas étnicas faladas na Guiné-Bissau têm alcance geográfico, transcontinental, que o português tem.

Três fatores levaram as autoridades guineenses a desistirem do crioulo: era uma língua ainda sem lastro técnico-científico e com geografia limitada, fato que poderia emperrar as articulações políticas, diplomáticas e comerciais do país no cenário internacional; faltava dinheiro para o financiamento do Programa de Alfabetização, especificamente para o treinamento de professores e a confecção de material didático nessa língua veicular nacional; e a baixa qualificação pedagógica da maioria dos alfabetizadores tornaria inviável a implantação imediata ou em médio prazo do Programa de Alfabetização.

O PAIGC, através do governo, aprofundou os esforços para adaptar os programas do ensino às novas realidades do país independente. Lopes (1982, p. 80) disse que o *boom* na educação não foi acompanhado por um crescimento equivalente das potencialidades materiais. As infraestruturas rapidamente tornaram-se insuficientes e o trabalho positivo levado a cabo pela equipe do comissário de Estado da Educação Mário Cabral depressa deparou com obstáculos difíceis de ultrapassar, principalmente com relação à obtenção de recursos para o financiamento dos programas de alfabetização, das escolas, formação de professores e de quadros. Essa situação travou a execução do Programa de Reconstrução Nacional e a formação do Homem Novo, tendo a educação como carro-chefe.

Independentemente dessas dificuldades, Paulo Freire e sua equipe deixaram resultados positivos, como o aumento do número de pessoas alfabetizadas.

Concluo estas Considerações Finais, com as palavras de Amílcar Cabral (1974, p. 35) citadas por Carlos Lopes (1982, p. 23) sobre a projeção que se fazia da Guiné-Bissau:

Podemos interrogar-nos sobre o que é feito da esperança de descobrir um homem novo, africano (e orgulhoso de o ser...) ou, em sentido mais lato, sobre o caminho percorrido na procura de um modelo específico. [...] Uma das respostas possíveis será sem dúvida o movimento de libertação nacional [...] A esperança de criar um homem novo era de fato o objetivo principal que levou à luta armada.

Isso me leva a crer que, apesar do insucesso da formação do Homem Novo e de muitas frustrações no processo de reconstrução nacional, permanece a esperança de se construir um país assentado no Direito e nos preceitos democráticos, investindo no capital social de histórica boa convivência que caracteriza o povo guineense.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal. **A Cooperação Sul-Sul em Guiné-Bissau**. Qual o seu papel na consolidação da paz? Instituto Igarapé, 8 de novembro de 2017. Disponível em: <https://igarape.org.br/cooperacao-sul-sul-em-guine-bissau/>. Acesso em: 17 mai. 2023.
- AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2013. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/data-statistics/table-1-basic-indicators>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- AFRICA NEWS SERVICE. *Debt relief under HIPC Initiative*, Durham, June 17, 1999.
- ALBINO, Carlos. **Diário de Notícias**, edição do dia 29 de outubro de 1999.
- ALMEIDA, Sandra Cristina. **Mocidade Portuguesa**. Disponível em: <http://historiaeciencia.weblog.com.pt/arquivo/067256.html>. Acesso em: 27 maio 2008.
- AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.
- ANNAN, Kofi. Forças Armadas são obstáculo à paz. **Relatório do secretário geral sobre a situação na Guiné-Bissau**, 22 de dezembro de 2004.
- ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (SPDM/APDM). **Como se fosse a primeira vez – a arte da conquista diária**, 11 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.spdm.org.br/imprensa/dica-cultural/item/1877-como-se-fosse-a-primeira-vez-a-arte-da-conquista-diaria>. Acesso em: 05 out. 2021.
- ÁVILA, Moacir Carlos Patrício. **Os carijós na historiografia e nos livros didáticos de História de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado e Licenciatura do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, novembro de 2010.
- BACELAR, Lucicleide de Souza. Comunicação Intercultural: adaptação e dificuldades de estudantes da Guiné-Bissau na cultura brasileira. *Revista: CCCSS Contribuciones a las Ciencias Sociales*, enero-marzo 2016. Faculdade Ateneu, Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/ccss/2016/01/guine-bissau.html> <http://hdl.handle.net/20.500.11763/CCCSS-guine-bissau>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- BARBOSA, Muryatan. S. **Razão Africana – Breve história do pensamento africano contemporâneo**. São Paulo: Todavia, 2020.
- BARRY, Tom; PACHECO, Carlos. *Africa: In the time of free trade. Inter-hemispheric Resource Center. Bulletin 49*, December 1997. Disponível em: [www.irc-online.org/bulletin/bull49.html](http://www.irc-online.org/bulletin/bull49.html). Acesso em: 06 set. 2019.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre a literatura e história da cultura. **Obras escolhidas**, v. 1. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Diário de Moscou**. Tradução: Hildegard Herbold. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BERTONI, Estêvão. Ramiro Elysis Saraiva Guerreiro (1918-2011). Chanceler do governo Figueiredo. **Folha de São Paulo**, edição do dia 21 de janeiro de 2011.

BORGES NETO, Hermínio; CÁ, Cristina Mandau Ocuni; TORRES, Antonia Lis de Maria Martins; ARAÚJO, Ana Cláudia Uchôa. Sequência Fedathi: uma proposta metodológica para o ensino fundamental e médio na Guiné-Bissau. **Acta Educ.**, Maringá, v. 45, Epub 02-Jan-2023. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-52012023000100207&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012023000100207&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 abr. 2023.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771993000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 26 de 29/05/1979. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 31/05/1979.

\_\_\_\_\_. Produto Interno Bruto-PIB. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 07 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Acordo de cooperação na área do turismo assinado em Brasília no dia 10 de julho de 1997. Projeto de Decreto Legislativo Nº 624/1998. **Agência Senado**, Poder Legislativo. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/31917>. Acesso em: 15 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento de José Agripino. **Agência Senado**, Poder Legislativo, 2005. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/353690>. Acesso em: 25 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Interlegis cria projeto de portal para a Assembleia da Guiné-Bissau. **Agência Senado**, Poder Legislativo, 12 de setembro de 2006. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/09/12/interlegis-cria-projeto-piloto-de-portal-para-assembleia-de-guine-bissau>. Acesso em: 14 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Acordo de cooperação no combate e na prevenção da malária assinado em Brasília em novembro de 2007 durante a visita do presidente Nino Vieira ao Brasil. **Agência Senado**, Poder Legislativo, 14 de novembro de 2007. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/11/14/tiao-viana-fala-de-combate-a-malaria-com-o-presidente-da-guine-bissau>. Acesso em: 14 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Sabatina na Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional da Embaixadora Cláudia de Borba Maciel. **Agência Senado**, Poder Legislativo, 21 de maio de 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/11/aprovada-indicacao-de-embaixadora-para-a-guine-bissau>. Acesso em: 27 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Sabatina na Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional do Embaixador Fernando Apparicio da Silva. **Agência Senado**, Poder Legislativo, novembro de 2011. Disponível em:



<https://www.senado.leg.br/atividade/comissoes/sessao/disc/disc.asp?s=000830/11>. Acesso em: 27 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Conheça os BRICS. **Sexto Fórum Acadêmico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Rio de Janeiro, 18 e 19 de março de 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 31 maio 2023.

\_\_\_\_\_. **Nomeação do embaixador José Viegas Filho como representante especial do secretário-geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau**. Ministério das Relações Exteriores, 04 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18794-nomeacao-do-embaixador-jose-viegas-filho-como-representante-especial-do-secretario-geral-das-nacoes-unidas-na-guine-bissau>. Acesso em: 27 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **A ABC se articulou com mais de 70 instituições públicas**. Ministério das Relações Exteriores, 2018.

\_\_\_\_\_. **Política Externa**. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>. Acesso em: 17 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Sabatina na Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional do Embaixador Fabio Guimarães Franco. **Agência Senado**, Poder Legislativo, 21 novembro de 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/21/brasil-e-importante-para-a-guine-bissau-afirma-diplomata>. Acesso em: 27 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. CPLP ajuda na projeção internacional do Brasil. Sabatina na Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional do embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos. **Agência Senado**, Poder Legislativo, 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/22/cplp-ajuda-na-projecao-internacional-do-brasil-afirma-diplomata>. Acesso em: 27 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Discurso do senhor ministro de Estado no “Debate Político Geral” da XXIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP – Mindelo (Cabo Verde)**. Ministério das Relações Exteriores, 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/discurso-do-senhor-ministro-de-estado-no-debate-politico-geral-da-xxiv-reuniao-ordinaria-do-conselho-de-ministros-da-cplp-mindelo-cabo-verde-19-de-julho-de-2019>. Acesso em: 12 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Parlamento de Guiné-Bissau firma parceria com o Interlegis. **Agência Senado**, Poder Legislativo, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/interlegis/noticias/2021/parlamento-de-guine-bissau-firma-parceria-com-o-interlegis>. Acesso em: 27 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento da deputada Benedita da Silva sobre a Guiné-Bissau. **Agência Senado**, Poder Legislativo, 08 de setembro de 2022.

\_\_\_\_\_. A Marinha do Brasil coopera com países africanos, através da prestação de apoio técnico para a operacionalização do Centro Regional de Coordenação da Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné. **Agência Senado**, Poder Legislativo, 2022.

\_\_\_\_\_. Mais 258 jovens guineenses são formados em projeto de cooperação com o Brasil. **Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**, Ministério das Relações Exteriores, 04 de dezembro de 2019 e atualização em 13 de março de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/mais-258-jovens-guineenses-sao-formados-em-projeto-de-cooperacao-com-o-brasil>. Acesso em: 12 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Produto Interno Bruto-PIB. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BUGHIN, Jacques et al. *Lions on the Move II: Realizing the potential of Africa's economies*. McKinsey & Company. **McKinsey Global Institute**, 2018. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/middle-east-and-africa/lions-on-the-move-realizing-the-potential-of-africas-economies>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BUREAU OF AFRICAN AFFAIRS. **Guinea-Bissau**. Departamento de Estado, Estados Unidos, 2012. Disponível em: <http://www.state.gov/p/af/ci/pu/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CABECINHAS, Rosa; NHAGA, Nesilita. Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal. **SICS: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)**. Universidade do Minho, 2008. Disponível em: [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/2840/2747#](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2840/2747#). Acesso em: 20 set. 2021.

CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta**. PAIGC, 1974.

CATANI, Afrânio. **Diário de Moscou**. A Terra é Redonda, 20 de agosto de 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/diario-de-moscou/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CATRACA LIVRE. **A história da mulher que inspirou o filme 'Como se fosse a primeira vez'**. Conheça a história da britânica Michelle Philpots, que inspirou a personagem de Drew Barrymore, 10/03/2021. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/a-historia-da-mulher-que-inspirou-o-filme-como-se-fosse-a-primeira-vez/>. Acesso em: 05 out. 2021.

CAÇADOR, Claudia. Unilab e Guiné-Bissau comemoram 10 anos de cooperação. **Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/1458> Acesso em: 12 abr. 2023.

CARLOS, Albino de. UNITA exportou USD 4 bilhões em diamantes, para comprar armas e bens de consumo. **Diário de Notícias**, edição do dia 29 de outubro de 1999.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. Em busca da credibilidade perdida: a turnê global de Collor como presidente-eleito. **Carta Internacional**. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Vol. 10, n. 2, jul.-dez. 2015 [p. 97 a 119]. Disponível em: [https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/em\\_busca\\_da\\_credibilid.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/em_busca_da_credibilid.pdf) Acesso em: 29 jun. 2023.

CIA. *Guinea Bissau. Africa*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pu.html>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CINEPT, 2012. **As duas faces da guerra**. Documentário. Cinema Português, 2007. Disponível em: <http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/8636/As+Duas+Faces+da+Guerra>. Acesso em: 05 out. 2021.

CHUMLEY, Cheryl K. **The Washington Times** – 20 de junho de 2013. Site: <http://www.washingtontimes.com/news/2013/jun/20/all-white-town-south-africa-fights-keep-segregatio/>. Acesso em: 11 jan. 2017.

COLLIER, Paul. *On the economic consequences of civil war*. Centre for the Study of African Economies. Oxford Economic Papers 51, p. 168-83, 1999.

COSTA, Larissa. Educação como Prática da Liberdade? Alfabetização Freireana em Guiné-Bissau. Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, ano 2, n. 25, 2007.

COSTA, Paulo António da. **Instabilidade política na Guiné-Bissau**: dimensões, causas e efeitos. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa, Setembro de 2019.

CNN INTERNATIONAL. Marketplace Africa. Programa exibido em novembro de 2019.

DADOS MUNDIAIS.com. **Renda média mundial**. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/renda-media.php>. Acesso em: 02 abr. 2023.

DAMIÃO, Carlos. Memória de Florianópolis: um nome, muitas mágoas. Homenagem a Floriano Peixoto, em 1894, é um tema controverso em Florianópolis, que perdeu a poesia do nome Desterro numa canetada do governador Hercílio Luz, 18/06/2016. Acervo Museu Victor Meirelles/Divulgação/**Notícias do Dia**. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/memoria-de-florianopolis-um-nome-muitas-magoas/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

DEUTSCH WELLE. Guiné-Bissau: Chefe das forças armadas pede que militares se afastem da política. **Agência Lusa**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-chefe-das-for%C3%A7as-armadas-pede-que-militares-se-afastem-da-pol%C3%ADtica/a-41627777>. Acesso em: 08 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Guiné-Bissau**. Disponível em: <https://www.dw.com/search/pt-002?languageCode=pt-002&origin=gN&item=Guin%C3%A9-Bissau&searchNavigationId=13918>. Acesso em: 11 jun. 2020.

DIÁRIO DAS NAÇÕES. Entrevista com Jackson Oliveira, no dia 03 de abril de 2020. Disponível em: <https://diariodasnacoes.wordpress.com/2020/03/04/entrevista-com-jackson-oliveira/>. Acesso em: 08 dez. 2020.

DIGOLIN, Kimberly Alves; ASSIS, Jonathan de Araujo; AGATA, Débora. O continente africano na política externa brasileira: de Jânio Quadros a Lula da Silva. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 24, jun./jul. 2016, p. 94-109. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>. Acesso em: 16 nov. 2019.

DJALÓ, Mamadú. **Relações Sul-Sul: A cooperação Brasil-Guiné-Bissau na educação superior no período de 1990-2011.** Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

DORES, Fabíola Gaspar das. **A memória como método de pesquisa.** UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, edição n. 4 (1999), 18/07/2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10143/6642>. Acesso em: 09 dez. 2021.

EHL, David. Grupo Wagner em África: mais do que mercenários. **Deutsche Welle**, 19 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/grupo-wagner-em-%C3%A1frica-mais-do-que-mercen%C3%A1rios/a-65367794>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FERNANDES, Cláudio. Fim da URSS. Rede Omnia. **História do Mundo.** Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/fim-urss.htm>. Acesso em: 19 maio. 2023.

FERREIRA, Aloysio Nunes. O imperativo da parceria com a África. **Correio Braziliense**, edição do dia 06 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/repertorio/index.php/categorias/10-africa/598-o-imperativo-da-parceria-com-a-africa>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FIGUEIREDO, João. Entrevista a El Mercurio, de Santiago do Chile, reproduzida no *Bulletin Brasilien d'Informations* da Embaixada do Brasil no Zaire (atual República Democrática do Congo), no dia 11 de outubro de 1980. **Revista do CEA/USP**, 1990.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. FMI e Banco Mundial anunciam USD 1,2 mil milhões em alívio da dívida para a Guiné-Bissau. **Comunicado de Imprensa nº 10/498**, Washington, D.C., 16 de dezembro de 2010. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em: 21 nov. 2018.

FMI FACTSHEET. *Debt relief under the Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative.* January 10, 2013. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/hipc.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau:** registro de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: DEDILD (Departamento de Edição/Difusão do Livro e do Disco), Guiné-Bissau, 1978.

FREITAS, Romero. **Rua de mão única – Infância berlinense:** 1900. Walter Benjamin. Tradução: João Barrento. São Paulo: Autêntica Editora, 2013. Disponível em: <https://grupoautentica.com.br/autentica/livros/rua-de-mao-unica-infancia-berlinense-1900/903>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FREITAS, Sonia Maria. **História oral:** possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP. Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FURTADO, Fares Camurça. **Resenhas e reflexões realizadas de uma perspectiva teológica. Resenha 01:** Confissões (Agostinho), 4 de Janeiro de 2017. Confissões. Santo Agostinho. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Patrística, v. 10). Tradução: Maria Luiza Jardim Amarante. Disponível em: <https://farescamurcafurtado.wordpress.com/2017/01/04/resenha-01-confissoes-agostinho/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire na África: Encontro da pedagogia freiriana com a práxis política de Amílcar Cabral. In: ROMÃO, Jose Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

GASPARETTO, Vera Fátima. **Corredor de saberes: Vavasati vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

GBOWEE, Leymah; MITHERS, Carol. **Guerreiras da paz – Como a solidariedade, a fé e o sexo mudaram uma nação em guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GONÇALVES, Jaci R. **Antropologia: ciência do ánthropos**, v. 1. Antropologia cultural. Texto complementar – Unidade de Aprendizagem de Estudos Socioculturais. Revitalizando Culturas. Palhoça: UnisulVirtual, 2018.

\_\_\_\_\_. **O cultural do ánthropos e as escolas antropológicas**. Antropologia Cultural-2. Texto complementar experimental ao LD da Disciplina de Antropologia Cultural. Revitalizando Culturas. Palhoça: UnisulVirtual, 2019.

GRAÇA, Pedro Borges. **A construção da nação em África** (Ambivalência cultural de Moçambique). Sesimbra, Portugal: Almedina, 2005.

GRANER, Fabio. Temer fala em aprofundar relações com África e deixa BRICS rumo ao Brasil. **Valor Econômico**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5691943/temer-fala-em-aprofundar-lacos-com-africa-e-deixa-brics-rumo-ao-brasil>. Acesso em: 16 nov. 2018.

GUIA FLORIPA. **Os primeiros habitantes**. Disponível em: <https://guiafloripa.com.br/cidade/informacoes-gerais-sobre-florianopolis/historia> Acesso em: 15 nov. 2021.

GUINEE-BISSAU.NET. *Mancagnes. Ethnie mancagne*, 2013. Disponível em: [https://www.guinee-bissau.net/ethnie\\_mancagne.php](https://www.guinee-bissau.net/ethnie_mancagne.php). Acesso em: 21 mar. 2023.

HEILBUTH, Paul E.; BILOW, Hans. *Corruption as a lifestyle: a ghost passes through Africa*, January 1997. Disponível em: [www.dr.dk/afrika/english.html](http://www.dr.dk/afrika/english.html). Acesso em: 20 nov. 2021.

INFOPÉDIA – Dicionários Porto Editora. **Bissau**. Porto, Portugal: Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$bissau](https://www.infopedia.pt/$bissau). Acesso em: 18 nov. 2021.

INSTITUTO CAMÕES. Acordo Cultural Portugal e Guiné-Bissau. **Diário da República Portuguesa**, I Série – N.º 22, de 27 de Janeiro de 1976. Disponível em: [http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/acordos/guinebissau\\_agca.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/acordos/guinebissau_agca.pdf). Acesso em: 14 jun. 2018.

LEAL, Fernanda. *South-South Cooperation in Brazil Higher Education: How cooperative and inclusive Center for International Higher Education*. Perspectives, n. 14, Boston College Center for International Higher Education, Boston College, Chestnut Hill, MA, USA, June 2019.

LIRA, Rosário. **Descolonização Portuguesa**: Os 500 dias do fim do Império. A guerra e as respostas militar e política – A guerra instala-se em três frentes. Rádio e Televisão Portuguesa. Disponível em: <https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/peças/a-guerra-instala-se-em-tres-frentes/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Biblioteca de Estudos Africanos. Lisboa: Edições 70, 1982.

MAGALHÃES, Diogo Souza. Imigração qualificada: a história de vida de um acadêmico bissauguineense no contexto da educação tecnológica brasileira. **Revista Sítio Novo**. Instituto Federal do Tocantins, 2022.

MALLOT, Curry. *Africa: How Amílcar Cabral shaped Paulo Freire's pedagogy*, 26 August 2021, New Frame (Johannesburg). AllAfrica Global Media. Disponível em: <https://allafrica.com/stories/202108280265.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MANN, Susan (Org.). *Interdisciplinarity for the University of Ottawa – A report*, September, 2002. Disponível em: <https://www.uottawa.ca/vr-etudes-academic/docs/RapportInterEng.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

MARQUES, Felipe Ferreira; RAPOSO, Philippe Carvalho. O descumprimento das resoluções do Conselho de Segurança da ONU: a tênue fronteira entre o direito brasileiro e o direito internacional. In: **Cadernos de Política Exterior**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, v. 6, n. 9, 2020. Brasília, DF.

MARQUES, José Oscar de Almeida. **Tópicos Especiais de Filosofia Política I**. Da memória ao exemplo: a dimensão política das confissões de Jean-Jacques Rousseau. Curso de Pós-Graduação em Filosofia. Departamento de Filosofia. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~jmarques/cursos/2002-hf-740/index.html>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MARQUES, Luiz Alberto S. **Estudo do Meio**: descobrindo e revelando espaços, tempos e saberes – Ensino de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Passo Fundo, RS: Editora Universitária, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Renata Santini (Tradução). São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIRZACHANIAN, Sarkiz. A Rússia no destino de Cabo Verde. **Expresso das Ilhas**, edição de 11 de novembro de 2018. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2018/11/11/a-russia-no-destino-de-cabo-verde/60889>. Acesso em: 17 mai. 2023.

MULLER, Jactania M.; FIALHO, Francisco A. P.; FREIRE, Patricia de Sá. A memória humana como objeto de pesquisa: uma lacuna do conhecimento interdisciplinar a ser explorada. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 3, n. 3, p. 79-97 set./dez. 2016. Disponível em: [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare\\_grupep/article/view/](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/). Acesso em: 25 set. 2021.

NAIMAN, Robert; Neil Watkins. *A survey of the impacts of IMF structural adjustment in Africa: Growth, social spending, and debt relief*. Preamble Center, April 1999.

NERY, Carmen. PIB cresce 1,1% e fecha 2019 em R\$ 7,3 trilhões. Estatísticas Econômicas, 04/03/2020. IBGE. **Agência de Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27007-pib-cresce-1-1-e-fecha-2019-em-r-7-3-trilhoes>. Acesso em: 12 abr. 2020.

NESI, Maria Juliani; PACHECO, Leandro K. **Filosofia**. Palhoça: UnisulVirtual, 2011. Portal Educação – Cursos Online: mais de 1000 cursos online com certificado. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/cotidiano/artigos/51214/filosofia-medieval-patristica-e-escolastica-resumo###ixzz3Wj5i3QQB>. Acesso em: 20 fev. 2021.

NIOKO, Samba. Ba Khoula, Ba Jol e Ba Co: Somos todos mancagnes. **Kolda News**, edição de 01 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.koldanews.com/2013/06/01/ba-khoula-ba-jol-ba-co-on-est-tous-mancagnes-a1479.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.

NOSSITER, Adam. *Leader ousted, nation is now a drug haven*. **The New York Times**, edição de 11 de fevereiro de 2012. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2012/11/02/world/africa/guinea-bissau-after-coup-is-drug-trafficking-haven.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2012/11/02/world/africa/guinea-bissau-after-coup-is-drug-trafficking-haven.html?pagewanted=all&_r=0). Acesso em: 20 dez. 2018.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. *Fact Sheet: African Growth and Opportunity Act: 2018 Biennial Report*. Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/fact-sheets/2018/june/fact-sheet-african-growth-and-opportunity>. Acesso em: 08 jun. 2019.

PAIGC. **História**: a Guiné e as ilhas de Cabo Verde. Paris: Paul Dupont, 1974.

PAREDES, Margarida. **Combater duas vezes** – Mulheres na luta armada em Angola. Lisboa: Verso da História Editora, 2015.

POLICARPO, Fernando. **O fim do Império colonial português**. O caso da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/comissoes/cphm/rphm/edicoes/ano1/n12021/fimimperio>. Acesso em: 23 mai. 2023.

PORTUGAL. Primeiro acordo cultural entre Portugal e Guiné-Bissau, I Série – N.º 22, de 27 de Janeiro de 1976. **Diário da República Portuguesa**. Disponível em: [http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/acordos/guinebissau\\_agca.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/acordos/guinebissau_agca.pdf). <https://dre.pt/application/conteudo/506852>. Acesso em: 14 jul. 2019.

PROGRAMA ESTUDANTE-CONVÊNIO (PEC-G). **Selecionados África 2000 a 2019**, 2023.

REPKO, Allen F. *Defining Interdisciplinary Studies*. In: \_\_\_\_\_. *Interdisciplinary Research: Process and Theory*. Los Angeles/London: SAGE, 2008. Disponível em: [https://www.pucsp.br/gepi/downloads/PDF\\_LIVROS\\_INTEGRANTES\\_GEPI/livro\\_integracao\\_interdisciplinaridade.pdf](https://www.pucsp.br/gepi/downloads/PDF_LIVROS_INTEGRANTES_GEPI/livro_integracao_interdisciplinaridade.pdf). Acesso em: 14 set. 2019.

RIBEIRO-DE-SOUSA, Celeste. **Pertencimento/não pertencimento Franz Kafka**: um exemplo a ser lembrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Brasil. *Estudos Avançados* 35 (103), 2021.

ROGERS, D.E. *In fear of fragmenting stability: Limiting the splinter parties*. In: *Politics after Hitler. Studies in Modern History*. Palgrave Macmillan, London, 1995. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1057%2F9780230379954\\_6](https://link.springer.com/chapter/10.1057%2F9780230379954_6); [https://doi.org/10.1057/9780230379954\\_6](https://doi.org/10.1057/9780230379954_6). Acesso em: 14 jun. 2021.

ROMÃO, Jose Eustáquio. Paulo Freire e Amílcar Cabral: Razão Revolucionária e a descolonização das mentes. In: ROMÃO, Jose Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

ROMÃO, Jose Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *The Confessions of Jean Jacques Rousseau*. In: *12 books-privately printed for the members of the Aldus Society-London*, 1903, September 5, 2015 [E-book #3913]. November 13, 2017. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/3913/3913-h/3913-h.htm>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SANCA, Natalé Augusto João; RÖWER, Joana Elisa. **Entre a permanência no Brasil e o retorno à Guiné-Bissau: uma análise comparativa entre estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro (UNILAB) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)**. Curso de Licenciatura em Sociologia do Instituto de Humanidades da UNILAB, 2020.

SANCA, Naentrem. As diplomatas bissau-guineenses por elas mesmas: obstáculos ao ingresso e à permanência na carreira diplomática. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, ISSN 1809-6182, v.17 n.1, p.48 - 60, ago. 2020.

SAHUQUILLO, Maria R. A Rússia retorna à África. Com movimentos hábeis, Kremlin tenta recuperar terreno perdido no continente. **El País**, edição do dia 01 de maio de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/30/internacional/1556637150\\_076733.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/30/internacional/1556637150_076733.html). Acesso em: 17 mai. 2023.

SANGREMAN, Carlos; SOUSA Jr., Fernando; ZEVEERINO, Guilherme; BARROS, Miguel. A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005; Os conflitos; O desenvolvimento; A sociedade civil. **Colecção Documentos de Trabalho nº 70**. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (CEsA), 2006. Disponível em: [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1395/1/cesa\\_doc\\_trab\\_70.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1395/1/cesa_doc_trab_70.pdf). Acesso em: 16 jun. 21.

SANTOS, Pedro A. **Projeto de cooperação internacional AJGB-FENAJ-OIJ na área do ensino de comunicação social**. Projeto experimental de graduação no Curso de Comunicação Social-Habilitação Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1992.

SANTOS, Pedro A.; KIENEN, Nadia; CASTIÑEIRA, Inés. **Metodologia da pesquisa social: da proposição de um problema à redação e apresentação do relatório**. São Paulo: Atlas, 2015.

7MARGENS. **Guiné-Bissau: muçulmanos e cristãos rezam juntos pela paz, antes da 2ª volta das presidenciais**, 18 de dezembro de 2019. Disponível em:



bissau-muculmanos-e-cristaos-rezam-juntos-pela-paz-antes-da-2a-volta-das-presidenciais/#:~:text=Esse%20momento%20de%20ora%C3%A7%C3%A3o%20ecum%C3%A9nica,Bafat%C3%A1%2C%20no%20sul%20do%20pa%C3%ADs. Acesso em: 08 maio 2021.

SHRYOCK, Ricci. Para uma ex-guerrilheira no Oeste da África, a fidelidade segue com a Rússia. **The New York Times/O Globo**, 20/08/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/para-uma-ex-rebelde-no-oeste-da-africa-a-fidelidade-segue-com-a-russia.ghtml>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SINTER). **O Programa PEC-G**. Disponível em: <https://sinter.ufsc.br/pec-g/o-programa-pec-g/>. Acesso em: 06 out. 2023.

SILVA, Daniel Neves. União Soviética. **História do Mundo**. Rede Omnia, 2023. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/urss.htm>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUZA, Guilherme de Castro; SOUZA, Guilherme G. Barros. **Comércio Brasil-África: uma perspectiva da exportação de commodities**. *Brazil – Africa Commerce: a commodities exports' perspective*, 2019.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SUCUMA, Arnaldo. A conjuntura do estado e ensino superior na Guiné-Bissau. **Estudos de Sociologia**, Recife, 2017, v. 1 n. 23.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SZONDI, Peter. Esperança no passado – Sobre Walter Benjamin. Benjamin, Infância Berlimense... GS IV-1, p. 294. OE II, p. 132. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n.6, p. 13-25, abr., 2009.

THE AFRICAN GROWTH AND OPPORTUNITY ACT (AGOA). Maio de 2000. Disponível em: <https://agoa.info/about-agoa.html>. Acesso em: 23 jul. 2019.

THE WORLD FACTBOOK. *Africa: Guinea-Bissau*. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print\\_pu.html](https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_pu.html). Acesso em: 14 jun. 2020.

THE WORLD BANK. IBRD-IDA. **Guiné-Bissau: aspectos gerais**, 30 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>. Acesso em: 01 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Reforçar a resiliência das populações vulneráveis**. Relatório do Banco Mundial partilha recomendações para melhorar a proteção social na Guiné-Bissau, 21 de março de 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2023/03/21/-building-resilience-for-vulnerable-populations-world-bank-report-shares-recommendations-to-improve-social-assistance-in>. Acesso em: 01 abr. 2023.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **UNILAB – Institucional**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/institucional-2/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

VITAL, Ericksen. Embaixada da Guiné-Bissau no Brasil lamenta morte de universitário em MT. Estudante africano foi espancado e morto em um bar em Cuiabá. Família ainda não decidiu se o corpo será levado para Guiné-Bissau. **G1 MT**, 23/09/2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2011/09/embaixada-da-guine-bissau-no-brasil-lamenta-morte-de-universitario-em-mt.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.

XAVIER, César. Mesmo com bilhões em ajuda ocidental, africanos resistem a se opor à Rússia. **Vermelho**, 22/08/2022. AlJazeera. Disponível em: <https://www.vermelho.org.br/2022/08/22/mesmo-com-bilhoes-em-ajuda-ocidental-africanos-resistem-em-se-opor-a-russia/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

WARD, Kathryn. *As the debt crisis turns: Does finance have a gender*. An expanded version of a paper presented by the author at “Women and Employment: Linking Local and Global” Conference. Women's Studies Program, Illinois State University, Bloomington, 17-18 de setembro de 1999.

WORLD POPULATION REVIEW. *Africa Population 2018*. Disponível em: <http://worldpopulationreview.com/continents/africa-population/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

YUNES, Virginia Maria. **Direito à vida**: Uma terra chamada Guiné-Bissau em tempo de sombras e sobras. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV). Centro de Artes – CEART – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 21 de julho de 2017.

## REFERÊNCIAS DE FOTOGRAFIAS

ABDENUR, Adriana Erthal. **Polícia Federal brasileira em capacitação de oficiais da Guiné-Bissau**, 2017. 1 foto colorida.

AMICO, Bruna. Mesa Diretiva da Primeira Assembleia Nacional Popular. Gamma, Paris, 1973. In: **História: a Guiné e as ilhas de Cabo Verde**. Paris: Paul Dupont, 1974. 1 foto em preto e branco.

CECCON, Claudius. **Ilustração da desafricanização de nativos operada pelos colonialistas brancos**. Missão de Paulo Freire e equipe na Guiné-Bissau. Instituto Paulo Freire, 1975/2021. 2 ilustrações coloridas.

\_\_\_\_\_. **Uma jovem senhora e um rapaz alfabetizando**. Missão de Paulo Freire e equipe na Guiné-Bissau. Instituto Paulo Freire, 1975/2021. 2 fotos coloridas.

\_\_\_\_\_. **Paulo Freire, Mário Cabral e Claudius Ceccon**. Missão de Paulo Freire e equipe na Guiné-Bissau. Instituto Paulo Freire, 1975/2021. 1 foto colorida.

COELHO, Manuel. **Vista da entrada Sul da Fortaleza de Amura**, 2023. 1 foto colorida.

G1 MT. **Guineense morto em Cuiabá**. Reprodução/TVCA, 2011. 1 foto colorida.

GIOVANI, Mairon. **Praça dos Heróis Nacionais (antiga Praça do Império)**. [Facebook](#), agosto de 2023. 1 foto colorida.

\_\_\_\_\_. **Dois vistas da Bissau Velha**. [Facebook](#), agosto de 2023. 2 fotos coloridas.

HENRIQUES, Augusta. **Cenas do Centro de Formação de Professores em Cói**. Instituto Paulo Freire, 1975/2021. 4 fotos coloridas.

\_\_\_\_\_. **Círculos de Cultura em Cacheu e Sedengal e Ingoré**. Instituto Paulo Freire, 1975/2021. 5 fotos coloridas.

\_\_\_\_\_. **Círculos de Cultura em Cacheu e Sedengal e Ingoré: Uma jovem senhora (à esquerda) e um rapaz alfabetizando (à direita)**. Instituto Paulo Freire, 1975/2021. 5 fotos coloridas.

JORNAL ZERO. **Ponte Hercílio Luz**. Curso de Comunicação Social, UFSC, 1989. 1 foto em preto e branco.

\_\_\_\_\_. **Antiga Alfândega**. Curso de Comunicação Social, UFSC, 1989. 1 foto em preto e branco.

PAIGC. Amílcar Cabral. **História: a Guiné e as ilhas de Cabo Verde**. Paris: Paul Dupont, 1974. 1 foto colorida.

ROSA, Clébia. **Cerimônia de graduação da turma de 2023**, 2023. 2 fotos coloridas.

SILVA, Carlos. **Saída Sul de Bula para Bissau**, 2009. 1 foto colorida. Disponível em: [http://carlosilva-guine.i9tc.com/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=120&Itemid=165&limitstart=21](http://carlosilva-guine.i9tc.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=120&Itemid=165&limitstart=21). Acesso em: 21 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Vista parcial de uma praça e mercado popular de Bula**, 2009. 1 foto colorida. Disponível em: [http://carlosilva-guine.i9tc.com/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=120&Itemid=165&limitstart=21](http://carlosilva-guine.i9tc.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=120&Itemid=165&limitstart=21). Acesso em: 21 set. 2022.

**SOCIETY FOR PROMOTION OF GUINEA-BISSAU. Infográfico da cidade de Bissau. 1 ilustração colorida.**

\_\_\_\_\_. **Vista Parcial do Centro de Bissau**. 1 foto colorida.

\_\_\_\_\_. **Vista da região portuária de Bissau**. 1 foto colorida.

\_\_\_\_\_. **Palácio do governador da província (atual da Presidência da República)**. 1 foto colorida.

## APÊNDICE A – ARTIGO SOBRE O PERIGO DO TRIBALISMO<sup>111</sup>

### Guiné dos meus sonhos

Sou mancanha e passei parte da minha primeira infância em Blom, uma tabanca localizada nas redondezas da Antiga Missão Católica de Bula, minha terra natal. Os mancanhas e os balantas que lá moravam estavam tão entrosados na convivência e nos hábitos que era difícil um forasteiro distinguir uma etnia da outra. Tudo era feito em clima de uma família alargada: as crianças levavam o gado a pastar e participavam da luta livre (que os ocidentais chamam de luta greco-romana). À noite, aprendiam com a sabedoria dos anciãos da comunidade; os jovens, além do trabalho na bolanha (banhado), aprontavam as suas. Os seus namoricos não respeitavam fronteiras étnicas. Já viu ou ouviu falar de blufu **[garoto]** ou n'haye **[nomenclatura de jovem balanta numa das fases de iniciação que culmina com a circuncisão]** da etnia bahúla (mancanha)? Estranho, não é?! Pois, coisas dessas aconteciam em Blom. As mulheres lavavam a roupa na mesma nascente; pilavam o arroz juntas e emprestavam sal e até **mafé [ingredientes como peixe, mariscos e carne]** umas às outras.

As alegrias e as tristezas eram compartilhadas por todos os moradores da tabanca. As línguas bahúla e balanta eram faladas indiscriminadamente. Ninguém precisou de plebiscito, para decidir esse detalhe da vida. Tudo fluía naturalmente.

No começo da década de 1970, vivi outra experiência multiétnica muito intensa. O meu tio tinha uma bolanha em Pkon, tabanca a Leste do centro urbano de Bula. Tínhamos vizinhos das etnias balantas, fulas, mandingas e mancanhas e pessoas krioulas, que eram donas de uma ponta (sítio) com plantação de cana-de-açúcar, mangueiras e coqueiros. Os balantas tinham um hábito interessante que eu não tinha percebido, quando morei em Blom. Sempre que chegava a comida de um vizinho na bolanha, iam comer com ele, convidados ou não. O gesto era repetido com todos os vizinhos. Notei que as pessoas de outras etnias também procediam da mesma forma. Essa prática produzia dois efeitos: ajudava a minorar a fome de todos e era uma forma de aproximação mútua. Lá estavam balantas, fulas, mandingas e mancanhas partilhando suas **biandas [comidas]**, sem se importarem com as barreiras étnicas. Os muçulmanos evitavam consumir carne de porco ou ingerir bebida alcoólica,

---

<sup>111</sup> O artigo foi publicado no jornal Expresso de Bissau, em 1992, quando voltei do Brasil para Bissau e percebi que alguns políticos pareciam invocar a sua etnicidade para angariarem votos nas primeiras eleições democráticas que seriam realizadas em 1994.

conforme os preceitos da religião islâmica. Os companheiros não muçulmanos aproveitavam para zombar deles. A resposta era: “Abós tchamiduris, bô ta gasta dinheru na binho, dipus bô ta bai ramassa na bô camas”! (Tradução livre: Vocês, bebuns, gastam dinheiro em bebidas alcoólicas e, depois de embriagados, vão vomitar nas vossas camas!). Todo mundo ria-se e cada um voltava para a sua labuta do dia.

Após a lavoura e o plantio dos viveiros de arroz, a garotada ficava encarregada de vigiar o arrozal contra os “catchos” [**passarinhos**] e outros bichos daninhos. A partir de então, entrava em cena a nossa fantasia juvenil: montávamos um quartel e atribuíamos as funções, conforme a idade, a destreza e o vigor físico de cada integrante da trupe. O critério étnico jamais passara pela nossa cabeça. Éramos colegas e amigos. E isso bastava. O crioulo unia-nos. Sabíamos também as línguas respectivas. Claro que nos permitíamos fazer piadas sobre as nossas etnias. Por exemplo, “Mancanh, mpustur, kumidur di blant” (Mancanha, arrogante, consumidor de comida de baixa qualidade). “Balanta, ladron di baka” (Balanta, ladrão de vaca). “Fula nhemedur di cola e amigu di tugas” (Fula, comedor de noz de cola e amigo/informante de portugueses). Riamos uns dos outros e não passava dessas brincadeiras. Os estereótipos étnicos nunca minariam a nossa amizade. Se os nossos parentes conviviam pacificamente, apesar das diferenças culturais, por que nós não iríamos ser amigos?! O grupo se desfez para outros compromissos pessoais, mas a amizade continuou por muito tempo.

Foi nessa época que despertei para a paquera. A minha primeira paquera foi uma jovem da etnia balanta que eu conheci na bolanha do meu tio. Fui conhecer os pais dela na tabanca de Peth e eles receberam-me muito bem.

O ecletismo também faz parte da minha família. O meu pai adotou crianças de etnias balanta, mandinga e fula. A minha mãe tinha ramificações com balantas, pepéis [**pepels**], fulas, mandingas e manjacos [**mandjacos**]. Por exemplo, três primos dela eram casados com mulheres da etnia pepel. Um deles era mestiço de pai bahúla e mãe pepel. Uma tia-avó casou-se com um homem da etnia mandinga. Ele era muçulmano e ela, cristã e praticante de religião tradicional bahúla. Uma tia, que era filha de pai mancanha e mãe manjaca, deixou filhos mestiços. A minha irmã casou-se com um balanta, com quem teve quatro filhos. A minha irmã mais nova nasceu de um casamento da minha mãe com um homem balanta, com quem manteve relações depois da morte do meu pai. Tenho, portanto, familiares em várias etnias da Guiné.

A minha experiência familiar é apenas uma ilustração das ramificações étnicas e multiculturais do povo guineense. É raro encontrar guineense adulto que não tenha algum vínculo familiar e relações para além da sua geografia e cultura étnicas. Por isso, estou

convencido de que todos os guineenses vivenciam um sentimento pátrio e mátrio (não necessariamente patriótico) que ultrapassa as barreiras étnicas. Se, por algum motivo, eu levantasse a bandeira do etnicismo para defender interesses pessoais (diga-se políticos), como encararia os meus familiares que levam nas veias o sangue de outras etnias?

Até porque, na prática, os guineenses são pessoas da paz. As etnias convivem pacificamente e não tem havido sinais aparentes de desajustes nas suas relações. Não existem registros de ataques deliberados a pessoas de outras etnias e raças em regiões de predominância de etnias alheias. Eu mesmo passei um mês embrenhado em aldeias felupes no Noroeste da Guiné-Bissau, para passar férias com um irmão meu que era professor na cidade balneária de Varela. Pelo mesmo motivo, apreciei o jeito de ser dos fulas no interior de Bambadinca, no Leste do país. Como repórter da Rádio Nacional, na segunda metade dos anos 1980, pernoitei numa tabanca de Madina de Boé, para entrevistar os locais. Eu estava na região, onde o PAIGC tinha proclamado unilateralmente a independência em 1973, para fazer cobertura jornalística de uma delegação da na época Alemanha Ocidental que avaliava a execução de um programa de autossuficiência agropecuária financiado pelo governo alemão. Durante as duas semanas da viagem, aproveitei os momentos de folga, para visitar as aldeias próximas da sede central do referido programa.

É esta a Guiné-Bissau de todos os guineenses. Portanto, qualquer perturbação política de índole étnica só poderia ser creditada a políticos de má fé.

**APÊNDICE B – CARTA MALAM BACAI SANHÁ<sup>112</sup>**

Pedro Santos  
1575 Logan Drive  
Carbondale, IL 62901  
USA

Carbondale, 21 de Dezembro de 1999

Exmo Sr. Malam Bacai Sanhá:

Deixo a minha identificação para o fim e vou directo ao assunto que me traz ao seu convívio. Como o senhor deve ter percebido, a situação política na Guiné tornou-se particularmente sensível em consequência da guerra civil entre o ex-Presidente Nino e a Junta Militar do brigadeiro Ansumane Mané. Adicionalmente, a campanha eleitoral parece ter descambado das questões de governação para uma área tão perigosa quanto o separatismo étnico e religioso. Fala-se abertamente em Bissau e em outras praças do Interior que o senhor é o candidato dos muçulmanos, enquanto o senhor Kumba Ialá é apresentado como o candidato dos animistas e dos cristãos.

O separatismo étnico e religioso pode até ajudar um candidato a chegar ao poder, mas as consequências podem ser das proporções de uma bomba atômica que destruiu Hiroshima. O ódio étnico desestabilizou o Ruanda e o Burundi e a intolerância religiosa fragmentou os Balcãs e a Irlanda do Norte. Acredito que esta não é a Guiné que o senhor deseja governar. Acredito também que o senhor é capaz de trabalhar pela consolidação da democracia. Isto implica a participação de todos os guineenses, sejam eles negros, mestiços ou brancos, sejam eles tradicionalistas, muçulmanos, cristãos ou agnósticos. É no espírito da unidade nacional que tomo a liberdade para avançar com uma sugestão: Que o senhor use a sua conhecida capacidade de diálogo para apelar ao bom senso e publicamente condenar o oportunismo étnico e religioso e qualquer tentativa de desestabilização política. A unidade nacional é mais importante do que os triunfos pessoais e partidários.

Como já deve ter reparado no cabeçário da carta, meu nome é Pedro Santos. Sou guineense de Bula. Como jornalista da Rádio Nacional, acompanhei as suas actividades

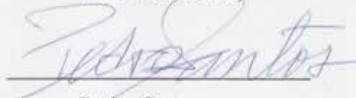
---

<sup>112</sup> Ele era candidato do PAIGC nas eleições gerais após a guerra civil.



em Bafatá e em Oio nos anos 80. Encontro-me no momento nos Estados Unidos d' América a trabalhar na minha qualificação académica.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Santos', written over a horizontal line.

Pedro Santos

**APÊNDICE C – CARTA A KUMBA YALÁ<sup>113</sup>**

Pedro Santos  
1575 Logan Drive  
Carbondale, IL 62901  
USA

Carbondale, 21 de Dezembro de 1999

Exmo Sr. Kumba Ialá:

Deixo a minha identificação para o fim e vou directo ao assunto que me traz ao seu convívio. Como o senhor deve ter percebido, a situação política na Guiné tornou-se particularmente sensível em consequência da guerra civil entre o ex-Presidente Nino e a Junta Militar do brigadeiro Ansumane Mané. Adicionalmente, a campanha eleitoral parece ter descambado das questões de governação para uma área tão perigosa quanto o separatismo étnico e religioso. Fala-se abertamente em Bissau e em outras praças do Interior que o senhor é o candidato dos animistas e dos cristãos, enquanto o seu oponente e actual Presidente interino, Malam Bacai Sanhá, é o candidato dos muçulmanos.

O separatismo étnico e religioso pode até ajudar um candidato a chegar ao poder, mas as consequências podem ser das proporções de uma bomba atômica que dizimou Hiroshima. O ódio étnico desestabilizou o Ruanda e o Burundi e a intolerância religiosa fragmentou os Balcãs e a Irlanda do Norte. Acredito que esta não é a Guiné que o senhor deseja governar. Digo isto com a convicção de uma pessoa que conhece o senhor o suficiente para afirmar que o senhor é capaz de trabalhar pela consolidação da democracia e da unidade nacional. Isto implica a participação de todos os guineenses, sejam eles negros, mestiços ou brancos, sejam eles tradicionalistas, muçulmanos, cristãos ou agnósticos. É no espírito da unidade nacional que tomo a liberdade para avançar com duas sugestões:

Primeiro, que o senhor use as suas singulares faculdades retóricas para apelar ao bom senso e publicamente condenar o oportunismo étnico e religioso e qualquer tentativa de desestabilização política. Quando o senhor fala, muita gente escuta e leva a sério as suas palavras. O seu carisma, senhor Ialá, pode beneficiar a unidade nacional.


---

<sup>113</sup> Ele era um dos principais candidatos da oposição nas eleições gerais após a guerra civil.

Segundo, se o senhor vencer a segunda volta terá a presidência e a primatura aos seus pés. Será o Presidente de todos os guineenses, não apenas dos balantas e dos seus apoiantes. Terá também a prerrogativa de indicar o Chefe do Governo. Neste caso, por favor, nomeie um Primeiro Ministro que não seja da etnia balanta. Isto ajudará a desanuviar as emoções e as especulações de que o senhor, se eleito, irá balantizar o Governo. A unidade nacional é mais importante que os triunfos pessoais e partidários.

Como já deve ter reparado no cabeçário da carta, meu nome é Pedro Santos. Nasci há 42 anos em Bula na família Sanca-Santos. Conheci o senhor em P'Kon e convivi com o senhor na antiga Escola Missionária e na residência do Ambulatório Sanitário, quando o senhor morava com o enfermeiro Pinóquio Gomes.

Atenciosamente,



Pedro Santos

**APÊNDICE D – CARTA AO PRESIDENTE DO BRASIL<sup>114</sup>**

Exmo Sr. Fernando H. Cardoso  
Presidente da Republica F. do Brasil  
Palacio do Planalto - Praca dos Tres Poderes  
CEP 70015 BRASILIA, DF

Carbondale, 28 de julho de 1998

ASSUNTO: GUINE-BISSAU

Exmo Sr. Presidente:

E' com imenso prazer que lhe dirijo esta missiva e antecipadamente agradeço-lhe o tempo tomado de sua sobrecarregada agenda para inteirar-se de seu conteudo. Primeiro, quero agradecer o governo que o senhor preside por ter mantido a embaixada brasileira em Bissau aberta, apesar de a cidade ter sido fustigada por intensos combates durante sete semanas a fio. O gesto foi um grande sinal de encorajamento as partes beligerantes a sentarem-se a mesa para negociarem as suas diferencas; foi tambem um sinal positivo nas relacoes brasileiro-guineenses. E' nessas horas dificies que os verdadeiros amigos se revelam. O Brasil levou esta retorica popular a um extremo quase impar na diplomacia mundial. O comum seria fechar a embaixada e o corpo diplomatico retirar-se para Brasilia ou para vizinhancas mais seguras. Decerto, o gesto foi tambem um conforto a outros brasileiros--principalmente os missionarios--que la ficaram no cumprimento dos deveres profissionais. Foi tambem muito confortante saber que o Brasil participou ativamente no processo negocial que levou a assinatura do cessar-fogo na Guine-Bissau. Nos guineenses vemos com apreço a acao de Brasilia na Comunidade dos Países de Lingua Portuguesa (CPLP). Essa visao nao se inscreve apenas no sentido da familia que creditamos a esta Comunidade; ela inspira-se tambem no papel que o Brasil pode desempenhar no seio desse grupo de paises que, talvez a excecao de Portugal, estao ainda a bracos com uma serie de limitacoes politico-economicas e sociais.

Gostava, senhor presidente, de terminar com um pedido pessoal na modestia de um simples cidadao guineense. Comeco pelas motivacoes. A recente entrevista do vice-presidente, senhor Marco Maciel, ao diario "Correio Braziliense," deixou muitas duvidas no ar. Sera' que o

---

<sup>114</sup> Esta e a carta para o presidente português Jorge Sampaio foram redigidos numa máquina datilográfica de teclado inglês.

Brasil vai abandonar o Grupo de Contato da CPLP justamente depois de se ter dado o primeiro passo rumo ao fim definitivo da guerra na Guiné-Bissau? O pragmatismo da diplomacia brasileira é inquestionável e a internacionalização do conflito armado na Guiné-Bissau é o que menos se deseja, embora a situação no terreno configure-se como tal. O que nos guineenses pedimos ao Brasil e outros membros da Comunidade é o envio de uma força de interposição para facilitar o cumprimento do acordo. Por que a CPLP em detrimento da ECOMOG? A resposta pode ser encontrada em dois termos separados por um prefixo basilar: confiança e desconfiança.

Senhor presidente, as partes beligerantes confiam na boa vontade e no humanismo que uma força da CPLP poderá levar para o país, sem segundas intenções. Portugal sozinha não teria tanta aceitação por desconfiança de que pudesse ter interesses neocoloniais. Aliás, isto foi insinuado pelo secretário geral da CEDEAO quando dos bons ofícios tentados conjuntamente por Lisboa e Luanda. O próprio presidente guineense também mostrou pouco interesse nessa missão. No reverso, a ECOMOG, braço armado da comunidade oeste africana, deu provas de não merecer a simpatia dos guineenses, haja vista as atrocidades por ela cometidas na sua intervenção na Libéria e na Serra Leoa. Esta voz solitária, seguramente corroborada por milhares de guineenses refugiados de guerra e na diáspora, pede encarecidamente ao senhor e ao governo sob sua tutela e, por via, ao Congresso e povo brasileiros este gesto de humanismo. Precisamos da presença do Brasil nessa força de interposição para dar maior credibilidade ao processo. A presença do Brasil tira qualquer argumento de pretensões hegemônicas. Dakar e Conakry que desconfiavam da ação de Lisboa, agora dizem que os países lusófonos estão a ajudar Bissau, um dos membros da Comunidade, a acabar com a guerra.

Concordo, senhor presidente, que a CPLP não adende a componente militar no seu programa de ação; concordo também que o “caso Bissau” seja preferencialmente resolvido por via pacífica. Mas para que isso aconteça, é necessário que uma força de interposição, neutra, esteja no terreno. Daí ser de fundamental importância a presença de observadores brasileiros, sejam eles militares ou civis, nessa força. A Guiné-Bissau precisa urgentemente de paz para que os estudantes ainda tenham tempo para concluir o ano escolar interrompido duas semanas

antes do fim previsto e que os camponeses plantem antes que as chuvas tropicais desapareçam deixando rastros de fome e desespero. O Brasil pode ajudar a salvar vidas, a trazer a tranquilidade de volta à Guiné-Bissau, a engrandecer a CPLP e a somar pontos na sua caminhada rumo ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Na expectativa de ser objeto de sua mais elevada consideração, subscrevo-me

Atenciosamente

  
Pedro Santos

---

N.B.: Sou jornalista, 40 anos de idade, casado com uma brasileira de Santa Catarina e pai de uma filha de um ano e meio. Estou atualmente a concluir o mestrado em Sociologia na "Southern Illinois University at Carbondale."

Minhas sinceras desculpas pela ausência de acentos e cedilha no teclado; improvisei alguns acentos agudos e graves onde foi possível.



**APÊNDICE E – CARTA (FAX) AO PRESIDENTE DE PORTUGAL**

Fax # 351-1-363-6603

Carbondale, 14 de Agosto de 1998

Sua Excelencia Sr. Jorge Sampaio  
Presidente da Republica Portuguesa  
Palacio de Belem - 1300 Lisboa  
Portugal

Sua Excelencia:

Comeco esta carta agradecendo o engajamento constructivo de Sua Excelencia, do governo e do povo portugues no conflito armado na Guine-Bissau. Milhares de guineenses se salvaram gracias a iniciativa de Portugal de socorre-los para Lisboa, Cidade da Praia e Dakar; milhares de outros tem sobrevivido 'a fome e 'as doencas comuns nesta epoca do ano na regio, gracias a intervencao portuguesa e de organizacoes humanitarias. Alem desta accao humanitaria, Portugal tem encorajado as partes beligerantes ao entendimento. Primeiro, a permanencia do embaixador lusitano em Bissau e o seu engajamento na procura da paz para os guineenses. Segundo, a accao luso-angolana que ate conseguiu levar as partes ao primeiro encontro negocial. Finalmente, Lisboa tem sido activo no ambito da bem sucedida diplomacia da CPLP--o cessar fogo e' a grande marca registada. O povo guineense jamais esquecer a dessa missao de boa vontade de Portugal e da familia lusofona.

Excelencia, acredito que as acusacoes de que seu pais tem sido alvo por parte da CEDEAO, notadamente do Senegal, nunca apagarao o que Lisboa tem feito em prol do retorno da paz a Guine-Bissau. O humanismo de Portugal e de toda a familia lusofona transcende a campanha difamatoria empreendida por Dakar e Conakry para justificar a presenca de suas tropas em Bissau em apoio ao presidente Nino Vieira. Por isso, Excelencia, gostava de concluir com um pedido pessoal na humildade de um guineense--decerto corroborado por milhares de compatriotas na diaspóra--interessado em que a paz volte a reinar no meu pais. O povo guineense precisa da accao diplomatica de Portugal e da CPLP. Alias, isso ficou patenteado no

“Memorando de Entendimento” assinado pelas partes ha praticamente um mes. Acredito, Excia., que nao sera a tendenciosa manobra da CEDEAO a obstruir a diplomacia da familia lusofona no conflito guineense. Ceder agora em nome da conjugacao de esforcos com uma comunidade regional a trabalhar no sentido contrario e que e’ declaradamente parcial, sera’ sinal de fraqueza da CPLP e certamente um problema a mais para o futuro imediato da democracia na Guine-Bissau. Nos guineenses precisamos da paz e a CPLP ja’ deu provas de, agindo na neutralidade, ser capaz de ajudar-nos a consegui-la.

Na expectativa de ser objecto de sua mais elevada consideracao, despeco-me com osculo de paz.

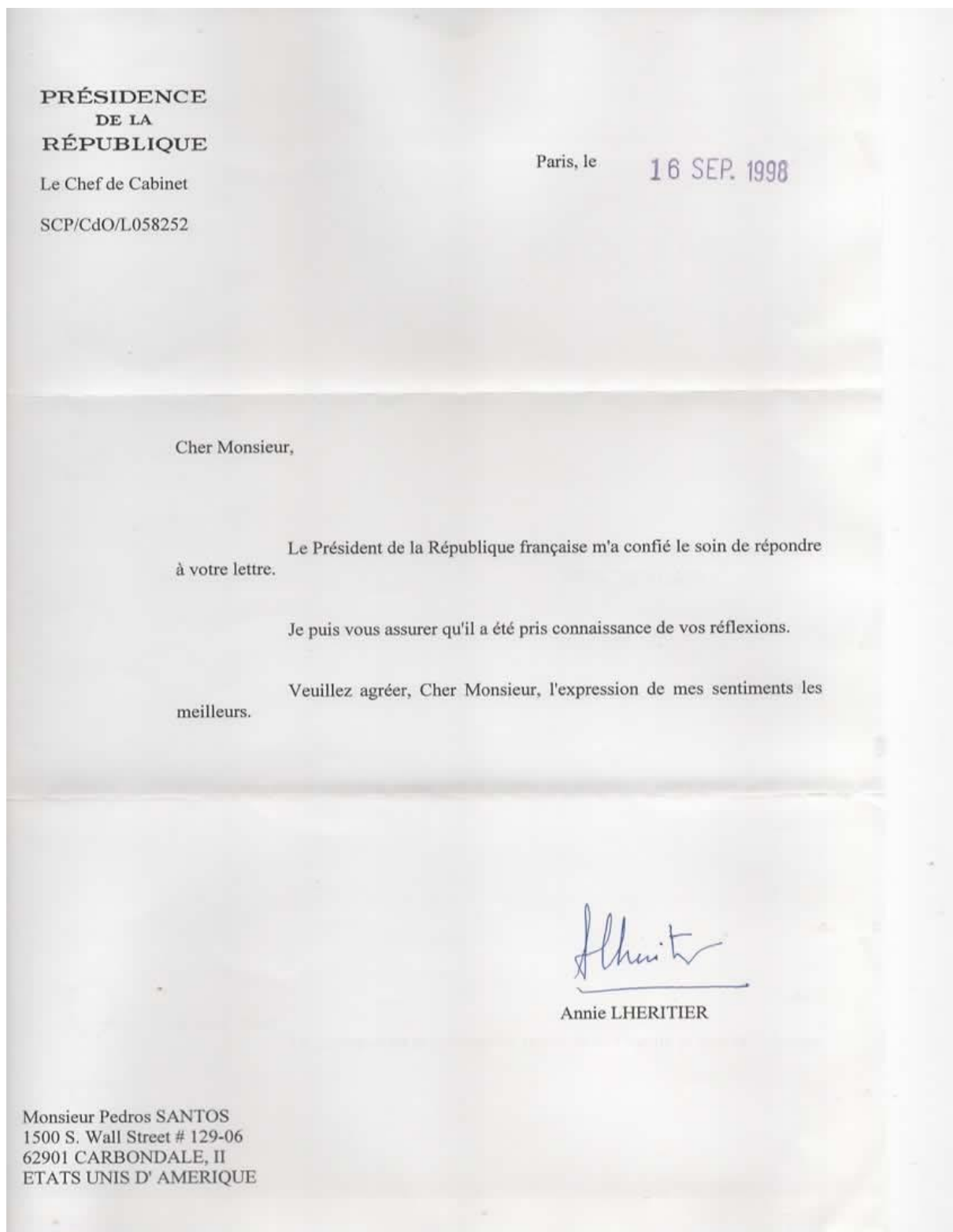
Atenciosamente  
  
Pedro Santos  
psantos@siu.edu

---

N.B.: Sou jornalista, 40 anos de idade e casado. Estou actualmente nos Estados Unidos d’America a fazer mestrado em Sociologia.

Minhas sinceras desculpas pela ausencia de acentos e cedilha. Improvisei alguns acentos onde foi possivel.



APÊNDICE F – CARTA RESPOSTA DA PRESIDÊNCIA DA FRANÇA<sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> Não localizei a minha carta. Nela pedi para o governo francês ajudar a acabar com a guerra, freando as ações militares dos seus aliados Senegal e Guiné Conacri.



## APÊNDICE G – ARTIGO SOBRE A GUERRA CIVIL<sup>116</sup>

Liberdade de Imprensa, Amigos

Pedro Santos\*

Fiquei perplexo ao saber que a mediação lusófona tem enfrentado problemas diplomáticos por culpa da imprensa portuguesa, que terá estado a colocar Portugal no epicentro das acções diplomáticas dos países lusófonos pela volta da paz na Guiné-Bissau. Os acusadores: a Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO). O recado terá sido passado ao chefe da diplomacia de Cabo Verde e líder do Grupo de Contacto criado pela CPLP. Entende-se a preocupação do diplomata cabo-verdiano de querer menos problemas no caminho que a lusofonia tem cimentado em prol do fim definitivo da crise num dos países integrantes da Comunidade. Como um bom conhecedor dos meandros da diplomacia africana, o ministro José de Jesus detectou a animosidade de alguns países membros da CEDEAO, notadamente os francófonos, em relação ao comportamento de Lisboa. Cada acção do governo português tem sido vista com desconfiança por algumas capitais oeste-africanas. Três exemplos: Primeiro, a presença de embarcações portuguesas em águas guineenses foi encarada como sinal de ingerência em assuntos internos de um país independente. A imprensa de Dakar chegou a noticiar festivamente que o presidente Nino Vieira terá *expulso* essas embarcações do país. Inversamente, a retirada de milhares de refugiados para Dakar, Cidade da Praia e Lisboa foi praticamente ignorada. Segundo, a acção luso-angolana que até conseguiu levar as partes beligerantes à mesa de negociações, foi severamente atacada como sinal de pretensões neocoloniais de Portugal. Finalmente, quando foi ventilada a hipótese de a CPLP agir coordenadamente, o secretário geral da CEDEAO vociferou, de novo apontando o dedo em direcção a Lisboa. Numa primeira análise, não dá para entender porque essa repentina sensibilidade da CEDEAO quanto à acção de Lisboa no conflito de Bissau.

Entretanto, os factos levam à especulação de que a Comunidade oeste-africana não tem uma posição clara e unificada sobre a crise na Guiné-Bissau. De um lado, o Senegal e a Guiné Conakry alinharam-se automaticamente com o governo de Nino Vieira. Do outro lado, os outros

---

<sup>116</sup> Ele foi publicado no jornal Correio de Bissau, em 2000, devidamente corrigido.

membros, a excepção da Gambia, mostraram-se menos inclinados a qualquer envolvimento directo na crise. Isto ficou evidente na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEDEAO realizada no começo de Julho em Abidjan, Costa do Marfim. Enquanto o secretário-geral da organização saiu a disparar contra Portugal e contra a CPLP por esta ter pedido apoio a mediação luso-angolana, os países como a Nigéria e o Ghana criavam reservas quanto ao envio de uma força da ECOMOG para Bissau. O lamentável é que parte dos membros da organização oeste-africana tem passado todo este precioso tempo a complicar as acções da CPLP, em vez de abrir-se a diplomacia conjunta pelo fim da guerra na Guiné-Bissau.

O mais absurdo de tudo é o ataque à imprensa lusitana. Pode-se admitir que a imprensa portuguesa tenha, no fim das contas, descambado um pouco para o ufanismo. Mas essa tem sido, infelizmente, a prática comum na imprensa mundial. Em geral, a neutralidade jornalística sucumbe facilmente aos nacionalismos. A imprensa no mundo inteiro, incluindo a dos países da CEDEAO, tende a exaltar os feitos patrios, mesmo se isso signifique sacrificar a verdade e distorcer os factos. Não se espere, portanto, que a imprensa lusitana seja um modelo de isenção que as outras não tem. Lendo os jornais senegaleses, principalmente os de Dakar, percebe-se claramente um anti-jornalismo (entenda-se distorção dos factos) e um ufanismo incomum. Cheguei a enviar um email à direcção do jornal "Le Soleil" manifestando meu desgosto com o (des)serviço que faziam aos seus leitores. Noticiaram, por exemplo, que o contingente senegalês tinha tomado as bases militares de Bra e que a vitória final era uma questão de dias. Dois meses já se passaram e nada disso aconteceu. O diário não se corrigiu. Pelo contrário, continua a ignorar alguns factos e a distorcer outros. Nesta perspectiva, se há imprensa a ufanar a presença do contingente senegalês em Bissau, a querer centralizar a importância de Dakar no conflito e a trabalhar contra a reconciliação entre as partes em conflito, essa imprensa é a senegalesa. Mesmo assim, tanto a imprensa lusitana quanto a senegalesa gozam de uma prerrogativa cara a democracia: a liberdade de imprensa. É bom que a CEDEAO não se esqueça dessa prerrogativa fundamental da democracia.

Se a CEDEAO realmente deseja que a paz volte a reinar na Guine-Bissau, entao que apoie a accao ate aqui bem sucedida da CPLP. Indubitavelmente, o que os guineenses mais querem neste momento e a paz, para que a populacao ainda tenha tempo de aproveitar as chuvas tropicais; os estudantes concluam o ano escolar 1997/98 interrompido nas vespersas dos exames; os empreendedores voltem aos negocios; e a democracia volte as trilhas da consolidacao. Enfim, que tudo volte a funcionar normalmente. A Guine-Bissau nao pode ser transformada num canteiro de ambicoes hegemonicas e de disputas de uma organizacao contra a outra. Os guineenses saudam a CPLP porque sua accao tem sido clara e efectiva. O mesmo poder-se-ia dizer da CEDEAO se agisse nesse sentido. Alias, penso que ainda seja tempo de a CEDEAO assumir uma posicao clara sobre a crise de Bissau. Nao compete a CEDEAO velar pelo engajamento politico da Guine-Bissau. So ao povo guineense compete escolher, se for o caso, o seu neocolonizador. Nem o Presidente Nino nem o Mane, muito menos uma organizacao regional, tem esse direito.

N.B.: Este artigo e de minha inteira responsabilidade, como guineense preocupado apenas com a volta da paz e do entendimento no meu pais.

\* Jornalista e mestrando em Sociologia nos Estados Unidos d'America

ANEXO - DECLARAÇÃO DE BOLSISTA DO PEC

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVENIO  
P E C / 1991



DECLARAÇÃO

Declaramos a quem possa interessar, que o sr (a)  
PEDRO ANTONIO DOS SANTOS, natural de  
GUINE-BISSAU, estudante do curso de JORNALISMO

na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
é aluno-bolsista do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), e recebe  
mensalmente a importância equivalente a 03 (três) salários mínimos  
mensais, como bolsa de manutenção.

OBSERVAÇÃO: DECLARAÇÃO VÁLIDA POR (06) SEIS MESES.  
DECLARAÇÃO VÁLIDA SEM EMENDAS NEM RASURAS

Brasília-DF, 23 de setembro de 1991

Signature and stamp of the Ministry of Foreign Relations, Division of Formation and Training.